

revista de — — —
ESTUDOS & PESQUISAS
sobre as **AMÉRICAS**



Volume 13, N°2, 2019



ISSN: 1984-1639

Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas

ISSN 1984-1639

Comitê editorial

Elaine Moreira, Departamento de Estudos Latino-Americanos – Universidade de Brasília, Brasil

Flávia Lessa de Barros, Departamento de Estudos Latino-Americanos – Universidade de Brasília, Brasil

Conselho Editorial

Ana Laura Rivoir Cabrera, Departamento de Sociología de la Universidad de la República, Uruguai

Ana Maria Fernandes, Universidade de Brasília, Brasil (in memoriam)

Andy Higginbottom, Associate Professor Kingston University, Londres

Benício Viero Schmidt, Universidade de Brasília, Brasil

Cristóbal Kay, Rotterdam Erasmus University, Holanda

Daniel Mato, Investigador Principal de CONICET, Argentina

Danilo Enrico Martuscelli, Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, Brasil

Eduardo Devés Valdés, Universidad de Santiago de Chile, Chile

Eugenio Enrique E. Martinez, Universidad de La Habana, Cuba

Evelina Dagnino, Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gilberto Maringoni de Oliveira, Universidade Federal do ABC, Santo André

Gustavo Vega, Colegio de Mexico, México

Juan Aguilló Fernández, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Brasil

Juan Pablo P. Sáinz, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Costa Rica

Marcos R. Rosenmann, Universidad Complutense de Madrid

Mariano Feliz, Universidad Nacional de La Plata, Argentina

Maristella Svampa, Universidad Nacional de la Plata, Argentina

Nora Garita Bonilla, Universidad de Costa Rica, Costa Rica

Pablo Gentili, Universidade Estadual de Rio de Janeiro, Brasil

Patrício Valdivieso, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile

Yamandú Acosta Roncagliolo, Universidad de la República, Uruguai

Editor Chefe

Raphael Lana Seabra, Universidade de Brasília

Editoras Adjuntas

Flávia Lessa de Barros, Universidade de Brasília

Elaine Moreira, Universidade de Brasília

Copyright © 2015

Departamento de Estudos Latino-Americanos - ELA

Universidade de Brasília (UnB)

Capa

Pintura em óleo Djanira da Motta e Silva, “Festa do Divino em Paraty”, 1962

Arte: Cristina Tidori Obata Seabra

É permitida a reprodução dos artigos desde que mencione a fonte.

Universidade de Brasília (UnB)

Reitora: Márcia Abrahão

Vice-reitor: Enrique Huelva

Instituto de Ciências Sociais

Diretor: Luis Roberto Cardoso de Oliveira

Vice-Diretor: Arthur Trindade Maranhão Costa

Departamento de Estudos Latino-Americanos - ELA

Chefia: Cristhian Teófilo da Silva

Coordenação do Programa de Pós-Graduação: Leonardo Cavalcanti

Coordenação de Graduação: Raphael Lana Seabra

A correspondência comercial deve ser enviada para Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas Campus Universitário Darcy Ribeiro - Multiuso II, 1º piso, Brasília – Distrito Federal - Asa Norte

CEP 70910-900 Brasília-DF - Brasil

Secretário Executivo

Paulo Roberto, Universidade de Brasília

Secretária de Editoração

Fernanda Alves Fernandes Fidelis, Universidade de Brasília

A **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas** (ISSN 1984-1639) é uma publicação quadrimestral do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília (UnB), indexa da embases de dados Nacionais e Internacionais, como o LATINDEX, DOAJ, REDIB, Sumários e periódicos CAPES. Na classificação QUALIS da CAPES está situada como B1 nas áreas Interdisciplinar, direito e Planejamento Urbano e Regional/Demografia. A revista aceita trabalhos inéditos sob a forma de artigos, resenhas de livros ou entrevistas. A Revista abrange todas as áreas classificadas no CNQP como Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas.

Os trabalhos deverão contemplar: (i) a discussão dos grandes temas e problemas que caracterizam o pensamento sobre as Américas; (ii) a ênfase nos estudos comparativos e interdisciplinares; e (iii) a consistência com as linhas de pesquisa do programa de pós-graduação do ELA. A Revista publica trabalhos em português, espanhol e inglês. Poderão ser publicados trabalhos em outras línguas, a critério do Comitê Executivo.

Sumário

Apresentação

Clássicos das Ciências Sociais Latino-Americanas

Black Power – Sua Relevância para as Índias Ocidentais – <i>Walter Anthony Rodney</i>	1
Do Fascismo ao Pós-Fascismo - <i>Enzo Traverso</i>	12

Dossiê: Retomada ou continuidade neoliberal? (Des)Caminhos da democracia e desenvolvimento

A Onda Rosa e o Neoliberalismo Resiliente – <i>Moisés Balestro, Cristiano Fonseca Monteiro</i>	45
Fim de Ciclo dos Governos “Pós-neoliberais” na América Latina? – <i>Danilla Aguiar, Janaína Freire dos Santos</i>	53
La Continuidad del Neoliberalismo en Chile – <i>Aldo Madariaga</i>	81
Agenda de Inovação no Brasil – <i>Sandro Rudit Garcia</i>	114
Considerações Acerca do Neoliberalismo e do Progressismo na América Latina – <i>Jale Dantas da Costa</i>	141
Continuity and Variety of Neoliberalism: Reconsidering Latin America’s Pink Tide – <i>Dieter Plehwe, Karin Fischer</i>	166
Um Panorama dos Últimos 25 Anos no Brasil – <i>Luis Fernando Novoa Garzon</i>	203
A Construção Social de Uma Corporação Transnacional – <i>Rodrigo Salles Pereira dos Santos</i>	230
Neoliberal unfoldings of Lulism – <i>Eduardo Altheman C. Santos, Bruna Della Torre de C. Lima, Vladimir Ferrari Puzones</i>	271
A América Latina e os Limites do Estado Desenvolvimentista na governança neoliberal global - <i>Ricardo Castro Rebello</i>	298
A Oposição entre "Estado Instrumental" e "Estado Plurinacional" em Sociedades "Abirrigadas" - <i>Pedro Henrique de Moraes Cicero, Ana Victória Klovrsa</i>	317

Artigos

Ensinar (História da) Antropologia no Brasil: Um Ensaio Bibliográfico Latino-americano - <i>Andrea Ciacchi</i>	351
--	-----

Ensaio

Comentarios a “El Capital” de Thomas Piketty – <i>Rodolfo Magalhães</i>	377
---	-----

Resenhas

Pensando a la derecha – <i>Lucas Araújo Monte</i>	389
---	-----

Caras e Caros leitores,

A presente edição traz dois artigos que compõem a Seção “Clássicos das Ciências Sociais Latino-Americanas”. Trata-se dos artigos *Black Power - Sua Relevância para as Índias Ocidentais* de autoria do historiador guianês Walter Anthony Rodney (1942-1980), foi professor da Universidade das Índias Ocidentais – Jamaica e da Universidade de Dar es Salam - Tanzânia, assassinado aos 38 anos em junho de 1980; o outro artigo é *Do Fascismo ao Pós-Fascismo* do historiador italiano Enzo Traverso, atualmente professor no Susan and Barton Winokur em Ciências Humanas na Cornell University – Estados Unidos. Sustentamos assim o compromisso com a tradução, divulgação e incentivo à leitura de textos fundamentais sobre a América Latina e Caribe através da publicação de trabalhos inéditos em língua portuguesa e de difícil circulação em bibliotecas, livrarias e acervos em geral.

Esta edição também traz o Dossiê *Retomada ou continuidade neoliberal? (Des)Caminhos da democracia e desenvolvimento na América Latina* organizado pelos pesquisadores Moisés V. Balestro, Professor Associado do Departamento de Estudos Latino-Americanos e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas da Universidade de Brasília e Cristiano Fonseca Monteiro, Professor do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense. Não há espaço para uma breve apresentação e resenha dos artigos, mas sem dúvidas trata-se de uma temática essencial às ciências sociais, diante do quadro conjuntural recente da região repensar as contradições do conjunto de governos ditos progressistas em seus enfrentamentos e recuos em relação ao neoliberalismo, a capacidade de resistência de governos pouco alinhados à cartilha neoliberal, as possibilidades de construção de governos efetivamente nacional-populares é extremamente necessária. O número ainda conta com o artigo *Ensinar (História da) Antropologia no Brasil: um ensaio bibliográfico latino-americano* de Andrea Ciacchi Professor de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPG-IELA) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, um ensaio *Comentarios a “El Capital” de Thomas Piketty* de Rodolfo Magallanes, professor Associado do Instituto de Estudios Políticos da Universidad Central de Venezuela e uma resenha.

Deixamos aqui nosso agradecimento sincero às e aos avaliadores deste número, como também às e aos autores que o compõem. Agradeço nosso Comitê Editorial pelo apoio, ao nosso Secretário Executivo, Paulo Roberto, e damos as boas-vindas à nossa Secretária de Editoração, Fernanda Alves Fernandes Fidelis, na realização de mais um número desta revista.

No mais, desejamos uma boa leitura!

Black Power - Sua relevância para as Índias Ocidentais¹

Recebido: 03-05-2019

Aprovado: 04-07-2019

Walter Rodney

Cerca de quinze dias atrás eu tive a oportunidade de falar sobre o Black Power para um público neste campus². Naquele momento, a consciência entre os estudantes sobre a questão racial havia se intensificado por causa de vários incidentes no cenário mundial - notadamente, os enforcamentos na Rodésia³ e o assassinato do Dr. Martin Luther King. De fato, essa consciência cresceu de tal forma que algumas pessoas começaram a organizar um movimento do Black Power. Minha presença aqui testemunha minha total simpatia pelos objetivos deles.

O tópico nesta ocasião não é apenas “Black Power”, mas “Black Power e você”. O Black Power pode ser visto como um movimento e uma ideologia que brota da realidade da opressão dos negros pelos brancos dentro do mundo imperialista como um todo. Agora precisamos ser específicos ao definir o cenário nas Índias Ocidentais e os papéis particulares que ocupamos na sociedade. Você e eu temos que decidir se queremos pensar como negros ou permanecer sendo uma versão suja do branco. (Eu explicarei o significado completo disto mais tarde).

Recentemente, houve uma declaração pública na *Scope*⁴ em que o Black Power foi chamado de “supremacia negra”. Isso pode ter sido um erro genuíno ou uma falsificação deliberada. Black Power é um chamado aos povos negros para que abandonem a dominação

¹ Publicado originalmente em RODNEY, Walter. *The Groundings with my Brothers*. Jamaica: Miguel Lome Publisher, [1969] 2001. Traduzido do original em inglês por Ana Catarina Zema, pós-doutoranda do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Pesquisadora do Grupo de Trabalho do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso) sobre Pensamiento Crítico y Decolonizador Caribeño. E Peterson Mendes Martins, Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Africana e Diretor do Centro de Valorização da Cultura Negra (CVCN).

² University of West Indies, Mona/Jamaica.

³ Rodésia foi um Estado não reconhecido durante a Guerra Fria situado no sul da África. Renomeada Zimbábue em 1980.

⁴ *Scope* é uma revista semanal sul-africana. A revista foi lançada na década de 1960 e ficou conhecida por desafiar as rígidas leis de censura da África do Sul do apartheid.

branca e retomem o manejo de seus próprios destinos. Isso significa que os negros desfrutariam de poder compatível com seus números no mundo e em determinadas localidades. Sempre que um negro oprimido grita por igualdade, ele é chamado de racista. Isso foi dito sobre Marcus Garvey em seus dias. Imagine isso! Somos tão inferiores que se demandamos igualdade de oportunidades e poder, isso é escandalosamente racista! Os negros que lutam por seus direitos devem estar atentos a este dispositivo de falsas acusações cujo objetivo é colocá-los na defensiva e, se possível, constrange-los ao silêncio. Como podemos ser, ao mesmo tempo, oprimidos e envergonhados? É nossa maior preocupação não ferir os sentimentos do opressor? As pessoas negras devem agora tomar a ofensiva e se existe alguém que deveria sentir constrangimento, são os brancos. Foram os negros que queimaram seis milhões de judeus? Quem exterminou milhões de habitantes indígenas nas Américas e na Austrália? Quem escravizou incontáveis milhões de africanos? O canibal capitalista branco sempre se alimentou dos povos negros do mundo. A sociedade imperialista capitalista branca é profunda e inequivocamente racista.

As Índias Ocidentais⁵ sempre fizeram parte da sociedade capitalista branca. Nós temos sido a parte mais oprimida porque éramos uma sociedade escravista e o legado da escravidão ainda incide fortemente sobre o homem negro das Índias Ocidentais. Vou apontar brevemente cinco momentos importantes da nossa história social: (1) o desenvolvimento do racismo sob a escravidão; (2) libertação; (3) trabalho aprendiz indiano; (4) o ano de 1865 na Jamaica; (5) o ano de 1938 nas Índias Ocidentais.

Escravidão - Como C. L. R. James, Eric Williams e outros estudiosos das Índias Ocidentais apontaram, a escravidão nas Índias Ocidentais começou como um fenômeno econômico ao invés de racial. Mas rapidamente se tornou racista, pois toda mão de obra branca foi retirada dos campos, ficando o negro identificado com o trabalho escravo e o branco ligado à propriedade e ao domínio. Dessa situação em que os negros tinham um status inferior na prática, surgiram as teorias sociais e científicas relacionadas à suposta inferioridade inerente do homem negro, considerado como tendo sido criado para trazer água e cortar lenha para o homem branco. Esta teoria serviu então para racionalizar a exploração branca dos negros em toda a África e Ásia. As Índias Ocidentais e o sul dos EUA compartilham a distinção duvidosa de ser o terreno fértil para o racismo mundial.

⁵ Os tradutores optaram por manter a expressão “Índias Ocidentais” - mais fiel ao mundo anglófono do qual fazia parte Walter Rodney - do que “Antilhas” para “West Indies”.

Naturalmente, nossa própria sociedade forneceu as mais altas expressões de racismo. Mesmo os negros foram convencidos de sua própria inferioridade, mas, apesar disso, felizmente somos capazes das expressões mais intensas quando reconhecemos que fomos enganados pelos homens brancos. O Black Power reconhece tanto a realidade da opressão negra e da autonegação quanto o potencial para a revolta.

Libertação - No final do século XVIII, a Grã-Bretanha tinha conseguido a maior parte do que queria com o trabalho dos negros nas Índias Ocidentais. A escravidão e o tráfico de africanos⁶ haviam tornado a Grã-Bretanha forte e, então, era hora de abandonar esses sistemas e tomar o caminho de novos empreendimentos. O tráfico de africanos escravizados e a escravidão assim acabaram; mas a Grã-Bretanha teve que pensar em como encurralar o pouco de gente que restava nos territórios e em como manter os brancos locais no poder. Eles decidiram, portanto, dar aos fazendeiros 20 milhões de Libras como compensação e garantir sua mão de obra negra nos próximos seis anos por meio de um sistema chamado aprendizado. Nesse período, a sociedade branca consolidou sua posição para assegurar que as relações escravistas persistissem em nossa sociedade. Os irmãos Rastafari sempre insistiram que os negros recebessem os prometidos 20 milhões de Libras no momento da libertação. Na realidade, de acordo com quaisquer padrões normais de justiça, nós, negros, deveríamos ter recebido os 20 milhões de Libras como compensação. Nós fomos os que foram abusados e prejudicados, caçados na África e brutalizados nas plantações. Na Europa, quando a servidão foi abolida, os servos geralmente herdaram a terra como compensação e por direito. Nas Índias Ocidentais, os exploradores foram compensados porque não podiam mais nos explorar da mesma maneira como antes. A propriedade branca tinha mais valor que a humanidade negra. Ainda tem - a propriedade branca tem mais valor do que a humanidade negra nas Índias Ocidentais britânicas hoje, especialmente aqui na Jamaica.

Trabalho aprendiz indiano – A Grã-Bretanha e os brancos das Índias Ocidentais tiveram que manter o sistema de plantação para manter a supremacia branca. Quando os africanos começaram a deixar as plantações para se estabelecerem como camponeses independentes, eles comprometeram a estrutura da plantação e, por isso, os indianos foram importados com contratos de trabalho aprendiz. Isso foi possível porque o poder branco controlava a maior parte do mundo e podia mover os povos não brancos como desejavam. Foi

⁶ Seguindo a revisão historiográfica atual, adotamos aqui a expressão “tráfico de africanos” no lugar de “tráfico de escravos”.

da Índia controlada pelos britânicos que o trabalho aprendiz foi obtido. Foi por causa do impacto das políticas públicas, comerciais e militares britânicas que estavam destruindo a vida e a cultura da Índia no século XIX e forçando as pessoas a fugir para outras partes do mundo para ganhar pão. Veja para onde os indianos fugiram - para as Índias Ocidentais! As Índias Ocidentais são um lugar que os negros querem deixar e não vir. É preciso, portanto, considerar a pressão do poder branco sobre a Índia que deu origem à migração dos indianos para as Índias Ocidentais. Os indianos foram trazidos para cá unicamente para o interesse da sociedade branca, em detrimento dos africanos que já viviam nas Índias Ocidentais e, muitas vezes, contra os seus próprios interesses, pois os indianos perceberam que a mão de obra aprendiz era uma forma de escravidão que acabou sendo extinta na Índia por causa da pressão da opinião dos indianos. As Índias Ocidentais deram uma contribuição única à história do sofrimento no mundo, e os indianos fizeram parte dessa contribuição desde que o trabalho aprendiz foi introduzido pela primeira vez. Este é outro aspecto da situação histórica que ainda está conosco.

1865 - Naquele ano, a Grã-Bretanha encontrou uma maneira de perpetuar o Poder Branco nas Índias Ocidentais depois de reprimir impiedosamente a revolta de nossos irmãos negros liderados por Paul Bogle. O governo britânico retirou a Constituição da Jamaica e colocou a ilha sob o controle completo do Departamento Colonial, uma manobra que foi racialmente motivada. A legislatura jamaicana estava então, em grande parte, nas mãos dos brancos locais com uma minoria mestiça⁷, mas se as mudanças graduais continuassem, os mestiços teriam assumido o controle - e os negros seriam os próximos na fila. Consequentemente, o governo britânico pôs fim ao processo da tomada de poder político gradual pelos negros. Quando olhamos para o Império Britânico no século XIX, vemos uma nítida diferença entre colônias brancas e colônias negras. Nas colônias brancas como o Canadá e a Austrália, os ingleses estavam reconhecendo aos brancos, sua liberdade e autogoverno. Nas colônias negras das Índias Ocidentais, da África e da Ásia, os ingleses estavam ocupados tirando a liberdade política dos habitantes.

Na verdade, no nível constitucional, a Grã-Bretanha já havia revelado seu racismo nas Índias Ocidentais no início do século XIX, quando se recusou a dar aos mestiços o poder de governo em Trinidad, embora fossem a maioria dos cidadãos livres. Em 1865, na Jamaica,

⁷ Adota-se aqui a expressão “mestiço” ao invés de “mulato” ou “pardo” para a tradução de “brown man”.

não foi a primeira nem a última vez em que a Grã-Bretanha deixou claro que seus “parentes e amigos” brancos seriam apoiados para manter o domínio sobre os negros.

1938 - A escravidão terminou em várias ilhas das Índias Ocidentais entre 1834 e 1835. Exatamente 100 anos depois (entre 1934 e 1938), os negros das Índias Ocidentais se revoltaram contra a hipocrisia da liberdade na sociedade. Os ingleses ficaram muito surpresos - há muito que haviam esquecido tudo sobre os negros das Índias Ocidentais Britânicas e enviaram uma Comissão Real para descobrir o que era aquela revolta. O relatório das condições era tão chocante que o governo britânico só o liberou depois da guerra, porque queriam que os negros das colônias combatessem as batalhas do homem branco. Quando a guerra terminou, ficou claro nas Índias Ocidentais e em toda a Ásia e África que algumas concessões teriam que ser feitas aos povos negros. Em geral, a questão para os imperialistas brancos era dar poder suficiente a certos grupos da sociedade colonial para impedir que toda a sociedade explodisse e manter os fundamentos da estrutura imperialista. Nas Índias Ocidentais Britânicas, eles tiveram que levar em consideração a questão de estratégia militar porque estamos sob o domínio do gigante imperialista do mundo, os EUA. Além disso, havia o novo e vital minério, a bauxita, que precisava ser protegida. A solução britânica era retirar-se sempre que possível e deixar o governo imperial nas mãos dos EUA, enquanto o governo local era entregue a uma pequena burguesia branca, mestiça e negra que era, culturalmente, criação da sociedade capitalista branca e que, portanto, apoiava o sistema imperialista branco porque ganhava pessoalmente e porque vinha sofrendo lavagem cerebral para contribuir com a opressão dos negros.

O Black Power nas Índias Ocidentais significa três coisas intimamente relacionadas: (i) a ruptura com o imperialismo que é historicamente branco racista; (ii) a pretensão de poder pelas massas negras nas ilhas; (iii) a reconstrução cultural da sociedade à imagem dos negros.

Eu irei antecipar certas questões sobre quem são os negros nas Índias Ocidentais, já que são, de fato, questões que me foram colocadas em outro lugar. Eu argumento que é o mundo branco que definiu quem são negros - se você não é branco, então você é negro. No entanto, é óbvio que a situação das Índias Ocidentais é complicada por fatores como a variedade de tipos raciais e misturas raciais e pelo processo de formação de classes. Temos, portanto, de notar não apenas o que o mundo branco diz, mas também como os indivíduos se percebem. Não obstante, podemos falar da massa da população das Índias Ocidentais como sendo negra - africana ou indiana. Parece ter havido algumas dúvidas sobre o último ponto, e

alguns temem que o Black Power seja direcionado contra o indiano. Isso seria uma negação flagrante tanto da experiência histórica das Índias Ocidentais quanto da realidade da cena contemporânea.

Quando o indiano foi trazido para as Índias Ocidentais, ele encontrou o mesmo desprezo racial que os brancos aplicavam aos africanos. O indiano também foi reduzido a um único estereótipo - o de peão ou trabalhador. Ele também foi um lenhador e um servidor de água para o homem branco. Falei anteriormente da revolta dos negros nas Índias Ocidentais em 1938. Essa revolta envolveu africanos na Jamaica, africanos e indianos em Trinidad e Guiana. As revoltas na Guiana foram na verdade lideradas por trabalhadores indianos da produção de açúcar. Hoje, alguns indianos (assim como alguns africanos) aderiram à estrutura do poder branco em termos de atividade econômica e cultura; mas a realidade subjacente é que a pobreza existe entre africanos e indianos nas Índias Ocidentais e que o poder lhes é negado. O Black Power nas Índias Ocidentais, portanto, refere-se principalmente a pessoas que são reconhecidamente africanas ou indianas.

Os chineses, por outro lado, são um grupo antigo de trabalhadores que agora se tornou um baluarte da estrutura social branca das Índias Ocidentais. Os chineses da República Popular da China romperam há muito tempo e estão lutando contra o imperialismo branco, mas nossos chineses não têm nada a ver com esse movimento. Eles devem ser identificados com Chiang-Kai-Shek e não com o presidente Mao Tse-tung. Eles devem ser colocados no mesmo grupo que os lacaios do capitalismo e do imperialismo que podem ser encontrados em Hong Kong e Taiwan. Independentemente das circunstâncias em que os chineses vieram para as Índias Ocidentais, eles logo se tornaram (como um grupo) membros da classe exploradora. Eles terão que abandonar ou serem desprovidos dessa função antes que possam ser reintegrados a uma sociedade nas Índias Ocidentais, onde o homem negro anda com dignidade.

O mesmo se aplica aos mestiços, outro grupo sobre o qual fui questionado. O homem mestiço das Índias Ocidentais é caracterizado pela ambiguidade e ambivalência. No passado, ele se identificou com as massas negras quando isso lhe convinha e, no momento, alguns mestiços estão na vanguarda do movimento rumo à consciência negra; mas a grande maioria aceitou os subornos do imperialismo branco, muitas vezes superando os brancos em seu ódio e opressão aos negros. Garvey escreveu sobre os mestiços jamaicanos: "Fui abertamente odiado e perseguido por alguns desses homens da ilha que não queriam ser classificados como

negros, mas brancos". Naturalmente, os negros das Índias Ocidentais conscientes como Garvey expressaram seu desgosto pelos mestiços, mas não há nada na experiência das Índias Ocidentais que sugira que os mestiços não sejam aceitos quando escolhem se identificar com os negros. Os acontecimentos do pós-1938, na verdade, mostraram exatamente o oposto. Parece-me, portanto, que não cabe ao movimento Black Power determinar a posição dos mestiços, vermelhos e dos chamados brancos das Índias Ocidentais - o movimento só pode manter a porta aberta e deixar que esses grupos façam sua escolha.

O Black Power não é racialmente intolerante. É a esperança do homem negro que ele tenha poder sobre seu próprio destino. Isto não é incompatível com uma sociedade multirracial onde cada indivíduo conta igualmente. Porque no momento em que o poder for distribuído equitativamente entre vários grupos étnicos, a própria relevância de fazer a distinção entre grupos será perdida. O que devemos objetar é a imagem atual de uma sociedade multirracial vivendo em harmonia - que é um mito destinado a justificar a exploração sofrida pelos mais negros de nossa população, nas mãos dos grupos de pele mais clara. Vejamos os números da composição racial da população jamaicana. De cada 100 jamaicanos,

76,8% são visivelmente africanos

0,8% europeu

1,1% indianos

0,6% chineses

0,1% sírios

91% têm sangue africano

14,6 % afro-europeu

5,4 % outras misturas

Esta é uma sociedade negra onde os africanos preponderam. Além da mestiçagem, todos os outros grupos são numericamente insignificantes e, no entanto, a sociedade procura dar-lhes igual peso e, certamente, mais peso do que aos africanos. Se fôssemos à Grã-Bretanha, poderíamos facilmente encontrar grupos não-brancos nas proporções acima⁸ - africanos e indianos, indianos e paquistaneses, turcos, árabes e outros orientais -, mas a Grã-

⁸ Como os não negros na Jamaica. Nota do Editor.

Bretanha não é chamada de sociedade multirracial. Quando vamos para a Grã-Bretanha, não esperamos assumir todos os negócios imobiliários britânicos, todos os seus cinemas e a maior parte de seu comércio como os europeus, chineses e sírios fizeram aqui. Tudo o que pedimos é por algum trabalho e abrigo, e não podemos sequer conseguir isso. O Black Power deve proclamar que a Jamaica é uma sociedade negra - deveríamos levantar a bandeira da Black Star de Garvey e tratarmos todos os outros grupos da sociedade com esse entendimento - eles podem ter o direito básico de todos os indivíduos, mas nenhum privilégio de explorar africanos como foi o padrão durante a escravidão e tem sido desde então.

O atual governo sabe que a Jamaica é um país negro. É por isso que Garvey se tornou um herói nacional, pois eles estão tentando induzir os negros a pensar que o governo está com eles. O governo da Jamaica reconhece o Black Power – ele tem medo da potencial ira da população negra e africana em grande parte da Jamaica. É esse mesmo medo que os obrigou a declarar luto quando homens negros foram assassinados na Rodésia e quando Martin Luther King foi assassinado nos EUA. Mas os negros não precisam ser informados de que Garvey é um herói nacional - eles sabem disso. Eles também não precisam ser ordenados a lamentar quando os negros são assassinados pelo poder branco, porque eles lamentam todos os dias aqui na Jamaica, onde o poder branco os mantém ignorantes, desempregados, mal vestidos e mal alimentados. Eles vão parar de lamentar quando as coisas mudarem - e isso significa uma revolução, pois o primeiro passo é quebrar as correntes que nos ligam aos imperialistas brancos, e esse é um passo muito revolucionário, Cuba é o único país nas Índias Ocidentais e neste hemisfério que rompeu com o poder branco. É por isso que Stokely Carmichael pode visitar Cuba, mas ele não pode visitar Trinidad ou Jamaica. É por isso que Stokely pode chamar Fidel de “um dos homens mais negros das Américas” e é por isso que nossos líderes, em contraste, são categorizados como “brancos”.

Aqui eu não estou apenas brincando com palavras - estou ampliando a definição de Black Power, indicando a natureza de seu oposto, “Poder Branco”, e forneço uma ilustração prática do que o Black Power significa em uma comunidade particular das Índias Ocidentais onde já ocorreu. Poder Branco é o poder dos brancos sobre os negros sem qualquer participação dos negros. O Poder Branco governa o mundo imperialista como um todo. Em Cuba, os negros e mestiços somavam 1.585.073 de uma população de 5.829.029 em 1953 - ou seja, cerca de um quarto da população. Como os negros da Jamaica hoje, eles eram os mais pobres e mais desfavorecidos da ilha. Cubanos de pele mais clara detinham poder local,

enquanto o poder real estava nas mãos dos imperialistas norte-americanos. Os cubanos negros lutaram ao lado de trabalhadores e camponeses cubanos brancos porque todos eram oprimidos. O Major Juan Almeida, um dos líderes mais destacados de Cuba hoje, foi um dos guerrilheiros originais da Sierra Maestra e é negro. Os cubanos negros desfrutam hoje de direitos políticos, econômicos e sociais e oportunidades exatamente iguais aos dos cubanos brancos. Ambos portam armas na milícia cubana como uma expressão de seus direitos básicos. Em outras palavras, o poder branco em Cuba terminou. A maioria da população branca naturalmente predomina numericamente na maioria das esferas de atividade, mas não detém o domínio sobre os negros sem levar em conta os interesses destes últimos. Os negros alcançaram o poder proporcional ao seu próprio número por seus próprios e heroicos esforços durante os dias de escravidão na luta contra os espanhóis e na luta contra o imperialismo. Tendo alcançado seus direitos, eles podem, de fato, esquecer a categoria “negro” e pensar simplesmente como cidadãos cubanos, como socialistas iguais e como homens. Na Jamaica, onde os negros são um número muito maior e não têm brancos ao seu lado como trabalhadores e camponeses oprimidos, serão os negros que, sozinhos, poderão carregar o peso da luta revolucionária.

Trotsky escreveu uma vez que a revolução é o carnaval das massas. Quando tivermos esse carnaval nas Índias Ocidentais, pessoas como nós aqui na universidade vão se juntar ao bacanal?

Vamos dar uma olhada em nossa posição atual. A maioria de nós que estudou na U.W.I. é perceptivelmente negra e, no entanto, fazemos, inegavelmente, parte do sistema imperialista branco. Alguns são ativamente pró-imperialistas. Eles não têm confiança em nada que não seja branco - eles falam coisas sem sentido sobre serem os negros preguiçosos, o mesmo absurdo que era dito sobre o negro jamaicano após a libertação, mesmo tendo ele ido ao Panamá e realizado a gigantesca tarefa de construir o Canal do Panamá, o mesmo absurdo que é dito sobre os desempregados das Índias Ocidentais hoje e, ainda assim, eles vão para a Inglaterra para conduzir em todo o sistema de transporte. A maioria de nós não chega aos mesmos extremos de desqualificar a nós mesmos e aos nossos irmãos negros, mas não dizemos nada contra o sistema, e isso significa que estamos consentindo com a exploração de nossos irmãos. Uma das maneiras que essa situação tem persistido, especialmente nos últimos tempos, é que ela deu a algumas pessoas, como eu e você, uma visão do progresso pessoal medido em termos do gramado da frente e do modelo mais recente de um enorme carro

americano. Isso nos posicionou em seus grupos sociais e privou as massas negras de articular uma liderança. É por isso que, no início, enfatizei que nossa escolha era permanecer como parte do sistema branco ou romper com ele. Não há outra alternativa.

O Black Power nas Índias Ocidentais deve ter como objetivo transformar a *intelligensia* negra em servidores das massas negras. Black Power dentro da universidade e fora dela deve ter como objetivo a superação do imperialismo cultural branco. Os brancos nos dominaram tanto fisicamente quanto mentalmente. Este fato é revelado em praticamente qualquer estudo sociológico sério da região - o processo de lavagem cerebral foi tão estupendo que convenceu tantos homens negros de sua inferioridade. Vou simplesmente elaborar algumas ilustrações para lembra-los desse fato que negros como nós de Mona preferem esquecer.

O negro adulto em nossa sociedade das Índias Ocidentais está totalmente condicionado ao pensamento branco, porque esse é o treinamento que nos é dado desde a infância. A garotinha negra brinca com uma boneca branca, identificando-se com ela enquanto penteia o cabelo loiro. Solicitado a esboçar a figura de um homem ou mulher, o estudante negro instintivamente produz um homem branco ou uma mulher branca. Isto não é surpreendente, uma vez que, até recentemente, as ilustrações nos nossos livros didáticos eram todas figuras de europeus. As poucas mudanças que ocorreram mal tocam a superfície do problema. Os antilhanos de todas as cores ainda aspiram aos padrões europeus de vestuário e beleza. A linguagem usada pelos negros para nos descrever mostra como desprezamos nossa aparência africana. “Cabelo bom” significa cabelo europeu, “nariz bonito” significa nariz fino, “tez bonita” significa tez clara. Todos reconhecem o quanto essas expressões são incongruentes e ridículas, mas continuamos a usá-las e a expressar nosso apoio à suposição de que os europeus brancos têm o monopólio da beleza e de que o negro é a encarnação da feiura. É por isso que os defensores do Black Power acham necessário afirmar que BLACK IS BEAUTIFUL.

A mais profunda revelação do quanto a nossa sociedade está doente sobre a questão da raça é o nosso respeito por todos os símbolos brancos da religião cristã. Deus o Pai é branco, Deus o Filho é branco e, presumivelmente, Deus o Espírito Santo é branco também. Os discípulos e santos são brancos, todos os Querubins, Serafins e anjos são brancos - exceto Lúcifer, claro, que era negro, sendo a personificação do mal. Quando alguém pede que os negros rejeitem essas coisas, isso não é um ataque aos ensinamentos de Cristo ou aos ideais

do cristianismo. O que temos que perguntar é: “Por que o cristianismo deve chegar a nós, todo embalado de branco?” A raça branca constitui cerca de 20% da população mundial, e ainda assim os povos não brancos devem aceitar que todos os que habitam no céu são brancos. Existem 650 milhões de chineses, então por que Deus e a maioria dos anjos não deveriam ser chineses? A verdade é que não há absolutamente nenhuma razão para que diferentes grupos raciais não se abasteçam com seus próprios símbolos religiosos. Uma imagem de Cristo pode ser vermelha, branca ou negra, dependendo das pessoas envolvidas. Quando os africanos adotam o conceito europeu de que a pureza e a bondade devem ser pintadas de branco e tudo o que é mau e amaldiçoado deve ser pintado de preto, então estamos flagrantemente nos auto-insultando.

Através da manipulação desta mídia de educação e comunicação, os brancos produziram pessoas negras que administram o sistema e perpetuam os valores brancos de “homens negros de bom coração”, como são chamados por elementos conscientes. Isso é verdade tanto para os indianos quanto para os africanos em nossa sociedade das Índias Ocidentais. De fato, a explicação básica da tragédia do confronto africano / indiano na Guiana e em Trinidad é o fato de que os europeus os mantiveram ambos cativos pelo modo europeu de ver as coisas. Quando um africano abusa de um indiano, ele repete tudo o que os homens brancos diziam sobre os trabalhadores aprendizes indianos “peões”; e, por sua vez, o indiano tomou emprestado dos brancos o estereótipo do “negro preguiçoso” para aplicar ao africano ao seu lado. É como se nenhum homem negro pudesse ver outro homem negro exceto através do olhar de uma pessoa branca. É hora de começarmos a ver através de nossos próprios olhos. O caminho para o Black Power aqui nas Índias Ocidentais e em qualquer outro lugar deve começar com uma reavaliação de nós mesmos como negros e com uma redefinição do mundo a partir de nosso próprio ponto de vista.

Do Fascismo ao Pós-Fascismo¹

Recebido: 22-06-2019
Aprovado: 22-08-2019

Enzo Traverso²

Definições

O surgimento da direita radical é uma das mais notáveis características de nosso momento histórico. Em 2018, oito países da União Europeia (Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Itália, Polônia, Hungria e Eslováquia) são governados por partidos da extrema-direita, nacionalistas e xenófobos. Esses partidos também polarizaram a disputa política em três das maiores nações da União Europeia: na França, a *Frente Nacional* perdeu as eleições presidenciais de 2017, mas alcançou extraordinários 33.9% dos votos; na Itália, a *Liga do Norte* tornou-se a força hegemônica da direita ao criar um novo governo e marginalizar a *Forza Italia* de Silvio Berlusconi; e na Alemanha o *Alternativa para a Alemanha* assumiu cadeiras no *Bundestag* em 2017 com quase 13% dos votos, resultado que enfraqueceu sobremaneira a Chanceler Angela Merkel e levou a *União Democrática Cristã* (CDU) a renovar sua coalisão com o *Partido Social Democrata* (SPD). A “exceção Alemã”, frequentemente louvada desapareceu, e Merkel anunciou sua intenção de repensar suas políticas “generosas” em favor dos imigrantes e refugiados. Fora da União Europeia, a Rússia de Putin e alguns de seus satélites estão longe de serem os únicos bastiões do nacionalismo. Com a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, o surgimento de uma direita nacionalista, populista, racista e xenófoba, tornou-se um fenômeno global. O mundo ainda não havia experimentado um similar crescimento da direita radical desde os anos de

¹ O presente texto compõe o capítulo 1 “From Fascism to Postfascism” do livro *The New Faces of Fascism: Populism and the Far Right*, publicado pela editora Verso na Inglaterra e nos Estados Unidos em 2019. Agradecemos ao autor, como também à Editora Âyiné, pela autorização da tradução que terá publicação integral da obra no Brasil em breve. Tradução do original em inglês por Monica Lúcia R. Fernandes e Rafael Alexandre Mello (IREL/UnB), com revisão de Raphael Lana Seabra (ELA/UnB), membros do Grupo de Estudos sobre Pensamento Crítico Latino-Americano (ECLA-UnB).

² Historiador italiano que atualmente é professor no Susan and Barton Winokur em Ciências Humanas na Cornell University, Estados Unidos. É autor de *The Marxists and the Jewish Question; The Jews and Germany; Understanding the Nazi Genocide; The Origins of Nazi Violence; Fire and Blood; The European Civil War, 1914-1945* entre outros. Suas obras foram traduzidas e publicadas em diversas línguas, no Brasil teve publicado *Melancolia de esquerda: Marxismo, História e Memória* pela Editora Âyiné em 2018.

1930, um desenvolvimento que desperta a memória sobre o fascismo. Seu fantasma ressurgiu nos debates contemporâneos e reabriu a antiga questão da relação entre a historiografia e o uso público do passado. Reinhart Koselleck (2002, p. 20-37) nos lembra de que há uma tensão entre os fatos históricos e sua transcrição linguística: conceitos são indispensáveis para se pensar a experiência histórica, mas também podem ser usados para compreender novas experiências que estão ligadas ao passado através de uma rede de continuidade temporal. A comparação histórica que tenta estabelecer mais analogias e diferenças do que homologias e repetições surge da tensão entre história e linguagem.

Atualmente, o surgimento da direita radical traz uma ambiguidade semântica: por um lado, quase ninguém fala abertamente do fascismo - exceções notáveis ao *Aurora Dourada* na Grécia, o *Movimento por uma Hungria Melhor* (*Jobbik*) na Hungria e o *Partido Nacional* na Eslováquia – e a maioria dos observadores reconhecem as diferenças entre esses novos movimentos e os seus antepassados dos anos 1930. Por outro lado, qualquer tentativa de definir este novo fenômeno nos faz comparar com os anos do Entre Guerras. Em resumo, o conceito de fascismo parece ser inapropriado e indispensável para se compreender esta nova realidade. Portanto, chamarei o momento atual de um período de *pós-fascismo*. Este conceito enfatiza sua particularidade cronológica e o localiza em uma sequência histórica marcada tanto pela continuidade quanto pela transformação; certamente ele não responde a todas as questões que foram abertas, mas ele enfatiza a realidade da mudança.

Antes de tudo, é preciso não esquecer que o conceito de fascismo tem sido usado desde a Segunda Guerra Mundial e não só para definir as ditaduras militares na América Latina. Em 1959, Theodor Adorno escreveu que “a sobrevivência do Nacional Socialismo *dentro* da democracia” era potencialmente mais perigoso do que a “sobrevivência das tendências fascistas *contra* a democracia” (Adorno, 2005, p. 90). Em 1974, Pier Paolo Pasolini retratou os modelos antropológicos do capitalismo neoliberal como um “novo fascismo” o qual, quando comparado ao regime de Mussolini, parecia irremediavelmente arcaico, um tipo de “paleofascismo” (Pasolini, 2008, p.63). E mesmo em décadas mais recentes, muitos historiadores buscam associar a Itália de Berlusconi – e não sua filiação – ao fascismo clássico. Claro que havia enormes diferenças entre este regime e o fascismo histórico – o culto ao mercado em lugar do estado, das propagandas da televisão ao invés de “desfiles oceânicos” e assim por diante – mas a concepção de democracia plebiscitária de

Berlusconi e a liderança carismática evocam fortemente o arquétipo fascista (D'Arcais, 2011, p.121-40; Gibelli, 2011).

Esta pequena digressão mostra que o fascismo não apenas foi transnacional ou transatlântico (Finchelstein, 2010), mas também trans-histórico. A memória coletiva estabelece uma ligação entre o conceito e seu uso público, que costuma exceder sua dimensão puramente historiográfica. Sob esta perspectiva, o fascismo (assim como outros conceitos em nosso léxico político) poderia ser visto como um conceito trans-histórico capaz de transcender a idade que o engendrou. Afirmar que os Estados Unidos, o Reino Unido e a França são democracias, não quer dizer que se postule a identidade de seus sistemas políticos ou que eles correspondam à democracia ateniense do período de Péricles. No Século XXI, o fascismo não terá a face de Mussolini, Hitler e Franco; e nem (esperamos) terá a forma do terror totalitário. Sabemos, no entanto que há muitas formas de se destruir a democracia. As referências rotineiras às ameaças à democracia – particularmente o terrorismo islâmico – costumam retratar o inimigo como externo, mas elas se esquecem de uma lição fundamental da história do fascismo: que a democracia pode ser destruída a partir de dentro.

Na verdade, o fascismo é parte central de nossa consciência histórica e de nosso imaginário político, mas muitos aspectos do contexto atual complicam esta referência histórica. Entre essas novas circunstâncias, destaca-se o surgimento do terrorismo islâmico, que alguns atores políticos e comentaristas costumam chamar de “fascismo islâmico”. Como a nova direita radical se assume como um bastião contra este “fascismo islâmico”, a palavra *fascismo* é mais um obstáculo do que uma categoria de interpretação. Daí, porque o termo *pós-fascismo* ser mais apropriado. Sem desconsiderar seus limites evidentes, este termo nos ajuda a descrever um fenômeno em transição, um movimento ainda em transformação e ainda não cristalizado. Por esta razão o “*pós fascismo*” não tem o mesmo status do conceito “fascismo”. O debate historiográfico sobre o fascismo ainda está em aberto, mas ele define um fenômeno cujas fronteiras cronológicas e políticas são bastante claras. Quando falamos de fascismo, não há ambiguidade sobre o que falamos, mas as novas forças da direita radical são fenômenos heterogêneos e complexos. Eles não têm as mesmas características em todos os países, inclusive os da Europa: da França para a Itália; da Grécia para a Áustria, da Hungria para a Polônia e Ucrânia, elas têm pontos em comum, mas são muito diferentes uma das outras.

O Pós-fascismo também deve ser distinguido do neofascismo, que é uma tentativa de perpetuar e regenerar o velho fascismo. São exemplos disto, vários partidos e movimentos que surgiram na Europa Central ao longo das últimas duas décadas (*Jobbik* na Hungria, por exemplo) pregam abertamente uma continuidade ideológica com o fascismo histórico. O pós-fascismo é algo mais: em muitos casos, ele surge de um passado fascista clássico, mas vem mudando suas formas. Muitos movimentos pertencentes a esta constelação não apelam a essas origens e se distinguem do neofascismo. De qualquer modo, eles não exibem uma continuidade ideológica com o fascismo clássico. No esforço de defini-los, não podemos ignorar o ventre fascista de onde eles surgiram, na medida em que essas são suas raízes históricas, mas também devemos levar em consideração suas metamorfoses. Eles se transformaram e tomaram um rumo cujo resultado é imprevisível. Quando tiverem se estabelecido como outra coisa, com características política e ideológica estáveis, teremos que cunhar uma nova definição. O pós-fascismo pertence a um regime particular de historicidade – começo do século XXI – o que explica seu conteúdo ideológico errático, instável e contraditório, no qual se misturam filosofias políticas antinômicas.

A Frente Nacional, movimento francês bastante conhecido, sintetiza essas transformações. É em vários aspectos uma força emblemática devido ao seu recente sucesso e sua presença na política europeia. Quando de sua fundação em 1972, era óbvio que tinha sido gestado no ventre do fascismo francês. Nas décadas seguintes ela conseguiu aglutinar várias correntes da extrema direita, nacionalistas e católicos-fundamentalistas, *Poujadistas*³ e Colonialistas (nostálgicos da *Argélia Francesa*). Provavelmente, a chave desta operação de sucesso foi a curta distância histórica que a separa Vichy⁴ das guerras coloniais da França. O conteúdo fascista foi capaz de juntar todos e servir como força motriz do partido no momento de sua fundação.

A Frente Nacional tinha começado a evoluir já em 1990, mas só quando Marine Le Pen tornou-se líder em 2011 que o partido começou a “mudar de pele”⁵. Seu discurso mudou, deixando de clamar seus velhos princípios políticos e ideológicos e se reposicionando mais significativamente no palco da política francesa. Preocupado com a sua reputação, a Frente

³ Refere-se ao movimento surgido na França entre 1954 e 1958 liderado por Pierre Poujade, um livreiro ultrarreacionário e que contemporaneamente refere-se à demagogia (Nota das Tradutoras - N.T.)

⁴ Trata-se da região francesa que durante a ocupação alemã na Segunda Guerra Mundial colaborou ativamente com o nazismo entre 1940 e 1944 sob o governo títere do Marechal Philippe Pétain (N.T.).

⁵ Existe uma vasta literatura sobre a história da Frente Nacional, para uma visão geral veja Valerie Igounet, 2014.

Nacional buscou se juntar ao sistema da Quinta República, apresentando-se como uma alternativa “normal” e indolor. Claro que se opôs à União Europeia e ao establishment tradicional, mas não mais desejava parecer uma força subversiva. Diferentemente do fascismo clássico, que queria mudar tudo, a ambição da Frente Nacional é agora transformar o sistema de dentro. Pode-se argumentar que mesmo Mussolini e Hitler conquistaram o poder por caminhos legais, mas a objeção não se sustenta; a vontade deles em derrubar o Estado de Direito e varrer a democracia foi afirmada claramente.

Mais do que um legado político, a linha de descendência de Marine Le Pen na Frente Nacional tem a forma de filiação biológica: foi o pai quem entregou o poder à filha, dando claros traços dinásticos a esta passagem. Mas este partido nacionalista é agora dirigido por uma mulher, fato até então sem precedente no movimento fascista. A Frente Nacional é também marcada por tensões, as quais são mais aparentes no campo do conflito ideológico entre pai e filha e, sobretudo, entre as correntes ligadas à antiga Força Nacional e aquelas que querem transformá-la em outra coisa. A Frente Nacional começou uma metamorfose, uma mudança de linha, ainda não cristalizada; a transformação ainda está em curso.

Europa

Frente à nova ascensão da extrema-direita, seria uma ilusão perigosa encarar a União Europeia como o “remédio”. Apesar de uma poderosa retórica sobre a ideia europeia, o resultado de várias décadas de políticas da União Europeia (UE) é um fracasso. O contraste entre as elites da UE e seus antecessores é convincente. É tão forte que, por reação, ficamos tentado a admirar seus pais fundadores. Não falo dos intelectuais, como Altiero Spinelli que imaginou uma Europa Federal em meio a uma terrível guerra. Penso nos arquitetos da União Européia: Konrad Adenauer, Alcide de Gasperi e Robert Schuman. Susan Watkins nos lembrou recentemente que todas essas figuras nasceram nos anos 1880, no apogeu do nacionalismo e cresceram em uma época em que se viajava em carruagens puxadas à cavalo (Watkins, 2014, p.2-25). Provavelmente eles compartilhavam uma certa concepção alemã sobre a Europa: Adenauer tinha sido prefeito de Colônia, De Gasperi tinha representado a minoria italiana no Parlamento Hapsburg, e Schuman cresceu em Strasburgo, na Alsácia alemã antes de 1914. Quando se encontraram, falavam em alemão, mas defendiam uma visão cosmopolita e multicultural da Alemanha, distante da tradição do nacionalismo Prussiano e do

Pan-Germanismo (Judt, 2005, p.157). Tinham uma visão de Europa, que eles esboçaram tendo um destino comum em um mundo bipolar, e eles tiveram coragem na medida em que propuseram este projeto à povos que tinham saído de uma guerra civil continental. O plano de uma integração econômica – carvão e aço – ficou no desejo político. Eles conceberam um mercado comum como o primeiro passo em direção à uma unificação política, e não como um ato de submissão à interesses financeiros. Pelo bem ou pelo mal, Helmut Kohl e François Mitterrand foram os últimos a agir como estadistas. Não tinham a mesma estatura de seus antecessores, mas não eram executivos de bancos e de instituições financeiras internacionais.

A geração que os sucedeu na passagem para o Século XXI e um não tem nem visão – se gabam de sua falta de ideias como sendo uma virtude pós-ideológico do pragmatismo – nem coragem, na medida em que suas escolhas dependem de pesquisas de opinião. Seu exemplo é Tony Blair, o artista da mentira, do oportunismo e do carreirismo político, atualmente desacreditado em seu próprio país, mas ainda envolvido em atividades lucrativas. Um europeísta convicto – o mais pró-Europeu dos líderes ingleses do pós-guerra – ele representa uma mutação: o nascimento de uma elite política neoliberal que transcende a clivagem tradicional entre direita e esquerda. Tarik Ali chama isto de “extrema direita” (Ali, 2015). Blair serviu de modelo para François Hollande, Matteo Renzi, para os líderes do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), e em certa medida, até para Angela Merkel, que governa em perfeita harmonia com o SPD. Atualmente, o neoliberalismo incorporou os herdeiros da social democracia e das correntes conservadoras cristãs.

O resultado desta mudança foi o impasse do próprio projeto europeu. Por um lado, esta falta de visão transformou a UE em uma agência encarregada de aplicar medidas exigidas pelos poderes financeiros e, por outro lado, a falta de coragem impediu qualquer avanço do processo de integração política. Obcecados pelas pesquisas de opinião, os dirigentes da UE padecem de uma visão estratégica; são incapazes de pensar além das próximas eleições. Paralisada pela impossibilidade de retornar às antigas soberanias nacionais e resistentes a construir instituições federais, a UE criou um monstro estranho e horrível: a *troika*, uma entidade sem existência jurídica e política, sem legitimidade democrática e mesmo assim, detém o poder real e as regras do continente. O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Central Europeu (BCE) e a Comissão Européia determinam as políticas de todos os governos nacionais, avaliam sua implantação e decidem sobre os ajustes compulsórios. Podem inclusive mudar o próprio executivo, como ocorreu na Itália no final de 2011 e no

verão de 2018. No primeiro caso, Mario Monti, o homem de confiança do BCE e do Goldman Sachs, destituiu Berlusconi; no segundo caso, o Presidente Sergio Mattarella recusou-se a nomear o Ministro da Economia de um governo apoiado pela maioria parlamentar porque muitos jornais o acusavam de “eurocético”, isto é, hostil à moeda da UE. Monti, um líder técnico não eleito, aplicou o receituário à troika. Em 2018, Paolo Savona foi substituído por Giovanni Tria, um economista que a troika considerava mais confiável, em troca de uma série de concessões às demandas xenofóbicas e autoritárias da Liga do Norte. O direito a decidir sobre a vida e a morte de seres humanos – o direito que distingue a soberania clássica – é exatamente o direito que a troika impôs aos gregos durante a crise da Grécia, ao ameaçar de morte e asfixia todo o país. Quando a troika não tem interesses específicos para defender, a União Europeia não existe e se quebra: por exemplo, para enfrentar a crise dos refugiados, cada país quer fechar suas fronteiras. Em circunstâncias como essas, os políticos xenófobos não são mais incompatíveis com a governança da UE.

Este superpoder não emana de nenhum parlamento ou da soberania popular, uma vez que o FMI não faz parte da UE, o “Euro Grupo” é um ajuntamento informal de ministros das finanças, e o BCE (de acordo com seu próprio estatuto) é uma instituição independente. Como muitos analistas observam, a troika é um *Estado de Exceção*. No entanto, este Estado de Exceção, não tem muitas semelhanças com as ditaduras do passado, pois de acordo com a teoria política clássica, expressavam *a autonomia do político*. Na situação atual, este Estado de Exceção não é transitório, mas é seu próprio modo de funcionar – a exceção tornou-se a regra – e significa a completa submissão do político ao financeiro⁶. Em suma, é um Estado de Exceção que determina um tipo de ditadura financeira, um Leviatã neoliberal. A troika fixa as regras, transmite-as à diferentes estados da UE e controla sua aplicação. Em síntese, é o “ordoliberalismo” de Wolfgang Schäuble: não é o capitalismo submetido às regras políticas, mas um capitalismo financeiro que dita suas próprias regras. Os dirigentes podem agir como comissários, no sentido Schmittiano, mas o *Nomos* (um tipo de lei existencial) que eles incorporam e para o qual todas as regras jurídicas estão submetidas é econômico e financeiro, não político. Portanto, a contradição constitutiva de nossas democracias modernas em que uma racionalidade jurídico-política coexiste com uma racionalidade econômico-gerencial finalmente encontrou uma solução ao substituir o corpo político democracia – por uma técnica

⁶ Sobre a “autonomia do político” veja Carl Schmitt, 2007.

de governo⁷. Em outras palavras, governo foi substituído por *governança*, o resultado de uma financeirização da política que transformou o estado em uma ferramenta que incorpora e dissemina a razão neoliberal (Brown, 2015, p.70-78). Quem poderia personificar um Estado de exceção financeiro melhor do que Jean-Claude Juncker? Por vinte anos ele dirigiu o Grão-ducado de Luxemburgo e o transformou na pátria da evasão fiscal do capitalismo. A definição de estado que Marx criou no século dezenove – um comitê para administrar os negócios comuns de toda a burguesia – finalmente foi incorporada com perfeição pela UE.

Se a UE não é capaz de mudar o curso depois do trauma do *Brexit*, pode-se perguntar como ela sobreviverá – e se ela merece isto. A UE não é, atualmente, uma barreira para o crescimento da extrema direita, mas o combustível para ela. Com efeito, o desenrolar da UE poderá ter um efeito imprevisível na forma como esses movimentos se desenvolvem. Se a UE estivesse por se romper, detonando uma crise econômica, a extrema direita poderia muito bem radicalizar: o pós-fascismo tomaria então a trilha do neofascismo. E este processo, poderia se espalhar de país para país num efeito dominó. Ninguém pode imaginar como controlar este cenário aterrador que só reforçaria o caráter instável da direita pós-fascista.

Mas ainda não chegamos a este ponto. Hoje, a força dominante da economia global – o capital financeiro – não aposta nesses movimentos, seja na Marine Le Pen na França ou os neofascistas em outros países. De fato, o capital financeiro apoia os pilares políticos da EU, ou seja, os partidos do “extremo centro”. Essas forças se opuseram ao *Brexit*, assim como Wall Street apoiou Hillary Clinton nas eleições americanas. O cenário acima descrito, onde a direita radical chegaria ao poder e a UE se desintegraria, teria que envolver todo um bloco social e político de todo o continente. Em um contexto de caos prolongado, tudo é possível. Foi o que aconteceu na Alemanha entre 1930 e 1933, quando os nazistas ao criar um movimento de “plebeus enraivecidos” tornaram-se o interlocutor inevitável do grande negócio, as elites financeiras e industriais, e depois o exército. No período do entre guerra, o fascismo proclamava ser uma opção contra o bolchevismo. Diferentemente dos anos 1930, no entanto, a atual crise europeia não indica o caminho (pelo menos em termos previsíveis) para uma solução à esquerda. A ausência de uma alternativa crível tem consequências muito contraditórias.

Um dos pilares fundamentais do fascismo clássico foi o anticomunismo. (Mussolini definiu seu movimento como sendo uma “revolução contra revolução”). Não há nada

⁷ Esta distinção é conceitualizada e analisada por Agamben, 2011.

comparável na imaginação pós-fascista, que não é assombrada por figuras Jungerianas de milicianos com corpos metálicos esculpidos nas trincheiras. Conhecem-se apenas corpos esculpidos em academias esportivas. O comunismo e a esquerda não são mais seus inimigos mortais e principais. Na paisagem mental do pós-fascismo, o terrorista islâmico que substituiu o bolchevique não trabalha nas fábricas, mas sim se esconde nos subúrbios ocupados por imigrantes pós-coloniais. Por isso numa perspectiva histórica, o pós-fascismo poderia ser visto como sendo o resultado da derrota das revoluções do século XX: após o colapso do comunismo e dos partidos socialdemocratas abraçarem a governabilidade neoliberal, a direita radical está se tornando, em muitos países, a força mais influente de oposição ao “sistema”, mesmo que não assuma uma face subversiva e evite competir com a esquerda radical.

No entanto, tal posição não é apenas vantajosa à direita radical. Nos anos de 1930, foi o anticomunismo empurrou as elites europeias a aceitar Hitler, Mussolini e Franco. Vários historiadores afirmam que esses ditadores se beneficiaram não apenas de “erros de cálculo” dos governantes e dos partidos conservadores tradicionais, mas não há dúvida de que sem Revolução Russa e da depressão global, as elites econômica, militar e política alemãs frente ao colapso da República de Weimar não teriam permitido Hitler tomar o poder. Hoje, os interesses das elites econômicas são muito melhor representados pela União Europeia do que pela direita radical. A segunda poderia se tornar um interlocutor de confiança e uma liderança potencial só na hipótese do colapso do euro, o que levaria o continente ao caos e instabilidade. Desafortunadamente, esta possibilidade não é impossível. Nossas elites econômicas lembram os “sonâmbulos” às vésperas de 1914, os responsáveis do “show europeu” que mergulharam na catástrofe completamente alienados do que estava ocorrendo (Clark, 2012).

A extrema direita tem diferentes faces em diferentes países e não pode ser combatida na Grécia da mesma forma que na Alemanha, França ou Itália. Entretanto, podemos ter vários indicativos a partir do exemplo francês, um país cujo sistema político amplifica enormemente a extrema direita todas as vezes que há eleições presidenciais. Depois do terremoto da disputa de 2002, em que Jean Marie Le Pen chegou ao segundo turno pela primeira vez, a Frente Nacional foi capaz de influenciar a agenda política nacional. Quinze anos depois, a presença de Marine Le Pen no segundo turno das eleições presidenciais pareceu algo normal. Atualmente é ela quem lidera a oposição a Emmanuel Macron. Quando Nicolas Sarkozy era Ministro do Interior, ele prometeu “limpar” os *banlieues* (subúrbios de maioria populacional formada pela classe trabalhadora e minorias étnicas), e como presidente ele criou um

Ministério de Imigração e Identidade Nacional. Em um clima de tensão agravado por ataques terroristas, o governo federal sob o mandato do Presidente Socialista François Hollande adotou ainda mais a agenda da extrema direita. O chefe de governo, Manuel Valls, proclamou primeiro um Estado de Emergência e então fez uma tentativa (mal sucedida) de aprovar leis caçando a cidadania francesa dos terroristas, em um contexto de violência indiscriminada. A retórica da república abriu caminho para medidas de “segurança”. Dissidentes políticos e movimentos sociais contrários ao governo foram apresentados como uma ameaça à segurança nacional ao mesmo tempo em que o Estado adotava uma política de discriminação e suspeita contra as populações de origem pós-colonial. Estas últimas, vistas como uma fonte de terrorismo são as que mais têm dupla cidadania e, portanto, são as mais ameaçadas de terem sua nacionalidade francesa caçada. Se realmente precisamos de um Estado autoritário e xenófobo para garantir a segurança nacional, a Frente Nacional será sempre a força política mais apta para isto. As leis especiais que Macron decidiu manter incluem muitas propostas que a Força Nacional defende.

Governos, tanto de direita quanto de esquerda, têm implementado políticas de austeridade, como tem feito o governo francês, que se apresenta sendo tanto *de direita quanto* de esquerda. Em resposta a isto, Marine Le Pen afirma que defende os interesses das classes populares os “franceses do estoque francês”. É o bastante para atrair um setor do eleitorado popular que de início se refugiou na abstenção em resposta ao seu abandono da esquerda e sua perda de compasso político.

Populismo

Muitos estudiosos retratam os movimentos e os partidos de extrema-direita como uma nova família política com base em uma ideologia partilhada, “o nacional-populismo” (Camus e Lebourg, 2015). Na França, este conceito surgiu nos meados dos anos 1980, graças à Pierre-André Taguieff que tentou dar uma definição mais sistemática ao termo⁸. À primeira vista, este conceito parece mais pertinente hoje do que trinta anos atrás, já que agora há uma diferença mais óbvia entre um partido como a Frente Nacional e o fascismo clássico. Mas o conceito de populismo foi tão amplamente usado que suscita um robusto e justificado ceticismo. Por um lado, sua livre flutuação e seus limites abrangentes o tornam quase

⁸ Confira a contribuição de Rioux (2007).

incompreensível; por outro lado, é impossível falar de populismo como um fenômeno político totalmente desenvolvido, com um perfil e uma ideologia próprios. Há certo consenso entre os historiadores de que este termo se aplica a alguns fenômenos do século dezenove, a exemplo do populismo russo e do populismo americano (os *Narodniks* desde 1860, o agrário Partido do Povo entre 1892 e 1896), o Boulangismo na França nos primeiros anos da Terceira República, ou a grande variedade de populismos latino-americanos no século XX⁹, mas o populismo é acima de tudo um *estilo de política* e não uma *ideologia*. Trata-se de uma retórica que consiste em exaltar as virtudes “naturais” do povo em oposição às da elite – e da própria sociedade em relação ao *establishment* político – com objetivo de mobilizar as massas contra “o sistema”. Podemos ver esta retórica em uma grande variedade de líderes políticos e movimentos. Nos últimos anos, as acusações de “populismo” foram dirigidas contra Nicolas Sarkozy, Marine Le Pen, Jean-Luc Mélechon na França; Nigel Farage e Jeremy Corbyn no Reino Unido; Silvio Berlusconi, Matteo Salvini e Beppe Grillo na Itália; Viktor Orbán na Hungria e Pablo Iglesias na Espanha; Donal Trump e Bernie Sanders nos EUA; e Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador; Nestor Kirchner e sua esposa Cristina na Argentina. Perante essas enormes diferenças entre essas figuras, a palavra “populismo” tornou-se uma concha vazia que pode ser preenchida por conteúdos políticos dos mais disparatados. Tendo em vista a elasticidade e a ambiguidade do conceito de populismo, Marco d’Éram assinala que ele tem mais a ver com aqueles que o usam do que a quem ele se aplica: é uma ferramenta política útil para estigmatizar adversários. Ao estigmatizar seus adversários políticos de “populistas” se está, antes de tudo, mostrando o desdém que se tem pelo povo. Quando a ordem neoliberal estabelece como norma política a austeridade e as desigualdades sociais, todos que contra ela se posicionam, são automaticamente chamados de populistas (D’Eramo, 2013). “Populismo” é uma categoria usada como mecanismo de autodefesa das elites políticas que sempre estão distante do povo. Diz Jacques Rancière:

Populismo é o nome conveniente para dissimular a contradição exagerada entre legitimidade do povo e legitimidade do especialista, ou seja, a dificuldade do governo em se adaptar às manifestações da democracia e mesmo para a forma mista do sistema representativo. Este nome, de imediato, mascara e revela o desejo intenso do oligarca: governar sem povo, em outras palavras, sem dividir o governo com o povo; governar sem política (Rancière, 2006, p.80).

⁹ São trabalhos clássicos nessa temática Venturini, 1996; Kazin, 1998; Sternhell, 1997; Zanatta, 2013.

Ao julgar pelos jornais europeus, *El País*, *La Repubblica*, *Le Monde*, *The Guardian* e *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, o crescimento do populismo está enraizado tanto de políticas sociais – o confronto com a austeridade, a luta pelo aumento do salário mínimo, a defesa dos serviços públicos, e a rejeição aos cortes nos gastos públicos – quanto do apoio à xenofobia e ao racismo. Este é apenas um exemplo da confusão que a palavra populismo pode produzir. De acordo com esta lógica, qualquer um que critica a política neoliberal da *troika*, é um populista. O Syriza da Grécia (até 2015) e o Podemos da Espanha foram definidos como populistas. Qualquer político *anti-establishment* pode ser colocado no mesmo saco, quando se ignora as diferenças ideológicas entre eles. O conceito de populismo elimina a diferença entre esquerda e direita e afasta a possibilidade de se entender a política.

Mesmo as tentativas mais nuançadas, informadas e rigorosas de conceituar populismo, caem inevitavelmente, nesta armadilha epistemológica. O populismo se transforma numa categoria abstrata formalizada por um conjunto de características gerais – autoritarismo, nacionalismo radical entendido como religião política, liderança carismática, rejeição ao pluralismo e ao controle da lei, uma visão monolítica e homogênea do povo, uma retórica demagógica entre outras – categoria esta na qual alguns movimentos de esquerda e de extrema direita se enquadram. No entanto, para se definir esta categoria abstrata, pode-se ignorar tanto as genealogias históricas quanto seus objetivos sociais e políticos, que divergem dramaticamente entre si. Se, conforme com a avaliação de Federico Finchelstein, “o populismo é uma forma autoritária de democracia que surgiu originalmente como uma reformulação do fascismo de pós-guerra”, uma matriz à qual permaneceria ligado “genética e historicamente”, é muito difícil entender sua tipologia que inclui “o populismo neoclássico da esquerda”, corrente política a qual pertencem Hugo Chavez, Rafael Correa e Evo Morales na América Latina e também o Podemos e Syriza na Europa (Finchelstein, 2017, p.98, 251, 101). Isaiah Berlin não estava completamente errado quando em sua velha sabedoria conservadora, ele mencionou a futilidade de um tipo de “populismo platônico”. Ele dizia que muitos acadêmicos adquiriram um curioso complexo de Cinderela: “há um sapato – a palavra populismo - para o qual em algum lugar, deve existir um pé”¹⁰.

Outro exemplo pode também jogar uma luz sobre esta falta de compreensão. Embora sejam muitas vezes eles sejam reunidos sob o mesmo rótulo de “populismo” há uma diferença

¹⁰ Palavras de Isaiah Berlin numa conferência sobre o populismo ocorrida em 1967 na London School of Economics, citado por Finchelstein, 2017, p.128.

fundamental entre o populismo latino-americano e o pós-fascismo. Quando olhamos o estilo político de Hugo Chaves vemos que ele foi um populista por excelência. Usou com frequência a demagogia como técnica de comunicação e regularmente convocava o povo quando lhe parecia necessário. Por vezes, ele estava certo em convocá-lo: em 2002 foi uma revolta popular que o salvou de um golpe de estado organizado pela direita venezuelana e pela embaixada dos Estados Unidos. Independente de seus limites, o populismo latino-americano buscou redistribuir riqueza e *incluir* no sistema político aqueles setores da sociedade geralmente *excluídos* (de la Torre, 2016, 61-76). A economia política destas experiências é certamente assunto para uma discussão posterior – a incapacidade de usar a renda do petróleo, que é quase a totalidade da riqueza do Estado, para diversificar a economia venezuelana, levou o país à uma catástrofe após a queda do preço do barril de petróleo – mas os objetivos dos populismos latino-americanos são principalmente sociais. A liderança carismática e a deliberação plebiscitária não são certamente formas de democracia, mas as campanhas contra esses governos pelo *El País* e pelo *Financial Times* estão enraizadas em várias motivações: na América Latina, o populismo era a forma mais consistente de resistência política contra a globalização neoliberal.

Diferentemente, os partidos populistas da Europa Ocidental são caracterizados pela xenofobia e pelo racismo e têm por objetivo principal excluir as camadas mais baixas, mais precárias e marginais da população, o que significa todos os imigrantes. Marco Revelli está certo ao definir o populismo da direita como uma “desordem senil” da democracia liberal, uma “revolta do incluído” que foi empurrado para as margens (Revelli, 2017, p.4). Considerando esta diferença radical, os conceitos de “populismo” e “nacional-populismo” ao invés de ajudar a elucidar os termos só criam confusão. Eles focam-se apenas sobre o *estilo* político, ou seja, os conceitos podem servir tanto para a direita quanto para a esquerda, obscurecendo assim sua natureza fundamental. Deste ponto de vista, o populismo é irmão gêmeo do “totalitarismo” que é um outro conceito de sucesso que serve apenas para enfatizar algumas semelhanças superficiais entre fascismo e comunismo ao retratá-los como regimes políticos partilhando uma natureza comum. Tanto o populismo como o totalitarismo são categorias que pressupõem uma visão do liberalismo clássico como uma norma histórica, filosófica e política. Eles também pressupõem um olhar externo e aristocrático, vindo de observadores distantes que adotam uma atitude superior e condescendente em relação a um

*vulgus*¹¹ imaturo e perigoso. Mesmo um analista cuidadoso como Jan-Werner Müller, cujo ensaio sobre o populismo é um exercício de crítico aos frequentes abusos que se faz deste conceito, termina considerando-o como uma advertência para nossos governantes, surpreendidos pela profunda crise das formas de institucionais de representação das democracias liberais (Müller, 2016, p.103). Marco D'Eramo escreveu uma resenha sobre o ensaio de Muller:

O discurso convencional sobre o populismo hoje é produto de intelectuais que se consideram conselheiros do Príncipe. Naturalmente, os autores deste discurso não se vêem como parte do “povo”, a quem tratam de forma paternal, examinando-os às vezes benevolência e mais frequentemente com exasperação e impaciência, para dizer não com alarme (D'Eramo, 2017, p.135).

Trump

A vitória de Donald Trump nas eleições norte-americanas de 2016 levou o eixo político mundial à direita, cujas consequências são sentidas em nível global, mesmo na Europa. É preciso, no entanto, analisar essa vitória cuidadosamente em seu próprio contexto. O resultado final foi tão mais surpreendente e traumático porque, até à véspera das eleições, sentia-se uma vitória certa de Hillary Clinton. De acordo com o *New York Times*, a candidata democrata tinha mais de 80 por cento de chances de vencer, e após sua derrota, seus leitores tiveram a impressão de terem sido arremessados para dentro de um pesadelo, de terem experimentado uma história contra-factual na vida real. As pessoas sentiram como se estivessem vivendo em uma realidade alternativa, como foi a vitória de Charles Lindbergh nas eleições fictícias de 1941 descritas por Philip Roth em seu livro *Complô contra a América*, ou nos Estados Unidos pós-Guerra dominados pelo Japão imperial e a Alemanha nazista no livro *O homem do castelo alto* de Philip K. Dick, ou na vitória de Robert E. Lee contra a União retratada na série *Confederate* da rede HBO.

Por terem considerado que a vitória de Clinton seria inevitável, o sucesso de Trump foi sentido como uma violação de uma “lei da história”. Para um italiano, entretanto, isso foi muito menos surpreendente, após nossos vinte anos de *berlusconismo*¹². Já estávamos bem apáticos, apesar do óbvio reconhecimento de que a vitória de Trump trará efeitos muito mais

¹¹ Termo de origem latina que pode significar povo, massa, multidão, turba.

¹² Referência ao período de governo do Primeiro-Ministro italiano, Silvio Berlusconi.

fundamentais. Se olharmos mais de perto nos resultados das eleições nos Estados Unidos, chegaremos a uma conclusão clara: o que a mídia deixou de prever não foi uma gigantesca onda do neoconservadorismo, o que de fato não ocorreu, mas sim o colapso do voto democrata. Trump ganhou devido às peculiaridades do sistema eleitoral norte-americano, em que conseguira muito menos votos não apenas que Hillary Clinton (recebeu quase três milhões de votos a menos que ela), assim como de Mitt Romney em sua campanha em 2012. Sua vitória deveu-se ao colapso de Clinton em uma série de redutos que tradicionalmente em democratas. O que se vê não é a “fascistização” dos Estados Unidos, como se o país tivesse sido hipnotizado por um novo líder carismático; mas sim a profunda rejeição do *establishment* político e econômico, com abstenção em massa e o voto de protesto capturado por um político demagogo e populista.

Durante toda a campanha foram traçados paralelos entre Trump e Benito Mussolini. Trump foi definido como fascista não apenas pelas publicações da esquerda liberal, como *The Nation* e *The New Republic*, mas também colunistas do *The New York Times* e o *Washington Post* (incluindo o analista neoconservador Robert Kagan), e até mesmo a ex-Secretária de Estado Madeleine Albright (Kagan, 2016; Albright, 2018). Essas análises eram, frequentemente, superficiais, tinham como foco a personalidade do candidato republicano. Elas sublinhavam aqueles traços que mais remetiam com os de líderes fascistas clássicos: Trump se apresenta como um “homem de ação” e não de pensamento; ele dá vazão ao seu sexismo ofensivo, ostentando sua virilidade de modo particularmente vulgar e ultrajante; ele arma a xenofobia e o racismo como instrumentos de propaganda, prometendo expulsar muçulmanos e latinos do país, prestando homenagens à polícia quando esta mata negros norte-americanos, e até sugerindo que, devido à sua ascendência familiar, Obama não seria de fato um norte-americano. Sua promessa de ‘tornar a América [sic] grande outra vez’ significa, no final das contas, torná-la branca novamente (Shatz, 2017, p.17). Ele jogou com o chauvinismo de seu eleitorado e se apresentou como defensor das classes populares mais atingidas pela desindustrialização e pela crise econômica que exacerbou as desigualdades sociais desde 2008 (Douthat, 2017). Cada vez que aparece na televisão, seu carisma sobressai e adentra os lares de famílias norte-americanas: ele não esconde seu autoritarismo e se utiliza de demagogia para contrastar a situação de norte-americanos comuns (dos quais ele não faz parte e sempre explorou) e o sistema político corrupto de Washington. Nos debates televisionados com Hillary Clinton, ele sempre tratou de a ameaçá-la mandar à prisão uma

vez que fosse eleito presidente. Embora estes traços fascistas sejam inegáveis, o fascismo em si não se reduz à personalidade de uma liderança política específica.

Não foi um movimento de massa fascista que elevou Trump ao poder, mas seu estrelato televisivo. Nessa perspectiva, seria mais apropriado compará-lo com Berlusconi do que com Mussolini. Trump não ameaça trazer um exército de camisas negras (ou camisas pardas) em marcha a Washington, pelo simples fato de que não há um grupo organizado por trás dele. Ele foi capaz de incorporar a indignação popular contra as elites de Wall Street e Washington, das quais a família Clinton havia se tornado símbolo. Isso apesar de ele ser representante da elite econômica do país. A luta pessoal de Trump contra o *establishment* é ainda mais paradoxal devido ao fato de ele ser o candidato do Partido Republicano, o chamado *Grand Old Party (GOP)* que é tido como um dos pilares desse mesmo *establishment*. Até o momento, ele tem se mostrado mais eficaz em transformar o *GOP* – a maioria dos mais importantes nomes do Partido Republicano se distanciou de sua candidatura durante a campanha eleitoral – que em construir um movimento fascista. Trump tem conseguido explorar a crise de identidade do Partido Republicano e a perda de marcos ideológicos, crise que vem o caracterizando desde o fim da era Bush. Enquanto representa uma virada autoritária no terreno político, no socioeconômico ele tem demonstra certo ecletismo. Ele é tanto protecionista quanto neoliberal: por um lado, busca pôr fim ao tratado de livre comércio com o México e estabelecer barreiras alfandegárias com a Europa e a China; de outro, busca uma diminuição radical de impostos e a privatização completa de serviços sociais. Está, assim, decidido pelo desmantelamento da modesta política social do governo Obama, particularmente no que diz respeito à área da saúde.

Desde este ponto de vista, a nova direita europeia, com sua oposição ao euro é bem mais ‘social’ que Trump. Nos Estados Unidos, foi Bernie Sanders quem representou a oposição social ao *establishment*. O fascismo clássico não era neoliberal; era estatista e imperialista, promovendo políticas de expansão militar. Trump é anti-estatista e bastante isolacionista; agradaria-lhe pôr fim às guerras do país e (apesar de múltiplas contradições) buscar uma reconciliação com a Rússia de Putin. O fascismo sempre apoiou a ideia de uma comunidade nacional ou racial, enquanto Trump prega individualismo. Ele incorpora a vertente xenófoba e reacionária do norte-americanismo: o *self-made man* de um darwinismo social, o justiceiro que defende seu direito ao porte de armas, o ressentimento dos brancos que estão se tornando minoria em um país de imigrantes. Ele garantiu o voto de um quarto do

eleitorado ao acertar na interpretação do medo e das frustrações de uma minoria, assim como fez o nacionalismo WASP¹³ há um século quando se levantou contra a chegada de imigrantes católicos, ortodoxos e judeus da Europa meridional e oriental.

Poderíamos definir Trump como um líder pós-fascista sem o fascismo, compreendendo – seguindo o historiador Robert O. Paxton – que o comportamento fascista do presidente norte-americano é inconsciente e involuntário, pois é bem provável que nunca tenha lido um único livro sobre Hitler ou Mussolini¹⁴. Trump é descontrolado e imprevisível. Quando colocamos tudo em perspectiva histórica adequada, fica claro reconhecer que isso que observamos se difere do fascismo clássico. Podemos traçar analogias por meio de comparações históricas, mas não mapear o perfil de Trump dentro de um paradigma fascista do período entre guerras. O contexto é, simplesmente, diferente demais.

Pode-se dizer que Trump está tão distante do fascismo clássico como o Ocupe Wall Street, o movimento espanhol 15-M, e o movimento francês *Nuit Debout*¹⁵ estão do comunismo do século XX. A oposição social e política entre essas forças é tão profunda quanto a oposição histórica entre o comunismo e o fascismo. Não se deve concluir, a despeito da analogia, que os sujeitos em questão se entendem como herdeiros dessa história do Século XX. Neste sentido, ao falar do “fascismo” de Trump não é estabelecer uma continuidade histórica ou que há um legado adotado de maneira consciente pelo mesmo. Sem dúvida, há fortes semelhanças. De acordo com suas afirmações, Trump estaria defendendo as classes populares que sofreram com a desindustrialização e a crise econômica de 2008, embora, em vez de manifestar-se contra o principal responsável – o capital financeiro –, aponta bodes expiatórios. Em sua campanha eleitoral também foram reproduzidos elementos do anti-semitismo fascista dos anos 1930, que defendia uma comunidade nacional etnicamente homogênea e mítica. Enquanto os judeus foram o inimigo específico do fascismo, Trump alterou e aumentou a lista para incluir os negros, os latinos, os muçulmanos, e os imigrantes não-brancos. A eleição revelou a enorme divisão entre os segmentos rural e urbano dos Estados Unidos (Trump perdeu em todas as cidades, incluso nos estados em que ganhou

¹³ A sigla WASP (*White Anglo-Saxon Protestant*) é um acrônimo comum nos Estados Unidos que se refere a um grupo social específico dentre os brancos, os protestantes anglo-saxônicos, marcando distinção social em relação a outros brancos (N.T.).

¹⁴ Veja a entrevista de Isaac Chotiner com Paxton, ‘Is Donald Trump a Fascist?’ in *Slate*, 10 February 2016.

¹⁵ Trata-se de um movimento social francês anti-austeridade que teve início ao final de março de 2016, decorrente de protestos contra as reformas trabalhistas propostas conhecidas como a lei *El Khomri* ou *Loi travail* (N.T.).

acima de 60 por cento dos votos), demonstrando a ligação duradoura entre crises econômicas e xenofobia. Frente ao crescimento irrefreável do multirracismo, medo e a reação xenófoba se alastraram nas comunidades brancas norte-americanas. A política baseada em bodes expiatórios se utiliza disso e o amplifica. Na retórica de Trump, a palavra “*establishment*” reproduz e reformula o velho chavão antisemita da comunidade serena, harmoniosa e virtuosa enraizada na terra que se encontra ameaçada pela metrópole corrupta, cosmopolita, intelectual e anônima.

Algumas analogias feitas são caricatas, beirando paródias. Vídeos de Trump em que, após a aterrissagem de seu avião particular, ele desce à pista e se dirige a um aglomerado – um grupo empolgado de indivíduos armados com seus telefones celulares, que os seguram para tirar fotos em uma estranha substituição à saudação fascista – lembram as cenas que abrem o filme de Leni Riefenstahl, *O triunfo da vontade*, sobre o comício nazista em Nuremberg de 1936, em que Hitler sobrevoa a cidade antes de ser recebido por uma multidão delirante. Essa analogia é, no entanto, apenas accidental. Ao contrário de Mussolini ou Hitler, é bem provável que Trump nunca tenha lido *A multidão: um estudo da mente popular* (1895) de Gustave Le Bon (2002) – a “bíblia” de lideranças carismáticas da velha guarda – e sua habilidade enquanto demagogo se explica pela familiaridade com os códigos da televisão. É provável que muitos de seus apoiadores estivessem sob F (fascista), na classificação de 1950 que Erich Fromm e Theodor Adorno traçaram da “personalidade autoritária” (Adorno, 1950). O fascismo não é reduzível, no entanto, ao temperamento de um líder e nem (apesar de sua importância) à disposição psicológica de seus seguidores.

O problema se encontra precisamente no fato de que ele não traz um programa, o que o distingue do fascismo histórico. O fascismo foi capaz, dentro do contexto catastrófico do período entre guerras e a despeito de seu ecletismo ideológico, de propor uma alternativa totalizante àquilo que aparentava ser uma ordem liberal decadente. Isto é, o fascismo apresentou um projeto de sociedade, de uma nova civilização. Trump não promove nenhum modelo alternativo para a sociedade. Seu programa limita-se ao *slogan* “tornar a América [*sic*] grande outra vez”. Ele não busca mudar o modelo socioeconômico dos Estados Unidos, pelo simples fato de que se beneficia enormemente do mesmo.

O fascismo emergiu de uma época de forte intervencionismo estatal na economia, característica compartilhada pela União Soviética, pelos países fascistas e pelas democracias ocidentais, começando com o “*New Deal*” de Roosevelt. Nasceu na era do capitalismo

fordista, da linha de produção e da cultura de massa. Já Trump emergiu na era do neoliberalismo, do capitalismo financeiro, do individualismo competitivo e da precariedade endêmica. Em vez de mobilizar as massas, atrai uma massa de indivíduos atomizados, de consumidores empobrecidos e isolados. Ele não criou um novo estilo político, nem busca se assemelhar a um soldado ou utilizar um uniforme. O estilo de vida que ostenta, de uma exuberância chifrim, imita o *set* de seriados hollywoodianos. Trump incorpora o modelo antropológico neoliberal. Difícil é imaginar Mussolini ou Hitler agindo como promotores imobiliários. Isto é o que separa Trump dos movimentos nacionalistas, racistas e xenófobos da velha Europa, pois esta busca um grau de respeitabilidade ao se desligar de suas origens fascistas. Embora os Estados Unidos nunca tenham tido um presidente tão à direita, as ideais fascistas são, paradoxalmente, menos ubíquas em relação a sessenta ou cem anos atrás, durante o macarthismo ou a caça às bruxas da ameaça vermelha.

Isso não quer dizer que a vitória de Trump seja um evento isolado. Ela faz parte de um contexto internacional que inclui também a crise da União Europeia, ao *Brexit* e às eleições presidenciais da França de 2017. Faz parte de uma tendência geral de emergência de movimentos que buscam desafiar os poderes estabelecidos e até mesmo a globalização (o euro, a União Europeia, o *establishment* norte-americano), até certo grau, a partir da direita. Essas forças em ascensão mapeiam uma espécie de constelação pós-fascista. Esta é, entretanto, uma tendência heteróclita que junta diversas correntes de genealogias bastante variadas.

“Antipolítica”

Se o “populismo” é frequentemente definido como uma forma de “antipolítica”, é preciso sublinhar a importância que este termo realmente exprime. De acordo com Pierre Rosanvallon (2008, p.22), o populismo seria uma forma “patológica” da política, isto é, a “política pura do não político” (*la politique pure de l’impolitique*). O triunfo do “não político” (ou a antipolítica) significa, simplesmente, que a democracia representativa está paralisada e, em última análise, “vampirizada” pela “contra-democracia”, um conjunto de contrapoderes necessários à democracia precisa mas que são suscetíveis de mata-la. Embora possa parecer um retorno ingênuo a Rousseau, instrumentos utilizados para avaliar e colocar controles sobre o poder – referendos, transparência, controles permanentes, eliminação de corpos intermediários entre cidadãos e o poder – podem destruir uma democracia quando põem o

próprio princípio em causa da representação Na leitura de Rosavallon, estes contrapoderes criam uma lacuna “entre a sociedade cívica-civil e a esfera política”, podendo estar ter resultados úteis ou perigosos: por um lado, “uma vigilância cívica saudável pode encorajar uma desconfiança social e pressionar o governo a atender às demandas sociais”; por outro, “também pode incentivar formas destrutivas de difamação e negatividade” (Idibem, p.253, p.24).

Na definição do filósofo Roberto Esposito, “o impolítico” seria uma abordagem desiludida em que a política é reduzida à pura “factualidade”, à pura materialidade: Tornou-se obsoleta a visão clássica schmittiana da política moderna enquanto uma forma secularizada da velha teologia política (Esposito, 2015; Schmitt, 2006). A política moderna consiste a sacralização de instituições seculares – começando pelo poder soberano do Estado, logo o Parlamento e a Constituição – para tomar o lugar da velha monarquia baseada no direito divino. Substituíram-se emblemas e liturgias do absolutismo por rituais e símbolos republicanos. Nesta visão, valores são incorporados pelas forças políticas; a representação política carrega uma conotação quase sagrada e o pluralismo é expressivo de um conflito de ideias, carregado por um compromisso intelectual poderoso. Os estadistas de hoje em dia se consideram universalmente bons gestores pragmáticos (e o mais importante, “pós-ideológicos”). Não incorporada por valores, a política tornou-se um espaço para a “governança” pura e a distribuição de poder, de administração de grandes recursos. O campo político deixou de ser um espaço para a combate de ideias, para se tornar um em que se dá a construção de carreiras. O “impolítico” revela a realidade material que está na base da representação política. O que hoje se acostuma chamar de “antipolítica” é a reação contra a política contemporânea, que foi despojada de seus poderes soberanos – sobrevivendo enquanto instituições vazias – e reduzida à sua “constituição material” – o “impolítico” – isto é, uma amálgama de poderes econômicos, máquinas burocráticas e um exército de intermediários políticos.

O populismo, tido como a personificação da “antipolítica”, tem inúmeros críticos. A maioria, no entanto, se silencia em relação às suas reais causas de suas críticas. A antipolítica é resultado do esvaziamento da política. As últimas três décadas, a alternância de poder entre a centro-esquerda e a centro-direita não significou nenhuma mudança essencial nas políticas governamentais. Isso porque a alternância de poder significa uma mudança do pessoal que administra os recursos públicos, em que cada um se utiliza das próprias redes e estruturas

patronais, em vez de uma mudança em políticas governamentais. Esta novidade se combina com duas outras transformações significativas na sociedade civil e a política estatal. Por um lado, vemos uma crescente reificação do espaço público – o local de um uso crítico da razão em que as ações das autoridades são analisadas e criticadas (Habermas, 1991) – pois este espaço foi absorvido pelos monopólios midiáticos e pela indústria da comunicação. Por outro lado, a tradicional separação de poderes é questionada por uma contínua mudança de prerrogativas do poder legislativo para o executivo. Nesse permanente Estado de exceção a função original de criação de leis dos parlamentos se desloca para a de ratificação de leis já desenhadas pelo executivo. Em tal contexto, o crescimento do ‘anti-político’ é inevitável. Aqueles críticos que denunciam a ‘antipolítica’ populista muitas vezes são os mesmos responsáveis por essas transformações: piromaníacos disfarçados de bombeiros.

O pós-fascismo não carrega os valores “fortes” de seus ancestrais da década de 1930, porém pretende preencher o vácuo aberto pela política reduzida ao impolítico. Com receitas politicamente reacionárias e socialmente regressivas, abrangem a restauração da soberania nacional, a adoção de formas de protecionismo econômico, assim como a defesa de “identidades nacionais” ameaçadas. À medida que a política caiu em descrédito, os pós-fascistas defenderam um modelo plebiscitário da democracia que destrói qualquer processo de deliberação coletiva, favorecendo aquela relação que funde o povo e o líder, a nação e seu chefe. O termo “impolítico” tem uma longa história que remonta a com Thomas Mann, um dos principais representantes da Revolução Conservadora alemã do final da Primeira Guerra Mundial (Mann, 1983). Mas as formas contemporâneas da antipolítica não são, entretanto, exclusividade da direita. O Movimento Cinco Estrelas na Itália encarna uma crítica regressiva da democracia representativa, e ainda consegue canalizar a busca por uma alternativa à atual crise da política. No entanto, está claro que quaisquer tentativa de estigmatizar a “antipolítica” por meio da defesa da política realmente existente já está fadada a falhar.

As novas forças da direita radical têm algumas características em comum – em primeiro lugar, a xenofobia, com uma retórica renovada. Eles abandonaram os velhos chavões do racismo clássico, ainda que sua xenofobia seja de fato direcionada contra imigrantes ou povos de origem pós-coloniais. Em segundo lugar, a islamofobia, núcleo desse novo nacionalismo, tomou o lugar no antissemitismo. Retornaremos a esse ponto. Decerto, terão outros temas em comum, mas o nacionalismo, a antiglobalização, o protecionismo e o autoritarismo podem apresentar-se de modos bastante diferentes, com algumas mudanças

ideológicas entre si. A Frente Nacional deixou de pleitear a reintrodução da pena de morte, mas reivindica um governo forte e um Estado soberano que se recusa a submeter-se ao poder das finanças: propõe um nacionalismo autoritário e autárquico.

Mesmo sem um embasamento ideológico forte, tal discurso apresenta um grau de coerência. A retórica militarista e imperialista de Mussolini, Hitler e Franco perdeu sua credibilidade. O pós-fascismo, por sua vez, não se interessa por reconstruir os impérios coloniais nem impulsionar a guerra. Sua oposição às guerras ocidentais no Oriente Médio aparenta um “pacifismo”. Até mesmo o fascismo clássico se caracterizava pela incoerência, a tensão, e o conflito. Variadas tendências se agrupavam sob o fascismo italiano e o nazismo alemão, da vanguarda futurista ao romanticismo conservador, de mitologias agrárias à eugenia. Mais adiante veremos como o fascismo francês era uma galáxia de forças políticas, “ligas” e grupos muito além da “Revolução Nacional” de marechal Pétain. A ideologia desempenhou, nas décadas de 1920 e 1930, um papel de grande importância nessa galáxia – e seguramente muito além daquilo que vemos nas forças contemporâneas da direita radical. Por de trás da Frente Nacional não vemos figuras intelectuais comparáveis às lideranças da *Action Française*, Maurice Barrès e Charles Maurras, ou com os expoentes do colaboracionismo na Paris e Bruxelas sob ocupação nazista.

Intelectuais

Algumas tentativas de renovar a extrema direita e de transformar suas formas políticas ocorreram na França nas últimas décadas, mas mesmo sua corrente mais dinâmica e sofisticada, o *GRECE*¹⁶, que se enquadra mais como um círculo intelectual do que como um grupo político. Alain De Benoist, sua mais importante liderança, parece não ter desempenhado papel algum na metamorfose da Frente Nacional. Hoje, a defesa de suas ideias no debate público é assegurada por intelectuais e analistas políticos da televisão como Éric Zemmour e Alain Finkielkraut, que não são nem ideólogos fascistas nem membros do partido. São poucos que, como Renaud Camus, teórico da “grande substituição” da população francesa por imigrantes, que declararam abertamente seu apoio à Frente Nacional. Eles podem ser brilhantes ensaístas e não escondem suas ambições em se tornarem os próximos Maurice

¹⁶ ‘*Groupement de recherche et d’études pour la civilisation européenne*, um think tank reacionário francês fundado por Alain De Benoist em 1968.

Barrès e Charles Maurras, mas a sua influência depende quase exclusivamente de sua presença esmagadora em programas de entrevista na televisão.

Em seus esforços para alcançar uma respeitabilidade republicana, a Frente Nacional parece estar se distanciando cada vez mais de pensadores neofascistas extremos como Alain Soral. Vale mencionar, ainda, que foi Éric Zemmour (2014) e não Marine Le Pen quem desenrolou uma campanha em torno da ideia da “grande substituição”.

Outro sintoma adicional de uma metamorfose inacabada coloca em questão as categorias tradicionais utilizadas para a análise da extrema direita. Além das diferenças entre os casos francês, italiano e alemão, o fascismo clássico ambicionava um novo projeto e uma nova visão de mundo que dariam fundamento para sua política. Definia-se como revolucionário; buscava a construção de uma nova civilização por meio de uma “terceira via” entre o liberalismo e o comunismo (Mosse, 2000). Hoje, a extrema direita não mais se preocupa com isso. Historicamente, houve a necessidade de o nacionalismo fascista se colocar em oposição a algum tipo de “outro”. Os primeiros foram os judeus, a visão mítica de uma espécie de antirraça, um corpo estranho cuja intenção era corromper a nação. Somasse a isso uma visão de mundo sexista e misógina em que a mulher seria sempre submissa. Consideradas reprodutoras da raça, as mulheres seriam cuidadoras de lares, criadoras das crianças e não desempenhariam papel algum na vida pública (Koonz, 1987; de Grazia, 1993). Havia, no entanto, exceções: a fascista italiana e ministra da cultura Margherita Sarfatti (que também era judia), assim como a cineasta propagandista nazista Leni Riefenstahl. Outra figura da antirraça, a homossexualidade, era tida como a encarnação da fraqueza moral e da decadência da moralidade que contrariava o culto fascista à virilidade (Mosse, 1998). Nos dias de hoje, essa retórica toda desapareceu, mesmo que a homofobia e o antifeminismo continuem amplamente difundidos entre o eleitorado da direita radical. Muitos desses movimentos alegam, de fato, serem defensores dos direitos das mulheres e pessoas *gays* contra o islamismo. Pim Fortuyn e, posteriormente, seu sucessor Geert Wilders na Holanda representam exemplos bem conhecidos desse conservadorismo LGBT¹⁷, mas não são exceções. O *Alternative für Deutschland* se opõe ao casamento igualitário, porém a líder do partido no Bundestag, Alice Weidel, é lésbica. Florian Philippot, ex-secretário da Frente

¹⁷ A sigla refere-se ao movimento da diversidade sexual e de gênero, incluindo lésbicas, gays, bissexuais e transexuais/travestis. Atualmente a sigla completa seria LGBTTIQ+, incluindo além dos mencionados, *interssex* e *queer*, de modo que o + inclui as múltiplas identidades de gênero e orientações sexuais que não se enquadram nas demais (N.T.).

Nacional, não esconde sua homossexualidade e Renaud Camus é um ícone do conservadorismo gay francês.

Apesar de personagens da extrema direita se envolverem em movimentos como o *Manif pour tous* em princípios 2012, que se opôs à introdução do casamento igualitário e da adoção por casais homo-afetivos, Marine Le Pen não marcou posição no assunto. Esse papel foi deixado à sua sobrinha, Marion Maréchal Le Pen, que apesar de influente, não consegue muita visibilidade. Os quadros da Frente Nacional manifestam, na televisão e na rádio, pelo o direito ao uso de minissaias, em objeção aos muçulmanos que supostamente defenderiam a imposição da burca (ou o *burquíni*¹⁸) e a prática do casamento forçado. Isso tudo faz parte das tensões e contradições do pós-fascismo descritas acima. O pós-fascismo começa com o antifeminismo, o racismo reverso¹⁹, o antissemitismo, e a homofobia; e cujos impulsos a direita radical continua amontoando. As camadas mais obscurantistas votam na Frente Nacional, apesar da adoção deste de novos temas e práticas sociais que não pertencem ao seu código genético. A posição ambígua de Marine Le Pen em relação ao casamento igualitário e ao *Manif pour tour* não é, portanto, uma mera decisão tática. É um reflexo da mudança histórica que a extrema direita foi forçada a reconhecer sob o risco de ser marginalizada. As sociedades europeias do século XXI sofreram mudança em relação aos anos 1930: hoje seria um anacronismo defender que o lugar das mulheres deveria se limitar à esfera doméstica, assim como demandar que a Argélia voltasse a ser colônia francesa. Marine Le Pen é produto dessa mudança e tem plena consciência de que manter-se atada aos velhos bordões ideológicos levaria à alienação de amplas camadas da população.

O fato de que a opinião conservadora, da ‘maioria silenciosa’, estar tomando as ruas foi o que mais impressionou no *Manif pour tous* (para além do aspecto idiossincrático e ultrarreacionário de certos grupos). Essa ocupação de espaços públicos perpassou a adoção de códigos estéticos oriundos da esquerda – lembremos os cartazes de maio de 1968 – e cujas significações foram invertidas pelos manifestantes. Essa apropriação e redirecionamento de símbolos e *slogans* que não pertencentes à sua história revelam um grau de ‘emancipação’ de seus cânones de direita e uma redefinição geral do panorama intelectual (Robcis, 2015).

¹⁸ Refere-se a um traje de banho feminino que cobre todo o corpo menos o rosto, as mãos, e os pés (N.T.).

¹⁹ No original lemos “anti-Black racism”, que traduzido literalmente seria “racismo anti-negro”. Assim, preferimos traduzir por “racismo reverso”, em acordo com a forma coloquial de seu uso no Brasil (N.T.).

A principal característica do pós-fascismo hoje é, exatamente, a coexistência contraditória da herança do fascismo clássico com os novos elementos que não pertencem à sua tradição. Há, no entanto, desenvolvimentos mais amplos que vêm incentivando essa mudança. A Frente Nacional está se engajando politicamente no mundo contemporâneo, um mundo que atravessa uma profunda metamorfose tanto no campo político como na esfera pública. O século XX viu grandes partidos de massa, com sua própria fundamentação ideológica, sua própria base social, estrutura nacional e raízes profundas na sociedade civil. Tudo isso mudou. Os partidos políticos não precisam mais apresentar um arsenal ideológico. Em toda a Europa, o recrutamento de intelectuais, por partidos governantes tanto da esquerda como da direita, deu lugar ao recrutamento de profissionais de publicidade e comunicação. O mesmo vale para a Frente Nacional, que cuida assiduamente de sua imagem, seus *slogans*, e seus principais argumentos. O estilo político está se tornando cada vez mais importante, à medida que a ideologia desaparece. Diante desse novo contexto, o nacionalismo não mais busca definir a comunidade nacional em termos raciais, culturais ou religiosos, mas a partir de uma resistência contra a ameaça da globalização. Donald Trump representa, nitidamente, um caso extremo desse ecletismo ‘antipolítico’ e pós-ideológico. Durante sua campanha houve um esforço de não se alinhar com ideologia alguma, e mesmo os elementos mais conservadores do Partido Republicano mantiveram uma distância de Trump. Com a mudança de postura em diversos assuntos de um dia para o outro, Trump nunca abandonou sua postura “anti-establishment”.

Nação

As nações foram por muito tempo definidas em termos “objetivos” – comunidades estáveis, enraizadas em territórios definidos naturalmente, povos etnicamente homogêneos, unificados em suas economias, culturas, línguas e religiões. As nações eram quase entidades ontológicas dotadas de um destino providencial, do qual a história era seu reflexo. Nestas últimas décadas, estudiosos começaram a repensar as nações enquanto construções socioculturais, seguindo a obra pioneira de Benedict Anderson (1983) *Comunidades Imaginadas*. Na esfera pública, a antiga retórica nacionalista diminuiu e o discurso conservador mudou seu foco da nação para a identidade nacional. Quase toda a direita reformulou “a nação” em termos de identidade. Na Itália, a extrema direita tem sido

antinacionalista em sua xenofobia, como foi o caso da *Lega Nord*, que buscava inicialmente separar o norte rico e “europeu” do sul pobre, mediterrâneo. A partir de 2013, seu líder Matteo Salvini buscou mudar isso se aliando aos neofascistas – como o movimento *CasaPound* – e substituindo a linha antissul original da *Lega* com uma xenofobia generalizada²⁰. Na França, Nicolas Sarkozy foi quem inaugurou a virada “identitária” antes mesmo de ser adotada por Marine Le Pen. Ela pertencente a uma geração que nunca sofreu os traumas que o nacionalismo francês do século XX conheceu: Le Pen não testemunhou nem o regime Vichy, nem a guerra contra a Argélia. Sua formação política se deu num cenário em que todos os elementos constitutivos do fascismo já haviam desaparecido. Havia ainda, nas décadas de 1970 e 1980, muitos que sentiam nostalgia por Vichy, a Argélia francesa, e a Indochina – hoje, entretanto, não mais.

Longe de dizer que o racismo da extrema direita tenha desaparecido, mas que sua matriz fascista original foi consideravelmente desfocada. Neste sentido, a extrema direita não tem a ideologia como problema. Afinal, a sua relação com o fascismo espelha aquela relação da social democracia com o socialismo. Os partidos socialdemocratas hoje em toda a Europa se adaptaram ao neoliberalismo e se destacaram no desmantelamento daquilo que resta dos Estados de bem-estar social que os mesmos criaram logo após a Segunda Guerra Mundial. O Partido Socialista Francês se opôs, historicamente, ao gaullismo e no final da década de 1950, opunha-se ao advento da Quinta República, tida, pelo partido, como uma virada autoritária. Posteriormente, no entanto, adaptou-se às suas instituições e abandonou seus valores originários em nome de um “realismo” econômico, em que os críticos de suas políticas seriam tachados de “populistas”. Aqueles movimentos que sustentam um discurso marxista-leninista e adotam estilos do comunismo entre guerras são meras seitas, uma vez que a grande parte da esquerda radical se afastou de tal retórica. Na França, o *Nouveau Parti Anticapitaliste*, fundado em 2009, buscou, ao princípio, adotar uma nova linguagem que ultrapassasse o velho discurso marxista revolucionário. Se os programas do Podemos, e mesmo do Syriza no momento de sua primeira vitória eleitoral em 2015, se colocam em oposição radical ao neoliberalismo, os mesmos são moderados se comparados aos projetos sociais da década de 1970 do programa comum da *Union de la Gauche*²¹, do SPD alemão ou do Partito Comunista

²⁰ Há uma bibliografia gigantesca sobre a *Lega Nord*. A respeito de sua última metamorfose em um movimento de extrema direita sob a liderança de Matteo Salvini, ver Valerio Renzi (2015).

²¹ Em português *União da Esquerda* (N.T.).

Italiano. Entramos, simplesmente, em um novo regime da historicidade: no mundo neoliberal, a defesa do Estado de bem-estar social se tornou subversiva. Deste ponto de vista, a “incoerência” ideológica da extrema direita não é nada extraordinária: reflete, apenas, uma mudança à qual quase todas as forças políticas estão sujeitas.

Macron

As eleições presidenciais francesas de 2017 foram um pequeno terremoto político que questionou radicalmente a dicotomia tradicional entre esquerda e direita que até então tinha estruturado a Quinta República. Neste sentido, elas se comparam ao que aconteceu na Itália no começo dos anos 1990 quando a Democracia Cristã, o Partido Comunista Italiano e o Partido Socialista desapareceram, ou nas recentes eleições espanholas que viram o Podemos e o *Ciudadanos* emergirem como competidores aos tradicionais partidos de esquerda e de direita (o Partido Socialista PSOE e o Partido Popular). No entanto, a eleição não foi uma virada para a extrema direita como muitos anunciavam e temiam. Como previsto, Marine Le Pen chegou ao segundo turno, com quase 34% dos votos (acima de 10 milhões de votos). Mas, embora tenha sido o que se esperava – pareceu que ela conseguiria alcançar não só os quarenta por cento, mas também ultrapassar esse limite - esse resultado foi decepcionante para a Frente Nacional e gerou de imediato uma pequena crise entre suas lideranças.

Como explicar tudo isto? Marine Le Pen estava feliz o suficiente para ser colocada como contrapondo ao *outsider* Emmanuel Macron: do seu ponto de vista, a situação no segundo turno não poderia ter sido mais favorável. Macron, o jovem candidato que ela enfrentou, é uma pura destilação do *establishment*: formado na ENA (escola da elite francesa) e ex-diretor do banco de negócios Rothschilds e também um ministro da Economia de um governo bastante impopular. O candidato da direita François Fillon foi tragado por escândalos relativos ao uso de seu patrocínio, enquanto a campanha do Partido Socialista ficou paralisada pelo legado de um presidente desacreditado e o surgimento de um opositor da esquerda, o candidato do *France Isoumise*²², Jean Luc Mélechon, um eco do Podemos. Marine Le Pen achava que no enfrentamento com Macron ela poderia aparecer como a candidata de todos os patriotas, dos defensores da soberania nacional, a autêntica representante da França profunda

²² Isonomia Francesa (N.T.).

contra o candidato globalista das finanças internacionais, o homem de Bruxellas e da Troika, muito mais à vontade na *City* de Londres e em *Wall Street* do que nas regiões pobres da França. Em resumo, ela estaria ao lado da nação contra o globalismo.

Mas ela não soube aproveitar a oportunidade. Os analistas políticos e mesmo os seus correligionários avaliavam que sua campanha de segundo turno tinha sido fraca e que seu desempenho contra seu adversário no debate de TV do segundo turno das eleições havia sido um desastre. Muitos falaram dos erros táticos e da fraqueza das mensagens, mas talvez houvesse uma razão mais profunda para seu fracasso, provavelmente relacionada às antinomias do pós-fascismo. Sua campanha se enfraqueceu devido à instabilidade fundamental de sua abordagem, que expressava a transição incompleta entre o fascismo do passado (a matriz de seu movimento) e uma direita nacionalista ainda incapaz de comprovar legitimidade ou respeitabilidade de acordo com os cânones da democracia liberal. Durante o debate de TV com Macron, Marine Le Pen não usou uma linguagem fascista. Seu racismo foi suavizado enquanto que sua xenofobia foi aparente e flexionada por uma retórica que é de fato lugar comum entre todos os políticos de direita. Porém, Suas propostas terminaram por parecer serem confusas e vagas: sua abordagem hesitante à pergunta sobre o euro terminou por revelar uma surpreendente incompetência e suas tiradas autoritárias pareceram longe de convincentes: ninguém podia acreditar que sob sua presidência haveria um combate mais efetivo contra o terrorismo. Em síntese, sua retórica agressiva, sua óbvia demagogia, sua inabilidade de formular um argumento e o caráter vago de suas propostas mostravam que aquela candidata não tinha o preparo exigido para um estadista. Marine Le Pen não é mais uma fascista, mas também não se converteu à democracia: ela permanece no equilíbrio entre os dois polos. Não é mais uma fascista, em um mundo que não aceita a ideologia, a linguagem e as práticas do velho fascismo, mas os fantasmas do fascismo continuam a lhe cercar. Também não é uma democrata porque suas palavras mostram que sua conversão à democracia é instrumental, não é sincera e nem autêntica. Provou ser incapaz de ultrapassar o limite de uma simples denúncia e de se apresentar como arauto de uma força de governo confiável. Nas recentes décadas de austeridade e de violência social e econômica provocadas por governos de todas as cores, a Frente Nacional conseguiu canalizar a revolta das classes populares e se tornar o saída para o mal-estar e o sofrimento crescentes em amplas camadas da sociedade, mas não se tornou um partido de governo. Seu avanço e seus limites foram espelhos para

outros partidos nacionalistas e xenofóbicos da União Europeia, que experimentaram “derrotas” semelhantes nos últimos anos, dos Países Baixos ao Reino Unido e à Dinamarca.

Mais amplamente, as eleições francesas introduziram um novo elemento no debate sobre o populismo. A própria vitória de Macron marcou o surgimento de um novo tipo de populismo, de alguma forma, já conhecido com a eleição de Matteo Renzi na Itália; um populismo que não é fascista nem reacionário, nem nacionalista e nem xenofóbico, mas de todo jeito, um populismo. Assim como Renzi, Macron se apresentou como um político livre das ideologias do século XX: para além da esquerda e da direita, ele montou um governo em que os ministros de ambos os lados que trabalham lado a lado em harmonia. Jovem, culto, brilhante, tático, ousado e educado, Macron realmente aprendeu a lição de Maquiavel de que a “virtude” de um autêntico político consiste em sua habilidade de explorar as circunstâncias em que ele está agindo (sua “fortuna”) para conquistar o poder. Realmente, ele se deparou com circunstâncias extremamente favoráveis: a esquerda estava exausta pelo desgaste de ter ocupado o poder, a direita estava mergulhada em corrupção e o sistema eleitoral fez com que ele saísse dos 24% do primeiro turno para um voto por aclamação no segundo turno, jogando com os medos do crescimento da Frente Nacional. Seguindo a lição de Maquiavel, Macron usou de uma linguagem capaz de atrair os votos tanto da direita e quanto da esquerda. Sua política econômica neoliberal favorecerá a elite dominante, e em contraposição será cobrado por políticas sociais em defesa das mulheres, dos homossexuais e minorias étnicas. Ele inclusive ganhou os votos da juventude magrebina e de origem africana quando definiu o colonialismo “como um crime contra a humanidade” e lembrar que os cientistas e empresários do Vale do Silício e de Wall Street são avaliados por suas habilidades e não por suas origens, religião ou cor da pele.

Macron é o grau zero de ideologia. A mídia deslumbrada divulgou seu pedigree como filósofo – ele tinha sido aluno de Paul Ricoeur²³ – mas além do realismo maquiavélico acima mencionado, sua filosofia política se limita a um pragmatismo radical sob uma fina capa de humanismo. Durante sua campanha para presidente, ele não clamou por apoio a um projeto ou a um conjunto de valores, mas se apresentou como salvador da pátria, o homem da providência. Sua vontade de reformar a França através de decretos presidenciais (inclusive decretos sobre questões fundamentais como da legislação trabalhista) foi uma clara demonstração da supremacia do executivo sobre o parlamento e revela uma propensão

²³ Cf. O texto muito agradável de François Dosse (2017).

autoritária que dá à sua presidência um caráter bonapartista. Ele se apresenta como um líder carismático – um “Jupteriano”, de acordo com a mídia que lhe apoia. Ele é apoiado pelas instituições europeias, pelos patrões franceses e pelas finanças internacionais, e se gaba de ter destruído o sistema bipartidário da Quinta República, da mesma forma que Renzi se promoveu como o homem que se “desfaria” as velhas lideranças do Partido Democrático. Em resumo, Macron representa um novo populismo neoliberal, pós-ideológico e “libertário”²⁴. Muitos progressistas foram seduzidos pelo charme deste jovem político, cujas maneiras e cultura parecem fazê-lo ser o oposto de um Sarkozy, sem mencionar Berlusconi ou Donald Trump. Entretanto, mais uma vez, como sempre acontece de quando tratamos do populismo, é uma questão de estilo político. Por trás de seus modos afáveis esconde-se uma nova concepção da política que expressa o novo *ethos* da era neoliberal. Este *ethos* é a competição, a vida concebida como um desafio organizado de acordo com um modelo empresarial. Macron não é de direita nem de esquerda: ele incorpora o *homo economicus* que chegou à arena política. Ele não quer colocar o povo contra as elites, pelo contrário ele oferece ao povo as elites como modelo. Sua linguagem é a linguagem dos bancos e empresas: seu desejo é ser o presidente de um povo produtivo, criativo e dinâmico, capaz de inovar e ganhar dinheiro. Mas, se é verdade que as leis do mercado governam o mundo, é verdade também que a vasta maioria do povo será sempre perdedora, o que continuará a alimentar o nacionalismo e a xenofobia. Podemos apostar que cinco anos de “macronismo” não farão a Frente Nacional desaparecer.

Referências

ADORNO, Theodor W., “The Meaning of Working Through the Past”, in *Critical Models: Interventions and Catchwords*; ed. Lydia Goher, New York: Columbia University Press, 2005, 90.

ADORNO, Theodor W. (ed.). *The Authoritarian Personality*. New York: Harper, 1950.

AGAMBEN, Giorgio. *The Kingdom and the Glory: For a Theological Genealogy of Economy and Government*. Stanford: Stanford University Press, 2011.

ALBRIGHT, Madeleine. “Fascism: A Warning” in *New York*: Harper, 2018.

²⁴ A hipótese de que Macron encarnaria o populismo neoliberal é examinado por Eric Fassin (2017).

- ALI, Tarik. *The extreme Center: A Warning*, London: Verso, 2015.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. London: Verso, 1983.
- BROWN, Wendy. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*, New York:Zone, 2015.
- CAMUS, Jean-Yves and LEBOURG, Nicolas. *Les droites extrêmes en Europe*. Paris: Seuil, 2015
- CLARK, Christopher. *The Sleepwalkers: How Europe went to War in 1914*. London: Allen Lane, 2012.
- D'ARCAIS, Paolo Flores. "Anatomy of Berlusconi" in *New Left Review* 68, 2011, 121-40.
- D'ERAMO, Marco. "Populism and the new Oligarchy" in *New Left Review* 82, 2013, 5-28.
- _____. "They, the People" in *New Left Review* 103, 2017, 135.
- DE GRAZIA, Victoria. *How Fascism Ruled Women*. Berkeley: University of California Press, 1993.
- DE LA TORRE, Carlos. "Left-Wing Populism: Inclusion and Authoritarianism in Venezuela, Bolivia and Ecuador" in *The Brown Journal of World Affairs* 23:1, 2016, 61-76.
- DOSSE, François. *Le philosophe et le Président*. Paris: Stock, 2017.
- DOUTHAT, Ross. "Is Donald Trump a Fascist?" in *New York Times*, 3 December 2015.
- ESPOSITO, Roberto. *Categories of the Impolitical*. New York: Fordham University Press, 2015.
- FASSIN, Eric. *Populisme: Le grand ressentiment*. Paris: Textuel, 2017.
- FINCHELSTEIN, Federico. *Transatlantic Fascism: ideology, violence, and the Sacred in Argentina and Italy, 1919-1945*. Durham: Duke University Press, 2010.
- _____. *From Fascism to Populism in History*, Berkeley, University of California, 2017, 98, 251, 101.
- GIBELLI, Antonio. *Berlusconi passato alla storia: L'Italia nell'era della democrazia autoritaria*. Rome: Donzelli, 2011.
- HABERMAS, Jürgen. *The Structural Transformation of the Public Sphere: Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. Cambridge, UK: Polity Press, 1991.

IGOUNET, Valerie. *Le Front National de 1972 à nos jours: Le parti, les hommes, les idées*, Paris: Seuil, 2014.

JUDT, Tony. *Postwar: a history of Europe since 1945*. London, Penguin Books, 2005, 157.

KAGAN, Robert. "This Is How Fascism Comes to America" in *Washington Post*, 18 May 2016.

KAZIN, Michael. *The Populist Persuasion: An American History*, Ithaca, NY: Cornell University Press, 1998.

KOONZ, Claudia. *Mothers in the Fatherland: Women, the Family, and Nazi Politics*, New York: St. Martin Press, 1987.

KOSELLECK, Reinhart. "Social History and Conceptual History" in PRESNER, Todd Samuel (ed.). *The Practice of conceptual History: Timing History, Spacing Concepts*. Stanford: Stanford University Press, 2002.

LE BON, Gustave. *The Crowd: A Study of the Popular Mind*. Mineola, NY: Dover Publications, 2002.

MANN, Thomas. *Reflections of a Nonpolitical Man*. ed. Walter D. Morris. New York: Frederick Ungar, 1983.

MOSSE, George L.. *The Image of Man: The Invention of Modern Masculinity*. New York: Oxford University Press, 1998.

_____. *The Fascist Revolution: Toward a General Theory of Fascism*. New York: H. Fertig, 2000.

MÜLLER, Jean Werner, *What is Populism?* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

PASOLINI, Pier Paolo. *Scritti corsari*. ed. Alfonso Berardinelli. Milan: Garzanti, 2008.

RANCIÈRE, Jacques. *Hatred of Democracy*. London: Verso, 2006.

RENZI, Valerio. *La politica della ruspa: La Lega di Salvini e le nuove destre europee*. Rome: Edizioni Alegre, 2015.

REVELLI, Marco. *Populismo 2.0*. Turin: Einaudi, 2017.

RIOUX, Jean-Pierre (ed.). *Les populismes*. Paris: Perrin, 2007.

ROBCIS, Camille. "Catholics, the "Theory of Gender," and the Turn to the Human in France: A New Dreyfus Affair?" in *The Journal of Modern History* 87, 2015, 893–923.

ROSANVALLON, Pierre. *Counter-Democracy: Politics in an Age of Distrust*, Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SCHMITT, Carl. *Political Theology: Four Chapters on the Concept of Sovereignty*. ed. George Schwab, Chicago: Chicago University Press, 2006.

_____. *The Concept of the Political*, ed. George Schwab, Chicago: University of Chicago Press, 2007.

STERNHELL, Zeev. *La Droite révolutionnaire 1885-1914: aux origines du fascisme*. Paris: Gallimard, 1997.

SHATZ, Adam. ‘Wrecking Ball’ in *London Review of Books*, 7 September 2017, 17.

WATKINS, Susan. “The Political State of the Union” in *New Left Review* 90, 2014, 2-25.

VENTURI, Franco. *Roots of Revolution*. New York: Grosset and Dunlap, 1966.

ZANATTA, Loris. *El Populismo*. Buenos Aires: Katz Editores, 2013.

ZEMMOUR, Éric. *Le suicide français*. Paris: Albin Michel, 2014.

A Onda Rosa e o Neoliberalismo Resiliente

Moisés Balestro¹
Cristiano Fonseca Monteiro²

Os artigos contemplados neste número especial possuem várias chaves interpretativas para a persistência ou retomada do neoliberalismo na América Latina. Na primeira década do século XXI, houve um debate acadêmico e político sobre os contornos de um período pós-neoliberal na região (eg. Diniz e Boschi, 2007; Boschi, 2011). A emergência do “pós-neoliberalismo” teria sido alimentada pelo profundo desgaste político e social das reformas neoliberais dos anos noventa e pelo entusiasmo diante da ascensão de governos progressistas na América do Sul. Alguns destes governos, como nos casos do Brasil e Argentina, buscaram associar as políticas sociais e redistributivas com tentativas de construção de uma estratégia de desenvolvimento econômico. Em outras experiências, esta associação não ficou tão clara quanto nos casos do Equador, Bolívia e Venezuela. Nestes últimos, a ênfase maior ocorreu em torno do combate às desigualdades sociais e a ideia da soberania em torno das riquezas naturais existentes.

O período também foi conhecido como a “onda rosa” (“*pink tide*”), a qual logrou combinar, de forma ambivalente, o avanço de políticas sociais com combate a redução da pobreza e das desigualdades, sem a transformação das estruturas econômicas do capitalismo latino-americano. Os excedentes obtidos com o ‘boom’ das *commodities* permitiram financiar a expansão dos investimentos sociais. No caso dos países com maior mercado interno como Brasil e Argentina, houve iniciativas para fortalecer o tecido industrial que permitiram atender o aumento da demanda agregada. No entanto, embora esta fosse a intenção, o apoio do Estado para fortalecer a estrutura manufatureira não conseguiu avançar no *catching-up* e menos ainda transformar a estrutura industrial e social. Apesar da “retórica socialista” em alguns casos

¹ Professor Associado do Departamento de Estudos Latino-Americanos e do Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados sobre as Américas moises@unb.br

² Professor do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense. E-mail: cmonteiro@id.uff.br.

e da crítica aos legados históricos da escravidão, da dependência e do neoliberalismo, quais mudanças institucionais no capitalismo latino-americano com a “onda rosa”?

Ao analisar a dependência do capitalismo latino-americano, Florestan Fernandes (1975) chama atenção ao dilema das estruturas econômicas e sociais capazes de absorver as transformações do capitalismo na economia, mas sem lograr a integração social e a autonomia ocorridas no desenvolvimento capitalista dos países centrais – poderíamos acrescentar, ou mesmo mais recentemente no Leste asiático. Por outro lado, a dominação externa que estimulou a modernização capitalista desde fora bloqueia o desenvolvimento autônomo. Assim, quando se considera a *longue durée* do desenvolvimento capitalista, o aumento da desigualdade e da regressão produtiva aprofundado pelo neoliberalismo não é algo estranho à trajetória destes países. Apesar absorção da dinâmica capitalista com os processos de industrialização, ela se deu mais reforçando do que alterando as estruturas endógenas destas sociedades (Fernandes, 1975).

As experiências da “onda rosa” não questionaram o capitalismo propriamente dito, mas apontavam reformas que poderiam conduzir a mudanças institucionais nestes capitalismos. Foram políticas públicas mais ou menos articuladas para redução da pobreza, revitalização industrial e estímulo ao desenvolvimento tecnológico e ampliação da cidadania social. A crise de 2007-2008 teve um efeito contraditório sobre as experiências dos governos progressistas na AL. De um lado, ela contribuiu para as críticas que já eram feitas ao neoliberalismo por estes governos em maior ou menor grau. A crise parecia ter minado definitivamente a legitimidade do ideário neoliberal na sociedade e mesmo entre os partidos políticos. No entanto, como aponta Springer (2018), quase dez anos depois da crise de 2008, parece que se está testemunhando a emergência de uma forma nova e consolidada de neoliberalismo. De uma perspectiva a partir dos países desenvolvidos, autores como Crouch (2011) e Dardot e Laval (2016) também corroboram a continuidade e resiliência do neoliberalismo.

Com o retorno dos governos neoliberais na Argentina, no Chile e no Brasil, fica claro que o ideário e as propostas deste matiz não possuem a viabilidade e legitimidade política a elas conferidas na década de 1990 no tripé democratização, modernização e reformas de mercado. No entanto, seria um equívoco subestimar o poder remanescente e ainda dominante do neoliberalismo (Springer, 2018).

A crise de 2007-2008 que afetou duramente o ciclo de boom das *commodities* também colocou o conflito distributivo na ordem do dia. Com a queda dos excedentes das exportações de *commodities* valorizadas, a macroeconomia baseada na poupança externa com câmbio valorizado e taxas de juros elevadas não podia mais coexistir com a expansão dos gastos sociais e aumento real do salário mínimo.

Embora tenha sido algo mais proeminente na experiência de governos progressistas no Brasil, postergar os conflitos distributivos com as elites agrárias e rentistas enfraqueceu a possibilidade da construção de uma coalizão entre classes duradoura como tem apontado análises recentes de Bresser-Pereira (eg. Bresser-Pereira, 2018). Além disso, é parte da natureza da experiência social-democrata o enfrentamento do conflito distributivo (Przeworski, 2012). Por outro lado, há dificuldades estruturais para as classes trabalhadoras latino-americanas formarem um bloco sociopolítico coeso em função das diferenças marcantes entre trabalho formal e informal, trabalho qualificado e trabalho não-qualificado, trabalhadores do serviço público e trabalhadores do setor privado (Roberts, 2008).

A heterogeneidade estrutural dos países latino-americanos implica uma diversidade na própria conformação das estratégias de desenvolvimento em curso em na região. Com a vantagem de um olhar retrospectivo, hoje é possível afirmar que as abordagens que se organizaram em torno do “pós-neoliberalismo” pareceram dar pouco espaço para esta diversidade, para não falar nas contradições existentes nas estratégias de desenvolvimento propriamente ditas dentro de cada país. Assim, mesmo argumentos voltados à centralidade da dimensão política tenderam a enxergar a “onda rosa” muito mais voltada à perspectiva da ruptura com o neoliberalismo que havia caracterizado a década anterior, do que com suas possíveis contradições, eventualmente tentando avançar na definição de um novo modelo de desenvolvimento, o “neodesenvolvimentismo”.

O presente volume é um esforço no sentido de realizar uma reflexão crítica sobre esta trajetória, tentando explorar suas contradições e legados. Abrangendo diferentes temas da economia política, os artigos que compõem o dossiê exploram as nuances e ambiguidades destas experiências para entender em que medida o continente passa por uma retomada ou se trata de uma continuidade do neoliberalismo que agora se revela mais claramente hostil e limitado para absorver as pressões sociais. Afinal, foi uma década de ruptura ou de continuidade em relação à trajetória de liberalização em um sentido mais amplo da economia e da vida social?

Os artigos reunidos neste volume respondem esta questão de diferentes perspectivas, oferecendo ao leitor um panorama que no seu conjunto é crítico em relação ao significado da “onda rosa” como parte da história do capitalismo na América Latina. É justamente de uma perspectiva histórica de mais largo prazo que alguns dos artigos analisam esta experiência, enfatizando suas limitações estruturais, próprias de um capitalismo periférico.

É o caso do artigo de Jales da Costa e Wolney de Carvalho, que discute o neoliberalismo na América Latina como “ratificação do capitalismo dependente”, suas implicações para a classe trabalhadora e as limitadas conquistas dos governos de esquerda na região diante do quadro de dependência. Além das limitações do desenvolvimento industrial associadas às políticas macroeconômicas com câmbio sobrevalorizado, com altas taxas de juros e elevada dependência da poupança externa, o artigo chama atenção para identificação ideológica entre as burguesias latino-americanas e o neoliberalismo. O autor destaca que o nacionalismo econômico e político não fazem mais parte do ideário das elites econômicas da América Latina.

O texto de Luis Fernando Garzon, por sua vez, inspira-se na tradição gramsciana, no neoinstitucionalismo e no neomarxismo para devassar um alongado ciclo de rupturas e permanências econômicas e políticas no Brasil a partir de 1994. O autor fala de “ressurgências neoliberais” como consequência do insucesso de alternativas almejáveis e palpáveis que teriam sido sistematicamente sabotadas e neutralizadas – é o caso das mobilizações da década de 1980, sucedidas pelas políticas neoliberais da década seguinte. Nesta trajetória, os governos do Partido dos Trabalhadores teriam servido como “freio de arrumação” político e social, para a adoção de um “neoliberalismo inclusivo”, cujo limite estaria em um “reformismo incremental” limitado pelos interesses do capital. Com o que o autor chama de “ruptura institucional de 2016”, tem-se um cenário marcado pela “revanche do valor”, no qual a agenda neoliberal avança, como uma “terceira onda de mercadorização” à la Polanyi, sem indícios de uma nova grande transformação à vista.

Ainda nesta perspectiva histórica e mais estrutural, Ricardo Rebello explora o plano das ideias e das comunidades epistêmicas, destacando o papel das organizações internacionais como BID e Banco Mundial na disseminação da *episteme* da governança global. O caráter normativo-prescritivo das soluções construídas, traduzidas e sistematizadas pelos organismos internacionais constitui uma espécie de “camisa de força” da governança global que foi também pervasiva durante os governos progressistas. Em conclusão, o autor questiona se o

“novo desenvolvimentismo”, que animou os governos da “onda rosa”, não seria mais que um rearranjo (falacioso) da produção de conhecimento hegemônico, contribuindo para a cooptação de atores nacionais para os interesses dos grandes capitais financeiros internacionais.

Uma outra forma de aproximação ao neoliberalismo aparece em um conjunto de artigos mais preocupados com as especificidades nacionais, escrutinando em mais detalhes os desafios enfrentados por alguns países da região no período. O trabalho de Bruna dela Torre, Eduardo Altheman e Vladimir Puzone se debruça sobre o caso brasileiro, revelando os “desdobramentos neoliberais do Lulismo”. Com base na pesquisa empírica realizada pela Fundação Perseu Abramo logo após a vitória de João Dória na cidade de São Paulo em 2016, os autores exploram as mudanças culturais ocorridas na periferia da maior cidade brasileira, revelando o alinhamento da população com valores liberais, tais como o empreendedorismo, sucesso pessoal e, no polo negativo, a crítica ao Estado. Este cenário seria consistente com um conjunto de políticas públicas promovidas pelos governos petistas que teriam contribuído, na interpretação dos autores, para o “conformismo da subjetividade da classe trabalhadora com a ideologia neoliberal”.

O caso chileno é explorado por Aldo Madariaga, que propõe uma “abordagem holista”, compreendendo uma análise das ideias, das instituições e dos interesses que conformaram o caso chileno, explicando a permanência do neoliberalismo construído a partir da ditadura de Augusto Pinochet, atravessando diversos ciclos políticos, incluindo governos de esquerda. O autor destaca a importância dos atores de veto alinhados com a defesa do neoliberalismo e contrários às reformas progressistas. Os atores de veto incluíram os tribunais constitucionais nos quais os atores de veto possuíam maioria, mesmo quando não estivessem no parlamento, além do enorme poder intelectual do pensamento neoliberal dentro das universidades que ganham espaço decisivo nos debates públicos, contando ainda com a influência nos meios de comunicação. Indo além do caso chileno, o autor considera que esta abordagem pode contribuir para entender a dinâmica e continuidade do neoliberalismo em países como o México, a Colômbia e o Peru.

Os artigos de Pedro Henrique Cícero e Ana Victória Diogo e de Danila Aguiar e Janaína Santos, por sua vez, abordam o caso da Bolívia, que chama atenção pela tentativa de construção de um “Estado plurinacional”, visando romper não só com o modelo econômico neoliberal, mas com o próprio modelo político do Estado-nação. Cícero e Diogo constroem a

análise a partir do conceito de “Estado abigarrado”, entendido como um Estado que é resultado de uma mal articulada sobreposição de tempos históricos, modos de produção, línguas e visões de mundo, o que torna o modelo clássico de Estado-nação inadequado para se pensar a realidade latino-americana. A partir da análise da trajetória política do MAS, movimento político liderado pelo presidente Evo Morales, chega-se aos limites encontrados pelo movimento, que segue comprometido com uma visão neodesenvolvimentista, portanto ainda presa ao modelo de Estado tradicional cuja crítica estava na origem do movimento. Aguiar e Santos também reconstroem a mesma trajetória, lançando mão de uma perspectiva dos “blocos no poder”, argumentando que o MAS estabeleceu uma hegemonia política baseada em alianças que envolveram frações burguesas estatais, demandas de perfil nacional-popular e indígenas. Contudo, trata-se de um bloco neodesenvolvimentista que continua favorável ao capital estrangeiro.

Por fim, há um terceiro grupo de trabalhos que procura pensar o papel de agentes específicos na conformação da trajetória do neoliberalismo na América Latina. De um lado, Dieter Plehwe e Karin Fischer exploram o papel desempenhado pelos *think tanks* no enraizamento do ideário neoliberal na região. Os autores são enfáticos ao chamar atenção para uma análise mais profunda das dimensões socioeconômicas e ideológicas da distribuição de poder nas sociedades capitalistas. A “onda rosa” falhou em confrontar e minar as variedades neoliberais de capitalismo na América Latina assentada em tais dimensões. Por outro lado, as reformas institucionais resultaram mais das oportunidades criadas pela conjuntura internacional do que resultado de um esforço sistemático, o que limitou as possibilidades de transformação.

Sandro Garcia, por sua vez, aborda as limitações das políticas de apoio à inovação, destaca o elo fraco desta atividade no Brasil no período de 2004 a 2014. O período que coincide com as principais políticas industriais mostra a expansão dos gastos governamentais em inovação e com expansão da produção de conhecimento científico sem uma correspondência nos investimentos empresariais. Segundo o autor, a insuficiência de mecanismos de reciprocidade e de cooperação entre atores do setor público e privado estaria por trás da dificuldade em alcançar a transformação destes gastos em maiores taxas de inovação.

Fechando o dossiê, o artigo de Rodrigo Santos lança um olhar sobre a firma como instituição chave do capitalismo, analisando a forma como o ideário neoliberal do

fundamentalismo de mercado constitui a governança corporativa (GC). O autor analisa a mudança institucional em direção a um modelo neoliberal de GC a partir do caso da Vale S.A, chamando atenção para o processo essencialmente político da redistribuição do poder e das condições de exercício do controle da firma em favor dos proprietários ou da lógica institucional do mercado em detrimento da lógica profissional e das estruturas de regulação. No plano ideológico, a mudança institucional implicou um maior alinhamento com os modelos de governança corporativa anglo-saxônica calcada na chamada ideologia de maximização do valor ao acionista (*shareholder value maximizing ideology*).

Em sentido teórico mais amplo, os artigos deste número especial mostram a necessidade de um escrutínio maior das características do capitalismo enquanto sociedade e economia. Como lembra Streeck (2016), uma sociedade capitalista se caracteriza pela conexão e interação entre relações sociais de produção e de intercâmbio com relações sociais não-econômicas. No caso do neoliberalismo, é preciso uma virada na ênfase do estudo do governo e dos partidos para uma ênfase na sociedade. É essencial entender o imbricamento social e ideológico deste ideário na reprodução social da vida cotidiana. Parte dos fracassos políticos e eleitorais dos governos progressistas se deve ao alcance societal do neoliberalismo.

Por outro lado, as ilusões que caracterizam o fundamentalismo de mercado (Block, 2018) também comprometem a sua legitimidade política e social. A ilusão de que a única forma possível de funcionamento da economia capitalista é a neoliberal. A ilusão de que não existe alternativa porque a própria definição de capitalismo implica mercados autônomos e auto-regulados. E, mais recentemente, a ilusão de que a democracia é crescentemente um empecilho para o funcionamento eficiente da economia.

É muito difícil antever os desdobramentos da retomada da ofensiva neoliberal na América Latina, mas é possível asseverar que a falta de legitimidade e a crescente coerção em detrimento da hegemonia revelam uma elevada instabilidade política e problemas de legitimidade mais agudos do que em sua fase áurea dos anos 90. Diante deste quadro, o presente número especial é também um convite para que os cientistas sociais renovem o interesse pela temática. Boa leitura!

Referências

BLOCK, Fred. *Capitalism: the future of an illusion*. Oakland, University of California Press, 2018.

BOSCHI, Renato. *Variedades de capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina*. Belo Horizonte, UFMG, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Direitos republicanos e a captura ‘legal’ do Estado brasileiro. *Revista do Serviço Público*, n. 69, pp. 15-30, 2018.

CROUCH, Colin. *The Strange Non-Death of Neoliberalism*. Cambridge, Polity Press, 2011.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo, 2016.

DINIZ, Eli ; BOSCHI, Renato. *A difícil rota do desenvolvimento: empresários e a agenda pós-neoliberal*. Belo Horizonte, UFMG, 2007.

FERNANDES, Florestan . *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1975.

ROBERTS, Kenneth, Es posible una Socialdemocracia en América Latina ? *Nueva Sociedad*, n. 217, pp. 86-98, 2008.

PRZEWORSKI, Adam. Social Democracy as a Historical Phenomenon. In *Capitalism and social democracy*. Cambridge, Cambridge University Press, 2012.

SPRINGER, Simon. No More Room in Hell: Neoliberalism as Living Dead. In CAHILL, D., COOPER, M., KONINGS, M., PRIMOROSE, D., *The SAGE Handbook of Neoliberalism*, London, Sage Publications, 2018.

STREECK, Wolfgang. *How will capitalism end?* London, Verso, 2016.

Fim de Ciclo dos Governos “pós-neoliberais” na América Latina? Uma análise do caso boliviano

Recebido: 01-04-2019

Aprovado: 23-07-2019

Danilla Aguiar¹
Janaina F. dos Santos²

Há menos de duas décadas, o subcontinente latino-americano experimentava um intenso momento de lutas, ilustrando algumas transformações no cenário político regional. O triunfo eleitoral de Hugo Chávez na Venezuela em 1998, o fracasso da ALCA (Área de livre comércio das Américas) e, em contrapartida, o projeto de construção da ALBA (Aliança Bolivariana para os povos de nossa América), o estopim da crise capitalista em 2008 e as lutas por nacionalizações na Bolívia e Equador seguidas pela primeira ascensão presidencial de Evo Morales (2005) e Rafael Correa (2006), respectivamente, são fatos que sinalizavam mudanças na geopolítica da América Latina. Tratavam-se de governos que articularam institucionalidade e pautas nacional-populares num projeto de caráter heterogêneo e continental e que reascenderam na dimensão política – ao menos em discurso – uma tentativa de ruptura com as estruturas de poder e cultura antidemocrática que minavam a credibilidade das instituições políticas locais, trazendo a substituição das constituições em vigor e renovação dos quadros políticos dirigentes. Este estudo foca no caso da Bolívia, que vivencia o agravamento das críticas em relação às medidas econômicas baseadas na exportação de *commodities*, os limites da hegemonia evista³, considerando, todavia, a guinada à direita na superestrutura política do subcontinente.

Problematizaremos sobre as possibilidades de continuidade dessa hegemonia no Estado Plurinacional da Bolívia como um novo bloco no poder em alianças com setores

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande. Pós-doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde é também professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. É pesquisadora do Grupo de Estudos Práxis: Estado e Luta de Classes na América Latina (UFCEG/CNPq). Brasileira. É uma das organizadoras do livro *Estado, Governos “Pós-Neoliberais” e Luta de Classes na América Latina: a agonia dos atalhos nos caminhos da mudança social*, EDUFCEG, 2019. Email: jdanillaaguiar@hotmail.com.

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande. Professora na Universidade de Pernambuco. Também é pesquisadora do Grupo de Estudos Práxis: Estado e Luta de Classes na América Latina (UFCEG/CNPq). Brasileira. Email: janainasantos1983@hotmail.com.

³ Esta caracterização faz referência ao governo de Evo Morales.

populares, médios e burgueses, representando um governo que rompeu com um período de extrema instabilidade política onde até fins dos anos 1980, de acordo com a antiga constituição vigente, não era necessário atingir o primeiro lugar nas urnas para se tornar presidente. Era o parlamento quem decidia, entre os três primeiros lugares, quem assumiria a presidência.

Apresentamos o conceito poulantziano de *bloco no poder* para uma análise crítica das mudanças no governo boliviano, por ser um conceito que nos permite inferir que existe uma pluralidade de frações de classe hegemônicas por uma fração destas no *bloco no poder*, sem que haja ruptura na unidade do conjunto das classes dominantes (Poulantzas, 1977). Centramos análise no papel da emergente burguesia aimará ou burguesia paceña – em referência à capital boliviana, La Paz – como a fração de classe que hegemoniza esse novo *bloco no poder* e que se distingue do eixo burguês separatista de Santa Cruz, por ser resultado tanto das condições externas experimentadas durante a primeira década do século XXI, como dos efeitos do “nacionalismo revolucionário” que toma força durante o governo do primeiro presidente indígena do país (Rea Campos, 2016, p. 376).

Neste ensejo, indicamos elementos críticos a partir da caracterização de um governo nacional-popular que se apresenta como representante das massas, assumindo um discurso que problematiza uma mudança de paradigma em toda a América Latina, mas que estratégica e paralelamente permite a aliança com novas frações da burguesia, que apresentam elementos particulares como a origem aimará, a origem no campo e posteriormente o estabelecimento no setor comerciário, além do gosto por expressar sua cultura junto com seu poder econômico (Albó, apud America, 2014). Neste aspecto, a nova burguesia aimará ou paceña se contrapõe à burguesia cruceña formada na região da “meia lua”⁴, caracteristicamente racista, xenófoba e separatista.

Mesmo apresentando elementos nacionalistas e anti-imperialistas no discurso, o novo *bloco no poder* continua se sustentando no extrativismo e na “ilusão neodesenvolvimentista”, um contraponto que tem sido comprovado pelo fato de que a queda nos preços das *commodities* somada à crise econômica mundial tem levado o governo Morales a uma crise política interna conjuntural. Este novo *bloco no poder* inaugurado com o governo evista, em nossa leitura, possui ainda a particularidade de primeiramente se estabelecer no âmbito político e depois no econômico, caracterizado assim como um *bloco nacional-popular*,

⁴ Compreende os departamentos de Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija.

consolidado em altos índices eleitorais nas vitórias presidenciais das eleições seguintes, depois de 2005 e que agora vem experimentando resultados diferentes.

Em nossa, hipótese, um grande indicador desta crise interna conjuntural é justamente a primeira grande derrota política sofrida pelo governo masista⁵ em dez anos no poder, em 2016, com a refendo revocatório que previa a *re* reeleição de Evo Morales e que foi derrotado. Contudo, após recurso apresentado ao Tribunal Constitucional, em 2017, por um grupo de parlamentares de seu partido para suspender os artigos da Constituição que vetavam duas reeleições consecutivas, Evo Morales poderá se apresentar às próximas eleições presidenciais, em meados de 2019.

Da primeira eleição até os dias de hoje, o presidente indígena lida com a complexa forma de governar com os movimentos sociais, as alianças burguesas e desafios eleitorais, tendo logrado converter o instrumento político Movimento ao Socialismo – MAS em um partido hegemônico na Bolívia contemporânea. Em nossa hipótese, o MAS tem desenvolvido uma variante do capitalismo dependente que novamente recupera frações burguesas estatais para arranjar o novo bloco no poder⁶, de demanda nacional-popular, que contemplam também a inserção indígena no sistema político, bem como no campo das elites compradoras, favorecidos pela expansão da economia comercial asiática. Contudo, é um bloco no poder que continua favorável ao capital estrangeiro, principalmente em longo prazo (Durán Gil, 2008).

Para nos referirmos aos governos que surgiram nos distintos países da América Latina no início do século XXI, utilizamos ao longo do trabalho e na forma de hipótese o conceito de pós-neoliberalismo como forma distinguir e caracterizar a situação política e econômica desses governos que logram chegar a presidência muitas vezes com grande apoio popular. Para tanto, utilizamos a caracterização de Pablo Dávalos, que, problematizando de forma mais geral os governos latino-americanos contemporâneos, nos apresenta o pós-neoliberalismo como um tipo de neoinstitucionalismo onde a força política do Estado seria fundamental. Trata-se de uma mudança institucional que consolida a disciplina social em necessidades de acumulação por desapropriação⁷, sendo ainda característicos a produção de *commodities*, aprofundamento do extrativismo e reprimarização da economia (Dávalos, 2012).

⁵ Referência a membros do partido do governo, MAS.

⁶ Mesmo com diferentes interesses relativamente permanentes, se homogeneízam para garantir a dominação política no Estado.

⁷ Dávalos utiliza o mesmo termo trazido por David Harvey apoiado em Rosa Luxemburgo simplificadaamente neste momento definido como um processo que repete as formas primitivas e originárias de violência da acumulação capitalista em regiões da periferia do sistema mundo (Dávalos, 2012).

Contribuindo com o debate, Javier Vadell e Pedro Henrique Carvalho nos apresentam o pós-neoliberalismo como um período “no qual haveria uma ‘descontinuidade continuada’, o que não sugere um rompimento integral com o neoliberalismo, mas apenas com as aplicações verticais e automáticas das receitas do Consenso de Washington” (Vadell e Carvalho, 2014, p. 89).

Para pensarmos as mutações políticas do presente, devemos ainda considerar fundamentalmente a guinada à direita que assola a superestrutura política do subcontinente a partir de alguns elementos que caracterizam o “fim de ciclo” desses governos presidenciais, atingindo o bolivarianismo venezuelano constituído como a base do sistema ideológico elaborado por Chávez e seu movimento que vem sendo ameaçado desde o seu desaparecimento e a chegada da crise econômica e política na era de Nicolás Maduro; o bem-viver e as contradições da “revolução cidadã”⁸ encabeçada por Rafael Correa que logrou na vitória agônica de Lenin Moreno em abril de 2017, e sua direitização quase que imediata, com a consequente ruptura de seu mentor com ele; a ascensão do empresário Mauricio Macri como presidente da Argentina, o triunfo eleitoral do economista de centro direita Pedro Pablo Kuczynski no Peru em uma disputa acirrada com a filha do ditador e ex-presidente Alberto Fujimori, Keiko Fujimori, assim como a consolidação do golpe institucional sofrido por Dilma Rousseff no Brasil – onde Michel Temer passou a governar – e o triunfo eleitoral de Jair Bolsonaro, em 2018, como tentativa de resolver a crise orgânica do Brasil, pela extrema direita, e, claro, a primeira derrota na consulta popular boliviana, em 2016, via referendo que inicialmente impossibilitava uma nova reeleição de Evo Morales em 2019.

Além do conceito poulantziano, utilizamo-nos das categorias grasmcianas de crise conjuntural e crise orgânica, assim como o conceito de superestrutura para explicar o caráter da crise interna encarada pelo governo boliviano de Morales no marco de um giro à direita nos governos “pós-neoliberais”, ao passo que se agrava a crise capitalista mundial.

⁸ Contradições essas enxergadas na manutenção da dolarização da economia do país, abrindo mão do controle de sua política monetária, assim como na manutenção de uma perspectiva neo-extrativista favorecendo grupos econômicos ligados a setores do capital transnacional, confrontando com os maiores movimentos sociais do país, desestruturando as principais organizações sociais.

Crise Capitalista, Governos e Movimentos Sociais na América Latina

A contestação ao modelo neoliberal⁹ em países da América Latina, somado a um momento de excepcionalidade econômica advindo do “boom das *commodities*”¹⁰, potencializaram um conjunto de discursos de alternativas políticas para o subcontinente, num momento de estopim crise econômica e descontentamento social.

Como o objetivo da classe dominante era a recomposição de forças no interior do sistema, que enfrentava uma onda de contestações populares contrárias ao modelo neoliberal mais duro, o Estado se coloca como estabilizador social para garantir a continuidade do modelo de acumulação neoliberal, mesmo após os desgastes desse modelo na década de 1990. Neste ensejo, chegam ao poder governos que se caracterizavam por bancar uma continuidade reformulada, assimilando algumas reivindicações e enquadrando as expectativas de melhoria social nos marcos de uma estratégia de conciliação de classes. Uma restauração de funções sociais do Estado que, todavia, se apresentou arraigado em administrações conservadoras anteriores e que, inspirada por antigos modelos de desenvolvimentismo proposto pela Comissão Econômica para América Latina da ONU (CEPAL) nos anos 1960, mostrava-se em médio prazo pouco eficaz na constituição de uma “alternativa”, ainda que essa – juntamente com a ideia de equidade – estivesse presente nos discursos desses novos líderes.

Caracterizados como governos “pós-neoliberais” latino-americanos – na ausência de um termo mais adequado e com objetivo de distingui-los dos governos anteriores –, inauguraram, assim, uma agenda de alternativa política às estruturas de poder vivenciadas desde a terceira onda democrática em meados da década de 1980 e que se instalam no aparelho do Estado. É importante lembrar que mesmo antes da crise capitalista que eclode no centro imperialista estadunidense em 2008, a América Latina aparecia como um subcontinente em ebulição, onde vários movimentos sociais despontaram na cena política na última década do século passado, tendo como exemplo as pioneiras rebeliões zapatistas, em 1994, no México, e a atuação dos *piqueteros*, na Argentina, à mesma época, assim como na

⁹ Não podemos menosprezar o peso que a luta de classe imprime sobre esse momento. Afinal, sendo a luta de classes “o motor da história”, as mobilizações e questionamentos via tensão social, promovida pelos movimentos populares do período em questão, contribuíram significativamente para pôr em xeque os governos neoliberais à época.

¹⁰ Correspondeu ao momento de aumento, no mercado mundial, dos preços das matérias-primas ou de gêneros produzidos com baixa tecnologia. Completando esse fator de excepcionalidade no mercado mundial, a crise do sistema que teve início no coração do capitalismo, abriu espaço para a China no mercado mundial, que se apresentou como grande consumidor de gêneros primários, fato que possibilitou o crescimento econômico de países de baixa industrialização.

resistência dos mapuches no Chile e nas inúmeras lutas das nacionalidades no Equador, Peru e Bolívia. São movimentos sociais que fundamentalmente retomam as lutas pela autonomia das etnias, pela libertação nacional, e, principalmente, pela nacionalização dos recursos naturais.

Junto à essas demandas, eclodem também processos de derrocadas presidenciais em vários países latino-americanos, seja por deposição ou renúncia, demonstrando que de fato existia um “reflexo de crise” que atravessava as democracias representativas no subcontinente e que se encontram com o estopim de crise capitalista neoliberal de 2008. A grande referência não se faz somente com o caso boliviano, mas também são notáveis as ascensões presidenciais de Hugo Chávez na Venezuela e de Rafael Correa no Equador. O novo período dos governos do sul, com a crise da hegemonia do neoliberalismo vigente, não significou, contudo, uma tendência a uma transformação social no modelo de acumulação ou ao socialismo. O antiimperialismo (que caracterizava algumas ações políticas desses novos líderes, seja via boicote de pagamento da dívida, nacionalizações parciais dos recursos naturais) sempre representou períodos de avanços e recuos, mas não uma tendência à abolição do sistema capitalista. Quando, em outras experiências políticas se tentou essa possibilidade de avanço contra o poder do capital, existiram os golpes e ditaduras.

O que se alimentou em termos de antiimperialismo, com o caráter populista e progressista anunciados por esses governos, se aproximava mais de uma expectativa de que houvesse uma predisposição de frações burguesas para formarem frente com as forças populares que protagonizavam a cena política, em certa fase da luta contra o imperialismo que viriam a “favorecer a emergência e o espraiamento de diversos tipos de nacionalismo” (Almeida, 2010, p. 135-36). Porém, os novos instrumentos de dominação – dependência financeira e a manipulação de ideias via mídia hegemônica – trouxeram consequências políticas profundas, como a erosão da soberania nacional dos Estados e uma submissão sem precedentes aos ditames do imperialismo, que redobrou sua marcha para cobrir toda a superfície global, junto, todavia, à criminalização dos movimentos populares reivindicatórios.

Nesse contexto, no que tange à peculiaridade brasileira, por exemplo, residiu no fato de ter adotado o “neodesenvolvimentismo” enquanto estratégia, durante os mais de dez anos de governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Modelo que somou ao crescimento econômico uma leve melhoria na distribuição de renda, fato que decorreu da valorização do salário mínimo, da ampliação do programa social Bolsa Família e da expansão do crédito, que se configuraram como os pilares de uma dita atenuação de problemas estruturais

brasileiros, uma estratégia que só se fez possível graças a excepcionalidade conjuntural do cenário internacional, momento de elevado preço das *commodities* e de aquecimento da economia chinesa, que viabilizou aumento expressivo das reservas internacionais e, até 2007, saldos positivos.

O caso da Bolívia, por outro lado, se destaca perante os demais por constituir um processo de ascensão presidencial onde os movimentos sociais estiveram estreitamente ligados à primeira eleição de Morales, sendo ele um ex-sindicalista, participante ativo do “movimento *cocalero*”¹¹ e o único presidente indígena eleito no país até os dias de hoje. São mudanças políticas que trazem à baila novas questões teóricas para se pensar a América Latina contemporânea, recobrando o tema da identidade, da multiculturalidade, da autodeterminação ao passo que se trava uma aproximação entre a história latino-americana, a formação dos Estados-nação e o questionamento do colonialismo e suas redes de poder (Aguilar, 2012). Se por um lado surgiam forças políticas que primavam por um Estado de combate à extrema miséria – como no caso do Brasil, à custa do empoderamento da burguesia interna – por outro, a crise do sistema político propiciou transformações que se referiam notadamente à consolidação de novas forças políticas, de orientação nacional-popular, como em nosso estudo de caso.

A colonização, junto com a propriedade privada, trouxe aos povos originários não só a marca da dependência financeira, mas também a imposição cultural, que marcou nosso sistema político até dias recentes. Na fase do imperialismo neoliberal (ou capitalismo contemporâneo) com a financeirização e reestruturação produtiva, aparecem outras correntes teóricas que trazem uma luta localista para “se oporem” ao capitalismo, muitas vezes dividindo e fragmentando a classe operária, compreendida em um sentido abrangente. Nesse cenário ganham destaque as frações de classe e as alianças entre classes, em determinadas formações econômico-sociais, gerando efeitos específicos no aparelho do Estado. Lembrando que a Bolívia é um país de baixo desenvolvimento capitalista e riqueza baseada nos recursos naturais – petróleo e gás –, nos perguntamos, fazendo uso do prisma poulantziano, se a nova fração dominante do bloco no poder, ou seja, a nova burguesia aimará – que surge em “unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes na

¹¹ Movimento social que emergiu no momento de entrada do DEA (*Drug Enforcement Agency*, agência estadunidense de combate às drogas) na Bolívia e junto à repressão contra os camponeses que cultivam a folha de coca. É um movimento social nascido a partir da oposição às políticas de erradicação da folha de coca, tradição milenar no país, composto basicamente por camponeses plantadores de coca, situados principalmente no vale Chapare.

sua relação com uma forma particular de Estado capitalista” (Poulantzas, 1977, p. 229) _ atuará em aliança com a grande burguesia de Santa Cruz impulsionando a guinada à direita no país. Seguindo esta leitura, no sentido do entendimento da necessidade de unidade política dessas frações sob a égide de uma classe ou fração-hegemônica, seria a nova burguesia andina | aimará – como classificação política – essa fração? Cabe ressaltar ainda que esta nova fração possui uma relação de subordinação com o capital estrangeiro, mas que se diferencia da fração burguesa cruceña pelo seu caráter importador que altera a hegemonia aplicada às práticas políticas das classes dominantes, no interior do bloco no poder de uma formação econômico-social capitalista dependente, como é o caso da Bolívia.

O interesse do marxista greco-francês pelo estudo da tríade “Estado, poder e política” se dirige ao modo de produção capitalista, onde, para ele, toda a estrutura existe em função de assegurar a coesão social, “a função específica de construir o fator de coesão dos níveis – político, econômico, ideológico – de uma formação social”, fato que exige uma dupla reprodução: o das relações de produção capitalista e o das relações de dominação da burguesia sobre as demais classes sociais (Poulantzas, 1977, p. 40). Ainda para Poulantzas, é no Estado que se tornam expressivas as contradições entre os diversos níveis da formação social capitalista e são os efeitos gerados no aparelho do Estado Plurinacional da Bolívia como consequências de uma política que se pretendia neodesenvolvimentista em longo prazo que pautaremos nossa análise.

Sem desqualificar os avanços obtidos através da luta de classes nas últimas décadas no país durante o governo de Evo Morales, entendemos que há uma contradição latente entre discurso e práticas que envolvem os novos modelos de governo latino-americanos que emergem em um contexto de crise capitalista e de uma oportunidade econômica que se abriu junto ao mercado externo. Reavivando também o populismo como fenômeno político no subcontinente, firmado nas mudanças nos textos constitucionais inaugurados pela destacada tríade governamental de Venezuela, Bolívia e Equador, quebrando situações de instabilidade política refletidas em constantes destituições presidenciais e na falta de credibilidade do sistema partidário vigente, bem como da representação e dos partidos políticos que se revezavam no poder como um todo.

O Caso Boliviano e a Ascensão de Evo Morales

Na Bolívia, em meados de 2000, as lutas antiimperialistas por nacionalizações (água, gás, campos de petróleo e hidrocarbonetos) e pelo o reconhecimento da plurinacionalidade do país passaram a ter visibilidade internacional. O ponto de partida é o episódio da “Guerra da água”, um conflito que se desencadeou no ano 2000 quando o então presidente Hugo Banzer tentou vender o sistema de abastecimento de água em Cochabamba a uma multinacional estadunidense, arrendando a água até 2039 para a empresa *Águas del Tunari*, subordinada à californiana Bechtel. Seriam arrendadas inclusive as águas das chuvas. Após golpear famílias locais com suas taxas abusivas e de violentos confrontos com as forças de segurança, uma coordenadoria formada por agricultores, ambientalistas, trabalhadores, setores da classe média dentre tantos outros, lograram na reversão do projeto de privatização. Já durante essa denominada guerra, Evo Morales aparecia como um importante líder do movimento *cocalero*, o mais importante dos movimentos sociais contemporâneos no país. Três anos depois, eclode no departamento de El Alto a primeira “Guerra do Gás”, sob o governo de Gonzalo Sánchez de Lozada, no decorrer do ano de 2003. A tentativa era exportar gás para o México e EUA através do porto chileno, nos mesmos moldes da negociação da água, onde a cada US\$ 24 ganhos já livres de impostos os bolivianos teriam direito a US\$ 1, caracterizando mais um consórcio que viabilizava uma clara exploração dos recursos naturais. Como consequência dessa guerra, houve longa repressão estatal, muitos mortos e feridos e a renúncia de Sánchez de Lozada, pressionado por levantes de massas. Desta forma, a presidência foi assumida Carlos Mesa Gisbert, o vice, até que se convocassem novas eleições. Essas eleições acabaram sendo antecipadas para 2005, e vencidas por Evo Morales, quando Mesa também renuncia em meio à segunda “Guerra do gás” (AGUIAR, 2012, 2014).

Após esse quinquênio de lutas (2000-2005) que antecedeu seu primeiro triunfo presidencial, renovando o sistema de partidos que se revezavam no poder, Morales, apresentando o intelectual e professor Álvaro García Linera como vice- presidente, se firma junto ao Movimento ao Socialismo (MAS), como uma alternativa política registrada como “*Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos*” – MAS/IPSP. Inicialmente se caracterizava como um partido político de base campesina e indígena em uma tentativa de trazer representantes da grande maioria da população boliviana ao poder político, demonstrando um grande avanço em termos de participação em relação aos poder das frações hegemônicas locais (AGUIAR, 2014). O dinamismo dos movimentos sociais e a participação

ativa na vida política do país demonstrada nas manifestações populares deram impulso a uma demanda que clamava por mudanças em termos de participação, inserção dos povos originários e a nacionalização dos recursos naturais e reversão das privatizações. Após a sequência de diversos protestos isolados, a capacidade de contestação da sociedade boliviana passa a ter mais ampla visibilidade, formando uma agenda política alternativa antiimperialista em encontro às estruturas de poder e latentes desigualdades sociais. A identidade indígena se mostra mais uma vez coligada à constante reconstrução e resgate de elementos histórico-simbólicos e de referenciais concretos, capazes de fazer sentido na realidade e cotidianidade, como a defesa da produção da folha de coca. Surgia, pois, na Bolívia, uma nova delineação de Estado que reformava as estruturas liberais instauradas desde a república nascida em 1825 e que foi grande responsável pelas políticas excludentes e centralistas, bem como por todo o controle de terra e riqueza do país, encabeçada pelo campesino indígena que logrou tornar-se presidente (SVAMPA e STEFANONI, 2007). A Bolívia encontrava-se, por conseguinte, frente a um novo ciclo nacionalista, em uma encruzilhada histórica com o nacionalismo militar das décadas de 1930 e 1940, com a revolução nacional de 1952 e com o breve ciclo de nacionalismo operário-militar da década de 1970, somando-se às lutas antiimperialistas por nacionalizações iniciadas nos anos 2000.

A construção de um novo modelo democrático se inicia no primeiro ano de governo, quando se convoca uma Assembleia Nacional Constituinte aprovada em referendo dois anos depois, em agosto de 2008. Em outro referendo revocatório, ratifica-se a extinção da então República da Bolívia para dar lugar ao Estado Plurinacional da Bolívia e a sua nova constituição que passou a vigorar em 2009, como indica Cunha Filho, formando parte de uma “retórica de descolonização e refundação do país” (CUNHA FILHO, 2014, p. 168). Ao analisar o novo texto da Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia, Cunha Filho, chamando ao debate as ideias do sociólogo boliviano Fernando Mayorga, conclui quanto à inserção indígena na política local que:

embora o texto busque dotar o sistema político boliviano de mecanismos advindos da lógica comunitária, em última instância acaba por subordiná-los à uma lógica política liberal de um cidadão, um voto. Apesar de acatar mecanismos como assembleias, *cabildos* e consulta prévia às comunidades como instituições legítimas de deliberação, não lhes concede caráter vinculante, o que poderia permitir passar por cima de suas deliberações. Além disso, embora reconheça a possibilidade de que os povos indígenas originário-camponeses escolham suas autoridades e representantes segundo “usos e costumes”, ressalva que tal se dará apenas quando o ato eleitoral não estiver sujeito ao voto único, secreto e universal. (CUNHA FILHO, 2014, p. 184)

Sobre o tema, o autor indica ainda as discrepâncias entre “o texto constitucional e a realidade concreta da complexidade do ser indígena” em um país com dezenas de nacionalidades autóctones e as dificuldades ao se questionar, por exemplo, a legitimidade indígena, abrindo espaço para a quebra de manutenção de um bloco histórico hegemônico inaugurado com o governo evista (Ibid., p. 186-187).

Entre os problemas e desafios dos novos governos está a estrutura do Estado herdada do período neoliberal, em que novas modalidades de regulação e de relações entre o público e o privado já estão estabelecidas, implicando sobre a capacidade de elaboração e implementação de políticas públicas das atuais administrações. Essa nova agenda de desenvolvimento implica em reconhecer e analisar em profundidade aqueles fatores que contribuem para torná-la possível, facilitando a transformação da sociedade em seu conjunto. O papel exercido pelo Estado nesta nova fase em busca de autonomia e desenvolvimento econômico passa a ter fundamental importância, determinando também os rumos políticos encarados por um processo que procura combinar a aprendizagem derivada de uma longa experiência desenvolvimentista com as preocupações com a estabilidade econômica local. O vice-presidente García Linera indica que a Bolívia passa por uma “renovação ou substituição radical de elites políticas” através da reconstrução de um novo bloco de poder econômico-político-simbólico desde o Estado, “embasada no ideário da sociedade mobilizada” (García Linera *apud* García Linera et. al, 2010, p. 13). Com o modelo econômico produtivo “capitalismo andino” que foi posteriormente substituído pelo “socialismo comunitário”, não aponta claramente qual a diferença classista do novo bloco no poder, restringindo-se a identificar uma identidade étnica nesse novo bloco, sem indicar também uma estratégia para além da industrialização extrativista como modelo produtivo de Estado.

Os novos modelos idealizados pelo vice-presidente, seja o capitalismo andino, seja o socialismo comunitário, de acordo com suas declarações, são parte concreta de um desenvolvimento particular do capitalismo boliviano no âmbito do desenvolvimento geral do capitalismo mundial. São conceitos que demonstram que as alianças com setores da burguesia não são descartadas pelo governo boliviano masista, que não encobre as possibilidades atuais de mudanças dentro da perspectiva desenvolvimentista. Dando continuidade ao debate, García Linera indica que o Estado, definido como uma relação híbrida:

(...) Uma estrutura das relações políticas territorializadas e, portanto, são os fluxos de relacionamentos passados e essas relações em matéria de dominação e formas de realização e legitimidade política. Este relação-Estado é sempre um processo político histórico em

construção, em movimento, em fluxo. Mas há momentos na história que esta evolução se move em um conjunto de procedimentos, hierarquias e hábitos relativamente previsíveis e limitados, esses são os tempos da “estabilidade” do relacionamento-Estado. (García Linera, 2008, p.392)

São contradições que expressam seus limites, seja em curto ou médio prazo, como se tem observado em outras experiências de governos no subcontinente, entre práticas de governo e discurso, além de basearem-se em políticas neodesenvolvimentistas que favorecem alianças de classe e despolitizações dos movimentos contestatórios de base, principalmente em longo prazo.

As cisões internas no caso boliviano vêm acontecendo de forma aberta desde o conflito sobre a construção de uma estrada através do TIPNIS¹², em 2011, o escândalo de corrupção no fundo indígena, em 2015 e recentemente corroborada pela vitória do “não” no referendo de 2016 que inicialmente impossibilita um quarto mandato seguido de Morales. São mudanças no cenário político da região que atingem cada país de maneira particular em termos temporais, mas que podem abalar de igual maneira o frágil e recente processo de democratização latino-americano, por se tratar de um movimento relacionado com a crise mundial e que se modificam fundamentalmente através da luta de classes.

Em 2016, foi marcante – além da primeira derrota nas urnas de Evo Morales, através do plebiscito pela terceira reeleição – pelo retorno de conflitos que marcam a história política da Bolívia, envolvendo além das comunidades originárias e as mobilizações de setores de cooperativas mineiras com a interrupção do tráfego nas principais estradas do país pelo controle de depósitos mineiros, mas, sem dúvidas, conforme ressalta a cientista política Carla Alberti, o escândalo de corrupção do fundo indígena foi decisivo para a derrota do referendo sobre a possibilidade de terceira reeleição de Evo Morales, onde 51,30% dos eleitores se decidiram pelo *No* mediante 48,70% que disseram *Sí* a uma possibilidade de reforma constitucional que habilitaria Morales a uma nova eleição à presidência em 2019¹³:

A Corrupção no chamado Fundo Indígena, um programa criado em 2005 para financiar com dinheiro das arrecadações dos hidrocarbonetos, projetos de organizações indígenas e camponesas, envolveu os principais líderes do Movimento ao Socialismo e organizações relacionadas. O processo judicial iniciado pelo Ministério Público devido a irregularidades na gestão deste programa, descobertas em fevereiro de 2015 pela Controladoria Geral do Estado, deixou detidos importantes líderes sindicais e masistas, entre as quais está Julia Ramos, ex-ministra do Desenvolvimento Rural, e o senador oficialista, Jorge Choque (...). Este escândalo de corrupção também afetou Nemesia Achacollo, que presidiu o Fundo Indígena por cinco anos, e renunciou ao cargo de ministra do Desenvolvimento Rural em agosto de 2015, depois

¹² Uma reserva e território nacional indígena, de nome “Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Secure”.

¹³ As porcentagens sobre o referendo foram retirados da matéria de Pablo Stefanoni (2016) de título ¿TRASPIÉELECTORAL O FINDE UN CICLO?

de apreender o relatório sobre desfalque milionário em vários projetos do Fundo. (Alberti, 2016, p. 29)

Mesmo logrando uma visível estabilidade econômica que se destaca no subcontinente, onde três ou quatro anos seguidos a Bolívia permaneceu em primeiro lugar em crescimento econômico de toda a América do Sul, em 2016, Evo Morales e o MAS sofre sua primeira derrota nas urnas, com a consulta popular via referendo.

Contudo, no ano seguinte, foi apresentado um recurso pelos parlamentares de seu partido frente ao Tribunal eleitoral, onde se abriu a possibilidade de uma terceira reeleição e um quarto mandato de Morales, que permaneceria se assim alcançasse vitória, por vinte anos no poder. O Tribunal concluiu que as atuais cláusulas constitucionais que barravam mais de duas reeleições consecutivas afetavam os direitos políticos de Morales e de seu vice-presidente, Álvaro García Linera, bem como de todos os outros políticos cuja reeleição estava limitada, e considerou que esses direitos prevalecem sobre as restrições constitucionais.

Como era de se esperar, a oposição, seja alinhada à direita ortodoxa ou não, ganhou artifícios para combater Morales como forma de "preservar a democracia" frente a ruptura que essa decisão judicial produziria. Contudo, a unidade da oposição está longe de acontecer, e, atualmente, há a preparação para as inscrições em eleições primárias, onde se apresentam pré-candidaturas. Dentre as várias frentes, se destaca a chapa encabeçada pelo ex-presidente Carlos Mesa (que foi o presidente anterior à Evo Morales) com um discurso construído sobre a matriz ideológica da "anti-política" (Molina, 2018). A grande pulverização da oposição pode, por outro lado, fortalecer uma nova candidatura evista, visto que o presidente continua alcançando altos índices de popularidade, frente às derrocadas presidenciais no subcontinente e os crescentes números de iniquidade social que voltam a subir.

O modelo que recupera a “ilusão desenvolvimentista” pregado pelo governo evista tem se apoiado em reivindicações democráticas e populares, modifica as relações entre as classes e frações de classe no bloco no poder, incorpora reivindicações nacional-populares, porém não rompe com o domínio do capital financeiro e com o modelo extrativista. Ainda de acordo com Alberti, as contradições entre a “visão desenvolvimentista do governo sobre a base de extração de recursos naturais” tem afetado significativamente as comunidades indígenas, antes base de apoio direto do governo (Alberti, 2016, p. 30). Concordamos com Durán Gil sobre a importância de realizar uma análise do processo de acumulação levando em consideração as condições políticas e ideológicas em que esse processo se realiza e por vezes se altera (Durán Gil, 2008). Alberti nos indica ainda que a alta dependência da Bolívia da

exportação de matérias primas e sua recente queda de preço observada desde 2013 trouxe como consequência a desaceleração do crescimento acumulado em relação ao ano de 2014 de 5,5% a 4,5% em 2015 e, com a redução da balança comercial boliviana, “se afeta diretamente os pressupostos para os governos, os municípios, as universidades públicas, *Fondo Indígena* e *Renta Dignidad*, entre outros programas sociais” (Alberti, 2016, p. 32). Abre-se margem para propostas de renovação que prometem a “reconciliação nacional, continuidade e inovação para construir um país para todos”, de acordo com a premissa no partido Unidade Nacional (UN), que capitaneou a prefeitura da cidade de El Alto, um partido também produto dos conflitos de 2003¹⁴.

Podemos observar na Tabela 1 como houve uma variação entre os partidos vencedores das últimas eleições municipais, onde aparecem, além do *Movimiento al Socialismo* (MAS), a *Unidad Nacional* (UN), também *Movimiento Demócrata Social* (MDS), o *Soberanía y Libertad para Bolivia* (SOL.BO) e o *Santa Cruz Para Todos* (SPT).

Tabela 1: Resultados das últimas eleições municipais nas principais cidades bolivianas (2015).

MUNICÍPIO	DEPARTAMENTO	PREFEITO ELEITO	PARTIDO	PORCENTAGEM DE VOTOS ADQUIRIDOS (%)
Cochabamba	Cochabamba	José María Leyes	MDS	56,49
La Paz	La Paz	Luis Revilla	SOL.BO	58,09
El Alto	La Paz	Soledad Chapetón	UN	54,49
Potosí	Potosí	Williams Cervantes	MAS	31,69
Santa Cruz	Santa Cruz	Percy Fernández	SPT	42,40

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos no periódico boliviano *Página Siete* (01/04/15).

Apesar do MAS ter se mantido como a principal força do país ao final das eleições regionais, é sintomático que a prefeitura da “cidade aymará rebelde” de El Alto, palco da

¹⁴ A primeira etapa da Guerra do Gás se deu em outubro de 2003 e a *Unidad Nacional* nasceu em dezembro do mesmo ano.

Guerra do Gás, tenha elegido Soledade Chapetón, uma jovem mulher dirigente de uma nova direita andina alinhada ao partido Unidade Nacional (UN) liderado por Samuel Doria Medina, um dos homens mais ricos do país e segundo colocado nas últimas eleições presidenciais vencidas por Morales (Molina, 2015; Stefanoni, 2015). Stefanoni complementa a análise elencando que “os alteños decidiram dar as costas ao Movimento ao Socialismo e ao atual prefeito, Édgar Patana, ex-dirigente sindical dos vendedores de rua (gremial)” ao elegerem Chapetón com uma ampla vantagem de 55% dos votos (Stefanoni, 2015). Chapetón indica querer personificar a cara de uma política individualista ao afirmar, por exemplo, que participa da política para “fazer algo pela minha cidade” por sentir que precisa contribuir para sanar o trauma da região causada pela Guerra do gás onde, para ela, prevaleceu a “insensibilidade das autoridades, os assassinatos, os desaparecimentos” (Idem). Compreendemos, assim, que a atual prefeita de El Alto como representação desta “renovação” política que avança na Bolívia – mesmo que ainda de forma tímida – se alinha com o que Gramsci afirmava constituir a pequena política, compreendo questões parciais e cotidianas de fundo econômico primordialmente, se centrando na disputa no interior de uma estrutura de diferentes frações da mesma classe política pela sua hegemonia.

A análise dos resultados das últimas eleições indica que, mesmo sob a hegemonia evista, na Bolívia também se evidencia um avanço de uma nova onda neoliberal conservadora mediante o impacto de políticas sociais, distinta da primeira hegemonia neoliberal na América Latina, entre o final da década de 1980 e os anos 1990, e que representa um reflexo de uma tentativa de responder a uma crise profunda do capitalismo a partir de uma agenda de ajustes e de retirada de direitos da classe trabalhadora, bem como de ataques às instituições, os valores e as práticas democráticas.

Partindo de um pressuposto poulantziano, podemos concluir que, no que tange a necessidade de unidade política dessas frações sob a égide de uma classe ou fração-hegemônica, a nova burguesia aimará aparece como protagonista de um processo de mudança nas elites, como uma fração compradora em ascensão, mais internacionalizada, vinculada aos interesses imperialistas, atuando como intermediária do capital estrangeiro, nos servindo como caracterização política para entender a nova fração de classe que pode impulsionar uma guinada a direita na Bolívia, mesmo que essa fração tenha enriquecido durante o governo evista. Como já destacado, é uma fração que se difere da antiga fração burguesa hegemônica de Santa Cruz, originária da “oligarquia cruceña”, da qual surgiu uma fração burguesa

agroindustrial, contudo, esta nova burguesia que se reivindica como andina possui interesses econômicos coincidentes com o capital chinês que se expande no país, e não com as pautas populares e de caráter étnico. Portanto, como vimos com a eleição de Chapetón, a pauta da plurinacionalidade pode ser encabeçada também por líderes alinhados a uma “nova” direita política que muito tem se aproveitado dos limites desses processos reformistas e dos escândalos de corrupção para retomar o controle do poder político alinhado a um neoliberalismo ortodoxo e conservador. Entendemos ainda que enquanto emergem novas frações burguesas, que seriam uma referência nacionalista, sempre existe dominação pela “supressão de um conjunto de conquistas populares” (Rivadeo, 1994, p. 177).

Em momentos de crise de dominação de uma das frações no interior do bloco no poder, a classe hegemônica tem sido aquela que possui a capacidade de representar a “vontade coletiva”, como se fazer impor sobre as demais frações da classe dominante, em perspectiva gramsciana.

Fim de Ciclo e Guinada à Direita no Subcontinente?

A crise econômica que teve início, em 2008, no coração do capitalismo e que, ao se espalhar pelas economias mundiais e reverter o ciclo econômico internacional favorável e incidir sistematicamente sobre a América Latina, contemporaneamente se apresenta com um caráter de crise orgânica em alguns países, atingindo o conjunto dos governos “pós-neoliberais” na América Latina, demonstrando os limites tanto da estratégia que se pretendia “neodesenvolvimentista” – que manteve uma forte dependência externa e um padrão de dominação e acumulação típico de países periféricos – como também da política de aliança de classes que serviu de base política para a sustentação desses governos nas últimas décadas. Antonio Gramsci (2016) expõe a necessidade de, num estudo sobre as estruturas, diferenciar os movimentos orgânicos dos movimentos conjunturais. Desse modo, esse instante de crise econômica que se abateu sobre a América Latina, no referido período, traz à tona o fim de ciclo para esses governos nacional-progressistas ou pós-neoliberais, visto que com a queda dos preços das *commodities* rompeu-se, fragilizou-se a base de sustentação econômica dos referidos governos, que, grosso modo, basearam as suas economias num processo de reprimarização¹⁵. A diminuição do preço dos gêneros primários ou de baixa industrialização

¹⁵ Falamos em reprimarização visto que países como o Brasil, por exemplo, embora tenha ampliado e diversificado a sua pauta de exportações de bens industriais, demonstra, via dados estatísticos, ter existido um

expôs as fragilidades desse modelo político-econômico e abriu a possibilidade de contestação política através de crises políticas internas a esses governos.

Esse cenário de crise econômica mundial converte-se naquilo que Gramsci definiu nos *Quaderni*, nas “Breves notas sobre Maquiavel”, como sendo uma “crise orgânica”, ou seja, um momento em que, rompidas as relações habituais entre a sociedade e o Estado, entre a economia e a política, o bloco histórico já não pode exercer de modo incontestado a sua hegemonia, o controle sobre o conjunto da política e da sociedade. Trata-se de um instante histórico complexo – cuja crise se apresenta de maneira diferenciada das demais crises inerentes ao capitalismo, por ser mais profunda, de longa duração, uma crise de autoridade – e que também se difunde num conjunto da vida social, razão pela qual esta não pode ser reduzida ou confundida a aspectos particulares, tais como, crises financeiras, crises de autoridade, crise comercial, crise produtiva, crise judicial ou outras. As crises orgânicas são mais significativas por tratarem de crises de uma forma de capitalismo.

Logo, as crises orgânicas diferenciam-se das crises conjunturais, as últimas se manifestam no terreno de um mercado determinado, num conjunto de relações de forças sociais específicas, e que, mesmo com grande alcance histórico, onde se questionem os governos, as políticas, possuem um menor alcance histórico. As crises orgânicas se apoiam em grande medida com crescentes tendências bonapartistas e autoritárias, e, em cada país se expressa de forma distinta, mesmo que o conteúdo seja o mesmo, a crise de hegemonia da classe dominante (Gramsci, 2016).

É a partir desses conceitos que se pode analisar o momento porque passa a América Latina, de fim de ciclo dos governos “pós-neoliberais”, como sendo o instante em que se dá também uma guinada à direita na superestrutura política do subcontinente, na medida em que representa não apenas o recuo dos direitos e da distribuição de renda, como também está marcada por um feroz ataque contra as instituições democráticas, como ocorreu no ano de 2002 através da tentativa de golpe contra o então presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em 2009 com a deposição do presidente Manuel Zelaya em Honduras, as investidas de golpes contra Evo Morales na Bolívia culminadas em 2008, assim como o *impeachment* aprovado em 24 horas do presidente Fernando Lugo no Paraguai no ano de 2012, ainda o *impeachment* – que caracterizamos como golpe institucional – contra a presidente Dilma Rousseff no Brasil,

declínio das exportações de produtos industriais e, em contrapartida, um aumento crescente das exportações de commodities, advindas do agronegócio e da indústria extrativa mineral.

em 2016, culminando com a chegada de Michel Temer à presidência em agosto do mesmo ano, com o objetivo de ampliar e acelerar os ataques à classe trabalhadora.

Destacamos, ainda, os triunfos eleitorais de candidatos alinhados à direita como Mauricio Macri na Argentina, ao final de 2015; a derrota de Maduro nas eleições legislativas da Venezuela, em dezembro de 2015; a derrota de Evo Morales no plebiscito pela sua “re-re eleição”, em fevereiro de 2016; mesmo que a justiça controlada pelo seu governo permita que este pleiteie uma nova eleição, o golpe institucional no Brasil, no primeiro semestre de 2016, o triunfo agônico de Lenin Moreno no Equador, candidato da *Alianza País*, em abril de 2017, e sua direitização quase que imediata. Citamos ainda a crise política da Frente Ampla (FA) no Uruguai, com a renúncia do vice-presidente Raúl Sendic por corrupção, e a crise política chilena que obrigou a um segundo governo de Michelle Bachelet, mas agora com uma nova aliança Nova Maioria (NM), incluindo o Partido Comunista Chileno (PCCh) o que não significou um próximo triunfo eleitoral, visto que o empresário Sebastián Piñera saiu vitorioso das eleições presidenciais. No âmbito brasileiro, a vitória do candidato à presidência de extrema-direita, Jair Bolsonaro, em 2018, expressa uma força política, social e material de um caráter qualitativamente diferente de outros contextos, contando com apoio do conjunto das forças repressivas do Estado no marco de uma politização e controle das Forças Armadas e de discursos marcadamente autoritários e conservadores.

A política de conciliação de classes dos governos “pós-neoliberais”, a despolitização dos movimentos populares, também são responsáveis por abrir espaço para forças conservadoras no próprio interior do bloco no poder, assim, procuramos indicar chaves de compreensão sobre o processo de formação política e ideológica de um novo campo social capaz de substituir esses governos num fim de ciclo que parece se aproximar também na Bolívia. São processos complexos por estarem condicionados tanto a fatores externos relacionados à geopolítica do poder, bem como aos efeitos de cada política interna e seus pactos sociais favorecedores de estratégias reformistas de conciliação entre capital e trabalho.

Na tentativa de sanar as crises políticas que se instalam em seu interior, mediante a aplicação de medidas de ajuste, de desvalorização, bem como endurecendo a repressão contra as lutas populares e contestatórias, e também utilizando suas influências junto a sindicatos e movimentos sociais para bloquear qualquer resistência, deixando em segundo plano a permanente politização da população e a renovação de seus quadros – estes governos em alguma medida pavimentaram o caminho para o fortalecimento da direita e possibilitaram que

esta se apresentasse de maneira “renovada”, baseando-se em “discursos salvacionistas”, embandeirados por ideias como “luta contra a corrupção”, de “democracia” e “moralização da política”.

De acordo com as formulações de Gramsci, como a superestrutura é composta pela Sociedade Civil e Sociedade Política. A sociedade civil tem a função de estabelecer o consenso, enquanto a sociedade política, de estabelecer a coesão que possibilite a produção e reprodução da base social, valendo ressaltar que não há separação orgânica entre estas instâncias, mas sim, uma articulação entre ambas, o que compõe, assim, a superestrutura. Trazer ao debate a guinada à direita na superestrutura política evidencia que, nas mediações, através das quais a burguesia constrói a sua hegemonia sobre as classes subalternas, vivencia-se um momento de alteração dos instrumentos através dos quais a burguesia legitima a sua dominação. Abre-se, assim, uma situação de instabilidade, no qual a burguesia trabalha para recomposição orgânica, mas que, no entanto, aponta para uma crise de antigas ferramentas de construção de hegemonia (ou de sua consolidação) como a política de conciliação de classes, que foi comum nos governos ditos pós-neoliberais.

Desse modo, como as possibilidades estão em aberto diante dessa “guinada à direita na superestrutura política”, a luta de classes possibilita a abertura de um período mais agudo de instabilidade. São possibilidades onde a direita, mediante essa guinada, passa a valer-se intensamente dos meios coercitivos do Estado, em detrimento dos instrumentos de consenso.

No capitalismo, as crises econômicas abrem espaços para crises conjunturais, que podem evoluir para crises orgânicas que mudam radicalmente o sistema político. O caso da Bolívia se assemelha até o momento a uma crise conjuntural interna, alinhada a uma guinada à direita na superestrutura política que assola a América Latina de maneira decisiva no último quinquênio. Os últimos conflitos entre o Estado e os movimentos sociais têm sido resolvidos de maneira oficialista, destacando-se a desconsideração pelas preferências das bases, refletindo, em certa medida, na forma de governar de Morales (Alberti, 2016).

Em contrapartida, os movimentos e os líderes que se identificam como uma direita política claramente tem avançado no caso particular da Bolívia porque moderaram seus discursos na oposição¹⁶, como vemos no caso da prefeita de El Alto, eleita em 2016, Soledade

¹⁶ No caso brasileiro, por exemplo, acontece um fenômeno distinto. O presidente recém eleito logrou vitória mediante discursos ultra conservadores, exaltando ditadores, assim como a violência, discriminação, autoritarismo e intolerância. O triunfo eleitoral de Jair Bolsonaro, expressa uma força política, social e material de um caráter qualitativamente diferente de outros contextos, contando com apoio do conjunto das forças

Chapetón. A “nova direita andina” promete mudanças e avanços em situações de estancamento econômico e em momentos em que escândalos de corrupção aparecem alterando o mapa político regional. Apoiados fundamentalmente por classes médias urbanas e rurais, ganhando influência sobre setores de trabalhadores, pautados em uma ideologia meritocrática e individualista, sustentam ainda que sem as regulações estatais seria possível avançar individualmente, sem a necessidade dos planos de assistência social dirigidos à população em situação de extrema pobreza (Rojas e Castillo, 2015, p. 13). Com a aplicação de mais ajustes e baseados em uma dependência direta com o imperialismo, conforme vemos avançar com o governo de Donald Trump nos Estados Unidos.

No contexto de avanço dessa nova fração burguesa, Morales enfrentaria dificuldades evidentes ao chamar o referendo em 2016 e que pavimentou uma façanha ainda não lograda anteriormente: a unificação de todos os oponentes ao governo masista, sejam os mais alinhados com a direita tradicional, sejam os adversários que veem a necessidade de se retomar o processo de mudanças iniciados com os levantes populares dos anos 2000 e a agenda de outubro¹⁷:

Desde os racistas que nunca quiseram um governo campesino-indígena até quem critica o contrário: que não se trata de um verdadeiro governo indígena, se não um sucedâneo de matriz blancóide ou diretamente um governo antiindígena, a coalizão do *No* permitiu a unificação de um voto que nunca se uniria em uma candidatura comum. (Stefanoni et al, 2016, p. 2)

O vice-presidente Álvaro García Linera indicava, antes dos primeiros sinais de avanço da crise política interna vivida pelo governo do MAS, que o governo objetiva que as elites (ou frações de classe) tradicionais reconheçam a nova elite de origem indígena camponesa e pequeno burguesa, e que os índios não querem desfazer as elites oligárquicas existentes, mas que pretendem compartilhar o poder através de um capitalismo com maior presença de Estado (García Linera, 2007). Sabe-se que o Estado capitalista fornece o quadro para as lutas entre frações da classe dominante, uma luta que reintegra a classe operária – como indivíduos dissociados dos meios de produção e de sua classe – numa nacionalidade e num conjunto unificado de regras e instituições. Contudo, de forma concomitante, o Estado fornece o espaço

repressivas do Estado no marco de uma politização e controle das Forças Armadas e do apoio de setores conservadores da igreja.

¹⁷ Faz referência ao mês em que se deram os mais violentos confrontos da Guerra do Gás e a renúncia do então presidente Sánchez de Lozada (Carlos Mesa, como seu vice, assume a presidência até que se convoquem novas eleições, antecipadas para 2005 e vencidas pela primeira vez por Evo Morales). Uma promessa política que mais tarde seria apropriada pelo MAS e pelo governo de Morales. Entre as reivindicações estão a nacionalização do gás e demais recursos naturais, convocação da Assembléia Constituinte, o reconhecimento dos diversos povos originários e a punição aos responsáveis pelas mortes do “Outubro Negro”.

político para a luta de classes. A Bolívia evista hoje representa a última experiência da “onda rosa” latino-americana ainda em vigor, mas, claramente vive também um momento de esgotamento pela impossibilidade de perpetuação de Morales na presidência – assim como pelo não reconhecimento de um futuro novo mandato, nem na Bolívia, tampouco em outros países do subcontinente.

Vivemos o aprofundamento da (neo)liberalização econômica e um esgotamento das possibilidades de democracia nos moldes burgueses. Conforme acertadamente indica Luciana Ballestrin, “o modelo hegemônico da democracia liberal enfrenta atualmente sua maior crise global desde o final da Guerra Fria” enquanto o atual impasse enfrentado pela democracia brasileira a coloca como “a primeira inflexão pós-democrática¹⁸ do Sul Global” fortalecendo ainda mais as experiências anti-democráticas na América Latina com a “permissividade e instrumentalização da própria democracia em seu sentido hegemônico e formal” (Ballestrin, 2018, p. 149 e 154).

Em um momento sombrio para as instituições, os valores e as práticas democráticas, no qual a violência e o autoritarismo vêm se tornando práticas comuns no espaço público, físico, social e digital, instaurou-se uma regressão política que ameaça ampliar as injustiças, a pobreza e o sofrimento dos segmentos socialmente mais vulneráveis. Diante a ofensiva das formas conservadoras de fazer política, a hegemonia neoliberal propaga o voluntarismo, o individualismo e o empreendedorismo. O “novo espírito do capitalismo” não parece combinar com a democracia liberal, um fenômeno que, longe de ser inédito, aponta para recomposições do sistema, que atingem de forma mais descoberta os países que ocupam uma posição subalterna no sistema-mundo.

¹⁸ Sobre o tema da pós-democracia Ballestrin salienta que “O termo apareceu pela primeira vez na elaboração filosófica de Jacques Rancière (Nash, 1996) ainda nos anos 1990 e foi mais sistematicamente desenvolvido pelo sociólogo Colin Crouch (2000, 2011) ao longo dos anos 2000. É importante observar que mais contemporaneamente, o conceito vem agregando vários significados para além de seu diagnóstico principal, isto é, a esterilização da democracia pelas contradições que sua convivência com o neoliberalismo provoca. Assim, o conceito de pós-democracia conecta profundamente política e economia, observando o esvaziamento da primeira e a ampliação/colonização da segunda em múltiplas direções. A disputa entre democracia e neoliberalismo também é uma disputa entre política e economia, povo (soberania popular) e elite (governo), o nacional e o global. A realidade pós-democrática está também relacionada com a privatização do poder político pelo poder econômico em uma escala global, cuja principal característica consiste na interdição da democracia a partir de suas próprias instituições, discursos e práticas” (Ballestrin, 2018, p. 153).

Conclusões

América Latina se encontra frente a processos políticos que poderíamos caracterizar em termos gerais como um fim de ciclo de um conjunto heterogêneo de governos “nacional-populistas” denominados “pós-neoliberais” e uma guinada à direita na esfera política. Guinada impulsionada por uma nova onda neoliberal conservadora que vem se revelando mais brutal e desumana do que a primeira hegemonia neoliberal na América Latina, entre o final da década de 1980 e os anos 1990, na medida em que representa não apenas o recuo dos direitos e da distribuição de renda, como também está marcada por um feroz ataque contra as instituições democráticas burguesas e o avanço do que tem sido chamado de uma pós-democracia, proporcionada em grande medida inclusive pelas instituições democráticas.

O neo-golpismo em suas variantes mal e bem sucedidas – em 2002 com o intento de golpe contra o então presidente da Venezuela, Hugo Chávez; em 2009 com a deposição do presidente Manuel Zelaia em Honduras, as tentativas de golpes contra Evo Morales na Bolívia culminadas em 2008; o *impeachment* aprovado em 24 horas do presidente Fernando Lugo no Paraguai no ano de 2012, com o golpe institucional contra a presidente Dilma Rouseff no Brasil, em 2016 – assim como as vitórias eleitorais de candidatos alinhados à direita como Mauricio Macri na Argentina, em 2015, e à extrema-direita, como Jair Bolsonaro no Brasil, em 2018 demonstram o fim de um ciclo de governos que buscava combater as desigualdades sociais, e prosseguir com uma ideia de soberania e multiculturalismo dos povos, em torno da nacionalização dos recursos naturais.

Esse trabalho gera hipóteses sobre um estudo de caso, uma análise do governo boliviano de Evo Morales junto ao MAS, que ascende ao poder num contexto de crise capitalista mundial, impulsionado pelos movimentos sociais que iniciaram a atuação política na década de 1990 e, ascende o debate sobre qual seria, pois, a nova fração burguesa que lideraria a direção política e econômica com o fim do ciclo do Evo Morales, ou com um novo governo seu, depois de quase doze anos no poder. Essas frações burguesas de origem indígena, atuariam de forma distinta frente ao cenário internacional de avanço de crise no capitalismo e de retrocessos político-ideológicos?

Após romper com o ciclo da democracia pactuada, onde partidos se revezavam no poder, o MAS estabeleceu uma hegemonia política baseada em um governo de alianças de classes, recuperando frações burguesas estatais, estabelecendo um o novo bloco no poder de demanda nacional-popular, que contemplam também a inserção indígena no sistema político.

Contudo, é um bloco no poder de caráter neodesenvolvimentista que continua favorável ao capital estrangeiro, principalmente em longo prazo. É fato notório que mesmo com sua economia impactada negativamente pela caída nos preços dos hidrocarbonetos, o governo boliviano, que está sob a presidência de Evo Morales até janeiro de 2020 é ainda um dos mais estáveis na região, fato também justificado por não haver oposição organizada e fortalecida para ocupar a posição de Morales. Há uma crise conjuntural, enxergada ainda pontualmente no âmbito interno, porém não caracterizada como crise orgânica. É importante lembrar que, podendo concorrer à presidência em 2019 pela quarta vez mediante um recurso do Tribunal Constitucional, origina-se um novo desafio que o atual governo precisará enfrentar: a ameaça de que as próximas eleições presidenciais sejam deslegitimadas. Existem setores da oposição (minoria, no entanto) que chamam abertamente um boicote ao processo eleitoral se Morales participar dele, que certamente encontrarão fácil apoio internacional com o avanço das formas conservadoras de fazer política e da antidemocracia encabeçadas nas figuras de Trump (em nível mundial) e Bolsonaro (no subcontinente).

Indicamos, como conclusões prévias, que a direitização que assola os governos denominados “pós-neoliberais” vem tomando força desde os golpes oligárquicos de Honduras e Paraguai, a morte de Hugo Chávez e o desmantelamento da economia venezuelana, seguida das crescentes crises enfrentadas por Correa no Equador e a ascensão de governos alinhados a uma direita política na Argentina, no Peru e no Brasil, alinhados a um momento de inflexão democrática mundial.

No momento em que emergem os governos “pós-neoliberais”, reativou-se uma ilusão desenvolvimentista, ainda que nacionalista, alentada pela abertura de novas oportunidades econômicas e pelas demandas de *commodities* do mercado externo, algo que contemporaneamente vem sido freado pelo não crescimento desse preço das *commodities* em curto prazo. A diminuição desses recursos diminui proporcionalmente a força política do Estado que tem como característica a institucionalização do *abigarrado*¹⁹, a consolidação da ordem social em busca de estabilidade e em necessidades de acumulação por desapropriação, sendo ainda característicos a reprimarização da economia. São os recursos da renda

¹⁹ Termo trazido por Zavaleta Mercado – sociedade abigarrada ou formação social abigarrada– e que não possui tradução, que quer demonstrar a mestiçagem boliviana, a influencia indígena, camponesa, mineira, misturadas em uma só sociedade, em um só plano político, “com tempos socioeconômicos distintos e na qual nenhuma delas é capaz de impor sua hegemonia completamente sobre as outras” (Cunha Filho, 2014, p. 169). Sobre o tema, conferir também Zavaleta Mercado (2009).

extrativista que vêm financiando o desenvolvimento e em especial os gastos do governo para com os setores sociais mais vulneráveis como saúde e educação.

O que parece acontecer na Bolívia é uma descentralização do poder do Estado e não a transformação deste em plurinacional, já que plurinacionalidade, nos discursos oficialistas, significaria a igualdade de direitos dos povos e de culturas. A repartição do poder que existe hoje está em função da preservação do Estado Nacional, muitas vezes cooptando as massas de trabalhadores para que sirvam a seus interesses por meio de direções que não lhes representam, demonstrando a necessidade de construção de um partido revolucionário que seja composto pela classe trabalhadora, como forma de conter a ligação com uma incipiente classe burguesa, defendendo a independência de classe.

As consequências deletérias da política econômica adotada pelos governos “pós-neoliberais” é tomada pelo indicador de força que a fração de classe hegemônica na composição do bloco no poder, onde, em cada país, repercute na política externa e social de maneira distinta. Mas, como a história dos homens precisa ser observada em sua construção dialética, é preciso pensar estrategicamente a guinada à direita que assola América Latina, em termos gramscianos, como forma de não reconstruir o passado, mas, em meio a uma crise que se aprofunda, de um modelo de capitalismo, colocar em discussão o próprio modo de produção em seu conjunto, como um desafio posto para a esquerda classista, com vistas de possibilidades de avanço de luta teórica e de classes.

Referências

AGUIAR, Danilla. *Análise das interpretações do governo Evo Morales: o legado histórico e o poder nacional-indígena*. Dissertação de Mestrado, Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/13655/1/JorissaDNA DISSERT.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2018.

AGUIAR, Danilla. Estado e democracia boliviana em tempos de plurinacionalidade. *Estudos Internacionais*, v. 2 n. 2 jul-dez 2014 p. 255-270. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/8224/7976>. Acesso em: 15 fev. 2016.

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *Nacionalismo e antiimperialismo em um texto de Mariátegui*. IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina: Londrina, 2010. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt8/14_lucioflavioalmeida.pdf. Acesso em: 12 dez. 2015.

ALBERTI, Carla. Bolivia: La democracia a una década del gobierno del MAS. *Rev. cienc. polít. (Santiago)*, Santiago, v. 36, n. 1, p. 27-49, abr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718090X2016000100002&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 12 mai. 2016.

AMÉRICA. Bolivia: las mansiones "neoandinas" de la burguesía aymara que se enriqueció con Evo. *Infobae*. 24 de maio de 2014. Disponível em: <https://www.infobae.com/2014/05/24/1567178-bolivia-las-mansiones-neoandinas-la-burguesia-aymara-que-se-enriquecio-evo/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BALESTRIN, Luciana. O Debate Pós-democrático no Século XXI. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*. V. 4, n. 2, 149-164. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/14824>. Acesso em 22 de jan. de 2019.

CUNHA FILHO, Clayton. A construção do Estado Plurinacional na Bolívia como tentativa de institucionalizar o abigarrado. *Bolivian Studies Journal /Revista de Estudios Bolivianos*. Vol. 20.2014

DÁVALOS, Pablo. *Alianza Pais: Requiem por un sueño*. 2012. Disponível em: <http://alainet.org/images/ALIANZA%20PAIS%20Requiem%20por%20un%20sue%C3%B1o.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2016.

DURÁN GIL, Aldo. Bolívia: Duas revoluções nacionalistas? *Perspectivas Revista de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 33, p. 157-189, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1457/1160>. Acesso em: 12 ago. 2015.

GARCÍA LINERA, Álvaro. *Las élites comparten el poder*. Bolívia, 2007. Disponível em: http://www.constituyentesoberana.org/3/destacados/otrosdest/mayo2007/290507_1.html. Acesso em: 21 mar. 2016.

GARCÍA LINERA, Álvaro. *La potencia plebeya: Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008

GARCÍA LINERA, Alvaro et. al. *El Estado*. Campo de lucha. Muela del Diablo Editores; Comuna; CLACSO: La Paz, 2010. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/33258897/Grupo-Comuna-Estado-Campo-de-Lucha>. Acesso em: 15 jan. 2016.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Vol. 3. 7ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MOLINA, Fernando. El proceso electoral boliviano: una película de suspenso. *Nueva Sociedad*, 2018. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/evo-morales-mesa-elecciones-primarias-bolivia/>. Acesso em: 05 dez. 2018.

PÁGINA SIETE. *Tras cómputo final en 4 ciudades principales, oposición y oficialismo tienen a dos alcaldes*. 2015. Disponível em: <http://www.paginasiete.bo/nacional/2015/4/1/tras-computo-final-ciudades-principales-oposicion-oficialismo-tienen-alcaldes-52044.html>. Acesso em: 01 mai. 2016.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1975.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

REA CAMPOS, Carmen Rosa. Complementando racionalidades: la nueva pequeña burguesía aymara en Bolivia. *Revista Mexicana de Sociología* [online]. 2016, vol.78, n.3, pp.375-407. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032016000300375&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 29 jul. 2019.

RIVADEO, Ana Maria. *El marxismo y la cuestión nacional*. México: UNAM, 1994.

ROJAS, Gonzalo A.; CASTILLO, Christian. *Crises, fim de ciclo dos governos “pós-neoliberais” e luta de classes na América Latina*. Anais do VII EPMARX – Encontro de Grupos de Estudos e Pesquisas Marxistas: Campina Grande, 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B6pWnu4PpHwsZk04bG5EQ0xLems/view>. Acesso em: 23 jun. 2016.

STEFANONI, Pablo. *A Bolívia e a nova direita andina*. 2015. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/democraciaabierta/pablo-stefanoni/bol%C3%ADvia-e-nova-direita-andina>. Acesso em: 23 mai. 2016.

STEFANONI, Pablo. *¿Traspié electoral o finde un ciclo? : el nuevo escenario político boliviano*. 2016. Disponível em: <https://lalineadefuego.info/2016/05/10/traspie-electoral-o-fin-de-un-ciclo-el-nuevo-escenario-politico-boliviano-por-pablo-stefanoni/>. Acesso em: 26 ago. 2016.

STEFANONI, Pablo. et. al. *Bolivia: El referéndum de las debilidades*. Dossier. 2016. Disponível em: <http://www.sinpermiso.info/textos/bolivia-el-referendum-de-las-debilidades-dossier>. Acesso em: 12 ago. 2016.

SVAMPA, Maristella; STEFANONI, Pablo. “Entrevista a Álvaro García Linera: ‘Evo simboliza el quiebre de un imaginario restringido a la subalternidad de los indígenas’”. In: *Revista OSAL*. Buenos Aires: CLACSO. v.8, n.22, setembro de 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/AC22SvampaStefanoni.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2015.

VADELL, Javier Alberto; CARVALHO, Pedro Henrique Neves de. Neoliberalismo na América do Sul: a reinvenção por meio do estado. *Contexto Internacional* [online]. 2014,

vol.36, n.1, pp.75-111. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292014000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 jul. 2019.

ZAVALETA MERCADO, René. *La autodeterminación de las masas*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores / Clacso (Colección Pensamiento Crítico Latinoamericano), 2009.

Fim de ciclo dos governos “pós-neoliberais” na América Latina? Uma análise do caso boliviano

Resumo

Há menos de duas décadas, a América Latina experimentava um intenso momento de lutas, ilustrando transformações no cenário político regional. A “onda rosa” latino-americana manifesta-se fundamentalmente com o triunfo eleitoral de Chávez na Venezuela em 1998, o fracasso da ALCA, a crise capitalista mundial em 2008 e as lutas por nacionalizações na Bolívia e Equador, seguidas pela ascensão presidencial de Evo Morales e Rafael Correa, respectivamente, que sinalizavam relevantes mudanças na geopolítica latino-americana. São governos que articularam institucionalidade e pautas nacional-populares num projeto de caráter heterogêneo e continental, que reascenderam na dimensão política uma tentativa de ruptura com as estruturas de poder e cultura antidemocrática que minavam a credibilidade das instituições políticas locais, trazendo a substituição das constituições em vigor e renovação dos quadros políticos dirigentes. Este estudo foca no caso boliviano, que vivencia o agravamento das críticas em relação às medidas econômicas baseadas na exportação de *commodities*, considerando o giro à direita na superestrutura política do subcontinente. Problematicaremos sobre as possibilidades de continuidade do novo bloco no poder inaugurado com o Estado Plurinacional da Bolívia.

Palavras-chave: Bolívia, Fim de ciclo, Bloco no poder.

End of cycle of "post-neoliberal" governments in Latin America? An analysis of the Bolivian case

Abstract

Less than two decades ago, Latin America experienced an intense moment of struggle, illustrating changes in the regional political landscape. The Latin American "pink wave" is manifested mainly by Chávez's electoral triumph in Venezuela in 1998, the failure of the ALCA, the world capitalist crisis in 2008 and the struggles for nationalization in Bolivia and Ecuador followed by the presidential rise of Evo Morales and Rafael Correa, respectively, signaled significant changes in Latin American geopolitics. These are governments that have articulated national-popular institutions and guidelines in a heterogeneous and continental project that have reasserted in the political dimension an attempt to break with the structures of undemocratic power and culture that undermined the credibility of local political institutions, bringing about the substitution of constitutions in vigor and renewal of leading political cadres. This study focuses on the Bolivian case, which experiences the aggravation of criticism regarding economic measures based on the export of commodities, considering the right turn in the political superstructure of the subcontinent. We will question about the possibilities of continuity of the new power block inaugurated with the Plurinational State of Bolivia.

Key words: Bolivia, End of cycle, Power Bloc.

Fin de ciclo de los gobiernos "post-neoliberales" en América Latina? Un análisis del caso boliviano

Resumen

Hace menos de dos décadas, América Latina experimentaba un intenso momento de luchas, ilustrando transformaciones en el escenario político regional. La "onda rosa" latinoamericana se manifiesta

fundamentalmente con el triunfo electoral de Chávez en Venezuela en 1998, el fracaso del ALCA, la crisis capitalista mundial en 2008 y las luchas por nacionalizaciones en Bolivia y Ecuador seguidas por la ascensión presidencial de Evo Morales y Rafael Correa, respectivamente, señalaban cambios relevantes en la geopolítica latinoamericana. Son gobiernos que articularon institucionalidad y pautas nacional-populares en un proyecto de carácter heterogéneo y continental, que reascendieron en la dimensión política un intento de ruptura con las estructuras de poder y cultura antidemocrática que mina la credibilidad de las instituciones políticas locales, trayendo la sustitución de las constituciones en vigor y renovación de los cuadros políticos dirigentes. Este estudio se centra en el caso boliviano, que vive el agravamiento de las críticas en relación a las medidas económicas basadas en la exportación de commodities, considerando el giro a la derecha en la superestructura política del subcontinente. Problematicaremos sobre las posibilidades de continuidad del nuevo bloque en el poder inaugurado con el Estado Plurinacional de Bolivia.

Palabras clave: Bolivia, Fin de ciclo, Bloque en el poder.

La Continuidad del Neoliberalismo en Chile: ideas, instituciones e intereses.

Recibido: 23-02-2019

Aprovado: 21-04-2019

Aldo Madariaga¹

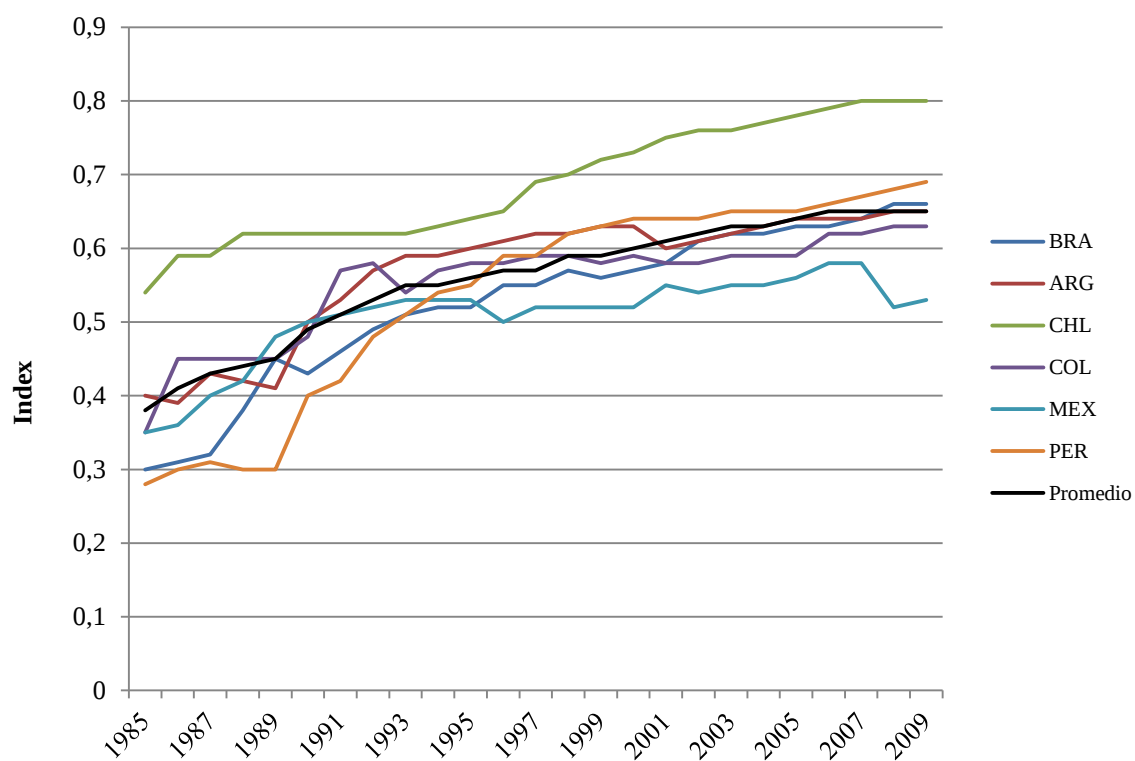
El surgimiento del neoliberalismo ha sido un fenómeno ampliamente estudiado, no así su continuidad en el tiempo (Madariaga, 2018). Buena parte de la literatura en economía política de los años ochenta y noventa se dedicó a estudiar la emergencia del neoliberalismo y las fuerzas detrás de su implementación (e.g. Haggard y Kaufman, 1992; Smith, Acuña, y Gamarra, 1994; Domínguez, 1996; Murillo, 2001). Sin embargo, a partir de la década de los dos mil la literatura giró para intentar comprender lo que parecía una creciente resistencia al neoliberalismo (Roberts, 2008; E. Silva, 2009), el retorno de la izquierda (Levitsky y Roberts, 2011) y la emergencia de un nuevo modelo de desarrollo neo-desarrollista (Bresser-Pereira, 2007). Algunos autores incluso sugirieron que se había entrado en una era post-neoliberal (Macdonald y Rückert, 2009; Rovira, 2011). Sin embargo, luego de la crisis económica global de fines de los dos mil y ante la constatación de que el neoliberalismo no había cedido, la literatura volvió a girar, esta vez para intentar comprender la continuidad del neoliberalismo (p. ej. Crouch, 2011; Mirowski, 2013; Blyth, 2013).

No es difícil enumerar las razones por las cuales Chile constituye un caso crucial para analizar las dinámicas de continuidad y cambio del neoliberalismo. Este país no sólo fue el primer caso de transformación neoliberal radical en el mundo, sino también, fungió bajo la férrea y sangrienta dictadura de Augusto Pinochet, como laboratorio y caldo de cultivo de muchas de las recetas económicas que serían divulgadas más tarde como el canon a seguir tanto en el mundo

¹ Chileno, PhD en Economía y Ciencias Sociales (Universität zu Köln, Alemania). Profesor Asistente, Centro de Economía y Políticas Sociales (CEAS), Universidad Mayor, Chile, e Investigador Adjunto, Centro de Estudios de Conflicto y Cohesión Social (COES), Chile. Entre sus publicaciones se cuenta "Variedades de capitalismo y su contribución al estudio del desarrollo en América Latina" *Política y Gobierno*, 25(2): 441-468, 2018. Contacto: aldo.madariaga@umayor.cl

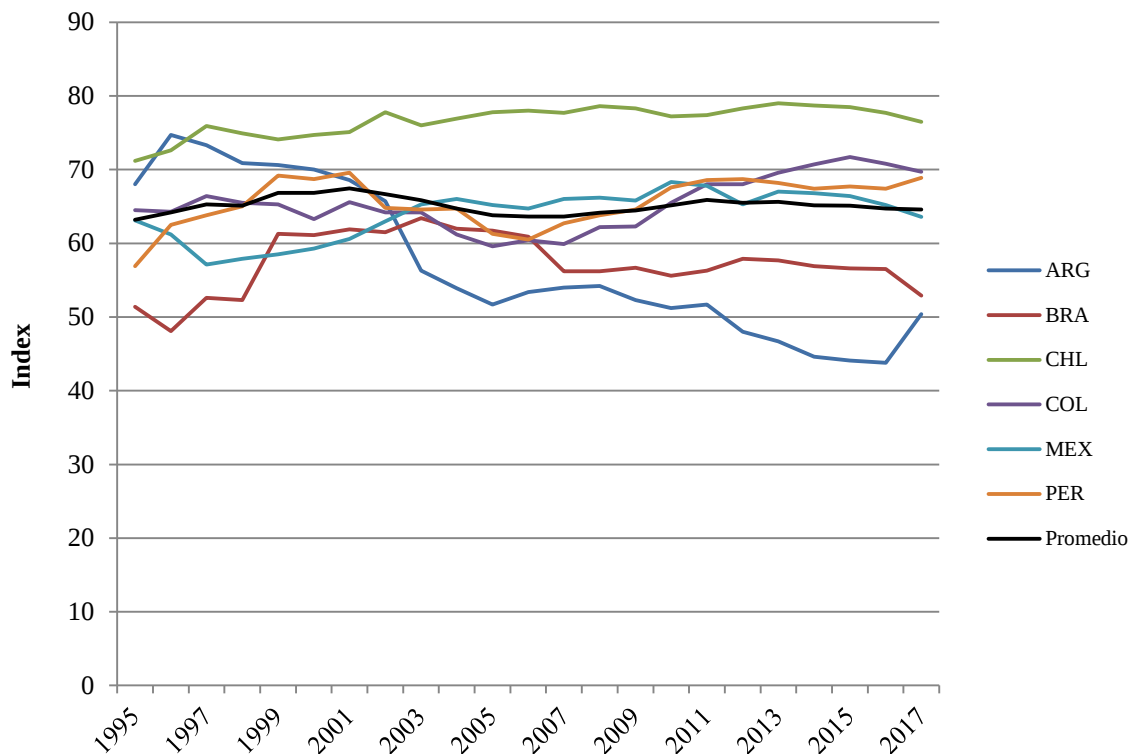
en desarrollo como desarrollado (Boas y Gans-Morse, 2009; Fourcade-Gourinchas y Babb 2002; Harvey, 2007). Más aún, a pesar de las muchas correcciones introducidas a lo largo de los años, la continuidad de los pilares básicos de la política económica heredados de la dictadura de Pinochet se mantienen incólumes (ver entre otros, Madariaga, 2017; Silva, 1996; Solimano, 2012; Taylor, 2006; Weyland, 1999). Los gráficos 1 y 2, muestran dos medidas de continuidad del neoliberalismo, el índice de progresión de las reformas económicas elaborado por el BID y el índice de libertad económica elaborado por la conservadora Fundación Heritage. La línea negra muestra promedios simples que incluyen a 19 y 9 países de la región, respectivamente. Como puede observarse, Chile se mantiene ampliamente en calidad de líder de la región latinoamericana con una trayectoria que resalta por su continuidad en el tiempo. La misma destaca sobre otros países que han compartido con Chile las posiciones de liderazgo, pero que han cedido dicha posición al frenar el impulso reformista o al introducir derechamente modelos de desarrollo alternativos. En el caso del indicador de la Fundación Heritage con cobertura para otras regiones, Chile mantiene su liderazgo, encontrándose consistentemente entre los veinte países del mundo con mayor libertad económica desde los inicios del indicador.

Gráfico 1: Índice de reforma económica, países seleccionados de América Latina



Fuente: elaboración propia en base a datos de Lora (2012).

Gráfico 2: Índice de Libertad Económica, países seleccionados de América Latina



Fuente: elaboración propia en base a datos de Fundación Heritage, <https://www.heritage.org/index/>

Desde la ola de protestas iniciadas a inicios de 2010 y con la elección a la presidencia en 2013 de la Nueva Mayoría que incluía entre sus filas al partido comunista y presentaba un programa de gobierno que ambicionaba una transformación sustantiva de esta trayectoria de continuidad, diversos actores presagiaron la "caída del modelo" (Mayol, 2012), y los analistas más conservadores vieron seriamente amenazada la continuidad de lo que consideraban el "milagro chileno" (Kaiser, 2013; O'Grady, 2014). Sin embargo, el agotamiento del ciclo de protestas y la posterior moderación de la coalición de gobierno volvieron a poner en el tapete la continuidad de la trayectoria neoliberal chilena. Como aseveró Enrique Correa, un ex-ministro de los primeros gobiernos de la Concertación y uno de los principales ideólogos de la transición a la democracia y de la mantención de la herencia de la dictadura afirmó:

"Nada de lo que ha hecho el gobierno [de Bachelet], ni de lo que propone el gobierno, pone en duda los cuatro pilares fundamentales sobre los cuales nuestra economía reposa: un banco central autónomo, un sistema financiero sólido, una regla fiscal que todos respetan y una economía abierta" (Quezada, 2014).

La elección en 2017 del empresario Sebastián Piñera para un segundo gobierno, vino a asegurar nuevamente que el mentado cambio de rumbo no se produjera.

En este contexto, resta preguntarse ¿cómo explicar la continuidad del neoliberalismo en Chile? En este artículo me propongo contestar esta pregunta analizando diversos períodos que ofrecieron posibilidades de ruptura con esta trayectoria desde la vuelta a la democracia en Chile: el primer gobierno democrático que siguió inmediatamente la caída de la dictadura, los gobiernos del giro a la izquierda durante los años dos mil, y el gobierno de la Nueva Mayoría en 2014-2017. El artículo se organiza de la siguiente manera: en la siguiente sección se elabora una propuesta teórico-metodológica para analizar este proceso. La misma se basa en la idea de la existencia de tres pilares del neoliberalismo: ideas, instituciones e intereses. A continuación se analizan sucesivamente, siguiendo este marco analítico, los tres períodos mencionados anteriormente, ofreciendo evidencia de la operación de los tres pilares. Finalmente, ofrezco una conclusión que resume el operar de estos pilares en el caso chileno, e incentiva a expandir este marco analítico de manera comparativa al estudio de otros países con trayectorias de continuidad y cambio neoliberal.

¿Cómo explicar la continuidad neoliberal? Una visión holística

En un artículo ya clásico, Peter Hall (1997) identificó tres argumentos causales como los ejes típicos de las explicaciones en economía política comparada: las ideas, las instituciones y los intereses. En efecto, las explicaciones para el surgimiento del neoliberalismo tienden a agruparse en alguna de estas categorías (ver Campbell y Pedersen, 2001). Siguiendo este argumento, y con la intención de proveer una explicación holística de la dinámica del neoliberalismo en Chile y su continuidad en el tiempo, en este artículo argumento que se puede entender estos tres factores como los *tres pilares* en los que descansa la dinámica de continuidad neoliberal, en concreto: ideas económicas, instituciones políticas e intereses empresariales. Estos tres pilares se refuerzan entre sí, complementando sus fortalezas y debilidades, y supliéndose cuando uno de ellos no está presente o falla.² En los párrafos siguientes desarrollo, a partir de la literatura específica a cada

² La idea de los tres pilares la tomo de Gerschewski (2013) quien resumió de esta manera las explicaciones contrastantes que ofrecía la literatura para entender la continuidad de los regímenes autoritarios.

uno de estas explicaciones, las características de ellas y cómo contribuyen a la continuidad del neoliberalismo en el tiempo.

Las *ideas* afectan la realidad porque delinean “los sentidos más elementales que hacen posible la acción individual y colectiva” (Hall, 1997, p. 184-5). Una característica fundamental al momento de entender las ideas como un pilar del neoliberalismo es su poder de persuasión y su capacidad de generar dominancia o hegemonía (Schmidt, 2008). En el primer caso, diversos autores han establecido que por su simplicidad y cercanía al sentido común, las ideas neoliberales tienen una particular capacidad de resonancia en la discusión pública (Schmidt y Thatcher, 2013; Blyth, 2013). Por otro lado, unido a su capacidad de persuasión, las ideas neoliberales se han hecho hegemónicas, esto es, han logrado desplazar otras ideas y excluirlas como ilegítimas (Blyth, 2002; Jacobs, 2014). En este sentido, las ideas permiten no sólo convencer a actores de la oposición de la bondad de adoptar políticas neoliberales en contraste con otras políticas, sino que también adquieren un peso que permite reducir el espacio para pensar sobre alternativas al mismo.

En la economía política marxista se denomina a este proceso típicamente como hegemonía, esto es, se concibe el poder de la clase dominante como un proyecto cultural (Gramsci, 2012). De manera alternativa, desde la sociología económica Nigel Thrift (2005) ha desarrollado el concepto de "circuitos culturales", espacios de circulación que coadyuvan en el tránsito y canalización de ciertas categorías morales, en este caso aquellas relacionadas con el funcionamiento de las economías de mercado, a través de la élite y del público en general. Dos instituciones clave para ello en la sociedad actual son la educación y los medios de comunicación. En este artículo, me concentro en la relación entre las ideas y la continuidad del neoliberalismo a través de la educación.³

Existe una vasta literatura dedicada a analizar distintas facetas de lo que denominamos el pilar ideacional del neoliberalismo (e.j. Ban, 2016; Bockman y Eyal, 2002; Centeno y Silva, 1997; Domínguez, 1996). A partir de esta literatura, argumento que para analizar el efecto de las

³ Para investigación sobre el neoliberalismo y los medios de comunicación, ver Phelan (2014), Pedroso Neto y Undurraga (2018).

ideas sobre la continuidad del neoliberalismo se necesita observar tres procesos.⁴ En primer lugar, la traducción y adaptación de las ideas neoliberales a las prácticas locales, y su institucionalización en organizaciones donde la élite es socializada, principalmente organizaciones de educación superior y departamentos de economía. Segundo, la socialización propiamente tal de las élites locales en distintos espacios, donde estas pasan a compartir un marco normativo y una visión del mundo –y de la política económica– que las hace erosionar sus diferencias partidistas o intereses dispares. Finalmente, es necesario observar el proceso a través del cual estas élites colonizan las principales posiciones de toma de decisión en el gobierno. El resultado del proceso final es una fuerza que hace al neoliberalismo prevalecer debido al convencimiento de los rivales políticos y a la falta de ideas alternativas que permitan proponer otro tipo de políticas.

La segunda explicación de la continuidad del neoliberalismo se basa en las instituciones políticas. Estas afectan la manera en que distintos intereses son agregados y representados, así como también sus recursos de poder, de tal manera que condicionan su posibilidad de influir en el proceso de elaboración de la política pública (Spiller, Stein, Tommasi y Scartascini, 2008). Las instituciones políticas pueden crear verdaderos "poderes de veto" sobre la continuidad o cambio de la política pública, esto es, "actor[es] individual[es] o colectivo[s] cuyo acuerdo es necesario para tomar una decisión política" (Tsebelis, 1995: 293). Así, la estabilidad de la política pública crece en la medida que existan más actores de veto, mientras más consistentes sean sus posiciones políticas, y mientras mayor sea su cohesión interna. Más aún, la institucionalización misma de la política pública, que genera ganadores y perdedores, convierte a los actores beneficiados en actores de veto *de facto*, que permite solidificar ciertas políticas públicas e inducir trayectorias marcadas por cambios incrementales en vez de cambios disruptivos (Pierson, 2004; Pierson, 2000).

Las instituciones políticas pueden sesgar la representación de aquellos actores que apoyan y quienes se oponen al neoliberalismo, y/o empoderar actores de veto para bloquear cambios a las políticas neoliberales. La continuidad del neoliberalismo en este caso, no deriva de

⁴ Diversos autores han subrayado el hecho que analizar el poder explicativo de las ideas independiente de otros factores, es una actividad compleja. En este artículo sigo las recomendaciones de Tannenwald (1999), Jacobs (2014), y Schmidt y Thatcher (2013).

la inexistencia de alternativas, sino de la incapacidad de aquellos actores que apoyan esas alternativas de tener influencia en el proceso de la política pública. Evidencia positiva de la operación de este pilar institucional es la existencia de sesgos de representación sistemáticos que favorezcan a quienes apoyan el neoliberalismo. La ocurrencia de cambios una vez que dichas limitaciones institucionales son eliminadas constituye una evidencia adicional de la operación de este pilar. Las instituciones políticas también pueden afectar la continuidad de las políticas neoliberales por medio de la generación de patrones de colaboración y negociación entre distintas posiciones políticas que faciliten la convergencia de visiones (ver Flores-Macías, 2012). En este caso, resulta importante, aunque difícil empíricamente, distinguir el consenso inducido por instituciones políticas que obligan a la negociación entre partes que mantienen sus posiciones de origen, del consenso inducido por el aprendizaje, convencimiento y persuasión, propios del pilar ideacional.

El tercer pilar del neoliberalismo tiene que ver con los intereses y el poder del empresariado. Las políticas económicas distribuyen poder y recursos entre distintos grupos sociales con diferentes intereses y preferencias de política (Hall, 1997: 175). Entre ellos, los más importantes son los empresarios debido a la posición crucial que detentan en el proceso productivo. Siguiendo los análisis de Ricardo y Marx, teorías de la economía política internacional deducen los intereses de diversos actores desde su posición en la estructura económica, analizando la manera en que dicha posición y el poder de diferentes sectores o industrias específicas influye en la adopción y cambio de la política económica. Los sectores o industrias que se espera favorezcan políticas neoliberales como la reducción de subsidios estatales, el libre comercio y la desregulación financiera, incluyen aquellos con una alta movilidad en sus activos (por ejemplo, los sectores financiero y comercial), sectores cuyos procesos productivos son más divisibles y móviles (la industria ligera) y sectores internacionalmente competitivos (exportadores en general) (Frieden, 1991; Shafer, 1994; Silva, 1996). Por el contrario, los enfoques constructivistas privilegian una aproximación más inductiva a los intereses de diversos sectores. Esto debido a que, argumentan, más allá de las posiciones en la estructura económica, diversos contextos políticos pueden inducir cambios de preferencias o procesos de formación de preferencias que contradicen las expectativas establecidas en base a la pura deducción (Kingstone, 2001; Schneider, 2004).

Ahora bien, el poder económico –p.ej. el peso de un sector en el PIB o en las exportaciones de un país– no es en sí mismo suficiente para explicar la influencia de ciertos actores empresariales en la mantención del neoliberalismo en el tiempo. En este contexto, los conceptos de poder empresarial –estructural e instrumental– se hacen fundamentales para comprender los canales concretos de influencia que tienen dichos intereses (Fairfield, 2015a; Fairfield, 2015b). El poder estructural del empresariado deriva de su capacidad de afectar la economía a través de la desinversión y huelgas del capital, esto es, de provocar la ralentización de la actividad económica y el desempleo. El poder estructural está estrechamente asociado con las percepciones de las autoridades de gobierno y sus perspectivas de reelección y apoyo ciudadano, especialmente sensibles al desempeño económico: cuando los gobiernos perciben que las amenazas del empresariado son creíbles, tenderán a evitar la implementación de reformas que se perciban como perjudiciales a los intereses empresariales, permitiendo de este modo al empresariado limitar la agenda política. El poder instrumental, por otro lado, se refiere a la habilidad del empresariado de afectar el proceso mismo de la política pública a través de, entre otros, vínculos partidistas, control de medios de comunicación y expertiz técnica.

Ambas fuentes de poder empresarial se refuerzan mutuamente (Fairfield, 2015a; 2015b): el control de los medios de comunicación, expertiz técnica y diferentes tipos de lazos políticos pueden ayudar al empresariado a canalizar mejor sus amenazas de desinversión y fuga de capital; por otro lado, la sola posibilidad de la fuga de capital puede hacer que las autoridades se sientan más abiertas a invitar al empresariado a participar en el proceso de elaboración de la política pública.

Este pilar asociado a los intereses y poder del empresariado implica que el neoliberalismo se mantiene en el tiempo porque empresarios con preferencias por políticas neoliberales ejercitan su poder estructural e instrumental para bloquear cambios. Evidencia de la operación de este mecanismo es, por ejemplo, la existencia de amenazas de desinversión por parte del empresariado seguidos de cambios en las políticas previamente propugnadas por un gobierno, o evidencia de involucramiento del empresariado en el diseño de la política pública a través de distintos canales. Por otro lado, medidas de poder económico y concentración industrial en sectores que favorecen políticas neoliberales apoyan las tesis sobre el poder ciertos sectores específicos al interior del empresariado.

Estos tres pilares del neoliberalismo se complementan de diferentes maneras. Los intereses empresariales constituyen el soporte económico del neoliberalismo y proveen el impulso para invertir en políticas económicas e instituciones específicas. Cuando el empresariado cuenta con un alto poder, puede influenciar directamente el proceso político haciendo prevalecer de esta manera sus preferencias entre las autoridades de gobierno. Las instituciones políticas refuerzan el poder empresarial estableciendo controles al involucramiento en el proceso político de actores críticos del status quo. Por otro lado, en momentos en que el poder empresarial es bajo, estas instituciones proveen una salvaguardia contra el reemplazo de las políticas neoliberales por parte de fuerzas políticas opositoras. El empresariado también provee la fuerza para movilizar las ideas neoliberales, mientras que estas ideas permiten al empresariado traducir sus intereses de manera relativamente coherente en políticas concretas y justificaciones para su implementación. Cuando el empresariado es exitoso a la hora de movilizar estas ideas, estas permiten, entonces, legitimar la existencia del neoliberalismo y de las instituciones que limitan la representación de la oposición. Finalmente, las instituciones proveen el espacio para la cristalización de las ideas neoliberales, y de este modo, constituyen canales para afianzar la sobrevivencia de estas ideas independiente de la continua movilización de dichas ideas por parte del empresariado.

Los tres pilares en acción: explicando la continuidad del neoliberalismo en Chile

Además de su trágico registro en términos de violaciones a los derechos humanos, la dictadura militar de Augusto Pinochet (1973–1989) se hizo famosa mundialmente por desatar las fuerzas que pusieron en marcha los tres pilares del neoliberalismo, ideas, instituciones e intereses. En primer lugar, un grupo de economistas entrenados en la Universidad de Chicago –los "Chicago Boys"– con estrechas relaciones con el empresariado doméstico e internacional, lograron seducir a Pinochet y orquestar una completa reestructuración de la política económica en Chile (Valdés, 2003). Con su ayuda, Pinochet lanzó un proyecto hegemónico basado en las ideas provenientes de la economía monetarista y el laissez-faire enseñados en Chicago. Las profundas reformas que siguieron en el sector de la educación superior formaron parte de una estrategia explícita que buscaba resocializar a la élite local en las premisas de Chicago (Monckeborg, 2005).

Lo más significativo del período fueron los cambios ocurridos en la Universidad de Chile, la universidad más influyente del país y cuna de sus élites políticas e intelectuales.

Luego del golpe de septiembre de 1973, las autoridades militares rápidamente intervinieron las Facultades de Economía Política y de Economía y Administración, hogares de la economía marxista y el estructuralismo latinoamericano respectivamente. Mientras la primera fue cerrada y sus académicos perseguidos, la última fue virtualmente refundada convirtiéndose en un semillero de Chicago Boys. Las nuevas autoridades de la universidad llevaron a cabo una verdadera *razzia* al interior de la facultad, y constituyeron la punta de lanza del plan de la dictadura para liberalizar el sector de educación superior (Monckeberg, 2005: 222). Gracias a ello, economistas entrenados en Chicago y altos oficiales de la dictadura no sólo se hicieron del control del principal centro de formación de profesionales de la élite y altos cuadros estatales, sino también comenzaron a fundar universidades privadas que expandieron rápidamente la matrícula entre la élite chilena, diseminando el enfoque de Chicago a toda una nueva generación de economistas, líderes empresariales y políticos (Monckeberg, 2005; Undurraga, 2014: 257-8).

Siguiendo ideas provenientes de Hayek y de la escuela de Virginia o *public choice* sobre la necesidad de limitar el alcance de la democracia, Pinochet también estableció una nueva constitución política que contenía una serie de provisiones, luego conocidos como "amarres institucionales", dirigidos a prevenir cambios importantes al entramado de políticas neoliberales y a convertir a diferentes actores interesados en la mantención del neoliberalismo en el tiempo en actores de veto.⁵ Entre las disposiciones se incluyeron un sistema electoral sui generis diseñado para asegurar que la derecha obtuviera al menos el 50% de los asientos en el congreso y un diseño intencionado de los distritos electorales –lo que en la literatura especializada se denomina *gerrymandering*– para potenciar la representación de aquellos distritos –por ejemplo, regiones agrícolas y con alta población rural– donde Pinochet concitaba mayores apoyos entre la población (Londregan, 2000; Pastor, 2004; Siavelis, 2010). La constitución de 1980 introdujo también nueve "senadores institucionales" no sometidos a votación popular, una serie de umbrales de supermayoría o "mayoría calificadas" para ciertos aspectos claves de la legislación, así como otros actores de veto que podían impugnar y dejar sin efecto las leyes pasadas en el

⁵ Para la relación entre la constitución de Pinochet y la escuela de Virginia, véase MacLean (2017).

congreso, como el Consejo de Seguridad Nacional y el Tribunal Constitucional. En tanto expresidente y comandante en jefe de las fuerzas armadas, en 1989 Pinochet tuvo el poder constitucional de nominar directa o indirectamente a los nueve senadores institucionales, llenar la Corte Suprema y el Tribunal Constitucional de colaboradores leales, y convertirse eventualmente en senador vitalicio cuando terminara su carrera militar.

En términos de intereses empresariales, las reformas neoliberales de Pinochet reforzaron el poder del sector financiero y de sectores intensivos en recursos naturales que abogaban por un repliegue del estado de sus funciones productivas y promotoras, la desregulación a ultranza y liberalización externa, mientras que al mismo tiempo debilitaron seriamente a aquellas industrias que demandaban la mantención de la protección estatal (Campero, 1993; Campero, 1984; Silva, 1996). Más aún, Pinochet utilizó la privatización de empresas estatales para empoderar aún más a los actores empresariales aliados (Montero, 1996; Schamis, 2002). Estos grupos económicos se convirtieron en grandes conglomerados integrados verticalmente y con intereses cruzados en los sectores de exportación de recursos naturales, servicios sociales privatizados y la industria financiera (Lefort, 2010; Montero, 1996). Con el tiempo, estos grupos establecieron un alto nivel de liderazgo, organización y cohesión al interior del empresariado, a la vez que reconstruyeron sus lazos con los partidos políticos de la derecha chilena y se convirtieron en los principales aportantes a los nuevos centros de pensamiento nacidos al alero de la reconfiguración de la clase empresarial y la derecha política (Fairfield, 2015b; Undurraga, 2014).

Neoliberalismo en el regreso a la democracia

En 1988-1989 la oposición de centro-izquierda reunida en la Concertación de Partidos por la Democracia, venció a Pinochet en un referendo y logró luego rescatar la presidencia en las primeras elecciones presidenciales en 17 años, generando expectativas de reformas sustantivas al modelo económico establecido bajo la dictadura (E. Silva, 2002; Weyland, 1999). En una época de cruenta represión política, los economistas de la Concertación se habían transformado en la principal voz disidente durante la dictadura militar, criticando fuertemente la orientación económica del gobierno y llegando a proponer un modelo de desarrollo alternativo basado en una

economía mixta con mayor presencia del Estado (P. Silva, 1991; E. Silva, 1996). ¿Como sobrevivió el neoliberalismo este momento de cambio?

La evidencia muestra que las semillas de la hegemonía neoliberal estaban recién floreciendo, pero aún no mostraban sus efectos en plenitud. De hecho, la mayoría de los principales actores durante el primer gobierno de transición, liderado por el demócratacristiano Patricio Aylwin (1990–1993), no fueron entrenados en universidades colonizadas por el neoliberalismo. La mayoría de los economistas más destacados del gobierno eran parte de una generación que estudió en los años cincuenta y sesenta, décadas antes que las doctrinas de Chicago permearan el sistema de educación superior en Chile, hicieron estudios de postgrado en escuelas de "agua salada" cuando la controversia entre el keynesianismo y el monetarismo todavía era prevalente, o fueron entrenados en escuelas derechamente heterodoxas (ver Joignant, 2011).⁶ Por otro lado, aquellos que sí estudiaron en Chicago llegaron a representar las corrientes más heterodoxas al interior de la Concertación, o bien, permanecieron en posiciones periféricas de la toma de decisiones.⁷

En cambio, existe amplia evidencia que el poder estructural e instrumental del empresariado ayudó a convencer a la oposición a Pinochet, y luego a los primeros gobiernos democráticos, de moderar sus propuestas económicas y abrazar la continuidad de las política de la dictadura como la única manera de resguardar la recuperada democracia. Durante los años finales de la dictadura, las preferencias del empresariado por la continuidad del neoliberalismo fueron publicitadas permanentemente y la comunidad empresarial se unió al gobierno militar en advertir públicamente que un futuro gobierno de la Concertación pondría en peligro el crecimiento económico (Campero, 1993; Montecinos, 1997; E. Silva, 1996; Weyland, 1999). Esta amenaza velada de desinversión resultó creíble para los líderes de la Concertación por diversos motivos. En primer lugar, a partir de la experiencia de países vecinos como Argentina y

⁶ Por ejemplo, Carlos Ominami, Ministro de Economía (1990–92) y una figura crucial de la moderación de la izquierda, hizo su doctorado con representantes de la escuela de la regulación francesa.

⁷ Un graduado de Chicago, Ricardo Ffrench-Davis, diseñó políticas heterodoxas que tuvieron una importante aunque corta duración durante los años noventa, como el impuesto ("encaje") a los capitales de corto plazo, y estuvo detrás del manejo del tipo de cambio desde el Banco Central. Otro graduado de Chicago con alta prominencia, Juan Villarzú, fue vetado para el puesto de ministro de Hacienda durante el gobierno de Eduardo Frei (1994-1999) por su colaboración temprana en el plan de terapia de shock de la dictadura. Por último, Andrés Sanfuentes, también graduado de Chicago y participante en el plan económico inicial de la dictadura, sostuvo una posición menor como presidente del banco estatal BancoEstado.

Perú, existía una conciencia importante sobre el rol del empresariado en descarrilar proyectos social-democráticos contemporáneos al propuesto por la Concertación poniendo en peligro la recuperación democrática (p. ej. Giraldo, 1996: 254). Por otro lado, el alto endeudamiento externo dejado por la dictadura hizo a algunos comentaristas notar que "el peligro de una fuga de capitales sustantiva (...) ante la más mínima señal de que las cosas están yendo mal, es una posibilidad real" (Hojman, 1990: 31, traducción mía). En este contexto, las amenazas del empresariado se fortalecían con el miedo a una regresión autoritaria si la nueva democracia no era capaz de asegurar la estabilidad económica.

El poder estructural del empresariado tuvo dos efectos. Por un lado, produjo una conciencia entre las autoridades de la necesidad de seguir las preferencias del empresariado por la continuidad del neoliberalismo. Uno de los ideólogos clave de los primeros gobiernos concertacionistas y ministro durante el gobierno de Aylwin, reconoció que:

"Convencer a la comunidad empresarial de la habilidad de la centroizquierda para gobernar era fundamental. Por ello, uno de los principales objetivos económicos de la transición a la democracia fue construir la confianza del empresariado (...) Esto llevó a un mayor grado de control sobre la política económica: una política más prudente dirigida a incentivar los negocios y la inversión" (Edgardo Boeninger citado por Kaplan, 2013: 254).

En segundo lugar, esto permitió incrementar el poder instrumental del empresariado. De hecho, elementos clave del gobierno de Aylwin (1990-1993) como las reformas impositiva y laboral fueron directamente negociadas con el empresariado y la derecha en un intento por reducir sus críticas y oposición a las reformas (Fairfield, 2015b; Frank, 2002).

Mientras que el poder empresarial actuó sobre la percepción de las autoridades reduciendo el espacio de la agenda política e influenciando el diseño de reformas claves, un segundo pilar del neoliberalismo, a saber, las instituciones políticas, fueron cruciales para bloquear intentos más transformadores por parte de los grupos más progresistas del bloque de gobierno (Barrett, 1999: 19-22).

Linz y Stepan, en su libro donde revisan la experiencia de la tercera ola de democratización en tres subcontinentes (América Latina, Europa del Sur, y Europa del Este), observaron que la constitución elaborada por Pinochet y las "leyes de amarre" establecidas en los últimos años de la dictadura legaron a Chile "la formula constitucional más restrictiva para un

nuevo gobierno democrático" (1996: 206). En efecto, existe evidencia que la constitución de Pinochet afectó severamente la representación de distintas posiciones políticas en el congreso durante los años noventa, aumentando el peso de la derecha, reduciendo el de la centro-izquierda concertacionista, y dejando a las fuerzas a la izquierda de esta sin representación (p. ej. Polga-Hecimovich y Siavelis, 2015). Esto limitó la posibilidad que las facciones más progresistas dentro de la Concertación alteraran de manera significativa la continuidad del neoliberalismo. Un ejemplo de ello son las leyes referidas al Banco Central.

La ley respectiva, promulgada sólo meses antes que las nuevas autoridades democráticas asumieran el poder, estableció la autonomía del Banco Central respecto de los gobiernos de turno y su responsabilidad exclusiva por el objetivo de la estabilidad de precios. El economista que luego se convertiría en Ministro de Hacienda del primer gobierno democrático, Alejandro Foxley, protestó enérgicamente esta reforma advirtiéndole que iban a intentar modificar la ley "el día siguiente que el gobierno democrático entre en funciones" (Bianchi, 2008: 15). Sin embargo, una vez en el poder, el nuevo gobierno descartó sus planes. Otro economista de la Concertación quien se desempeñó en el Banco Central, explicó: "estábamos convencidos que no podíamos [cambiar la ley] porque no teníamos la mayoría en el senado, y sabíamos que íbamos a perder" (Boylan, 1998: 457).

Existe una serie de evidencias que indican también que la sobrerrepresentación de la derecha, la subrepresentación de la izquierda y los poderes de veto en el congreso desincentivaron a los gobiernos concertacionistas de los años noventa a enviar ciertas reformas que consideraban muy rupturistas con el modelo económico vigente, pues estaban convencidos que estas serían rechazadas y el solo hecho de enviarlas significaría amenazar las posibilidades de negociación en otras áreas menos conflictivas (ver E. Silva, 2002: 244-5). Un hacedor de políticas de la Concertación sugirió que esto fue precisamente lo que ocurrió con la posibilidad de empujar políticas industriales más agresivas, inicialmente contenidas en el programa de gobierno de la concertación: "cosas adicionales que quisimos hacer, pero no pudimos: políticas de desarrollo industrial. Estaba vetado. Y si hablábamos de eso, se nos venían todos encima, toda la prensa y el extremismo neoliberal, la UDI, etc. *Y eso nos habría impedido hacer otras cosas...*".⁸

⁸ Entrevista con el autor, Santiago, 2013. Cursivas añadidas.

En suma, en el contexto de la vuelta a la democracia, la continuidad del neoliberalismo descansó en dos pilares: el miedo que una huelga del capital desestabilizara la frágil recuperación democrática y la existencia de instituciones políticas que incrementaron el poder de veto de actores interesados en la continuidad del neoliberalismo, induciendo un patrón de negociaciones que favoreció las preferencias del empresariado y la derecha. Así, mientras el poder estructural del empresariado permitió reforzar la operación de la institucionalidad política legada por Pinochet pues la Concertación no se atrevió a cuestionarla por miedo a afectar la marcha de la economía –y con ello, de la consolidación democrática–, estas instituciones también fortalecieron el poder instrumental del empresariado y su capacidad de incidir directamente en el diseño de la política económica, particularmente a través de su conexión con los partidos de derecha sobrerrepresentados en el congreso.

Neoliberalismo durante el giro a la izquierda

El año 2000, el socialista Ricardo Lagos fue elegido presidente de Chile, convirtiéndose en el primer socialista en alcanzar la presidencia desde Allende. En 2006 otra socialista, Michelle Bachelet, llegó a la presidencia, confirmando así la participación de Chile en lo que los analistas denominaron el "giro a la izquierda" en la región (Levitsky y Roberts, 2011).

Lagos asumió la presidencia en el contexto de un creciente descontento social y polarización política asociados a la primera recesión económica desde la vuelta a la democracia relacionada con el contagio de las crisis Asiática y Rusa de fines de los noventa. En este contexto, Lagos debió enfrentar la decisión entre mantener el curso de continuidad neoliberal de los gobiernos pasados liderados por presidentes democratacristianos, o revitalizar los sentimientos más progresistas al interior de la Concertación críticos del exceso de continuidad con el legado de la dictadura pinochetista (ver Garretón, 2000). ¿Cómo actuaron en este escenario los tres pilares para asegurar la continuidad del neoliberalismo? Los intereses empresariales volvieron a jugar un papel crucial. En este caso, sin embargo, debido a la gradual eliminación de las instituciones políticas que prevalecieron durante los años noventa –particularmente durante el primer gobierno de Michelle Bachelet–, ellos fueron secundados con la consolidación de la hegemonía ideológica del neoliberalismo.

Durante los años dos mil, buena parte de los "amarres institucionales" dejados por Pinochet fueron gradualmente desmantelados. La derecha se abrió a modificarlos debido a que el dominio electoral de la centro-izquierdista Concertación logró, contrario a los cálculos iniciales, aumentar el poder de dicha coalición en el congreso y controlar así un número significativo de los poderes de veto heredados. En la constitución de Pinochet, los ex-presidentes tenían la autoridad de nominar a tres senadores institucionales y convertirse ellos mismos en senadores vitalicios, a excepción del primer presidente que siguiera la transición democrática. Esto hizo que durante el gobierno de Ricardo Lagos, tres de los nueve senadores institucionales fueran nominados por la Concertación, y el ex-presidente Frei asumiera como senador vitalicio. Tras la elección de Lagos, este panorama sólo empeoraría para la derecha. Así, mientras el desafuero de dos senadores de derecha el año 2000 dio a la Concertación una mayoría temporal en ambas cámaras,⁹ en 2005 se zanjó un acuerdo constitucional para eliminar los amarres institucionales más autoritarios, también conocidos como "enclaves autoritarios", como los senadores designados sin elección popular y las prerrogativas del consejo de seguridad nacional (ver Fuentes 2012). A pesar de ello, los gobiernos socialistas no cambiaron sustantivamente el curso del modelo económico heredado de la dictadura y continuado durante la década de los noventa.

Para entender esto, debemos nuevamente recurrir a la explicación basada en los pilares del neoliberalismo. El primer pilar en operación fue el de los intereses y poder empresarial, que tuvo nuevamente un rol fundamental en moderar el giro a la izquierda en Chile (ver Fairfield, 2015b; Kaplan, 2013). El empresariado fue exitoso en crear conciencia entre las autoridades de la época de las posibles consecuencias de apartarse del curso de la política económica heredado de la dictadura y la limitada transición democrática. De hecho, desde el momento en que Lagos ganó la elección presidencial de 1999, el empresariado y la derecha montaron un esfuerzo concertado para atacar el programa de gobierno de Lagos, especialmente sus propuestas principales de reforma tributaria y laboral y su agenda para reforzar las políticas redistributivas (E. Silva, 2002). Un representante del empresariado lo puso en los siguientes términos en un encuentro empresarial al que asistió el presidente apenas asumió la presidencia: "Lagos debe elegir entre la ilusión distributiva y el poder telúrico del crecimiento, (...) entre liderar un gobierno que pone

⁹ Los senadores en cuestión eran Pinochet –debido a su proceso de extradición solicitado por el juez español Garzón, y el subsiguiente proceso judicial que debió seguir en Chile– y el empresario Francisco Javier Errázuriz.

trabas al sector privado o un gobierno que se alía estratégicamente con los empresarios” (citado en Bogliaccini, 2012: 194, traducción mía). Similar al inicio de la transición democrática, esta situación hizo que el presidente se mostrara particularmente atento a escuchar las demandas empresariales. Como el mismo Lagos ha reconocido:

“Había algo implícito especialmente cuando yo me convertí en presidente. 'Mira lo que pasó con el último presidente socialista. Este tipo no sabe manejar la economía'. Estábamos siempre bajo sospecha... No tenía que convencer a la comunidad empresarial. ¡Tenía que actuar! No es una cuestión de hablar. Los convences con lo que haces” (citado en Kaplan, 2013: 194, traducción mía).

Un punto crucial que debilitaba el programa de Lagos era el deterioro de las cuentas fiscales debido a la crisis imperante, que aunque heredado del gobierno anterior, crispó aun más los ánimos del empresariado y los neoliberales. En este contexto, la manera elegida por Lagos para convencer a la comunidad empresarial fue la de conducir una política fiscal excesivamente conservadora, incluso ante la amenaza de poner en jaque su programa distributivo y la elección de un sucesor de su propia colección (Kaplan, 2013: 221-2). Para mostrar su compromiso, Lagos llegó incluso a amarrarse sus propias manos diseñando una regla fiscal que obligaba al gobierno a establecer un balance presupuestario además de un superávit de un 1% del resultado fiscal. Como resultado de esto, el gasto público, componente crucial de las promesas de campaña de Lagos, se redujo desde un 15,1 por ciento del PIB en 2001 a sólo un 12,9 por ciento en 2005, el último año de su presidencia.¹⁰ Al mismo tiempo, el balance fiscal primario se incrementó desde un pequeño superávit de 0,5 por ciento del PIB en 2000 a más del 5% en 2005, mientras que el desempleo se mantenía cercano a los dos dígitos durante toda su presidencia.¹¹ El compromiso de Lagos con una recuperación deflacionaria dio fruto pues la economía volvió a crecer en 2004 y las críticas del empresariado se acallaron. En una alocución ahora famosa, el presidente de la asociación de bancos y luego presidente de la multigremial CPC, confesó que los "empresarios aman al presidente [Lagos]" (Carvallo, 2015).

Igual al caso de los años noventa, el poder estructural del empresariado fortaleció su poder instrumental, ofreciéndole un acceso privilegiado al diseño de la política económica.

¹⁰ Datos de CEPAL.

¹¹ Datos de CEPAL para cuentas fiscales, y del Instituto Nacional de Estadísticas, para desempleo.

Ejemplos de ello durante la presidencia de Lagos incluyen las reformas tributaria, laboral y energética (Bogliaccini, 2012; Fairfield, 2015b; Murillo, 2009).¹²

Mientras que el poder empresarial permitió limitar la agenda de reformas y dar acceso directo al empresariado al proceso de diseño de las políticas, un segundo pilar –esta vez el ideacional– ayudó a moderar aún más las propuestas de reforma de los gobiernos socialistas. En este contexto, podemos observar cuatro procesos que señalan el florecimiento de la hegemonía neoliberal a nivel de las élites políticas y económicas.

En primer lugar, la necesidad de negociar las reformas durante los años noventa – producto de las limitaciones establecidas en el marco institucional heredado de la dictadura– generó procesos de aprendizaje entre las élites políticas, que produjo un sentimiento creciente de consenso técnico a lo largo del espectro político. Un economista de la concertación que detentó diversas posiciones en los más altos cargos de gobierno durante los años noventa, observó al respecto:

"era una situación curiosa porque empezábamos a trabajar como adversarios, pero en medio del proyecto te olvidas de eso y empiezas a fascinarte con la técnica legislativa y empiezas a buscar la lógica detrás de lo que haces. Y había reuniones en que, por ejemplo, si hubiera entrado alguien de Brasil y hubiera mirado lo que ocurría, no habría sabido quién era del gobierno y quién de la oposición".¹³

Segundo, los debates al interior de la disciplina de la economía en Chile evidenciaron una progresiva reducción de las temáticas tratadas. De hecho, la discusión en las principales revistas locales de tópicos como la política industrial, la estructura económica y las instituciones, o modelos de desarrollo alternativos se redujo significativamente. Usando los datos del estudio de Meller y Bravo (2000) calculamos que la discusión sobre dichos temas en las cuatro principales revistas de economía del país, disminuyó desde alrededor de un cuarto de los artículos publicados en los años sesenta, a sólo un décimo en los años noventa. Tercero, los economistas pasaron a ocupar cada vez mayores espacios dentro de la comunidad de hacedores de políticas, particularmente en las principales posiciones ministeriales y en el congreso (Dávila, 2011;

¹² Si bien ciertamente ambos tipos de poder empresarial, estructural e instrumental, se encontraban en juego durante el período, su contribución exacta y los canales a través de los cuales el empresariado logró influenciar distintas políticas deben estudiarse en más detalle en cada caso individual. Ver Fairfield (2015b) para el caso de la reforma tributaria, y Bril-Mascarenhas y Madariaga (2018) para el caso de las políticas de promoción industrial.

¹³ Interview by the author, Santiago, 2013.

Joignant, 2011). Por ejemplo, en el poderoso Comité de Hacienda de la Cámara de Diputados y el Senado, legisladores con estudios de economía crecieron desde 23% y 20% de los miembros en 1990, a 54% y 80% respectivamente en 2000 (Montecinos, 2003: 41). Al mismo tiempo, los economistas pasaron a hegemonizar las principales posiciones en la estructura de los partidos de centro-izquierda que conformaban la Concertación, introduciendo un estilo de decisiones tecnocrático al interior de ellos y reduciendo el espacio para el disenso en términos de las propuestas económicas de cada partido (Dávila, 2011; Joignant, 2011; Montecinos, 2003; Roberts, 2011).

Finalmente, este proceso fue reforzado por la maduración y acceso al poder de las generaciones de economistas educados en los años setenta y ochenta bajo la hegemonía de las ideas neoliberales en la academia. Este proceso se hizo más visible durante el primer gobierno Michelle Bachelet en 2006-2009. Una nueva generación de tecnócratas reunidos en el centro de pensamiento liberal *Expansiva* constituyeron el principal semillero de cuadros para el nuevo gobierno. Si bien algunos de estos economistas habían participado en gobiernos concertacionistas previos, con la presidencia de Bachelet alcanzaron las principales posiciones en el gabinete económico. Más aún, a diferencia de los tecnócratas de las administraciones anteriores que estaban fuertemente enquistados en las estructuras partidistas respectivas y previamente habían sido más cercanos a las ideas desarrollistas, la mayoría de los nuevos tecnócratas en el gobierno se declaraban abiertamente simpatizantes y defensores de la trayectoria de continuidad neoliberal seguida por Chile desde el retorno a la democracia, y muchos de ellos eran independientes y/o tenían relaciones directas con el empresariado (Silva, 2011).

La magnitud de la hegemonía ideológica que estos procesos cimentaron se pudo observar de manera más cercana en la operación de los comités consultivos creados por Bachelet para desarrollar propuestas de reforma en distintos ámbitos. El Comité para la reforma al sistema de pensiones, uno de los más discutidos, es un buen ejemplo. Bachelet nominó a un grupo de economistas asociados a las distintas corrientes políticas representadas en el parlamento para debatir y proponer una reforma al sistema de pensiones. El informe emanado del comité resaltó las virtudes del sistema privatizado por Pinochet a inicios de los años ochenta, y acordó no proponer modificaciones al pilar principal del mismo basado en cuentas de ahorro individuales y administración por parte de fondos privados, pasando por alto la evidencia acumulada en el

tiempo que empezaba a mostrar los resultados decepcionantes del sistema y las voces críticas de la sociedad civil que habían sido invitadas a exponer sus visiones en el consejo (Aguilera y Fuentes, 2011). Un proceso similar ocurrió en el comité para la reforma educativa, donde las demandas sociales (que incluían una mayor participación del Estado en la provisión de educación y la eliminación del sistema de *vouchers* establecido en dictadura), fue largamente desoída, manteniéndose en la práctica el carácter eminentemente privado del sistema y la importancia de los mecanismos de mercado.

Neoliberalismo durante el gobierno de la Nueva Mayoría

Michelle Bachelet volvió a la presidencia en 2014, esta vez apoyada por una nueva coalición de gobierno, la *Nueva Mayoría*, que incluía los mismos elementos de la antigua Concertación más el Partido Comunista. Bachelet ganó la elección de 2013 con un discurso fuertemente reformista, haciendo eco del descontento social manifestado en una ola de protestas durante el gobierno anterior. El programa de gobierno incluía cambios significativos al sistema tributario y alzas progresivas de impuestos, una reforma laboral que incrementara el poder de negociación de los sindicatos, una reforma educativa que prohibiera las instituciones con fines de lucro y asegurara educación superior gratuita, sin mencionar el lanzamiento de un proceso que llevara al establecimiento de una nueva constitución política.

La magnitud de las movilizaciones sociales durante el previo gobierno derechista de Sebastián Piñera relajó temporalmente algunas de las restricciones sobre la agenda política impuestas hasta entonces por el fuerte poder del empresariado local (Fairfield, 2015a). Así, mientras que la hegemonía neoliberal se encontraba bien asentada política y culturalmente, a diferencia de su gobierno previo, las nominaciones al gabinete del nuevo gobierno de Bachelet reflejaron un giro desde el dominio hasta ese momento de cuadros tecnocráticos hacia la incorporación en puestos clave de colaboradores leales a Bachelet y su programa de gobierno (Artaza y López, 2014). Más aún, la eliminación en los años anteriores de las instituciones políticas que aseguraban la sobrerrepresentación de la derecha en el congreso, permitieron a la Nueva Mayoría contar con una cómoda mayoría en ambas cámaras que hizo a los defensores del neoliberalismo anticipar "el fin del milagro chileno" (Kaiser, 2013; O'Grady, 2014). En una

alocución que habría de transformarse en un reflejo del ambiente político de la época, un aliado de Bachelet en el senado afirmó que la Nueva Mayoría había llegado para pasar una "retroexcavadora" sobre el legado de la dictadura militar y la continuidad de las políticas neoliberales (El Mercurio, 2014).

Sin embargo, la coyuntura favorable se desvaneció rápidamente. En primer lugar, las protestas se redujeron apenas Bachelet asumió la presidencia y una recesión producida por un desfavorable escenario externo ayudó al empresariado a fortalecer su poder (Fairfield, 2015a). Utilizando su control de los medios de comunicación, el empresariado acusó a Bachelet y sus reformas de causar la reducción del crecimiento, advirtiendo que las reformas propuestas sólo servirían para empeorar aún más la economía, la inversión y el empleo. Segundo, ex-ministros de Hacienda de la difunta Concertación se unieron al clamor del empresariado y la derecha en demandar moderación en las reformas, cuestionando la intención del gobierno de quebrar de manera sustantiva con el consenso y la trayectoria estable de la política económica de los últimos cuarenta años en el país. En tercer lugar, la minoría de derecha en el parlamento re-descubrió uno de los amarres institucionales diseñados por Pinochet que no había sido desmantelado en la reforma de 2005, a saber, el Tribunal Constitucional, y su poder de bloquear la legislación aún después de aprobada en el Congreso. Así, a poco andar, los tres pilares del neoliberalismo parecieron estar de vuelta en pleno y funcionaron de diferente manera asegurando que los planes reformistas de Bachelet no fueran completados.

En el caso de la reforma tributaria, el empresariado fue exitoso en vincular a ojos de la opinión pública la desaceleración económica con la propuesta de reforma tributaria de Bachelet, usando así el clásico argumento de la desinversión para fortalecer su posición en términos de influencia en la reforma (Fairfield, 2015a). Mientras tanto, aun cuando la derecha ya no contaba con una mayoría en el Congreso, el esfuerzo concertado del empresariado y su campaña mediática lograron convencer al ala más moderada de la Nueva Mayoría y a los representantes de la ex-Concertación de forzar una negociación en el congreso que moderó significativamente la iniciativa del gobierno (Fairfield, 2015a). En el caso de las reformas laboral y educativa, fue el Tribunal Constitucional el arma elegida por la derecha para derribar los esfuerzos reformadores de Bachelet. El mecanismo de nominación de miembros en el TC había dado previamente el poder al derechista Sebastián Piñera (2010-2013) de nominar a tres de sus cinco miembros,

ganando así la derecha una mayoría en el TC. De acuerdo a sus críticos, durante el segundo gobierno de Bachelet el TC se transformó en una verdadera "tercera cámara", siguiendo de cerca los procesos legislativos y fuertemente politizada en sus decisiones (Aguilera, 2017). La derecha utilizó el TC para bloquear tanto la reforma educacional como la laboral, y otras asociadas al ámbito de derechos civiles como las leyes de interrupción del embarazo y uniones homosexuales. En el caso de la reforma educativa, el tribunal argumentó que aumentar el financiamiento sólo a las universidades estatales era inconstitucional por constituir una discriminación en contra de las instituciones privadas que debían tener la misma posibilidad de acceder a recursos públicos, alterando de este modo los planes del gobierno de establecer la gratuidad en la educación superior y de limitar el acceso de instituciones con fines de lucro a recursos públicos; en tanto, en el caso de la reforma laboral, el tribunal alegó que otorgar a los sindicatos el monopolio de la representación y eliminar la extensión de beneficios a los trabajadores no sindicalizados constituía una violación de la libertad de contrato garantizada en la constitución (Aguilera, 2017).

En suma, a pesar de un momento aparentemente auspicioso para quebrar la inercia de continuidad del neoliberalismo en Chile, este se mantuvo en lo esencial durante el segundo gobierno de Michelle Bachelet gracias a la habilidad de la comunidad empresarial de limitar los cambios propuestos (tanto antes como después que dicha legislación llegara al congreso), la oposición provocada por la hegemonía neoliberal al interior mismo de la coalición gobernante y los remanentes de la ex-Concertación, y el redescubrimiento por parte de la derecha de la capacidad de las instituciones políticas para bloquear o moderar significativamente las reformas enviadas al congreso.

Conclusión

En este artículo he argumentado que el análisis del neoliberalismo y su continuidad en el tiempo requiere al mismo tiempo un enfoque ecléctico y analítico, capaz de combinar las potencialidades de distintas explicaciones sobre dicho fenómeno y a la vez, de analizar su contribución al mismo en políticas o momentos específicos del tiempo. Tomando inspiración de un artículo seminal de Peter Hall, he propuesto entender el neoliberalismo y su dinámica temporal como constituida por tres pilares: las ideas, las instituciones y los intereses. Cada uno de

ellos colabora de maneras específicas y puede observarse empíricamente –si es que contribuye o no, y cómo– y la manera en que interactúa con los otros dos pilares. Así, mientras que los intereses empresariales ofrecen el empuje básico para la continuidad del neoliberalismo, las ideas presentan opciones específicas de políticas legítimas, mientras que las instituciones ayudan a cristalizar esas ideas y sesgar la representación de distintos actores de manera de privilegiar a quienes apoyan al neoliberalismo y bloquear aquellos que no.

Chile constituye un caso ejemplar para estudiar las dinámicas del neoliberalismo y su continuidad en el tiempo, y permite por ello refinar nuestra comprensión de estos fenómenos. La evidencia aquí discutida parece apuntar a los intereses y poder del empresariado como un pilar crucial en la dinámica neoliberal en tres puntos claves en el tiempo: durante la vuelta a la democracia en 1990, el ascenso al poder del primer presidente socialista desde Allende y el consiguiente "giro a la izquierda" en los años dos mil, y durante el gobierno de la izquierdista Nueva Mayoría en 2014-2017. En los tres casos, movidos por el miedo a las amenazas del empresariado, gobiernos con intenciones reformistas cedieron en sus previos compromisos de campaña morigerando el tono de sus propuestas de reforma y acercándolas a las preferencias del empresariado. Esto llevó a las autoridades a buscar el acuerdo de las élites empresarias y a abrirles la participación en la elaboración misma de la política pública. Las instituciones y las ideas sucesivamente complementaron este impulso inicial. Los denominados "amarres institucionales" legados por la dictadura de Pinochet fueron claves para disminuir la influencia de los sectores políticos más críticos con el modelo de desarrollo y las políticas neoliberales. En primer lugar, dejaron a la izquierda más radical fuera del parlamento y establecieron fuertes actores de veto capaces de bloquear las iniciativas de la izquierda más moderada con representación parlamentaria. En segundo lugar, una vez eliminadas buena parte de estas instituciones, aquellas que sobrevivieron continuaron generando el efecto de bloquear propuestas de reformas más significativas, en este caso, a través del rol preventivo del Tribunal Constitucional, que permitió que la minorías en el congreso (pero con mayoría en el TC) mantuvieran poder de veto sobre las reformas. Finalmente, la hegemonía del pensamiento neoliberal, cristalizada en instituciones de educación superior y circulada a través de los medios de comunicación y redes de contactos en la élite, permitió a los defensores del neoliberalismo colonizar las más altas esferas de la hechura de la política pública. Este proceso generó un

gradual consenso en las élites políticas difuminando las diferencias partidistas y proveyendo una constante fuente de legitimación para la continuidad del neoliberalismo en distintos momentos.

Yendo más allá del caso chileno, el argumento sobre la operación de los tres pilares del neoliberalismo pudiera expandirse de manera comparativa para comprender la dinámica de continuidad y cambio en países que han avanzado sustantivamente en el asentamiento del neoliberalismo y alcanzado un grado significativo de hegemonía, como pueden ser México, Colombia y Perú en América Latina. De igual manera, esta explicación ecléctica basada en los tres pilares puede ser utilizada para entender por qué y cómo, ciertos países que avanzaron de manera importante en la liberalización de sus economías, han experimentado quiebres con esta trayectoria o ciclos de avances y retrocesos, como es el caso de Argentina y Brasil.

Bibliografía

AGUILERA, Carolina y FUENTES, Claudio. "Elites y asesoría experta en Chile: comisiones y políticas públicas en el gobierno de Bachelet". En: Joignant A, Güell P, editores. *Notables Tecnócratas Mandarines, Elementos de Sociología de las Elites en Chile 1990-2010*. Santiago de Chile: Ediciones UDP, 2011, pp 127–51.

AGUILERA, Paula. "Cómo opera el Tribunal Constitucional y por qué su rol es decisivo en el proyecto de despenalización del aborto". *El Desconcierto* [Internet]. 26 Julio 2017 [visto 21 Feb 2019]; Disponible en: <http://www.eldesconcierto.cl/2017/07/26/como-opera-el-tribunal-constitucional-y-por-que-su-rol-es-decisivo-en-el-proyecto-de-despenalizacion-del-aborto/>

ARTAZA, Francisco y LÓPEZ, Hernán. "Bachelet se reinventa". *La Tercera Online*. Santiago; 29 Mar 2014 [visto 21 Feb 2019]; Disponible en: <http://www.latercera.com/noticia/bachelet-se-reinventa/>

BAN, Cornell. *Ruling Ideas: How Global Neoliberalism Goes Local*. Nueva York, Oxford University Press, 2016.

BARRETT, Patrick S. "The limits of democracy: Socio-political compromise and regime change in post-Pinochet Chile." *Studies Comparative International Development*, vol. 34, n. 3, p. 3–36, 1999.

BIANCHI, Andrés. "La autonomía del Banco Central de Chile: origen y legitimación." Santiago, Banco Central de Chile, 2008.

BLYTH, Mark. *Great Transformations: Economic Ideas and Institutional Change in the Twentieth Century*. Cambridge, Cambridge University Press, 2002.

———. *Austerity: The History of a Dangerous Idea*. Oxford; New York, Oxford University Press, 2013.

BOAS, Taylor C. y GANS-MORSE, Jordan. "Neoliberalism: From New Liberal Philosophy to Anti-Liberal Slogan." *Studies in Comparative International Development*, vol. 44, n. 2, p. 137–61, 2009.

BOCKMAN, Joana, y EYAL, Gill. "Eastern Europe as a Laboratory for Economic Knowledge: The Transnational Roots of Neoliberalism." *American Journal of Sociology*, vol. 108, n. 2, p. 310–52, 2002.

BOGLIACCINI, Juan A. *Small latecomers into the global market. Power conflict and institutional change in Chile and Uruguay* [PhD dissertation]. Chapel Hill, University of North Carolina at Chapel Hill, 2012.

BOYLAN, Deyla M. "Preemptive Strike: Central Bank Reform in Chile's Transition from Authoritarian Rule." *Comparative Politics*, vol.30, n. 4, p. 443–62, 1998.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. "Estado y mercado en el nuevo desarrollismo." *Nueva Sociedad*, vol. 210, 110–25, 2007.

BRIL-MASCARENHAS, Tomás y MADARIAGA, Aldo. "Business Power and the Minimal State. The Defeat of Industrial Policy in Chile." *Journal of Development Studies*. Advanced online access, 2017.

CAMPBELL, John L. y PEDERSEN, Ove K. *The Rise of Neoliberalism and Institutional Analysis*. Princeton (NJ), Princeton University Press, 2001.

CAMPERO, Guillermo. *Los gremios empresariales en el período 1970-1983: comportamiento sociopolítico y orientaciones ideológicas*. Santiago de Chile, Instituto Latinoamericano de Estudios Transnacionales, 1984.

———. "Los empresarios chilenos en el régimen militar y el post-plebiscito." En: Paul W. Drake PW, Ivan Jakšić (eds.) *El Difícil Camino Hacia la Democracia En Chile 1982-1990*. Santiago de Chile, FLACSO, p. 243–304, 1993.

CARVALLO, Lenka. "Hernán Somerville saca la voz: 'Los abusos deben pagarse con cárcel.'" *CARAS* [Internet]. 12 Mar 2015 [visto 21 Feb 2019]. Disponible en: <http://www.caras.cl/politica/hernan-somerville-saca-la-voz-los-abusos-deben-pagarse-con-carcel/>

CENTENO, Miguel A. y SILVA, Patricio (eds.) *The Politics of Expertise in Latin America*. New York, Palgrave Macmillan, 1997.

CONNELL, Raewyn y DADOS, Nour. "Where in the world does neoliberalism come from?" *Theory and Society*, vol. 43, n. 2, p. 117–38, 2014.

CROUCH, Colin. *The Strange Non-death of Neo-liberalism*. Cambridge, Polity Press, 2011.

DÁVILA, Mireya. "Tecnocracia y política en el Chile posautoritario (1990–2010)." En: Alfredo Joignant, Pedro Güell (eds.). *Notables Tecnócratas Mandarines Elementos de Sociología de Las Elites En Chile 1990-2010*. Santiago de Chile, Ediciones UDP, 2011.

DOMÍNGUEZ, Jorge I. (ed.) *Technopols: Freeing Politics and Markets in Latin America in The 1990s*. University Park (PA), The Pennsylvania State University Press, 1996.

EL MERCURIO. "Senador Quintana anuncia 'retroexcavadora' contra modelo neoliberal". [Internet]. Edición Online. Santiago de Chile; 25 Mar 2014 [visto 21 Feb 2019]; Disponible en: <http://www.emol.com/noticias/nacional/2014/03/25/651676/nueva-mayoria-advierte-que-pasara-retroexcavadora.html>

FAIRFIELD, Tasha. "Structural power in comparative political economy: perspectives from policy formulation in Latin America." *Business & Politics*, vol. 17, n. 3, p. 411–441, 2015a.

———. *Private Wealth and Public Revenue in Latin America: Business Power and Tax Politics*. Nueva York, Cambridge University Press, 2015b.

FLORES-MACÍAS, Gustavo A. *After Neoliberalism?: The Left and Economic Reforms in Latin America*. New York, Oxford University Press, 2012.

FOURCADE-GOURINCHAS, Marion y BABB, Sarah. "The Rebirth of the Liberal Creed: Paths to Neoliberalism in Four Countries." *American Journal of Sociology*, vol. 108, n. 3, p. 533–79, 2002.

FRANK, Volker. "The Elusive Goal in Democratic Chile: Reforming the Pinochet Labor Legislation." *Latin American Politics & Society*, vol. 44, n. 1, p. 35–68, 2002.

FRIEDEN, Jeffry. A. *Debt, Development, and Democracy: Modern Political Economy and Latin America, 1965-1985*. Princeton (NJ), Princeton University Press, 1991.

FUENTES, Claudio. *El Pacto. Poder, constitución y prácticas políticas en Chile (1990-2010)*. Santiago de Chile, Ediciones UDP, 2012.

GARRETÓN, Manuel Antonio. "Chile's Elections: Change and Continuity." *Journal of Democracy*, vol. 11, n. 2, pp. 78–84, 2000.

GERSCHEWSKI, Johannes. "The three pillars of stability: legitimation, repression, and co-optation in autocratic regimes." *Democratization*, vol. 20, n. 1, p. 13–38, 2013.

GIRALDO, Jenny K. "Development and Democracy in Chile: Finance Minister Alejandro Foxley and the Concertación's Project for the 1990s." En: Jorge I. Domínguez (ed.) *Technopols: Freeing Politics and Markets in Latin America in the 1990s*. University Park (PA), The Pennsylvania State University Press, 1996.

GRAMSCI, Antonio. "On hegemony." En: Craig Calhoun, Gerteis Joseph, Moody James, Pfaff Steven, Virk Iindermohan (eds.) *Contemporary Sociological Theory*. 3 edition. Chichester, West Sussex ; Malden, M: Wiley-Blackwell, 2012, p. 237–50.

HALL, Peter A. The Role of Interests, Institutions, and Ideas in the Comparative Political Economy of Industrialized Nations. In: Luchbach M, Zuckerman A, editors. *Comp. Polit. Ration. Cult. Struct.* Cambridge: Cambridge University Press; 1997. p. 174–207.

HARVEY, David. *A Brief History of Neoliberalism*. New York, Oxford University Press, 2007.

HOJMAN, David E. "Chile after Pinochet: Aylwin's Christian Democrat Economic Policies for the 1990s." *Bulletin of Latin American Research*, vol 9. n. 1 p. 25–47, 1990.

JACOBS, Alan M. "Process tracing the effects of ideas." En: Andrew Bennett y Jeffrey T. Checkel (eds.) *Process Tracing: From Metaphor to Analytical Tool*. Cambridge; New York, Cambridge University Press, 2014. p. 41–72.

JOIGNANT, Alfredo. "Tecnócratas, technopols y dirigentes de partido. Tipos de agentes y especies de capital en las élites gubernamentales de la Concertación (1990-2010)." En: Alfredo Joignant y Pedro Güell (eds.) *Notables Tecnócratas Mandarines Elementos de Sociología de Las Elites En Chile 1990-2010*. Santiago de Chile, Ediciones UDP, 2011, p. 49–76.

HAGGARD, Stephan, y KAUFMAN, Robert R. (eds.) *The Politics of Economic Adjustment*. Princeton (NJ), Princeton University Press, 1992.

KAISER, Axel. "Is This The End Of The Chilean Economic Miracle?" *Forbes*. 28 Oct 2013 [visto 21 Feb 2019]. Disponible en: <http://www.forbes.com/sites/realspin/2013/10/28/is-this-the-end-of-the-chilean-economic-miracle/>

KAPLAN, Stephen B. *Globalization and Austerity Politics in Latin America*. Nueva York, Cambridge University Press, 2013.

KILBORN, Peter T. "‘Fresh Water’ Economists Gain." *The New York Times*, 23 Jul 1988. [visto 21 Feb 2019]. Disponible en: <https://www.nytimes.com/1988/07/23/business/fresh-water-economists-gain.html>

KINGSTONE, Peter R. "Why Free Trade 'Losers' Support Free Trade Industrialists and the Surprising Politics of Trade Reform in Brazil." *Comparative Political Studies* vol. 34, n. 9, p. 986–1010, 2001.

LEFORT, Fernando. "Business groups in Chile". En: Colpan, Asli M., Hikino, Takashi y Lincoln, James R. (eds.) *Oxford Handbook of Business Groups*. New York, Oxford University Press, 2010, p. 387–422.

LEVITSKY, Steven, and ROBERTS, Kenneth M. (eds.) *The Resurgence of the Latin American Left*. Baltimore (MD), The Johns Hopkins University Press, 2011.

LINZ, Juan J. y STEPAN, Alfred. *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*. Baltimore (MD), The Johns Hopkins University Press, 1996.

LONDREGAN, John B. *Legislative Institutions and Ideology in Chile*. Cambridge, Cambridge University Press, 2000.

MACDONALD, Laura, y RÜCKERT, Arne. *Post-Neoliberalism in the Americas*. Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2009.

MACLEAN, Nancy. *Democracy in Chains: The Deep History of the Radical Right's Stealth Plan for America*. New York, Penguin, 2017.

MADARIAGA, Aldo. "Mechanisms of neoliberal resilience: comparing exchange rates and industrial policy in Chile and Estonia". *Socio-Economic Review*, vol. 15, n. 3, p. 637–60, 2017.

———. "The Politics of Neoliberalism (in Europe's Periphery)." *Comparative European Politics*. Advanced online access. 2018

MAYOL, Alberto. *El derrumbe del modelo. La crisis de la economía de mercado en el Chile contemporáneo*. Santiago, Lom Ediciones, 2012.

MELLER, Patricio y BRAVO, Claudio. "Análisis historiográfico de la literatura económica chilena". *Serie estudios* n. 4, Santiago, CIEPLAN, 2000.

MIROWSKI, Phillip. *Never Let a Serious Crisis Go to Waste: How Neoliberalism Survived the Financial Meltdown*. London ; New York, Verso, 2013.

MONCKEBERG, María O. *La privatización de las universidades : una historia de dinero, poder e influencias*. Santiago de Chile, Copa Rota, 2005.

MONTECINOS, Verónica. "Economists in Party Politics: Chilean Democracy in the Era of Markets". En: Miguel A. Centeno M. y Patricio Silva (eds.). *The Politics of Expertise in Latin America*. New York, Palgrave Macmillan, 1997, p. 126–40.

———. "Economic Policy Making and Parliamentary Accountability in Chile". *Democracy, Governance and Human Rights Programme Paper N. 11*, Geneva, United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD), 2003.

MONTERO, Cecilia. "Los empresarios en el desarrollo chileno". *Ensaio FEE Porto Alegre* vol. 17, n. 2, p. 152–81, 1996.

MURILLO, María Victoria. *Labor Unions, Partisan Coalitions, and Market Reforms in Latin America*. Nueva York, Cambridge University Press, 2001.

———. *Political Competition, Partisanship, and Policy Making in Latin American Public Utilities*. Nueva York, Cambridge University Press, 2009.

O'GRADY, Mary Anastasia. "Assault on the Chilean Miracle." *The Wall Street Journal*, 4 May 2014 [visto 21 Feb 2019]. Disponible en: <https://www.wsj.com/articles/mary-anastasia-ogrady-assault-on-the-chilean-miracle-1399243044>

PASTOR, Daniel. "Origins of the Chilean Binominal Election System." *Revista de Ciencia Política*, vol. 24, n. 1, p. 38–57, 2004.

PEDROSO NETO, Antonio Jose y UNDURRAGA, Tomás. "The Elective Affinity Between Elite Journalists and Mainstream Economists in Brazil." *Journalism Studies*, vol. 19, n. 15, p. 2243–2263, 2018.

PHELAN, Stephen. *Neoliberalism, Media and the Political*. Basinstoke, Palgrave Macmillan, 2014.

PIERSON, Paul. "Increasing Returns, Path Dependence, and the Study of Politics." *American Political Science Review*, vol. 94, n. 2, p. 251–67, 2000.

———. *Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis*. Princeton (NJ), Princeton University Press, 2004.

POLGA-HECIMOVICH, John, y SIAVELIS, Peter M. "Here's the bias! A (Re-)Reassessment of the Chilean electoral system." *Electoral Studies*, vol. 40, p. 268–79, 2015.

QUEZADA, Juan Andrés. "Enrique Correa: 'Creer Que La Sociedad Chilena Giró Hacia La Izquierda Puede Ser Un Error Fatal'." *Qué Pasa*. 27 Nov 2014 [visto 21 Feb 2019]. Disponible en: <http://www.quepasa.cl/articulo/politica/2014/11/19-15739-9-enrique-correa-creer-que-la-sociedad-chilena-giro-hacia-la-izquierda-puede-ser.shtml/>

ROBERTS, Kenneth M. "The Mobilization of Opposition to Economic Liberalization." *Annual Review of Political Science*, vol. 11, n. 1, p. 327–349, 2008.

———. "Chile: The Left after Neoliberalism." En: Steven Levitsky y Kenneth M. Roberts (eds.) *The Resurgence of the Latin American Left*. Baltimore (MD), The Johns Hopkins University Press, 2011, p. 326–247.

ROVIRA, Cristóbal. "Toward Post-Neoliberalism in Latin America?" *Latin American Research Review*, vol. 46, n. 2, p. 225–34, 2011.

SCHAMIS, Héctor E. *Re-forming the state: the politics of privatization in Latin America and Europe*. Ann Arbor (MI), University of Michigan Press, 2002.

SCHMIDT, Vivien A. "Discursive Institutionalism: The Explanatory Power of Ideas and Discourse." *Annual Review of Political Science*, vol. 11, n. 1, p. 303–26, 2008.

SCHMIDT, Vivien A. y THATCHER, Mark (eds.) *Resilient Liberalism in Europe's Political Economy*. New York, Cambridge University Press, 2013.

SCHNEIDER, Ben R. "Organizing Interests and Coalitions in the Politics of Market Reform in Latin America." *World Politics*, vol. 56, n. 3, p. 456–79, 2004.

SHAFFER, David M. *Winners and Losers: How Sectors Shape the Developmental Prospects of States*. Ithaca (NY), Cornell University Press, 1994.

SIABELIS, Peter M. *President and Congress in Postauthoritarian Chile: Institutional Constraints to Democratic Consolidation*. University Park (PA), The Pennsylvania State University Press, 2010.

SILVA, Eduardo. *The State and Capital in Chile: Business Elites, Technocrats, and Market Economics*. Boulder (CO), Westview Press, 1996.

———. "Capital and the Lagos Presidency: Business as Usual?" *Bulletin of Latin American Research*, vol. 21, n. 3, p. 339–57, 2002.

SILVA, Patricio. "Technocrats and Politics in Chile: From the Chicago Boys to the CIEPLAN Monks." *Journal of Latin American Studies*, vol. 23, n. 2, p. 385–410, 1991.

———. "La elite tecnocrática en la era de la Concertación". En: Alfredo Joignant y Pedro Güell (eds.) *Notables Tecnócratas Mandarines Elementos de Sociología de Las Elites En Chile 1990-2010*. Santiago de Chile, Ediciones UDP, 2011, p. 241–69.

SMITH, William C., ACUÑA, Carlos H. y GAMARRA, Eduardo A. *Latin American Political Economy in the Age of Neoliberal Reform: Theoretical and Comparative Perspectives for the 1990s*. Boulder (CO), Lynne Rienner, 1994.

SOLIMANO, Andrés. *Chile and the Neoliberal Trap: The Post-Pinochet Era*. Nueva York: Cambridge University Press, 2012.

SPILLER, Pablo, STEIN, Ernesto, TOMMASI, Mariano, SCARTASCINI, Carlos (eds.) *Policymaking in Latin America: How Politics Shapes Policies*, Inter-American Development Bank, Washington DC, 2008

TANNENWALD, Nina. "The Nuclear Taboo: The United States and the Normative Basis of Nuclear Non-Use". *International Organization*, vol. 53, n. 3, p. 433–68, 1999.

TAYLOR, Marcus. *From Pinochet to the "Third Way": Neoliberalism and Social Transformation in Chile*. Londres, Pluto Press, 2006.

THRIFT, Nigel. *Knowing Capitalism*. Londres, SAGE, 2005

TSEBELIS, George. "Decision Making in Political Systems: Veto Players in Presidentialism, Parliamentarism, Multicameralism and Multipartyism." *British Journal of Political Science*, vol. 25, n. 3, p. 289–325, 1995.

UNDURRAGA, Tomás. *Divergencias. Trayectorias del neoliberalismo en Argentina y Chile*. Santiago de Chile, Ed. Universidad Diego Portales, 2014.

VALDÉS, Juan G. *Pinochet's Economists. The Chicago School in Chile*. Cambridge, Cambridge University Press, 2003.

WEYLAND, Kurt. "Economic Policy in Chile's New Democracy." *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol. 41, n. 3, p. 67–96, 1999.

La continuidad del neoliberalismo en Chile: ideas, instituciones e intereses

Resumen: Desde la aplicación de la terapia de shock dirigida por Augusto Pinochet y sus Chicago Boys, Chile se transformó en un caso ejemplar para el estudio del neoliberalismo. A pesar de las correcciones introducidas a partir del regreso a la democracia, y contrario a una retórica que enfatiza el carácter reformista de los gobiernos democráticos de centroizquierda, Chile ha mantenido en lo fundamental su modelo económico basado en la herencia neoliberal de la dictadura militar. En este artículo, reviso los factores político-económicos que ayudan a explicar la experiencia de continuidad neoliberal en Chile desde los gobiernos de la Concertación, y poniendo particular énfasis en los gobiernos del "giro a la izquierda" de Ricardo Lagos y Michelle Bachelet. Para analizar la experiencia chilena, en este artículo construyo una explicación holística basada en los tres factores típicos que se utilizan en la economía comparada, ideas, instituciones e intereses, como los tres pilares de una explicación del neoliberalismo y su continuidad, y ofrezco una propuesta teórico-metodológica para observar empíricamente la operación de cada pilar.

Palabras clave: Neoliberalismo, Continuidad, Chile, Economía política

A continuidade do neoliberalismo no Chile: ideias, instituições e interesses

Resumo: Desde a aplicação da terapia de choque liderada por Augusto Pinochet e seus Chicago Boys, o Chile tornou-se um caso exemplar para o estudo do neoliberalismo. A pesar das correções efetuadas após do retorno à democracia, e contrário a uma retórica que enfatiza os governos democráticos de centro-esquerda com reformistas, o Chile permaneceu fundamentalmente seu modelo econômico baseado no legado neoliberal da ditadura militar. Neste artigo, faço uma revisão dos fatores políticos e econômicos que ajudam a explicar a experiência de continuidade neoliberal no Chile desde os governos da Concertación, e com particular ênfase para os governos do "viragem à esquerda" de Ricardo Lagos e Michelle Bachelet. Para analisar a experiência chilena, neste artigo eu construo uma explicação holística baseada em três fatores típicos utilizados na economia política comparativa, ideias, instituições e interesses, como os três pilares de uma explicação do neoliberalismo e sua continuidade, e ofereço uma proposta teórico-metodológica para observar empiricamente o funcionamento de cada pilar.

Palavras chave: Neoliberalismo, Continuidade, Chile, Economia política

The continuity of neoliberalism in Chile: ideas, institutions and interests

Abstract: Since the shock therapy directed by Augusto Pinochet and his Chicago Boys, Chile became an exemplary case for the study of neoliberalism. In spite of the corrections introduced since the return to democracy, and contrary to a rhetoric highlighting the reformist character of the center-left governments that followed democratization, Chile has maintained its basic economic and policy model inherited from the dictatorship. In this article, I analyze the

political factors that help explain the experience of neoliberal continuity in Chile since the governments of the Concertación, putting a special emphasis in the "left turn" governments of Ricardo Lagos and Michelle Bachelet. To analyze the Chilean experience, in this article I offer a holistic explanation based on the three typical factores used in comparative political economy, ideas, institutions and interests, as the three pillars of neoliberalism and its continuity, and make a theoretical-methodological proposal for observing the operation of these pillars empirically.

Keywords: Neoliberalism, Continuity, Chile, Political Economy

Agenda de Inovação no Brasil: tendências e impasses recentes

Recebido: 15-02-2019

Aprovado: 08-04-2019

Sandro Ruduit Garcia¹

Introdução

O tema central deste artigo concerne aos recentes desdobramentos de uma agenda de inovação, no contexto produtivo-econômico e político-institucional do Brasil. Os países de industrialização avançada atuais conseguiram alcançar certa concertação entre forças produtivas e governos sobre a importância de uma agenda de inovação, autorizando-os a demarcar novas fronteiras tecnológicas – como, a Indústria 4.0 - em meio às graves consequências da crise internacional (Arbix et al., 2010; Donatiello e Ramella, 2017). A centralidade atual dessa agenda nas estratégias de desenvolvimento dos países decorre das possibilidades que a inovação tem criado ao longo das últimas décadas não somente em termos de disputas científico-tecnológicas que se movem por ambições geopolíticas, mas também dos resultados que se podem atingir nas soluções de problemas diversos, na elevação da renda e da qualidade de trabalho e de vida, e na melhoria da produtividade e competitividade das empresas (Fagerberg, Mowery e Nelson, 2004).

As capacidades internas de inovação são cruciais para a integração favorável dos países aos novos circuitos e fluxos de trocas internacionais. O crescimento de longo prazo e o *upgrading* do processo econômico dos países – ciclos de produção, distribuição e consumo (Swedberg, 2009) - sustentam-se, hoje, pela diversidade das economias que se tornam capazes de competir internacionalmente com base no acréscimo de conhecimento e informação na sua base produtiva, especialmente na indústria (Bahar, Hausmann e Hidalgo, 2014; Arbix, 2017). Trata-se de superar a simples extração de valor local com base em baixos custos de produção e trabalho, mediante a concertação de estratégias que levem a uma integração internacional baseada na criação de valor com enraizamento territorial do investimento (Ramella, 2017).

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Associado no Departamento de Sociologia e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nacionalidade Brasileira. Autor do livro *Global e Local: o novo polo automobilístico de Gravataí*. São Paulo, Annablume, 2009. E-mail: sandro.ruduit@ufrgs.br.

Isso difere tanto do antigo modelo de industrialização por substituição de importações que levariam a *spillovers* de tecnologias e conhecimentos ao sistema produtivo, quanto da tese em voga de que “boas instituições” seriam suficientes para que o país sustente processos de crescimento e de elevação da riqueza econômica.

O Brasil depara-se, desse prisma, na presente década, com a degradação do seu processo econômico, após um período de relativos avanços. Nas duas últimas décadas, retraiu-se a participação das economias industrializadas na indústria de transformação mundial, enquanto cresceu insistentemente a contribuição relativa das economias em desenvolvimento, inclusive com elevação das exportações de produtos de alta e média intensidade tecnológica que foram puxadas pela China. No caso do Brasil, as exportações de *commodities* primárias – minerais e agrícolas – tiveram, recentemente, elevação de sua participação no comércio mundial, enquanto se reduziu a contribuição em produtos de alta e média tecnologia no comércio mundial (Conceição, 2015). Estudiosos (Arbix, 2016 e 2017) têm alertado sobre as dificuldades enfrentadas pelo país em melhorar sua produtividade industrial, com vistas a aproveitar a oportunidade de uma inserção internacional em novos patamares. A América do Sul, inclusive o Brasil, teria ingressado numa rota “neoextrativista” (Gudynas, 2012; Milanez e Santos, 2013; Ottone, 2013). O problema reclama o prosseguimento da investigação.

A proposta do artigo é, pois, analisar as respostas das políticas de inovação aos contornos do processo econômico no país, no período recente. O estudo orienta-se, em resumo, pela conjectura de que a consecução de uma agenda de políticas combinadas de indução, regulação e competição econômica condicionaria, favoravelmente, o avanço de capacidades, interações e complementaridades dos atores produtivos, na direção da formação de sistemas de inovação. Isso requereria, entre outros fatores, novas concertações entre forças do setor público e do setor privado, pois atores produtivos tradicionais tenderiam a resistir ao processo, deixando de se envolver com a agenda, acionando recursos de poder para pressionar atores estatais a apoiar e legitimar a reprodução de seu escopo de atuação, e obliterando os desdobramentos do processo.

Os dados foram obtidos em fontes secundárias, notadamente relatórios, regulamentos e bases estatísticas oficiais disponíveis nos sites do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), do Ministério da Indústria e Comércio Exterior (MICE), e do

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Para caracterizar o desempenho econômico recente do país, os indicadores empregados foram: os empregos nos diferentes setores econômicos, as exportações e importações de produtos, a atração de investimento direto estrangeiro (IDE), as empresas envolvidas em atividades de inovação, os pesquisadores ativos, as patentes solicitadas. Os indicadores das respostas das políticas de inovação foram: os gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), os gastos com pós-graduação, comparações internacionais desses gastos, principais atributos de planos e programas estruturantes das políticas industrial, comercial e de ciência e tecnologia no país. Privilegiou-se o período entre os anos de 2003 e 2016, com vistas a captar os contornos de um ciclo, com diferentes fases, de esforço de construção de políticas ativas de inovação.

Considerações teóricas sobre o tema

Parte-se do princípio, caro aos *innovation studies*² (Fagerberg, Mowery e Nelson, 2004; Ramella, 2013; Oliveira, 2008), de que a inovação seria um processo socioeconômico relacional cuja consecução depende, sempre, de uma complexa rede de atores e de difíceis mudanças nas normas que orientam um curso de ação econômica e social³. Nesse sentido, o processo de inovação – geração, desenvolvimento e difusão – seria inscrito tanto em dimensões micro quanto macroscópicas da realidade socioeconômica. O processo ocorreria em forma de espiral ou de turbilhão: na fase de criação, a empresa localiza um problema,

² Os *Innovation Studies* (IS) constituem um campo emergente que ganha cada vez mais espaço no debate internacional e que tende a cruzar as fronteiras das disciplinas acadêmicas tradicionais. Este é um campo de pesquisa que: a) é definido por um foco cognitivo compartilhado, centrado no tema da inovação econômica; b) possui referências intelectuais compartilhadas, bem como centros de pesquisa e locais de encontro específicos; c) hospeda uma grande comunidade de pesquisadores de uma diversidade de países e setores científicos (Ramella, 2013).

³ Cabe referir que inovação econômica envolve a transação ou aplicação mercantil de produto, processo ou sistema, distinguindo-se da invenção, que se refere a uma ideia/esboço/ modelo de um novo ou melhorado artefato (Schumpeter, 1997 [1911]). Quanto ao grau, a inovação é considerada radical quando reconfigura o estado de conhecimento e das competências específicas empregadas em um setor, criando um novo mercado; a inovação incremental expressa a modificação ou o aperfeiçoamento no processo de produção ou em um produto – bem/ serviço (Ramella, 2013). A imitação ou cópia de produtos, processos e sistemas tem sido considerada inovação, em menor grau, na medida em que contribui para a difusão de inovação, completando o processo inovativo e incrementando a produtividade (Kim, 2005). Quanto às formas, a inovação econômica pode ser distinguida em tecnológica de produto e processo, e em organizacional e *marketing* (modelo de negócios). A inovação de produto é traduzida por bens ou serviços inteiramente novos ou modificados em relação aos seus precedentes. A inovação de processo é delimitada pela mudança no modo de produzir bens e serviços. Inovação organizacional e em *marketing* refere-se a novos métodos de gestão da atividade empresarial, incluindo a promoção, determinação de preços e venda de bens e serviços no mercado (Ramella, 2013). Há, ainda, a inovação arquitetural que expressa a constituição de um novo setor econômico e sua institucionalidade, dela tende a seguir-se um amplo conjunto de inovações em diferentes formas e graus no processo de desenvolvimento setorial (Schumpeter, 1997 [1911]; Ramella, 2013).

reunindo conhecimentos tácitos e codificados, bem como recursos humanos e financeiros para sua solução; o desenvolvimento deve dar forma e conteúdo ao produto ou processo que se ajustem às exigências do usuário; a difusão envolve a aceitação, comercialização e mudanças de práticas ligadas às consequências da inovação. No seu conjunto, isso significaria uma adaptação recíproca e permanente entre oferta e uso de produtos e processos inovadores, diferindo de uma lógica sequencial de etapas ordenadas e nitidamente distintas. Cada fase produz *feedbacks* que se transformam em *inputs* e nova pesquisa e/ou aprendizado para ajustes, com impactos variáveis sobre o conteúdo e eventualmente a natureza do produto ou processo inovador.

O processo de inovação seria afirmado, em sua inscrição microssocial, como uma dinâmica de natureza coletiva que se enraíza em pessoas, organizações e instituições (Gaglio, 2011; Oliveira, 2008). A inovação apoia-se em um conjunto de conhecimentos socialmente acumulados, bem como envolve o engajamento de diversos atores, mais ou menos relevantes. Como lembra Oliveira (2008), o processo requereria compromisso dos envolvidos, traduzindo-se numa disposição constante de negociar normas com vistas a superar conflitos de interesses. Isso implicaria novas práticas sociais, mudanças de crenças e reconfiguração de identidades, podendo haver lutas e resistências sociais em torno de interesses, valores e percepções. Nestes termos, a firma acionaria diferentes estratégias para acessar recursos relevantes e traduzir a pluralidade de interesses dos atores (Freeman e Soete, 2008; Oliveira, 2008).

Em âmbito mais abrangente, o processo de inovação seria afirmado pela passagem de espaços de inovação para sistemas de inovação, requerendo estratégias e políticas em diferentes esferas institucionais – em especial, empresariais, acadêmico-universitárias, governamentais. Sem entrar em detalhes, pode-se referir que os sistemas de inovação – nacionais, setoriais, regionais – expressariam uma rede de atores públicos e privados (empresas, associações, organizações não-governamentais, universidades, centros de pesquisa, agências de fomento e financiamento, entre outros) cujo grau de interação promove sinergias que favorecem a troca de conhecimentos e o aprendizado para a geração, desenvolvimento e difusão de inovações. Os agentes, organizações e instituições se tornariam capazes de sustentar uma trama de relações orientadas para a inovação (Freeman e Soete, 2008; Ramella, 2013). Porém, diferentes analistas alertam que, em países de desenvolvimento intermediário, o grau de diversidade e complementaridade entre instituições, organizações e

agentes não alcança aquele observado em países de industrialização avançada (Casadela e Benlahcen-Tlemcani, 2006; Oliveira, 2008). Oliveira (2008) sugere que a formulação sobre espaços de inovação guardaria maior aderência à realidade de países de desenvolvimento intermediário. Tais espaços seriam regiões de intersecção entre conhecimentos e criatividade dos agentes, indústrias e mercados, instâncias de Estado, com geometria variável e institucionalidade em construção. Haveria relativa contingência nas complementaridades e relações entre atores com vistas ao aprendizado e à inovação.

Estudiosos (Amsden, 2009; Block, 2008; Chang, 2004; Kim, 2005; Mazzucato, 2014; Stiglitz, 2007) têm apontado para a combinação variável de instrumentos e mecanismos de políticas industriais, comerciais e tecnológicas no esforço dos países em construir seus sistemas de inovação, envolvendo medidas conjugadas de indução de capacidades, de regulação de atividades e de competição entre empresas para o *catching up*. Segundo Stiglitz (2007), os governos deveriam ter papel ativo na promoção do desenvolvimento, posto que os mercado não levam, por si só, à eficiência quando a tarefa de um país é superar o atraso em conhecimento e tecnologias. Seriam cruciais os investimentos governamentais em educação e tecnologia na promoção do *catching up*. Afirmar Stiglitz (2007, p.98):

Dizia-se então que países como a Coreia deveriam se limitar ao que sabiam fazer melhor: plantar arroz. O milagre do Leste Asiático mostra que o desenvolvimento rápido – e o crescimento com equidade, em que pobres e ricos são beneficiados – é possível, ainda que não existam certas condições. Os fracassos em outros lugares mostram que o desenvolvimento não é inevitável.

Como sublinha Chang (2004), os países de industrialização avançada teriam recorrido a diferentes tipos e combinações de mecanismos na promoção de suas indústrias nascentes e setores de alta tecnologia e valor agregado, deixando de se limitar às proteções tarifárias⁴. Esse seria um padrão histórico presente em processos de desenvolvimento, desde a Grã-Bretanha ao final do século XIX até a Coreia do Sul, ao final do século XX. Chang (2004, p.26) sentencia:

O fomento à indústria nascente (mas, convém ressaltar, não exclusivamente via proteção tarifária) foi a chave do desenvolvimento da maioria das nações. (...) Impedir que as nações em

⁴ Tais países acionariam diferentes recursos, como, cita o autor, subsídios às exportações, redução de tarifas para insumos, direitos de monopólio, acordos para cartelização, créditos diretos, planejamento de investimentos, planejamento de recursos humanos, apoio a P&D, parcerias público-privado, financiamento para aquisição de tecnologias estrangeiras, financiamento para estudo e treinamento no exterior, espionagem industrial e imitação de maquinário, não reconhecimento de patente estrangeiras, criação de fábricas-modelo, organização de exposições, imposições para abertura de mercados em outros países, entre outros (Chang, 2004).

desenvolvimento adotem essas políticas constitui uma grave limitação à sua capacidade de gerar desenvolvimento econômico.

Conforme Mazzucato (2014), nos Estados Unidos, por exemplo, diferentes instrumentos de financiamento, de regulação e de estruturação de novos mercados seriam acionados com foco na sustentação de sistemas de inovação, pois “na inovação, o Estado não apenas reúne (...) os investimentos do empresariado, como também o dinamiza – criando a visão, a missão, o plano” (Mazzucato, 2014, p.33). O setor público teria assumido a liderança não apenas no ecossistema de inovação em tecnologias limpas - como energia solar e eólica -, mas também nas tecnologias que permitiram o desenvolvimento do iPod, iPhone e iPad. O papel do Estado na mudança tecnológica se expressaria no apoio à criação de conhecimentos em universidades e laboratórios nacionais, na mobilização de recursos mediante a reunião de redes de inovação, e na criação de estratégias para o avanço de áreas prioritárias.

Os países emergentes teriam uma trajetória de ascensão igualmente associada a políticas industriais, comerciais e tecnológicas ativas, ainda que varie a combinação de mecanismos e instrumentos em face de seus quadros institucionais e recursos prévios. Na abrangente análise de Amsden (2009), a criação do que a autora denominou de “mecanismos de controle recíproco”⁵ favoreceu o monitoramento e a transferência de conhecimentos e tecnologias estrangeiras ao sistema produtivo nacional, contribuindo para o desempenho diferente entre países em desenvolvimento. Essa institucionalidade regulatória conferiria atenção para a dificuldade que se acha nos processos de circulação do conhecimento. Um conjunto de países, como Brasil, México e Turquia, optou pela industrialização com base na atração de investimento externo e na aquisição de tecnologias, para alcançar transbordamentos ao tecido produtivo. Outro conjunto de países, como China, Coreia do Sul e Taiwan, investiu na produção autóctone de tecnologia, apostando em mecanismos de reciprocidade nas relações público-privado. Kim (2005) registra, no caso da Coreia do Sul, a complementaridade das políticas governamentais na promoção de aptidões tecnológicas e da rápida industrialização daquele país. Uma política industrial e comercial tratou de criar demanda tecnológica, mediante compras governamentais, subsídios a grandes empresas e promoção de exportações. As metas de exportações e as exigências de internacionalização

⁵ Trata-se da instituição de regras legais e da formação de quadros burocráticos qualificados (formação superior e seleção por mérito) para aplicação das mesmas, que se orientam para a definição e avaliação da eficiência tecnológica das empresas nacionais e das transferências de conhecimentos pelas empresas estrangeiras, em retribuição ao suporte público (Amsden, 2009).

seriam cruciais para a competitividade das empresas coreanas. A política tecnológica gerou conhecimento e oferta tecnológica em áreas escolhidas, como química, eletrônicos, automobilística e naval. Políticas de administração da relação entre oferta e demanda tecnológica avançaram nos vínculos do sistema de pesquisa e desenvolvimento e no fluxo de tecnologia, mediante atenção à transferência de tecnologias estrangeiras, à difusão das tecnologias importadas e o cuidado com a geração de tecnologias nacionais.

No que tange às recentes tendências de uma agenda de inovação, estudos têm apontado (Block, 2008; Block e Keller, 2011; Keller, Block e Negroita, 2017) que países situados na fronteira tecnológica e do conhecimento, como Estados Unidos, tenderiam a assumir políticas ativas de inovação em redes diversificadas e descentralizadas, valendo-se de um conjunto de instrumentos públicos de financiamento, de criação de vínculos, de abertura de oportunidades e de facilitação de negócios em áreas consideradas portadoras de futura. Tais políticas confeririam maior atenção à transição entre a fase de invenção e a de comercialização do produto, muitas vezes, negligenciada em políticas convencionais de inovação. Essa literatura refere uma atitude “desenvolvimentista” nesses países, mas de tipo distinto do Estado burocrático desenvolvimentista do passado que apostava na seleção de “campeões nacionais” e nos subsídios fiscais. As políticas agressivas dos governos desses países – laboratórios, suporte para pesquisa, proteção propriedade intelectual - seriam, porém, obscurecidas pelo discurso de “fundamentalismo de mercado”, retirando essa viva agenda de inovação do debate público e deixando de reconhecer os diversos atores implicados no processo. Isso repercute não apenas nos instrumentos e justificativas para a redistribuição dos ganhos, mas também sobre o próprio escopo de problemas e artefatos de uma agenda de inovação.

Ademais, Donatiello e Ramella (2017) debruçaram-se sobre as recentes respostas defensivas das políticas de inovação à crise internacional em países com frágeis sistemas de inovação, no Sul da Europa – Itália, Espanha e Portugal. Em reação diferente dos países que estabeleceram a nova fronteira tecnológica, isto é, a chamada Indústria 4.0 - como, Estados Unidos, Alemanha e China, a resposta defensiva seria expressa pela contração nos investimentos em P&D em meio à austeridade fiscal. Os sistemas de inovação responderiam com o aumento de inovações incrementais em setores de baixa tecnologia, uma vez que as empresas se valeriam de vínculos territoriais e bens coletivos pré-existentes. Haveria uma “destruição criadora” em que se eliminaram empresas menos competitivas e as

“sobreviventes” contribuíram para melhorar a produtividade da economia. O risco, segundo os autores, seria que, no longo prazo, aumente a distância desses países em relação à fronteira tecnológica. Isso tende a agravar a dependência tecnológica e suas consequências econômicas e sociais.

Vale mencionar, ainda, argumentos de interesse para melhor captar as relações de cooperação e conflito que se acham nessa variedade de mecanismos registrados na construção sociopolítica da inovação. Fligstein e McAdam (2012) chamam a atenção de que a constituição de uma nova arena de ação econômica – como na passagem dos espaços aos sistemas de inovação – relaciona-se não apenas com macroprocessos de racionalização e diferenciação de esferas sociais com legalidade própria, mas também com respostas estratégicas dos agentes na amarração de interesses e na reconstrução de significados que permitem, em certas condições, a instituição de regras e a recombinação de recursos. Nessas situações, agentes incumbentes e desafiantes atuam, segundo o que percebem como seus interesses, na produção de novas regras do jogo ou na reprodução das existentes, orientando-se tanto por seus quadros identitários quanto pelos recursos distribuídos pelas regras vigentes. Tal formulação permite explorar não somente as formas de interdependência entre as diferentes esferas institucionais (notadamente, empresariais, governamentais, universitárias) no ajuste das fronteiras do espaço de inovação, mas também as lutas entre os agentes com projetos de poder distintos, exercendo pressões sobre o Estado para a legitimação das condições e regras institucionais do espaço (Fligstein e McAdam, 2012).

Cabe, pois, passar ao exame dos dados sobre a recente experiência do país, enfocando, primeiro, os contornos recentes do seu processo econômico, marcados pela desindustrialização, e em seguida as reações das políticas de inovação em face dessa realidade.

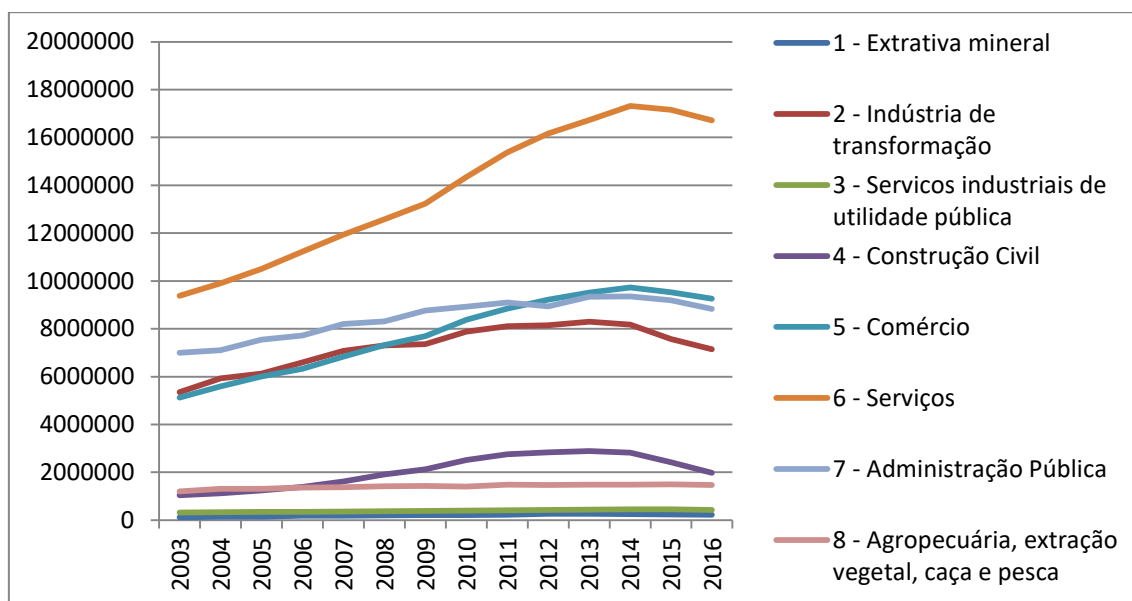
Contornos recentes do processo econômico

No Brasil, o processo econômico recente tem sido marcado pela redução da importância do setor industrial em relação aos setores de agropecuária, de extração mineral e de serviços, o que muitos têm chamado de “desindustrialização”. Tal percurso envolve uma crescente importância das exportações de *commodities* que dá o tom na balança comercial brasileira, em atenção à demanda internacional por produtos agrícolas e minerais. Esse

ingresso de recursos econômico-financeiros anima as possibilidades de gastos governamentais, mas pouco contribui para a orientação das capacidades empresariais no sentido da geração de inovações na indústria de transformação que, na presente década, experimenta, internacionalmente, a revolução da chamada manufatura avançada baseada em inteligência artificial.

De fato, a evolução dos vínculos formais de emprego no período de 2003 a 2016 mostra que o país experimentou expansão de 56% no emprego, passando de cerca de 29 milhões de postos formais em 2003 para cerca de 46 milhões, em 2016. Em termos de volume, a principal contribuição para esse resultado foi do setor de serviços que gerou mais de 7 milhões de postos contra menos de 2 milhões da indústria de transformação. Quanto à velocidade de expansão, destacam-se os setores de construção civil (89%), de comércio (81%), de extração mineral (81%) e serviços (78%); com menor velocidade, cresceram os vínculos nos setores de serviços industriais (34%), indústria de transformação (33%), administração pública (22%) e agropecuária (21%). O *Gráfico 1* expressa tais informações, revelando-se, ainda, a retração do emprego nos anos de 2015 e 2016. Cumpre sublinhar a baixa capacidade da agropecuária em termos de geração de empregos no período, contrastando com sua expansão expressiva na pauta de exportações do país. Note-se ainda a inexpressiva contribuição do setor de extração mineral para o volume total de emprego formal no país.

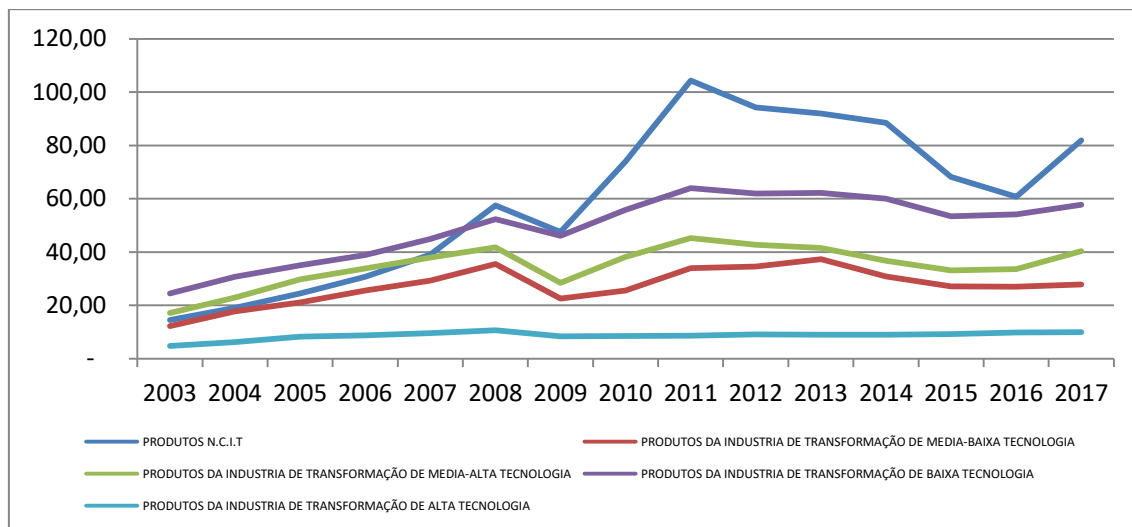
Gráfico 1 – Evolução do número de vínculos formais por setores de atividade econômica no Brasil – 2003 a 2016



Fonte: Composição a partir da base de dados de Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS-MTE (Brasil, 2018c).

Ao se observar dados de comércio exterior do país, constata-se que a sua pauta de exportações e de importações experimenta, também, mudanças, considerando o período entre os anos de 2003 e de 2017. O Brasil teve não apenas incremento das trocas comerciais no período, mas também manutenção de saldo positivo (alcançou 67 bilhões de US\$, em 2017, contra 25 bilhões, em 2003), ainda que as importações tenham crescido mais rapidamente (212%) do que as exportações (197%). Todavia, a pauta brasileira de exportações caracteriza-se pelo predomínio de produtos de baixa intensidade tecnológica, sendo tal dinâmica agravada a partir do ano de 2008 quando os valores das *commodities* primárias (agrícolas e minerais) ultrapassam os valores dos produtos da indústria de transformação com baixa intensidade tecnológica que lideravam a pauta, até então. As exportações de produtos industriais com alta tecnologia mantiveram-se relativamente pouco significativas em relação ao total (*Gráfico 2*). Quanto às importações, os maiores volumes acham-se entre os produtos da indústria de transformação de média-alta tecnologia durante todo o período, havendo também participação expressiva e crescente dos produtos da indústria de transformação de alta tecnologia (Brasil, 2018b).

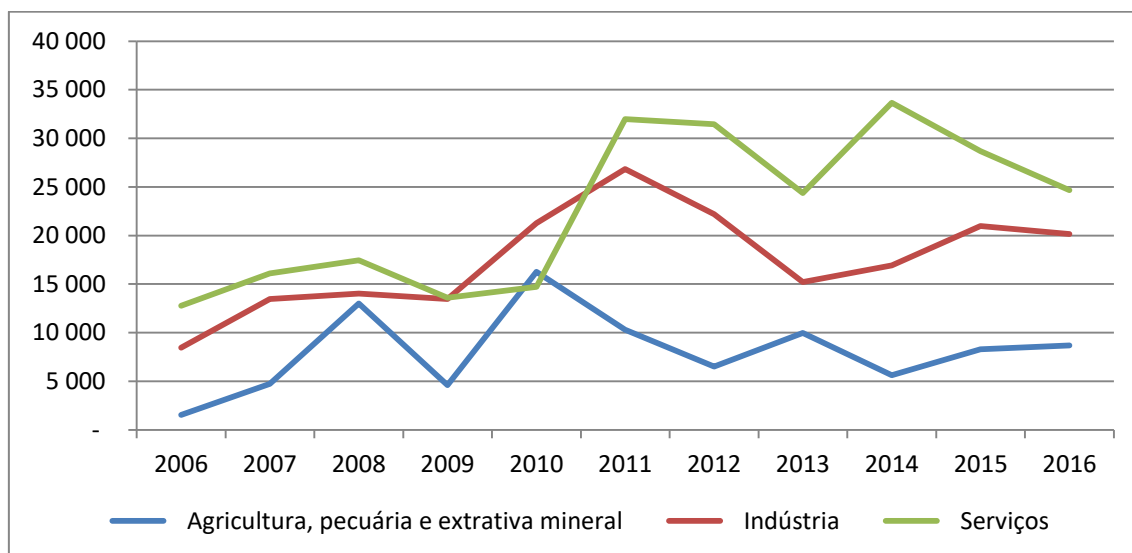
Gráfico 2 – Evolução das exportações segundo intensidade tecnológica dos produtos no Brasil – 2003 a 2017 (em Bilhões de US\$)



Fonte: Composição a partir da base de dados do Ministério da Indústria e Comércio Exterior – MICE (Brasil, 2018b). Obs.: Produtos NCTI envolvem agricultura e pecuária, extração de minerais, extração de petróleo, produção florestal, entre outros.

A atração de investimentos diretos estrangeiros (IDE) teve evolução positiva nos diferentes setores da atividade econômica, considerando o período entre 2006 e 2016 (*Gráfico 3*). Cumpre sublinhar a maior expansão das inversões no setor de serviços comparativamente aos setores da indústria e de agropecuária e extrativo mineral, notadamente a partir do ano de 2011. Isso revela não somente a força dos dispêndios públicos – desonerações e renúncia fiscal, subsídios e financiamentos, barreiras tarifárias, regulamentos – na sustentação da produção de *commodities* pelo país, mas também as limitações desses setores econômicos em atrair capitais estrangeiros, mesmo quando se tornam centrais nas opções de crescimento. O dado sobre evolução do IDE, da pauta de exportações e da geração de empregos por setor são expressivos sobre as dificuldades da economia do país em avançar seus níveis de complexidade (Bahar, Hausmann e Hidalgo, 2013).

Gráfico 3 – Evolução do Investimento Direto Estrangeiro por setor de atividade econômica no Brasil – 2006 a 2016 (em Milhões de US\$)

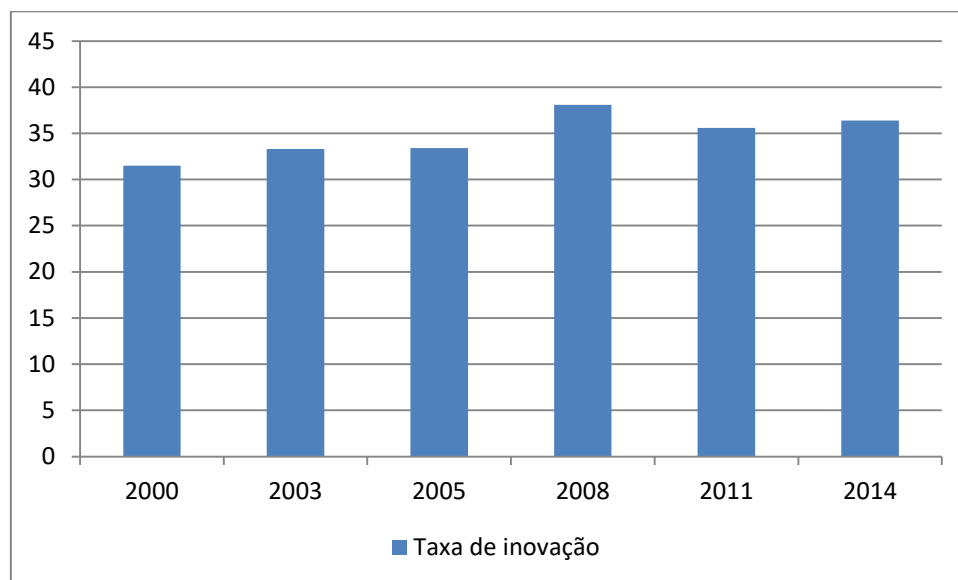


Fonte: Composição a partir da base de dados do Ministério da Indústria e Comércio Exterior – MICE (Brasil, 2018b).

A taxa de inovação das empresas industriais apresenta modesto incremento no período entre os anos de 2000 e 2014 (*Gráfico 4*): em 2000, 31,5% das empresas implementaram inovações de produto e/ou processo; no ano de 2014, foram 36,4% das empresas. Vale notar que a taxa chegou a alcançar 38,1% em 2008, havendo pequena redução em 2011 com estabilização no ano de 2014. Em agravamento a essa situação, pode-se supor que parte significativa dessa taxa algo estável decorra da simples aquisição de tecnologias, em lugar de sua geração, considerando-se que, no período: a) manteve-se baixo e estável o percentual de empresas industriais que fazem P&D contínuo (2,9%, em 2003; 3,6%, em 2014), b) é igualmente baixa a proporção de empresas industriais inovadoras com relações de cooperação com outras organizações (1,25%, em 2003; 5,21%, em 2014), c) elevou-se a proporção de empresas industriais inovadoras com apoio governamental (18,7%, em 2003; 40,4%, em 2014), e d) pouco se incrementaram os pedidos e concessões de patentes – conforme *Gráfico 6* (Brasil, 2018a). Ao considerar a complexidade das interações necessárias para a geração de inovação (Gaglio, 2011; Oliveira, 2008; Ramella, 2013), a literatura tem identificado, nas políticas, a presença de diferentes formas de aproximação entre atores com vistas à difícil construção de relações de cooperação (Block e Keller, 2011; Keller, Block e Negoita, 2017; Negri, 2017).

Outros indicam a relevância do monitoramento de resultados de transferência de conhecimentos e de aprendizado tecnológico em situações de suporte à compra de P&D (Amsden, 2009; Kim, 2005).

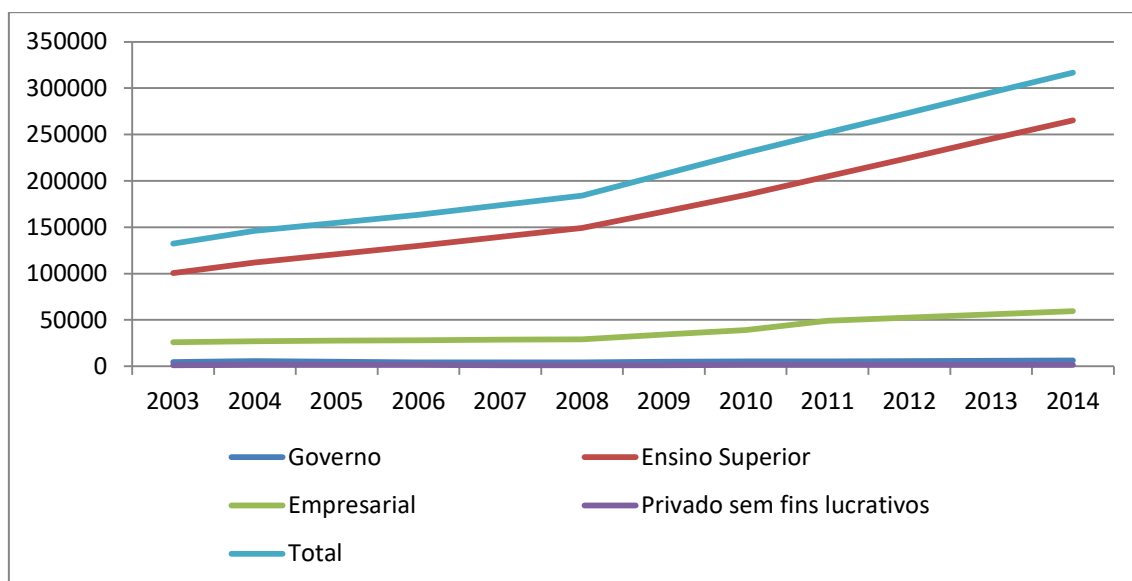
Gráfico 4 – Evolução de empresas em atividades selecionadas da indústria de transformação que implementaram inovações no Brasil – 2000/2014 (em %)



Fonte: Composição a partir de base de dados do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações – MCTI (Brasil, 2018a).

Há recente crescimento no país do contingente de pesquisadores ativos na realização de P&D, considerando o período de 2003 a 2014 (*Gráfico 5*): eram 132 mil pesquisadores envolvidos com P&D no ano de 2003, passando para 316 mil, em 2014 (expansão de 139%). Esse crescimento se acentua a partir do ano de 2008, sendo alavancado pela contribuição do ensino superior no período. O setor empresarial mostra também expansão no contingente de pesquisadores, especialmente a partir de 2009, embora em patamares inferiores ao ensino superior. No Brasil, os pesquisadores em atividade nas empresas representaram 26% do total, em 2014 (os demais estão no ensino superior e no governo), ao passo que, na Alemanha, representaram, 56%, na China, 62%, na Espanha, 36%, e na Itália, 37%, naquele ano (Brasil, 2018a).

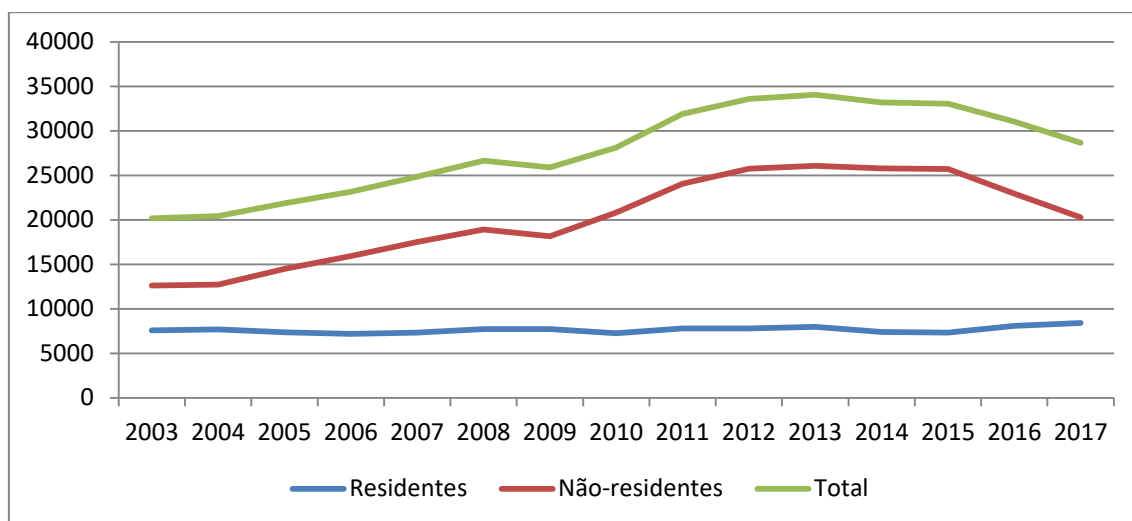
Gráfico 5 – Evolução do número de pesquisadores envolvidos em pesquisa e desenvolvimento por setor institucional no Brasil – 2003 a 2014



Fonte: Composição a partir de base de dados do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações – MCTIC (Brasil, 2018a).

O dado sobre patentes é igualmente expressivo sobre os contornos do processo econômico do país no período. Como mostra o *Gráfico 6*, os pedidos de patentes crescem no país entre os anos de 2003 (foram 20.176 pedidos) e 2013 (foram 34.034 pedidos), declinando nos anos seguintes até 2017 (foram 28.667 pedidos). É digno de nota o fato de que essa movimentação deve-se, em especial, aos pedidos de não-residentes no país. Isso contrasta com os progressos alcançados na capacidade de publicação de artigos: em 2003, foram 19.828 artigos indexados pela Scopus; em 2017, foram 68.741 (expansão de 247% nos artigos, contra 42% nos pedidos de patentes) (Brasil, 2018a). Como testemunham diferentes estudos (Arbix, 2016; Negri, 2017), o setor privado pouco tem absorvido esses conhecimentos, sendo ainda limitadas as suas interações com a academia. Isso parece reflexo, entre outras razões, de certa limitação no monitoramento de resultados e contrapartidas à concessão de subsídios, desonerações, entre outros incentivos.

Gráfico 6 – Evolução do número de pedidos de patentes no Instituto Nacional de Propriedade Industrial por origem do depositante no Brasil – 2003 a 2017



Fonte: Composição a partir de base de dados do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações – MCTI (Brasil, 2018a).

O que se tem no conjunto de indicadores examinados sobre os contornos da recente evolução do processo econômico no país aponta para tímidos avanços no desempenho das capacidades empresariais de inovação (pequena evolução na taxa de inovação, expansão de pesquisadores vinculados ao ensino superior, fraco crescimento em patentes) em meio à maior importância relativa de setores e atividades econômicas de menor conteúdo tecnológico e valor agregado (maior expansão do emprego em serviços, construção civil e extração mineral; maior exportação de *commodities* agrícolas e minerais; maior importação de produtos industriais de média-alta tecnologia; maior atração de IDE em serviços para atender mercado interno). Expressam-se os sintomas de um sistema de inovação incompleto (Casadela e Benlahcen-Tlemcani, 2006; Oliveira, 2008).

Curso das políticas de inovação

As respostas governamentais com foco em inovação aos desdobramentos do processo econômico antes caracterizado modificaram-se, também, no período. No primeiro momento, a reação governamental acha-se em torno de uma política industrial que se orienta para o avanço em novos mercados de produtos industrializados de maior conteúdo tecnológico e valor agregado. Tratou-se de esforço de integração do país às trocas internacionais via

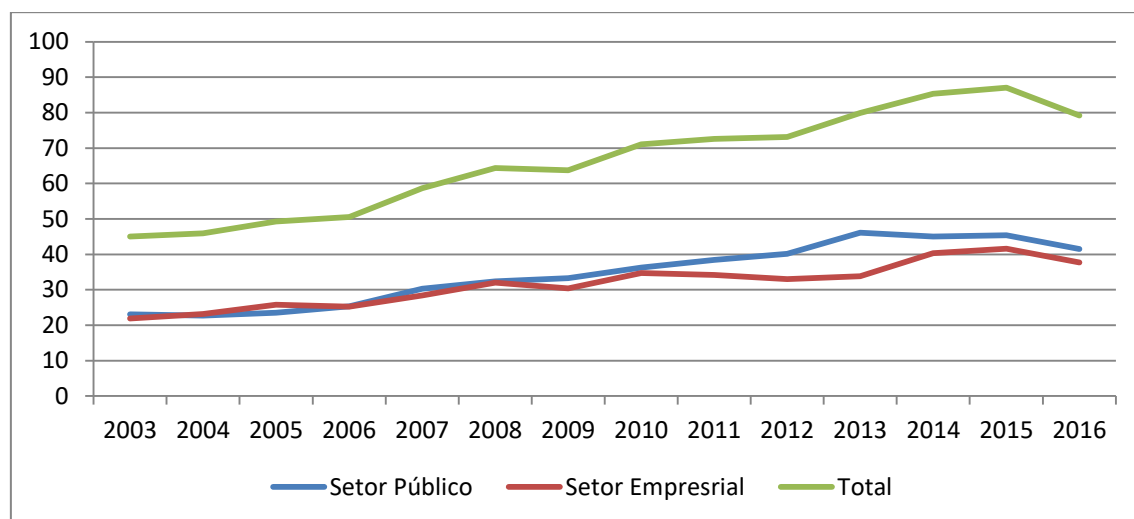
catching up. Esse tipo de resposta orienta-se pela indução via financiamento a setores com maior capacidade de inovação, com empenho no aperfeiçoamento regulatório e sem maior atenção às proteções ao mercado interno. No segundo momento, a demanda internacional por *commodities* e sua consequente elevação de preços se transforma no miolo da estratégia de crescimento, em meio aos desafios da crise internacional e das pressões internas por emprego e por acesso de diversos grupos econômicos aos gastos governamentais. Esse tipo de resposta orienta-se pela combinação entre indução via subsídios públicos e desonerações fiscais, com certa proteção de mercado interno e sem maior atenção aos mecanismos de reciprocidade empresarial. A crise interna do país e a ruptura governamental demarcam, atualmente, outra resposta que se baseia em redução de custos de produção como via para a inserção internacional e o crescimento econômico. Esse tipo de resposta parece orientar-se para a exposição do mercado interno à competição, com mudanças regulatórias para redução de custos de produção e sem maior atenção para a indução das capacidades de inovação. Como sugere a literatura (Amsden, 2009; Arbix et al., 2010; Donatiello e Ramella, 2017; Block e Keller, 2011; Negri, 2017), a concertação alcançada no primeiro momento antes mencionado teria maiores chances de promover avanços na direção de um sistema de inovação.

Os gastos realizados no país em P&D cresceram constantemente entre os anos de 2003 (45 bilhões de R\$) e 2015 (87 bilhões de R\$), havendo retração no ano de 2016 (79 bilhões de R\$). Isso significava 1,00 % do PIB em 2003, avançando para 1,27% no ano de 2016 (com pico de 1,34%, em 2015). Os dispêndios do setor público têm sido em geral maiores do que os dispêndios do setor empresarial no período, excetuando os anos de 2004 a 2006 (*Gráfico 7*). O Governo Federal tem crescimento persistente de dispêndios em C&T (orçamento em P&D e em atividade científicas e técnicas correlatas), especialmente a partir do ano de 2007 (Brasil, 2018a)⁶. Assim, a principal dificuldade para as capacidades de inovação esteve nos dispêndios empresariais que se mostraram tímidos no período: a elevação alcançada apenas acompanhou o aumento de inversões do setor público. Considere-se, ainda, que: a) parte expressiva do dispêndio empresarial em P&D tem sido realizada por empresas públicas, como Petrobrás e Embraer; b) expandem-se os instrumentos convencionais de desoneração fiscal e subsídios a

⁶ Vale observar que, apesar do crescimento do gasto do Governo Federal com P&D, apenas o Plano Safra, que se destina a empresas agrícolas, recebe montante bem mais expressivo de recursos: R\$ 190 bilhões, em 2017; R\$ 194 bilhões, em 2018 (Correio do Povo, 07 de junho de 2018, p.10).

partir de 2008; e c) havia se instituído novas leis de regulação de atividades de inovação desde 2004 (isso se caracteriza adiante no texto).

Gráfico 7 – Evolução dos dispêndios em pesquisa e desenvolvimento no Brasil – 2003 a 2016 (em Bilhões de R\$)

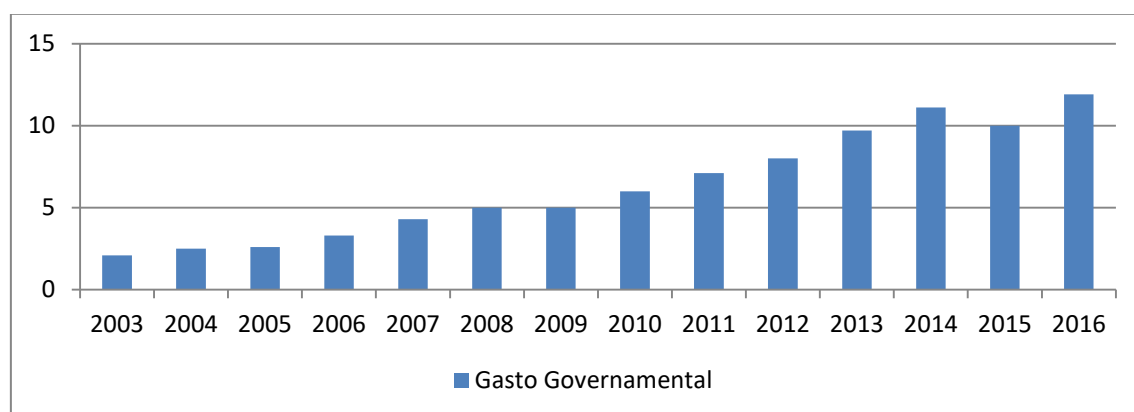


Fonte: Composição a partir de base de dados do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações – MCTI (Brasil, 2018a).

O Governo Federal, em particular, teve elevação persistente dos dispêndios em pós-graduação no período: 2,1 bilhões de R\$ no ano de 2003; 11,9 bilhões de R\$, em 2016 (expansão de 467%). O *Gráfico 8* revela, ainda, que esse crescimento se acelera a partir do ano de 2007, colhendo-se resultados dos avanços regulatórios instituídos com o primeiro tipo de resposta antes indicado e dos ingressos de recursos com exportações alcançados com o segundo tipo de resposta antes esboçado. Ao mesmo tempo, os recursos dispendidos pelo Governo Federal para a agricultura disputam espaço orçamentário com outros setores de maiores, potencial inovativo, valor agregado na pauta comercial, e qualidade do trabalho. Houve gasto governamental em P&D relativamente expressivo aplicado na área de agricultura: para o ano de 2016, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento foi o terceiro em participação no montante de dispêndios do governo federal em ciência e tecnologia (atrás das pastas de educação e de ciência e tecnologia e à frente das pastas de saúde e de desenvolvimento, por exemplo) (Brasil, 2018a). Segundo Negri (2017), o país avançou na constituição de um conjunto de novos laboratórios, em geral, nas universidades.

Entretanto, tal infraestrutura não é ainda capaz de absorver adequadamente as capacidades dos novos doutores.

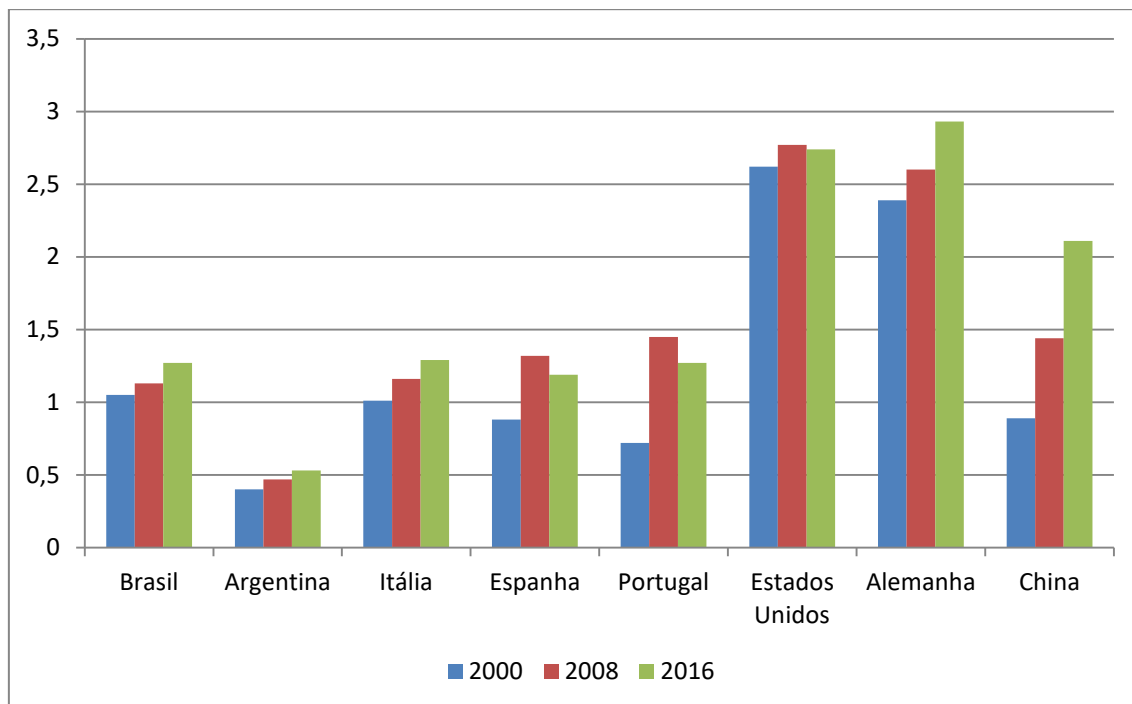
Gráfico 8 – Evolução do dispêndio do governo federal em pós-graduação no Brasil – 2003 a 2016 (em bilhões de R\$)



Fonte: Composição a partir de base de dados do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações – MCTI (Brasil, 2018a).

O Brasil elevou o dispêndio em P&D, deixando-lhe em situação mais favorável em relação a outros países latino-americanos, como a Argentina, aproximando-se da situação de diferentes países do Sul da Europa, como Itália, Espanha e Portugal. Porém, tal elevação mostra-se insuficiente para acompanhar o que se tem feito em um grupo diversificado de países que aspiram à fronteira tecnológica e da inovação, por exemplo, Estados Unidos, Alemanha e China (*Gráfico 9*). Em países que aspiram a fronteira tecnológica, o dispêndio empresarial tem se mostrado maior do que o governamental (como, Alemanha, Estados, Unidos, China, Japão, Coréia, França), ao passo que em países em *catching up*, a distância se reduz, tornando-se equivalentes, como Itália, Espanha e Portugal (Brasil, 2018a). Estudos ressaltam a relativamente baixa contribuição empresarial no país para a realização de P&D (Arbix, 2017).

Gráfico 9 – Dispendios nacionais em P&D em relação ao PIB de países selecionados - 2000/2016 (em %)



Fonte: Composição a partir de base de dados do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações – MCTI (Brasil, 2018a).

Vale notar os atributos mais característicos das políticas estruturantes da estratégia de desenvolvimento no período considerado. Anuncia-se, ao final de 2003, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), demarcando uma nova fase de ações governamentais em relação à promoção da inovação no país. Entre os principais propósitos da Política, estava o foco na capacidade de inovação para incrementar as exportações de produtos de alta tecnologia, a internacionalização de empresas industriais, o investimento privado em P&D e a atração de centros internacionais de P&D. Destinou atenção a setores considerados estratégicos – semicondutores, software, bens de capital e fármacos – e a atividades “portadoras de futuro” – biotecnologia, nanotecnologia, energias renováveis. Essa proposta identificava oportunidades em novo dinamismo de mercados internacionais que demandariam produtos industriais intensivos em tecnologia, indicando: “O desenvolvimento de novos produtos e usos possibilita a disputa e a conquista de novos mercados, acentuando o lugar cada vez mais importante que ocupa a capacitação industrial para inovação” (PITCE, 2003, p.04).

A PITCE resultou na criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e na Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI): o Conselho voltou-se para a coordenação geral da política, mediante a necessidade de integração de ações de diferentes ministérios com setor empresarial; à Agência, coube a articulação executiva da política. A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) tornou-se um dos principais parceiros executivos, permitindo, por exemplo, maior aproximação entre o orçamento destinado e executado com origem no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Outros reflexos foram a Lei de Inovação (Lei 10.973/2004), a “nova” Lei de Informática (Lei 11.077/2004), a Lei da Biossegurança (Lei 11.105/2005) e a Lei do Bem (Lei 11.196/2005), com vistas a avançar o instrumental regulatório para a governança de atividades e capacidades de inovação entre agentes produtivos, universitários e governamentais.

A conjugação entre crise internacional, mudanças internas ao governo e críticas à seletividade setorial da PITCE leva a alterações na concepção de política industrial. Em 2008, institui-se a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) que visava centralmente a elevar a capacidade de investimento na economia brasileira para sustentar o seu crescimento, mediante a ampliação do acesso da população a serviços básicos, o fortalecimento de marcas brasileiras e a maior participação em mercados do Continente Africano e do Mercosul. As ações voltaram-se para 24 setores de atividade econômica, atendendo às críticas de trabalhadores e empresários de que a PITCE seria excessivamente restritiva (DIEESE, 2008). Essas alterações se aprofundam no Plano Brasil Maior (PBM), que foi lançado em 2011, visando à expansão dos efeitos considerados distributivos entre diferentes setores empresariais, à ampliação das exportações, e à geração e manutenção de empregos. Analistas (Arbix, 2017) referem a importância do PBM para enfrentar os efeitos da crise internacional sobre a indústria do país, mas observam o aprofundamento de práticas tradicionais de fomento, com certa superficialidade no tratamento da inovação.

As mudanças na política industrial refletiram-se na elevação no desembolso de recursos, em especial via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI). Tais desembolsos ocorreram por meio não apenas de desonerações fiscais generalizadas ao setor empresarial, mas também de subsídios sem adequado regramento sobre reciprocidade público-privado e monitoramento dos retornos e contrapartidas (Arbix, 2016). Mais recentemente, retomaram-

se, dentro do PBM, certos princípios da política anterior, utilizando-se de pequena parte dos recursos destinados ao PSI (Negri, 2017), com destaque para a criação, em 2013, da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e do Plano Inova Empresa, e das Plataformas de Conhecimento, no ano de 2014.

Com a traumática mudança no Governo Federal em 2016, a política industrial se desestrutura, deslocando-se atenção para a chamada “agenda fiscal”. É quando se aprovam, por exemplo, o Teto de Gastos (Emenda Constitucional 95/2016) e a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), apostando na contenção de dispêndios do setor público e na redução dos custos do trabalho. A resposta governamental torna-se nitidamente contracionista. Uma das expressões sobre a visão do novo governo em política industrial pode se encontrar no Programa Brasil Mais Produtivo (Decreto 9.547/2018). O foco é a elevação da produtividade de pequenas e médias empresas industriais por meio da redução de desperdícios e da eficiência energética que se propõe alcançar por medidas de gestão no chão-de-fábrica e pela difusão de uma cultura de aperfeiçoamento contínuo. Trata-se da aposta nos antigos princípios de “manufatura enxuta”, distanciando-se, portanto, mais uma vez, de uma agenda de inovação. Outro exemplo significativo refere-se ao abandono pelo BNDES da política de subsídios setoriais, mediante a retração dos desembolsos, a elevação de suas taxas de juros e anúncio de maior horizontalidade nos critérios de concessão de empréstimos.

Em resumo, o ciclo analisado contém diferentes fases de uma agenda de inovação no país, em que se mantiveram os gastos governamentais na indução de capacidades científicas e tecnológicas. Todavia, os progressos obtidos na construção de mecanismos de reciprocidade do setor privado e de cooperação entre atores organizacionais revelaram-se, de momento, insuficientes para comprometer os setores empresariais com a agenda.

Considerações Finais

A concertação de uma agenda de inovação entre governos, indústrias e academias está no miolo da resposta dos países que aspiram ao crescimento sustentado, em meio ao rescaldo da crise econômica internacional, às urgências ecológicas e climáticas e às chances e dilemas das revoluções tecnológicas (como, inteligência artificial, bioinformática, *big data*). Ademais, os processos de *catching up* tendem, como registra a literatura, a combinar mecanismos concorrenciais, regras de reciprocidade e aproximação entre setores, e fomento a indústrias

com potencial tecnológico e valor agregado (Arbix et al., 2010; Block e Keller, 2011; Donatiello e Ramella, 2017). Fora disso, a opção tem sido, em geral, a competitividade baseada em baixos custos de produção e trabalho, com consequente agravamento das condições de vida da população e do ambiente (Gudynas, 2012; Ottone, 2013).

No Brasil, o processo econômico tem desdobramentos recentes que fortalecem setores econômicos e empresariais tradicionais, com consequente reprodução de seus agentes e ideias. É sintomática a simplificação da economia, considerando o que ocorre com a pauta de exportações e de importações do país e mesmo com as características de atração de IDE e dos empregos gerados em comércio e serviços (Bahar, Hausmann e Hidalgo, 2013; Conceição, 2015). Isso difere da trajetória de industrialização de algumas economias emergentes (Amsden, 2009; Kim, 2005) e se distancia do paradigma científico e tecnológico que imprime o ritmo da economia internacional (Freeman e Soete, 2008; Donatiello e Ramella, 2017). Ao mesmo tempo, as capacidades de inovação econômica tiveram lentos progressos, sendo mais nítidos os avanços na esfera acadêmica (Arbix, 2017; Negri, 2017). Isso parece contribuir, entre outras razões, para o baixo engajamento do setor produtivo numa agenda de inovação.

O curso da política de inovação aponta para uma resposta em dois tempos. O primeiro momento reúne mecanismos que se aproximam às experiências de sucesso na construção de sistemas de inovação, direcionando-se para a conjugação entre competição-regulação-indução. O segundo momento amplia os instrumentos de indução para inúmeros setores, em geral bastante convencionais (desonerações fiscais, subsídios diretos), deixando de prosseguir nos resguardos institucionais para o monitoramento de desempenho e na tecedura de novos vínculos para aproximação entre atores de diferentes esferas – empresarial, acadêmica, governamental. Há também certo abandono da exposição à concorrência – internacionalização empresas industriais, atração de novos concorrentes, metas exportação (Arbix, 2016 e 2017). No seu conjunto, o ciclo contou com alguma persistência dos gastos governamentais em inovação e com expansão da produção de conhecimento científico, sem maiores correspondências de setores empresariais, na absorção desses recursos.

Há diferentes razões para a mudança na política de inovação, destacando-se os receios diante das graves consequências da crise internacional, as oportunidades de se atender à significativa demanda externa por *commodities* primárias e as resistências de setores produtivos tradicionais. A contrariedade desses setores com a seletividade da política em

relação a áreas consideradas estratégicas, com o esboço de mecanismos de reciprocidade e com o aceno a metas de internacionalização parece ter levado a pressões para a mudança na agenda, aproveitando-se a conjuntura de rearranjo no governo naquele momento. O cenário se aproxima das indicações de certa literatura sobre as resistências e mudanças de práticas implicadas no processo, como antes proposto (Fligstein e McAdam, 2012; Oliveira, 2008).

Se a Coréia se desprende do jugo de ser tão somente um produtor de arroz, então por que o Brasil deveria deter-se à exploração de *commodities* agrícolas e minerais? Os fatores que concorrem para tanto são complexos, situando-se em diferentes dimensões da realidade social. De qualquer forma, a concertação de forças em torno de uma agenda de inovação poderia ser contribuição valiosa para nosso desenvolvimento. A evidência aponta que a simples exposição das empresas à competição internacional é relevante, mas insuficiente para alcançar novo patamar de complexidade do processo econômico, em razão das imbricações sociais e institucionais em que se acham atividades de inovação. O problema reclama investigação sobre a construção da cooperação e reciprocidade entre atores diversos nesse processo.

Referências

ARBIX, G. et al.. *Inovação: Estratégias de sete países*. Brasília: ABDI, 2010.

ARBIX, G.. “2002-2014: Trajetória da inovação no Brasil. Avanços, indefinições e instabilidade nas políticas públicas de fomento à inovação e tecnologia”. *Análise*, n.17, novembro 2016.

ARBIX, G.. “Dilemas da inovação no Brasil”. In: Turchi, L. e Moraes, J. (Orgs.). *Políticas de apoio à inovação tecnológica no Brasil: avanços recentes, limitações e propostas de ação*. Brasília: IPEA, 2017. Pp.47-80.

BAHAR, D.; HAUSMANN, R.; HIDALGO, C.. “Neighbors and the evolution of the comparative advantage of nations: evidence of international knowledge diffusion?”. *Journal of International Economics*, v.92, n.1, pp.111-123, January 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jinteco.2013.11.001>

BLOCK, F. “Swimming against the current: the rise of a Hidden Developmental State in the United States”. *Politics Society*, v.36, n.2, pp.169-206, June 2008.

BLOCK, F. e KELLER, M.. “Where do innovations come from? Transformations in the U.S. Economy, 1970-2006”. *Technology Governance and Economic Dynamics* (Working Paper), n.35, pp.1-31, may 2011.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC). *Indicadores*. Brasília: MCTIC, 2018a. Disponível em: <http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/indicadores_cti.html>. Acesso em: 02 janeiro 2019.

BRASIL. Ministério da Indústria e Comércio Exterior (MICE). *Estatísticas de comércio exterior*. Brasília: MICE, 2018b. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior>>. Acesso em: 18 janeiro 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). *Relação Anual de Informações Sociais*. Brasília: MTE, 2018c. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/>>. Acesso em: 03 de janeiro 2019.

CASADELA, V. e BENLAHCEN-TLEMCANI, M.. “De L’Aplicabilité du système national d’innovation dans les pays moins avancés”. *Innovations, Le Cahiers D’économie de le Innovation*, n.24, pp.59-90, 2006.

CHANG, H.-J.. *Chutando a escada: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

CONCEIÇÃO, C. S.. “Desenvolvimento industrial e mudança estrutural: tendências recentes observadas nas indústrias mundial e brasileira”. *Indicadores Econômicos FEE*, v.43, n.2, pp.43-60, 2015.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. “Política de Desenvolvimento Produtivo: Nova política industrial do governo”. *Nota Técnica*, n.67, pp.1-16, maio 2008.

DONATIELLO, D. e RAMELLA, F.. “The innovation paradox in Southern Europe. Unexpected performance during the economic crisis”. *South European Society and Politics*, v.22, n.2, pp.157-177, May 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13608746.2017.1327339>

FAGERBERG, J.; MOWERY, D.; NELSON, R.. *The Oxford Handbook of Innovation*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2004.

FLIGSTEIN, N. e MCADAM, D.. *A theory of fields*. New York: Oxford University Press, 2012.

FREEMAN, C. e SOETE, L.. *A economia da inovação industrial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

GAGLIO, G.. *Sociologie de L'Innovation*. Paris: PUF, 2011.

GUDYNAS, E.. “O novo extrativismo progressista na América do Sul”. In: Léna, P. & Nascimento, E. P. (Orgs.). *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. pp.303-318.

KELLER, M.; BLOCK, F.; NEGOITA, M.. “Como se dá a inovação dentro do Estado Desenvolvimentista em Rede?”. *Sociologias*, n.46, , p.102-134, set./dez. 2017.

KIM, L.. *Da imitação à inovação: a dinâmica do aprendizado tecnológico da Coréia*. Campinas: Ed. Da Unicamp. 2005.

MAZZUCATO, M.. *O Estado Empreendedor*. São Paulo: Portfólio-Pinguim, 2014.

MILANEZ, B. e SANTOS, R. S. P. dos. “Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração”. *Revista Pós-Ciências Sociais*, v.10, n.19, pp.119-147, jan./jun. 2013.

NEGRI, F.. “Por uma nova geração de políticas de inovação no Brasil”. In: Turchi, L. e Morais, J. (Orgs.). *Políticas de apoio à inovação tecnológica no Brasil: avanços recentes, limitações e propostas de ação*. Brasília: IPEA, 2017. Pp.25-46.

OLIVEIRA, L.. *Sociologia da Inovação*. Lisboa: Celta, 2008.

OTTONE, E.. “Uma crise não global? Desafiar a crise na América Latina”. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G.; CARAÇA, J.. *A crise e seus efeitos*. São Paulo: Paz e Terra, 2013. p.383-411.

RAMELLA, F.. “Empresas, inovação e território na alta tecnologia: o caso da Itália”. *Sociologias*, n.46, pp.166-197, Set./dez. 2017.

RAMELLA, F.. *Sociologia dell'innovazione economica*. Bologna: Ed. Mulino, 2013.

SCHUMPETER, J. A.. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997 [1911].

STIGLITZ, J.. *Globalização: como dar certo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SWEDBERG, R.. A sociologia econômica do capitalismo: uma introdução e agenda de pesquisa. In: MARTES, A. C. B. (Org.). *Redes e sociologia econômica*. São Carlos: EDUFSCar, 2009. Pp.161-205.

Agenda de Inovação no Brasil: tendências e impasses recentes

Resumo

A proposta do artigo é analisar as respostas das políticas de inovação aos contornos do processo econômico no Brasil, no período recente. Os dados foram obtidos em fontes secundárias, notadamente relatórios, regulamentos e bases estatísticas oficiais disponíveis nos sites de Ministérios. Parte-se do princípio, caro aos *Innovation Studies*, de que a inovação seria um processo socioeconômico relacional cuja consecução depende, sempre, de uma complexa rede de atores e de difíceis mudanças nas práticas sociais. O estudo orienta-se pela conjectura de que a consecução de uma agenda de políticas combinadas de indução, regulação e competição econômica condicionaria favoravelmente o avanço de capacidades, interações e complementaridades dos atores produtivos, na direção da formação de sistemas de inovação. Isso requeria, entre outros fatores, novas concertações entre forças do setor público e do setor privado, pois atores produtivos tradicionais tenderiam a resistir ao processo, deixando de se envolver com a agenda, acionando recursos de poder para pressionar atores estatais a apoiar e legitimar a reprodução de seu escopo de atuação, e obliterando os desdobramentos do processo.

Palavras-chave: Inovação; Sistema de Inovação; Sociologia Econômica; Brasil.

Agenda de Innovación en Brasil: tendencias e impasses recientes

Resumen

La propuesta del artículo es analizar las respuestas de las políticas de innovación a los contornos del proceso económico en Brasil, en el período reciente. Los datos fueron obtenidos en fuentes secundarias, notadamente informes, reglamentos y bases estadísticas oficiales disponibles en los sitios de Ministerios. Se parte del principio, caro a los *Innovation Studies*, de que la innovación sería un proceso socioeconómico relacional cuya consecución depende, siempre, de una compleja red de actores y de difíciles cambios en las prácticas sociales. El estudio se orienta por la conjetura de que la consecución de una agenda de políticas combinadas de inducción, regulación y competencia económica condicionaría favorablemente el avance de capacidades, interacciones y complementariedades de los actores productivos, hacia la formación de sistemas de innovación. Esto requería, entre otros factores, nuevas concertaciones entre fuerzas del sector público y del sector privado, pues actores productivos tradicionales tenderían a resistir al proceso, dejando de involucrarse con la agenda, accionando recursos de poder para presionar a actores estatales a apoyar y legitimar la agenda la reproducción de su ámbito de actuación, y obliterando los desdoblamientos del proceso.

Palabras clave: Innovación; Sistema de Innovación; Sociología Económica; Brasil.

Innovation Schedule in Brazil: recent trends and dilemmas

Abstract

The purpose of this article is to analyze the responses of innovation policies to the contours of the economic process in Brazil in the recent period. Data were obtained from secondary sources, notably reports, regulations and official statistical databases available on Ministries websites. It is assumed that innovation is a relational socioeconomic process whose achievement depends always on a complex network of actors and difficult changes in social practices. The study is guided by the conjecture that the achievement of an agenda of combined policies of induction, regulation and economic competition would favorably the advancement of capacities, interactions and complementarities of the productive actors towards the formation of innovation systems. This required, among other factors, new concertations between forces from the public sector and the private sector, since traditional productive actors would tend to resist the process, failing to engage with the agenda, triggering power resources to pressure state actors to support and legitimize reproduction of its scope of action, and obliterating the unfolding of the process.

Keywords: Innovation; Innovation System; Economic Sociology; Brazil.

Considerações acerca do Neoliberalismo e do Progressismo na América Latina

Recebido: 31-03-2019

Aprovado: 21-05-2019

Jales Dantas da Costa¹

Wolney de Carvalho²

Introdução

Os debates sobre o neoliberalismo, o progressismo e a situação latino-americana contemporânea voltam com toda força e validade, especialmente porque na primeira década do século XXI pairava a percepção de que uma guinada à esquerda estava se processando com efetividade em importantes Estados-nacionais, e que a América Latina se via frente à possibilidade de superar o neoliberalismo. Nesse momento histórico, sabe-se que isso não se concretizou, porque o neoliberalismo, longe de ser superado, está enraizado há quase cinco décadas no subcontinente e é uma etapa³ do capitalismo dependente contemporâneo.

Para Perry Anderson (2002), o nascimento do neoliberalismo se deu no pós-guerra na Europa Ocidental e na América do Norte. Suas origens e evolução marcam uma veemente reação teórica e política contra o intervencionismo estatal e o *Welfare State*. A reação teórica veio com a publicação em 1944 do livro “*The Road to Serfdom*” do austriaco Friedrich Hayek. A obra

¹ Jales Dantas da Costa é brasileiro, doutor em Ciências Sociais pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC, UnB). Mestre e Graduado em Economia pelo Departamento de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor adjunto no Departamento de Economia e no Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade de Brasília. Líder do Grupo de Pesquisa Revoluções e Contrarrevoluções (CNPq). Autor da tese “Brasil e Chile: riquezas e pobreza”. Organizador do livro “Capitalismo Histórico e Alternativas”. jalesdc@gmail.com

² Wolney de Carvalho é brasileiro, doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre e Graduado em Economia pelo Departamento de Economia da UFSC. Professor Adjunto no curso de Ciências Econômicas e do Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina (ICAL) na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Autor de “As possibilidades do desenvolvimento econômico num país de capitalismo dependente”. In: CRUZ, Clara Augustina Suárez et al (Org.). América Latina: olhares e perspectivas. Florianópolis: Editora Insular, 2016, 2a Ed, p. 331-347. wolneyc@hotmail.com

³ Duménil e Lévy destacam isso muito bem no texto “Una teoria marxista del neoliberalismo”, mostrando que o neoliberalismo corresponde historicamente à segunda hegemonia da Finança. Ademais, demonstram como se prolifera uma nova organização social da produção, onde os diretores executivos ou altos executivos passam a assumir as funções outrora desempenhadas pelo capitalista ativo.

representa nada menos do que o “estatuto fundador do neoliberalismo” no qual Hayek expôs “um ataque apaixonado contra qualquer limitação do livre funcionamento dos mecanismos do mercado por parte do Estado” (2002, p.17).

O rápido crescimento da economia mundial durante a “era de ouro” do capitalismo deu pouca credibilidade para as advertências dos neoliberais contra os perigos representados pelo “keynesianismo e solidarismo reinantes”. (HOBSBAWM, 2001; ANDERSON, 1995). É a partir de 1974-1975 que as ideias neoliberais ganham força com a grande crise do modelo econômico do pós-guerra, que atinge a totalidade dos países capitalistas desenvolvidos, levando-os a profunda recessão e inaugurando o novo fenômeno da *stagflation* (baixo crescimento com alta inflação).

Depois da experiência dos países da OCDE, o leste europeu foi a segunda região a aplicar o programa neoliberal⁴. Só mais tarde viria atingir a região da América Latina. Para o Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e o Centro Tricontinental (CETRI),

o neoliberalismo implantou-se rapidamente, principalmente sob a influência das organizações financeiras internacionais (FMI, Banco Mundial) que impuseram suas condições de crédito (entre outras os planos de ajuste estrutural), exigindo o rigor das políticas monetárias, a redução das funções do Estado por meio das privatizações e a diminuição de suas despesas, o pagamento regular do serviço da dívida... Tudo isso correspondia à política mundial de restabelecimento da taxa de acumulação do capital. (AMIN & HOUTART, 2003, p.153).

Para realizar o projeto neoliberal seus artífices propuseram um conjunto articulado de cinco reformas estruturais no ordenamento sóciopolítico, com objetivo de instaurar uma sociedade assentada sob uma economia de mercado: a) implantar a retirada do Estado na esfera econômica, diminuindo o gasto público na criação de riqueza social; b) estabelecer a preeminência do capital privado no âmbito produtivo; c) impor a total abertura externa comercial e financeira; d) desenvolver a reforma do mercado de capitais eliminando as barreiras à livre circulação do mesmo; e) estabelecer um mercado de trabalho “livre”, permitindo a contratação flexível do trabalhador. (ROSEMAN, 2006).

⁴ Para François Houtart, “o neoliberalismo nada mais é do que a nova estratégia do capital para recuperar sua capacidade de acumulação, consecutiva à diminuição relativa da produtividade que conduziu ao esgotamento do modelo keynesiano e às novas possibilidades de que ele passa a dispor para recolonizar as economias periféricas” (2001, p.91).

O Chile produziu a primeira experiência neoliberal no mundo, pouco depois do golpe promovido pelo general Augusto Pinochet no Chile em 11 de setembro de 1973. As “reformas” aplicadas na Bolívia (depois de 1985) representam outra “experiência-piloto” do neoliberalismo na região. Mas essas foram experiências isoladas até fins dos anos 1980. Foi somente com a chegada em 1988 de Carlos Salinas de Gortari à Presidência no México⁵ que ocorre a virada para um neoliberalismo latino-americano. Ela se prolonga em 1989 com a vitória de Carlos Menem na Argentina e a reeleição de Carlos Andrés Perez na Venezuela, e em 1990 com a eleição de Alberto Fujimori no Peru. A versão brasileira do neoliberalismo, que deu os primeiros passos no final da década de 1980 ainda no governo de José Sarney, foi particularmente diferente dos outros países da região, isto porque no Brasil o neoliberalismo além de não poder contar com soluções de força, ainda teve de enfrentar uma forte burguesia industrial⁶ protegida pelo Estado e uma forte resistência do movimento social e político de esquerda. No Chile e Argentina, o neoliberalismo conseguiu se impor muito mais cedo, resultando na derrota da esquerda e do movimento popular nestes países. (ANDERSON, 1995; OLIVEIRA, 1995; SADER, 1995).

Note-se que no caso brasileiro, o avanço neoliberal tomou a ofensiva no governo Fernando Collor de Melo, mas não sem resistência da sociedade civil por meio de suas organizações mais potentes. Durante a primeira parte do governo Itamar, “a função pedagógica perversa da hiperinflação foi administrada a conta-gotas (...) precisamente para produzir o terreno fértil no qual se joga a semente neoliberal e ela progride” (OLIVEIRA, 1995, p.26). E progrediu durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e para perplexidade e frustração de muitos (e o alívio de outros poucos) prosseguiu em alguns de seus aspectos essenciais nas políticas econômicas adotadas nos governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), e aprofundando-se desmesuradamente durante o governo

⁵ Cabe registrar que o governo De La Madri (eleito Presidente em 1982) não só abriu o México à economia global ao torná-lo signatário do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) como implacou um programa de austeridade, bem como posteriormente recorreu à venda de empresas públicas e sufocou as batalhas trabalhistas. Não há assim consenso na literatura que aponte a introdução do neoliberalismo no México apenas com o governo Salinas. David Harvey, para citar apenas um estudioso do “mapa dos movimentos da neoliberalização”, argumenta que o “programa de desenvolvimento econômico [De La Madri] foi formulado numa linguagem bem próxima da ortodoxia neoliberal” (2008, p.110).

⁶ Referimo-nos a forte burguesia industrial brasileira quando comparada às demais burguesias industriais na região, já que as burguesias industriais dependentes são relativamente fracas quando comparadas às burguesias centrais.

ilegítimo de Michel Temer após o golpe de 2016, e segue atualmente (maio de 2019) implacando uma agenda ultraneoliberal no governo de Jair Bolsonaro.

O enfraquecimento econômico entre 1980 e 2003 parece ter contribuído para ter tornado ainda mais concentrada a renda e a riqueza no Brasil.⁷ O abandono do projeto de industrialização nacional e o retorno ao modelo primário-exportador de matérias-primas e produtos agropecuários, foi acompanhado do avanço do ciclo da financeirização da riqueza no país. Um dos reflexos desta mudança, conforme destaca Pochmann (2004), foi a queda da participação da renda do trabalho na composição da renda nacional, que caiu quase 12% do final da década de 1970 ao início do século XXI. Nesse mesmo período, as políticas sociais no enfrentamento destes males foram muito tímidas. Para Vieira (2000) elas simplesmente inexisteram nos anos 1990.

Em todos os casos, as reformas neoliberais se destacaram ao longo do tempo na América Latina pela baixo crescimento econômico, desindustrialização das economias, exclusão social, expansão da pobreza, concentração de renda, geração de enormes déficits públicos, redução salarial, precarização das relações de trabalho, aumento do desemprego, deterioração dos serviços públicos, ampliação do setor informal de trabalho, expropriação de direitos fundamentais da maioria da população, redução da cidadania, enfraquecimento dos sindicatos, falência de pequenas empresas, expansão da violência e forte instabilidade política.

⁷ A mediocridade nas taxas de crescimento do período “neoliberal” (de Collor em diante) era evidente diante da constatação de que o padrão de crescimento econômico durante a crise do desenvolvimentismo (fins dos anos 1980) tornara-se o padrão normal dos anos posteriores. Eis alguns dados comparativos reproduzidos por Francisco de Oliveira: “Em média, o crescimento do PIB mal alcançou os 2% ao ano de 1990 a 2005 (taxa média de 2,06%), resultado pior do que o dos três últimos anos do ciclo desenvolvimentista, encerrado com José Sarney em 1989. Naqueles anos, em meio à crise aberta pela *débâcle* do Cruzado e à conturbação da questão inflacionária, o crescimento médio ficou em 2,2%”. (Oliveira, 2006, p.226). Ao passo que os trabalhadores viram minguar a sua participação na renda nacional ao longo dos anos 1980-2000, de 50% e 37%. O índice do poder de compra do salário mínimo despencou no período, ao passo que os mais ricos ficaram ainda mais ricos. A relação da apropriação da renda nacional entre o topo da pirâmide e sua base (10% + ricos/40% + pobres) subiu de 20,3 e para 21,2 no período. (Campos, Pochmann *et al*, 2004, p.38-39). Em *Os ricos no Brasil*, Pochmann e outros apresentaram dados relevantes sobre a riqueza dos “do topo”. A conclusão é surpreendentemente perturbadora quanto à permanência secular de elevadíssimo grau de desigualdade, de apropriação contínua de enorme fatia da renda nacional e detenção de extraordinário patrimônio nas mãos de pouquíssimas famílias quando comparadas ao conjunto das famílias residentes no país. Para fins do período que estamos analisando, destacamos o dado que “entre 1995 e 2004 (...) a renda do trabalho perdeu 9% de seu peso relativo na renda nacional, ao passo que a renda da propriedade cresceu 12,3%” (Pochmann, 2012, p.09).

O neoliberalismo latino-americano e a ratificação do capitalismo dependente

O neoliberalismo na América Latina é concomitante ao quarto⁸ padrão de dominação externa (FERNANDES, 2009). Este novo padrão de dominação é resultado histórico da própria inserção latino-americana na estrutura do sistema capitalista desde 1492, mas nos anos 1970 se expressa como o controle interno das economias dependentes pelos interesses externos. É o que se denomina também como fase de imperialismo total, pois os interesses do capital financeiro internacional operam em todos os níveis a partir de dentro das nações latino-americanas: na esfera produtiva, comercial e na esfera financeira. A partir de então, as principais indústrias em funcionamento nas três esferas acima destacadas, conformam-se como espaços de atuação de grandes sociedades anônimas. Essas unidades de negócios, através dos movimentos de concentração e centralização característicos do capitalismo já destacados por Marx (2008), pouco a pouco transformaram as principais indústrias latino-americanas em espaços de atuação de grandes oligopólios e monopólios, pois:

Uma superpotência capitalista necessita de tipos diferentes de mercados externos, desde as economias capitalistas avançadas até economias dependentes, semicoloniais e coloniais. A preservação de sua posição depende de vigilância e controle contínuos de expansão das grandes empresas corporativas, e da intensificação crescente das relações econômicas com os mercados externos. Assim, uma superpotência capitalista não pode enfrentar e resolver nem os problemas de

⁸ Vale destacar que para Fernandes (2009), Brasil, Uruguai, Argentina, México e Chile passaram por quatro padrões de dominação externa. O primeiro deles esteve a cargo de Portugal e Espanha, o chamado "antigo sistema colonial" que durou aproximadamente três séculos. O segundo padrão de dominação externo surgiu da desintegração do antigo sistema colonial: o neocolonialismo. Teve à sua frente a Inglaterra, a qual controlou posições estratégicas nas esferas comerciais e financeiras entre 1800-1850. O terceiro padrão de dominação externo é aquele em que as influências externas atingiram todas as esferas da economia, sociedade e cultura. A dominação externa torna-se imperialista segundo o autor, pois incorpora de forma direta algumas fases do processo de crescimento e desenvolvimento econômico. Mas esse imperialismo é restrito, pois a dominação se dá em alguns setores e opera acima tudo desde o exterior. Entende-se que o capitalismo dependente tem suas origens exatamente entre o segundo e o terceiro padrão de dominação externa, momento da independência política dos Estados nacionais e do surgimento dos cidadãos latino-americanos. Veja-se que esse período marca primeiramente, o início da implantação sobretudo do liberalismo político latino-americano com o predomínio das oligarquias na condução do processo liberador da região; em segundo, é característico desse tempo histórico uma acumulação originária de capital insuficiente para a futura implantação da reprodução especificamente capitalista na América Latina, a qual se iniciará nas três primeiras décadas do século XXX. era insuficiente, em especial porque as jovens nações apenas a algumas décadas acumulavam capitais enquanto propriedade de capitalistas latino-americanos, sobretudo nos setores voltados à produção de produtos primários demandados pelo mercado nacional e coordenados em geral pela Inglaterra, mas também por França, Alemanha e posteriormente EUA, que controlavam os principais empreendimentos no setor comercial e financeiro. , , onde o o formato da reprodução sistema de trabalho agroexportação não haviam acumulado o qual foi acompanhado

seus parceiros menores, nem muito menos os problemas das economias dependentes, semicoloniais ou coloniais, incorporadas ao seu espaço econômico, sociocultural e político. (FERNANDES, 2009, p.36)

Como se viu anteriormente, o quarto padrão de dominação externa se estabelece juntamente com o neoliberalismo, e ambos ratificam o desenvolvimento do capitalismo dependente e associado na América Latina nos anos 1970. É crescente a concentração e centralização dos capitais nos setores/indústrias mais importantes no subcontinente depois dos anos 1970. Isso ocorreu sob a condução dos grandes oligopólios e monopólios industriais – nacionais e (ou) estrangeiros – associados com os grandes bancos – nacionais e (ou) estrangeiros – dando origem ao que Lênin (1985) denominara de capital financeiro. Assim, se o capitalismo dependente surge no final do século XIX/início do século XX por faltar às burguesias nacionais latino-americanas os capitais necessários ao desenvolvimento de um capitalismo autônomo⁹, nos anos 1970 esse capitalismo dependente se ratifica através da associação do capital financeiro latino-americano ao capital financeiro internacional. Note-se que Lênin demonstrara no início do século XX como o imperialismo é a política do capital financeiro, o que permite identificar como o princípio do neoliberalismo na América Latina é o momento histórico do que Florestan denominou de moderno imperialismo:

⁹ Entende-se por capitalismo autônomo a produção e reprodução do capital posta a cabo predominantemente por capitalistas da região ou Estados-nações em questão, no caso da América Latina. Para que isso se concretizasse, os cidadãos das jovens nações latino-americanas do século XIX deveriam ter efetuado uma acumulação primitiva, a qual os capacitaria a iniciar o empreendimento capitalista nos mais diversos setores econômicos, em especial os mais importantes – e a dominá-los. Mas, diferentemente dos Estados-nações do centro do capitalismo, na América Latina essa acumulação primitiva foi insuficiente, e ademais, os latino-americanos após os processos de independência, se ocuparam em geral da produção de matérias primas, enquanto os capitais forâneos – desde cedo os capitais ingleses e depois os alemães, estadunidenses, franceses... – controlavam o comércio exterior e os serviços financeiros. Essa dependência de capitais externos se aprofunda e se intensifica ainda mais, na medida em que as próprias elites burguesas desses jovens Estados se associam aos capitais estrangeiros para também atuarem em setores econômicos importantes no início do século XX, assim como, quando os Estados nacionais, para fazerem frente à infraestrutura necessária ao desenvolvimento capitalista se financiam através do endividamento público externo. Finalmente, há que se destacar que para implantação de um capitalismo autônomo se faz necessário um Estado liberal/burguês – ente político – forte. Isso por sua vez irá se refletir na estrutura hierárquica do capitalismo mundial, a qual tendo em sua base a divisão internacional do trabalho ratificará o *status* de cada país na mesma. Ora, os Estados nacionais da América Latina não tinham apenas uma estrutura orçamentária limitada, reflexo do próprio grau de desenvolvimento capitalista nesse então, mas a própria revolução burguesa fora um empreendimento apenas das elites crioulas/oligárquicas, pouco contribuindo para a garantia das liberdades, da democracia e dos direitos da maioria da população. Isso também se materializou no surgimento de uma força de trabalho pouco qualificada, e por sua vez inserida num mercado capitalista onde a superexploração já se manifestava como uma das características dos países de capitalismo dependente.

A erupção do moderno imperialismo iniciou-se suavemente, através de empresas corporativas norte-americanas ou europeias, que pareciam corresponder aos padrões ou às aspirações de crescimento nacional autosustentado, conscientemente almejado pelas burguesias latino-americanas e suas elites no poder ou pelos governos. Por isso, elas foram saudadas como uma contribuição efetiva para o "*desarrolismo*" ou o "*desenvolvimentismo*", recebendo apoio econômico e político irracional. (...). As empresas anteriores, moldadas para um mercado competitivo restrito, foram absorvidas ou destruídas, as estruturas econômicas existentes foram adaptadas às dimensões e às funções das empresas corporativas, as bases para o crescimento econômico autônomo e a integração nacional da economia, conquistadas tão arduamente, foram postas a serviço dessas empresas e dos seus poderosos interesses privados.

O processo como um todo não é um fenômeno norte-americano. No entanto, os Estados Unidos desempenharam o papel pioneiro e dominante. Outras nações, especialmente europeias (como a Alemanha, a França, a Inglaterra etc.) e o Japão, tomaram parte nesse processo lucrativo de recolonialismo. (FERNANDES, 2009, p. 31).

Nessa direção, os Estados da região latino-americana foram em graus distintos debilitados no enfrentamento dos monopólios, das transnacionais, e das frações mais concentradas do capital; na dificuldade de introduzir ou sustentar regulamentações nos mercados; na adoção de políticas que garantissem o fornecimento de bens públicos; na impossibilidade de romper com as políticas de “ajuste estrutural” recomendadas por instituições internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e outras agências internacionais) que terminaram na reconcentração de renda, congelamento de salários, na privatização de empresas, serviços públicos e na falência do sistema de seguridade social.

Quase todas as pretensões de políticas ortodoxas neoliberais objetivaram ampliar o grau de abertura da economia a fim de alcançar um maior grau de competitividade de suas atividades produtivas; racionalizar a participação do Estado na economia, isto é, liberalizar os mercados, os preços e as atividades produtivas; e estabilizar o comportamento dos preços e de outras variáveis macroeconômicas em economias que têm estado submetidas a fortes processos inflacionários. Observa-se, no entanto, que diversos casos de retorno à ortodoxia, como os do Chile, México, Argentina e Brasil, apresentaram importantes diferenças ao lado de similitudes. A implantação de elementos de políticas econômicas de caráter ortodoxo se deu por meio de diferentes formas e graus variados de intensidade, e o modo pelo qual a situação e a política sociais foram afetadas por essas medidas, também se diferenciou em cada um dos países estudados. Tal diferenciação ocorreu pela natureza, extensão e intensidade das medidas de ajuste econômico, bem como pelas

características da situação social pré-existente e pela estruturação prévia do setor público, sobretudo do setor social. (SOARES, 2001).

Já nos anos 1980, no lugar do incipiente “Estado de Bem-Estar” existente na região, restou um “Estado de Mal-Estar” segundo Soares (2001). O novo discurso ideológico (logo dominante) passou a ser atacar a ineficiência do Estado. Estabeleceu-se a chamada década perdida: o PIB per capita anual médio entre 1981-1990 (de)cresceu (-0,9%) e entre 1991-1995 o percentual de crescimento foi de 0,8%. A pobreza na região aumentou, passando de 63 milhões de pessoas em 1987 para 78 milhões em 1998. Segundo dados da CEPAL de 2017¹⁰, em 2014 se encontravam em situação de pobreza 28,5% da população latino-americana (168 milhões de pessoas), já em 2015 aumentara para 29,8% (178 milhões de pessoas) e em 2016 o número de pobres atingira a cifra de 30,7% da população da região (186 milhões de pessoas). O número de pessoas na faixa da pobreza absoluta representava 61 milhões de pessoas neste último ano analisado.

Ao longo das últimas décadas do século XX foi adotada na América Latina uma estratégia deliberada de reduzir a importância da atuação estatal em setores econômicos essenciais, reduzindo a presença do setor industrial e das soberanias nacionais. O PIB industrial latino-americano, que representava 12,7% no período 1970-1974, decrescera para 6,4% em 2002/2006. Houve importante alteração na participação econômica das principais 500 empresas latino-americanas: enquanto as empresas estrangeiras ampliaram a sua participação, de 27% para 39% entre os anos de 1991 e 2001, as empresas estatais reduziram sua presença, de 20% para 9% no mesmo período. A economia da região vem sendo reconvertida em prol da agroexportação, da mineração e dos serviços em detrimento do desenvolvimento industrial, aprofundamento nossa dependência. (KATZ, 2016).

Constituíram-se burguesias mais associadas com empresas estrangeiras, consolidando um processo que começou nos anos 1960 no Brasil, continuou nos anos 1980 na Argentina e se consolidou no México nos anos 1990. Este setor deixou para trás seu início na indústria, e se estendeu à agromineração e aos serviços. (KATZ, 2016, p. 29)

¹⁰ Dados disponíveis em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pobreza-aumentou-2016-america-latina-alcancou-307-sua-populacao-porcentagem-que-se>, acesso em 11/07/2018.

Apesar do avanço neoliberal na região nas últimas décadas, o próprio papel do Estado e as políticas de desenvolvimento na América Latina apresentaram distinções. Para Katz (2016), México, Colômbia e Peru estiveram muito alinhados com as opções do desenvolvimento econômico neoliberal estadunidense, objetivando o aprofundamento dos acordos de livre comércio e livre mobilidade dos capitais, o que resultou no aprofundamento da extração mineral, no pequeno desenvolvimento dos parques industriais e na deterioração das condições laborais. Em se tratando de Brasil e Argentina, os governos mais progressistas de Lula e Kirchner após os anos 2003 conseguiram frear parcialmente a escalada neoliberal adotando políticas econômicas heterodoxas e uma maior ação estatal. Isso fortaleceu, segundo o autor, as respectivas economias nacionais, seus mercados internos e a indústria nacional, inclusive observou-se o aprofundamento da integração via Mercosul, sem no entanto, romper definitivamente com o neoliberalismo. Finalmente, Venezuela e Bolívia visaram alternativas antiimperialistas ao propor um desenvolvimento econômico com redistribuição de renda, inclusão social e uma forte atuação estatal nos setores mineral e petrolífero.

O impacto do neoliberalismo e do progressismo sobre a classe trabalhadora na América Latina contemporânea

Como se destacou anteriormente, o neoliberalismo é uma etapa do capitalismo, e se na América Latina ao longo do período dos governos progressistas – iniciado em 1999 com Chávez na Venezuela – esse arrefeceu, após 2013 assiste-se a um recrudescimento do mesmo, com impactos significativos sobre a classe trabalhadora. Em primeiro plano, dado o avanço do capital financeiro nacional e internacional nos principais setores/indústrias, observa-se que a crescente centralização dos capitais se refletiu no crescente aumento da composição orgânica do capital – relação estabelecida entre os dispêndios das unidades capitalistas com a compra dos meios de produção e a força de trabalho – no período do neoliberalismo, e a taxa geral de lucro manifestou com mais força sua queda tendencial. Isso ensejou a *práxis* de movimentos contratendências a esse resultado próprio do desenvolvimento histórico do capitalismo.

Assim, na medida em que cresceu a composição orgânica do capital, foi necessário aumentar o grau de exploração sobre a classe trabalhadora através do aumento da mais-valia

absoluta e relativa para compensar a queda na taxa de lucro. A primeira, permitiu com a própria introdução de máquinas e equipamentos mais elaborados nos processos produtivos, o aumento da intensidade do trabalho, e isso resultou no aumento do trabalho excedente apropriado pelas unidades capitalistas, mesmo mantendo-se a jornada de trabalho constante. Já a segunda, possibilitou através da maior produtividade do trabalho nos setores produtores dos meios de subsistência – que compõem a cesta dos bens consumidos pelos trabalhadores –, a redução do valor pago para parcela da força de trabalho comprada pelas unidades capitalistas, e nesse sentido, verifica-se também um aumento do trabalho excedente apropriado por essas unidades, na medida em que o trabalho necessário à reprodução da força de trabalho diminuiu. Ademais, uma prática muito comum na região latino-americana tem sido o aumento dos lucros através do pagamento de um salário aos trabalhadores abaixo do valor efetivo do custo de reprodução da força de trabalho – o que alguns autores¹¹ chamam de superexploração.

Portanto, observa-se que no neoliberalismo aumentou o grau de exploração dos trabalhadores pelas três vias acima indicadas, e isso, para além de compensar a queda na taxa global de lucros, permitiu e permite também ao capital financeiro nacional e internacional operante na região, qualificar-se na concorrência do mercado mundial, pois parte desse acréscimo de mais-valia acumulado pelas vias acima indicadas, poderá ser utilizado para venderem-se as mercadorias nesse mercado, abaixo dos seus valores, o que em última instância aparece como um aumento da competitividade empresarial latino-americana no comércio internacional.

Outra questão a ser destacada, e que está atrelada ao aumento da composição orgânica do capital, é o aumento do exército industrial de reserva. Marx (2008) permite verificar como o desenvolvimento histórico do capitalismo traz em seu seio o próprio desenvolvimento das forças produtivas – a exemplo da força produtiva do trabalho; o próprio trabalho objetivado que se manifesta nos meios de produção como capital fixo e capital constante; e a própria ciência –, e na medida em que se consolida a subsunção real do trabalho ao capital, uma massa crescente de trabalhadores é tornada obsoleta para as necessidades de reprodução desse capital e engrossa as

¹¹ Marx em “O Capital” coloca que nesse caso a reprodução da força de trabalho se dá de forma atrofiada e que “o trabalho excedente estaria aí prolongado com a violação de seus limites normais, usurpando parte do tempo de trabalho necessário” (MARX, 2008, L. 1 V I, 364, 365). Uma boa contribuição também é a de Marini em seu trabalho sobre a “dialética da dependência”, onde discute a questão da superexploração na América Latina.

fileiras do exército industrial de reserva. Note-se que esses trabalhadores se defrontam com a impossibilidade de venderem a força de trabalho regularmente, e para sobreviverem terão de atuar no mercado informal¹² de trabalho ou em atividades ilícitas. Para se ter uma ideia do cenário latino-americano atual, o Jornal do Brasil/Economia de maio de 2018, baseado nos relatórios da OIT, destaca que a cifra de informalidade na América Latina já atinge a casa dos 53% da População Economicamente Ativa. Destaca ainda que no caso brasileiro – e com base nos estudos do PNAD de março de 2018 - apenas 36,3 % (32 milhões) dos trabalhadores no setor privado tinham carteira de trabalho assinada (a População Economicamente Ativa é de aproximadamente 91 milhões de trabalhadores).

Desse modo e conforme o exposto anteriormente, não surpreende que trabalhadores latino-americanos se defrontem nas últimas cinco décadas – período neoliberal e progressista – com o aumento no grau de exploração enquanto necessidade do reestabelecimento das taxas de lucro do capital financeiro nacional e internacional, operantes na região. Ademais, a crescente subsunção real do trabalho ao capital que se verifica nos principais setores da indústria, comércio e serviços – espaços onde opera esse capital financeiro – transmuta-se em uma crescente informalidade no mercado de trabalho.

Por último, há que se observar ainda duas questões que visam aprofundar ainda mais a exploração da classe trabalhadora. A primeira diz respeito às reformas trabalhistas em curso na *Latinoamérica*. É que historicamente, as Cartas Magnas dos Estados nacionais têm demonstrado suas limitações no que trata às conquistas, garantias e direitos fundamentais dos homens, em especial dos trabalhadores. Isso ocorre porque o desenvolvimento histórico do capitalismo

¹² Sobre essa discussão, Ricardo Antunes (2016) destaca que existem três tipos de modalidade de informalidade: a primeira modalidade diz respeito aos *trabalhadores informais tradicionais*. Nessa modalidade se encontram os “*menos instáveis*”, os quais vivem da sua própria força de trabalho e se utilizam do auxílio do trabalho familiar para desenvolverem suas atividades, em geral voltadas para o setor de prestação de serviços como jardinagem, construção civil, costura, oficinas de reparos, sapataria, etc. Se encontram também nessa modalidade, os “*mais instáveis*” como carroceiros, carregadores, serviços de rua e que podem inclusive ser subempregados pelos “*menos instáveis*” acima. Por último, os trabalhadores “*ocasionais*” ou “*temporários*”, que realizam atividades informais até voltarem a vender a força de trabalho regularmente. Uma segunda modalidade corresponde aos “*trabalhadores informais assalariados sem registro*”, os quais vendem a força de trabalho sem carteira de trabalho assinada, como por exemplo em parte da indústria têxtil, de confecções e calçados. A terceira modalidade destacada pelo autor, são “*os trabalhadores informais por conta própria*”, os quais também contam com auxílio de familiares e subcontratam força de trabalho assalariada. Entende-se que o importante a se verificar, é que todas essas formas de trabalho informal revelam-se frente à impossibilidade crescente da venda da força de trabalho com carteira assinada.

manifesta como uma contradição inerente na atualidade, a impossibilidade de cumprir as conquistas dos trabalhadores em especial no último século. Nesse sentido, é importante perceber que os benefícios/direitos trabalhistas conquistados significaram indiretamente custos maiores da força de trabalho, por isso mesmo, o neoliberalismo traz em seu bojo o anseio pela flexibilização desses custos laborais, o que significa outra forma de redução dos custos da força de trabalho, e por consequência, de reestabelecimento das taxas de lucro.

A segunda questão refere-se à reforma nos regimes previdenciários estatais. Aqui é importante perceber que a manutenção da estrutura previdenciária estatal dos Estados nacionais latino-americanos, via de regra, concorre com outros gastos ou alocações pecuniárias do orçamento estatal, a exemplo: a saúde, educação, saneamento e a dívida pública¹³. Sabe-se também que a maioria dos Estados nacionais passa por um crescente endividamento público¹⁴, o que acaba por se refletir num esforço maior de contenção dos gastos com as rubricas acima, exceto em se tratando dos dispêndios com a dívida. Desse modo, em geral os Estados da América Latina – em se observando o *status* do ente político –, encontram-se sob pressão do capital financeiro¹⁵ que é o grande detentor dos títulos da dívida pública e exige o pagamento regular dos serviços e amortizações dessa dívida, obrigando-os a reduzir os gastos com as demandas sociais,

¹³ Extremamente elucidativo é o trabalho da Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, elaborado no mês de maio de 2018, que avalia o orçamento federal do Brasil executado em 2017. Está muito claro que do total do orçamento federal, 39,7% fora destinado para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, enquanto que o gasto com a previdência social foi de 25,66% desse orçamento. Mas impactante ainda são os outros gastos quando comparados com as despesas com a dívida. Para a saúde pública brasileira o percentual gasto foi de apenas 4,14%. No caso da educação o percentual destinado foi de 4,10% do orçamento, e o gasto com saneamento fora de míseros 0,03%. Verifica-se assim facilmente, a discrepância na alocação dos recursos do Governo Federal e as prioridades do ente político. Disponível em <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Carta-Aberta-a-Populacao-versao-final.pdf>

¹⁴ Aqui é importante perceber que historicamente o endividamento público tem suas origens nas despesas extraordinárias do Estado, e grande parte dessas despesas foram e continuam estando relacionadas às demandas necessária para a própria reprodução capitalista, como por exemplo a criação de uma malha rodoviária e ferroviária, a abertura de canais e construção de grandes usinas, construção e modernização de portos e aeroportos. Raros são os casos na história do capitalismo em que a dívida pública fora efetuada para o atendimento das necessidades sociais da classe trabalhadora, como saúde e educação.

¹⁵ Segundo o G1/Economia de 21/01/2018, a dívida pública interna do Estado brasileiro em 2017 era de 3,43 trilhões de R\$, e a dívida pública externa era de módicos 123,78 bilhões de reais. A propriedade dos títulos da dívida pública se concentrava da seguinte forma: 1) fundos de previdência com 874 bilhões de reais ou 25,4% do total; 2) já os fundos de investimento detinham 864,9 bi de reais ou 25,18% do total; 3) as instituições financeiras por sua vez, com 766 bilhões de reais ou 22,3% do total; 4) finalmente, investidores internacionais com 416 bilhões de reais ou 12,12% do total. Constata-se assim como a dívida pública está concentrada acima de tudo nas mãos do grande capital financeiro nacional. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/divida-publica-sobe-143-em-2017-para-r-355-trilhoes-e-bate-recorde.ghtml>

a exemplo o pagamento das aposentadorias.

Mas note-se que o crescente gasto público decorrente das altas taxas de juros pagas aos detentores da dívida pública poderia ser compensado pelo estabelecimento de uma carga tributária progressiva. Só que isso implicaria numa transferência maior de parte dos lucros das unidades capitalistas e das próprias fortunas pessoais ao Estado, com reflexos negativos em especial sobre as taxas de lucro. Por outro lado, esse crescente endividamento estatal ancorado em taxas de juros extorsivas, poderia passar por uma auditoria da dívida pública de forma a auditar os excessos tanto no montante dessa dívida como com relação aos juros pagos mensal ou anualmente. No entanto, isso teria reflexos negativos sobre a propriedade dos títulos públicos em poder do capital financeiro nacional e internacional, bem como resultaria numa redução dos juros auferidos por esse capital.

Por isso, longe de discutir uma reforma tributária progressiva e(ou) uma auditoria da dívida pública, os entes políticos *latinoamericanos* em geral, têm optado pelo aumento na idade para o direito à aposentadoria, associado à redução dos benefícios previdenciários dos futuros aposentados. Dessa maneira, o que se percebe é que na atualidade, para além da intensificação da exploração dos trabalhadores – característica do funcionamento do capitalismo em sua etapa neoliberal –, tem sido imputado à classe trabalhadora os sucessivos déficits estatais, supostamente originados por um regime de previdência demasiado paternalista, quando na realidade, busca-se a manutenção dos superprivilégios dos detentores do capital.

A esquerda latino-americana frente ao avanço neoliberal: um precedente rico em lições para o século XXI

As ditaduras militares e a implantação dos modelos neoliberais produziram uma mudança nas correlações de força entre as classes sociais, e a consolidação do capitalismo dependente na América Latina. Nenhum setor da esquerda deixou de ser afetado pela retomada da dominação dos Estados Unidos, bem como do esgotamento do ensaio para erigir um “Estado de bem-estar” a moda latino-americana e o retorno da hegemonia neoliberal, dentro e fora da região. Sader (2007) aponta que praticamente todos os movimentos armados tinham sido derrotados de forma repressiva por governos ditatoriais, e na década de 1990 muitos dos partidos de esquerda

sofreram os impactos da desagregação da antiga URSS e da proposta do "socialismo real", adotando com isso uma reciclagem neoliberal:

O regime sandinista se havia esgotado e havia sido derrotado nas urnas em 1990. Os partidos comunistas – inclusive aqueles que haviam sido tradicionalmente os mais fortes, afora o cubano, os PCs do Chile e do Uruguai – foram reduzidos à impotência, enfraquecendo-se igualmente as centrais sindicais dirigidas ou hegemônicas por eles. Alguns chegaram à mudança do nome e à sua descaracterização, como o caso do PC brasileiro. Tudo acontecendo de forma bastante paralela ao ocorrido com os PCs da Europa ocidental, demonstrando como o fim da União Soviética havia sido um fator decisivo nesse declínio. As organizações sindicais como um todo se debilitaram sob o impacto das políticas recessivas de ajuste fiscal, assim como as de “flexibilização laboral”, que no seu conjunto promoveram a precariedade das relações de trabalho para a maioria dos trabalhadores do continente. Os partidos socialistas, socialdemocratas e os movimentos e partidos conhecidos como “populistas” e nacionalistas se reciclaram, de forma igualmente paralela ao fenômeno europeu, para políticas neoliberais. O peronismo, o PRI mexicano, o Partido Socialista Chileno, o PSDB no Brasil, a Ação Democrática na Venezuela, o MIR da Bolívia – são exemplos claros desse processo. Com isso, abandonaram suas tradicionais políticas de regulação estatal de distribuição de renda e tornaram-se responsáveis pela extensão do neoliberalismo ao conjunto do continente, abandonando o já debilitado campo da esquerda. (SADER, 2007, p.117-118)

A desagregação da URSS e do campo socialista e a consequente perda da referência histórica e ideológica foi um duro golpe para esquerda, sobretudo para os partidos comunistas, os quais deixaram de ser uma corrente com influência política no continente. À adesão progressiva de forças socialdemocratas e nacionalistas ao modelo neoliberal reforçou ainda mais este isolamento. Para o referido autor, a viabilidade do socialismo foi em muito questionada no seio da esquerda, e a ideologia neoliberal¹⁶ passou progressivamente a seduzir corações e mentes dos mais variados espectros ideológicos.

A extrema vulnerabilidade financeira das economias latino-americanas, fundamentalmente pelo peso de suas dívidas externas nos anos 1980, fez com que a hegemonia ideológica neoliberal assentasse definitivamente suas raízes no continente. Para Ha-Joon Chang (2004), a tese do “Estado mínimo”, da adoção de “boas políticas” e “boas instituições” foram levados muito a sério na América Latina. As recomendações do Consenso de Washington foram

¹⁶ A citação que se segue, bem detalha o que veio a ser a ideologia neoliberal ainda dominante: “A derrota do campo socialista em escala mundial foi seguida de um projeto ideológico que substituiu o Estado pela empresa e pelo mercado, o cidadão pelo consumo, a regulação econômica pelo livre-comércio, os espaços públicos pelos *shopping centers*, o trabalhador pelo indivíduo, a ideologia pelo marketing, a palavra pela imagem, a escrita pela mídia visual e o livro pelo vídeo, as concentrações de rua pelas campanhas televisivas, os direitos pela competição, a novela escrita pela telenovela, os jornais pelo noticiário de televisão”. (Sader, 2009, p.52)

aplicadas servilmente pelos governos desta região, mesmo por aqueles eleitos com o discurso de buscar alternativas de política econômica.

O mal-estar social provocado pelas reformas neoliberalizantes foi concomitante ao crescimento da agitação da resistência mundial contra os seus efeitos deletérios, sobretudo na América Latina, região que se tornou símbolo das convergências dos movimentos sociais. Organizações camponesas, indígenas, movimentos de mulheres, coletivos militantes, organizações não governamentais (ONGs), organizações sociais e juvenis chegaram a formar uma verdadeira “aliança global”. Do I Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, em Chiapas no México (1996), passando por Seattle (1999) ao diversos Fórum Social Mundial, um heterogêneo e amplo movimento que se organizou na forma de um “movimento antimundialização neoliberal”, na denominação de Seoane e Taddei (2001).

E não por acaso a esquerda passou a definir o seu campo na luta antineoliberal. Como resultado das profundas e regressivas consequências dessa “transição conservadora”, em que cada vez mais grupos sociais eram afetados pelas políticas neoliberais, “novos movimentos sociais”, tanto de base rural como urbana, emergiram no continente latino-americano como os principais núcleos de resistência e de enfrentamento às políticas neoliberais. (CLACSO & CETRI, 2003; TADDEI, 2006; SADER, 2006)

Para Immanuel Wallerstein (2004), o aparecimento destes novos movimentos – ecológicos, de mulheres, minorias étnicas, por direitos humanos, povos indígenas e outros – assim como o fortalecimento de um novo ciclo de protesto social na região, é fruto não só das profundas e regressivas consequências das políticas neoliberais adotadas, em diferentes graus, na grande maioria dos países do continente, mas também da desilusão para com o desempenho dos “movimentos anti-sistêmicos clássicos” no poder e com a impossibilidade de cumprimento da promessa de um *New Deal* Global por parte da nação hegemônica.

Para Taddei & Seoane (2001) é importante observar a distinta configuração dos movimentos sociais na América Latina e Caribe nos anos noventa em relação às décadas anteriores. Até fins da década de 1980, o conflito assalariado, em particular o industrial, constituía um dos eixos destacados do confronto social na região. Mas o modelo de organização sindical que marcou a atuação da maioria dos movimentos sociais urbanos e rurais, e que cumpria

um papel importante na articulação político-social das demandas particulares dos sujeitos coletivos, entrou em crise com as transformações estruturais que o neoliberalismo impôs, sobretudo na economia e no mercado de trabalho.

Enquanto as lutas de classe passavam para um segundo plano e os sindicatos recuavam para posições defensivas e reivindicações imediatas, novas demandas surgiam ligadas à idéia dos direitos universais, direitos à educação, saúde, previdência social, habitação, alimentação, identidade cultural... O fim dos anos noventa na América Latina parece ter revertido a “menor conflitividade” registrada no começo desta década. Os sujeitos sociais assumiam nova reconfiguração ao mesmo tempo em que as lutas e resistências multiplicavam e ampliavam-se pelo continente: movimentos dos povos indígenas¹⁷ e de camponeses¹⁸ assumiam uma posição de destaque; movimentos de trabalhadores desempregados, sobretudo no Cone Sul, com destaque para os piqueteiros na Argentina; movimentos de operários sob o novo sindicalismo; movimentos das classes médias; movimentos políticos ou ligados à gestão do Estado; movimentos religiosos; estudantil universitário; movimentos feministas, como a marcha mundial das mulheres; movimentos ecológicos, ligados a defesa do meio ambiente, movimento antiglobalização, são alguns exemplos (CLACSO & CETRI, 2003; HOUTART, 2001; SEOANE & TADDEI, 2001; TADDEI, 2006).

A adoção do receituário do Consenso de Washington (abertura econômica, privatizações, desregulamentação e flexibilização) e seus resultados de um lado, e a agitação dos movimentos sociais de outro, resultou desde 1998 na ascensão de governos de esquerda e de centro-esquerda: Hugo Chávez na Venezuela, os Kirchner na Argentina, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff no Brasil, Michelle Bachellet no Chile, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, Tabaré Vazquez e José Mujica no Uruguai, Fernando Lugo no Paraguai. Todavia, Argentina, Uruguai e Brasil converteram-se em claros exemplos de que as políticas econômicas

¹⁷ Os exemplos mais emblemáticos na América Latina são o zapatismo no México e Conai no equador. Outros relevantes: no altiplano boliviano; movimentos cocalheiros dos camponeses do sul do Peru e das regiões bolivianas dos Yungas e do Chapare; a Coordenadoria Arauco-Malleco dos povos mapuches do sul chileno; o impulso a partir de 2002 pelos povos originários da América Central contra o Plano Puebla-Panamá.

¹⁸ O mais importante dos movimentos camponeses da América Latina é sem dúvida o Movimento dos Sem Terra (MST) no Brasil; registram-se também movimentos sem-terra na Bolívia e Paraguai; lutas camponesas no México, Paraguai e América Central, entre outros.

ortodoxas não foram abandonadas, apesar de que as políticas sociais se ampliaram ao longo dos governos chamados progressistas.

Uma análise específica do caso brasileiro, mostra que a expectativa gerada em fins dos anos oitenta diante da possibilidade de um sindicalista chegar ao governo se concretizou. Todavia, como demonstra Sader (2009), foi de certa forma um governo contraditório. No âmbito interno, o governo iniciado com Lula em 2003 e até 2014 havia ampliado a assistência em saúde pública e nas áreas de educação e política cultural, promovido uma queda no déficit habitacional e no desemprego. Ademais, em torno de 53 milhões de brasileiros conseguiram ascender socialmente em termos de renda. No âmbito internacional, o Brasil foi fundamental na extinção da ALCA em 2005, bem como na criação da UNASUL em 2007 e da CELAC em 2012, aumentando com isso a integração regional, e fomentando assim a busca pela soberania latino-americana. Por outro lado, as políticas econômicas continuaram ortodoxas. O sociólogo Emir Sader assim nos apresenta o “enigma Lula”:

O governo Lula pode ser visto como um bom gestor do neoliberalismo, que, além de dar continuidade ao modelo, ainda o complementou com as políticas sociais e a recuperação da legitimidade do Estado, desgastado pelo governo mais ortodoxamente neoliberal de FHC. Também pode ser visto como o governo da política externa independente, que inviabilizou a Alca e privilegiou os processos de integração regional, aliando-se aos governos de Hugo Chávez, Rafael Correa, Evo Morales e outros, entre os quais, o de Cuba. É além disso, aquele que converte o processo de enfraquecimento do Estado, fortalecendo o sistema de educação e de saúde públicas, e expandiu de forma criativa a política cultural. É, sobretudo, o que mais melhorou o nível de vida da massa, em particular dos mais pobres, no país mais desigual do continente, que é o mais desigual do mundo. (...) A lista poderia seguir, sem permitir que se chegue a um resultado claro de superávit ou déficit. A análise política é qualitativa, parte de e orienta-se por critérios estratégicos gerais. Nesse caso, o critério que definimos como fundamental para a América Latina vale também para o Brasil: a prioridade da integração regional em relação aos tratados de livre comércio e a promoção dos direitos econômicos e sociais dos mais pobres, ainda que se trate de um país com altos graus de desigualdade. Diante desse elemento caracterizador da natureza dos governos latino-americanos, o caráter progressista do governo Lula é predominante: ele contribuiu para um mundo multipolar, privilegiando os processos de integração regional e as alianças Sul-Sul; além disso, vem desempenhando um papel importante no Grupo dos 20 (aliança de países subdesenvolvidos) e em outras iniciativas dessa natureza. (SADER, 2009, p.87-89)

Em síntese, é preciso considerar que muitos dos governos eleitos com promessas antineoliberais, entre eles o governo Lula, levaram-nas apenas até certo limite. Avançaram mais no plano da política externa e na adoção de algumas modalidades de políticas sociais, mas no conjunto das ações dos governos progressistas, o neoliberalismo não foi extinto em suas raízes.

Outros foram um tanto mais longe, imbuídos da proposta de levar adiante o socialismo no século XXI, do qual a Venezuela é o caso mais emblemático. Bolívia e Equador também tencionaram mais a confrontação com o modelo neoliberal, sobretudo com nacionalizações e auditoria da dívida pública. Mas a contra-ofensiva de direita, desatada mais firmemente desde 2007, imprimiu sucessivas derrotas no campo progressista (em Honduras, no Paraguai, na Argentina, Equador...), e demoliu avanços sociais em curtíssimo prazo, por mais tímidos que possam ser considerados por seus críticos de esquerda. Florestan há trinta anos argumentava (em 1988) que “o reformismo dentro da ordem dá todos os seus frutos de uma vez e em seguida *salga a terra*” (2006, p.246, grifo no original). O Brasil do pós-golpe (2016) é um claro exemplo de como a terra vem sendo salgada em nosso país. Atualmente, mesmo a Venezuela enfrenta enormes dificuldades (sucessivas tentativas de golpes) para manter o curso mais radical. O neoliberalismo se revelou como um câncer não curado, que se manifesta e se reproduz na forma de metástase.

Diante do exposto, quais as alternativas que se nos apresentam? O mesmo Florestan apresentou-nos duas grandes possibilidades de evolução na direção de uma outra história no subcontinente no vir a ser:

Se os setores sociais dominantes e as elites no poder realmente desejam um desenvolvimento gradual e seguro, e se forem capazes de obter apoio popular, suas probabilidades de êxito dependem de um forte nacionalismo revolucionário. Sob as condições econômicas, socioculturais e políticas dos países latino-americanos essa alternativa implica a implantação e o aperfeiçoamento de um novo tipo de capitalismo de Estado, capaz de ajustar a velocidade e intensidade do desenvolvimento econômico e da mudança sociocultural aos requisitos da "revolução dentro da ordem social". A outra resposta alternativa só pode surgir de uma rebelião popular e radical, de orientação socialista. (FERNANDES, 2009, p.39).

Considerações

Depois de quase meio século de neoliberalismo na América Latina, entende-se que é preciso retomar o debate sobre a luta de classes e os caminhos a serem seguidos. O neoliberalismo tem fortalecido o grande capital financeiro internacional e o capital financeiro latino-americano – historicamente mais associados – e ratificado a reprodução do capitalismo dependente na América Latina. O próprio papel dos Estados latino-americanos tem se modificado e permitido que o capital financeiro assumisse setores estratégicos antes explorados pelas

empresas estatais, o que em última instância debilitou a soberania nacional e converteu esses setores em oligopólios e monopólios privados. Assim, o neoliberalismo mostra historicamente que as burguesias latino-americanas – argentina, brasileira, colombiana, peruana, mexicana etc. – assumiram um papel menor no desenvolvimento econômico dos Estados nacionais, e ao optarem pelo aprofundamento da associação com o capital financeiro internacional, visaram tão somente a rentabilidade no curto prazo. Ao menor sinal de alarme, uma vez mais, escanrararam o seu lado flibusteiro.

Também do ponto de vista da garantia dos direitos mais elementares da população, não há no horizonte uma burguesia compromissada em cimentar os princípios básicos de um Estado verdadeiramente liberal, o que se verifica quando o ente político prioriza as funções necessárias para a reprodução do capital em detrimento do aprofundamento das políticas públicas e da própria participação democrática. Constatase, portanto, que o Estado em suas três esferas – executivo, legislativo e judiciário – é cada vez mais capturado por uma burguesia associada historicamente, a qual nos anos 1970 ensaiou os primeiros passos do neoliberalismo e o colocou em prática mais generalizada em fins dos anos 1980, com resultados os mais nefastos aqui brevemente sistematizados. Em particular expusemos seus impactos sobre a sorte da classe trabalhadora e dos sem trabalho na região.

Quanto à opção neodesenvolvimentista, cabe salientar seu compromisso para com a reprimarização, e o dado do setor agromineral assumir papel cada vez maior enquanto espaço de valorização do capital, em detrimento do setor industrial. Ademais, os avanços da onda progressista se deram em grande parte junto aos flancos de menor resistência, caso da política social, e isso durante a fase mais favorável do ciclo dos preços de commodities. Mas na fase reversa do ciclo de preços tornou-se mais difícil conciliar os múltiplos interesses contraditórios entre o capital e o trabalho. Nos momentos de maior tensão, as opções de governos progressistas vergaram mais em prol de interesses empresariais do que sociais, contrariando suas bases de apoio. Como dito, o reformismo restrito no âmbito da ordem social vigente deu os seus frutos, mas logo “*salgou a terra*”, e mais recentemente bateu em retirada diante da forte contra-ofensiva contrarrevolucionária.

Finalmente, entende-se que o tempo presente é do domínio e ação de uma burguesia

associada que recrudesce o neoliberalismo na *latinoamérica*, a qual o leva aos seus extremos em várias partes. A construção de uma alternativa voltada ao resgate de um nacionalismo econômico e político, minimamente inclusivo como nos anos 1940 e 1950, e que teve algum espaço no início do século XXI durante a gestão de governos progressistas, já não faz mais parte do ideário de nossa elite. Já há muito que as burguesias na região abandonaram suas tarefas históricas de levar ao fim e a cabo as revoluções burguesas em atraso, cabendo as classes trabalhadoras levar a diante a revolução socialista. Urge retomar a discussão sobre as possibilidades da construção do socialismo como alternativa para superarmos nossa persistente dependência, como já há muito defendia Florestan Fernandes.

Referências

AMIN, Samir., HOUTAR, François. (Org.). *Mundialização das Resistências: o estado das lutas 2003*. São Paulo: Cortez, 2003.

ANDERSON, Perry. “História e lições do neoliberalismo”. In: HOUTAR, F. & POLET, F. (Coord.). *O outro Davos: mundialização de resistências e lutas*. São Paulo: Cortez, 2002, pp 16-30.

ANTUNES, R. “Os modos de ser da informalidade”. In: ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez Editora, 2016, pp 243-262.

CAMPOS, André, POCHMANN, Márcio, AMORIM, Ricardo & SILVA, Ronnie. (Org.). *Atlas da exclusão social no Brasil (vol.2): dinâmica e manifestação territorial*. 2º ed. São Paulo : Cortez, 2004.

CEPAL. “A pobreza aumentou em 2016 na América Latina e alcançou 30,7% de sua população,

porcentagem que se manterá estável em 2017”. In: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pobreza-aumentou-2016-america-latina-alcancou-307-sua-populacao-porcentagem-que-se>, acesso em 11 de Julho de 2018.

CHANG, H. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp, 2004.

CLACSO; CETRI. “A América Latina”. In: AMIN, S. & HOUTAR, Fr. (Org.). *Mundialização das Resistências: o estado das lutas 2003*. São Paulo: Cortez, 2003.

COORDENAÇÃO NACIONAL DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. In: <https://auditoriacidadada.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Carta-Aberta-a-Populacao-versao-final.pdf>, acesso em 09 de Julho de 2018.

DUMÉNIL, G; LÉVY, D. “Una teoria marxista del neoliberalismo”. In: <http://www.rebelion.org/docs/114472.pdf>, acesso em 11/07/2018.

FERNANDES, Florestan. “Reflexões finais”. In: FERNANDES, Florestan. *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo*. 2º ed. São Paulo : Globo, 2006, p.242-252.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4º ed., São Paulo: Global, 2009.

G1 Economia. Dívida pública sobe 14,3% em 2017, para 3,55 trilhões de reais, e bate recorde. In: <https://g1.globo.com/economia/noticia/divida-publica-sobe-143-em-2017-para-r-355-trilhoes-e-bate-recorde.ghtml>, acesso em 09 de Julho de 2018.

HARVEY, David. “Desenvolvimentos geográficos desiguais”. In: HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo : Loyola, 2008, p.97-129.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HOUTART, François. “Mundialização das resistências e das lutas contra o neoliberalismo”. In: SEOANE, J.; TADDEI, E. *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 2001, pp 89-98.

JORNAL DO BRASIL. In: <http://www.jb.com.br/economia/noticias/2018/05/01/informalidade-em-alta-oit-mostra-que-trabalho-informal-supera-60-das-vagas/>, acesso em 09 de Julho de 2018.

KATZ, Cláudio. *Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

LÊNIN, V. I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. Rui Mauro Marini. São Paulo: Expressão popular, 2005.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1, Vol 2. 22ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

OLIVEIRA, Francisco. “Neoliberalismo à brasileira”. In: GENTILI, P.; SADER, E. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp 24-28.

_____. “A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil”. In: BASUALDO, Eduardo M. & ARCEO, Enrique (compil.). *Neoliberalismo y sectores dominantes: Tendências globales y experiencias nacionales*. 1º ed. Buenos Aires : CLACSO, 2006, p.265-

291.

POCHMANN, Márcio. (Org.). *Atlas da exclusão social: os ricos no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Nova classe média? : o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo : Boitempo, 2012.

POCHMANN, Márcio *et al.* *Atlas da exclusão social no Brasil: os ricos no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2004.

ROSEMANN, M. R. “Neoliberalismo”. In: SADER, E.; JINKINGS, I. *Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006, pp 848-854.

SADER, Emir. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. “Esquerda”. In: SADER et all. (Coord.). *Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/LPP UERJ, 2006, pp 500-509.

_____. *A vingança da história*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2009.

SEOANE, J.; TADDEI, E. *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOARES, Laura Tavares. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2001.

VIEIRA, Evaldo. “Estado e políticas social na década de 90”. In: NOGUEIRA, F. M. G. (Org.). *Estado e políticas sociais no Brasil*. Cascavel: Edunioeste, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. “Os movimentos: que significa hoje ser um movimento anti-sistêmico?” In: WALLERSTEIN, I. *O declínio do poder americano*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, pp 21-36.

Considerações acerca do neoliberalismo e do progressismo na América Latina

Resumo

O presente artigo visa contribuir com a avaliação do neoliberalismo e do progressismo na América Latina, desde suas origens até o momento atual, bem como avaliar alternativas que se lhes apresentam. Para o pensamento crítico são inegáveis os efeitos deletérios do neoliberalismo em nossa região. Para realizar o projeto neoliberal, seus artífices propuseram um conjunto articulado de reformas estruturais, dentre as quais se destacaram uma forte economia de mercado, a retirada do Estado da esfera econômica e social por meio da diminuição do gasto público, a redução de barreiras para a livre mobilidade de capitais, bem como o estabelecimento de um mercado de trabalho cada vez mais flexível. É o que temos em vista na análise do neoliberalismo latino-americano e a ratificação do capitalismo dependente. Certamente mais polêmicos foram os acertos e os erros das experiências progressistas para superá-lo, assim como o são os desafios que temos pela frente. É o que temos em vista ao analisarmos a esquerda latino-americana frente ao avanço neoliberal como um precedente rico em lições para o século XXI.

Palavras-chave: América Latina; neoliberalismo; progressismo; esquerda latino-americana.

Considerations regarding neoliberalism and progressivism in Latin America

Abstract

This article aims to contribute to the evaluation of neoliberalism and progressivism in Latin America, since its origins until present time, and to evaluate the possible alternatives to it today. Critical authors state that the deleterious effects of neoliberalism in our region are undeniable. In order to carry out the neoliberal project, its architects proposed an articulated set of structural reforms, among them a strong market economy, the withdrawal of the State from the economic and social sphere through the reduction of public spending, the reduction of barriers to free mobility of capital and the establishment of an increasingly flexible labor market. This is what we intend to do in this analysis of Latin American neoliberalism and the ratification of dependent capitalism. Certainly more controversial were the gains and errors of the progressive experiences to overcome it and are the challenges that we face from now on. This is what we aim when we analyse the left wing in Latin America ahead of the neoliberal advance as a precedent full of lessons for the 21st century.

Keywords: Latin America; neoliberalism; progressivism; Latin American left wing.

Consideraciones acerca del neoliberalismo y del progresismo en América Latina

Resumen

El artículo busca contribuir con la evaluación del neoliberalismo y del progresismo en América Latina, desde sus orígenes hasta la actualidad, así como evaluar las alternativas presentes. Para el pensamiento crítico son innegables los efectos deletéreos del neoliberalismo en nuestra región. Para la realización del proyecto neoliberal, sus artífices propusieron un conjunto articulado de reformas estructurales, dentro de las cuales se destacaron una fuerte economía de mercado, la quitación del Estado en el ámbito económico y social por medio de la disminución del gasto público, la reducción de las barreras a la libre movilidad de los capitales, así como el establecimiento de un mercado de trabajo cada vez más flexible. Esto es lo que tenemos en cuenta en el análisis del neoliberalismo latinoamericano y la ratificación del capitalismo dependiente. Ciertamente más polémicos fueron los aciertos y errores de las experiencias progresistas para superarlo, así como lo son los desafíos que tenemos por delante. Es lo que tenemos en vista al analizar la izquierda latinoamericana frente al avance neoliberal como un precedente rico en lecciones para el siglo XXI.

Palabras clave: América Latina; neoliberalismo; progresismo; izquierda latinoamericana.

Continuity and Variety of Neoliberalism: Reconsidering Latin America's Pink Tide

Recebido: 01-04-2019

Aprovado: 11-06-2019

Dieter Plehwe¹

Karin Fischer²

For quite a while a fresh headwind blew from Latin America through a world gone mad. Following decades of neoliberal restructuring the tide seemed to turn with the new millennium. Country after country elected left leaning governments ranging from moderate left in countries like Argentina and Brazil or Chile to more radical Bolivarian left in countries such as Venezuela, Bolivia or Ecuador (see Cannon, 2016 pp. 99, 100 for an overview). Quickly dubbed the pink tide in Western academia, governments embraced social policy agendas requiring tax increases on commodity exports and resource extraction and a new emphasis on regulatory intervention in the moderate countries, and nationalizations and more far reaching efforts of state led restructuring in the Bolivarian nations (see Chador's 2015 comparison of Brazil and Venezuela). Beyond the national level, some countries strengthened the resolve to resist the dominant neighbor in the North and the global financial institutions. Led by Venezuela and Cuba, the Bolivarian Alliance for the Peoples of Our America (ALBA) was founded in 2004. Due to the windfall of rising commodity prices during the first decade of the new millennium, oil rich Venezuela was able to assist Argentina escaping from IMF conditionality, for example. In 2009, Argentina, Brazil, Paraguay, Uruguay, Ecuador, Bolivia and Venezuela decided to found the Banco del Sur in order to create an alternative to the U.S. dominated international financial institutions, though this effort to institutionalize South-South financial cooperation was put on hold. Drawbacks like this and attempted coups in

¹ Social Scientist, holds a PhD at the Institute of Political Science, Philipps-Universität Marburg and is a senior fellow at the WZB Berlin Social Science Center (WZB), Research Group of the President (before: Department Inequality and Social Policy, Project Group "Modes of Economic Governance", Department "Internationalization and Organization", and Department "Organization and Employment", at WZB since 1996, tenured since 2001). Visiting Fellow at Minda de Gunzburg Center for European Studies (CES), Harvard University (09/2016-03/2017).

² Social scientist with a Ph.D. in Social and Economic History at the University of Vienna. She is head of the Department of Politics and Development Research Politics at the Institute of Sociology, Kepler University Linz. She was also affiliated scholar New York University and the Social Science Research Center Berlin "The Making of Neoliberalism".

Venezuela (2002), Bolivia (2008), Honduras (2009) and Ecuador (2010) notwithstanding, the pink tide has also been discussed as “post-neoliberalism”.

The definition of the term remained vague, used interchangeably as a normative, descriptive or a heuristic concept. Emir Sader, for example, sometimes equated post-neoliberalism with “anti-neoliberalism” (Sader, 2009, p. 174), and sometimes he used the term as a descriptive category. Post-neoliberalism then appears as “hybrid solutions” of “hybrid social forces” in search of alternatives (Sader, 2008, p. 29, p. 81). While Brazil and Uruguay remained within the old model, tempering it with compensatory social policies, the general secretary of the Latin American Council of Social Sciences (CLACSO) saw Venezuela, Argentina and the Andean nations on the way to construct a viable alternative. It almost appears that left-wing intellectuals like Sader and Atilio Boron (2003) used the idea as a political means to strengthen actors, discourses and policies that reject and move beyond the neoliberal model. Similarly, Grugel and Riggirozzi defined post-neoliberalism as “a call for a new kind of politics, rooted in, and responsive to, local traditions and communities and an attempt to forge a new pact between society and the state” (Grugel and Riggirozzi, 2012, p. 3).

Contrary to the prefix “post” not all scholars using it want to suggest the era of neoliberalism is over and done with. At a CEDLA workshop in 2008, entitled “Post-neoliberalism – change or continuity”, the speakers were much more cautious in their assessments. After carefully explaining neoliberal restructuring in different areas, they pointed to obstacles for a structural and institutional change, i.e. vested interests, transnational capital and the international environment (CEDLA, 2009). In a similar vein, Claudio Katz (2015) stated that the concept of post-neoliberalism overlooks the persistence of the economic model generated during the previous decades. Beatriz Stolowicz even warned of a use of the term. For her it is nothing more than a means to conceal capital interests (see Stolowicz, 2016, vol. 2 for a discussion of new varieties of social market economy, social liberalism and social rule of law in Chile, México and Columbia, respectively).

Brand and Sekler (2009) in turn distinguished between three analytical levels of neoliberalism: firstly, its intellectual-ideological dimension; secondly, strategic elites attacking the (peripheral) “Fordist” compromises of the period of import substituting industrialization, and, thirdly, sometimes quite incoherent social practices. The third dimension

“...is the starting point for our considerations of the term postneoliberalism, the intention being to discuss different responses to the (negative) impacts of neoliberalism and its growing inability to deal with the upcoming contradictions and crises. Thus the focus is not on the question of whether a new, postneoliberal era in general has begun and what might be the criteria supporting or contesting such an assessment. Rather, we propose to consider postneoliberalism as a perspective on social, political and/or economic transformations, on shifting terrains of social struggles and compromises, taking place on different scales, in various contexts and by different actors” (Brand and Sekler, 2009, p. 6, italics in the original).

Contrary to an apparently quite coherent and unambiguous ideological and political project of neoliberalism, the authors thus identify a lot of space for variation and differentiation in the event of crises resulting from neoliberal restructuring on the one hand, and a surprisingly strong anti-neoliberal commonality in the DNA of opposition forces.

“All postneoliberal approaches have in common that they break with some specific aspect of ‘neoliberalism’ and embrace different aspects of a possible postneoliberalism, but these approaches vary in depth, complexity and scope, as well as everyday practices and comprehensive concepts” (ibid., p. 6).

Although the general historical understanding of society as a result of social struggle can certainly be appreciated, there are a few issues with perspectives such as the one of Brand and Sekler or Grugel and Riggirozzi. Firstly, it is difficult to read post-neoliberalism and yet to suggest it is not supposed to mean neoliberalism has become a constellation of the past. Secondly, on closer inspection, neither the intellectual-ideological dimension of neoliberalism is clear-cut nor is there just one overarching political elite project. Thirdly, if the range of neoliberal core concepts and key programs are not detailed, it is very difficult to judge the extent to which ideas and orientations of progressive or left-leaning governments can be considered in opposition to neoliberalism.³ Contrary to the widespread equation of neoliberalism and market fundamentalism it is important to acknowledge the dual confrontations that stand at the cradle of neoliberalism: the recognition of the need to

³ Ruckert, Macdonald and Proulx (2017, p. 1584) cite David Harvey’s (2005, p. 2) definition: “Neoliberalism is in the first instance a theory of political economic practices that proposes that human well-being can best be advanced by liberating individual entrepreneurial freedoms and skills within an institutional framework characterized by strong private property rights, free markets and free trade. The role of the state is to create and preserve an institutional framework appropriate to such practices.” Unfortunately, the authors do not relate the results of their comprehensive literature review back to this definition, which itself does not recognize the deeper philosophical beliefs that inform institutional and policy perspectives like those mentioned in this definition, but also provide flexibility and room for adjustment across time and space, which makes it difficult to define neoliberalism according to some fixed essentials (compare Plehwe 2009).

overcome laissez faire ideas prevalent in traditional economic liberalism and the need to constructively oppose what have been summarily labelled collectivist approaches. Neoliberalism is a theoretical perspective based on common principles and shared norms undergirding a form of social rule. Policy characteristic of neoliberalism include privatization, entrepreneurial freedom, cuts in public expenditure, deregulation of labor markets, and trade and foreign investments liberalization. These policies have been accommodated in quite diverse political systems and in a flexible way. Social minimum standards, for instance, are held to be compatible with neoliberalism if welfare schemes are designed in ways “not inimical to initiative and the functioning of the market” (Statement of Aims, Mont Pèlerin Society 1947). More fundamentally, neoliberalism differs from the laissez-faire liberalism of the 19th century by maintaining that some degree of governmental oversight was a *sine qua non* of contemporary capitalism. Parallel to the recognition of the need to *secure capitalist ownership and market relations* at the national level, neoliberals recognized the need to construct and fortify an international order conducive to capitalist “free market societies”. Such international alliances, institutions, rules and ordering techniques are needed to regulate trade and international investment in civil ways on the one hand. But they also serve to constrain competing economic systems and they can serve to impose market friendly regimes by way of military force. Cutting edge research on the Geneva school of neoliberals has shed new light on the history of neoliberal efforts to encase market economic order at the international level (Slobodian, 2018). If central neoliberal ideas like rule of law privileging property owners and primacy of market transactions both within and across borders (free trade treaties with Western powers), targeted social policies (conditional cash transfers), export orientation and concessions to transnational companies are shared by center-left governments, a declaration of post-neoliberalism based on government change and electoral politics can be clearly misleading. Rather than assuming the continuing validity of the traditional and comprehensive left-right distinction of parties, many scholars ask if, in which ways and why progressive governments continued with important tenets of neoliberalism (see, for example, Morais and Saad-Filho, 2005; Féliz, 2011; Veltmeyer and Petras, 2014, compare Ruckert, MacDonald and Proulx, 2017 for a detailed account of continuities in most countries and significant departures in a few countries only). In other words: how much neoliberal endurance is hidden by government change?

In his study of neoliberal hegemony in Latin America and the challenge from the

pink tide, Chodor (2015) distinguishes between a real challenge emanating from Venezuela and the Bolivarian perspective compared to what he described as a passive revolution in Brazil in reference to Gramsci's notion for the adaptation of peripheral countries to the hegemonic projects of the core. Contrary to a notion of united colors of anti-neoliberalism Chodor suggests thinking of the pink tide as a "contested phenomenon" (Chodor, 2015, p. 147). Chodor's contrast of Chavez's Bolivarian restructuring efforts and Lula and Rousseff's neostructuralism (or neo-developmentalism) combined with constrained social reformism provides rich details of different trajectories instead of conflating all center-left and left governments in a common anti-neoliberal bandwagon. While he also considered the interaction between the different projects as an important dimension of a possible evolution of a regional historical bloc in Latin America, he warned that even the Lula-Rousseff agenda and comparable projects in Chile of "globalization with a human face" operating in the framework of the "post-Washington-Consensus" do not need to generate continued support from the corporate sector (Chodor, 2015, pp. 179-180). When Hernán Ramírez scanned the neoliberal think tank networks in Brazil in August 2018, he was confident to observe "certain exhaustion" (Ramírez, 2018, p. 17). Public policies promoted after the removal of Dilma Rousseff were "showing signs of failure" (ibid. p. 17) according to the author, and Lula's popularity was strong. In spite of his deep insight in the far-flung neoliberal civil society networks that have been developed in Brazil in three waves since the 1960s, the author quite evidently underestimated both the resolve and the repertoire of action of the right (though, to be fair, many details of Bolsonaro's ascent to power were not yet in place (compare Anderson, 2019)).

Fast forward 2019. The counter-wave of right wing forces has swept away pink tide governments in Argentina and Brazil, and the Maduro government of the strongest Bolivarian nation, Venezuela, is embattled in a bitter fight to stay in power facing domestic opposition ready to take the presidency, supported by a wide range of countries in Latin America, in North America and Europe. The oil rich country suffers from a steep decline in commodity prices, strangulating sanctions from the main oil customer in the North and more than subtle threats of external intervention and murder of the elected president. Brazil's new president Bolsonaro has used right wing populist language in opposition to climate change mitigation and gender equality similar to Donald Trump in the United States, and openly professes to authoritarian measures not only to curb crime and corruption, but also to reign into academic

freedom and the media. Much like Trump, Bolsonaro has professed to strongly support business, and restrain the power of trade unions and the workers' party. If there still are post-neoliberal practices in Latin America in early 2019, the range and scope of such action appears to be severely circumscribed. Only Mexico, which was kept out of the pink wave, appears to once again experience an opposing trend with Andrés Manuel López Obrador succeeding to beat the center-right wing parties PRI and PAN on the third attempt with his new National Regeneration Movement.

In stark contrast to the fascination with the pink tide just a few years ago the literature is now replete with titles like “The resilience of the Latin American Right” (Luna and Kaltwasser, 2014), “The Right in Latin America” (Cannon, 2016) or “Crisis del posneoliberalismo y ascenso de la nueva derecha” (López Segrera, 2016). Already back in 2011, Cristóbal Rovira Kaltwasser had pointed to a lack of attention to the right. The near exclusive focus on the turn to the left was mistaken because important countries like Columbia, Peru and Mexico were governed by right wing politicians in the 2000s, some countries turned right (e.g. Chile in 2009), and the strength of right wing parties in parliaments (in Brazil or Venezuela) received little attention.

Celebrating the pink tide, arguably even less attention was paid to the continuing strength of the right in corporate circles and civil society at large. Apart from the visible relevance of electoral cycles – a government change can hardly be considered the basis for the shift of an era in itself – the basis of the post-neoliberalism arguments needs to be addressed. If neoliberalism is considered a philosophical orientation and a political phenomenon only, social movements and political parties can be considered powerful enough to move a country rapidly towards and away from neoliberalism. If neoliberalism instead needs to be considered as a more profound structural transformation (of capitalism and society, with national and transnational dimensions, transformations that were and are informed by fundamental neoliberal norms and principled beliefs), the changes needed to move beyond neoliberalism have to run deeper. Political arguments relating fundamental change to political parties and electoral politics mainly will lead to a misinterpretation of the historical evolution of socio-economic eras. Latin American interpreters that expected from pink tide governments a structural transformation in some way just followed the assertions of third way social democrats in Europe, who had claimed to end neoliberalism in the course of the 1990s only to take the neoliberal transformation of the welfare state a notch or two further by way of

extending neoliberal concepts to the unemployed (“activation”, self-responsibility, entrepreneurship etc.), for example. Electoral and government change can be a starting point for more profound change. But contrary to widespread hopes, pink tide governments did not or could not take anti-neoliberal projects very far in Latin America either.

Political Sociology of the pink tide and the right

A major shortcoming in the pink tide debate with regard to changes in power constellations so far is a strong focus on electoral change and central government action, and a lack of attention to the diverse and deeper sources of power in society. Fortunately we can rely on approaches of political sociology like those advanced by German political scientist Wolfgang Abendroth and the British sociologist Michael Mann. The former grew up in the turmoil of the Weimar Republic, where democracy stood on fragile pillars due to the power of the right in the institutions and in the streets. The latter has developed a model of sources of power, which offers a rich repertoire to analyze strategies of the contemporary right in Latin America.

Let us first tackle Wolfgang Abendroth to obtain a sufficiently broad view of political power. According to Abendroth, political science aims to examine the conditions of the genesis of political power, its institutions and effectiveness. The problem of political decision making is central. It is closely related to political theory because humans anticipate the results of their action in their head so to speak. So far, Abendroth seems to speak about the political and the ideological dimension of analysis. But in contrast to the general narrow understanding of politics, each social activity is considered political, which aims at changing or stabilizing the structure of society and the distribution of power between social groups. His understanding of political science thus is clearly not confined to decision making and the state narrowly conceived. The social scientific understanding is expressed by the adoption of the term political sociology. This approach is linked to political practice. It needs scholars to reflect in which ways the analysis supports particular practices or aims at changing them. Policy making is inevitably “controversial in essence since it serves either to maintain or to abolish rule” (Abendroth, 1967, p. 11). Such a perspective is highly skeptical with regard to the increasing differentiation of science and the emerging plethora of sub-disciplines since many important dimensions of the analysis are moved apart rather than being taken into consideration. An isolated discussion of elections and government constellations or social

practices appears to offer a good example of limited understanding. It is important to establish which structures of society need to be addressed in order to tackle efforts that aim at stabilizing or changing the distribution of power. Michael Mann's model of power offers exactly such an approach.

While Abendroth designed a general plow, Michael Mann's (1986) history of power supplies a set of finer tools, stick, shovel, rake and hoe maybe, to turn the ground for greater detail. His four sources of power emanate from economic relations, from military, from political institutions and, last but not least, from ideologies conceptualized in close proximity to organizations (like the Catholic Church, for example). Mann follows Weber in his analytical distinction of different spheres, but he also goes some way beyond Weber in his sophisticated understanding of ideology and ideological power, for example. While the economic, military and political sources of power are by and large contained in the nation state in his theory, Mann is explicit about the transnational dimension of ideological power (Mann, 1986, p. 23). He distinguishes what he calls a more autonomous form of ideology that is socio-spatially transcendent. This form transcends the other sources of power and creates social relations rather than serving merely to integrating and reflecting society. Mann refers to the major ideologies like Liberalism, Conservatism, Marxism, or Neoliberalism. The second dimension considered is an immanent morality related to a special social group. This dimension is more closely related to the social order of the (nation) state once again and allows specifying particular groups like British Conservatism, German Social Democracy or the peculiar ideological mix of the Brazilian Labor party.

The two dimensions co-exist, of course. Intellectual efforts of promoting post-neoliberalism have been projected to the pink tide, for example, and have become immanent moralities of specific groups, with notable differences between a confrontational Bolivarian spirit and compromise(d) adaptations to neoliberal hegemony designed to get along with opposition forces. Beyond Weber's famous *switchmen* metaphor that acknowledged an important role of ideas in certain points in history, Michael Mann elaborated on a *track laying* function of ideas and norms suggesting a constant effort to generate and maintain a shaping role of ideology (Mann, 1986, pp. 341-372, 376-9). The track laying function obviously matters for all ideological forces, right or left. Those who have developed a capacity to build infrastructures in the realm of ideas, knowledge and expertise would appear to have a decisive advantage in social struggles that after all are always struggles over interpretation of social

situations, events and perspectives. In terms of neoliberalism studies in Latin America much like elsewhere, particular attention thus needs to be paid to the transnational source of ideological power, its various domestic expressions, and the more or less deeply entrenched track laying capacities.

Fortunately, political sociology in general and Mann's model of power in particular did already inform important parts of the pink tide / postneoliberalism conversation and the return of the right. Luna and Kaltwasser (followed by López Segrera) distinguish between a non-electoral right which engages in interest representation via business organizations and think tanks, among others; an electoral right with a non-partisan strategy, and a right that is organized as a political party (Luna and Kaltwasser, 2014, pp.13-14; Kaltwasser, 2014, pp. 42-45). Although it is said that these three vehicles for rightist action might be complementary, the categories seem too exclusionary. This becomes evident on the example of Mauricio Macri in Argentina. He is characterized as an example of an electoral right based on a political party. His power base and political beginnings originated in a think tank (Pensar), however, and the formation of a political party (PRO) came later (Vommaro, 2014).

Barry Cannon (2016) unfolds his study on the basis of Michael Mann's history of power, providing us hitherto with the arguably strongest account of the Latin American contemporary situation. The next section will be devoted to critically engage Cannon. Based on Cannon's scrutiny of the different dimensions of social transformation and sources of power we will move beyond his important account afterwards in a section on transnational neoliberal think tank networks. Cannon missed most of this empirical material. Its consideration is necessary to throw new light on the interrelated areas of transnational civil society, ideology and state formation. Following the contested era of the pink tide, neoliberal forces have regained the upper hand and neoliberalism has taken a new breath of life in conjunction with social conservatives and aggressive neo-nationalists.

Latin American sources of power of the right

Michael Mann's work has strongly inspired Barry Cannon's approach to study the advance of the right in Latin America. Nonetheless Cannon suggests a need to go beyond Mann's allegedly nation state focused concepts of sources of power. Although this is clearly mistaken with regard to ideology given Mann's record of studying transnational dimensions

of ideological power, Cannon is actually quite right with regard to Mann's last book in the four volume series on the history of social power dealing with the second part of the twentieth Century and the rise of neoliberalism. While we might suggest that Cannon forgot to read Mann's discussion of the transnational dimension of ideology, this appears to be a lesser sin than Mann's apparent forgetfulness of his own concept in his writing on neoliberalism. While Cannon emphasizes the transnational dimension of ideology in general and one network of neoliberal political parties and think tanks in Latin America (RELIAL) in particular, Mann offers a surprisingly narrow, U.S. centered and at best Anglophone analysis of neoliberalism (Mann, 2013, pp. 130f), missing the far flung neoliberal networks of think tanks and intellectuals and the important track laying functions within and across borders that need to be detailed.

Beyond reclaiming the transnational dimension of ideology of the right in Latin America, Cannon also proposes to add a new fifth source of social power, namely the transnational dimension in terms of political and economic institutions such as trade agreements and regional integration projects. Apart from the Southern Common Market (Mercosur)⁴ and ALBA, which are efforts to strengthen South-South cooperation, many countries are partners in free trade agreements with the United States and four highly internationalized economies (Chile, Columbia, México and Peru) have formed the Pacific Alliance in 2011 to promote an ambitious free trade and liberalization agenda quite different from both Mercosur and ALBA (Cannon, 2016, pp. 83-85).

Operationalizing a general political sociology approach this way turns out to be highly productive. In order to establish the threat from the Left of the Pink Tide, Cannon establishes the key concerns of the neoliberal right wing forces in the area of economic, political, ideological, military relations and the transnational dimension mentioned above. The right wing bill of rights prominently highlights ownership of key economic sectors and market freedoms, control of the parliamentary system (polyarchic institutionalism), media ownership, think tanks and liberal freedoms of the press, military alliances and trade agreements. Indicators of a serious threat from the pink tide left in the various fields include

⁴ Founded at the heyday of neoliberalism in 1991, Mercosur was constructed as an export platform aiming at the integration of national economies into the international market. Between 2003 and 2014 the governments of Uruguay and Argentina tried to transform the trading bloc into a more development oriented economic community. Under the leitmotiv "integración productiva" (productive integration) they promoted manufacturing and South-South cooperation.

nationalization or increasing social control of economic sectors and market activities, election wins of left wing parties and reversals of liberal structures of democracy, increasing state and community ownership of the media, control of think tanks and limits to liberal media dominance, distancing from US policy priorities, presence or absence of free trade agreements with the United States. Cannon uses data provided by the neoliberal Economic Freedom Index, the Economist Intelligence Unit's Democracy Index, Freedom House Press Freedom Index, distribution of U.S. bases and FTAs as proxies (Cannon, 2016, p. 94). Although these indexes are partisan efforts to promote neoliberal and other agendas in support of capitalism and market-conforming versions of democracy and the media, the use of such measurements is smart as it allows looking at the countries from a neoliberal vanguard point. If countries are found to slip in the ranking based on the Economic Freedom Index, neoliberals clearly perceive of a threat to their cause, for example (Stanford, 1999; Ram, 2014).

Based on the empirical material generated this way, Cannon convincingly distinguishes three groups of countries in the *economic dimension*: conservative, centrist and left. With regard to the left, only a few Bolivarian countries and Argentina account for significant nationalization efforts. More than 80 percent of nationalization is in the oil and gas industries and Venezuela's nationalization of the heavy-oil field in the Orinoco Belt in 2007 accounts for the major part of the activity (Cannon, 2016, p. 96); Argentina nationalized an energy company and private pension funds. Some countries and once again Bolivia, Ecuador and Venezuela additionally introduced prize controls and pursued other strategies to more effectively regulate economic exchange (exchange controls, land reform, support for cooperative sector etc.). Apart from Venezuela, Bolivia, Ecuador and Venezuela Brazil scored low in the Economic Freedom index due to a traditionally high involvement of the state in the economy. But "Venezuela poses the greatest threat, largely because of its oil wealth and its willingness to use this to subsidize and encourage such policy deviance in other countries..." (Cannon, 2016, p. 98).

In the *realm of politics*, the democratic challenge from left wing parties was directed at the traditional understanding of liberal (procedural) democracy. A stronger emphasis on popular participation relied on the executive to constrain traditional forms of (parliamentary and interest group) representation in some countries. Historically excluded populations were included, in respect of political and social rights. Constitutional reform through constituent assemblies occurred in many states; local-level participatory elements were introduced (see,

for example, Moreira, 2017 and Goldfrank, 2011). Because of the resulting restrictions of civil liberties of privileged strata and weakening of certain institutions, Bolivarian countries were classified as “hybrid democracies” exhibiting a mix of liberal and authoritarian elements according to the Democracy index (Cannon, 2016, p. 101).⁵ Many more countries simply maintained the traditional political system (and with it the centralist and presidential power structure) and posed a threat to the right because of policy continuity. Since many of the policies of the right were carried forward, there was little room for confrontation from the opposition. The relationship between the left and the right thus differs dramatically depending on the character of the left with regard to the political dimension (Nueva Sociedad, 2014).

With regard to the *ideological dimension*, the dual process of neoliberalism and democratization is important for the contemporary conflict constellation. Contrary to the earlier experience of authoritarian neoliberalism under military dictatorship, the 1980s “Washington Consensus” era ushered in a second phase of neoliberal development also supported by domestic political parties, coalitions and elites.

“Crucial to the formation of these neoliberal polyarchies in the Latin American...region, were intense and continuous ‘democracy assistance’ programmes. These programmes aimed at promoting and sustaining polyarchy as the preferred system of government throughout the hemisphere, and, less overtly, ensuring sufficient political and social stability for neoliberal market societies to survive and thrive” (Cannon, 2016, p. 102).

These programs were carried out with funding from the United States, Canada and European states like Spain and Germany. Apart from resources from intelligence communities, money was channeled through development and democracy promotion agencies and philanthropic and political party foundations. “Of particular interest and utility,” writes Cannon, “are ‘think tanks’ with their privileged access to state, political and media agents at a transnational, regional and national level” (Cannon, 2016, p. 103). Strategies aim at strengthening elite forces in political and social arenas and at undermining popular movements, at constructing “liberal citizens” and at keeping grassroots movements within the limits of polyarchic structures. Support for these efforts came from the media, which is

⁵ In order to deal with the power struggles in such societies it is not useful to rely on categories like “liberal” or “authoritarian” without further ado due to their normative connotations (liberal = good, authoritarian = bad). Some of the groups that have been restricted by central government activities execute control over vast channels of influence, for example. Changes in government configurations thus need to be complemented by an analysis of the shift in social power relations within society. In order to reform democracy in Germany at the end of the 19th Century, for example, the power of the Prussian gentry had to be curtailed.

strongly concentrated in private hands, elite controlled and heavily biased towards neoliberalism (ibid., p. 104). In this field much like in the economic and political dimension, only the Bolivarian countries made somewhat stronger efforts to counter private media by way of strengthening public media by way of supporting community media and by way of setting up Telesur at the regional level. In Argentina, the regulation of private media conglomerates spun them into fierce opponents of the government. Unsurprisingly, the media in Venezuela, Ecuador, Bolivia and Argentina were judged “partly free” by Freedom House, which is unconcerned by the issue of private media concentration. Although other countries like Columbia, Paraguay and Mexico received the same assessment, this was due to high levels of violent conflict in these countries, which was by and large absent in the former nations except for Venezuela.

The military discussion is most ambiguous since the war on drugs and its use to repress dissent and opposition has been subject to increasing criticism from a number of actors across the political spectrum. But a close relationship between economic and military cooperation can be observed. With the exception of Nicaragua, the ALBA countries do not have FTAs with the United States, nor do they have military bases. The same is true for Brazil and Argentina.

Last but not least, the *transnational dimension*. Brazil took the lead to set up the BRICS development bank in 2014. For this project in opposition to the global financial institutions Brazil joined forces with Russia, China, India and South Africa. As mentioned before, the parallel plan to set up Banco del Sur as a regional development bank for Latin America stalled in 2016. Mercosur admitted Venezuela as a new member in 2012. Brazil was instrumental in setting up UNASUR (Union of South American Nations) in 2008, complementing the Council for Latin America and the Caribbean (CELAC). CELAC itself was formed as a counter-weight to the Organization of American States headquartered in Washington, DC. The Bolivarian countries formed ALBA, committed explicitly to develop measures against neoliberal forms of regionalism. The alliance is devoted to supplying cheap oil, health and literacy programs. All these developments seem to indicate a reduction of U.S. influence in the region and “...the emergence of a new regional hegemony, at least in South America, centered on Brazil” (Cannon, 2016, p. 109). But Cannon does not fail to mention the counter-development of the Pacific Alliance, which is guided by the principles of open regionalism. Their members – Chile, Mexico, Columbia, and Peru – keep a distance from the

Bolivarian and Mercosur strategies and look for close relations with the United States. It is already clear that not much remains of the regional cooperation and Brazil centered hegemony as plans to merge Mercosur and the Pacific Alliance reveal (Tornaghi, 2018). The regional cooperation in the framework of UNASUR has also been challenged by the creation of the new Forum for the Progress of South America (PROSUR) by seven right wing South American presidents in March 2019. If there was a need to speak about the pink tide as a contested phenomenon, we now need to speak of the right wing counter tide as a phenomenon that will likely lead to an even higher degree of contestation with regard to regional cooperation, for example.

The right-wing counter tide: basic strategies

Based on this account, Cannon distinguished three counter-strategies developed by the right to meet the different challenges or threats emanating from the various center-left pink tide governments. He identifies electoral strategies, mobilizations beyond the electoral level in order to prepare the removal of left wing leaders from power (media campaigns targeting particular politicians, for example), and semi- or extra-constitutional strategies to oust political leaders, sometimes relying on the military (Cannon, 2016, pp. 118-9). Considering the three most important countries that have also presented (or still are presenting) the strongest threat to neoliberalism and elite control or polyarchic democracy in the region, Argentina, Brazil and Venezuela, we can easily see this distinction makes sense. Argentina's Cristina Fernández de Kirchner lost the elections to the right wing candidate Mauricio Macri in 2015 following the tax revolt of agribusiness against the increase of export taxes and middle class protest against foreign exchange restrictions. The impeachment of Dilma Rousseff followed on the heels of a massive mobilization of protest against moderate price hikes in public services, though the right wing media and political elites only jumped the bandwagon when they realized they had a chance to turn the protest against Rousseff and the PT. Ground was prepared by corruption investigations targeting a whole range of politicians, but the media focus was on the most popular target from the perspective of the neoliberal right: former president Lula. Last but not least, Venezuela's opposition leader Juan Guaidó declared himself president of the country in the hope the presidency of Nicolás Maduro would implode due to the impact of sanctions and popular unrest. Guaidó's move yielded a surprisingly quick and large amount of support from a number of European states in addition

to the United States and Canada. But the opposition leader still appears to have miscalculated the resolve of the army and the majority of the population which appear to stand by the Bolivarian project so far regardless of mounting pressure from outside and inside. Due to the turmoil in Venezuela, the Bolivarian project appears to be significantly weakened and in any case unlikely to expand beyond the small core of the ALBA countries. It has also become involved in the larger global conflict structures with support for Venezuela now arriving mainly from Russia and China. Instead of the earlier emphasis on popular representation, the power struggle appears to privilege a stronger executive backed by military power. Instead of focusing on accomplishments and strategies in the economic and ideological sphere directed against neoliberalism (public service, social housing, social equality etc.), the country has been increasingly under attack for a lack of democracy. The importance of international media can hardly be overestimated. Widely reported shortages are blamed on the inept regime rather than on the loss of export income and sanctions, for example. But this international media effort leads us to the one complaint we can bring forward regarding Cannon's rich and insightful study. Exactly with regard to the dimension of transnational ideology he fails to account for an important factor that helps explaining the surprising continuity, versatility and strength of the neoliberal right in Latin America.

Parapolitical mobilization and transnational political technocracy of the right: think tank networks⁶

The central position of key aspects of neoliberalism, namely support for private property, freedom of contract, free market and free trade has been duly noted in many accounts comparing quite diverse countries and right wing parties that can otherwise differ in a range of political questions related to issues like diversity and indigenous rights, religion or family (Becker, 2019). In Latin America, Cannon does suggest that ideological regimes "...are controlled through highly concentrated and oligopolized media ownership structures which show heavy editorial bias in favor of maintaining the neoliberal status quo." Cannon goes on claiming that "[n]etworks of neoliberal think tanks ... are found throughout the region often established with financial support from transnational organizations" (Cannon,

⁶ The following survey of five neoliberal think tank networks in Latin America is based on the most recent information available on the web sites of the respective organizations (as of May 2019). The subsequent analysis of the individuals involved in all the think tanks (staff and board members, CEOs) instead is based on our dataset on the individuals from 2016. It was not possible to update the larger dataset for this article, unfortunately. The different count of think tanks in the various networks is due to this time lag.

2016, p. 59). While he supplies interesting data on media ownership in Chile, Columbia, México and Peru including foreign capital (from Spain in particular), he remains at the national level except for mentioning the *RELIAL* network (Liberal Network of Latin America) (Cannon, 2016, p. 70).

The RELIAL network was founded in 2004 with the help of the German Friedrich Naumann Foundation for Liberty and maintains an office in Mexico City. It is a network related to liberal political parties, which are historically rather weak in Latin America. In addition to five political parties, 35 think tanks are part of the network⁷. But Cannon is missing a whole range of neoliberal networks that have been set up earlier than RELIAL, and need to be considered when talking about the forces in defense of and promoting neoliberalism. Also, while Cannon mentions the Catholic Church and Opus Dei in particular in the case of Peru (*ibid.*), he does not speak about these organizations in the other countries.⁸ The account falls way short of a presentation of the transnational dimension of think tank networks in Latin America, which we can speak about next (compare Fischer and Plehwe, 2017).

The Atlas Economic Research Foundation, in short *Atlas Network*, is the largest neoliberal think tank network operating around the globe, and the second largest trans-regional network of organized neoliberalism on the Latin American continent. Since its foundation in 1981, Atlas has launched or nurtured some 495 institutions in over 90 countries worldwide, including 85 think tanks in Latin America and the Caribbean.⁹ The Virginia based

⁷ See <<http://www.reliat.org/>> (29-03-2019).

⁸ Conservative Catholics and elements of catholic social teaching such as subsidiarity were important forces behind the Pinochet dictatorship in Chile, for example. Jaime Guzmán, one of the intellectual leaders and the architect of the legal and constitutional framework of the military regime (which was largely kept in place after the transition to democracy) based his ideological project on corporatist ideas, anti-statism and ultraconservative Catholic values. Rather atypical for adherents to corporatism, he defended capitalism – and Catholicism helped him to argue this ideological amalgam: In the social doctrine formulated by Pope John XXIII, Guzmán perceived private property rights and private enterprise as timeless and permanent values. Guzmán strongly invoked the principle of subsidiarity that is held to protect families and communities from interference by state authority. He thus shared the anti-etatism and references to self-organization with neoliberal perspectives (Fischer, 2009; Romero and Bustamante, 2016). Subsidiarity is a subject of intensive discussion among the new right in Chile (Ortúzar, 2015). Beside the Chileans, the longtime head of the Heritage foundation, the catholic Ed Feulner, Robert Sirico, whose Acton Institute is dedicated to the fusion of catholic teaching and neoliberal political thought, and Latin American neoliberals like Alejandro Chafuen from Argentina, himself a member of Opus dei, are important leads in a closer investigation of the catholic element of neoliberalism (compare Stolicz, 2016, vol. 1, pp. 153f.).

⁹ See Global Directory and members in Latin America and the Caribbean at <<https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory>> (21-03-2019).

Foundation functions like an umbrella organisation. On the one hand, Atlas provides think tank entrepreneurs with significant sums of start-up money and advice and connects them with donors. On the other hand, Atlas integrates its members through joint events, e.g. the Regional Liberty Forums, travel grants, and awards. Moreover, Atlas enhanced the professional character of think tank activities and personnel by developing leadership training programs and an MBA course for think tank executives. Most of the think tanks under study now count on a solid and academic, often foreign trained management team (Djelic, 2017; Fischer, 2018).

Atlas overlaps with further transnational think tank networks in Latin America or – put another way – Atlas has members that are themselves networkers. One of them and at the same time the largest is the *Hispanic American Center for Economic Research (HACER)*, established in 1996 and located in Washington DC. HACER focuses on the Hispanic Americans in North and South America. 108 think tanks belong to HACER, 89 of them in Latin America, seven in Spain and 12 in the U.S. – all of them dedicated to “the core values of personal and economic liberty, limited government under the rule of law, and individual responsibility”.¹⁰ HACER takes a “regional” – as opposed to a country-specific – perspective to these issues. Atlas president Alejandro Chafuen serves on the board, among others. HACER’s Latin American News section provides country reports, news and public policy papers, distributed in English and Spanish. In an extensive online library HACER offers neoliberal classics in Spanish from authors like Ayn Rand, Mises, Menger and Hayek as well as contemporary literature from neoliberal thinkers from the continent like Peru’s Mario Vargas Llosa, Cuban-born Carlos Alberto Montaner and Carlos Sabino from Venezuela. The organization also awards funding to political leaders and writers, e.g. through its Giancarlo Ibargüen Freedom Award named after HACER’s long-standing board member, president of the Francisco Marroquín University in Guatemala City and member of the Mont Pèlerin Society (MPS), the global network of neoliberal intellectuals founded by Hayek and others in 1947 (Plehwe and Walpen, 2006; Mirowski and Plehwe, 2009).

Another trans-regional network, the *Fundación Internacional para la Libertad* (FIL/International Foundation for Liberty), emerged on initiative of the Spanish right. It was founded in 2003 in Madrid, when think tanks from Latin America, Europe and the U.S. came together on initiative of the Fundación Iberoamérica Europa, a think tank strongly linked to

¹⁰ See the list of complete list of allied think tanks <<http://www.hacer.org/chico-1/>> (21-03-2019).

José Aznar and the Partido Popular. FIL is headquartered in Rosario, Argentina, and the writer and public intellectual Mario Vargas Llosa leads the organization. The academic board assembles neoliberal economists from three continents. We find key figures such as Alberto Benegas Lynch and Ricardo López from Argentina, Carlos Sabino and a strong Chilean fraction (Büchi, Cáceres, and Fontaine). Many of them are MPS members. FIL's entrepreneur's advisory board comprises more than 50 representatives of big business in Latin America and Spain, coordinated by Álvaro Vargas Llosa, like his father a writer and neoliberal propagandist. Currently the FIL network comprises of 24 Latin American think tanks; US and European (all Spanish except the German Naumann Foundation) organisations are equally represented (each with six).¹¹

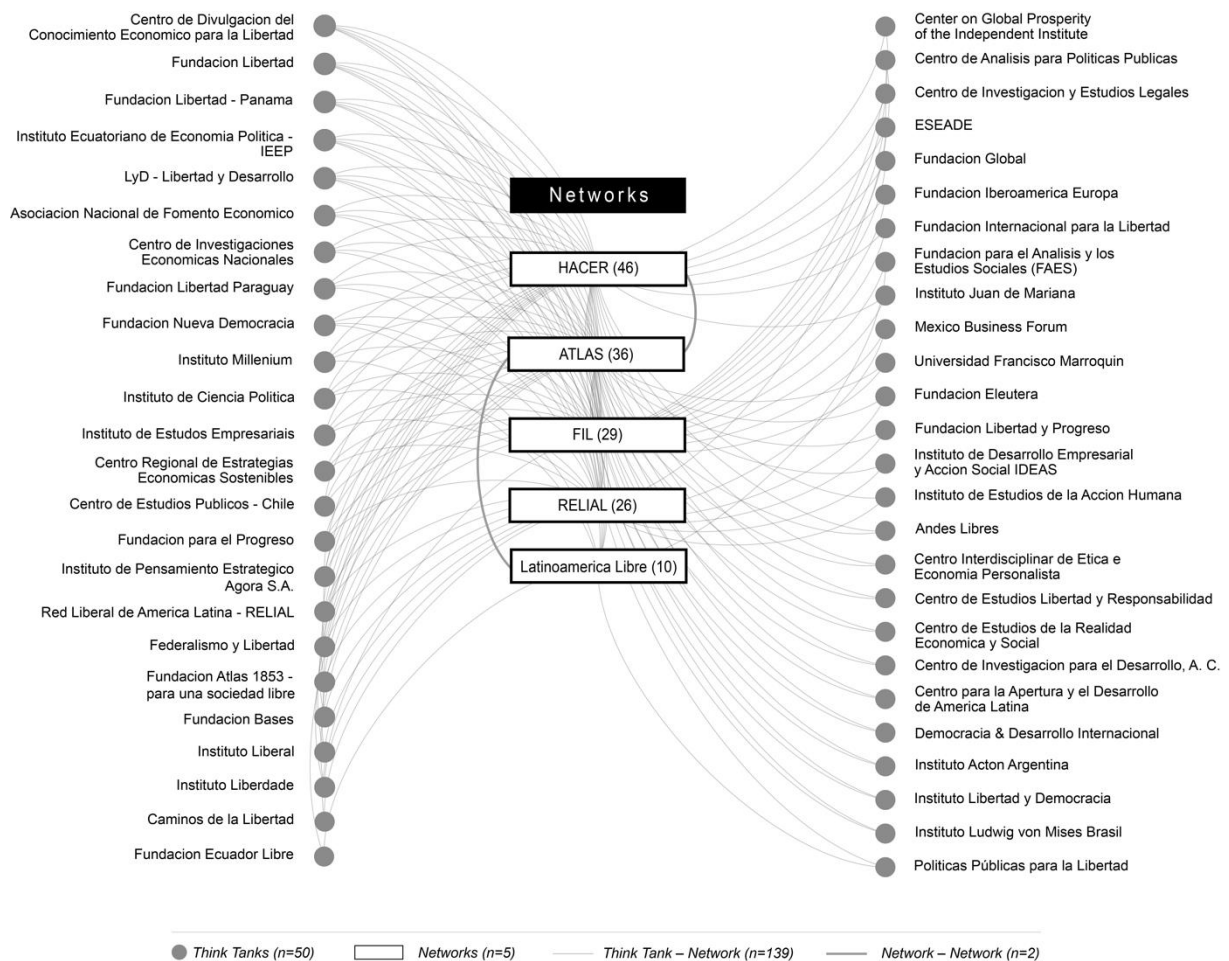
The fifth and final transnational think tank network we discovered is *Latinoamérica Libre*. It is the “counterpart” of RELIAL and unites the followers and supporting institutions of the Unión de Partidos Latinoamericanos (UPLA). UPLA is the regional spin-off of the International Democrat Union which was founded by Margret Thatcher, George Bush, and Helmut Kohl, among others. Both, the party and the think tank network are headquartered in Santiago de Chile. UPLA currently increases in significance. It gathers 20 reactionary right-wing parties that are linked to former dictatorships, traditional conservative parties, and new parties and movements from the (neoliberal) right. Party members include the far-right ARENA (Alianza Republicana Nacionalista) from El Salvador, Chile's Renovación Nacional and Unión Demócrata Independiente and recent formations like Mauricio Macri's PRO (Propuesta Republicana) from Argentina, the Movimiento CREO from Ecuador or the Movimiento Demócrata Social from Bolivia. In sum 17 Latin American think tanks are part of the think tank network; it receives international support from the German Hanns Seidel Foundation and the International Republican Institute.¹²

The following graph represents the five networks (based on data from 2016). Think tanks are represented only if they belong to at least two of the five networks, reducing the number from 105 to 55 organizations. This highlights the transnational dimension and allows focusing on the organizational integration of the Latin American think tank networks.

¹¹ See <<https://fundacionfil.org/consejo-academico/>>, <<https://fundacionfil.org/consejo-empresario-asesor/>> and <<https://fundacionfil.org/entidades-adheridas/>> (20-03-2019).

¹² See <<http://uplalatinoamerica.org/>> (20-03-2019).

Diagram 1: Think Tanks affiliated to more than one of the five Networks in Latin America



Source: thinknetworkresearch.net; we are grateful to Ramona Almen and Moritz Neujeffski who have supplied the network graph.

While the think tanks in the five networks studied are united in general by a normative world view, individual think tanks perform quite different tasks. There are think tanks that produce and popularize “pure doctrine” and keep some distance from concrete politics. Good examples in this regard are those who base their “war of ideas” on the Austrian school of Ludwig von Mises and Friedrich Hayek. Others are public policy oriented “do tanks”, which engage in consultancy and still others go beyond intellectual activities. This is especially true for the “freedom fighters” in Brazil that sparked the cultural war against the Worker’s party and left-wing intellectuals. Atlas-affiliated groups like Come to the Street (Vem Pra Rua/VPR), Students for Liberty (Estudantes Pela Liberdade/EPL) and the Free Brazil Movement (Movimento Brasil Livre/MBL) successfully converted the 2013 street

demonstrations into marches against Dilma. Their bloggers, columnists and Facebook campaigners have themselves garnered a mass of supporters, using violent rhetoric, defamation and fake news. Social media, high-circulation *Veja* magazine, private radio and television shows became the platform for aggressive, young freedom fighters many of whom went through leadership courses and several training programs at Atlas. Fábio Ostermann, the coordinator of the Free Brazil Moment, was a Summer Fellow at the Atlas Economic Research Foundation, for example (Amaral, 2015).¹³

Altogether they form a neoliberal think tank universe which is characterized by quite common forms of division of labor among these groups. What Bailey stated in 1965 is still accurate: “Whereas one society will be activists, engaging in civic action, pressure tactics, and/or direct action against the enemies, another group will be concerned with propaganda and education.” (Bailey, 1965, p. 201) They share common principles such as limited government, low taxes, individual freedom, free enterprise and the rule of law; their common bogeyman is “populism” and the pink tide governments, being built up to be “a communist threat”.

Cadres of neoliberal mobilization

Studying the organizations populating the various think tank networks leads us to the most important assets: the cadres of organized neoliberalism. Studying think tank networks allows us to study other important elements of organized neoliberal civil society both in the different countries and across borders. Because neoliberalism is a global movement we can also benefit from comparing the ways neoliberal networks are organized in other world regions. Due to the large number of individuals involved in the transnational neoliberal think tank networks, both qualitative and quantitative research has to meet considerable challenges. We focus here on individuals who link think tanks across borders and thereby form the nucleus of transnational neoliberal elite. This work on think tank professionals and (transnational) civil society formation is presently still at an early stage. But the focus on think tanks can help us to understand the larger (neoliberal) coalitions of business, media, and academic, political and other civil society forces. If these coalitions align, they form (transnational) expert, consulting and lobby or advocacy networks (on TECLANs compare

¹³ For instructive case studies on the role and relevance of individual neoliberal think tanks and think tank networks in Peru, Chile and Argentina see Mitchell, Tim (2009), Fischer (2009) and Plehwe (2011), for example

Plehwe, 2014). Think Tank analysis allows tracking and tracing individuals from the various fields important to the sources of power who are all invested in think tank politics as staff members or in supporting and funding functions on advisory or supervisory boards. The five Latin American networks studied comprise of more than 1,300 individuals (compare table 1 for details).

Table 1: Think Tanks and their affiliates within the five networks

TT Networks	Nr. of think-tank Members (international)	Nr. of think-tank Members (Latin-America only)*	Nr. of individuals affiliated**
Atlas Network	485	***63	770
FIL	37	24	387
HACER	88	61	986
Latinamericano Libre	14	10	88
RELIAL	33	27	329
Total	657	185 (105)	2560 (1352)

* Think-tanks are often part of more than one network. Therefore, if think-tank membership per network is counted we derive at 185 think-tanks positions, which are composed by 105 individual think-tanks.
 ** This is true for the individual affiliates as well. There are 1352 individual persons in total, which are affiliated to the 105 think-tanks. If counted per network, they make up for 2560 positions.
 *** Atlas currently lists 83 think tanks in Latin America, 20 more than 2016, our last update of staff, board members and CEOs.

Contrasting Latin America to Europe helps to shed more light on the local relevance of think tank networks in Latin America and on the peculiar composition of transnational neoliberal elites. Latin American neoliberal think tank networks appear to be more durable and cut more strongly across political party boundaries than European networks, for example (Fischer and Plehwe, 2017). Interesting differences emerge if we take a closer look at staff and board members.

If we count the individuals who are engaged in these five think tank networks in Latin America, we arrive at a total of 1352 individuals, comprising staff and board members (research on staff and board members last updated in October 2016). Staff members are think tank professionals who devote much if not all of their career to think tank efforts. Board members are members of advisory boards or supervisory boards. They usually come either from the academic world or from corporations, although some can also hold jobs in the media

or hold political offices. Think tank staff and board members are often affiliated to more than one think tank, they make up for 1517 positions,¹⁴ though less than ten percent of the staff and board members hold multiple positions.

Common to both regions is the phenomenon of interlocking think tank positions held by 106 individuals (of the total of 1352 individuals affiliated to the 105 think tanks) in Latin America and 149 individuals in Europe. Interlocking positions can be held by board and by staff members. Of the 106 individuals who held positions in at least two think tanks in Latin America, 37 held positions in at least two think tanks in different countries (51 in Europe). The latter group in particular is of considerable interest since we can assume these people to be important intermediaries between the different national constellations. Let us take a closer look at this nucleus of transnational neoliberal elites in Latin America.

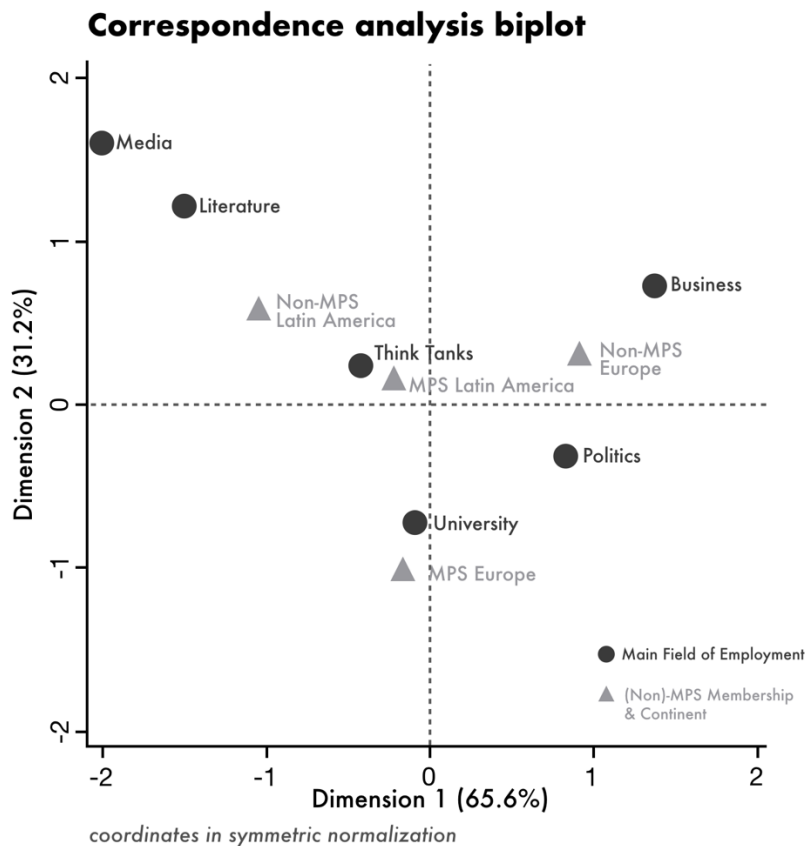
The top members of the 37 hold up to 9 positions in different think tanks. The group is led by Carlos Sabino. His career brought the Argentina-born MPS member and prolific writer to neoliberal academic bastions in Venezuela, Guatemala (Francisco Marroquín University) and to the US (George Mason University). Second is Alberto Benegas Lynch and Gerardo Bongiovanni, both are also academic power brokers from Argentina. Benegas Lynch is the founder of the ESEADE Business School in Buenos Aires, Bongiovanni initiated Fundación Libertad, Fundación Iberoamérica Europa and Fundación Internacional para la Libertad. Among the top ten linkers we furthermore find the exiled Cuban writer Carlos Alberto Montaner and Alejandro Chafuen, long-time head of the Atlas Economic Research Foundation network also from Argentina. Following his career at Atlas, Chafuen moved to the important catholic neoliberal think tank Acton Institute in 2018. The list also includes Peru's think tank scholar Enrique Ghersi and Alvaro Vargas Llosa, son of Peruvian novelist Mario Vargas Llosa, and Cato-affiliated Ian Vásquez, who served at the U.S. Council on Foreign Relations and is an MPS member. The only woman among the top ten is antichavista Rocío Guijarro, co-founder of one of the oldest and most active think tanks on the continent, CEDICE in Venezuela.

¹⁴ In our chapter "Neoliberal think tank networks in Latin America and Europe: strategic replication and cross national organizing" (Fischer and Plehwe, 2017) we speak of 3384 positions. This discrepancy results from two factors. (1) a different calculation, in which positions are counted per network: Since many think-tanks hold membership in more than one network, this results in different numbers of positions. (2) We have also included think tanks in these five Latin-American networks, which are based outside Latin-America. The numbers provided here focus on Latin America only and count think tanks that are part of different networks only once.

Biographical analysis reveals further details about the transnational neoliberal elite members. We discover a high number of members of the Mont Pèlerin Society: 51 % of these transnational linkers take part in the global neoliberal elite network. Apart from a high number of interlocks held by MPS members in general, MPS members clearly outnumber others when it comes to occupying positions in three or more think tanks. We therefore consider them a key element of transnational neoliberal knowledge power elites in C. Wright Mill's sense of occupying organizational leadership positions.

If we take a closer look at the groups of MPS and non-MPS members who are in interlock positions across borders, we can establish some interesting descriptive particulars for transnational elite members. Correspondence analysis is helpful to establish association between categorical variables in a given dataset and singles out different "types" of actors. Contrasting Latin American and European neoliberal elites (sub-divided by MPS membership and the group of non-members) helps realizing the specificities of the Latin American Think Tank networkers.

Diagram 2: Correspondence Analysis – Macro-Region and MPS/nonMPS-Membership with Main Employment

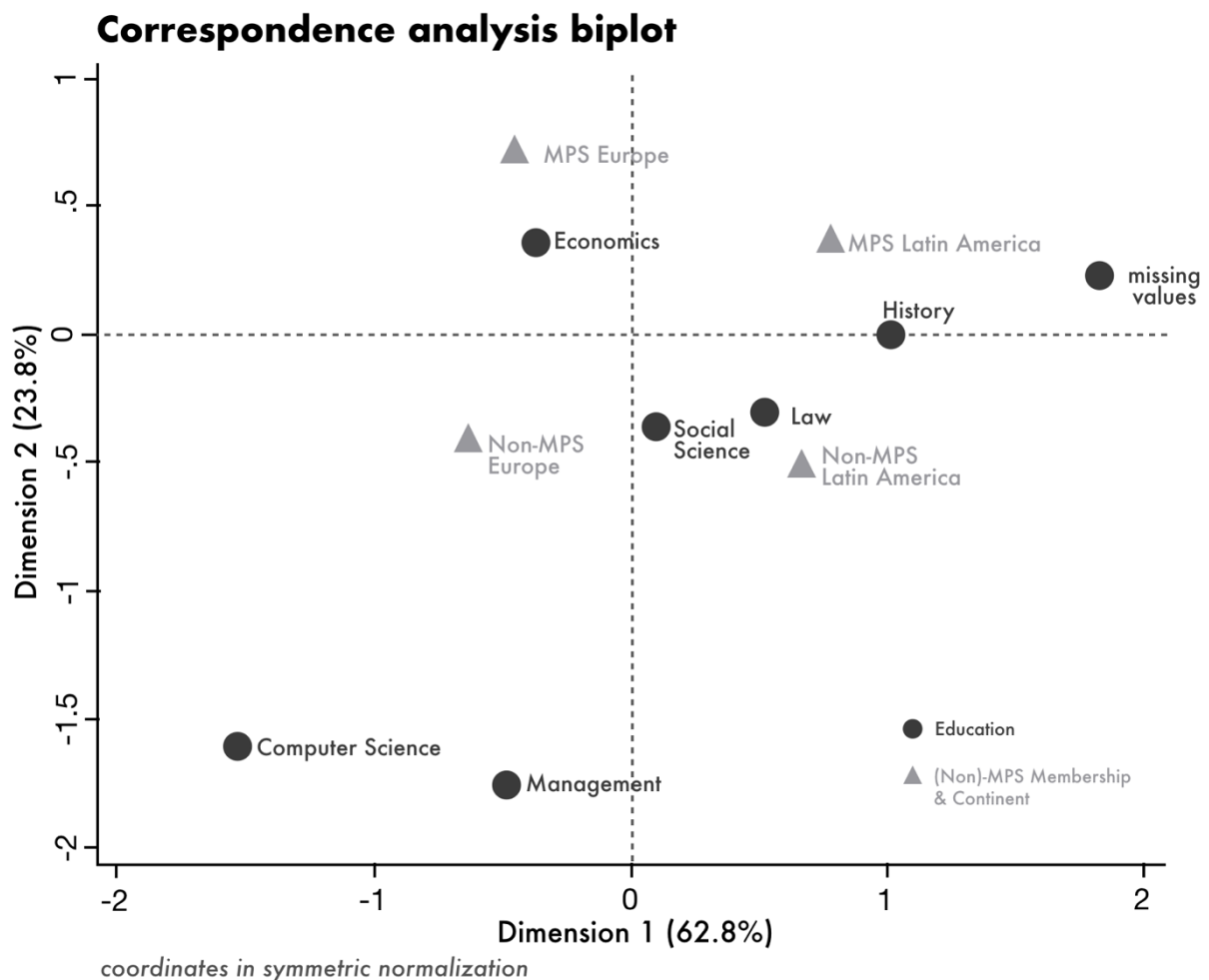


The corresponding results are listed in the annex (Table 2)

In contrast to Europe, Latin American members of the Mont Pèlerin Society are working for think tanks rather than universities, and those interlocking board members who are not part of the MPS network are closer to the media and think tank field compared to the Europeans who are closer to the business and think tank field. Compared to Europe, the transnational cadres of neoliberal networks are more closely based in the ideological sphere of think tanks and the media.

In terms of training, we also find interesting differences between organized neoliberals in Latin America and in Europe. The following graph shows the members of the interlocking communities placed in the field of academic and professional training.

Diagram 3: Correspondence Analysis – Continent and MPS-Membership with Educational Background



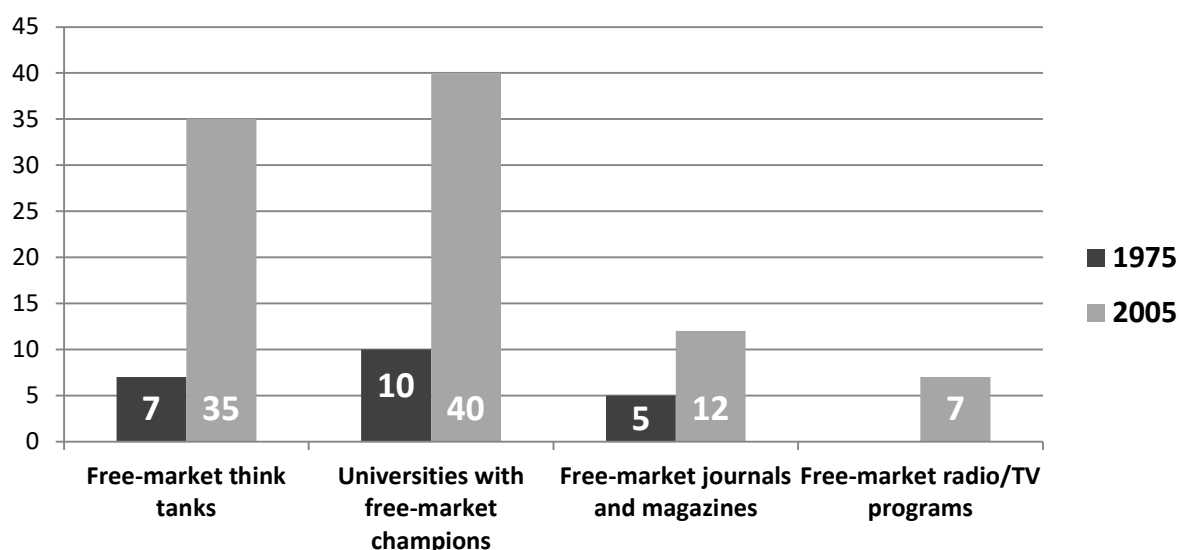
The corresponding results are listed in the annex (Table 3)

European MPS members in interlocking positions are typically economists. The profile of Latin American neoliberal intellectuals is more diverse. In addition to economists we also find more traditional fields like history or literature. The proportion of women is low in the inner circle, in Latin America it is slightly higher (13.5%) than in Europe (12%). In terms of country of origin, the biggest group of transnational cadres is from Argentina followed by Peru and Chile. Although their *space* of activity is of course transnational, only a small group has moved their *place* of activity elsewhere or abroad.

How important are these networks? When many of the right expressed fears in the advent of Lula's rise to the presidency in Brazil, the head of the Atlas Economic Research

Foundation, Alejandro Chafuen, countered the worries with a table compiled to document the strength of the neoliberal civil society organizations in his world region (see diagram 4).

Diagram 4: Neoliberal Capacity Building: MPS Latin America Think Tanks



Source: Chafuen, 2006, p. 6, based on estimates from Atlas Economic Research database and www.hacer.org

Commenting on the pink tide, the mentor of the freedom fighters in Brazil said: “And after 25 years of Atlas investing in the region, we have many more think tanks, universities and media outlets championing the principles of the free society. The prospects for Latin America to rebuild their institutions in a manner favorable to liberty are quite strong, especially if our think tank allies can continue to move beyond narrow research and familiar audiences (...).” (Chafuen, 2006, p. 1) In addition to the need to observe the right wing political parties in opposition it is clearly necessary to pay closer attention to neoliberal civil society networks in Latin America.

Conclusion: the limits of the pink tide and the prospect of “post-neoliberalism”

In this article we are siding with those who have argued that the “pink tide” has been a contested process rather than a break with neoliberalism (Chodor, 2015). Although the term can be useful it needs to become much clearer where and how economic, political and social relations develop in ways that allow speaking about a departure from neoliberalism rather

than evolution under considerable if not overarching influence of neoliberal social forces and principles let alone the structural constraints, domestic and international.

Drawing on a revised version of Michael Mann's model of social power we relied on Barry Cannon's (2016) work to demonstrate the limits of the departure from neoliberalism in political-institutional, economic, ideological and military terms. Contrary to the emphasis on political shifts by scholars advocating the intertwined development of the pink tide and post-neoliberalism, we have argued the need for a deeper analysis of different socio-economic and ideological dimensions and the wider distribution of power in capitalist societies. The pink tide movement ultimately failed to fundamentally contradict, confront and undermine neoliberal varieties of capitalist development in Latin America in all but a few countries or domains. Institutional reforms were often the result of opportunities rather than the result of a systematic effort and only pursued in a given period of time when the international conditions were favorable.

Even the most ambitious Bolivarian countries and to a lesser extent Argentina and Brazil failed to deepen and institutionalize a new "post-neoliberal" model. This also applies to the international level. South-South cooperation in the framework of ALBA, UNASUR and the Latin American Investment Bank stalled, and has recently been undermined by the new phalanx of right wing governments committed to rescinding the Bolivarian revolution. Instead of ALBA's focus on south-south cooperation, the Pacific Alliance model of corporate globalization and partnership with the North once again tops the agenda. "Productive integration", caught up with difficulties in any case, is off the table. Industrial strategies will be limited to upgrading efforts within global value chains.

Taking the argument of the need to take the transnational sources of power further our analysis of transnational think tank networks and neoliberal elites in Latin America shows the extent to which these networks have been developed across borders. The extent to which neoliberals in different countries, political parties, corporate headquarters, churches and other civil society organizations rely on the input originating in neoliberal think tank and expert networks can hardly be over-estimated. At the same time it is necessary to recognize that a lot of research remains to be done. We still need to know much more about the funding of think tanks, about the profile of the think tank professionals and their leadership, and about the range of tasks carried out by these para-political cadres. Links to both the media, to the

corporate sector and to other civil society organizations like the churches in particular need to be examined more closely in order to more fully comprehend the track laying capacities and the variety of catholic neoliberalism in Latin America (compare Fischer and Plehwe, 2013). The closer look at nucleus of the transnational neoliberal elite underlines the relevance of think tank networks in Latin America. Much more can be found out in greater detail once we, firstly, expand the group biographical analysis of think tank professionals to the larger group of individuals who are present in more than one think tanks, and, secondly, to the whole group of individuals serving as staff and board members. A more comprehensive study of board members in particular will help to shed light on components of the neoliberal discourse coalitions and expert, consulting and lobby or advocacy networks beyond the think tanks, namely the corporate, media, civil society and party political elements.

In terms of ideological change, the new varieties of neoliberalism under construction in the present time combine key tenets of economic freedom with social and cultural conservatism, including more pronounced nationalism. Conservative catholic social norms like personality, solidarity in extended family and community circles and subsidiarity are of particular relevance in this regard. In terms of policy making, the populist mask is quickly taken off and offers plain visibility of the radicalized neoliberal content of the new right wing formations as we can see in the case of Brazil or Venezuela. The softer varieties claiming social market economy professing liberal values with regard to gender, sexuality, diversity etc. are meeting the objections of the more authoritarian varieties that combine neoliberalism and social and cultural conservatism. In Chile, for example, different fractions of young neoliberal intellectuals set out to build a program for a renewed right for Chile and beyond. Newly founded think tanks and a lively stream of publications substantiate this endeavor in which communitarian, cosmopolitan and authoritarian currents confront one another (Alenda, Gartenlaub and Fischer, 2019).

Neoliberal core beliefs like property rights, freedom of contract, rule of law and the need to defend and stabilize the capitalist order have been translated in different programs and models depending on socio-economic circumstances, power constellations and social struggles. Neoliberals are willing to compromise with their opponents if need be, but the threats emanating from countries like Venezuela, Argentina or Brazil also demonstrate the range of counter-strategies employed to defend the basic tenets of neoliberal order. Counter

strategies involved mobilizations that relied on media channels and think tank infrastructures in addition to party political, electoral and legal strategies. Beyond legal strategies, the right pushed new targeting and defamation strategies, which prepared the ground for semi-constitutional action (e.g. one-sided anti-corruption campaigns), which require significant support from media and media behind the media, namely coordinated campaigns via think tank networks, for example. Instead of focusing only or mainly on the left or on the right, a *relational* perspective is required to assess the process of contentious politics and the direction of social transformations.

To take a relational perspective serious also means analyzing the frictions and divisions within the right and the “limits of the possible”. New right wing governments across the regions will remain extremely vulnerable to the volatility of the global commodity markets. Progressive forces across Latin America are called upon to engage (again) in an ideological battle in order to reflect and possibly re-direct social struggles. Progressive think tanks, transnationally coordinated, might come to play a role here.

References

ABENDROTH, Wolfgang. *Antagonistische Gesellschaft und politische Demokratie. Aufsätze zur politischen Soziologie*. Neuwied – Berlin, 1967.

ALEND, Stéphanie, Andrea GARTENLAUB, and Karin FISCHER. “‘Ganar la batalla de las ideas’: el rol de los *think tanks* en la reconfiguración de la centro-derecha chilena.” In: Alenda, Stéphanie (ed.). *Las transformaciones de la derecha en Chile*. Santiago: Fondo de Cultura Económica Chile, forthcoming 2019.

AMARAL, Marina. “The Right’s New Clothes.” <http://www.brasilwire.com/the-rights-new-clothes/>, English translation by Angela Milanese, June 2015.

ANDERSON, Perry. “Bolsonaro’s Brazil.” *London Review of Books*, vol. 41, n.3, p.11-22, 2019.

BAILEY, Norman A. “Organization and Operation of Neoliberalism in Latin America.” In: BAILEY, Norman A. (ed.). *Latin America: Politics, Economics, and Hemispheric Security*.

New York/Washington/London: Frederick A. Praeger for The Center for Strategic Studies, pp. 193-238, 1965.

BECKER, Joachim (with support from Justyna Kajta, Adam Mrozowicki, László Neumann, Koen Smet). *Neo-Nationalismus in der EU: Sozio-ökonomische Programmatik und Praxis*. Wien: Materialien zu Wirtschaft und Gesellschaft Nr. 179, 2018

BORON, Atilio A. "El pos-neoliberalismo: un proyecto en construcción". In: SADER, Emir and Pablo GENTILI (eds.). *La trama del neoliberalismo. Mercado, crisis y exclusión social*. CLACSO: Buenos Aires, 2003.

BRAND, Ulrich and SEKLER, Nicola. "Postneoliberalism: catch-all word or valuable analytical and political concept? Aims of a beginning debate." *Development dialogue*, n. 51, p. 5-14, 2009.

CANNON, Barry. *The Right in Latin America. Elite Power, Hegemony and the struggle for the State*. London: Routledge, 2016.

CEDLA/Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario (ed.). *Memoria del Seminario Internacional "Postneoliberalismo cambio o continuidad"*. La Paz: CEDLA, 2009.

CHAFUEN, Alejandro. "Hope Amid Turmoil in Latin America?" *Atlas Highlights*, vol. 1, n. 6+7, 2006.

CHODOR, Tom. *Neoliberal Hegemony and the Pink Tide in Latin America. Breaking up with TINA?* Houndmills: Palgrave Macmillan, 2015.

DJELIC, Marie Laure. "Building an architecture for political influence: Atlas and the transnational institutionalization of the neoliberal think tank." In: Christina GARSTEN and SÖRBOM, Adrienne (eds.), *Power, Policy and Profit. Corporate Engagement in Politics and Governance*. Cheltenham: Edward Elgar, pp. 25-44, 2017.

FÉLIZ, Mariano. "¿Neo-desarrollismo: más allá del neo-liberalismo? Desarrollo y crisis capitalista en Argentina desde los 90." In: *Revista Theomai*, n. 23, pp. 72-86, 2011.

FISCHER, Karin. "The Influence of Neoliberals in Chile before, during, and after Pinochet." In: MIROWSKI, Phil and PLEHWE, Dieter (eds.). *The Road from Mont Pèlerin. The Making of the Neoliberal Thought Collective*. Cambridge/London: Harvard University Press, pp. 305-346, 2009.

FISCHER, Karin. "The Atlas network: littering the world with free-market think tanks." *Global Dialogue*, vol. 8, n. 2, pp. 10-11, 2018.

FISCHER, Karin and PLEHWE, Dieter. "Redes de think tanks e intelectuales de derecha en América Latina. *Nueva Sociedad*, n. 245, pp. 70-86, 2013.

FISCHER, Karin, and PLEHWE, Dieter. "Neoliberal Think Tank Networks in Latin America and Europe. Strategic Replication and Cross-National Organizing." In: SALAS-PORRAS, Alejandra and MURRAY, Georgina (eds.). *Think Tanks and Global Politics. Key Spaces in the Structure of Power*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, pp. 159-186, 2017.

GOLDFRANK, Benjamin. "The Left and Participatory Democracy: Brazil, Uruguay, and Venezuela." In: LEVITSKY, Steven and Kenneth M. Roberts (eds.): *The Resurgence of the Latin American Left*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, pp. 162-183, 2011.

GRUGEL, Jean and Pia RIGGIROZZI. "Post-neoliberalism in Latin America: Rebuilding and Reclaiming the State after Crisis." In: *Development and Change*, vol. 43, n. 1, pp. 1-21, 2012.

HARVEY, David. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

KALTWASSER, Cristóbal Rovira. "Towards Post-Neoliberalism in Latin America?" In: *Latin American Research Review*, vol. 46, n. 2, pp. 245-277, 2011.

KALTWASSER, Cristóbal Rovira. "La derecha en América Latina y su lucha contra la adversidad." *Nueva Sociedad*, n. 254, pp. 34-45, 2014.

LÓPEZ SEGRERA, Francisco. *América Latina: Crisis del Posneoliberalismo y Ascenso de la Nueva Derecha*. Buenos Aires: CLACSO, 2016.

LUNA, Juan Pablo and KALTWASSER, Cristóbal Rovira. "The Right in Contemporary Latin America. A Framework for Analysis." In: LUNA, Juan Pablo and Cristóbal Rovira KALTWASSER. *The Resilience of the Latin American Right*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, pp.1-22, 2014.

LUNA, Juan Pablo and KALTWASSER, Cristóbal Rovira (eds.). *The Resilience of the Latin American Right*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2014.

MANN, Michael. *The Sources of Social Power, vol. I. A history of power from the beginning to AD 1760*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

MANN, Michael. *The Sources of Social Power*, vol. IV. *Globalizations, 1945–2011*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

MIROWSKI, Philip, and PLEHWE, Dieter (eds.). *The Road from Mont Pèlerin. The Making of the Neoliberal Thought Collective*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009.

MITCHELL, Tim. “Property Rights against Poverty.” In: Mirowski, Philip/Plehwe, Dieter (eds.). *The Road from Mont Pèlerin. The Making of the Neoliberal Thought Collective*. Harvard University Press, 386-416; 2009.

MOREIRA, Constanza. “El largo ciclo del progresismo latinoamericano y su freno. Los Cambios Políticos en América Latina de la Última Década (2003-2015).” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, n. 93, <http://dx.doi.org/10.17666/329311/2017>, 2017.

NUEVA SOCIEDAD. Los rostros de la derecha en América Latina (tema central), n.254, Noviembre-Diciembre, 2014.

ORTÚZAR, Pablo (ed.). *Subsidiaridad. Más allá del Estado y del mercado*. Santiago: IES, 2015.

PLEHWE, Dieter. “Introduction.” In: MIROWSKI, Philip, and PLEHWE, Dieter (eds.). *The Road from Mont Pèlerin. The Making of the Neoliberal Thought Collective*. Cambridge, MA: Harvard University Press, pp. 1-44, 2009.

PLEHWE, Dieter. “Transnational discourse coalitions and monetary policy: Argentina and the limited powers of the ‘Washington Consensus’”, *Critical Policy Studies* 5(02), pp. 127 – 148, 2011.

PLEHWE, Dieter. “Think Tank Networks and the Knowledge-Interest Nexus. The Case of Climate Change.” *Critical Policy Studies*, 8 (1), 101-115, 2014.

PLEHWE, Dieter and Bernhard WALPEN, “Between network and complex organization: The Making of Neoliberal Knowledge and Hegemony,” In: PLEHWE, Dieter, Bernhard WALPEN and Gisela NEUNHÖFFER (eds.). *Neoliberal Hegemony: A Global Critique*. London: Routledge, pp. 27-50, 2006.

PLEHWE, Dieter, WALPEN, Bernhard and NEUNHÖFFER, Gisela (eds.). *Neoliberal Hegemony: A Global Critique*. London: Routledge, 2006.

RAM, Rati. "Measuring economic freedom: a comparison of two major sources." In: *Applied Economics Letters*, vol. 21, n. 12, pp. 852-856, 2014.

RAMÍREZ, Hernán. "The Brazilian neoliberal think tank network." In: *Global Dialogue*, vol. 8, n. 2, pp.17-18, 2018.

ROMERO OCAMPO, Javier and BUSTAMANTE OLGUÍN, Fabián. "Neoliberalismo, poder y religión en Chile." *Revista de Investigación Crítica*, vol. 3, n. 5, pp. 79-110, 2016.

RUCKERT, Arne, Laura MACDONALD and Kristina R. PROULX. "Postneoliberalism in Latin America: a conceptual review" In: *Third World Quarterly*, vol. 38, n. 7, pp. 1583-1602, 2017.

SADER, Emir. *Refundar el Estado. Posneoliberalismo en América Latina*. Buenos Aires: Instituto de Estudios y Formación de la CTA, 2008.

SADER, Emir. "Postneoliberalism in Latin America." In: *Development Dialogue*, n. 51, pp. 171-179, 2009.

SLOBODIAN, Quinn. *Globalists. The End of Empire and the Birth of Neoliberalism*. Cambridge: Harvard University Press, 2018.

STANFORD, Jim. "Economic Freedom for the Rest of us." Halifax: Canadian Autoworkers Union, www.csls.ca/events/cea1999/stanf.pdf, 1999.

STOLOWICZ, Beatriz. *El Misterio del Posneoliberalismo. La estrategia para América Latina*. Bogota: ILSA (Espacio crítico Ediciones), vol. 1 and 2, 2016.

TORNAGHI, Cecilia. "Pacific Alliance and Mercosur start plans free trade agreemtn." In: *Latin Finance* July 24, 2018.

VELTMEYER, Henry and James PETRAS (eds). *The New Extractivism: A Post-Neoliberal Development Model or Imperialism of the Twenty-First Century?* London: Zed Books, 2014.

VOMMARO, Gabriel. "'Meterse en política': la construcción de PRO y la renovación de la centroderecha argentina. In: *Nueva Sociedad*, n. 254, pp. 57-72, 2014.

Continuity and Variety of Neoliberalism: Reconsidering Latin America's Pink Tide

Abstract:

In this article we critically engage with the term and concept of "post-neoliberalism", delineate different meanings in the literature and arrive at the conclusion that the term leaves more questions open than it answers. In order to clarify the continuity and variety of neoliberalism in Latin America, we draw on literature that investigates the departure from and the persistence of neoliberalism. Barry Cannon's work on the rise of the right in Latin America can be considered particularly useful to carefully study both social power relations within the various countries, and international power relations of great relevance to the region. In taking his arguments further we present and examine transnational neoliberal think tank networks that are active in Latin America in comparative perspective. We show the extent to which these networks have been developed across borders and investigate the key linkers within these networks. In comparison with European neoliberal networks, the role of think tank professionals as transnational coordinators stands out. In conclusion we situate the main neoliberal currents within the contemporary constellation of right wing political ideologies. The article strengthens a relational perspective in the study of varieties of neoliberalism and its counter-forces. Last but not least research desiderata are indicated with regard to think tank professionals and organized civil society and in the field of historical institutionalism related to the rise of transnational ideological power structures at large.

Keywords: varieties of neoliberalism, pink tide, post-neoliberalism, think tanks networks.

Continuidad y variedad del neoliberalismo: reconsiderando la marea rosada de América Latina

Resumen:

En este artículo nos comprometemos críticamente con el término y el concepto de "posneoliberalismo", delineamos diferentes utilizaciones en la literatura y llegamos a la conclusión de que el término deja más preguntas abiertas que contestadas. Por lo tanto, recurrimos a la literatura que investiga la desviación (o la persistencia) del neoliberalismo en un estudio cuidadoso de las relaciones de poder social. Más concretamente, nos basamos en el trabajo de Barry Cannon sobre el auge de la derecha en América Latina. Al profundizar sus argumentos, examinamos, desde una perspectiva comparativa, redes transnacionales de think tanks neoliberales que están activas en América Latina. Mostramos hasta qué punto estas redes se han desarrollado a través de las fronteras e investigamos los actores clave dentro de estas redes. En comparación con redes neoliberales en Europa destaca el papel de los profesionales de los think tanks como coordinadores transnacionales. Para concluir, situamos las corrientes principales dentro de la constelación contemporánea de ideologías políticas de derecha. El artículo fortalece una perspectiva relacional en el estudio del neoliberalismo y sus fuerzas opuestas. Por último, indicamos desiderata de investigación en el campo de los profesionales de think tanks como actores de la sociedad civil y de las estructuras de poder ideológico transnacional en general.

Palabras clave: variedades de neoliberalismo, marea rosa, post-neoliberalismo, redes de think tanks.

Continuidade e Variedade do Neoliberalismo: Reconsiderando a Onda Rosa da América Latina

Resumo:

No presente artigo, debatemos criticamente a expressão e o conceito de pós-neoliberalismo. Ao delinear diferentes utilizações na literatura, chegamos à conclusão de que deixa mais perguntas do que respostas. Neste sentido, recorremos à literatura que investiga o desvio (ou persistência) do neoliberalismo em um estudo cuidadoso das relações de poder social. Mais especificamente, nos baseamos no trabalho de Barry Cannon sobre o auge da direita da América Latina. Ao aprofundar seus

argumentos, analisamos, desde uma perspectiva comparativa, as redes transnacionais de *think tanks* neoliberais que estão ativas na América Latina. Mostramos até que ponto estas redes se desenvolveram por meio das fronteiras e analisamos os atores chave dentro destas redes. Em comparação com as redes neoliberais da Europa, o artigo destaca o papel dos profissionais dos *think tanks* como coordenadores transnacionais. Para concluir, situamos as correntes principais dentro da constelação contemporânea de ideologias políticas de direita. O artigo fortalece uma abordagem relacional no estudo do neoliberalismo e das suas forças opostas. Por fim, apontamos a necessidade de uma pesquisa no campo dos profissionais de *think tanks* como atores da sociedade civil e das estruturas de poder ideológico transnacional em geral.

Palavras-chave: variedades de neoliberalismo, maré-rosa, pós-neoliberalismo, redes de think tanks.

Annex:

Table 2: Correspondence Analysis – Continent and MPS-Membership with Main Employment

Correspondence analysis	Number of obs	=	87
	Pearson chi2(15)	=	35.55
	Prob > chi2	=	0.0021
	Total inertia	=	0.4086
6 active rows	Number of dim.	=	2
4 active columns	Expl. inertia (%)	=	96.75

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.5177196	.2680336	23.32	65.59	65.59
dim 2	.3568486	.1273409	11.08	31.16	96.75
dim 3	.1152071	.0132727	1.15	3.25	100.00
total		.4086471	35.55	100	

Statistics for row and column categories in symmetric normalization

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
MainJobs									
Business	0.138	1.000	0.409	1.399	0.838	0.522	0.741	0.162	0.212
Literature	0.034	1.000	0.140	-1.474	0.679	0.145	1.220	0.321	0.144
Media	0.011	0.780	0.108	-1.998	0.539	0.089	1.608	0.241	0.083
Politics	0.080	0.992	0.081	0.851	0.911	0.113	-0.304	0.080	0.021
Think Tank	0.414	0.943	0.111	-0.403	0.768	0.130	0.232	0.175	0.062
University	0.322	0.990	0.152	-0.065	0.011	0.003	-0.728	0.979	0.478
Cont_Member									
MPS-Europe	0.241	0.996	0.234	-0.175	0.040	0.014	-1.030	0.956	0.717
MPS-Latin	0.218	0.432	0.043	-0.222	0.319	0.021	0.159	0.113	0.015
NON-MPS-Eu~e	0.333	0.995	0.378	0.914	0.933	0.538	0.286	0.063	0.076
NON-MPS-La~n	0.207	0.984	0.346	-1.034	0.811	0.427	0.574	0.172	0.191

Table 3: Correspondence Analysis – Continent and MPS-Membership with Educational Background

Correspondence analysis	Number of obs	=	87
	Pearson chi2(18)	=	23.22
	Prob > chi2	=	0.1822
	Total inertia	=	0.2669
7 active rows	Number of dim.	=	2
4 active columns	Expl. inertia (%)	=	86.66

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4094997	.16769	14.59	62.83	62.83
dim 2	.2522289	.0636194	5.53	23.84	86.66
dim 3	.1886889	.0356035	3.10	13.34	100.00
total		.2669129	23.22	100	

Statistics for row and column categories in symmetric normalization

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
Studies									
sysmiss	0.069	0.908	0.406	1.858	0.899	0.581	0.231	0.009	0.015
Computer Sc~e	0.011	0.795	0.086	-1.511	0.468	0.064	-1.612	0.328	0.118
Economics	0.506	0.999	0.174	-0.377	0.633	0.176	0.365	0.366	0.267
History	0.046	0.577	0.130	1.030	0.577	0.119	0.003	0.000	0.000
Law	0.057	0.567	0.052	0.522	0.460	0.038	-0.320	0.107	0.023
Management	0.034	1.000	0.112	-0.469	0.104	0.019	-1.759	0.896	0.423
Social Sci~s	0.276	0.986	0.039	0.068	0.050	0.003	-0.374	0.936	0.153
Cont_Member									
MPS-Europe	0.241	0.882	0.207	-0.446	0.355	0.117	0.692	0.527	0.458
MPS-Latin	0.218	0.849	0.289	0.811	0.763	0.350	0.346	0.086	0.104
NON-MPS-Eu~e	0.333	0.932	0.266	-0.619	0.736	0.312	-0.407	0.196	0.219
NON-MPS-La~n	0.207	0.802	0.238	0.661	0.583	0.221	-0.517	0.220	0.220

Um Panorama dos últimos 25 anos no Brasil: das ressurgências neoliberais às contrarrevoluções preventivas

Recebido: 18-03-2019

Aprovado: 21-05-2019

Luis Fernando Novoa Garzon¹

Introdução

Onde se chega (o que é) e onde se vai (o que será) são enunciados que se impõem em qualquer balanço político que se faça dessas últimas décadas no Brasil, na perspectiva do que se pode almejar enquanto projeto de país e de sociedade. A validade teórica e política do conceito de neoliberalismo precisa, portanto, ser averiguada à luz desse cotejamento.

Se entendermos o neoliberalismo como um repertório renovável de políticas de liberalização, recolocamos o problema em sua concretude. Ainda que associado a um paradigma de alteração regulatória em que se combinam processos de mercantilização, privatização, liberalização comercial e desregulamentação – que depois, por força das assimetrias econômicas e geopolíticas internacionais, se difundiu pelo planeta – não se pode atribuir ao termo *neoliberalismo* uma natureza homogênea e essencialista.

Com ou sem atalhos, o neoliberalismo prosseguiu em dinâmica frontal e progressiva em virtude justamente do caráter inatingível de seu objeto idealizado: a absoluta mercantilização de qualquer intercâmbio ou interação social. Na prática, nunca se dá por concluída a tarefa da “liberalização”: tanto o conceito como o programa são consoantes com programas contínuos de contrarreformas concentradoras e particularistas. Por isso a ênfase posta na neoliberalização enquanto um “processo aberto e contraditório de reestruturação regulatória” (Peck, 2010, p. 7).

A perenidade ou a longa duração do neoliberalismo no Brasil é fruto de acordos financeiro-monopolistas e de apropriações decorrentes que foram sendo renovadas desde os anos 90. O neoliberalismo, como prática política, em contradição com sua matriz teórica originária, sempre foi um regulacionismo seletivo dissimulado. Ao invés de encontrar rótulos mais ou menos condizentes com as readequações entre os capitais, suas frações e

¹ Sociólogo, Doutor em Planejamento Urbano e Regional, Professor da Universidade Federal de Rondônia, brasileiro, co-autor dos livros “Negociação e Acordo Ambiental: o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como forma de tratamento dos conflitos ambientais”. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014 e “Capitalismo globalizado e recursos territoriais”. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. Email: l.novoa@unir.br

representações, devemos observar de que forma as atuais práticas de liberalização e de posterior re-regulamentação constituem um modo específico de acumulação: concentrador, financeirizado e transnacionalizado.

No período aqui tratado, ficaram expostos os limites da adoção do conceito de revolução passiva para iluminar as voltas e reviravoltas da “modernização tardia” no Brasil. O conceito substantivado como se fora programa, ou “guia positivo de ação”, nos termos de Croce (*apud* Bianchi, 2006) anuncia formas submersas, porém “viáveis” de viabilização de elementos de atividade (de criação histórica) e de ressocialização da esfera política e econômica. Gramsci procurou calibrar uma ferramenta interpretativa do processo ascensional da burguesia italiana em comparação com processos congêneres, particularmente na França. O que nos parece ser o legado promissor dessa abordagem é a reconstrução analítica da unidade econômica e política da burguesia em momentos de transição de regime. O exercício analítico que propomos aqui é testar os desdobramentos de uma hegemonia restrita e que depois se perfaz ao avesso. Ao longo dos últimos 25 anos, a nova “tese” (a burguesia crescentemente unificada) foi densificada e nutrida com a absorção da “antítese” (a antiga oposição social que se fez Governo entre 2003 e 2016), alcançando, dessa forma, graus inauditos de irrestringibilidade e incontrolabilidade frente a espaços e agentes não monopolísticos.

A dialética das modernizações tardias: governos Lula e Dilma sob o ângulo analítico da revolução passiva

O conceito de revolução passiva, na forma como foi consagrado seu uso, provém de uma elaboração intelectual imersa na primeira grande crise de hegemonia no interior da ordem social do capital, nas primeiras décadas do século XX, especialmente nos capitalismo tardios europeus. Gramsci identificou dois determinantes históricos do *Risorgimento*²: um advindo da história italiana precedente (a estrutura social do passado) e outro da história europeia contemporânea, definida desigual e articuladamente no processo de acumulação e expansão dos capitais e Estados dominantes. É desse contexto que Gramsci extrai o conceito de “revolução passiva”, depurando-o de sua aplicação mecanicista e essencialista por Cuoco, um escritor e ativista político vinculado ao Levante Republicano de Nápoles de 1799. Cuoco

² O *Risorgimento* compreende os desdobramentos tortuosos da Revolução Francesa na Itália a partir de 1789 – ora insuflados pelas aspirações unificacionistas da burguesia italiana e setores médios, ora filtrados pela renitência das oligarquias rurais e do poder eclesiástico – se estendendo até a unificação do país em 1871.

(1806) estabelecera uma análise comparativa em que a “ativa” Revolução Francesa figurava irreprodutível nas condições italianas dadas³.

As revoluções ativas são sempre mais eficazes, porque nelas o povo se enfileira prontamente em torno daquilo que lhe diz respeito diretamente. Em uma revolução passiva, cabe ao agente governamental decifrar o ânimo do povo e explicitar seus anseios, justamente aquilo que o povo por si mesmo não seria capaz de pronunciar (Cuoco, 1806, p. 150)⁴.

O retrospecto do que foram as revoluções passivas do século XIX – modernizações retardatárias que se colocaram como formas particulares de ingresso na ordem burguesa, nas quais as antíteses expressadas pela contestação social dos de baixo eram recicladas – serviu para estabelecer o prognóstico de que as burguesias no século XX não conseguiriam derrotar frontalmente o bloco histórico subalternizado em ascensão. O apassivamento geral era uma derrota ou vitória sempre parcial, em que as contrapartes eram forçadas a estabelecer composições e intercambiar lideranças e elementos programáticos, nas quais os aspectos de convencimento estavam sobrepostos aos aspectos da força. Daí a ênfase gramsciana nas noções de contra-hegemonia, de guerra de posição ou do momento político como universal subjetivo.

O conceito de revolução passiva, para Gramsci, era apropriado para concernir “toda época repleta de transformações históricas” (Gramsci, 1999, p. 236). Mas se, em uma época determinada, mudanças calculadas e preventivas predominarem, não decorre daí que toda época deva contar com algum mínimo civilizatório, que por alguma razão evolutiva não poderia ser ultrapassado. O “movimento é tudo” advogava Bernstein nos tempos de quase-revoluções (*apud* Fetscher, 1982), como se as reformas apresentadas como as novas “vias naturais do progresso” pudessem e devessem ser um fim em si mesmas. O dito movimento seria nulo, sem a aguda polarização social verificada no começo do século XX, não casualmente época de guerras e revoluções. A força disruptiva era de tal monta, que quem lograsse moderá-la, convertia-se imediatamente em fiador de pactos interclassistas. Pregações, proselitismos e auto-elogios, ao encarcerarem cenários em vias necessárias, desarmam potenciais sujeitos históricos.

No entrechoque de forças sociais e de suas representações, quando a “tese” apara a “antítese” para melhor assimilá-la, incorporando pleitos devidamente podados de modo a

³ Tradução minha. Doravante, todas as citações de textos escritos em língua estrangeira foram livremente traduzidas por mim.

⁴ Para Gramsci (1999, p. 194), “a expressão de Cuoco acerca da Revolução Napolitana de 1799 é somente um ponto de partida, porque o conceito foi completamente modificado e enriquecido.”

transfigurar recuos econômicos em avanços políticos que apontam para a universalização do comando de classe, neutraliza-se o sujeito antagonico de dois modos subsequentes: incorporando seu horizonte econômico-corporativo (cooptação) e impedindo a realização de seu potencial ético-político (esterilização). A conservação se faz nutrir da inovação, a revolução-restauração: “‘sem Terror’, como ‘revolução sem revolução’, ou seja, como revolução passiva [...]” (Gramsci, 1999, p. 387).⁵ Mais sombrio é o cenário em que a referida “tese” se perfaz nas ruínas da “antítese”, já submetida, amaldiçoada e sem lugar. Fronteiras da imaginação da perversidade são ampliadas para dar conta de uma contrarrevolução que processa sem revolução (em potência) que se lhe oponha. Na conceituação ou na percepção de revoluções passivas, o componente jacobino ou antagonista é a variável-chave. Na contrarrevolução que desidrata e silencia o contraditório, o verdugo que corporifica a dominação é que se autolegitima.

Gramsci procura no cenário do *Risorgimento* italiano estabelecer uma genealogia da precária hegemonia burguesa na Itália. Sintetizando os termos dessa análise: de um lado estava Cavour, representando os interesses liberal-conservadores da burguesia nascente no norte do país em barganha por autonomia e primazia regional, ainda que em condições de subalternidade internacional; de outro lado estava Mazzini, representando as difusas aspirações liberal-democráticas dos setores médios e da intelectualidade pela unidade nacional italiana:

[...] no embate Cavour-Mazzini, em que Cavour é o expoente da revolução passiva – guerra de posições; e Mazzini o da iniciativa popular – guerra de movimento. Cavour era consciente de sua missão (até certo ponto) ao mesmo tempo em que compreendia a missão de Mazzini, que por sua vez não parece ter sido consciente nem da sua nem da de Cavour. [...] houvera tido tal consciência [de Mazzini], [...] o equilíbrio resultante da confluência de ambas atuações teria sido diferente. (Gramsci, 1999, p. 187-188)

Retomando o paralelo das eleições de 2002 no Brasil e considerando qual seria o nível de autoconsciência das forças sociais diante da crise de continuidade do padrão neoliberal estabelecido no Brasil, pode-se inferir que Lula e o PT tinham plena consciência da missão que lhe atribuíam e que a si mesmos atribuíam. Na “Carta aos brasileiros”, Lula e o PT ofereceram plenas garantias de que o modelo de gestão pró-ativo para os capitais não seria alterado, havendo posse. Diante da política do fato consumado, as forças populares e de esquerda poderiam ter respondido com o incremento da mobilização popular. O caminho

⁵ Gramsci refere-se ao período da Revolução Francesa – iniciado em setembro de 1793 e marcado pela aliança da burguesia jacobina e as massas populares *sans-cullote* – chamado de “Terror” em razão das medidas plenipotenciárias de arresto e execução de representantes da aristocracia remanescente e de quaisquer outros eventuais oponentes da Revolução em curso (Vovelle, 1994).

adotado, porém, foi o de avançar por onde houvesse menor resistência sistêmica. A democracia que poderia ser robustecida a partir da ampliação do escopo das lutas sociais foi diluída em função dos centros nodais do poder.

O PT, desse modo, deu chancela aos limites com que governaria o Brasil. Ainda que tangido pelas práticas de desestruturação e desregulamentação comandadas pelo capital financeiro, o PT nunca deixou de protagonizar conscientemente sua própria domesticação. Face às restrições objetivas que as elites, crescentemente financeirizadas, lhe impuseram, nunca faltou a opção da ruptura, a opção da deslegitimação de mais um “pacto por cima”, a opção de apostar em uma alternativa generosa e nativa de poder.

A recusa do PT em participar do Colégio Eleitoral em 1985 e também em não assinar a Constituição de 1988, expressava uma autonomia diretamente vinculada ao seu enraizamento social. A própria fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980 representava uma costura de múltiplos motins das classes populares contra uma modernização capitalista associada, comandada pela Ditadura empresarial-militar. A linha de frente era ocupada pela nova classe operária que surgia a partir da nova divisão internacional do trabalho que visava reduzir custos operacionais das multinacionais. A classe se angulava na nação, vilipendiada e agredida tanto quanto, e tomava partido. Era nesse entrecruzar de identidades negadas que se alicerçava o caráter anticapitalista e anti-imperialista do PT e da CUT. As greves de 1978 desafiavam o acordo constitutivo do Regime de exceção instalado em 1964, o acordo entre o capital estrangeiro e a Ditadura para fazer do nosso povo/território suporte para acumulação ampliada. Foi uma geração de organizações sociais de base que nasceu nos anos 70 e 80 como prova e promessa de que não haveria no país superexploração estável. A missão assumida na contramão por Lula e pelo PT foi de avalizar e estabilizar as assimetrias estruturais do capitalismo dependente brasileiro, prevenindo eventuais extravasamentos institucionais.

A *Realpolitik* dessa transição “pós-neoliberal” (da era FHC à era Lula) era o dimensionamento da relativa estabilização proporcionada pelos governos Lula e Dilma como premissa para a continuidade e o aprofundamento dos processos de reestruturação e flexibilização econômica iniciados nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso. A “antítese” primeiro torna-se refém voluntária da “tese”, depois os papéis são invertidos. Mas se o antagonista mergulha na ordem e vira ele próprio antagonista do conflito, que sujeitos perduram? É possível recolocar a mesma questão nos termos postos por Werneck Vianna:

(...) é o elemento de extração jacobina quem, no governo, aciona os freios a fim de deter o movimento das forças da revolução, decapita o seu antagonista, comprometendo-se a realizar, sob seu controle, o programa dele, e coopta muitos dos seus quadros, aos quais destina a direção dos rumos sistêmicos em matéria econômico-financeira. Mas será dele o controle da máquina governamental e o comando sobre as transformações moleculares constitutivas à fórmula do conservar – mudando, direcionadas, fundamentalmente, para a área das políticas públicas aplicadas ao social. (Werneck Vianna, 2007, p. 51)

Se o momento antitético (o PT, a CUT e sua área de influência nos movimentos sociais) foi se tornando molecularmente compreensivo até finalmente chegar a ser afirmativo, o que fica em seu lugar senão um imponderável vácuo? Tal buraco, muito mais fundo que parece, foi cavado durante a trajetória ascendente do PT no interior da institucionalidade que referendou a reestruturação liberal do Estado e a recomposição da burguesia situada no Brasil.

Deve-se frisar que dinâmicas de mobilização popular (ou seja, de antítese) não saíram de cena durante os dois governos FHC na resistência aos programas de privatização e liberalização comercial – de que são exemplos emblemáticos o Plebiscito Popular acerca do cancelamento da dívida externa e a Campanha Nacional contra a Área de Livre Comércio das Américas. No segundo semestre de 2002, ficara evidente que não haveria como derrotar a candidatura presidencial de Lula, após a crise cambial e o “apagão” elétrico no fim do segundo mandato de FHC.

As representações mais orgânicas do sistema financeiro trataram então de dar *status* de política de Estado aos compromissos assumidos pelo governo brasileiro junto aos credores e investidores, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal, do regime de câmbio flexível e de metas de inflação. O cenário institucional de enquadramento das dinâmicas de antítese já tinha sido desenhado antes das eleições de 2002. A cobertura dos riscos reais de eventuais desvios de rota impôs ao capital concentrado, e prioritariamente posicionado no Brasil, a necessidade momentânea de complexificar sua faceta política e de contar com (novos) amigos nas horas difíceis de reciclagem do legado neoliberal originário.

Uma das criações políticas mais generosas do impulso democratizante da sociedade brasileira nos anos 1980 voltou-se contra ela mesma, como criatura estranha e ao mesmo tempo parte muito representativa dela, encapsulando-a implacavelmente. Do ponto de vista da pluralidade de vias de modernização e democratização, impasses hegemônicos ou crises de regime são menos cerceadores que um quadro em que vigora uma “hegemonia às avessas”⁶, como definiu Francisco de Oliveira (2010) em um contrassenso deliberado, expondo uma

⁶ “São os dominantes – os capitalistas e o capital, explicita-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, à condição de que a ‘direção moral’ não questione a forma da exploração capitalista.” (Oliveira, 2010, p. 27)

estupefação que não era meramente categorial. Como repôs Roberto Schwarz na mesma direção, não há casualidade nem *nonsense* nessa construção: “Não é indiferente que o capital se financie com dinheiro dos trabalhadores, que os operadores do financiamento sejam sindicalistas, que os banqueiros sejam intelectuais” (Schwarz, 2003, p. 17).

Esta ascensão pacífica e gradual do PT não teria sido possível sem o compartilhamento crescente e consciente de propósitos e métodos com os protagonistas originais do desmonte. FHC e a tecnocracia tucana, depois de cumprida a tarefa demarcatória dos interesses oligopolistas-rentistas no Estado, entre 1994 e 2002, passaram a ser dedicados balizadores e sinalizadores desses mesmos interesses. Na construção da “convergência programática”⁷ entre PT e PSDB, enquanto o último pontificava acerca do programa, o primeiro se incumbiu, enquanto foi possível, de arregimentar adesão popular e eleitoral em torno dele. Observando no detalhe essa fórmula de coalizão, para além de circunscrições parlamentares e partidárias, averiguava-se a presença de uma dinâmica neocorporativa na agregação de interesses com dupla natureza: associativa-deliberativa junto ao sistema financeiro e aos conglomerados empresariais; e desmobilizadora-cooptadora junto às camadas populares. Um neocorporativismo de geometria variável e assimétrica que segregava espaços de poder especializados, seguindo a lógica da composição de interesses por cima e pela costura da aceitação social por baixo, o que se manteve sem maiores abalos até junho de 2013 (Novoa Garzon, 2014).

O “transformismo ininterrupto”⁸, verificável nesse período, mais que de personagens, era de cenários inteiros. O deslocamento permanente do capitalismo (setorial, organizativo, territorial) foi tornando cada vez menos legíveis as concatenações, as costuras e as referências coletivas e identitárias. As fugas para frente do capitalismo no Brasil – ou seja, a adição de novas fronteiras de acumulação internas e externas e/ou de novos métodos de apropriação de mais-valor como automação, terceirização e multiplicação de ativos financeiros via capital fictício – requisitaram passageiramente escapes laterais minimamente estabilizadores do tecido social, então muito esgarçado, para preencher fissuras e congelar contradições.

⁷ A noção de uma “convergência programática para o centro” após 2002, frente a uma racionalidade econômica que reduzia “as margens de opção para cidadãos e os eleitores” foi compartilhada até mesmo pelo então Assessor especial do Presidente Lula, Marco Aurélio Garcia (2008, p. 237)

⁸ “A dialética sem síntese, concedendo primazia aos fatos, estaria orientada para suprimir ou abafar a atividade dos seres sociais que emergiam com a democratização social. Ter-se-ia um processo de transformismo ininterrupto, em que a ordem burguesa sempre se reporia – a Inglaterra seria o melhor exemplo – pela incorporação, selecionada pelas elites, de grupos e de indivíduos em posição subordinada.” (Werneck Vianna, 1995, p. 224).

Houvesse ainda a possibilidade de tais impasses, o bloco dominante teria sido obrigado a fazer concessões socializantes que diminuíssem a tensão até um novo limite aceitável. As concessões foram no sentido oposto, em prol da concentração e privatização do poder político e econômico, e até o momento não se apresentou nenhum limite aceitável que expresse uma modulação ou um interregno da ofensiva neoliberal. Não se pode reputar à ampliação momentânea de benefícios sociais viabilizada no intervalo de duração da bolha das *commodities* entre 2003 e 2008, como se se tratasse de reconhecimento de conquistas e de direitos. Ao invés do binômio Revolução-Restauração que deságua em uma reforma delimitada e que fixa um novo patamar de sociabilidade interclassista, deu-se uma Restauração continuada de forma que a inicial prepara a seguinte, em função de capitais e poderes ainda mais concentrados.

O capitalismo globalmente financeirizado não se sente premido por nenhuma pauta transformadora, demarcada por um mínimo que seria a reforma e por um máximo que seria a revolução. Ao invés de reforma fala-se de ajuste; e faz-se a readequação das posições de poder consolidadas no arranjo oligopolista. Ao invés de revolução, fala-se de terrorismo; e faz-se a guerra total contra tudo que se lhe assemelhe. Na enorme caldeira fervente da crise, desintegram-se padrões de seguridade social ou de soberania nacional. Solapado o Estado como esfera distinta da mercantil, passam agora ao desmonte da sociedade através de programas de erradicação das últimas fontes e formas de socialização da riqueza e do poder. O tratamento é de choque e por tempo indeterminado. Por isso contrarreforma e contrarrevolução conjugam forma e conteúdo, escopo focal e sistêmico.

O neoliberalismo realmente existente e suas variações

O neoliberalismo realmente existente (Peck, Brenner e Theodore, 2018) é o que resulta do padrão produtivo e regulatório que sucedeu seja o padrão *welfare* nos países centrais, seja o padrão nacional-desenvolvimentista em parte considerável dos países periféricos. Não estamos, portanto, nos detendo aqui ao ideário neoliberal expressado por Von Mises, Hayek, e Friedmam – e sim ao conjunto de práticas de liberalização e demais políticas orientadas para expansão e concentração de mercado originadas nos anos 1970 e que foram se tornando hegemônicas quando sistematizadas e receitadas pelas Instituições Financeiras Multilaterais ao longo dos anos 1980 e 1990.

A reivindicação do “livre mercado” ou do “mercado autorregulado”, mais que uma panaceia, serve para alinhar – política e institucionalmente – uma estratégia de “destruição criativa maciça” em um contexto de fragmentação e dessubjetivação da classe trabalhadora e de esboroamento de seus referenciais identitários. Esses preceitos não seriam postuláveis fora de um horizonte de profunda reorganização das estruturas de classe (Harvey, 2007). Nesse imensurável corredor temporal, não há por que esperar um ponto de chegada. O neoliberalismo, visto como um conjunto de reformas orientadas pelo mercado e para o mercado, converte-se em “neoliberalização”, tendência ou processo que se dá, conforme a dedução de Peck (2010), sempre de forma adaptativa e incompleta. Eis o padrão regulatório que se torna esfera política e normativa afinada a um capitalismo crescentemente mundializado, concentrado e centralizado por capitais situados majoritariamente nas esferas mais autônomas da valorização do capital.

Ondas de neoliberalização se formam assim subsequentemente a partir da implosão de cenários regulatórios⁹ refeitos depois por contraste e complementação. É sempre no bojo de um palimpsesto regulatório que surge um “padrão prevalente de reestruturação regulatória” (Peck, Theodore e Brenner, 2012). Na definição deste padrão, conjugar-se-iam dois momentos: um de desregulamentação (*roll back*) e outro de (re)regulamentação (*roll out*) (Peck, 2010). A experimentação destrutivo-criativa comportaria medidas de anulação, neutralização e reversão de constrangimentos aos mercados, bem como medidas de afronta aos espaços não dissuadidos, isto é, aos territórios e sujeitos coletivos ainda não suficientemente disciplinados pelos mercados. A recorrência à contratualização e à arbitragem de interesses, nos processos de flexibilização de desregulamentação, demonstra o que se constitui no vácuo da discricionariedade estatal.

Abordagens similares chamarão esse processo de “enraizamento do neoliberalismo” (*embedding neoliberalism*)¹⁰, quando se mantém a coerência dos fundamentos econômicos “neoliberais” que sustentam as posições monopólicas dos conglomerados sem perder de vista a efetividade e a legitimidade quando da aplicação desses fundamentos em formas mutáveis

⁹ A referência a formas ou sistemas regulatórios no quadro conceitual de Peck, Theodore e Brenner, entre outros, provém da categoria “modo de regulação” da escola regulacionista parisiense. Categoria, segundo esses autores, talhada para contextualizar e realçar especificidades na condução do regime de acumulação capitalista em cada país. O “padrão regulatório” conjugaria, portanto, macrorrelações entre Estado, capital e trabalho sem qualquer conexão com a rotulação neoliberal prescritiva de “Estado regulador”.

¹⁰ A fonte inspiradora dessa classificação foi a reconstrução histórico-analítica feita por Rugie (1982) do liberalismo enraizado (*embedded liberalism*) no pós-guerra, em que o autor destaca as permanências como pano de fundo da “expansão reguladora” nos países centrais, o que redundaria em uma fórmula de equilíbrio entre as diretrizes do liberalismo e os limites da intervenção estatal.

de articulação político-institucional. Para Cerny (2008), apesar de sua instabilidade crônica, esse neoliberalismo capilarizado estabelece condições mais restritivas de reversibilidade, por sua natureza poliforme e adaptável, reformulando o campo de forças e as regras em que se confrontam e se calculam as estratégias políticas e econômicas dos atores, a exemplo do quadro pós-crise de 2008.

Brenner, Peck e Theodore (2010) procuram diferenciar suas análises das análises de caráter transnacionalizante – como a feita por Gill (2008) – que consideram o neoliberalismo uma expressão coerente do “novo constitucionalismo” das empresas transnacionais. Nesse corpo jurídico, estariam encerrados parâmetros já planetarizados de reestruturação regulatória pró-mercado disseminados por instituições como o FMI, Banco Mundial, OMC e blocos regionais como a União Europeia, NAFTA, APEC e outros em formação. Esse modelo pecaria, segundo os autores, por sua lógica unilateral em que se supõe o enquadramento férreo dos Estados nacionais a instituições supranacionais comandadas pelas grandes corporações privadas. Desse modo,

[...] este viés sobredeterminado deixa de levar em conta o papel estratégico dos aparatos estatais nacionais, regionais e locais enquanto incubadores ativos de reformas institucionais neoliberalizantes e de protótipos de políticas e também como espaços em que são iniciados, consolidados e até mesmo multiplicados experimentos regulatórios orientados para o mercado (Brenner, Peck e Theodore, 2010, p. 196).

Constrangidos a liderar a reestruturação da economia nacional, seguindo as tendências do mercado mundial, os Estados tendem a recriar suas hierarquias e suas linhas de decisão para manter sua posição “mediadora entre âmbito mundial e o doméstico” (Cox, 1987, p. 254), o que implica em rearranjos institucionais e classistas que ele passa a abrigar e incorporar. Nesse sentido, a “internacionalização do Estado” não representaria necessariamente uma retirada do Estado, e sim um horizonte de tensionamento e redefinição de suas agências e arenas. Em outros termos, a “política governamental do capital” se caracteriza mais pela outorga de poder legiferante, em alternados experimentos regulatórios, do que por uma *lex mercatoria* única e autoaplicável. A consolidação do império do capital somente se imporia, perfazendo a recalibragem da reestruturação com a criação de esferas ampliadas e renovadas de jurisdição, desaguando em uma regulação agregada e cumulativa.

Tal complexidade também não é apreensível por meio de abordagens tipológicas do capitalismo ou do neoliberalismo. A dedicação em demonstrar a existência de “variedades do

capitalismo” (*varieties of capitalism* – VOC)¹¹ redundante, em geral, em um olhar estático sobre aquilo que foi historicamente estruturado. O foco na diversidade das formações acaba por produzir uma taxonomia tendencialmente homogeneizadora das diferenças em si mesmas, deixando, por exemplo, flagrantes verticalidades nas relações entre centro e periferia, seja no interior do país em questão, seja no plano da internacionalização econômica assimétrica. A mesma tônica descritiva comparece em designações como “variedades de neoliberalismo”, em que mecanismos regulatórios pró-mercado seriam ou evacuados ou adaptados e reinterpretados, resultando em neoliberalismos mais puros ou mais compostos.

Insinua-se, nessas distinções, uma resposta no campo analítico ao lema thacheriano, o TINA (*there is no alternative*) dos anos 1980 agregado à fábula do fim da história como ápice da democracia de mercado (Fukuyama, 1992). Seria preciso ir além das delimitações se o objetivo for erodir proposições neoliberais de unicidade e de culminância e visibilizar variações espaço-temporais do capitalismo que denotem o prosseguimento de contradições e, conseqüentemente, de alternativas. A opção por utilizar as conceituações com terminações “em processo” – variações em vez variedades e liberações em vez de neoliberalismos – não é estilística. É necessário construir categorias que permitam sucessivas aproximações dos movimentos reais das frações do atual bloco dominante, em distinta proporção de associação e subordinação entre capitais internos e estrangeiros, percebendo formas e funções do Estado coetâneas com a dinâmica variante da acumulação capitalista.

O conceito de “capitalismo variegado” (*variegated capitalism*) (Jessop, 2012; 2013), depois refinado como “neoliberalização variegada” (*variegated neoliberalization*) em conjunto com outros autores (Brenner, Peck e Theodore, 2010; Peck, 2010) procura referir-se a estruturas acopladas, heterogêneas e contraditórias que proporcionam uma “dominância ecológica” baseada na capacidade do sistema dominante de afetar a performance e a evolução de outros subsistemas e ordens institucionais. A perspectiva da variação ou do acoplamento variável é apropriada, por exemplo, para decompor a complexidade própria dos ciclos de fracionamento e unificação da burguesia em países periféricos e formas específicas de apassivamento e repressão da classe trabalhadora. Pode também iluminar dominâncias específicas no interior de conglomerados multifuncionais, em que a somatória de setores não

¹¹ As variedades de capitalismo refletem a diversidade de estratégias empresariais – no bojo de singulares arcações institucionais, compondo uma escala comparativa reveladora de maior ou de menor eficácia de determinadas instituições. A primeira formulação da dicotomia entre um padrão anglo-saxão liberal e um renano regulado foi feita por Albert (1992). Em momento posterior, a formulação foi sistematizada e alargada por Hall & Soskice (2001).

exclui hierarquias e determinações que podem se alternar, produzindo efeitos em cascata em cadeias de valor e de poder.

A variegada neoliberalização brasileira

No caso brasileiro, é crucial compreender como um projeto democratizante, oriundo de um conjunto de mobilizações sociais dos anos 1980 foi sendo neutralizado no interior de um projeto de neoliberalização, que pode assim enraizar-se e redefinir a forma societal e a forma política do Estado. Postas em marcha as etapas de desregulamentação e re-regulamentação nos dois mandatos de FHC, foi necessário adotar um “freio de arrumação” social e político a partir de 2002. Com Lula e o PT, teria sido possível confluir para alguma forma de “neoliberalismo inclusivo”? Esta definição sugeriria uma complexa e delicada articulação entre políticas macroeconômicas neoliberais e uma *rationale* micropolítica fundada em tecnologias de inclusão social (Cerny, 2008; Ruckert, 2006).

Podemos adotar como ponto de partida dessa trajetória neoliberalizante o cenário de uma “confluência perversa”, tal como concebida por Dagnino (2004), entre um embrionário processo de democratização e um persistente processo de neoliberalização que proporcionou o encapsulamento de um pelo outro. As empresas brasileiras e estrangeiras e suas instituições (a sociedade civil burguesa) avançaram céleres para fórmulas de mediação de conflitos e de composição de interesses, (res)semantizando conceitos e plataformas críticas e compondo estratégias de gerenciamento do “risco social”. Assim como o Estado atua no interior do mercado financeiro como parte e contraparte, as empresas estendem sua engenharia ao social, em dupla e recíproca racionalização da dominação. A confluência é certamente perversa, porque a delimitação mútua dos projetos se dá em benefício da reposição da ordem social vigente, que continua sendo uma das mais desiguais e violentas, na escala histórica e mundial.

Não podia ser outro o diferencial da coalizão político-econômica formada nos Governos Lula e Dilma até meados de 2013, apresentado por fundações empresariais internacionais e pelo Banco Mundial como exemplo de combinação de eficácia e efetividade na implementação de políticas de liberalização e de estímulo ao investimento do setor privado. O fato de terem sido criadas, no Brasil, as condições para a construção de uma “esquerda para o capital” (Coelho, 2005) fez com que a “direita” desaparecesse convenientemente, passando ela própria a ser a demarcadora, em cada momento, dos limites do que fosse o “centro”, subsequentemente o que seria o “razoável” e o “necessário”.

Apresentado como modelo de silenciamento e invisibilização do conflito social, o Brasil recebia atenção especial do Banco Mundial. Jim Yong Kim, o Presidente do Banco, em pessoa, destacou a “exemplaridade” do país quanto à capacidade demonstrada de conciliar crescimento, estabilidade econômica e estabilidade social. O elogio elucidava expectativas e receios de uma burocracia transnacional que representa um conjunto particular de conglomerados privados e Estados que os sediam, particularmente em um quadro de forte descenso econômico nos países centrais e graves conflitos em suas periferias imediatas.

(...) o que temos argumentado é que o crescimento econômico sem inclusão pode gerar instabilidade no interior das sociedades. Esta é uma das lições que aprendemos com a Primavera Árabe. Portanto, na nossa visão, o compromisso explícito deste Governo [brasileiro] com a inclusão social é decisivo. Este Governo tem feito algo que é especialmente importante, no sentido do que podemos chamar de Santo Graal ou a Santíssima Trindade: associou saúde, educação e bem-estar social através de programas como Bolsa Família e Brasil Sem Miséria. Estes programas estão vinculando entre si três setores-chave, investindo em capital humano que pavimenta futuros níveis de desenvolvimento econômico. Essa é uma tarefa árdua a ser cumprida, e o compromisso deste Governo tem sido extremamente impressionante. Assim precisamos ver sucesso aqui, de modo que possamos continuar a defender que este é o melhor caminho para o desenvolvimento. Acelere o crescimento econômico, certifique-se de que este crescimento é originário do setor privado, mas faça isso de modo inclusivo, que envolva toda a população. Invista em infraestrutura, todo tipo de infraestrutura, mas invista em capital humano também (World Bank, 2013).

Já em entrevista dada alguns meses depois, Jim Yong Kim precisou equiparar o que antes considerava acima da média, argumentando que nenhum país estaria imune a convulsões oriundas da desigualdade e da pobreza extremas. A “lição aprendida” na Primavera Árabe teve que ser repassada após as Jornadas de Junho no Brasil. Na perspectiva unificadora dos interesses capitalistas no plano mundial, o Banco Mundial emite um alerta quanto à insuficiência de determinados níveis de crescimento econômico e de processos inclusivos. Segundo o Presidente do Banco Mundial, apesar dos “meritórios esforços” do Governo brasileiro, “subsistem muitas desigualdades” e, portanto, seria necessário “iniciar uma nova etapa de crescimento econômico.” (Agence France Presse, 2013).

O reconhecimento oficial dos exageros do neoliberalismo originário, como receita única e a validação, na sequência, de um neoliberalismo inclusivo torna tentadoras as interpretações teleológicas, mais ainda se vislumbrarmos que tipo de neoliberalismo ascende a partir de 2016. Quando os referentes inclusivos são incorporados para estabilizar dinâmicas e institucionalidades neoliberais, estas se tornam inquestionáveis. Da despolitização do primeiro neoliberalismo evoluiu-se para a política da despolitização do segundo; o que deixa o caminho aberto para a evacuação da política, na terceira e última versão. O aquilatamento

da “dependência de trajetória” (*path dependence*) nessa neoliberalização dever servir tão somente para precisar as ambiências específicas em que se processaram escolhas, pactos e decisões. Ainda que o ponto de partida formalmente seja a eleição de Collor em 1989 e as operações de desmonte iniciadas em 1990, somente em 1994 haverá fabricação de consenso suficiente em torno da estabilidade econômica como premissa para a geração de empregos e a diminuição da pobreza. É cavalcando um projeto de ordem em meio ao “caos”, isto é, de prolongada crise de hegemonia (Nobre, 2012) ou fluidez institucional (Couto, 1998; Rodrigues, 2001) que passa a vigorar o que depois se convencionou chamar de era FHC (1994-2002).

A manifestação mais aguda desse vazio institucional era a alta inflação que levava à corrosão da moeda nacional como referência de valor. Foram cerca de 15 anos de convivência com uma dinâmica desigual de indexação econômica. Dependendo da posição e da dimensão dos agentes econômicos, diferenciava-se a capacidade de reprodução automática da inflação passada. Os planos de estabilização procuraram em vão interromper essa transmissão intertemporal, traduzindo o fenômeno através do conceito de “inflação inercial”. Contudo, ao tratarem o conflito distributivo como se fora tão somente uma “cultura” ou memória inflacionária, escondiam sua suprema seletividade. Logo as amnésias induzidas por programas de congelamento de preços só poderiam reproduzir resultados parciais e distorcidos que faziam retroalimentar o desajuste dos preços.

O Plano Real trazia embutido em si uma chantagem duradoura- e que persiste.¹² A proposição de uma reindexação total e contínua da economia só poderia ser feita, sem rupturas internas e externas, através do câmbio (“âncora cambial”), o que pressupunha a plena conversibilidade da moeda brasileira nos mercados de capitais e, conseqüentemente, nas condições econômicas em que o país se encontrava, a subordinação estrita às exigências do sistema financeiro internacional e à lógica liberalizante dos mercados internacionais. Assim, pôs-se de lado o horizonte de “radicalização da democracia” que ecoava da “quase-eleição” de um programa rupturista em 1989- que remeteria a um ajuste de contas interno-externo com revisão soberana da dívida externa e âncora patrimonial (Batista Jr., 1994). O aprofundamento

¹² O combate anti-inflacionário é o nódulo sobre o qual se produziu o “consenso neoliberal” no Brasil, constituindo-se como um veto estrutural a eventuais bifurcações ou reversões históricas. A inflação, para Sawaya (2010, p. 180), “depois de ter se tornado a justificativa e a base central para a instalação de políticas neoliberais nos anos 90, bem como para sua preservação na década seguinte, agora está novamente na base do conservadorismo ortodoxo, conjugando-se com grupos de interesse específicos.”

da associação subordinada do capitalismo brasileiro aos capitais estrangeiros foi adotado assim pela “via consensual”.

A estabilização cambial e monetária serviu de “ponto de mutação” institucional e econômico, para colocar de pé a agenda das contrarreformas neoliberais, em contraposição à paralisia decisória e ao ativismo da inflação. O Estado programado para a abertura comercial e o desmonte de cadeias produtivas internas teria natureza muito distinta do padrão anterior. Os cortes de gastos e as privatizações não foram lineares, nem tiveram uma natureza meramente geométrica. Manifestou-se uma dinâmica de conglomeração diferente, mais restrita em termos de setores e de números de participantes do que a das fases anteriormente referidas.

Eventuais extensões das atividades dos grupos decorrem somente das percepções dos empresários dos limites das possibilidades de expansão dos grupos a partir dos *core-business* existentes ou do aproveitamento da abertura de oportunidades surgidas com as privatizações. (Tavares & Miranda, 1999, p. 338)

Os governos Lula e Dilma, longe de constituírem uma ruptura com essa política orientada para os mercados (*market-oriented*), expressaram no máximo um refreamento da última onda expansivo-destrutiva dos mercados globais no Brasil – e por tabela na América Latina. Os novos termos legitimadores seriam a expansão da área de influência comercial do país e a “internacionalização de firmas brasileiras”. O significava uma adesão diferenciadora: antecipar-se na direção dos influxos de mercado - ou dos oligopólios – previstos, fundir-se, mesclar-se, e depois, dependendo das homologias, regular as conglomerações. Foram estabelecidas como “metas nacionais” na Política de Desenvolvimento Produtivo (2008-2011). Glauco Arbix, que presidiu, nesse período, o IPEA e depois a FINEP, considerava a PDP uma das principais inovações institucionais surgidas no Brasil, exatamente por exercitar esse “diálogo avançado” sobre as direções estratégicas do investimento (Arbix, 2010).

Agências governamentais e o BNDES teriam promovido tal diálogo a partir de articulações reiterativas com os maiores grupos econômicos em atuação no Brasil. Os espaços daí resultantes proporcionaram condições para um agendamento empresarial das ações governamentais eficazmente conduzido pela CNI e FIESP. Enquanto isso, algumas burocracias ganhavam personalidade jurídica e agiam também como atores econômicos, sempre nos marcos da mediação interoligopolista. Os termos do acordo eram: ativismo estatal sim, mas sem “estatismo” ou “dirigismo”.

Evitamos de fazer uso da concepção de “arranjo institucional” para denominar o substrato da implementação da política de internacionalização de firmas, ou seja, a regra predominante na regra, os marcos institucionais em que agentes privados podem cooperar ou competir (North *apud* Fiani, 2013). Há uma presunção de homogeneidade entre as partes arranjadas e também de prévia compatibilidade do arranjo com o “ambiente institucional” considerado legal e legítimo. Em um plano de larga duração, iniciativas esvaziadas e precárias de institucionalização apenas facilitam, na sequência, desinstitucionalizações desenfreadas que estão se impondo com a cristalização da crise e com o aumento do poder discricionário dos credores e dos investidores privados.

Como seria possível levar a efeito alguma ruptura com a ordem neoliberal, priorizando desgastes parciais através das suas linhas de menor resistência, permanecendo intocadas as de maior resistência? Através das brechas, o máximo que podia vingar era um reformismo incremental, tolerado na medida em que reforçasse e suplementasse o que era central no modelo. O que se obteve ao final e ao cabo de dois governos autodesignados “pós-neoliberais” foi a consolidação do núcleo – a cidadela do capital concentrado e financeirizado – e ajustes estabilizadores temporários nas bordas.

A temporariedade dessa composição ficou patente logo depois de dilapidada a força social acumulada em décadas de luta. O sinal primeiro desse esgotamento foi emitido partir das manifestações de 2013, em que ficou patente a incapacidade dos setores progressistas e de esquerda de estabelecerem algum nível de interlocução com o novo conjunto de anseios e insatisfações populares que se assomava. Em decorrência disso, a sinalização seguinte, dada nas eleições de 2014, já trazia embutida uma agenda subterrânea que deveria ser seguida a despeito de qual fosse a escolha do eleitorado. Dilma foi eleita e simultaneamente impedida de governar nos marcos negociais antes vigentes. A nomeação, em 2015, de um interventor do mercado financeiro (Joaquim Levy) na condição de Ministro-chefe da área econômica, como primeiro ato de Governo, já era uma demonstração que a ruptura institucional já se dera e que as instituições estariam “em aberto” a partir dali. Com o ruptura institucional de 2016, as intermediações fornecidas pelo PT e sua coalizão foram não só descartadas, mas enxovalhadas, o que quer dizer que as margens para acordos policlassistas, mesmo os mais rebaixados, foram praticamente suprimidas. Para que a burguesia brasileira e suas tutoras estrangeiras voltassem a dormir tranquilas, já não bastava garantir curva ascendente de extração de mais-valor, era preciso apresentar e ritualizar sacrifícios de força social organizada que pudessem eventualmente ameaçá-las.

O esvaziamento das eleições presidenciais, e da própria figura presidencial, ao longo desses anos se deu na razão direta da gestação da unidade burguesa no Brasil. Sabendo que o tamanho e profundidade do saque define o grau de unidade entre facilitadores e sócios da pilhagem, o transitório governo Temer apostou no desdobramento temporal da fórmula. A recompensa incalculável oferecida aos mercados foi a constitucionalização do ajuste fiscal, com o congelamento dos gastos primários por no mínimo duas décadas, o que implicou em um sucateamento programado de serviços públicos essenciais como saneamento, saúde e educação e sua subsequente privatização.

As forças alinhadas à direita no Brasil buscaram pulverizar não apenas uma liderança ou uma legenda, e sim seu estofo histórico, como se dele emanasse a expressão possível da esquerda, ou ainda de qualquer luta social. Não é a máquina eleitoral-administrativa – que o PT ergueu à semelhança dos partidos da ordem – que foi posta no centro do alvo. Essa é apenas a parte visível e estigmatizável, que se mesclou com os conglomerados privados e suas representações de aluguel. Na verdade, foram as práticas classistas e emancipadoras vindo de baixo, com autonomia e pluralidade, que passaram a ter sua existência posta em questão. O que querem expurgar é a representação social da luta dos trabalhadores e a legitimidade das suas conquistas históricas.

O clamor seletivo que se orquestrou por algumas cabeças ocultava uma revanche burguesa tardia contra conquistas populares iniciadas nos anos 80. Essa contrarrevolução sem revolução¹³ logo virou operação de rolo compressor sobre conflitualidades e alteridades potenciais. Na lógica da conversão de pilhagem e super-exploração em competitividade nacional, se dissolveu qualquer pretensão de regulação dos processos de monopolização de setores e mercados.

Os saudosismos e a nova revanche do valor

Nesse cenário, novas formas e novos alvos de expropriação e acumulação se somam às formas antes convencionadas. Esse continuado processo de reestruturação significa a multiplicação e o fortalecimento das arenas de mercado existentes, nas quais as composições extraeconômicas ou não mercantis são reabsorvidas ou reconstruídas em moldes mais instrumentalizáveis. A combinação entre reestruturação produtiva e regulatória é entendida

¹³ Parafraseio aqui Florestan Fernandes a partir de sua caracterização da “Nova República” como uma interrupção momentânea da contrarrevolução de 1964, nos marcos da qual as tarefas inerentes à revolução burguesa no Brasil foram sendo cumpridas. O que se conflagra, oficialmente a partir de 2016, é uma “contrarrevolução dentro da ordem”, uma contrarrevolução sem revolução. (Fernandes, 1986, p. 9)

aqui como intento de restauração integral do poder de classe, em que as mediações e composições extra-econômicas ou não mercantis são reabsorvidas ou reconstruídas em moldes mais instrumentalizáveis.

Se antes democracia e bem-estar, esses corpos estranhos ao organismo de extração de mais-valor e de acúmulo de capital, em doses mínimas, serviam de vacina contra insurgências epidêmicas, o organismo parece estar, por ora, imunizado. A variável correlação entre o econômico e o extraeconômico, o valor e o antivalor, tem se convertido em uma trajetória linearmente regressiva. Em outros termos, a reprodução social e econômica do capitalismo no Brasil não mais prescindiria, como antes, de um Estado social ou de instituições pactuadas de caráter supraclassista.

Estariamos vivendo sob a égide da revanche do valor depois de uma “extemporânea” intromissão de espaços de “antivalor” (Oliveira *apud* Paulani, 2003). Uma experimentação destrutivo-criativa que contou com um amplo leque de medidas de anulação, neutralização e reversão de constrangimentos aos mercados (*financial repression*), bem como de disciplinamento de zonas de poder relativamente autônomas, isto é, territórios e sujeitos coletivos ainda não suficientemente subsumidos. Em um cenário de “incerteza econômica” superinterpretada pelos grandes oligopólios, lhes convém estender o espectro das “incertezas institucionais”. A renovação da credibilidade dos investidores, em tempos crise aguda, depende de cortes profundos na carne, de bloqueios políticos e institucionais de tudo o que possa ser potencialmente democratizado e socializado no país.

O tecido social já não encontra esteio para se esgarçar, rompe-se sem mais. E não surgem sujeitos coletivos renovados, ou espaços públicos de representação, que reivindiquem sua reconstituição enquanto campo de interações sociais reconhecidas. Em períodos anteriores, as esferas representativas eram contestadas como burguesas, mas havia uma incessante luta para alargá-las por dentro, para tensionar seus limites, para que se incorporasse o que excluía em seletividade mórbida. O preço de poder colocar os fins em questão era aceitar discutir meios de modular conflitos e legitimar assim pactos mais abrangentes, o que resultava em um “reformismo por derivação”; ou seja a sustentação de programas maximalistas cacifava programas mínimos em uma amplitude tal que não haveria caso a postura inicial fosse um reformismo pragmático.

Com o esvaziamento das instituições de mediação em função da cristalização de agendas privadas consensuadas, a exemplo das contrarreformas postas e repostas em pauta no Brasil, a política - como contestação de comandos unívocos - desapareceu da cena, isto é, do

sistema oficial de representação. A proscrição da controvérsia sobre os fins – para além dos meios do que pode e deve levar ao bom funcionamento do mercado – inviabiliza a política democrática, ou qualquer política vinculada a propósitos potencialmente comuns ou majoritários.

O paradoxo apontado por Claus Offe (1984) entre um capitalismo que simultaneamente não pode conviver com o *Welfare State*, mas que não consegue sobreviver sem ele, já não é postulável nesses tempos de intolerância crescente dos chamados “mercados” a quaisquer mecanismos de regulação que sejam exteriores ou apartados à lógica da rentabilização dos investimentos. Consideremos os termos da contradição analisada em um quadrante da história em que se consolida o padrão *Welfare*, muito mais propício a ciclos e flutuações:

O melindroso segredo do Welfare State é que, ainda que seu impacto sobre a acumulação capitalista possa se tornar bastante destrutivo (como a análise conservadora tão enfaticamente demonstra), sua abolição teria efeitos claramente disruptivos (fato insistentemente negado pela mesma análise conservadora). A contradição é que o capitalismo nem pode coexistir com o Welfare State nem pode existir sem ele. (Offe, 1984, p. 154)

O paradoxo do “nem nem” exposto somente se manteve enquanto duraram os bons tempos em que se equacionavam excedentes de produtividade e acordos redistributivos, períodos de calma que sucediam períodos agudos de crise em que prevaleciam jogos de soma zero, em que se renunciavam potenciais crises de regime. No entanto, a perenização dessas dinâmicas na forma de crises sistêmicas e estruturais tem implicado em desorganizações não mais reversíveis, ou pelo menos não mais reversíveis nos marcos cíclicos caracterizáveis até os anos 1970. Assim como a democracia, como reinvenção social autônoma, é incompatível com a lógica da acumulação e concentração incessantes, compromissos sociais acerca de uma “taxa média” de exploração ou de um nível mínimo prescritivo de direitos sociais demonstraram ser datados e miseravelmente circunstanciais.

Por isso, a enunciação do “paradoxo” pode ter algum sentido se apresentado com fins didáticos e de negociação com o senso comum. Afora isso, tal perplexidade não passa de uma estratégia teórico-política deliberada de redução da crise estrutural do capitalismo a uma crise do chamado *Welfare State* ou do Estado desenvolvimentista, como se, em um momento anterior, fôssemos todos regidos por uma acumulação organizada, nacional e virtuosa.

Algo similar comparece na ideia de “duplo movimento” de Polanyi (2000): um de expansão contínua do mercado (*commodification*) e outro de autoproteção social (*decommodification*). Em termos mais abstratos, observar-se-ia uma coreografia entre um

movimento particular de descolamento da “economia de mercado” e um movimento geral de sua re colocação em uma “sociedade de mercado”, duplo movimento disposto em forma evolutiva ou em sequência paramétrica de uma dinâmica civilizatória pré-estabelecida. A institucionalização deliberada e “compreensiva” do mercado seria, para Polanyi, a melhor forma para contornar reviravoltas históricas catastróficas. Contudo, foi o temor a essas reviravoltas (ou a experiência parcial delas) que tornou postulável, no sentido de universalizável, a regulação sócio-política dos mercados. Depois de duas ondas de *commodification* desde o século XIX e duas ondas de “grandes transformações” (adoção das Leis Sociais no fim do século XIX e Estado regulador/ Sistema Bretton Woods após 1929), estaríamos sob a vigência de uma “inesperada” terceira onda de mercadorização - sem que haja nenhuma terceira grande transformação à vista, muito menos engatilhada.

Apostas na previdência da história - tornada racional e racionalizante na visão épica autoedificante da burguesia ascendente - descolam-se das dinâmicas ou dos “movimentos” oriundos da luta de classes. Não há derrocada final por autodestruição nem retificações societais automaticamente acionadas a partir da ultrapassagem de um determinado grau de desequilíbrio. É necessário desmontar a epifania da regulação social dos mercados como estágio inelutável de “aprendizagem social” processada no capitalismo pós-crise de 1929. Os chamados “anos dourados” do capitalismo, entre 1945 e 1973¹⁴, somente o foram muito parcialmente e em um intervalo temporal e espacial restrito.

A “vigilância epistemológica” que cabe aqui é a promoção de um reiterado desapego de projeções “democrático-populares”, de posturas nostálgicas relativas a um fordismo pretensamente homogêneo (Braga, 2003) ou a brechas de radicalização que surgiam nos processos de “modernização nacional”¹⁵. A percepção de uma infinita criatividade coletiva intrínseca à formação nacional compôs o lastro para essas apostas no futuro. Quebrada, no entanto, a “máquina do tempo” e a possibilidade de “saltos quânticos”, resta a cobrança de apólices morais do que podíamos ter sido. Inócuo lamentar o terreno das opções perdidas, se não demonstrarmos a atualização da forma de dominação e as disputas em torno dessa atualização. Esse acautelamento parece ser uma condição *sine qua non* para escapar às críticas

¹⁴ Deve-se frisar que em 1971, os Governo dos EUA, deu fim ao padrão dólar-ouro dando origem ao mercado de câmbio flutuante que anuncia o exaurimento de padrões rígidos de regulação econômico-produtiva.

¹⁵ Paulo Arantes, na referência indireta feita por Leda Paulani (2003), identificava ecos de “saudades do subdesenvolvimento” no clássico texto de Francisco de Oliveira (2003), “Crítica da Razão Dualista”, com a adição do ensaio “O Ornitorrinco”, relançado nesse mesmo ano. A remissão feita se referia a saudades de uma porta já não mais entreaberta, as saudades das contradições “desperdiçadas” que o subdesenvolvimento antes franqueava para a formação de blocos contra-hegemônicos.

datadas e para confrontar pseudo-alternativas “pós-neoliberais”¹⁶ que se apresentaram, no período em análise, em denominação híbrida ou composta (“social-liberalismo”, “neodesenvolvimentismo”, “social-desenvolvimentismo”).

Conclusão

É no manejo mágico de uma balança que está guardada toda a matemática dos sábios, num dos pratos a massa tosca, modelável, no outro, a quantidade de tempo a exigir de cada um o requinte do cálculo, o olhar pronto, a intervenção ágil ao mais sutil desnível.

Lavoura Arcaica. Raduan Nassar

O debate sobre a periodização e classificação dessas duas décadas e meia de ajustes neoliberais e neoliberalizantes não carrega relevância maior que sua potencial contribuição para o agendamento de lutas sociais. Perscrutar a atualização multiforme da contrarrevolução burguesa no Brasil depende da superação do olhar melancólico acerca das potencialidades civilizatórias de um capitalismo genuinamente “moderno”. É preciso decifrar sem mais perplexidades a unidade burguesa e pró-burguesa forjada em torno da estratégia de “mais capitalismo” para todos subsumidos ou em vias subsunção. O cálculo a que fazemos referência¹⁷ é a percepção da contingência dos tempos e contratempos da dominação, cálculo que apreende os momentos cruciais do processo geral, para depois concentrar todas as energias sociais disponíveis neles. Momentos que, somente em determinados instantes e conjunturas, “entrariam em relação com a totalidade, com a totalidade do presente e com o problema central da evolução futura, e, portanto, com o próprio futuro.” (Oliveira, 2007; Lukacs 1970, p. 92)

¹⁶ Em resenha crítica à publicação “Lula e Dilma: 10 anos de Governos pós-neoliberais no Brasil” organizada por Emir Sader (2013), Novoa Garzon (2013) redarguiu: “Depois do neoliberalismo, o tripé que o define – metas de inflação, câmbio flexível e disciplinamento fiscal – segue inamovível. Depois do neoliberalismo, novas modalidades de privatização com cobertura financeira e política do Estado e abertura irrestrita para capitais nacionais e estrangeiros se apossaram de rios, áreas costeiras, terras griladas, jazidas minerais e petrolíferas. Depois do neoliberalismo: neoliberalismo e meio; um modo de governar híbrido capaz de fornecer consentimento social nos picos de crescimento.” (cf. <http://www.correiocidadania.com.br/economia/8481-14-06-2013-depois-do-neoliberalismo-depois>)

¹⁷ Cf. Também na epígrafe.

Uma crise perene e sem colapso promove “movimento”¹⁸, mas não com viés redistributivista, sim na direção oposta, considerando que a flexibilidade intrínseca à nova institucionalização dos mercados desregulados é aquela que permite restaurar e depois exponenciar graus e ritmos de acumulação de capital. Seu itinerário é a destruição dos referenciais coletivos de organização e das garantias objetivas e subjetivas dos direitos sociais e políticos da classe trabalhadora no Brasil.

Na locução oficial dos mercados (Fórum de Davos, Banco Mundial e FMI), a esterilização dos espaços de percepção dos embates de classe que ainda poderiam impor constrangimentos à “política econômica necessária” demonstra a plena maturidade institucional do país, ainda que Estado e sociedade estejam se decompondo em um quadro de guerra civil latente. Para que o legalmente constituído seja tolerado, ou seja, para que não haja rupturas institucionais propriamente ditas, as vozes do ultra-liberalismo exigem demonstrações seguidas de acefalia governamental. Tais demonstrações, muito pródigas no governo Bolsonaro, balizam as condições atuais da governabilidade, ou seja, do “governo único” possível em um país sob intervenção tácita da banca financeira e das corporações transnacionais que nele estabeleceram laços territoriais.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, Michel. *Capitalismo versus capitalismo*. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.
- AGENCE FRANCE PRESSE, *World Bank's Kim says no country immune from turmoil*. Disponível em> <https://www.gettyimages.fi/detail/news-photo/world-bank-president-jim-yong-kim-speaks-during-an-news-photo/171719731>. Acesso em 15 de julho de 2018.
- ARBIX, Glauco. *Beyond developmentalism and market fundamentalism in Brazil: inclusionary State activism without statism*. Workshop on “State development and global governance”. WAGE University of Wisconsin-Madison, march, 12-13, 2010. Disponível em: https://media.law.wisc.edu/s/c_360/mq4fw/paper_arbix.pdf. Acesso em 06 de abril de 2018.
- BATISTA Jr., Paulo N. *Entrevista: Contra a inflação, o ataque frontal - Teoria e Debate* nº 23 - dezembro93/janeiro/fevereiro de 1994. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que->

¹⁸ Parodiando aqui a bandeira do reformismo revolucionário de Bernstein, referida no início do artigo.
Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas V.13 N.2 2019 ISSN: 1984-1639

[fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/economia-contra-inflacao-o-ataque-frontal-e](#)>. Acesso em: 04 de agosto de 2018.

BIANCHI, Álvaro. Revolução Passiva: o pretérito do futuro. *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, v.23, n.23, 2006. p: 34-57.

BRAGA, Ruy. *A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial*. São Paulo: Xamã, 2003.

BRENNER, Neil, PECK, Jamie, THEODORE, Nik Variegated neoliberalization: geographies, modalities, pathways. *Global Networks* vol. 10, 2, 2010, p. 182–222.

CERNY, Philip Embedding Neoliberalism: The Evolution of a Hegemonic Paradigm. *The Journal of International Trade and Diplomacy*. Vol. 2, n. 1, p.1 – 46, 2008.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese em História, 549 páginas, UFF, Niterói, 2005.

COUTO, Claudio. G. A Longa Constituinte: Reforma do Estado e Fluidez Institucional no Brasil. *Dados*, vol. 41, n. 1, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581998000100002>>. Acesso em 05 de agosto de 2018.

COX, Robert W. *Production, power and world order. Social forces in the making of history*. New York: Colombia University Press, 1987.

CUOCO, Vincenzo. *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli*. Milano: Stampatore Librajo, 1806. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=uGUPAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q=passiva&f=false>>. Acesso em 05 de setembro de 2018.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). *Políticas de cidadania y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.

FETSCHER, Iring. Bernstein e o desafio à ortodoxia. In: HOBBSBAWM, Eric (org.) *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 257-298.

FERNANDES, Florestan. *Nova República?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FIANI, Ronaldo. Arranjos institucionais e desenvolvimento: o papel da coordenação em estruturas híbridas. Texto para discussão 1815, IPEA, março de 2013. Disponível em:

Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas V.13 N.2 2019 ISSN: 1984-1639

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/971/1/TD_1815.pdf. Acesso em 13 de maio de 2018.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GARCIA, Marco Aurélio. Os desafios atuais da democracia e do desenvolvimento. Comentários In: ALTIMIR, Oscar; IGLESIAS, Enrique e MACHINEA, José Luiz (orgs.) “Por uma Revisão dos Paradigmas do Desenvolvimento na América Latina, CEPAL, Santiago de Chile, 2008, p.236-241. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1332/S2008748_pt.pdf. Acesso em 25/04/2019

GILL, Stephen. *Power and Resistance in the New World Order*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la Carcel -Tomo V*. México-DF: Ed. Era, 1999.

HARVEY, David. Neoliberalismo como destruição criativa. *Revista de Gestão Integrada em Saúde e Meio Ambiente*, v. 2, nº 4, Senac-São Paulo, p. 1-30, 2007.

HALL, Peter; SOSKICE, David. *Varieties of Capitalism*. Oxford University Press, 2001.

JESSOP, Bob. The world market, variegated capitalism, and the crisis of European integration. In: Petros Nousios; Henk Overbeek; Andreas Tsolakis (eds.). *Globalization and European Integration: Critical Approaches to Regional Order and International Relations*. London: Routledge, 2012. p. 91-111.

_____. *Variegated Capitalism and the Eurozone Crisis: Modell Deutschland, Neo-Liberalism, and the World Market*. National Bank of Poland. Conference 24 April 2013. Disponível em: <http://www.nbp.pl/badania/seminaria_files/24iv2013.pdf>. Acesso em: 05 de agosto de 2018.

LUKACS, G. *Lenin: La coherencia de su pensamiento*. Grijalbo, México D. F., 1970.

NOBRE, Marcos. Da “formação” às “redes”: filosofia e cultura depois da modernização. *Cadernos de Filosofia Alemã*, n. 19, 2012, p. 13 – 36.

NOVOA GARZON, L. F. Depois do neoliberalismo. Depois? *Correio da Cidadania*, São Paulo, 14 jun. 2013. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/economia/8481-14-06-2013-depois-do-neoliberalismo-depois>. Acesso em 12/03/2019.

_____. Da convergência programática à eleição prévia do programa neoliberal. *Correio da Cidadania*, São Paulo, 23 jul. 2014. Disponível: <http://www.correiodacidade.com.br/politica/9852-23-07-2014-da-convergencia-programatica-a-eleicao-previa-do-programa-neoliberal>. Acesso em 10/05/2019.

OFFE, Claus. *Contradictions of the Welfare State*. London: Hutchinson, 1984.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista, o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Momento Lênin. In: OLIVEIRA, Francisco e RIZEK, Cibele Sailiba. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 257-288.

_____. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F. RIZEK, C., BRAGA, R. (Orgs.) *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 21-27.

PAULANI, Leda Maria. Os Trinta Anos da Crítica à Razão Dualista ou Que Saudades do Subdesenvolvimento. *Margem Esquerda*, n. 2, p. 198-204, 2003.

PECK, Jamie. *Constructions of Neoliberal Reason*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

PECK, Jamie; BRENNER, Neil; THEODORE, Nik. Actually Existing Neoliberalism In: *The SAGE Handbook of Neoliberalism*. CAHILL, Damien et al (Orgs.), London: Sage Publications, p. 1 – 29, 2018.

PECK, Jamie; THEODORE, Nik; BRENNER, Neil. Neoliberalism Resurgent? Market Rule after the Great Recession. *The South Atlantic Quarterly*, v. 111, n. 2, p. 265-288, 2012.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação - as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

RODRIGUES, Alberto T. Ciclos de mobilização política e mudança institucional no Brasil. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 17, 2001, p. 33-43.

RUGIE, John G. International regimes, transactions and change: Embedded liberalism in the postwar economic order. *International Organization*, v. 36, n. 2, p. 379-415, 1982.

RUCKERT, Arne. Towards an Inclusive-Neoliberal Regime of Development: From the Washington to the Post-Washington Consensus. *Labour, Capital and Society*, v. 39, n. 1, 2006, p. 34 – 67.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, Emir (Org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos neo-liberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 135-143.

Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas V.13 N.2 2019 ISSN: 1984-1639

SAWAYA, Rubens. Economia Política da Inflação. *Revista de Economia*, n. 04, PUC-SP, São Paulo, 2010, p. 179-214.

SCHWARZ, Roberto. Prefácio com perguntas. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo editorial, 2003, p. 11 – 24.

TAVARES, M. C.; MIRANDA, J. C. Brasil: estratégias da conglomeração. In: FIORI, J. L. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Rio de Janeiro: Vozes 1999, p. 327-349.

VOVELLE, Michel. *Breve história da Revolução Francesa*. Lisboa: Ed. Presença, 1994.

WERNECK VIANNA, Luiz. O ator e os fatos: a revolução passiva e o americanismo em Gramsci. *Dados*, v.38, n.2, 1995.

_____. O Estado Novo do PT. *Política Democrática*, nº 18, p 45-53, 2007. Disponível em: <<http://issuu.com/revistapd/docs/pd18?e=4021658/3063187>>. Acesso em: 05 de agosto de 2018.

WORLD BANK, *Media Roundtable with World Bank Group President Jim Yong Kim in Brasilia, Brazil*. Transcript, march 2013. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/news/speech/2013/03/05/media-roundtable-world-bank-group-president-jim-yong-kim-brasilia-brazil>>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

Um Panorama dos últimos 25 anos no Brasil: das ressurgências neoliberais às contrarrevoluções preventivas

Resumo

Com o propósito de explicitar a passagem, em um marco analítico ampliado, que vai do entrechoque de projetos históricos ao entrecruzamento discursivo-institucional, faremos uso das categorias gramscianas provindas da tardia modernização italiana no século XIX (*Risorgimento*) para depois cotejar acepções contemporâneas – a partir de abordagens de matiz neoinstitucionalista e neomarxista – de continuidades ou de arraigamentos neoliberais. Essa discussão tornou-se apresentável na forma de ensaio histórico em que se busca a concatenação dos fatos colocados sob análise e comparação. O texto procura devassar um alongado ciclo de rupturas e permanências econômicas e políticas no Brasil a partir de 1994, com base em conceitualizações que somente ganham sentido nos contrapontos históricos propostos. Assim como há um jogo entre revolução e restauração no conceito de revolução passiva, não há contraposição entre evento e estrutura no neoliberalismo de “longa duração” ou nos processos sequenciais de reestruturação regulatória pró-mercados (neoliberalização) verificados no Brasil nos últimos 25 anos. Tratamos, enfim, de apresentar essas ressurgências neoliberais como malogros de alternativas almejáveis e palpáveis, alternativas que foram sistematicamente sabotadas e neutralizadas. Ao historicizar o padrão regulatório predominante no capitalismo no Brasil e abordar a forma política que lhe correspondeu nesse período, pretendemos escapar à essencialização do debate teórico-político acerca do neoliberalismo.

Palavras-chave: Modernizações tardias; Neoliberalismo e neoliberalização; Reestruturação regulatória; Revolução passiva e contrarrevolução.

Un panorama de los últimos 25 años en Brasil: de las resurgencias neoliberales a las contrarrevoluciones preventivas

Resumen

Con el propósito de explicitar un rastreo histórico, en un marco analítico ampliado, que comprenda tanto la contienda de proyectos históricos como de distintos lineamientos discursivos y institucionales, haremos uso de algunas categorías gramscianas provenientes de la tardía modernización italiana en el siglo XIX (*Risorgimento*) para luego cotejar las acepciones contemporáneas – bajo abordajes de matiz neoinstitucionalista e neomarxista – acerca de continuidades o de arraigamientos neoliberales. Esta discusión se hizo posible y presentable en la forma de ensayo histórico en que se busca la concatenación de los hechos colocados bajo análisis y comparación. El texto en sí busca exponer un alargado ciclo de rupturas y de permanencias económicas y políticas en Brasil, a partir de 1994, con base en conceptos y conceptualizaciones que sólo ganan sentido en los contrapuntos históricos propuestos. Así como hay un juego entre revolución y restauración en el concepto de revolución pasiva, no hay contraposición entre evento y estructura en el neoliberalismo de "larga duración" o en los procesos secuenciales de reestructuración regulatoria orientada para los mercados (procesos de neoliberalización) verificados en Brasil en los últimos 25 años. Tratamos, en fin, de presentar esas resurgencias neoliberales como descomposiciones de alternativas elegibles y palpables, alternativas que fueron sistemáticamente saboteadas y neutralizadas. Al historizar el patrón regulatorio predominante en el capitalismo en Brasil y abordar la forma política que le correspondió sucesivamente en ese período, pretendemos escapar a la esencialización o rotulación del debate teórico-político acerca del neoliberalismo.

Palabras clave: Modernizaciones tardías; Neoliberalismo y neoliberalización; Reestructuración regulatoria; Revolución pasiva y contrarrevolución.

An overview of the last 25 years in Brazil: from neoliberal resurgence to preventive counterrevolution

Abstract

In order to explicit a historical pathway, in an extended analytical framework, which includes both the confrontation of historical projects and different discursive and institutional guidelines, we will make use of some gramscian categories coming from the late Italian modernization in the 19th century (*Risorgimento*) in order to – through a neo-institutionalist and neo-Marxist approach – verify meanings of neoliberal continuities or embedding. This discussion was made possible and acceptable in the form of a historical essay in which the concatenation of the facts placed under analysis and comparison is sought. The text itself seeks to expose an extended cycle of economic and political ruptures and permanencies in Brazil, starting in 1994, based on concepts and conceptualizations that only gain meaning in the proposed historical counterpoints. Just as there is a game between revolution and restoration in the concept of passive revolution, there is no contrast between event and structure in "long-term" neoliberalism in the context of pathways of market-disciplinary regulatory restructuring (neoliberalization processes) verified in Brazil in the last 25 years. We try, in short, to present those neoliberal resurgences as decompositions of eligible and palpable alternatives, alternatives that were systematically sabotaged and neutralized. By historicizing the predominant regulatory pattern of capitalism in Brazil and addressing the political form that corresponded to it successively in that period, we intend to escape the essentialization or labeling of the theoretical-political debate about neoliberalism.

Keywords: Late modernizations; Neoliberalism and neoliberalization; Regulatory restructuring; Passive revolution and counterrevolution.

A Construção Social de uma Corporação Transnacional: notas sobre a “nova ‘privatização’” da Vale S.A.

Recebido: 21-10-2018

Aprovado: 31-10-2019

Rodrigo Salles Pereira dos Santos¹

Introdução

Considerando que o debate sociológico em torno da governança corporativa (GC) permanece, em alguma medida, restrito aos países desenvolvidos, e apenas recentemente passou a enfocar os mercados emergentes (Aguilera & Haxhi, 2018; Schneider, 2008), esse trabalho se insere no esforço de “ampliar o escopo geográfico da recente teorização” (Schneider, 2008, p. 379) em torno do tema.

Na América Latina, a resiliência da propriedade concentrada e familiar e a diversificação multissetorial, os diversos ciclos de privatizações e abertura ao investimento direto externo, assim como o fenômeno das “Translatinas” nos anos 2000, impuseram desafios específicos à investigação sobre a GC (Schneider, 2008, p. 390). No Brasil, a despeito de esforços sistemáticos sobre as disputas culturais e a dimensão simbólica da GC (Grün, 2003, 2005), ainda são poucos os trabalhos empíricos dedicados à compreensão dos regimes de GC.

Ademais, diante da importância das corporações transnacionais (CTNs) e dos mercados de capitais na economia contemporânea, investigar as diferentes configurações da GC parece ser “essencial para entender as estruturas globais de poder” (Davis, 2005, p. 143). Se “a governança corporativa vai ao coração do poder nas economias de mercado” (Gourevitch, 2007, p. 41), é necessário aprofundar o conhecimento sobre as formas específicas de conexão entre a organização interna das firmas e o mundo das finanças, o que passa, necessariamente, pela GC.

¹ Rodrigo Salles Pereira dos Santos é brasileiro, Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Suas principais publicações são *Embedded Corporate Strategies and Power: the case of Vale S.A. in Itabira, Brazil* (com Bruno Milanez). *The Extractive Industries & Society*, 2019 (In press); e *New developmentalism in Brazil? The need for sectoral analysis* (com Heike Doering e Eva Pocher). *Review of International Political Economy*, v. 24, p. 332-362, 2017. E-mail: santosrodrigosp@gmail.com.

Esse artigo privilegia, dessa forma, “a ‘microquestão’ da governança corporativa” (Aguilera & Jackson, 2010, p. 521), se debruçando sobre “estruturas de propriedade específicas” (Aguilera & Crespi-Cladera, 2016, p. 50) a partir de uma compreensão situada dos agentes (Aguilera & Jackson, 2010, p. 532) no contexto brasileiro. A análise busca responder ao “chamado para focar a firma como unidade de análise” (Aguilera & Crespi-Cladera, 2016, p. 52), de modo a superar alguns dos problemas associados à pretensa uniformidade dos regimes nacionais de GC (Aguilera & Crespi-Cladera, 2016, p. 56).

Assim, o texto se concentra “na estrutura de propriedade da firma individual” (Aguilera & Crespi-Cladera, 2016, p. 51), isto é, da Vale S.A. (Vale), e em sua integração ao contexto transicional nas relações Estado-mercado que se instaura no Brasil a partir dos anos 2010, em grande medida afetado pela emergência de um cenário de pós-*boom* das *commodities* (Milanez & Santos, 2019). O trabalho confere relevância aos fatores institucionais na escala da firma, buscando “conceituar a governança corporativa em termos de seu enraizamento” (Aguilera & Jackson, 2003, p. 449).

A estratégia de pesquisa é “baseada em [um] caso, em detrimento de variáveis, dinâmica e histórica em orientação, em vez de estática e transversal, e [...] adota uma visão das instituições centrada no ator”² (Aguilera & Jackson, 2010, p. 529). O caso da mudança no regime de GC da Vale é investigado, priorizando uma compreensão enraizada institucionalmente das relações de poder entre seus agentes – proprietários, gestores e Estado – e mutável de suas identidades e interesses. O desafio-chave da proposta é, portanto, o de “especificar como o papel de cada stakeholder em relação à firma é moldado por diferentes domínios institucionais” (Aguilera & Jackson, 2003, p. 450).

A investigação de cunho qualitativo se apoiou, essencialmente, em dados secundários, utilizando a análise documental (Bowen, 2009) e mobilizando grande volume de dados textuais. Foi realizado o acompanhamento sistemático da cobertura especializada (Valor Econômico) sobre o novo regime de GC da Vale, da qual foram selecionados 152 documentos de mídia eletrônica. Foram analisados, ainda, os relatórios 20F da Vale de 2017 e 2018, assim como os manuais de participação em assembleias de acionistas nesses anos, três acordos de acionistas e o Estatuto Social da corporação, além de documentos complementares. O

² O trabalho segue o “institucionalismo centrado no ator” e sua aposta na investigação da “interação de instituições e atores ao nível da firma” como forma de superar a polarização entre as “abordagens subsocializadas da teoria da agência e as visões sobressocializadas da teoria institucional” (Aguilera & Jackson, 2003, p. 448).

material foi organizado com o auxílio do *software* NVivo 12, por meio de codificação indutiva (categorias dos documentos), e reorganizado dedutivamente (estrutura de códigos dos agentes e instituições). De modo suplementar, o trabalho empregou a observação participante em dois eventos de acionistas críticos à Vale.

O artigo está dividido em quatro seções principais, além da Introdução. A seção seguinte discute o panorama teórico sobre a GC no campo da sociologia econômica, privilegiando um enquadramento institucionalista com vistas à definição de um modelo analítico do processo de mudança na GC ao nível da firma. A seção de resultados apresenta a descrição da corporação e de seu processo de mudança institucional, focalizando os elementos-chave do novo regime. A seção de discussão apresenta uma interpretação dos agentes e instituições-chave na GC da Vale, apreendendo a construção situada dos interesses dos primeiros, e o enraizamento de suas relações em uma matriz institucional híbrida, composta de normas e práticas endógenas e exógenas à corporação. A Conclusão apresenta os principais elementos de síntese do trabalho e aponta lacunas específicas e oportunidades futuras de desenvolvimento.

Governança corporativa: o estado da arte

Aspectos gerais

O debate internacional no campo da sociologia econômica apresenta alguma variação no que respeita a própria definição de GC. Em um polo, a “governança corporativa exprime regras, regulações, preferências, culturas e políticas” (Gourevitch, 2007, p. 42), indo “dos conselhos de administração, passando por enquadramentos jurídicos e mercados financeiros, até os entendimentos culturais sobre o lugar da corporação na sociedade” (Davis, 2005, p. 143). Nesses termos, a “governança corporativa descreveria a matriz institucional que canaliza os fluxos financeiros (Davis, 2005, p. 143). Entretanto, por sua amplitude, tais definições tendem a ser pouco operacionais.

De outro lado, tentativas de circunscrever o conceito frequentemente se defrontam com certa preocupação com o problema da eficiência, típico das teorias da agência³. Assim, a

³ O “problema da agência” (Aguilera & Crespi-Cladera, 2016, p. 51; Fligstein & Choo, 2005, p. 65; Goyer, 2010, p. 433) diz respeito ao conflito entre acionistas e gestores. Mais especificamente, a “teoria da agência” (Aguilera & Jackson, 2003, p. 448) enquadrou a questão sob a forma de um duplo conflito, entre acionistas e gestores, e entre acionistas majoritários e minoritários (Aguilera & Crespi-Cladera, 2016, p. 51).

GC é vista como o conjunto de “processos [históricos] constitutivos que moldam a relação entre propriedade e gestão de empresas” (Herrigel, 2008, p. 470). De forma similar, Roe (2005, p. 371) a define como o conjunto das “relações no topo da firma – o conselho de administração, a diretoria executiva, e os acionistas”. No entanto, tais definições, tendem a cercear o escopo da GC, reduzindo um fenômeno marcado por agências múltiplas à relação entre proprietários e gestores.

Aguilera e Jackson (2003, p. 450) buscam superar alguns dos problemas de ambas as posições, propondo uma definição abrangente e operacional da GC, que englobaria “as relações entre os *stakeholders* no processo de tomada de decisão e controle sobre os recursos da firma”, remetendo tanto ao “poder e influência [...] no interior da corporação” (Aguilera & Jackson, 2010, p. 487), quanto ao “seu ambiente institucional mais amplo” (Aguilera & Jackson, 2010, p. 491). Em outras palavras, a GC descreveria “as estruturas, processos e instituições no interior e no entorno de organizações que alocam poder e controle de recursos entre os participantes” (Davis, 2005, p. 143).

Essa perspectiva se fundamenta na “investigação das relações entre as partes [interessadas] na firma e como sua influência na tomada de decisão corporativa estratégica é moldada por instituições” (Aguilera & Jackson, 2010, p. 491), configurando uma dupla preocupação quanto à agência e às relações de poder, e quanto à dimensão institucional na qual aquelas se inserem. Nesses termos, essa concepção reconhece a distribuição variada e assimétrica da agência, tematizando os agentes e seus interesses, assim como os arranjos institucionais que definem seus limites.

O trabalho adota, assim, uma concepção inspirada em Aguilera e Jackson (2003), tematizando como os “‘roteiros específicos ao contexto’ acerca dos padrões apropriados pelos quais as empresas devem ser dirigidas” produzem efeitos concretos sobre suas decisões, de modo que “suas ações são socialmente construídas” (Goyer, 2010, pp. 430-431) e não o resultado de processos eficientes. Em complemento a esse enfoque institucional, privilegiam-se os “conflitos políticos e sociais” (Goyer, 2010, p. 434) envolvidos na formação e sustentação de regimes de GC. Dessa forma, “a incorporação do conflito e do poder fortalece substancialmente a análise da diversidade institucional da governança corporativa”, nos termos de Goyer (2010, p. 435).

Essa diversidade é, entretanto, circunscrita na literatura pela tipificação segundo sistemas nacionais dicotômicos de GC, anglo-americano e europeu continental (Aguilera &

Jackson, 2003, p. 447), singularizando-os, respectivamente, quanto: i. ao financiamento, seja via mercado de capitais, seja via endividamento de longo prazo; ii. à dispersão ou concentração da estrutura de propriedade; iii. à amplitude ou fragilidade de mercados para controle corporativo; e iv. à flexibilidade ou rigidez dos mercados de trabalho (Aguilera & Jackson, 2003, p. 447). Se, de um lado, sobram simplicidade e estabilidade a esses modelos, de outro, falta a essas classificações a “especificação sistemática de quês instituições importam e como elas moldam a governança corporativa” (Aguilera & Jackson, 2003, p. 449).

Dessa forma, a perspectiva do “institucionalismo centrado no ator” (Aguilera & Jackson, 2003, p. 448) parece convergir para um entendimento aberto e mutável dos sistemas de GC, buscando integrar as dinâmicas da ação, individual e coletiva, e as relações de poder entre os diferentes agentes, que caracterizam a GC, de um lado; e os contextos institucionais nas quais aquelas se inserem, tanto ao nível da firma, quanto ao nível da economia política, de outro.

A dimensão dos agentes

Enquanto a literatura especializada reconhece a necessidade de inventariar “diferentes categorias de proprietários – famílias, bancos ou outras instituições financeiras” (Davis, 2005, p. 153), a ampliação do escopo dos agentes e de suas interações permanece desafiadora. Uma solução comum tem sido a estilização de grupos de interesses em torno dos proprietários, gestores e trabalhadores, deduzindo suas preferências “a partir da lógica de sua posição na firma” (Gourevitch, 2007, p. 32).

Aguilera e Jackson (2003, pp. 447-448) propõem algo similar, identificando “três grupos de stakeholders: capital, trabalho e gestão”, mas reconhecem “as variações nas identidades e interesses de cada stakeholder em relação à firma”. Dessa forma, sua posição coloca em xeque exatamente a possibilidade de deduzir padrões de ação a partir de posições lógicas, advogando um entendimento da “‘construção social’ dos interesses” (Maurice, Sellier, & Silvestre, 1986 apud Aguilera & Jackson, 2003, p. 449) desses agentes.

O primeiro grupo de interesse a ser considerado são os proprietários. Agentes que “podem ser concentrados ou difusos” (Gourevitch, 2007, p. 34), os proprietários buscariam “minimizar todas as formas de custos de agência pagos a gestores e trabalhadores, temendo que cada um deles possa desviar recursos dos lucros” (Gourevitch, 2007, p. 34), sob a forma

de reinvestimento, remuneração, etc. Não obstante, é necessário questionar a aparente simplicidade dessa descrição.

Em realidade, “capital é o grupo de stakeholders que detém direitos de propriedade, tais como acionistas, ou que, de outro modo, faz investimentos financeiros na firma, tais como credores” (Aguilera & Jackson, 2003, p. 450). É possível, no entanto, diferenciá-lo segundo os “diferentes tipos de acionistas (por exemplo, bancos, fundos de pensão, indivíduos, companhias industriais, famílias, etc.) [que] manifestam distintos interesses, preferências de risco, horizontes temporais e estratégias” (Aguilera & Crespi-Cladera, 2016, p. 53).

No modelo proposto, os proprietários podem exibir interesses financeiros ou estratégicos. No primeiro caso, esses interesses remeteriam à expectativa de “retorno financeiro sobre o investimento” (Aguilera & Jackson, 2003, p. 451), enquanto no segundo, “objetivos não financeiros, como direitos de controle” (Aguilera & Jackson, 2003, p. 451), tipicamente operacionais, assumiriam prevalência. A distinção importa porque as pressões convergentes em favor da financeirização (Froud, Haslam, Johal, & Williams, 2000, p. 104), envolvendo compressão temporal ou visão de curto prazo (Jackson & Petraki, 2011), são, necessariamente, filtradas por instituições, preservando diferentes modalidades de ação no que concerne à GC.

Em segundo lugar, os proprietários também podem variar quanto ao “grau de comprometimento ou liquidez das [suas] participações” (Aguilera & Jackson, 2003, p. 450). No entanto, de um lado, os credores desfrutam de direitos de controle limitados, apresentando baixa propensão ao risco e favorecendo “crescimento corporativo estável, em detrimento de lucros máximos” (Aguilera & Jackson, 2003, p. 452). De outro, os proprietários detêm direitos mais amplos e, conseqüentemente, tenderiam ao endividamento, em desfavor da diluição do controle, e à orientação por ganhos mais elevados (Aguilera & Jackson, 2003, pp. 451-452).

Por sua vez, os gestores são definidos como “os stakeholders que ocupam posições de liderança estratégica na firma e exercem o controle sobre as atividades empresariais” (Chandler & Daems, 1980 apud Aguilera & Jackson, 2003, p. 457). Nesse caso, os autores também estabelecem distinções relacionadas às identidades e interesses desse grupo no que respeita a sua relação com a firma.

Desse modo, uma primeira distinção é estabelecida no que concerne à orientação dos gestores, simétrica à diferenciação dos proprietários (Aguilera & Jackson, 2003, p. 451).

Primeiramente, seu comportamento pode ser definido por uma orientação de tipo financeiro, que se manifesta como separação estrita e subordinação da gestão operacional a mecanismos financeiros; enquanto a concepção funcional de controle gerencial é caracterizada por “maior integração de funções operacionais, seja através de especialização técnica, seja através de amplo envolvimento pessoal e liderança” (Aguilera & Jackson, 2003, p. 458).

Uma segunda distinção diz respeito à natureza da relação dos gestores com a firma, que pode ser definida pela autonomia ou pelo comprometimento (Aguilera & Jackson, 2003, p. 457). Dessa maneira, a autonomia gerencial é definida como “nível amplo de independência [dos gestores] de relações específicas internas à firma” (Aguilera & Jackson, 2003, p. 457), restringindo o leque de influências no processo de tomada de decisão e permitindo o controle hierárquico. Diferentemente, o comprometimento gerencial é caracterizado pela dependência da ação dos gestores em relação a “relações específicas à firma”, de modo a realizar seus objetivos (Aguilera & Jackson, 2003, pp. 457-458).

O terceiro grupo, refletindo as características específicas dos regimes de GC latino-americanos, diz respeito ao conjunto diversificado de agentes estatais⁴ internos à firma. Assim, é necessário reconhecer a existência de uma dimensão externa da GC ou da “legitimidade corporativa” (Roe, 2005, p. 375) que integra agentes e instituições mais diversos. Nesses termos, “agentes externos à corporação podem afetá-la [...] através de instituições políticas” (Roe, 2005, p. 389), assim como “agentes internos à corporação [...] podem apelar aos externos, fazendo alianças políticas externas que pressionam a firma internamente” (Roe, 2005, p. 389).

Ao acentuar o papel das instituições externas à firma, Roe (2005, p. 390) avança no sentido da consideração dos regimes políticos na conformação da GC e, conseqüentemente, do Estado. Dessa forma, o autor defende que a “orientação política [...] afeta as instituições de governança corporativa” (Roe, 2005, p. 390), de modo que governos à esquerda “tenderiam a perturbar as alianças entre gestores e acionistas” e a privilegiar os trabalhadores no que concerne à repartição de ganhos de produtividade, por exemplo, assim como a encorajar as firmas ao crescimento e diversificação, em detrimento da lucratividade, e a protelar

⁴ A proposta de Aguilera e Jackson (2003) é modificada em favor da análise do caso empírico. No modelo original, a incorporação dos trabalhadores se vincula à disputa micropolítica em torno do controle sobre o processo de trabalho, ou ainda, nos termos dos autores, à relação problemática entre “direitos de propriedade” e “relação de autoridade com os empregados”, que sustenta persistentemente “conflitos sobre a autoridade gerencial legítima” (Aguilera & Jackson, 2003, pp. 454-455). Essa dimensão escapa à proposta de análise do artigo.

movimentos de *downsizing* em situações econômicas adversas, e de exposição a riscos potencialmente lucrativos⁵ (Roe, 2005, pp. 390-391). Dessa forma, Roe (2005, pp. 392-393) defende que as “instituições políticas estão profundamente vinculadas a, e frequentemente determinam as instituições corporativas”.

Aguilera e Jackson (2003, p. 450) reconhecem a exclusão do “Estado como um stakeholder”, em favor de sua consideração ao “nível institucional, em virtude de fazerem valer agendas de interesse público e de mediar conflitos entre stakeholders”. No entanto, ao não definir o Estado explicitamente como um agente, os autores não lidam com os problemas teóricos vinculados a sua identidade e interesses. Mais importante, tais problemas são contornados por uma concepção implícita do Estado como mediador cuja ação é restrita à busca do interesse público – concepção essa que abordagens histórico-institucionalistas já demonstraram ser amplamente insatisfatória (Evans, 2004).

Em trabalho posterior, os autores argumentam que “[...] os Estados têm múltiplas dimensões e diferentes capacidades para influenciar a governança corporativa, direta ou indiretamente” (Aguilera & Jackson, 2010, p. 522). Dessa forma, explicitam que “a natureza da agência política e [...] o papel do Estado” permanece como um “fator crítico” (Aguilera & Jackson, 2010, p. 516) de análise.

Assim sendo, esse artigo desenvolve a análise nos termos do modelo teórico proposto (Aguilera & Jackson, 2003) em torno de dois pares de distinções simétricas elaboradas para a investigação das identidades e interesses dos grupos de agentes implicados na GC.

Desse modo, Estados podem se relacionar a firmas a partir de interesses financeiros ou estratégicos. No primeiro tipo, esse conjunto de interesses diria respeito às posições acionárias detidas em diferentes firmas por parte do Estado e suas agências – assim como por parte de agentes não estatais, mas intimamente vinculados àquele, como fundos de pensão de empresas estatais –, considerando os níveis de retorno, que deveriam permanecer, pelo menos, positivos e estáveis ao longo do tempo. No segundo caso, uma postura mais ativista poderia ser identificada, de modo que agências estatais – em especial, bancos de desenvolvimento – coordenariam o processo de desenvolvimento e a matriz econômica nacionais, operando como

⁵ Curiosamente, Roe (2005) ignora a possibilidade de que governos à direita promovam alianças entre gestores e acionistas, em detrimento dos trabalhadores. Da mesma forma, de que reduzam ou transfiram posições de controle em grandes empresas, contribuindo para processos de recentramento das firmas em seus *core business* e, portanto, *downsizing*; assim como para a difusão das lógicas do valor ao acionista (Froud et al., 2000) e do curto prazo (Jackson & Petraki, 2011), assumindo riscos, em especial sociais, potencialmente trágicos.

indutores, ou “parteiros” de firmas e indústrias, e/ou como seus “pastores” (Evans, 2004), acompanhando e direcionando sua evolução.

É importante considerar, ainda, o grau de envolvimento do Estado nas iniciativas privadas, considerando sua imbricação à trajetória do sistema político. Assim, é possível diferenciar os Estados quanto ao comprometimento em seus resultados e, portanto, ao predomínio da opção voz, de um lado; assim como quanto a sua independência, favorecendo a opção saída (Hirschman, 1973). Nesses termos, um padrão de elevado comprometimento estatal estaria associado a sua importância para o investimento privado, assim como para o desempenho de firmas e setores – tanto no que se refere à geração de emprego e renda, quanto no que diz respeito à geração de divisas e sua participação nas contas públicas. Do contrário, um padrão autônomo de relação com a firma poderia ser observado em economias altamente diversificadas, caracterizadas por mercados de capitais ou sistemas bancários indutores de investimento, assim como em situações de relativa autonomia estatal em relação aos resultados econômicos de firmas e setores.

A dimensão das instituições

No que concerne à GC, as instituições dizem respeito às “condições societárias [que] dão origem às estruturas de governança das firmas” (Fligstein & Choo, 2005, p. 68), sendo entendidas amplamente como “as estruturas sociais nas quais a governança está enraizada” (Davis, 2005, p. 157). No entanto, a incorporação de uma perspectiva centrada no conflito e nas relações de poder no tratamento da GC implica especificá-las no sentido proposto por Roe (2005, p. 371) e ampliá-las, de modo a corresponder aos mecanismos de alocação de autoridade entre agentes internos e externos à firma, resultantes de processos histórico-políticos (Fligstein & Choo, 2005, p. 62).

Considerando o risco de multiplicar indefinidamente os fenômenos a serem tratados ou, o que é ainda mais problemático, a restringi-los arbitrariamente, é conveniente segmentar as instituições de GC no que concerne a sua capacidade de conformar os comportamentos da firma e dos agentes que a constituem. Davis (2005, p. 156) diferencia tais instituições em níveis analíticos operacionais, a saber, micro e macro: dos integrantes do conselho de administração (CA) à escolha de um banco de investimento específico, no primeiro caso; e da legislação societária à regulação sobre a negociação de títulos, no segundo. Não obstante, sua

proposta parece reforçar inadvertidamente certa compartimentalização entre agentes e instituições.

Avançando nesse caminho, Fligstein e Choo (2005, pp. 68-69) apostam em uma segmentação em três níveis. Os autores identificam um primeiro nível (meta) institucional da GC, enfatizando os “fatores contextuais relacionados à política e à cultura [que] moldam e produzem as instituições legais de governança corporativa em uma dada sociedade” (Fligstein & Choo, 2005, p. 69). Daí derivam quatro “instituições societais” centrais, a saber, a política, a luta de classes, a cultura e as normas sociais. Em seguida, concebem um segundo nível, definido a partir das estruturas de governança das firmas. Essas “variáveis de nível intermediário”, nos termos de Goyer (2010, p. 424), abrangem “o direito societário, a regulação do mercado financeiro e a legislação trabalhista” (Fligstein & Choo, 2005, p. 68).

A despeito de fortemente marcada por um entendimento legal-jurídico dos mecanismos intermediários de GC, a definição de “três tipos de legislação relevante para o entendimento da estruturação comparativa das corporações” (Fligstein & Choo, 2005, p. 63) apresenta a vantagem de corresponder à tipologia dos agentes (proprietários, gestores e trabalhadores) proposta por Aguilera e Jackson (2003) e endossada por Gourevitch (2007).

Por fim, os autores praticamente desconsideram aquilo que, nesse trabalho, é definido como um terceiro e último nível institucional da GC, correspondendo às “práticas da firma” no modelo de Fligstein e Choo (2005). Em sentido prático, esse artigo considera estruturas internas à firma como instituições de terceiro nível, a exemplo das estruturas de propriedade, ações de dupla classe e conselhos de administração, dentre outras.

Dois níveis institucionais merecem consideração mais detalhada, tendo em conta a abordagem centrada na firma. Assim, apresenta-se uma descrição não exaustiva de algumas das instituições de GC centrais para o argumento aqui desenvolvido no âmbito do segundo (estruturas externas) e do terceiro (estruturas internas) níveis institucionais.

No segundo nível, os mercados figuram como as instituições-chave na literatura sociológica sobre GC. Um dos traços definidores de seu entendimento diz respeito ao esforço de desconstrução da concepção funcional de “mercados convergentes atuando para orientar a corporação em direção ao valor ao acionista” (Davis, 2005, p. 147). É assim que “mercados de produto [competitivos] podem disciplinar os gestores” (Roe, 2005, p. 378), “enquanto mercados de trabalho podem ser importantes na seleção das pessoas ‘certas’” para posições superiores de gestão (Roe, 2005, p. 379). Ademais, “subjacente a todos esses mercados está o

mercado de capitais”, de modo que “o preço da ação é o critério definitivo de valor nessas narrativas, a medida por meio da qual todos os outros mercados são calibrados” (Davis, 2005, p. 147).

Embora rechaçando tanto a concepção eficiente das instituições – em especial, as mercantis, sob escrutínio no momento – quanto a prioridade ontológica atribuída aos mercados de capitais, tais mercados parecem ser centrais no entendimento das mudanças no sistema de GC brasileiro, constituindo, portanto, uma instituição-chave de segundo nível.

Mercados de capitais condicionam o acesso um recurso escasso com demanda generalizada (Roe, 2005, p. 378). Assim, limitações quanto à obtenção de recursos externos⁶ responderiam, em alguma medida, pelas ações da firma. Em paralelo, os “investidores precisam de garantia de que irão obter retorno, e aqueles que buscam vender instrumentos financeiros – de ações a títulos da dívida pública – devem oferecer evidências confiáveis de que os primeiros serão bem-sucedidos” (Davis, 2005, p. 156). Assim, os “sistemas financeiros influenciam a relação do capital com a firma ao moldar, do lado da oferta, a capacidade de prover fontes diversificadas de financiamento e, assim, suscitar diferentes padrões de controle” (Aguilera & Jackson, 2003, p. 453-63).

Enquanto as versões funcionalistas desse argumento enfatizam a relação singular entre tipos rígidos de estrutura de propriedade e comportamentos gerenciais mais ou menos autônomos (Roe, 2005, p. 385), é mais profícuo considerar sua importância generalizada para a totalidade dos agentes relacionados à firma. Assim, é razoável que a relação entre as formas e condições de obtenção de recursos externos e o desempenho operacional das firmas influencie, às vezes de modo decisivo, a confiança de analistas financeiros, investidores institucionais e do Estado mais amplamente; assim como as relações internas entre os trabalhadores, os gestores e os proprietários.

Na literatura sobre GC, tipicamente os sistemas bancários e os mercados financeiros figuram como alternativas antitéticas (Aguilera & Jackson, 2003, p. 453-63). No primeiro caso, “os bancos são as principais instituições financeiras, mediando os depósitos familiares e

⁶ O debate sobre a GC tende a superestimar a dimensão das fontes externas de financiamento – seja dos mercados financeiros, seja do crédito bancário – no condicionamento do comportamento corporativo. Em um registro diacrônico, “a maior parte das evidências sobre a expansão corporativa no final do séc. XIX e início do séc. XX enfatiza que o crescimento, tanto nos EUA quanto na Europa, foi tipicamente financiado por lucros retidos, em vez de por meio de empréstimos bancários ou emissão de ações” (Herrigel, 2008, p. 480). Por sua vez, estudos comparativos contemporâneos sobre “o fluxo agregado de fundos para o investimento industrial mostra[m] que fontes internas à firma são a mais importante [forma de financiamento] em [sistemas] centrados no mercado e em bancos” (Aguilera & Jackson, 2010, pp. 498-499), em detrimento dos títulos privados e do financiamento bancário.

canalizando-os para empréstimos” (Aguilera & Jackson, 2003, p. 453-63), o que torna a dívida privada um mecanismo-chave de controle da firma e de “comprometimento de longo prazo do capital” (Aguilera & Jackson, 2003, p. 453-63). Esse efeito é ainda mais acentuado nas situações nas quais bancos tornam-se acionistas diretos de empresas industriais (Aguilera & Jackson, 2010, p. 498). Por sua vez, “em sistemas financeiros baseados no mercado” (Aguilera & Jackson, 2003, p. 453), a poupança familiar se volta para a aquisição de títulos privados em mercados de ações, enquanto o monitoramento das firmas recai sobre os investidores institucionais e/ou acionistas de grande porte e as baixas restrições à saída induzem uma visão de curto prazo dos investidores (Aguilera & Jackson, 2003, p. 454).

A abordagem aqui proposta, no entanto, subordina as influências econômicas dos agentes externos sobre os internos à firma em favor dos modos sociais por meio dos quais os “mercados financeiros proferem julgamentos contínuos sobre o desempenho corporativo” (Davis, 2005, p. 145). Assim, se, em contraposição a explicações eficientes, é necessário rejeitar a convergência em torno de um novo regime de competição centrado no valor ao acionista (Froud et al., 2000), não deixa de ser decisivo seu papel de “guia normativo” (Davis, 2005, p. 145) para a incorporação negociada de comportamentos prescritos no âmbito do modelo anglo-americano. De fato, ainda que incentivos econômicos e interesses possam contribuir para a orientação institucional dos comportamentos dos agentes, “o que conta como crível é inerentemente social” (Davis, 2005, p. 158).

A propriedade e os direitos a ela associados são então, fenômenos político-sociais constitutivos dos “mecanismos por meio dos quais os acionistas (capital) exercem controle” (Aguilera & Jackson, 2003, p. 453). Nesses termos, os “direitos de propriedade moldam o capital” (Aguilera & Jackson, 2003, p. 453), segmentando os diferentes tipos de *stakeholders* em relação ao controle. Suas diferentes expressões podem abranger as prerrogativas de veto e limites de voto, que tendem a provocar o descolamento entre a participação acionária e os direitos a ela associados; assim como dispositivos específicos que concedem vantagens aos pequenos investidores, como a “divulgação obrigatória de informação” (Aguilera & Jackson, 2003, p. 453).

Mais importante, é necessário considerar em detalhe a estrutura de propriedade como instituição de terceiro nível, em face do problema empírico a ser enfrentado. São rejeitadas, de antemão, tanto interpretações da estrutura de propriedade como “uma categoria de explicação relativamente ‘associal’” (Davis, 2005, p. 153), quanto posições sociológicas normativas

(Roe, 2005) da estrutura de propriedade dispersa como preferência típica, derivada dos interesses dos proprietários.

Diferentemente, estudos sobre a trajetória histórico-institucional das estruturas de propriedade em países desenvolvidos (Herrigel, 2008, p. 488) vêm demonstrando que, assim como as identidades dos proprietários, seu nível de controle e a capacidade de exercer seus direitos de propriedade (Aguilera & Jackson, 2010, p. 518), tais estruturas dependem, fundamentalmente, dos contextos sociais nas quais se desenvolvem, tendendo a ser pouco afeitas a estilizações estritas nos termos de concentração ou difusão.

Consequentemente, a distinção tradicional entre regimes caracterizados por estruturas dispersas e concentradas de propriedade tem sido reconstruída sociologicamente a partir das condições histórico-institucionais de seu surgimento e desenvolvimento (Herrigel, 2008), de um lado; e dos determinantes políticos daquelas condições – dos conflitos entre os agentes ao papel singular do Estado (Fligstein, 2001), de outro.

O padrão concentrado de propriedade é uma característica distintiva da economia política latino-americana, de modo que “virtualmente todas as empresas listadas na América Latina têm um acionista controlador, geralmente detendo um volume bem acima do limiar comum de concentração de 20%” (Schneider, 2008, p. 382). E a despeito do que as abordagens normativas permitem entrever, “a maior parte das firmas no mundo possui estruturas concentradas de propriedade” (Aguilera & Jackson, 2010, p. 519).

Uma instituição de terceiro nível típica desse panorama são as ações de dupla classe ou *dual-class shares*. Sua importância remete às condições de exercício de controle por parte dos proprietários domésticos. As ações de dupla classe e as estruturas de propriedade duais internas à firma operam como “mecanismo[s] para separar os direitos ao fluxo de caixa dos direitos de voto” (Aguilera & Crespi-Cladera, 2016, p. 55), constituindo um eixo divisional quanto à origem nacional dos proprietários no âmbito do conflito e das relações de poder internas à firma. Se vêm “permitindo às empresas utilizar mecanismos alternativos para financiar seus projetos” (Aguilera & Crespi-Cladera, 2016, p. 55), sua legalidade e limites são, essencialmente, dependentes do contexto e relacionadas à ação estatal e à trajetória da economia política nacional.

Outra instituição de mesma ordem é o acordo de acionistas. Seguindo parcialmente Roe (2005, p. 388), esse é um tipo específico de instituição de base contratual interna à firma. Instituições desse tipo abrangem as relações internas e externas à firma, regulando

formalmente as interações entre os agentes e permitindo o recurso a agentes externos – em especial, os operadores de direito corporativo – em processos de reivindicação e efetivação do cumprimento de direitos e deveres.

Assim, esse documento e outros mecanismos complementares “rege[m] as relações entre os acionistas, bem como entre o conselho [de administração] e seus acionistas” (Roe, 2005, p. 388), conformando normas relativas à “frequência das reuniões, direitos de voto, o mecanismo de solicitação de voto” (Roe, 2005, p. 388), condições e dispositivos de preferência para compra e venda de participações acionárias, dentre outras questões. Dessa forma, o acordo de acionistas define e regula as relações entre os seus proprietários, assim como normatiza as condições sob as quais os direitos de propriedade desses agentes são exercidos. Esse contrato complementa outros documento-chave, como o estatuto social.

Finalmente, o conselho de administração (CA) é o *locus* no qual os agentes proprietários e, eventualmente, *stakeholders* mais amplos, exercem direitos de propriedade. O CA é, junto à diretoria executiva (DE), uma das estruturas de controle principais da firma. De uma perspectiva institucional, o CA constitui um dos principais espaços de exercício de poder no interior da firma, de modo que a diversidade de sua composição – diretamente relacionada aos interesses e identidades dos agentes proprietários e demais *stakeholders* que o compõem –, assim como sua difusão e as pressões normativas generalizadas às quais está submetido fazem jus a esse tratamento.

Os CAs estão, ainda, profundamente enraizados em regimes de GC mais gerais, sendo influenciados quanto à temporalidade de sua orientação no que concerne ao retorno do investimento e, portanto, a seus comportamentos em relação ao desempenho da DE e, em especial, do *Chief Executive Officer* (CEO). Dessa forma, tais espaços devem ser percebidos como dependentes das estruturas sociais nos quais se inserem e das redes de relações constituídas por agentes internos e externos à firma que integram (Davis, 2005, p. 152), explicando, em grande medida, seu comportamento quanto às opções externas de financiamento da firma (Davis, 2005, p. 151), assim como suas atitudes em relação à DE, ao Estado e aos trabalhadores, por exemplo.

A “nova governança corporativa” da Vale

A corporação

A Vale S.A. é a quarta maior corporação mineradora do mundo em relação à receita, com capitalização de mercado de US\$ 29,5 bilhões em 2018 (Statista, 2019). Sua privatização em 1997 esteve imbricada em mudanças profundas na relação Estado-mercado no Brasil, tendo em conta que a transferência de empresas estatais à iniciativa privada se deu simultaneamente à emergência da própria noção de GC no país. A GC se apoiaria, nesse início, na expansão do mercado de capitais e na implantação de instituições voluntárias ou de autorregulação a ele associadas, a partir do lançamento do primeiro Código de Boa Governança, em 1999 (Aguilera & Haxhi, 2018, p. 27) e, em especial, do estabelecimento do segmento Novo Mercado (Grün, 2003, p. 146) da então Bovespa (hoje B3) em 2000.

Atualmente, a Vale possui uma estrutura divisional baseada em minerais ferrosos, metais básicos e carvão, apoiada na centralização de áreas-chave, como finanças, logística, relações institucionais e suporte aos negócios (Vale, 2018b, pp. 30-66). A corporação lidera a oferta mundial de minério de ferro, detendo 24,0% de *market share* (Löf & Ericsson, 2017, p. 35), e conforma uma estrutura oligopólica junto a BHP Billiton, Rio Tinto e Fortescue. Sua receita operacional (US\$ 18,5 bilhões em 2017) é dependente dos resultados da divisão de minerais ferrosos (74,0%), com destaque para o minério de ferro (54,5%) e as pelotas de ferro (16,7%) (Vale, 2018b, p. 2).

A corporação iniciou a negociação de suas ações na New York Stock Exchange (NYSE) em 2000, transacionando inicialmente ações preferenciais e, a partir de 2002, também ações ordinárias sob a forma de *American Depositary Receipts* (ADRs) (Vale, 2009). A análise de seus preços demonstra uma evolução constante, desde o lançamento (US\$ 2,27 em abr./2002) até set./2006 (US\$ 10,78), a partir de quando se observa uma elevação acentuada, atingindo US\$ 39,78 em mai./2008. A retração do preço da ADR em 2008 (US\$ 11,94 em novembro) parecia ser episódica diante da nova elevação que se seguiria até fev./2011 (US\$ 34,83). No entanto, as ADRs despencariam (US\$ 2,45) em jan./2016 e permaneceriam pouco valorizadas até fev./2019 (US\$ 10,90) (NYSE, 2019c), um característica do período de pós-*boom* das *commodities*⁷ (Milanez & Santos, 2019).

⁷ A alteração das condições político-econômicas associadas à transição entre as fases de *boom* (2003-2011) e pós-*boom* das *commodities* (2012 em diante) (Milanez & Santos, 2019) remetem principalmente, no caso em

Observa-se uma divergência substancial nos preços das ADRs das três maiores mineradoras de ferro do mundo. Enquanto a ADR da Vale foi negociada por US\$ 10,94 em média em fev./2019 (NYSE, 2019c), as ADRs da Rio Tinto e da BHP Billiton foram negociadas, respectivamente, por US\$ 55,98 e US\$ 44,41 em média (NYSE, 2019a, 2019b). No entanto, o preço das ADRs da Vale entre abr./2017 e out./2018 se elevou em 76,0% (NYSE, 2019c), enquanto os preços das ADRs da BHP Billiton e da Rio Tinto em 31,0% e 23,8% (NYSE, 2019a, 2019b), respectivamente. Não coincidentemente, esse período compreende a conversão acionária e a unificação da estrutura de propriedade da Vale, a incorporação da Valepar, e o ingresso da mineradora no Novo Mercado da B3.

São quatro os principais acionistas da Vale, oriundos da Valepar. A Litel Participações S.A. e a Litela Participações S.A. (10,14%) são *holdings* que reúnem recursos dos principais fundos de pensão brasileiros, a saber, da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) e da Fundação dos Economistas Federais (Funcef). A Bradespar S.A. (4,22%) administra as participações do 2º maior grupo financeiro brasileiro. A Mitsui & Co. (3,63%) é uma grande *trading company* japonesa que integra o conglomerado Mitsui. O BNDESPar (2,29%) gere as posições acionárias detidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Vale, 2018a). Conjuntamente, detêm US\$ 13,53 bilhões (20,28%) em ações vinculadas⁸ ao Acordo de Acionistas da Vale (Vale, 2017a) com vigência até 2020, distinguindo-se como grupo controlador de fato. Consolidando essa estrutura de controle, o Governo Federal brasileiro detém 12 *goldens shares* da Vale, por meio do Tesouro Nacional.

Além dos acionistas previamente apresentados, os investidores estrangeiros possuem US\$ 31,86 bilhões (47,74%) em ações da corporação, se distribuindo entre ações na B3 (24,11%) e ADRs na NYSE (23,63%); enquanto os investidores brasileiros detêm US\$ 8,83 bilhões (13,24%), dentre pessoas físicas (6,76%) e investidores institucionais (6,48%) (Vale, 2018a).

Não obstante, essa estrutura vem se modificando rapidamente, em especial em razão da ampliação expressiva da participação de investidores institucionais de origem estrangeira. A própria corporação destaca a presença desses agentes (Vale, 2018b, p. 118), de modo que

questão, às mudanças no padrão de financiamento das atividades da Vale e, consequentemente, em seu regime de GC, apresentadas na seção de Discussão.

⁸ Ademais, Litel/Litela (10,85%), BNDESPar (4,39%), Mitsui & Co. (1,96%) e Bradespar (1,56%) possuem, ainda US\$ 12,51 bilhões (18,75%) em ações não vinculadas (Vale, 2018a), isto é, livremente transacionáveis. O volume total das ações detidas pelo bloco chega a 39,03% do capital total da companhia.

quatro grandes organizações⁹ detinham mais de 5% de participação na Vale em set./2018, incluindo a Capital Research Global Investors (12,92%), a BlackRock Inc. (5,84%), a Capital International Investors (5,69%), e a Capital World Investors (5,48%) (FINTEL, 2019; Yahoo Finance, 2019).

O Conselho de Administração (CA) da Vale é composto por 12 membros titulares e 12 suplentes, que exercem mandatos de 2 anos, prorrogáveis por reeleição (Vale, 2017a, p. 14). Representativo das principais posições acionárias, sua Presidência e Vice-Presidência são ocupadas, respectivamente, por representantes dos dois maiores detentores de ações vinculadas, Previ e Bradespar (Vale, 2018b, p. 131). Por sua vez, a Diretoria Executiva (DE) da Vale é composta, atualmente, por 6 membros, “responsáveis pelas operações cotidianas e pela implementação de políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo [...] Conselho de Administração” (Vale, 2018b, pp. 137-138).

A emergência de uma nova GC

Em agosto de 2017, a Vale celebrou seu primeiro acordo de acionistas (Vale, 2017a), consolidando um conjunto de transformações, em parte ainda em andamento, em sua estrutura de propriedade e controle. Tais mudanças seriam capazes de “concluir” [sua] privatização” (Góes, Ramalho, Adachi, Niero, & Vieira, 2017), deixando para trás “a velha imagem de uma empresa privatizada pela metade” (Adachi & Góes, 2017), com o fim do protagonismo dos fundos pensão e banco público.

A redefinição de seu arranjo institucional de propriedade é o elemento central do processo. Até então, a Vale apresentava uma estrutura acionária dual (Aguilera & Crespi-Cladera, 2016, p. 55), transacionando ações ordinárias, que conferem aos acionistas direitos de voto; e ações preferenciais, que garantem prioridade no recebimento de dividendos, em detrimento dos direitos de voto. Esse dualismo se refletia, especialmente, na estrutura de propriedade da companhia.

Desse modo, a *holding* controladora detinha 53,9% das ações ordinárias e das ADRs da companhia, e os investidores e o governo brasileiros, 6,8% e 6,5%, respectivamente, em detrimento dos investidores estrangeiros, com 32,8%. Ocorria o inverso na distribuição das

⁹ A Standard Life Aberdeen Plc. (4,73%), 5º investidor mais relevante, é vinculada ao fundo mútuo Aberdeen Emerging Markets Fd., que detém 1,03% de participação (Yahoo Finance, 2019). O principal desses fundos é, no entanto, o Europacific Growth Fund, que detém 8,42% de participação na companhia (Yahoo Finance, 2019).

ações preferenciais, com esses últimos chegando a deter 72,9% dessa classe de ações, seguidos pelos investidores e governo brasileiros, com 22,7% e 3,4%, respectivamente, e pela Valepar, com apenas 1,03%, em fev./2017 (Vale, 2017b). As participações combinadas da Valepar (33,7%), dos investidores domésticos (12,9%) e do Governo Federal (5,3%) no capital total da Vale asseguravam seu controle nacional (51,9%), em detrimento dos investidores estrangeiros (48,1%) (Vale, 2017b). O referido dualismo se refletia, ainda, na própria estrutura de controle da corporação, na qual a *holding* Valepar, possuindo 53,9% das ações ordinárias (embora apenas 33,7% do capital total), monopolizava o processo de tomada de decisão.

Nesse sentido, tanto a defesa da unificação da estrutura acionária da companhia quanto a militância contra as ações de dupla classe empreendida por organizações de representação de acionistas minoritários no processo de reconfiguração da GC da Vale se organizaram em torno do léxico dos “direitos políticos” (AMEC, 2017; Valepar, 2017, p. 41). Assim, a Associação dos Investidores no Mercado de Capitais (AMEC) defendia que “a estrutura em classe única de ações é a que melhor induz as boas práticas de governança” (AMEC, 2017).

Dessa forma, a Vale deu início a um processo bem-sucedido de conversão das ações preferenciais em ordinárias, apesar de contestado por preferencialistas relevantes, como o Capital Group (Schincariol & Ribeiro, 2017). Durante o período voluntário, se observou a adesão de 84,4% dos preferencialistas à conversão, diante do patamar mínimo de 54,09% para sua concretização. A Vale encerraria, então, a oferta das ações VALE5 na B3 imediatamente. Os detentores das ações preferenciais remanescentes (15,6%) teriam então de se submeter à conversão mandatória definida pela Assembleia Especial de Preferencialistas em outubro.

O referido processo se desdobrou, então, na incorporação e posterior extinção da Valepar em ago./2017, sendo suas ações trocadas por ações da Vale a partir de uma relação de substituição com acréscimo de 10% sobre o valor de origem (Valepar, 2017, p. 31). Na prática, esse mecanismo diluiu em cerca de 3% a participação dos demais acionistas no capital social da mineradora (Machado, 2017). A Vale se tornava, assim, uma sociedade sem controle definido de direito; embora com controle de fato, em um processo de transição com período de duração previsto de 3 anos, até nov./2020, quando o Acordo de Acionistas (Vale, 2017a) deve deixar de existir.

O processo prosseguiu com uma série de alterações significativas no Estatuto Social (Vale, 2017c), incluindo a proibição da emissão de novas ações preferenciais¹⁰ (Vale, 2017c, p. 3), a definição de tratamento igualitário (*tag along*) aos acionistas em eventual Oferta Pública de Ações (OPA) e, principalmente, a obrigatoriedade de sua realização em caso de consolidação da participação igual ou superior a 25% das ações ordinárias ou do capital social (Vale, 2017c, p. 24). Além disso, o Estatuto ainda tornou compulsória a participação de número mínimo de conselheiros independentes no CA (Vale, 2017c, p. 7). Em síntese, as principais normas definidas estatutariamente derivavam de recomendações e regras¹¹ definidas pela B3 e seus segmentos de listagem mais exigentes (BM&FBOVESPA, 2017).

A redefinição da estrutura de controle da companhia corresponde a uma dimensão adicional de sua mudança institucional, de modo que a implantação do novo regime de GC induziu mudanças na “autonomia relativa dos agentes econômicos internos no que concerne à formulação e operacionalização da estratégia corporativa da Vale” (Santos, 2017, p. 9).

A DE passaria por modificações substanciais de modo a corresponder às mudanças na GC. A primeira delas diz respeito à substituição do CEO Murilo Ferreira por Fabio Schvarstsman em 2017. Tendo ocupado diferentes posições na DE desde 2005 e com atuação destacada nas greves das operações de níquel no Canadá, Ferreira se encarregara, desde 2011, de reorientar a estratégia da corporação, focalizando o enxugamento das “linhas de negócio [...] a partir de desinvestimentos massivos” (Milanez et al., 2018, p. 14) e a diminuição de custos como etapas preliminares à “redução do endividamento” (Milanez et al., 2018, p. 19).

Enquanto essa havia sido desprezível até 2016, com a dívida líquida estacionada em US\$ 27,7 bilhões (Vale, 2018b, p. 5), 2017 demarcaria, efetivamente, a desalavancagem como prioridade, de modo que a dívida atingiu US\$ 20,8 (Vale, 2018b, p. 11). O argumento de que esse nível permitiria sustentar “um balanço sólido e o grau de investimento na avaliação de crédito” (Vale, 2018b, p. 5) reforçam a importância dos agentes externos na conformação das condições de obtenção de recursos por parte da mineradora. Nesses termos, a gestão de Fabio

¹⁰ Não obstante, preservou as ações preferenciais de classe especial (*golden shares*), exclusivas do Governo Federal.

¹¹ São encontradas 18 menções ao “Novo Mercado”, vinculadas, em geral, ao termo “Regulamento”, e 7 a “B3” no Estatuto Social da empresa (Vale, 2017c); além de 7 menções a “Novo Mercado” no 2º Acordo de Acionistas da Valepar (Valepar, 2017) e 4 no Acordo de Acionistas da Vale (Vale, 2017a).

Schvartsman (2017-2019¹²) seguiria “uma estratégia de diversificação restrita, com base na rentabilidade da base de ativos mais enxuta que herdou” (Milanez et al., 2018, p. 14).

Com Schvartsman, a própria instituição do CEO passaria por alterações. O executivo representava o fim da “era de CEOs superpoderosos na mineradora” (Adachi & Góes, 2017). Consequentemente, sua ascensão estava relacionada tanto à redução da autonomia interna da DE, quanto à ampliação do poder discricionário do CA.

Esse movimento se expressaria, ainda, no arranjo de distribuição de dividendos. O período do pós-*boom* condicionou, a partir de 2012, a redução sistemática dos dividendos, que cairiam de US\$ 9,0 bilhões em 2011 (Vale, 2012, p. 15) para US\$ 1,5 bilhão em 2015 (Vale, 2016, p. 14). A partir de 2016, a política de dividendos da companhia se vinculava, ainda, à geração efetiva de caixa (Santos, 2017, p. 10). Não obstante, desde 2017 a Vale vem optando por elevar sua distribuição, tendo restringido a reserva de investimentos a 50% do lucro líquido e determinado a distribuição do percentual mínimo de 25% sobre aquele (Vale, 2017c, p. 23; Valepar, 2017, p. 69).

A própria escolha de Schvartsman se inscrevia na disputa entre gestores e proprietários, de modo que o processo seletivo independente realizado por uma firma de *headhunting* destacaria sua experiência no segmento de *commodities* e, principalmente, sua orientação financeira. O executivo havia atuado como *Chief Financial Officer* (CFO) no processo de abertura de capital da Ultrapar (Adachi & Góes, 2017), bem como na redefinição do regime de GC da Klabin, que culminou na admissão da firma ao “nível 2 de governança corporativa da BM&FBovespa” (Góes & Fontes, 2017).

Entretanto, as mudanças na estrutura de controle não se resumem ao organismo executivo da corporação, de modo que o próprio CA foi reestruturado no processo. No contexto da redefinição de posições acionárias e de poder derivadas da mudança na GC, o CA da Vale tornou-se a instituição-chave por meio da qual se deram as disputas entre grandes proprietários nacionais e estrangeiros.

O regulamento do Novo Mercado demanda que CAs tenham o número mínimo de cinco membros titulares e que 20% deles sejam conselheiros independentes (BM&FBOVESPA, 2017; Vale, 2017a, p. 12; 2018b, p. 131), de modo que a Vale iniciou seu

¹² Em março de 2019, a Vale informou que o CEO Fabio Schvartsman e o Diretor Executivo de Ferrosos e Carvão, Gerd Peter Poppinga, foram temporariamente afastados de suas atividades, em razão de recomendação do Ministério Público Federal e do Ministério Público de Minas Gerais relacionada à apuração de responsabilidades sobre o desastre da Barragem I, operada pela Vale em Brumadinho (MG). Eduardo de Salles Bartolomeo (Diretor Executivo de Metais Básicos) assumiu o cargo de CEO interino (Vale, 2019).

processo de adequação. Enquanto o descumprimento de exigências legais acabou por impedir a eleição de conselheiro independente na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de abr./2017, premida pela evolução da conversão acionária e antevendo a possibilidade de não ingressar no Novo Mercado, a Vale realizou uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) em out./2017, que acabou por aprovar a conversão, a alteração do Estatuto Social e, principalmente, a eleição de dois membros independentes para o CA (Vale, 2017d, pp. 16-21). Dessa forma, em nov./2017 a Vale celebrava o ingresso no Novo Mercado da B3.

Discussão

A construção social dos interesses e identidades dos agentes da GC na Vale

Os resultados da investigação sugerem que as relações entre os agentes no processo de mudança institucional da Vale não podem ser adequadamente compreendidas sem levar em consideração o processo de construção social de seus interesses. Particularmente tensionadas em um novo contexto de redefinição das relações Estado-mercado no Brasil, tais relações vão efetivamente rearranjar coalizões e oposições entre os agentes.

Da perspectiva dos agentes proprietários, é necessário explicar, em particular, a reorientação dos interesses do grupo reunido previamente sob a Valepar, tendo em conta a necessária especificação dos papéis assumidos pelos diferentes *stakeholders* no processo (Aguilera & Jackson, 2003, p. 450).

Desfavoráveis, tradicionalmente, à “perda do controle acionário” (Góes, 2017a), os integrantes da Valepar estavam diretamente pressionados pelo encerramento do primeiro Acordo de Acionistas da *holding*, previsto para o fim de 2017 (Valepar, 1997).

Os resultados declinantes da Vale nos últimos anos afetaram desproporcionalmente os fundos de pensão. Tendo vivido seu momento de ápice em 2011, com lucro líquido de US\$ 22,5 bilhões e redistribuição de US\$ 9 bilhões em dividendos (Vale, 2016, p. 14), a queda nos resultados da Vale demoraria a impactar os proprietários. Assim, enquanto o lucro líquido chegou a US\$ 35,3 bilhões e a corporação ainda distribuiu US\$ 4,2 bilhões em dividendos, em 2015 o cenário havia se deteriorado, tendo a Vale tido prejuízo líquido de US\$ 12,6 bilhões. Se ainda distribuiu US\$ 1,5 bilhão em rendimentos aos acionistas, no ano seguinte a empresa modificaria radicalmente sua estratégia financeira, com vistas à redução do endividamento e à aderência do pagamento de juros e dividendos ao fluxo de caixa. Assim,

a Vale distribuiu US\$ 250 milhões em 2016, mesmo diante de uma recuperação do resultado líquido (US\$ 3,9 bilhões) (Vale, 2018b, p. 12).

A dependência dos fundos de pensão dos resultados da Vale é um fator ainda mais relevante no entendimento de sua mudança de comportamento. Considerando o caso da Previ, “o fundo de pensão dos funcionários do BB que liderou o processo” (Schincariol & Torres, 2017), mesmo após desvinculação de cerca de 50% de sua participação, a Vale permanecia como o “maior ativo da carteira do Plano 1”¹³ (Previ, 2018, p. 7), “18,45% dos [seus] investimentos [...] e 37,93% da [sua] carteira de renda variável” (Previ, 2018, p. 46). A posição na Vale havia sido “responsável em grande parte pela geração de superávits que ajudaram a constituir reservas especiais que propiciaram [...] a suspensão da cobrança das contribuições de 2007 a 2013” (Previ, 2018, p. 46).

Com 114 mil beneficiários e déficit acumulado R\$ 13,9 bilhões até 2016, o Plano 1 demandou “contribuições adicionais” (Previ, 2018, p. 10) dos participantes nos últimos anos e adequação às regras de solvência de fundos de pensão (Previ, 2018, p. 64). Somados à pressão dos fatos de que “cerca de 90% de seus participantes já recebem benefícios de aposentadorias” (Previ, 2018, p. 63) e de que “provavelmente todos os seus associados estarão aposentados” (Previ, 2018, p. 63) na próxima década, a “solvência e liquidez de seus planos” (Previ, 2018, p. 5) havia se tornado a prioridade da Previ, assim como dos demais fundos.

De modo geral, “os fundos de pensão [...] queriam dar liquidez à sua posição” na Vale (Góes & Ramalho, 2017). Para a Litel, que representava até então 58,1% do capital da Valepar, a difusão do controle representaria “a liberação de ações no valor equivalente a R\$ 20 bilhões” (Santos, 2017, p. 8).

Sendo uma categoria particular de investidores institucionais, “cujas identidades são definidas [...] por regulações legais concernentes ao dever fiduciário de maximizar o valor financeiro de suas ações em nome de seus beneficiários” (Jackson, 2010, p. 73), os fundos de pensão¹⁴ são percebidos como relativamente imunes a pressões comuns a outros investidores,

¹³ A participação do fundo na Vale é direta (Previ Futuro) e, principalmente, indireta, por meio da Litel. Ambas as participações totalizavam 18,63% em 2017 (Previ, 2018, p. 182).

¹⁴ Ademais, os fundos de pensão tendem transmitir enquadramentos cognitivos e comportamentos econômicos entre realidades sociais *a priori* apartadas, os mercados financeiros e o mundo do trabalho. Levando em consideração a importância recente dessas organizações em economias semiperiféricas, argumenta-se que os fundos mediam as relações entre mercados financeiros, a previdência como tarefa estatal vinculada à reprodução social, e a poupança e o consumo, vinculando as “ações dos sindicatos, dos empregadores e do governo, [e] enraizando as relações industriais em um contexto econômico-financeiro” (Macheda, 2012, p. 436).

não enfrentando “restrições de liquidez semelhantes a fundos mútuos ativistas e gestores financeiros externos” (Goyer, 2011, p. 63), e se beneficiando “efetivamente de horizontes de tempo infinitos” (Davis, 2005, p. 148). Nesses termos, se estabelece uma relação entre essas organizações e temporalidade longa, visto que o “financiamento previdenciário molda[ria] a demanda por investimento de longo prazo em ações” (Aguilera & Jackson, 2010, p. 498).

Entretanto, seus interesses precisam ser compreendidos à luz das relações de poder que oportunizam e constroem sua ação, assim como dos contextos institucionais nos quais se enraízam. Nesses termos, Grün (2005, p. 70) já os identificava “como atores incontornáveis, mas relativamente indóceis, para a estratégia de privatização e redesenho do Estado federal” (Grün, 2005, p. 70) nos anos 1990. Naquele momento, os fundos foram induzidos a utilizar seus capitais sob a direção dos “novos bancos de investimentos”, assumindo o papel de sócio tutelado (Grün, 2005, pp. 73-74).

Nos anos 2000, os fundos iniciariam o que Grün (2005, p. 74) define como “reconquista” de posições, isto é, passariam a combinar suas participações acionárias privilegiadas a posições de controle, passando a influenciar as estratégias corporativas de algumas das empresas previamente estatais. O processo de reconquista da influência dos fundos de pensão na Vale – que culminaria com Sérgio Rosa presidindo a Previ e o Conselho de Administração da corporação entre 2003 e 2010 (Aguilar, 2019, p. 23), parecia exemplificar, assim, as baixas restrições de liquidez (Goyer, 2011, p. 63) e o horizonte temporal longo (Davis, 2005, p. 148) em sua orientação.

Não obstante, tais incentivos e preferências seguiriam os contextos políticos e institucionais nos quais se inseriam. Se nos anos 2000, “os fundos de pensão de estatais [...] cumpriram o papel de estimular a capitalização da Vale e conduzir sua internacionalização” (Aguilar, 2019, p. 240), constituindo um ponto de convergência dos interesses de agentes diversificados, o esvaziamento político de seu protagonismo a partir do impeachment de Dilma Rousseff em 2016 deve ser lido à luz de um novo imperativo de disciplinamento. Agora, era necessário reduzir progressivamente tanto suas posições acionárias quanto de controle, em favor de novos agentes, os fundos de investimento internacionais.

Nesses termos, mudanças micropolíticas (Morgan & Kristensen, 2006) nas estruturas de governança dos fundos, combinadas à guinada macropolítica na estratégia de investimentos do BNDES e na relação Estado-mercado no Brasil, teriam favorecido a opção por uma “posição pragmática de curto prazo” (Santos, 2017, p. 7) em favor da redução

progressiva do controle sobre a corporação. De sócios tutelados a agentes definidores da estratégia corporativa da Vale, os fundos de pensão devem ser descartados no novo regime de GC da Vale.

Essa mudança é acompanhada por outra, que a reforça. Enquanto acionistas expressivos em firmas e setores “estratégicos”, bancos de investimento estatais tenderiam, de acordo com a literatura especializada, a “focalizar o longo prazo de modo a prover serviços financeiros à corporação, em detrimento da maximização do retorno de curto prazo no mercado de capitais” (Dittmann, Maug, & Schneider, 2010 apud Aguilera & Crespi-Cladera, 2016, p. 53), como é possível inferir da relação entre o BNDES e corporações como a Vale. Dessa forma, entre 2006 e 2014, o banco aprovou R\$ 20,9 bilhões em recursos para projetos, sendo o maior agente financiador da corporação no período (BNDES, 2018).

As mudanças em seu comando e, principalmente, em sua estratégia de investimentos após 2016 – com ênfase no “estrangulamento” do crédito público com a substituição da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pela Taxa de Longo Prazo (TLP) como indexador em 2018 – apontam, dessa forma, para a passagem de uma orientação estratégica para outra financeira, ainda que conjunturalmente.

Finalmente¹⁵, a busca do Governo Federal para “saber como se livrar das ‘golden shares’ que [...] mantém [...] em empresas como Vale” (Camarotto, 2017) sugere, ainda, uma redução expressiva do envolvimento estatal na iniciativa privada e, conseqüentemente, a adoção de uma opção de saída. A redefinição dos interesses do BNDESPar de um padrão estratégico para outro financeiro parece estar, assim, lastreada na reorientação da ação estatal para a criação de espaços favoráveis à acumulação, em especial, para os investidores estrangeiros. A despeito os problemas de precificação das ações *golden share*, a atração de “novos” investidores e a “normalização” do preço das ações da Vale parece antecipar um movimento de transferência de valor para os agentes financeiros, como indicam alguns resultados da investigação.

Assim, em contrapartida à reorientação financeira e à opção de saída assumida por fundos de pensão, banco público e Governo Federal, se observa um contramovimento de ampliação da atuação de investidores estrangeiros.

¹⁵ Os papeis da Bradespar e da Mitsui não foram discutidos nesse trabalho, em razão das limitações de espaço e do privilégio analítico atribuído aos processos de reorientação de interesses dos agentes, o que não parece ser o caso de ambas as organizações.

Em seguida ao estabelecimento de um patamar máximo de 20% para as ações vinculadas da Vale (Vale, 2017a, pp. 6-7), isto é, para as ações detidas pelos proprietários previamente reunidos sob a Valepar, se observou uma reconfiguração das posições detidas pelos investidores institucionais externos. A elevação das posições acionárias desses investidores na mineradora se acelerou, de modo expressivo, entre outubro de 2017 e abril de 2018, com esses agentes quase duplicando sua participação: de US\$ 5,1 bilhões (10,5% da capitalização de mercado) para quase US\$ 14,0 bilhões (19,9%) (Post Analyst, 2017, 2018).

Essa categoria genérica remete a “organizações que reúnem grandes somas de dinheiro” (Nix & Chen, 2013, p. 44) e o investem em valores mobiliários e imobiliários e/ou empréstimos, incluindo “bancos, companhias de seguro, fundos de pensão, fundos de hedge, fundos mútuos, de dotação, fundos soberanos e private equity” (Nix & Chen, 2013, p. 44). Em vista de seu volume de recursos, “podem se engajar em um papel ativo na governança corporativa” (Nix & Chen, 2013, p. 44), sendo genericamente identificados com interesses financeiros, considerando a distinção proposta por Aguilera e Jackson (2003, p. 451).

Diferentemente, é possível observar diversidade expressiva em seus interesses e horizontes temporais, assim como em suas formas organizacionais e na sua relação com diferentes objetivos e instituições de regulação (Jackson & Petraki, 2011, p. 29), que se vinculam, finalmente, a estratégias de investimento singulares (Aguilera & Jackson, 2010, p. 523). Dessa forma, “enquanto alguns investidores institucionais são bastante sofisticados e, potencialmente, de longo prazo, outros investidores transitórios com alta rotatividade estão associados a níveis mais baixos de P&D e foco em ganhos de curto prazo” (Bushee 1998, 2001; Liu 2006 apud Jackson & Petraki, 2011, p. 26).

Sua ampliação a partir dos anos 1980 e 1990 (Aguilera & Jackson, 2010, p. 523) é concomitante à expansão de sua influência na operação interna da firma, optando progressivamente mais pela opção da voz, e, indiretamente, provocando “mudanças na governança corporativa e na estratégia” (Zorn, Dobbin, Dierkes, & Kwok, 2004, p. 274). Dentre as formas de influência sobre o controle das firmas, os investidores passaram a questionar os conselhos de administração e propor mecanismos de aperfeiçoamento da GC, se tornando canais de organização da “base de acionistas da firma” (Roe, 2005, pp. 381-382).

Dessa forma, a ampliação e o dinamismo das posições dos investidores institucionais externos na Vale sobressai. Seria imprudente relacioná-los, no entanto, a horizontes temporais

específicos. Dessa forma, a gestora norte-americana BlackRock, Inc. vêm se tornando onipresente nas estruturas de propriedade das maiores mineradoras de ferro do mundo. Enquanto sua participação atingiu 5,84% (cf. Quadro 1) na nova estrutura unificada da Vale, esse investidor institucional com US\$ 6,44 trilhões em portfólio detinha 10,1% e 5,0% das ações com direito a voto na BHP Billiton plc. e na BHP Billiton Ltd. (BHP Billiton, 2018, p. 289), além de 8,38% da Rio Tinto plc. e 6,16% da Rio Tinto Ltd. (Rio Tinto, 2018, p. 294). O apetite demonstrado por BlackRock e Capital Group por posições proprietárias dominantes nas três *players* da mineração de ferro, assim como o esforço despendido pela Aberdeen para ingressar na estrutura de controle da Vale vão em sentido inverso da orientação exclusivamente financeira e da temporalidade de curto prazo.

Quadro 1. Principais investidores institucionais da Vale S.A. (posição em set./2018)

Pos.	Proprietário	Ações	Valor (US\$)	%
1	Capital Research Global Investors	166.949.068	2.477.524.169	12.92%
2	Blackrock Inc.	75.474.920	1.120.047.812	5.84%
3	Capital International Investors	73.497.290	1.090.699.783	5.69%
4	Capital World Investors	70.821.980	1.050.998.183	5.48%
5	Standard Life Aberdeen PLC	61.080.673	906.437.187	4.73%
6	Orbis Allan Gray Ltd	58.790.548	872.451.732	4.55%
7	Fisher Asset Management, LLC	34.121.206	506.358.697	2.64%
8	Vanguard Group, Inc. (The)	32.541.065	482.909.404	2.52%
9	Oppenheimer Funds, Inc.	30.285.160	449.431.774	2.34%
10	Schroder Investment Management Group	27.239.047	404.227.457	2.11%

Fonte: Yahoo Finance (2019).

O enraizamento institucional das lutas internas em torno da GC

Os resultados da pesquisa indicam, ainda, que o processo de redefinição das relações internas à firma é enraizado institucionalmente, dependendo das dinâmicas de emergência e consolidação de instituições de GC de segundo e terceiro níveis no Brasil, assim como de pressões normativas mais amplas vinculadas ao sistema de GC anglo-americano. Dessa forma, o rearranjo das coalizões e as disputas que opuseram os diferentes grupos de agentes – proprietários, gestores e Estado – no processo de emergência da “nova governança corporativa” da Vale foram mediados por instituições específicas.

É necessário, então, reconstruir as tomadas de posição dos agentes no âmbito dos “domínios institucionais” (Aguilera & Jackson, 2003, p. 450) específicos nos quais foram

moldadas no processo de mudança da GC da corporação. Assim, nessa subseção, o artigo irá enfocar o CA como domínio institucional exemplar¹⁶, por meio do qual disputas e alianças internas à firma foram travadas ao longo da implantação do novo regime de GC da Vale.

Em primeiro lugar, mudanças relevantes nas chamadas “hipernormas” (Aguilera & Crespi-Cladera, 2016, p. 53) ou instituições de segundo nível, assim como nas instituições de terceiro nível, diretamente implicadas nas práticas da firma, ocorreram de modo quase concomitante no que respeita à estrutura de propriedade.

No primeiro plano, agentes externos influentes e diretrizes e normas¹⁷ assumiram prevalência, de modo que as estruturas concentradas e o *blockholding*, apesar de sua generalidade no contexto latino-americano (Schneider, 2008), se tornaram alvos exemplares. As regras de listagem no Novo Mercado remetiam explicitamente a essas questões. Nesses termos, a obrigatoriedade da composição do capital social “exclusivamente por ações ordinárias com direito a voto” (BM&FBOVESPA, 2017) se contrapunha diretamente à instituição das ações de dupla-classe que caracterizou a trajetória organizacional da Vale e condicionou a ação dos proprietários estrangeiros desde sua privatização.

Além da B3, “intermediários de reputação” (Davis, 2005, p. 147) tiveram papel importante no processo. A miríade de analistas de mercado, auditores, bancos de investimento, consultores, jornalistas econômicos (cf. Figura 1), etc. (Davis, 2005, p. 147; Roe, 2005, p. 381) envolvida na produção e acreditação de informações para investidores ajudou a conformar um enquadramento alinhado ao sistema de GC anglo-americano. Tais agentes contribuíram para a emergência de uma estrutura de possibilidades e restrições ao comportamento dos investidores, organizada em torno de narrativas acerca da adequação e eficiência das decisões de agentes dependentes de recursos externos.

¹⁶ Outros domínios similares passaram por transformações correlatas no processo, que não puderam ser analisadas aqui. Em particular, a redefinição das prerrogativas DE da Vale foi intensificada a partir da seleção de Fabio Schvartsman para CEO em 2017. Para mais informações sobre o processo, ver Santos (2017).

¹⁷ Das diversas versões dos Princípios de Governança Corporativa da OCDE (Aguilera & Crespi-Cladera, 2016, p. 54) e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (Guerra, 2017, p. 47) ao Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBCG) e ao Fórum Exclusivo de Presidentes de Conselhos de Administração de Empresas Listadas (Guerra, 2017, p. 137).

equaciona as ações ordinárias a direitos políticos plenos faltava a contribuição de analistas financeiros, que explicitariam a noção de “democracia” (Rocha, 2011) dos acionistas, como já havia advertido Grün (2003, p. 147).

Os alinhamentos e disputas internos evoluíram para uma nova estruturação do CA. Assim, considerando que a listagem no Novo Mercado exigia a participação de número mínimo de conselheiros independentes, o processo eleitoral para o CA da corporação sintetiza algumas das disputas políticas mais importantes na implantação do novo regime de GC da Vale. É a partir dessa instituição – assim como do acordo de acionistas – que as condições transitórias do exercício do controle na Vale até 2020 irão se desenrolar.

Visto prioritariamente como o espaço de exercício dos direitos de propriedade na firma, o CA pode ser entendido ainda como eixo de transmissão das pressões normativas externas à organização e seus agentes, à medida que seus integrantes transitam em outros espaços corporativos e que a própria instituição deriva sua legitimidade do sistema de GC no qual se insere.

No entanto, os direitos de propriedade na Vale emanavam, até a mudança de seu regime de GC, do CA da Valepar. Assim, a instituição só se torna plenamente o *locus* do poder corporativo na Vale a partir da extinção da *holding* e da celebração do primeiro acordo de acionistas da corporação (Vale, 2017a). O referido deslocamento do centro de decisão para o CA da Vale explica, em grande medida, a disputa eleitoral que marcou o processo de emergência da “nova governança corporativa”.

Enquanto a figura do conselheiro independente tem origem no regime de GC anglo-americano (Mello e Souza, 2015, p. 14) e se orienta à resolução do conflito entre acionistas majoritários e minoritários (Aguilera & Crespi-Cladera, 2016, p. 51), a incorporação dessa instituição era vista como um aperfeiçoamento das práticas de GC da Vale (Góes & Rocha, 2017).

Diferentemente, a AGO de abr./2017 abria espaço para a emergência de desafiantes e para o questionamento das condições de implantação do novo regime de GC. Ainda antes, alguns investidores defendiam o uso do mecanismo do voto múltiplo, o que permitiria a eleição de dois representantes independentes. O mecanismo prevê a possibilidade dos acionistas detentores de pelo menos 10% das ações ordinárias requererem que todos os acionistas votem para todas as vagas do CA (Brasil, 1976; Rocha, 2011), beneficiando, hipoteticamente, os acionistas minoritários.

Na prática, minoritários de origem nacional, como a Geração Futuro L. Par, endossaram a proposta, mas essa possibilidade foi rechaçada pela Aberdeen Asset Managers (Góes & Rocha, 2017), único proprietário que cumpria os requisitos do direito societário brasileiro quanto ao voto múltiplo. A decisão favorecia “o grupo controlador em sua estratégia gradual de pulverização do controle” (Santos, 2017, p. 14) e ajudou a conformar a disputa para apenas uma vaga. Na eleição se defrontaram então, uma chapa de preferencialistas e outra que reunia preferencialistas e ordinaristas. A última, liderada pela Aberdeen, apresentaria Sandra Guerra e Isabella Saboya como componentes.

O episódio se afastaria de um típico conflito horizontal, opondo acionistas dominantes (majoritários) e dispersos (minoritários), comum a regimes de propriedade concentrada (Roe, 2005, p. 374). A disputa acerca do voto múltiplo combinava oposições diversificadas. Primeiramente, as fronteiras entre ordinaristas e preferencialistas eram transgredidas pela Aberdeen, que se diferenciara de outros grandes investidores institucionais estrangeiros por maior enraizamento institucional, gerindo estrategicamente sua dependência das instituições societárias no Brasil por meio de sua subsidiária – a Aberdeen do Brasil Gestão de Recursos Ltda., e, principalmente, de sua estratégia de portfólio, detendo posições expressivas em ações ordinárias e preferenciais. Em segundo lugar, a organização se posicionava de modo similarmente problemático na distinção entre acionistas majoritários e minoritários. De fato, sua participação combinada era superior àquela de alguns integrantes do bloco controlador, mas a existência desse último limitava o exercício de seus direitos de propriedade. Por fim, a distinção entre investidores de origens nacional e estrangeira, segmentados pela estrutura de ações de dupla classe, era mais clara, ainda que a Aberdeen tenha exibido capacidades não detidas por outros investidores institucionais de mesmo porte.

É através dessas três ordens de distinções, e exatamente no momento em que a estrutura de propriedade da companhia passa por um processo de unificação, que se forja uma aliança entre o antigo grupo controlador – e a DE da Vale – e um grande investidor institucional, em detrimento das possibilidades de exercício de controle por parte de acionistas minoritários nacionais e outros grandes acionistas estrangeiros, em grande medida preferencialistas.

Na AGO, a Vale alegaria o descumprimento de exigência da Lei das SAs, o que impediu o exercício de voto de uma parte expressiva de seus acionistas e, consequentemente, a obtenção do quórum necessário para a realização da eleição. Na prática, não se elegeu

nenhum conselheiro independente para o CA. No entanto, a disputa em torno da definição de que grupos de acionistas previamente excluídos do controle se fariam representar no principal organismo decisório da corporação continuou, tendo em conta as muitas críticas dirigidas à condução do processo eleitoral por parte da DE da Vale.

Assim, uma nova eleição, dessa vez para duas vagas, seria realizada na AGE de out./2017 (Vale, 2017c). O mecanismo do voto à distância seria criticado pelos acionistas minoritários que, embora não impedidos de lançar candidaturas, não poderiam incluí-las no boletim de voto a distância (BDV)¹⁸ (CVM, 2015). O então Presidente da AMEC, Mauro Cunha, canalizaria novamente a crítica dos minoritários em termos de direitos políticos: “A CVM não pode criar investidor de duas categorias” (Góes, 2017b).

A disputa seria definida como “um jogo de xadrez” (Góes, 2017c) pela mídia, tendo a Vale cancelado e retificado duas vezes o BDV. Uma vaga fora destinada à “votação em separado” por parte de “acionistas não controladores” (Vale, 2017d, p. 20) detentores de 15% das ações ordinárias e 10% das ações preferenciais, no mínimo. Os preferencialistas que não haviam aderido à conversão acionária voluntária foram impedidos de eleger representantes independentemente (Vale, 2017d, p. 20). A outra vaga seria decidida pelos ordinaristas, por eleição majoritária (Vale, 2017d, p. 21). E, apesar dos esforços de cerca de “12 investidores nacionais” (Góes, 2017d) capitaneados pela Geração Futuro L. Par., Sandra Guerra foi eleita para a vaga em separado e Isabella Saboya para a majoritária, ambas apoiadas pela Aberdeen.

Rapidamente, a Aberdeen ampliaria sua posição entre três os maiores investidores institucionais da Vale (Post Analyst, 2018). Após a fusão, a agora Standard Life Aberdeen¹⁹ perderia participação relativa (cf. Quadro 1). Não obstante, as mudanças no CA da Vale apontam para a emergência de um novo polo de poder no interior da firma, representado pelos grandes investidores institucionais estrangeiros, mas organizado em torno da influência desproporcional assumida pela Standard Life Aberdeen.

Mais importante, as lutas e alianças ao longo do processo eleitoral para o CA demonstraram não apenas que as instituições de GC – em especial, aquelas definidas ao nível das práticas da firma – não são inertes, estruturando as oportunidades e restrições com que se

¹⁸ A Instrução N. 561/2015 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) regulamenta o direito de voto à distância, permitindo que investidores com pelo menos 0,5% de participação em companhias com capital social acima de R\$ 10 bilhões possam incluir candidatos no BDV (CVM, 2015). Comumente utilizado por investidores estrangeiros na Vale, equivalia a um mínimo de 26,5 milhões de ações da corporação (Góes, 2017b).

¹⁹ A Aberdeen Asset Management plc se fundiu a Standard Life plc em agosto de 2017, dando origem a Standard Life Aberdeen plc, gestora que administra cerca de US\$ 871 bilhões em ativos (Standard Life Aberdeen, 2017).

deparam os agentes, mas que esses mesmos agentes são capazes de gerir estrategicamente os contextos institucionais nos quais se inserem. Dessa forma, a mobilização bem-sucedida da introdução do conselheiro independente por parte da Standard Life Aberdeen, indica que trajetória de adoção de inovações institucionais na Vale foi, sobretudo, política.

Conclusão

A investigação demonstrou que a mudança institucional da Vale, assim como sua dependência do dispositivo da “nova governança corporativa”, tem sido um processo essencialmente político, implicando, conseqüentemente, em uma redistribuição do poder e das condições de exercício do controle da firma em favor dos proprietários, e em detrimento dos gestores – passíveis de disciplinamento – e do Estado e suas agências – progressivamente deslegitimados com vistas à supressão.

Se, de um lado, os “contextos [institucionais] ajuda[ra]m a definir as identidades e interesses dos atores, [...] [de outro,] os atores também busca[ra]m transformar esses contextos através de suas ações – particularmente por meio da política e do confronto” (Aguilera & Jackson, 2010, p. 532). Nesses termos, a implantação do novo regime de GC na Vale constituiu, propriamente, uma arena caracterizada por dinâmicas institucionais mutáveis, que acabou por favorecer determinados agentes habilitados.

A investigação revelou, ainda, uma dinâmica complexa que vincula a emergência de práticas de GC na Vale alinhadas ao modelo normativo anglo-americano a resistências à mudança e novas combinações institucionais singulares, revelando uma relação complexa entre convergência e divergência institucional. Assim, “as diferentes instituições nacionais e setoriais” (Aguilera & Jackson, 2010, p. 486) e suas combinações conformaram estruturas de oportunidade e restrição aos “diferentes modos de interação entre stakeholders ao nível da firma” (Aguilera & Jackson, 2003, p. 459).

Desse modo, a discussão mobilizou os vínculos entre a estrutura de propriedade da Vale e a “governança corporativa global” (Aguilera & Crespi-Cladera, 2016, p. 52), tendo em conta os papéis destacados de agentes extranacionais e a pressão normativa exercida por instituições de GC originárias do contexto anglo-saxão. Dessa forma, as “pressões globais” (Aguilera & Jackson, 2010, p. 486) em favor da convergência de práticas corporativas diziam respeito a um regime global de competição caracterizado por modelos de GC e vinculado à transmissão de valores e práticas – em especial relacionados à “ideologia do valor ao acionista”

(Aguilera & Jackson, 2010, p. 487), assim como à centralidade assumida por organizações voltadas à conformação das firmas, como as agências de classificação de risco, mídia especializada, acionistas ativistas, etc. (Aguilera & Crespi-Cladera, 2016, p. 55).

Não obstante, “diferentes valores econômicos e sociais enraizados” (Aguilera & Crespi-Cladera, 2016, p. 54) e, principalmente, a ação estratégica de agentes específicos, foram responsáveis por filtrar as referidas pressões, de maneira que “apenas certas dimensões da prática da governança” (Aguilera & Jackson, 2010, p. 487) foram incorporadas. Nesses termos, o que se observou foi, antes de tudo, um processo de “hibridização de modelos de governança corporativa” (Aguilera & Jackson, 2003, pp. 461-462), em grande medida, dependente do contexto institucional da firma.

Desse modo, a investigação permitiu iluminar alguns aspectos pouco enfrentados dos sistemas de GC, evidenciando a institucionalização de agências múltiplas e contraditórias em um processo de mudança de regime de GC ao nível da firma em um mercado emergente, contribuindo para a ampliação do conhecimento empírico sobre o tema. Não obstante, tópicos como a mudança institucional ao nível da DE não puderam ser tratados, assim como seria necessário, em estudos futuros, comparar diferentes trajetórias de mudança nos regimes de GC centrados na firma em um mesmo contexto institucional, de modo a especificar os níveis de generalização desses resultados.

Referências

- ADACHI, Vanessa, & GÓES, Francisco. (2017). Em um desfecho surpreendente, Fábio Schvartsman assume a Vale. *Valor Econômico*, 28 mar. 2017. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/4916574/em-um-desfecho-surpreendente-fabio-schvartsman-assume-vale> Acesso em: 10 apr. 2017.
- AGUIAR, Thiago Trindade de. (2019). *O solo movediço da globalização: relações de trabalho na Vale S.A.* (PhD), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.
- AGUILERA, Ruth V., & CRESPI-CLADERA, Rafel. (2016). "Global corporate governance: On the relevance of firms' ownership structure". *Journal of World Business*, v. 51, n. 1, pp. 50-57, 2016.

- AGUILERA, Ruth V., & HAXHI, Ilir. "Comparative Corporate Governance in Emerging Markets". In: GROSSE, Robert & MEYER, Klaus E. (Eds.). *The Oxford Handbook of Management in Emerging Markets*. Oxford, Oxford University Press, 2018, pp. 1-49.
- AGUILERA, Ruth V., & JACKSON, Gregory. (2003). "The cross-national diversity of corporate governance: dimensions and determinants". *Academy of management Review*, v. 28, n. 3, pp. 447-465, 2003.
- AGUILERA, Ruth V., & JACKSON, Gregory. (2010). "Comparative and International Corporate Governance". *The Academy of Management Annals*, v. 4, n. 1, pp. 485-556, 2010.
- AMEC. (2017). Comunicado ao Mercado: Vale Disponível em: <https://www.amecbrasil.org.br/comunicado-ao-mercado-vale/> Acesso em: 29 mar. 2017.
- BHP BILLITON. (2018). BHP Annual Report 2018 Disponível em: <https://www.bhp.com/-/media/documents/investors/annual-reports/2018/bhpannualreport2018.pdf>.
- BM&FBOVESPA. (2017). Segmentos de listagem: Novo Mercado. Retrieved from http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/novo-mercado/
- BNDES. (2018). Operações diretas e indiretas não automáticas contratadas pela Vale S.A. junto ao BNDES. In AUTOMÁTICAS, Operações diretas e indiretas não (Ed.): BNDES.
- BOWEN, Glenn A. (2009). "Document analysis as a qualitative research method". *Qualitative research journal*, v. 9, n. 2, pp. 27-40, 2009.
- BRASIL. Lei No. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Dispõe sobre as Sociedades por Ações), (1976). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em: 06 jul. 2019.
- CAMAROTTO, Murillo. (2017). Governo quer fim de 'golden share'. *Valor Econômico*, 6 set. 2017. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/5109590/governo-quer-fim-de-golden-share> Acesso em: 15 abr. 2018.
- Instrução CVM No. 561, de 7 de abril de 2015 com as alterações introduzidas pela Instrução CVM No. 570/15 [Altera e acrescenta dispositivos à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e à Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009], (2015).

- DAVIS, Gerald F. (2005). "New directions in corporate governance". *Annu. Rev. Sociol.*, v. 31, n. 143-162, 2005.
- EVANS, Peter. *Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial*. Rio de Janeiro, EdUFRJ, 2004.
- FINTEL. (2019). NYSE:VALE / Vale S.A.: institutional ownership and shareholders. Disponível em: <https://fintel.io/so/us/vale>. Acesso em: 20 jan. 2019
- FLIGSTEIN, Neil. (2001). "Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado. ". *Contemporaneidade e Educação*, n. 9, p. 26-55, 2001., v. n. 9, pp. 26-55, 2001.
- FLIGSTEIN, Neil, & CHOO, Jennifer. (2005). "Law and Corporate Governance". *Annual Review of Law and Social Science*, v. 1, n. 61-84, 2005.
- FROUD, Julie, HASLAM, Colin, JOHAL, Sukhdev, & WILLIAMS, Karel. (2000). "Shareholder value and financialization: consultancy promises, management moves". *Economy and Society*, v. 29, n. 1, pp. 80-110, 2000.
- GÓES, Francisco. (2017a). Acionistas da Vale discutem unificação de ações em acordo. *Valor Econômico*, 18 jan. 2017. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/4839746/acionistas-da-vale-discutem-unificacao-de-acoes-em-acordo>. Acesso em: 14 apr. 2017.
- GÓES, Francisco. (2017b). Eleição na Vale para conselheiro motiva crítica de investidor. *Valor Econômico*, 15 set. 2017. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/5120228/eleicao-na-vale-para-conselheiro-motiva-critica-de-investidor>. Acesso em: 8 apr. 2018.
- GÓES, Francisco. (2017c). Investidor pede e Vale muda boletim de voto na AGE. *Valor Econômico*, 4 out. 2017. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/5143924/investidor-pede-e-vale-muda-boletim-de-voto-na-age>. Acesso em: 8 apr. 2018.
- GÓES, Francisco. (2017d). Mineradora perto do 'piso' para conversão mandatória. *Valor Econômico*, 18 out. 2017. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/5159684/mineradora-perto-do-piso-para-conversao-mandatoria>. Acesso em: 8 apr. 2018.

- GÓES, Francisco, & FONTES, Stella. (2017). Fabio Schvartsman, da Klabin, será o novo presidente da Vale 27 mar. 2017. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/4916026/fabio-schvartsman-da-klabin-sera-o-novo-presidente-da-vale> Acesso em: 14 apr. 2017.
- GÓES, Francisco, & RAMALHO, André. (2017). Acionistas da Vale definem novo acordo. *Valor Econômico*, 21 feb. 2017. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/4876128/acionistas-da-vale-definem-novo-acordo>. Acesso em: 14 apr. 2017.
- GÓES, Francisco, RAMALHO, André, ADACHI, Vanessa, NIERO, Nelson, & VIEIRA, Catherine. (2017). Vale busca 'concluir' privatização. *Valor Econômico*, 21 feb. 2017. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/4876184/vale-busca-concluir-privatizacao>. Acesso em: 15 apr. 2017.
- GÓES, Francisco, & ROCHA, Rodrigo. (2017). Minoritários brigam por vaga na Vale. *Valor Econômico*, 6 apr. 2017. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/4928974/minoritarios-brigam-por-vaga-na-vale>. Acesso em: 14 apr. 2017.
- GOUREVITCH, Peter "Explaining Corporate Governance Systems: alternative approaches". In: OVERBEEK, Henk, VAN APELDOORN, Bastiaan, & NÖLKE, Andreas (Eds.). *The Transnational Politics of Corporate Governance Regulation*. London; New York, Routledge, 2007, pp. 27-42.
- GOYER, Michel. "Corporate Governance". In: MORGAN, Glenn, CAMPBELL, John L., CROUCH, Colin, PEDERSEN, Ove Kaj, & WHITLEY, Richard (Eds.). *The Oxford Handbook of Comparative Institutional Analysis*. Oxford, Oxford University Press, 2010, pp. 423-451.
- GOYER, Michel. *Contingent capital: short-term investors and the evolution of corporate governance in France and Germany*. London, Oxford University Press, 2011.
- GRÜN, Roberto. (2003). "Atores e ações na construção da governança corporativa brasileira". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 52, pp. 139-161, 2003.
- GRÜN, Roberto. (2005). "Convergência das elites e inovações financeiras: a governança corporativa no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 58, pp. 67-90, 2005.
- GUERRA, Sandra. *A caixa-preta da governança* 1 ed. Rio de Janeiro, Best Business, 2017.

- HERRIGEL, Gary. "Corporate Governance". In: JONES, Geoffrey & ZEITLIN, Jonathan (Eds.). *The Oxford Handbook of Business History*. Oxford, Oxford University Press, 2008, pp. 470-497.
- HIRSCHMAN, Albert O. *Saída, Voz e Lealdade: reações ao declínio de firmas, organizações e estados*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1973.
- JACKSON, Gregory. "Actors and Institutions". In: MORGAN, Glenn, CAMPBELL, John, CROUCH, Colin, PEDERSEN, Ove Kaj, & WHITLEY, Richard (Eds.). *The Oxford Handbook of Comparative Institutional Analysis*. Oxford, Oxford University Press, 2010, pp. 63-86.
- JACKSON, Gregory, & PETRAKI, Anastasia. (2011). *Understanding short-termism: the role of corporate governance*.
- LÖF, Anton, & ERICSSON, Magnus. (2017). "Iron Ore Market Report 2017". *Engineering and Mining Journal*, v. 218, n. 11, pp. 32-37, 2017.
- MACHEDA, Francesco. (2012). "The role of pension funds in the financialisation of the Icelandic economy". *Capital & Class*, v. 36, n. 3, pp. 433-473, 2012.
- MELLO E SOUZA, João de. (2015). *O Conceito de Conselheiro Independente como Instrumento de Governança Corporativa*. (Bacharelado), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MILANEZ, Bruno, & SANTOS, Rodrigo Salles Pereira. (2019). "Mineração e Captura Regulatória: a estratégia da Anglo American em Conceição do Mato Dentro (MG)". *Revista Pós Ciências Sociais*, v. n. no prelo.
- MILANEZ, Bruno, SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos, MAGNO, Lucas, WANDERLEY, Luiz Jardim, MANSUR, Máira Sertã, GIFFONI PINTO, Raquel, . . . COELHO, Tádzio Peters. (2018). "A Estratégia Corporativa da Vale S.A.: um modelo analítico para Redes Globais Extrativas". *Versos. Textos para Discussão PoEMAS*, v. 2, n. 2, pp. 1-43, 2018.
- MORGAN, Glenn, & KRISTENSEN, Peer Hull. (2006). "The contested space of multinationals: varieties of institutionalism, varieties of capitalism". *Human relations*, v. 59, n. 11, pp. 1467-1490, 2006.
- NIX, Petra, & CHEN, Jean Jinghan. *The role of institutional investors in corporate governance: an empirical study*. London, Palgrave Macmillan, 2013.

NYSE. (2019a). BHP Group Plc sponsored ADR BBL Retrieved 8 fev. 2019, from NYSE <https://www.nyse.com/quote/XNYS:BBL>

NYSE. (2019b). Rio Tinto Plc RIO. NYSE. Disponível em: <https://www.nyse.com/quote/XNYS:RIO>. Acesso em: 8 fev. 2019.

NYSE. (2019c). Vale S.A. American Depositary shares each representing one common share VALE. NYSE. Disponível em: <https://www.nyse.com/quote/XNYS:VALE>. Acesso em: 8 fev. 2019.

POST ANALYST. (2017). Aberdeen Asset Management Plc/UK is the Second Biggest Holder of Vale S.A. (VALE). *Post Analyst*, 6 out. Disponível em: <https://postanalyst.com/2017/10/06/aberndeen-asset-management-plcuk-is-the-second-biggest-holder-of-vale-s-a-vale/>. Acesso em: 10 abr. 2018.

POST ANALYST. (2018). The Biggest 3 Holders of Vale S.A. (NYSE:VALE). *Post Analyst*, 2 abr. Disponível em: <https://postanalyst.com/2018/04/02/the-biggest-3-holders-of-vale-s-a-nysevale/>. Acesso em: 10 abr. 2018.

PREVI. (2018). Relatório Anual 2017 Disponível em: http://www.previ.com.br/quemsomos/relatorio2017/pdf/Previ_RS2017_PDF.pdf. Acesso em: 4 fev. 2019.

RIO TINTO. (2018). 2018 Annual Report Disponível em: https://www.riotinto.com/documents/RT_2018_annual_report.pdf. Acesso em: 3 jan. 2019.

ROCHA, André. (2011). Voto múltiplo: a minoria no poder. *Valor Econômico*, 1 sep. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/valor-investe/o-estrategista/995392/voto-multiplo-minoria-no-poder>. Acesso em: 15 apr. 2017.

ROE, Mark J. "The Institutions of Corporate Governance". In: MÉNARD, Claude & SHIRLEY, Mary M. (Eds.). *Handbook of New Institutional Economics*. Dordrecht, Springer, 2005, pp. 371–399.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira. (2017). "A nova governança corporativa da Vale S.A.: um percurso político em direção à “true corporation”". *Versos - Textos para Discussão PoEMAS*, v. 1, n. 4, pp. 1-20, 2017.

SCHINCARIOL, Juliana, & RIBEIRO, Ivo. (2017). Controladores da Vale negociam com acionistas de PN. *Valor Econômico*, 15 mar. 2017. Disponível em:

<http://www.valor.com.br/empresas/4899848/controladores-da-vale-negociam-com-acionistas-de-pn>. Acesso em: 14 apr. 2017.

SCHINCARIOL, Juliana, & TORRES, Fernando. (2017). Fundos terão liquidez para R\$ 20 bi. *Valor Econômico*, 21 feb. 2017. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/4876122/fundos-terao-liquidez-para-r-20-bi>. Acesso em: 14 apr. 2017.

SCHNEIDER, Ben Ross. (2008). "Economic Liberalization and Corporate Governance: the resilience of business groups in Latin America". *Comparative Politics*, v. 40, n. 4, pp. 379-397, 2008.

STANDARD LIFE ABERDEEN. (2017). Merger of Aberdeen Asset Management and Standard Life completes Disponível em: <https://www.standardlifeaberdeem.com/news-and-media/news-articles/2017/aberdeem-asset-management-plc-and-standard-life-plc-complete-merger>. Acesso em: 14 ago. 2017.

STATISTA. (2019). 2018 ranking of the global top mining companies based on revenue (in billion U.S. dollars). Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/272707/ranking-of-top-10-mining-companies-based-on-revenue/>. Acesso em: 9 mar. 2019.

VALE. (2009). Vale muda códigos de negociação das ADRs na NYSE para VALE e VALE.P Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/pt/investors/information-market/press-releases/paginas/vale-muda-codigos-de-negociacao-das-adrs-na-nyse-para-vale-e-valep.aspx>. Acesso em: 30 abr. 2009.

VALE. (2012). Formulário 20-F. Relatório Anual 2011.

VALE. (2016). Formulário 20-F. Relatório Anual 2015.

VALE. (2017a). Acordo de Acionistas da Vale S.A. Disponível em: http://www.vale.com/PT/investors/corporate-governance/notices-minutes-corporate-documents/atasEditaisDocumentosCorporativos/20170814%20Acordo%20Vale%20-%20Final_p.pdf. Acesso em: 20 mai. 2018.

VALE. (2017b). *Composição Acionária*. Rio de Janeiro: Vale.

VALE. (2017c). Estatuto Social: Vale S.A. Disponível em: http://www.vale.com/PT/investors/corporate-governance/Documents/EstatutoSocial_p.pdf.

VALE. (2017d). Manual para Participação na Assembleia Geral Extraordinária da Vale SA
Acesso em: 20 mai. 2018.

VALE. (2018a). *Composição Acionária*. Rio de Janeiro: VAle Retrieved from
http://www.vale.com/PT/investors/company/Documents/assets/Composi%C3%A7%C3%A3o_Acionaria_Dezembro_2018-v2.pdf. Acesso em: 20 mai. 2018.

VALE. (2018b). Formulário 20-F. Relatório Anual 2017 Disponível em:
http://www.vale.com/EN/investors/information-market/annual-reports/20f/20FDocs/Vale_20F_2017_i.PDF. Acesso em: 20 mai. 2018.

VALE. (2019). Vale informa sobre afastamento temporário de executivos Disponível em:
<http://www.vale.com/brasil/PT/investors/information-market/press-releases/Paginas/Vale-informa-sobre-afastamento-temporario-de-executivos.aspx>
Acesso em: 2 mar. 2019.

VALEPAR. (1997). Instrumento Particular de Acordo de Acionistas da Valepar S.A.
Disponível em:

VALEPAR. (2017). Acordo de Acionistas da Valepar S.A. Disponível em:
http://www.vale.com/PT/investors/information-market/Press-Releases/ReleaseDocuments/20170220%20Acordo_de_Acionistas_Valepar_com_ane_xos_p.pdf. Acesso em: 20 mai. 2018.

YAHOO FINANCE. (2019). Vale S.A. (VALE). Disponível em:
<https://finance.yahoo.com/quote/VALE/holders/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

ZORN, Dirk, DOBBIN, Frank, DIERKES, Julian, & KWOK, Man-Shan. "Managing Investors: how financial markets reshaped the American firm". In: KNORR CETINA, Karin & PREDA, Alex (Eds.). *The Sociology of Financial Markets*. Oxford, Oxford University Press, 2004, pp. 269-289.

A construção social de uma corporação transnacional: notas sobre a “nova ‘privatização’” da Vale

Resumo

O artigo discute as relações Estado-mercado no Brasil a partir da afirmação de um novo regime de governança corporativa (GC) como ordem institucional e seus efeitos de poder sobre os agentes políticos e econômicos. Desse modo, integra as transformações conjunturais na ação de agentes proprietários, gestores e do Estado em uma explicação da mudança institucional em uma corporação de origem brasileira, a Vale S.A., analisando a emergência da “nova governança corporativa” da Vale. Argumenta-se que uma nova estrutura de pressões intra-

e inter-corporativas condiciona o enquadramento da corporação ao modelo anglo-americano de GC, com efeitos relevantes para a conformação da firma e de seus agentes. A investigação empregou análise documental, enfocando predominantemente relatórios corporativos e documentos de mídia, além de técnicas de observação participante. Os resultados são consistentes com um processo de reconfiguração da estrutura de poder interna à Vale, com perda relativa de influência dos fundos de pensão, banco público e Governo Federal, mas também retração de autonomia de seu quadro dirigente, em favor de investidores institucionais externos e de agentes do mercado financeiro.

Palavras-chave: neoliberalismo; poder corporativo; corporação transnacional; governança corporativa

La construcción social de una corporación transnacional: notas sobre la “nueva ‘privatización’” de Vale

Resumen

El artículo discute las relaciones Estado-mercado en Brasil a partir de la afirmación de un nuevo régimen de gobierno corporativo (GC) como orden institucional y sus efectos de poder sobre los agentes políticos y económicos. De este modo, integra las transformaciones coyunturales en la acción de agentes propietarios, gestores y del Estado en una explicación del cambio institucional en una corporación de origen brasileña, Vale S.A., analizando la emergencia de la “nueva gobernanza corporativa” de Vale. Se argumenta que una nueva estructura de presiones intra-e inter-corporativas condiciona el encuadramiento de la corporación al modelo angloamericano de GC, con efectos relevantes para la conformación de la firma y de sus agentes. La investigación empleó análisis documental, enfocando predominantemente informes corporativos y documentos de prensa, además de técnicas de observación participante. Los resultados son consistentes con un proceso de reconfiguración de la estructura de poder interna a la Vale, con pérdida relativa de influencia de los fondos de pensión, banco público y Gobierno Federal, pero también retracción de autonomía de su cuadro dirigente, en favor de inversores institucionales externos y de agentes del mercado financiero.

Palavras-chave: neoliberalismo; poder corporativo; corporación transnacional; gobierno corporativo

The social construction of a transnational corporation: notes on Vale’s “new ‘privatization’”

Abstract

In this article, I discuss State-market relations in Brazil, with a focus on the emergence of a new corporate governance (GC) regime as an institutional order and its power effects on political and economic actors. Accordingly, the explanation brings together context-driven changes in owners’, managers’ and the State’s actions to explore the institutional change in a Brazilian corporation, Vale S.A., towards a “new corporate governance”. I argue that a new structure of intra- and inter-corporate pressures shapes Vale’s corporate framework to the Anglo-American CG model, with relevant effects for the firm and its actors. Investigation employed document analysis, focusing predominantly on corporate reports and media documents, as well as participant observation techniques. Results are consistent with a process of rearrangement of Vale’s internal power structure, with relative loss of influence of the pension funds, public bank and Federal Government, but also autonomy retreat of the company directory body, in favor of external institutional investors and of financial market actors.

Keywords: neoliberalism; corporate power; transnational corporation; corporate governance

Neoliberal Unfolding of Lulism

Recebido: 07-04-2019

Aprovado: 16-06-2019

Bruna Della Torre¹,
Eduardo Altheman²,
Vladimir F. Puzone³

Introduction

On April 2nd, 2009, the leaders of the twenty richest countries in the world gathered for the G20 London Summit. Amidst his Secretary of Treasury Timothy F. Geithner and then Australian Prime-minister Kevin Rudd, the former U.S. president Barack Obama looked at Luiz Inácio Lula da Silva, shook his hand enthusiastically and uttered: “this is my man right here, I love this guy! The most popular politician on Earth”. The federal administrations of the Partido dos Trabalhadores (Workers' Party, PT) were an international sensation. The PT was able to promote economic growth and to diminish social inequality. During the years the party was ahead of national politics, it contributed to improve living standards, but without confronting capitalism. At the same time it fostered upward social mobility of the lowest stratum of the population, the party encouraged their financialization and maintained high rates of bank profits. Last but not least, it was able to do so continually, having won four presidential elections in a row, with Lula da Silva achieving approval rates which neared 90% (Bonin, 2010).

¹ Bruna Della Torre, Brazilian, holds a Ph.D. in Sociology and is currently a post-doctoral fellow at the University of São Paulo with a scholarship from Capes. She is also executive editor of *Crítica Marxista* and the author of *Vanguarda do atraso ou atraso da vanguarda? Oswald de Andrade e os teimosos destinos do Brasil* (Alameda, 2019). E-mail: bru.dellatorre@gmail.com.

² Eduardo Altheman Camargo Santos, Brazilian, holds a Ph.D. in Sociology and is currently a post-doctoral fellow at USP with a scholarship from Capes. He is the author of *O poder da economia e a economia do poder – neoliberalismo e governamentalidade em Foucault* (FFLCH/USP, 2015). E-mail: eduardo.altheman@gmail.com.

³ Vladimir Ferrari Puzone, Brazilian, holds a Ph.D. in Sociology from USP and is currently a post-doctoral fellow at the University of Brasília, with a scholarship from Capes. He is one of the editors of *The Brazilian Left in the 21st Century: Conflict and Conciliation in Peripheral Capitalism* (Palgrave MacMillan, 2019). E-mail: vfpuzone@gmail.com.

Lula da Silva's role in this phenomenon was so crucial that the assemblage of the Workers' Party's programs and social politics and the project of a weak reformism based on class compromise and on the mobilization of lower classes was coined "Lulism" after him (see Singer, 2012). The party's politics thus assumed his face: that of a self-made man. The present article aims to scrutinize one of Lulism's most prominent, and yet relatively understudied⁴ ideological consequences: entrepreneurship and its relations with the social programs implemented by the Workers' Party.

When the Worker's Party was struck by the 2016 coup which resulted in the impeachment of Dilma Rousseff, the major critique raised by a fraction of the Left referred to the Party's failure in promoting strong grassroots social mobilization that could have reverted this process. However, if taken seriously, the "Lulist" project of development without social conflict had in its core a politics of non-confrontation. The "conservative compromise" (Singer, 2012) that constituted the substratum of "Lulism" was predicated upon a concession from the Workers' Party: in order to govern, it had to abandon a class struggle approach.

The question of class structure in Brazil is quite complex. Historically, the major part of the lower classes in Brazil did not constitute a working class in a traditional sense. Many Brazilian intellectuals (Fernandes, 1978; Singer, 1981; Oliveira, 2003) argued that one of the main features of peripheral capitalism lies in its ability to raise capital accumulation without reaching the same civilizational standards of the center of capitalism (see Oliveira, 1997, p. 33). In that sense, the working class in Brazil lived under significantly different conditions, if compared to the countries of the Global North. Access to (limited) social rights was restricted to formal workers who never constituted the major part of the working classes. Therefore, the "proletariat" has always occupied an intermediate position in Brazilian social stratification, since an even more subaltern stratum dwelled below: the precariat or subproletariat (Braga, 2012; Singer, 2012).⁵ Underemployment and informal labor were the rule and not an exception in this capitalist configuration.

Since the 1950s, this physiognomy of the subaltern classes has been regarded as a hindrance to Brazilian development: a large stratum of Brazilian population was never

⁴ For exceptions to this rule, see De Tommasi & Velazco, 2013; Salgado, 2013.

⁵ According to Braga, there is a significant difference between his concept and Singer's, since he emphasizes the political forms of mobilization and organization undertaken by the precariat. On the other hand, Singer resorts to Marxist discussions on Bonapartism to show how the subproletariat is incapable of autonomous forms of political organization due to extreme poverty and the lack of material conditions. Thus, the most impoverished workers in Brazil tend to rely on the figure of a popular leader.

adequately integrated, and their extreme poverty and social fragility were a mean of exclusion which prevented them from entering “modern” capitalist circuits of production and consumption⁶. One of the main subjective consequences of this arrangement was a feeling of non-belonging, both in an economical and in a political sense, shared by a significant part of the population.

The PT attempted to reverse this situation. The endeavor is explicit in its motto during Lula da Silva’s administration, “Brasil, um país de todos” (Brazil, a country for all), and in his discourses about raising the self-esteem of Brazilian people⁷. This, however, could not be achieved by strengthening the working class as such, as a result of the “conservative compromise”: within the “Lulist” project, it was impossible to promote class struggle. Hence, it employed other devices.

One of them was the credit expansion policy aimed to incorporate the peripheral population via consumption. That is, the integration would be propelled *through* the market – not against it or in spite of it. Another way of trying to include this part of the population were Social Programs. Educational programs, for instance, such as FIES and PROUNI, assimilate individuals by granting them a place in the educational system. This part of the population was thus interpellated as a specific group of individuals: mothers (Bolsa Família), consumers (credit expansion), students (FIES/PROUNI), families (Minha Casa Minha Vida). That is, they were interpellated mostly as individuals – and impoverished individuals, since all these programs were conditioned by income.

This assemblage had consequences we would like to explore in this article. This particularistic (as opposed to universal) pattern chosen as a method for sorting out beneficiaries of social programs is predicated upon a certain moral, an ethos fostered by the very way these programs were designed and implemented. The main unit of assimilation favored by Lulism was not class, but rather the individual, a process that resulted in the dissemination of entrepreneurship as a guideline not only for economic behavior, but also for political and social conduct as a whole.

⁶ Francisco de Oliveira (2003) showed how this intertwinement of “archaic” and “modern” elements played a decisive role for the accumulation of capital in peripheral capitalist configurations.

⁷ When asked about the great legacy of his administration, Lula da Silva said: “In those 10 years all of us Brazilians recovered our pride in ourselves, each one of us. We recovered our self-respect” (Sader and Gentili, 2016, p. 222).

This phenomenon combines two distinct albeit interrelated elements: PT's resort to neoliberal dispositives of government and the class compromise politics enacted since the "Letter to the Brazilian People" signed in 2002 by then candidate Lula.

We would like to discuss these topics as follows. First, we will examine recent changes in the configuration of the Brazilian working classes, especially in the way they perceive their daily life. To do so, we will look at a research carried out by the Workers' Party research institute "Fundação Perseu Abramo". It contains some indications about the dissemination of an entrepreneurial self among Brazilian workers. We will then contend the meaning of neoliberalism during the party's administrations. In particular, we will resort to Michel Foucault's considerations on the topic, since they offer a detailed account of the relations between the neoliberal order and the configuration of entrepreneurship. Subsequently, we will consider the relationship between private education and entrepreneurship as an example of how neoliberal ideology and practices pervades Brazilian working classes, particularly in the outskirts of large cities.

The 2018 elections in Brazil were testimony to the rise of extreme-right politicians and supporters, epitomized by the election of Jair Bolsonaro as president. Even though Bolsonaro had his best voting performance in the wealthiest and whitest cities of the country, whereas PT candidate Fernando Haddad was best-voted in the most impoverished and blackest ones, a non-neglectable share of working-class vote⁸ helped elect a president, governors and senators which, considered in conjunction, represent the biggest threat to democracy since the end⁹ of the civil-military dictatorship in 1984. This article might shed some light on some of the underlying causes for this phenomenon and help explain why class solidarity was *not* chosen as a way out of the economic and political crisis in course in Brazil since 2014.

Lower-class liberalism

In 2016, João Agripino da Costa Doria Junior won the elections for mayor in the city of São Paulo. Two years later, he would resign office to run for governor, an election which

⁸ According to IBOPE, 47% of the valid votes cast by people who earn up to 2 minimum wages went to Bolsonaro. See <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,bolsonaro-tambem-ganhou-entre-as-mulheres-diz-ibope,70002588225> and https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/24/actualidad/1540379382_123933.html. also

⁹ On the continuities between the dictatorship which started with a coup in 1964 and the subsequent period of alleged re-democratization, see Safatle and Teles (2010).

he also won. He is a multimillionaire and a former TV show host, and the mobilization of the business entrepreneur and the self-made man's image against the figures of traditional politicians was the cornerstone of his campaign. The ongoing corruption scandals in Brazil also favored him. He won both elections by advertising a managerial discourse, and the idea that he was already rich, therefore would not need to be corrupt, appealed to many voters in the peripheral areas of São Paulo, where he triumphed over Fernando Haddad, the former mayor and Workers' Party candidate who ran against him in the 2016 municipal elections. PT lost votes especially in the so-called "consolidated peripheries", impoverished neighborhoods beneficated by "Lulism", which have undergone many urbanistic transformations and which's dwellers were among those whose income increased consistently in the last decade. These neighborhoods, such as Pirituba and Vila Carioca, for instance, used to be typical working-class areas, but gentrification processes and real estate speculation propelled by the income rise promoted by Lulism expelled the most impoverished to even more distant parts of the city – a periphery around the periphery, as Rolnik stated (2016). That is, those who were favored by the Social Programs promoted by PT were those who preferred to vote for a businessman for mayor.

To understand why this shift took place was one of the impulses of a research carried out by Fundação Perseu Abramo (FPA), a research institute connected to the Workers' Party. Among many other thought-provoking issues, its most important discovery was that the peripheries of São Paulo had assumed an entrepreneurial physiognomy which could explain why their inhabitants identified themselves with a wealthy tycoon and did not stand up for the Lulist project in the moment of the coup. This research raised important questions about the development of the Workers' Party, especially regarding the growing distance between its leadership and its social basis (Galhardo and Venceslau, 2017; Locatelli, 2017; Souza and Nozaki, 2017). Nonetheless, the research remains relatively unnoticed at an academic level. The present paper summarizes some of its conclusions and takes them as a starting point for the analysis of entrepreneurship during the PT administrations.

The investigation aimed to understand the values and perceptions of the people living in the periphery of São Paulo. It was conducted based on in-depth interviews and focus groups in peripheral districts and *favelas* between 2016 and 2017. The sample was constituted by groups divided by: age; place of residence (outer neighborhoods or slums); monthly familiar income (up to two minimum wages and between two and five minimum wages);

religious affiliation; electoral affiliation; and whether they were beneficiaries of social programs or not.

The issues discussed with the interviewed included the following: city areas; family and social mobility; education; work and economic life; sociability, leisure, and consumption; religion; gender relations, homophobia, racism, abortion, drugs, and human rights; political and institutional perceptions.

The research had two intents. Firstly, it sought to understand the elements which composed the worldview of the interviewed. Secondly, it aimed to update the Workers' Party's political project. The following hypothesis conducted the research: as the economy was in an expansion cycle, new values were created among the urban working classes. In this article, we argue that the expansion cycle in the economy is not the sole reason for the fabrication of such new values. The latter was also due to the very *modus operandi* employed by PT to promote its social programs.

First and foremost, it is worth emphasizing that the respondents declared a strong desire to become an entrepreneur. In the words of one of the interviewed: "I wanted to have a business of French fries, 'The house of fries'... I would like to start from there and not work for others, but for myself" (Female, white, 46 years old, income: 2 to 5 minimum wages – Fundação Perseu Abramo, 2017, p. 30). According to the researchers, this desire is expressed by ideas such as not having a boss, having more flexibility to manage his/her own time, having his/her own business to work as near as possible to home, etc. (Fundação Perseu Abramo, 2017, p. 23).

Statements such as these, usually associated with entrepreneurship, could also involve a double meaning. They could express the desire of becoming a businessman/businesswoman and, at the same time, of carrying out an economic activity autonomously. It explains why many informal workers see themselves as entrepreneurs. Therefore, the dissemination of entrepreneurial discourse bears a contradictory feature. It alternates between the promise of freedom from traditional employment structures, and in particular those characterized by informality and precarity, and the identification with the higher positions of working hierarchies. Since Brazilian society was not able to assemble a broad and reliable system of social protection and security, it is plausible that people tend to see in entrepreneurial discourse a way out of misery and precarity.

However, the self-identification as entrepreneurs is not the only point we would like to emphasize. The discourse of personal effort is likewise widespread: it concerns work, education, personal and economic achievements, as we can notice in the words of a white male, 30 years old, who earned 2 to 5 minimum wages: “you have to have faith and make an effort to reach it... (...) I asked God for help, and there it is [he points to a car]... if you don’t make the effort and you don’t help yourself, God is not going to help you; it’s not going to come easily” (Fundação Perseu Abramo, 2017, p. 24).

The interviewed perceive the improvement of their living standards since 2003 not as a direct result of the social security programs implemented by the government, but rather as a product of personal effort. In this sense, they tend to see education as a primary instrument of social upward mobility, as one can draw from the words of a 17-year-old white female with an income of up to 2 minimum wages: “Some people I know wanted to go to college, for instance, but the best they could do was a technical course and now they regret it for not trying, not hustling” (Fundação Perseu Abramo, 2017, p. 39).

The research also points to the fact that the interviewed see the state as inefficient and associate it with free of charge, but low-quality services, as states a black female, 41 years old, who earned 2 to 5 minimum wages:

Education is much better in private schools. My grandson studied in a private school, but he had to leave because he couldn’t afford it any longer, but if he were still there, he would already be reading ... I find that if you are paying you can demand things and in the public school, from whom are you going to demand something? You can’t! (Fundação Perseu Abramo, 2017, p. 40)

The state and the public sphere are regarded as sources of social harms, and the private realm is seen as the solution. The major part of individuals also declared that state bureaucracy and high taxes are two significant issues that inhibit those who want to become an entrepreneur from pursuing their goal. In other words, the interviewed identified themselves with a liberal ideology that overstates the importance of the market. Therefore, the researchers recognized a convergence between the respondents’ ideas and the dominant discourse about economic activity, which is daily emphasized by large media and advertisement corporations. This convergence also appears in the opinion about the necessity of a joint operation between state and market. As the research report expounds, “As the dominant tonic, the sample seems to wish for a more combined performance between state authority and private enterprise in favor of the community. This might provide a gateway to

discourses about [public-private] partnerships and outsourcing” (Fundação Perseu Abramo, 2017, p. 58).

At the same time, conversely, values such as personal success and the commodification of daily life go hand in hand with the importance attributed to public institutions. According to the respondents, the educational and health system should be universal, and the state plays a crucial role in reducing social inequality. Therefore, public policies implemented by the Workers’ Party (such as Bolsa Família, FIES, and Prouni) were regarded as necessary, but insufficient.

Finally, the respondents tend to identify themselves with Lula da Silva’s trajectory not just because he was a worker, but because he is a successful example of upward social mobility. Combined with his charisma, this identification explains why Lula da Silva was seen as the most popular politician in the world.¹⁰ It is also possible to state that in his figure lie projected the realizations of neoliberal values and ideas that flourished among urban workers since the 1990s and in particular during the PT administrations. Lula da Silva represents someone who was able to “make it” with his abilities and personal effort, in spite of all difficulties. In other words, a *nordestino* mechanical turner, 7th son of an illiterate mother of eight children, was able to occupy the president’s office based solely on his *human capital*. That is the reason why the research led by Fundação Perseu Abramo observed the equivalence made by the respondents between Lula da Silva and João Doria, but also popular Brazilian entrepreneurs such as TV show host and SBT owner Silvio Santos. In spite of their non-neglectable share of political and ideological divergences, they all had one thing in common, namely, the fact that they represented individuals with successful professional and life stories making their way from the bottom and relying merely on their personal will.

¹⁰ There is a heated debate between Souza (2012, p. 250 ff.) and Braga (2012, p. 27-28) on the meaning of Lula’s charisma. On the one hand, Souza suggests that Lulism is an expression of the popular groups’ desires for social mobility. In other words, it articulates the fragmented conscious of working classes with the class consciousness embodied by Lula, seen as an “exemplary prophet”. Therefore, his political appeal does not represent some political passivity, but the distance between left-wing intellectuals and working-class yearnings. On the other hand, Braga emphasizes that Souza’s approach apprehends the political ideas of the Brazilian precariat only in terms of elections. Besides, the insistence on Lula’s charisma accentuates the manipulation from the political leader, as a simple ideological epiphenomenon and leaving behind the ways the precariat organizes itself. One can indeed understand Lula’s success and the identification of the working classes with his figure in terms of charisma, but not in Weberian terms, nor as simple manipulation. Unlike Souza’s analysis, one should conceive charisma in terms of personal identification and personalization, i.e., as psychoanalytical concepts. That way, the explanation of Lula’s charisma should not be restrained to his extraordinary traits but must consider why people identify them as a model. Also, since they experience relations of domination and exploitation but are unable to cope with them as political and economic forces, there is a tendency to attribute to a personal figure the solutions to their problems.

More than the incorporation of strict neoliberal ideas and values or even a form of conservatism, the FPA recognized this phenomenon as a kind of “lower class liberalism”¹¹. The relation of the urban working classes with the notion of a public sphere and public services is intertwined with commodified interpretations of social relations. This commodified logic expresses itself “even in the interpretation of labor rights and social benefits. People trust more in policies that offer financial resources immediately ... than in the set of laws which guide those rights” (Fundação Perseu Abramo, 2017, p. 65), writes the report.

Certain ethnographic works confirm the diagnosis of these analytical perspectives, illustrating how the Brazilian urban working classes interweave their everyday activities with a neoliberal discourse. The idea that citizenship must be combined with market logic flourished since the social programs financed by large companies present themselves as virtuous and linked to social rights (Abílio, 2011; De Tommasi and Velazco, 2013; Rizek, 2016).

Thus, the research concluded that the interviewed sustained a “lower class liberalism” and not a hard-core neoliberal or conservative discourse because they combine the self-merit discourse with some recognition of the importance of certain public policies and also relative tolerance towards cultural diversity. The Perseu Abramo’s research implies a change in the way social programs are perceived and displays a contradictory perception in the lower classes regarding the need of a more present, strong State and a more market-oriented way it should be managed.

The Workers' Party administrations: between neoliberalism and post-neoliberalism

One of the most discussed topics concerning the configuration of the PT is its relation to neoliberalism. Many authors (Wylde, 2012; Macdonald and Ruckert, 2009; Ruckert, Macdonald and Proulx, 2017) sought to understand if its administrations between 2003 and 2016 were successful in overcoming the processes of deindustrialization, massive unemployment and economic financialization, which characterized Brazilian federal governments during the 1990s.

¹¹ Such phenomenon could display parallels with what Verónica Gago (2018) has termed “neoliberalism from below”.

In a recent congress, which took place in June 2017, the party tried to understand why Dilma Rousseff's administration was interrupted by a coup. The resolutions of the congress reflect on the accomplishments and mistakes made during the 13 years the party was ahead of the federal administration. One thing appears as unquestionable: Lula da Silva's and Rousseff's governments should be described as "post-neoliberal", along with other Latin American governments:

When we compare the performance of our governments with previous administrations (we refer specifically to Sarney, Collor, Itamar and Fernando Henrique's terms), we recognize a vast difference: during our administrations, there was an improvement in the living standards of the majority of the Brazilian population. Moreover, it is possible to state that during Lula da Silva's and Rousseff's administrations our country was in the world vanguard in fighting hunger, poverty, and deprivation: millions attained the right to live. *With an anti-neoliberal inspiration*, our administrations implemented not just public policies of social inclusion and cash transfer, but mostly the expansion of rights (Partido dos Trabalhadores, 2017, p. 23, emphasis added).

On the same document, the expression "improvement of living standards" is associated with the question of consumption in the working classes. It is now well known that between 2003 and 2016 the consumption level among the poorest strata of the Brazilian society raised constantly. This increase can be explained by a series of public policies implemented by the Worker's Party in the period it was in control of the state. The most relevant are the consistent increase of minimum wage, cash transfer programs¹² such as "Bolsa Família", and credit expansion. They allowed the most impoverished workers to consume commodities such as refrigerators and washing machines for the first time in their lives. In the meanwhile, those strata were also impelled to the service of banks and financial institutions. The assemblage of these programs has been recognized worldwide as the main

¹² The Bolsa Família Program has been referred to in Anglo-Saxon literature in many ways: "cash transfer program", "conditional cash transfer", "allowance program", "cash aid program", among many others. We find that terms which mention the idea of "cash" are problematic, since it might convey the idea that the beneficiaries receive their allowance in actual cash, which is not true. They collect their monthly payment through a bank card issued by the government - which is not a minor element, since, as we will argue, the lower classes were able to ameliorate their standard of living only by entering the circuits of financialization and bank coverage. However, since "conditional cash transfer" has been utilized even in World Bank documents, we will employ such term in the article.

achievement of the PT administrations: a substantial decrease of social inequality¹³ aligned with “bankarization” and financialization¹⁴.

The strengthening of internal markets and the expansion of distributive programs, however, were not only a characteristic of the most recent economic boom.¹⁵ On a subjective level, it goes hand in hand with the feeling of belonging of the lower classes. Going back to PT’s 2017 congress resolutions, one finds that social programs like Bolsa Família mean to millions of families “the feeling of belonging to a community, it means a statement that we share a destiny and responsibilities, that nobody can be subject to abandonment, misery, deprivation, oblivion, and helplessness in sickness and old age” (Partido dos Trabalhadores, 2017, p. 25).

But those programs have not benefited just the lower strata. It was also functional to capital accumulation, especially to a broad process of financialization, as Lavinias shows:

Social policy served as collateral to access financial markets through credit, facilitating an intense process of financial inclusion. As such, it has supported debt-financed spending at the expense of the provision of public goods and services. What we have seen is social policy being taken as a mechanism in order to secure credit, and consumer credit in particular. [...] as a result, it allows the collateral receiver (financial institutions) to trade collateralized loans on the financial market, amplifying securitization and deepening household dependence on new and permanent loans. (Lavinias, 2017, p. 5)

By allowing over 36 million people¹⁶ to leave extreme poverty behind and including them in the realm of consumption, the PT unquestionably accomplished a remarkable objective. In spite of its shortcomings, this event represented something these people and their ancestors had never before experienced in Brazil’s entire history. Looking back, especially

¹³ Nonetheless, it has been recently demonstrated that this inequality decrease should be revised, since labor income inequality was reduced in Brazil in conjunction with a growth of capital income among elite groups (Medeiros et al., 2015; Morgan, 2017).

¹⁴ For new data pointing to a substantial increase in financialization processes during PT’s rule, see Lapyda, 2019.

¹⁵ In the last years, there has been a discussion about the causes of this economic boom. Authors such as Carvalho (2018) and Sicsú (2019) argue that the main reason for the GDP growth lies not in the expansion of consumption, but rather in public investment. In this sense, social programs and the rise in the minimum wage did not constitute alone the improvement of working-class living conditions. They took place in conjunction with the expansion of public investment, which allowed for the rise of private expenditure and consequently increasing formal labor. Nevertheless, it is important to stress that even if the PT’s governments played a major role in the expansion of economic activities, especially during Lula’s administration, this does not exclude processes of financialization. Also, it concerns two problems with Keynesian and neo-Keynesian analysis. First, consumption is not the end of all economic activity, as Keynes’ epigraph in Sicsú’s essay tells us (2019, p. 128). On the contrary, the primary purpose of economic activity in capitalist society is capital accumulation. Second, these analyses tend to see the functioning of neoliberalism as a strict opposition between state and market, which may not be the case.

¹⁶ Data provided by the Ministry of Social Development. Available at <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/09/em-10-anos-bolsa-familia-tirou-36-milhoes-pessoas-da-extrema-pobreza>>.

now that one experiences in a much severer fashion the impact of “pure” neoliberal measures, such as the labor rights’ amendment promoted by then president Michel Temer in 2017, or the pension amendment currently in discussion under Bolsonaro’s administration, one realizes how much of a political and social deed this was. When roughly one-fourth of the population enters the realm of consumption overnight, the PT tried and, to a certain degree, was able to solve one of the main obstacles to economic growth in Brazil since its independence, namely, that of the internal market. Since almost 40 million people were hitherto excluded from the possibilities of normal reproduction of labor power, the dimension of the domestic market was always a hindrance for the development of an autonomous and continuous economic growth in Brazil.

Nonetheless, we would like to emphasize particular consequences of this achievement. They are related to the diffusion of neoliberalism as an art of governing, notwithstanding the humanitarian drive that led to the formulation of the social programs in the first place – this is not to say that PT’s intentions were cynical, but that they are only a part of the whole issue.

We want to focus now on the Bolsa Família to investigate this diffusion. This is important due to the fact that the program was regarded as one of the main instruments responsible for diminishing social inequalities and granting social security in Brazil. Even though this rightfully happened, we contend that the program displays not only typical welfare-like mechanisms (which are more striking at first sight), but also entails neoliberal modes of subjectivation.

The monthly payments of the Bolsa Família are transferred to its beneficiaries in the form of a bank card issued by Caixa Econômica Federal (a state bank). One of the effects of this operation, whether intended or not, was the inclusion of people living in extreme and relative poverty within the coverage of the banking system. Between 2003 and 2007 alone, there was an increase of over 17 million new bank accounts, and this figure points especially to those living at the base of the social structure. The Workers’ Party government worked to enact several laws (such as Law 10.735, from September 11th, 2003, or Law 11.110, from April 25th, 2005), which stimulated the “bankarization” of low-income strata, especially through the expansion of microcredit and payroll consigned credit (Barone and Sader, 2008¹⁷). According to data provided by Lula’s Institute, “the number of card users more than

¹⁷ Barone and Sader (2008) provide an insightful analysis of the expansion of credit, comparing its features during the PT governments and its predecessor, Fernando Henrique Cardoso. From this, they draw an interesting

doubled between 2008 and 2012”¹⁸. Not by chance, the first lines of the article in which these numbers appear read as: “Citizenship rights improve through the inclusion of more than 45 million Brazilians in the banking system”. In the PT project, citizenship was intimately associated to “bankarization” and financialization. That is to say, citizenship was closely related to the market and the private sector.

One of the hypotheses sustained by the present article is that PT was *not* neoliberal in a strict sense. It did mobilize, however, certain neoliberal dispositives of government. As a result, an entrepreneurial ethos was fostered throughout society as a whole, especially in the “consolidated peripheries” of São Paulo, even if accompanied by or even fostered by social security programs typically seen as welfarist ones¹⁹.

In order to address some of these elements, we resort to Foucault’s lectures on neoliberal governmentality (2008) in which he demonstrates how neoliberalism does not mean the lack of social planning or the retreat of the state. On the contrary, he shows how neoliberalism provides social policies with very clear objectives and instruments, but which are conceived of through a new interpretative and practical grid of rationality of government – when one compares them to the policies of the welfare state, for instance. The notion of a *Gesellschaftspolitik*, a politics for society, was recurrent in the works of many *Ordoliberalen* (Foucault, 2008, p. 159-214). The ordoliberal argument, as far as social policy is concerned, is not to remedy the devastating effects of the market in society, but rather to act upon society

conclusion: microcredit before Lulism was understood as a way to foster entrepreneurship, whereas, during the Workers’ Party years, it was aimed at consumption. However, even if the economic and social *intentions* were not the same, the *consequences* of the public policies point to an expansion of entrepreneurial ways of life.

¹⁸ Data available at <<http://www.brasildamudanca.com.br/en/microeconomia/number-credit-card-users-doubles>>.

¹⁹ Consequently, we should proceed with caution when analyzing the neoliberal features of PT’s governments. Although they present many similarities with neoliberal countries of the Global North, they are not the same. In Brazil, there is a convergence between neoliberal practices and precarization, on the one hand, but there is also a convergence between certain neoliberal dispositives (especially how they were employed by the PT) and improvements in the precariat life’s conditions, on the other hand. This conjunction of elements produces a mixture of optimism and political conformity on a subjective level. One could refer to Oliveira’s (2003) allegory of the *platypus* to reflect on this kind of counter-intuitive assemblage. For a different point of view, see Kerstenetzky’s book (2012) about the constitution of a welfare state in Brazil, in particular after the Constitution of 1988. According to her, Lula da Silva’s administration was able to combine economic growth with income redistribution, translating European social-democratic experiments to the Brazilian reality. However, she recognizes that there was not an expansion in the provision of public goods during the period, stressing the necessary connection between this provision and substantial changes in income distribution. Although she contends the construction of a Brazilian welfare state, her argument reinforces the working-class perceptions in the Perseu Abramo’s research, i.e., the split between higher wages and the lack of public goods and services.

itself, to have a societal policy, to implement and allow the competitive mechanisms the market to run free²⁰.

In this sense, ordoliberalism was undoubtedly not against the idea of income distribution. They were indeed against a typical welfarist account of this question, according to which the even distribution of wealth from elites to laboring classes should be an objective to be pursued by the government. However, not only did they admit the possibility of a certain kind of income distribution, but they also believed it was a crucial factor in the enabling of neoliberalism. Even a neoliberal as radical as Milton Friedman himself defended a marginal transfer of a minimal portion of the resources destined for over-consumption to those who were underconsuming. Above this minimum, inequality is a key factor in ensuring the very existence of competition. What is at stake here is not some alleged humanity of individuals and their inalienable fundamental rights, but rather the very competitive dynamics of the neoliberal game. Friedman was thus among the first to support the idea of a guaranteed minimum income (see Paulani, 2008, p. 71).

Foucault also shows how one of the main features of neoliberal governmentality is the individualization of risks. Instead of providing social security through gratuitous and public social policies regarding healthcare, education, security, and so on, neoliberal mechanisms transfer the responsibility of all these issues to the individual. He or she is then responsible for the success – or, most commonly, failure – of his/her own life²¹.

In that sense, faced with the monstrous exclusion of the poorest, the Workers' Party chose to implement a series of mechanisms which aimed not at the distribution from the wealthiest (these, as Lula da Silva proudly remarks, “never made so much money in Brazilian history”²²) to the stratum living in dire circumstances, but at the sheer minimum of existence. This was a direct and logic consequence of the idea of growth without confrontation, of eradicating poverty *with or through* class compromise²³.

²⁰ According to Dardot and Laval (2016) the re-introduction of the competitive logic in social programs is one of the main characteristics of the “neoliberal rationality” and it consists in a prior acceptance of the market economy. This kind of dispositive reinforces the individual responsibility as the core of the new public policies.

²¹ For a more detailed account of this government of risks, see O'Malley, 1996; 2004; 2006.

²² See Lula da Silva's speech in 2016: <<http://mais.uol.com.br/view/1575mnadmj5c/nunca-ganharam-dinheiro-como-no-meu-mandato-diz-lula-sobre-banqueiros> 04020D183666C0C15326?types=A&>

²³ According to Dardot and Laval (2016), the neoliberal turn of the left worldwide substituted the struggle against inequality (advocated by social democracy) for the struggle against poverty. Therefore, solidarity is perceived as a social aid which has to be followed by hard work and personal effort in order not to create dependency.

The social programs implemented by PT have a number of affinities with these neoliberal dispositives analyzed by Foucault since they promoted an individualist approach of social integration and promoted the dissemination of what Foucault called “the entrepreneur of himself”. In that sense, Perseu Abramo’s research comprehension of the “entrepreneur” as mainly a desire of autonomous work is narrow if we consider Foucault’s ideas of personal accountability and demands of individual performance linked to the entrepreneurial self. It is not only a desire of owning your own business but rather a pattern of subjective formation set up as a model for individuals, society and public institutions. According to this logic, individuals start to behave as companies guided by market-like rationalities of losses, profits, and investments; to compete with each other even outside the workplace; to dedicate increasing attention to ideas such as innovation, entrepreneurship and personal marketing, among other terms proper to the corporate realm. This includes not only interpersonal relations but also the way one relates to his/her self. In short: the form of neoliberal capitalist enterprise is disseminated throughout the social body.

However, such neoliberal practices settle in the periphery of capitalism in a very particular way: the entrepreneurial self is intimately related to the precariat. Even though many on the Left can be (rightfully) critical of paternalist measures taken by the Welfare State²⁴, the substitution of such measures by individual accountability and meritocracy, especially when it affects people who belong to the lowest income strata, tends to produce a situation of complete precarity. It favors precisely the kind of attitudes related to entrepreneurial modes of thought and action. Even though individuals receive a monthly payment from the government, they also have to perform activities as autonomous decision-making subjects, allocating resources in the best possible strategy, calculating means and ends, exactly like an entrepreneur – except one that belongs to the lower social stratum of a peripheral country like Brazil. The result of this original peripheral assemblage is the idea of “*viração*”²⁵, that is, the attempt to cope as quickly and efficiently as possible by resorting to a wide variety of formal and informal economic activities and side hustles.

Bádue and Ribeiro (2018) show how women who receive Bolsa Família have to make ends meet through a series of strategies and improvisations which include: acquiring a new credit card in order to pay for the overdue installments of other credit cards; paying one bill

²⁴ On these criticisms, see Lorey, 2015.

²⁵ The correspondent of which in Argentina and most of Hispanic America is the notion of “*cuentapropismo*”. See Gago, 2018.

and not paying another, and inverting this order on the following month, so as to avoid having basic services (like water, electricity or telephone) cut off; resorting to family and friends in order to obtain personal loans; shopping in street vendors who parcel the total sum spent in monthly installments, instead of big stores; last but not least, appealing to local loan sharks. These strategies show how, in the Global South, the neoliberal expansion of credit and consumption goes hand in hand with the reproduction of local forms of domination, such as the infamous mechanism of "favor". Modern banking techniques are inextricably intertwined with "old" and re-signified dispositives of power, once again showing how progress and barbarism are associated in the peripheries of capitalism.

The idea of accumulating assets as the formation of human capital is also a typical neoliberal phenomenon which gained importance in the Workers' Party administrations. One can perceive this prominently in the expansion of the education system in Brazil in the last 14 years, especially in the form of privatized higher education. An exam of some of the policies implemented by the Workers' Party administrations can shed light on this issue. Moreover, it helps to understand how those set of public policies contributed to the conformism of working-class subjectivity to neoliberal ideology.

Private education and entrepreneurship

A specific public policy illustrates the analysis of the social processes related to the new entrepreneurial facet of São Paulo's periphery: the fund for Programa de Financiamento Estudantil (Financing Students in Higher Education, FIES) – a type of student loan program. We chose to write about FIES because, like Bolsa Família, it was also regarded by the PT as an anti-neoliberal policy aimed at upward social mobility from lower class students and as a way to include historically excluded classes in higher education. However, upon a closer inspection, the FIES is a privileged laboratory to analyze the rise of the “entrepreneur of himself”, as well as the PROUNI²⁶. The choice was also guided by the personal experience of teaching in private universities where almost every single student holds this kind of funding.

²⁶ However, we could also address other programs such as PRONATEC (National Program for Access to Technical Education and Employment), which aimed at the technical education of lower classes and their immediate insertion in the job market. PRONATEC promoted the professionalization of hairdressers; professional chefs; mechanics; operatives; accountants and so on. Therefore, the program is also a model of the promotion of entrepreneurial selves.

The best-ranked colleges in Brazil are public, and their admission process is not simple. Consequently, they tend to accommodate individuals belonging to higher classes, while, after Lulism, lower classes attend private universities. In 2016, Brazil had 2.407 higher education institutions, of which 87,7% were private. On the same year, the public university system offered 750.850 available posts for students, whereas the private system offered 9.911.651. The most substantial courses in private universities are Business, Education (Pedagogy) and Law (Censo da Educação Superior, 2016)²⁷. These data can illustrate the reach of the private educational system in Brazil and how they are market-oriented.

The FIES was created in 1999, but it was not until Lulism, which also created a Programa Universidade para Todos (PROUNI), that it achieved its current dimensions. PROUNI is a program based on a *quid pro quod* between private universities and the government, namely, scholarships for tax exemption. FIES, on the other hand, is a credit loan program which finances an entire university degree, usually undergraduate studies. It includes a contract signed by the student, the Higher Education Institution (which usually means college, but also universities or technical institutes) and the bank. It works in three distinct phases. In the first, during the period of the degree, college students have to pay the maximum amount of fifty Reais (R\$ 50.00) every three months. This sum concerns the payment of interest rates over the financing²⁸. After the completion of the course, students have an 18-month period during which they have to continue paying the maximum amount of R\$50.00 every three months. Finally, the students' remaining balance has to be paid in a period lasting up to three times the funded period of the average course duration. Together, these programs transformed small private universities in big educational corporations with shares in the stock market²⁹ (Almeida, 2014; Queiroz, 2015). From 2002 to 2015, the government spent around 70 billion Reais with the FIES program (Chaves, Amaral, 2016, p. 62).

²⁷ One of the most important features of these courses is that the students perceive them as a way out of the proletarian condition. The Pedagogy course, for instance, is an excellent example of that. It has a large number of enrolled students, and the majority of them are women who were housemaids and dream of a teaching position. In other courses, such as business, the goal is to get a job in the tertiary sector. Many of the students financed by FIES look for a position closer to middle-class activities. In that sense, a university degree appears as a symbol of social mobility (Costa, 2015).

²⁸ These values refer to the lulist period. See <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=condicoes>>. Access on September 20th, 2017.

²⁹ In 2016, an analyst from an investment company named Kapitalo, wrote a report called “La FIESta” concerning the Kroton Educational Corporation. It showed that the government paid the full tuition fees for Kroton's students that are financed by the FIES program, while students who were not FIES beneficiaries got many discounts in specific “sales”. In sum, the report showed that Kroton raised purposely the tuition fees in order to receive more money from the government, but it encountered many ways to decrease the same fees

Factually, the program benefits private institutions and banks and synthesizes the Workers' Party project of conservative compromise: it includes a part of the precariat in the higher education system but, at the same time, it creates an enormous market for private educational corporations and immense opportunities for the financial market.

It also creates a logic of indebtedness which colonizes the future of these students, whose prospects are to have an income between one and one and a half minimum wages (around 300 US dollars; Pochman, 2012), but contract a debt which might escalate to over 50 thousand Reais. These educational programs comply with PT's class compromise project. On the one hand, they attend to the needs of the bourgeoisie, not only by creating a market that private universities can explore but also by investing in the population's "human capital". On the other hand, they are an answer to an old demand of the precariat, that is, their inclusion in the educational system, something that had not been achieved prior to these programs.

On a subjective level, there are also many consequences. Some of them are subtler than data can show and can only be accessed by empirical and ethnographical studies (see Costa, 2015) and by the lived experience of teaching in one of these private institutions. The first and more obvious is the following: the students' FIES contract is signed with a bank. Thus, it does not appear as a public policy, even if the bank in question is public. From their point of view, students are not receiving a benefit from the government, they are contracting a debt³⁰. The awareness of FIES as a benefit from the government is very cloudy among them – the dislike they manifest towards other PT social programs, such as Bolsa Família, expresses that. The major part does not know the difference between public Universities and private FIES-funded institutions.

Most of the beneficiaries live in peripheral neighborhoods. The choice of which course to take is often related to mobility issues, such as the educational institution vicinity to subways and bus stops (Costa, 2015). Many of these students work during the day and take classes at night, and most of them are head of household. The students also face many financial difficulties related to other costs like transportation, photocopies, books, refreshment in the university, and so on. Therefore, from the perspective of these students, the

when non-financed students had to pay for college. The report also showed that all this was enabled by the government. The analyst who wrote the report, Thiago Ring, was fired shortly thereafter.

³⁰ This debt undermines ten to fifteen years of an individual's work. In that sense, the FIES program and the other programs that involve debt could be understood as a form of social pacification, because it does not colonize only the future work, but these individuals' political energies, all spent in their fight for social reproduction. The concerns related to the debt and the impossibility to assume future projects because of this debt is a factor that favors demobilization.

achievement of a higher educational level is based on personal sacrifice: they do not perceive educational policies as a public act of the government, but rather through the angle of the self-made man or woman. Because many are obligated to abandon their studies halfway, those who do graduate tend to grasp their achievements from the perspective of the one who “made it by him/herself”.

To be eligible for FIES, one has to self-proclaim as an impoverished individual, which also entails many subjective consequences. The vast majority of students find this practice very humiliating. If one connects that feeling of degradation with the promise of social mobility brought by a university degree and advertised by the Workers’ Party – Lula da Silva once stated that the bricklayer’s son would be able to become a medical doctor (Costa, 2015, p. 11) –, the result is a fertile ground for the entrepreneurial discourse and ideology. The individual no longer wishes to be interpellated as “poor”. Because capitalist society has competition as one of its yardsticks for personal success, that is demeaning. It promotes identification with those “above”, with dominant classes. The Perseu Abramo Foundation research shows that most of those interviewed classified themselves as belonging to the middle-class, even if they were indeed poor. The private educational institution is marketed as a mean to overcome poverty. One of the political consequences of that, well mapped by Perseu Abramo’s research, is that students relate to the idea of self-merit.

A particular case from our experience as professors in one of these corporations³¹ powerfully illustrates this idea: in a debate in class about progressive taxes, a male student in his mid-twenties who worked as a motorcycle courier (“*motoboy*”) and lived in Campo Limpo (a consolidated periphery in the South side of São Paulo) declared himself against it. When asked why, he answered: “I am against taxing the rich because, once I become one of them, I do not wish to pay taxes and give money to the government”. This is a popular discourse among the beneficiaries of the educational programs (see Costa, 2015) and was also present in Perseu Abramo’s research. The opposition between working classes and the bourgeoisie is not clear to the interviewed. According to their perspective, workers and bosses are certainly different, but a discourse of exploitation is not present, since one needs the other. For the interviewed, the main conflict does not lie between rich and poor, capital and labor, corporations and workers – the true antagonism is perceived as one between the state and its

³¹ The name of the University and the names of the people quoted in the article will not be mentioned for legal and ethical purposes.

citizens. The student mentioned above felt harmed by the state. Consequently, he imputed social inequality to it.

As André Singer (2012) argued, Lulism promoted a displacement of the social conflict from a class perspective to an income perspective, which also has consequences from a subjective point of view. If the individual is interpellated as a worker, there is still a possibility of raising a collective consciousness, since this condition does not necessarily imply humiliation. From the individual's perspective, to be a worker means to produce society's wealth, to belong to a social category, in sum, it entails an active element: "Worker" might be seen as an economic and a *political* category. To be interpellated as "poor", on the other hand, is problematic, since "poverty" is solely an economic category. The students want to *overcome* this condition – and not *belong* to it.

It explains why entrepreneurial discourses are often uttered by these students, and why the voters in the "consolidated peripheries" chose a businessman over the Workers' Party candidate. Identification is also a process that involves affection and Dória knew how to mobilize not only the affect of fear (the fear of misery), but also an affect related to a projection process: the individual, such as the aforementioned student, sees his or her future in the dominant classes.

Concluding remarks

The entrepreneurial discourse was entangled in Lulism because it was a way of promoting social and economic integration from an individual perspective without confronting financial institutions and corporations. Besides, it involved many social agents such as the financial system and private institutions. It should not have been a surprise to find that the "consolidated periphery" would sustain such values and attitudes. Class compromise had in its core the avoidance of class struggle – even if, paradoxically, it ended up engendering class hatred from the upper classes towards the new lower classes (Boito and Saad-Filho, 2016, p. 196). By interpellating this population as "poor" and not mobilizing them as a working class, the PT left a single way out of poverty: the individual way out of the entrepreneurial self.

The conservative pact led the Workers' Party to employ neoliberal governmental dispositives to promote economic growth and a considerable decrease in social inequality in

Brazil. Thus, we argue that, unlike what the Perseu Abramo Foundation research suggests, the entrepreneurial discourse is not *only* an effect of the income raise or the power of media – though these are undeniably elements to be taken into consideration. It also included an element present *within* the Lulist immanent logic: it was a subjective result of the deployment of neoliberal mechanisms (such as financialization and “bankarization”), of interpellation through individual and income categories (in lieu of class) and, fundamentally, of a class compromise-based project.

References

ABÍLIO, Ludmila Costhek. “A gestão do social e o mercado da cidadania”. In RIZEK, Cibele (org.) *Saídas de emergência. Ganhar/perder a vida na periferia de SP*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, pp. 297-316.

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. *PROUNI e o ensino superior lucrativo em São Paulo*. São Paulo: Musa Editora, 2014.

BADUE, Ana Flavia and RIBEIRO, Florbela. “Economia do aperto: Bolsa Família, dinheiro e dívida no dia-a-dia de mulheres paulistanas”. In MARQUES, Ana Claudia Duarte Rocha and LEAL, Natacha Simei (Eds.) *Alquimias do parentesco*. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2018.

BARONE, Francisco Marcelo and SADER, Emir. “Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas”. *Revista de Administração Pública*, 42(6), pp. 1249-1267, 2008.

BOITO, Armando and SAAD-FILHO, Alfredo. “State, State Institutions, and Political Power in Brazil”. *Latin American Perspectives*, 43(207), pp. 190-206, 2016.

BONIN, Robson. “Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope” (2010). <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html> (accessed September 27, 2017).

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira. Do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

Censo da Educação Superior (2016). INEP. http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf (accessed september 20, 2017)

COSTA, Henrique Bosco da. *Entre o lulismo e o ceticismo: um estudo de caso com prounistas de São Paulo*. Dissertação de Mestrado (Ciência Política). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, 2015.

DARDOT, Pierre and LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE TOMMASI, Livia and VELAZCO, Dafne. "A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária", *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 56, pp. 15-42, 2013.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.

FOUCAULT, Michel. *The birth of biopolitics: lectures at the Collège de France, 1978-79*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo* (2017). <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Pesquisa-Periferia-FPA-040420172.pdf> (accessed March 29, 2017).

GAGO, Verónica. *A razão neoliberal. Economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Elefante, 2018.

GALHARDO, Ricardo and VENCESLAU, Pedro. “Pesquisa revela que morador da periferia vê Estado como inimigo” (2017). <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2017/0...squisa-revela-que-morador-da-periferia-ve-estado-como-inimigo.htm> (accessed April 04, 2017).

INSTITUTO LULA. “Banking inclusion”. <http://www.brasildamudanca.com.br/en/microeconomia/number-credit-card-users-doubles> (accessed September 23, 2017).

KERSTENETZKY, Célia Lessa. *O Estado do bem-estar na era da razão. A reinvenção do social no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LAPYDA, Ilan. *Financeirização no Brasil nos anos Lula (2003-2010)*. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 229p. 2019.

LAVINAS, Lena. *The takeover of social policy by financialization. The Brazilian Paradox*. New York: Palgrave Macmillan, 2017.

LOCATELLI, Celso. “Valores da periferia de SP: quatro opiniões” (2017). <https://jornalistaslivres.org/2017/04/valores-da-periferia-de-sp-quatro-opinioes/> (accessed September 20, 2017).

LOREY, Isabell. *State of insecurity – government of the precarious*. London; New York: Verso, 2015.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro Ferreira and CASTRO, Fábio Ávila de. “O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação

com Pesquisas Domiciliares (2006-2012)”. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, 58, pp. 7-36, 2015.

MORGAN, Marc. “Extreme and Persistent Inequality: New Evidence for Brazil Combining National Accounts, Survey and Fiscal Data, 2001-2015”. *WID.world Working Paper Series*, n. 2017/12, 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. “Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda: globalização e neoliberalismo na América Latina”. *Praga*, n. 4, pp. 31-42, 1997.

_____. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

O’MALLEY, Pat. “Risk and Responsibility” In: BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas (ed.), *Foucault and political reason. Liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. London: UCL Press, 1996, pp. 189- 207.

_____. *Risk, uncertainty and government*. London: Cavendish Press/Glashouse, 2004.

_____. *Governing risks*. Aldershot: Ashgate, 2006.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de encontros e congressos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. “Carta ao povo brasileiro” (2002). <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf> (accessed September 20, 2017).

_____. *Caderno de resoluções. Sexto congresso nacional* (2017). <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2017/07/caderno-de-resolucoes-do-6-congresso-nacional-do-pt.pdf> (accessed September 16, 2017).

PAULANI, Leda Maria. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

QUEIROZ, Viviane de. “Fundo de financiamento estudantil: uma nova versão do Creduc”. *Universidade e Sociedade*, 55, pp. 44-57, 2015.

RIZEK, Cibele. “Fases do lulismo: políticas de cultura e cotidiano na periferia de São Paulo”, in SINGER, André and LOUREIRO, Isabel (ed.), *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2016, pp. 185-218.

ROLNIK, Raquel. “Resultados das eleições em São Paulo: a periferia abandonou o PT?” <https://raquelrolnik.wordpress.com/2016/10/06/resultado-das-eleicoes-em-sao-paulo-a-periferia-abandonou-o-pt/> (accessed september15, 2017).

RUCKERT, Arne and MACDONALD, Laura. *Post-Neoliberalism in the Americas*. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

RUCKERT, Arne; MACDONALD, Laura and PROULX, Kristina R. “Post-neoliberalism in Latin America: a conceptual review”. *Third World Quarterly*, 38 (7), pp. 1583-1602, 2016.

SADER, Emir and GENTILLI, Pablo. "The Necessary, the Possible, and the Impossible. A Post-Presidential Interview with Luiz Inácio Lula da Silva". *Latin American Perspectives*, 43 (207), pp. 220-37, 2016.

SAFATLE, Vladimir and TELES, Edson (org.). *O que resta da ditadura?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

SALGADO, Julia. “A cultura empreendedora nos discursos sobre a juventude”. *Galáxia (São Paulo)*, 13 (25), pp. 193-204, 2013.

SICSÚ, João. “Governos Lula: a era do consumo?”. *Revista de Economia Política*, vol. 39, nº 1, (154), pp. 128-151, 2019.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo. Pacto conservador e reforma gradual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, Paul. *Dominação e desigualdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA, Jessé and NOZAKI, William. “O *Brazil* não conhece o Brasil” (2017). <http://novo.fpabramo.org.br/content/artigo-de-jessé-de-souza-e-william-nozaki-“o-brazil-não-conhece-o-brasil> (accessed April 26, 2017).

WYLDE, Christopher. *Latin America after neoliberalism. Developmental regimes in Post-Crisis States*. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

Neoliberal unfoldings of Lulism: remarks on the strained relationship between class and entrepreneurship

Abstract:

the article analyzes some traits of the relationship between the public policies implemented during the Workers' Party's administrations between 2003 and 2016, and the constitution of a neoliberal subjectivity among sections of Brazilian working classes. Such arrangement promoted the idea that social conflict revolves around the opposition between rich and poor, putting aside the individual's relations with class. Meanwhile, “Lulism” favored the development of individualism and entrepreneurship among Brazilian workers. To do so, we will refer to some researches regarding their situation, especially in the outskirts of large Brazilian cities. Besides, we will resort to some observations made by Michel Foucault, since they are helpful to explore those questions.

Keywords: Lulism; Neoliberalism; Working class; entrepreneurship.

Desdobramentos neoliberal de lulism: observações sobre a relação tensa entre classe e empreendedorismo

Resumo:

este texto pretende discutir alguns aspectos da relação entre as políticas públicas implementadas durante os governos do Partido dos Trabalhadores entre 2003 e 2016 e a conformação de traços da ideologia neoliberal em parcelas dos trabalhadores urbanos no Brasil. Tais políticas favoreceram a ideia de que o conflito social gira em torno da oposição entre ricos e pobres, deslocando para segundo plano a relação dos indivíduos com a classe. Ao mesmo tempo, o lulismo propiciou o crescimento do individualismo e do empreendedorismo entre os trabalhadores brasileiros. Para tanto, faremos usos de algumas pesquisas a respeito da situação dos trabalhadores das periferias das grandes cidades no Brasil. Além disso, serão levadas em conta algumas considerações de Michel Foucault sobre o neoliberalismo que fornecem uma perspectiva pertinente para entender estas questões.

Palavras-chave: lulismo; neoliberalismo; classe trabalhadora; empreendedorismo.

Desarrollos neoliberales del lulismo: comentarios sobre la tensa relación entre clase y emprendimiento

Resumen:

Este texto pretende discutir algunos aspectos de la relación entre las políticas públicas implementadas durante los gobiernos del Partido de los Trabajadores entre 2003 y 2016 y la conformación de rasgos de la ideología neoliberal en parcelas de los trabajadores urbanos en Brasil. Tales políticas favorecieron la idea de que el conflicto social gira en torno a la oposición entre ricos y pobres, desplazando a segundo plano la relación de los individuos con la clase. Al mismo tiempo, el lulismo propició el crecimiento del individualismo y del espíritu empresarial entre los trabajadores brasileños. Para tanto, haremos usos de algunas investigaciones acerca de la situación de los trabajadores de las periferias de las grandes ciudades en Brasil. Además, se tendrán en cuenta algunas consideraciones de Michel Foucault sobre el neoliberalismo que proporcionan una perspectiva pertinente para entender estas cuestiones.

Palabras-clave: lulismo; neoliberalismo; clase trabajadora; espíritu empresarial.

A América Latina e os Limites do Estado desenvolvimentista na Governança Neoliberal Global

Recebido: 31-03-2019

Aprovado: 25-06-2019

Ricardo de Castro Rebello¹

Introdução

Depois de sucessivos anos no poder, a esquerda latino-americana parece ainda atordoada com a escalada populista, referendada pelas urnas, de governos de direita nos principais países da região. Entretanto, este quadro de “retrocesso” das esquerdas ou do giro à direita do espectro político também reflete aspectos sistêmicos, de estruturas político-epistêmicas² e do regime de governança neoliberal presentes na atual fase do “capitalismo regulatório” (BRAITHWAITE, 2005).

Desse modo, nossa principal premissa repousa sobre o entendimento da importância das estruturas político-epistêmico hegemônicas (globais) para a configuração e difusão do regime de governança neoliberal. Isto não significa minimizar o papel ou a relevância dos Estados (tampouco dos mercados internos), mas intenta, sobretudo, ressaltar suas interações com o contexto global. Por isso, vale destacar que o atual quadro de ascensão ao poder de partidos de direita está envolto na dinâmica de lutas político-ideológico hegemônicas implicadas na difusão de suas visões e modelos, que correspondem a seus respectivos interesses e perspectivas. Neste sentido, a análise das forças históricas que ajudaram a realimentar o viés político conservador (e a difusão de ideias, práticas e políticas econômicas

¹ *Doutor em Políticas Públicas (UERJ), orientado pelo então Secretário Executivo da CLACSO, Prof. Dr. Pablo Gentili; Mestre em Relações Internacionais (UnB); Especialista em Relações Internacionais (UnB); economista formado pelas Faculdades Cândido Mendes/RJ. Pesquisador no pós-doutorado do Laboratório de Pesquisa sobre Estado e Desenvolvimento nas Américas (Unb), coordenado pelo Prof. Dr. Moisés Balestro. Há mais de 18 anos atua como professor universitário em diversas instituições privadas de Brasília (IESB, UNICEUB, UNEB, entre outras). Consultor de projetos e programas de cooperação internacional (Banco Mundial, agências das Nações Unidas – PNUD e UNESCO, Secretaria de Assuntos Internacionais - SEAIN/MP, e Secretaria Executiva SE/MDIC). Correio eletrônico: ricardorebello1@hotmail.com

² O termo “estruturas político-epistêmicas”, é utilizado neste artigo para designar as relações entre agentes e estruturas de poder, e os mecanismos de produção e circulação de conhecimento na esfera das políticas/atividades das instituições multilaterais de desenvolvimento, de suas múltiplas imbricações na elaboração e aplicação de conceitos e práticas dos aparatos regulatórios da governança, e de suas implicações para a construção de perspectiva epistêmica positivista, de orientação tecnocrática e descontextualizada das realidades daqueles países a que se destinam.

neoliberais) pode auxiliar na apreensão das estruturas normativo-epistêmicas que o sustentam. Caráter histórico que, segundo Woo-Cumings (1999: x) deve estar presente na análise do ambiente que envolve os diferentes padrões assumidos pela economia política do Estado desenvolvimentista: “Every political economy persists, changes, goes forward or backward, in some deeply complex, intimate, and consequential relationship to its own past”.

Contudo, embora estas estruturas político-epistêmicas convencionalmente tendem a refletir os imperativos hegemônicos, respondendo aos interesses instrumentais e às agendas específicas de um grupo seleto de atores (nacionais e transnacionais), suas estratégias políticas também competem com alternativas visões e perspectivas políticas. Neste sentido, estas estruturas político-epistêmicas estão condicionadas, em maior ou menor medida, aos diferentes contextos políticos, econômicos, sociais e culturais (locais, nacionais e regionais) em que se inserem. É este instável equilíbrio entre legitimidade e efetividade que explica o caráter difuso e ambíguo do regime de governança global; características que, segundo Springer (2015), conferem maior adaptabilidade e durabilidade ao processo de neoliberalização³ nas sociedades contemporâneas.

Tendo em vista as precedentes observações, o recorte analítico proposto – diferentemente do enfoque clássico da análise econômica e da teoria do crescimento econômico (alocação e distribuição de recursos) - procura evidenciar os efeitos condicionantes das ideias e instituições hegemônicas, e do regime de governança global (“*background forces*” – forças subjacentes) na formulação das políticas econômicas da América Latina, especificamente, o contexto epistemológico que subjaz a interação entre a manutenção do status quo político (conservador), das crenças e ideias (progressistas ou não) que moldam a economia política do desenvolvimento. Nesse sentido, nosso objetivo está alinhado com a natureza cognitiva, intersubjetiva e institucional da economia política e, por conseguinte, dos processos de elaboração e difusão de ideias e conceitos.

Seguindo por esta perspectiva construtivista, delimitamos nosso foco sobre aspectos relacionados à globalização neoliberal, aos regimes de regulação transnacionais (governança), e de suas interfaces e possíveis influências para a emergência (ou não) de alternativas político-econômicas, especificamente, o novo desenvolvimentismo latino-americano. Com

³ De acordo com Brenner, Peck & Theodore, o processo de “neoliberalização” enfatiza a natureza processual, relacional e variada de reestruturação regulatória e de constituição dos sujeitos. Brenner, N., Peck, J., and Theodore, N. (2010). *Variegated Neoliberalization: Geographies, Modalities & Pathways*. Global Networks. 10,2.

efeito, as estruturas político-epistêmicas de governança não atuam de forma uniforme nos espaços sociopolíticos (e institucionais) locais, nacionais e regionais, tampouco estão isentas de contestação (onde se abrem portas às forças de emancipação) por parte de diferentes grupos e interesses em suas respectivas esferas de atuação política (formais e informais). Em outras palavras, a governança também configura uma arena política dinâmica, marcada por multifacetadas ideias, valores, visões de mundo, crenças e culturas (ideoscapes/ideopanoramas⁴), onde coabitam atores hegemônicos e contra hegemônicos (APPADURAI, 1990).

É sob esse ponto de vista político-epistêmico que este artigo intenta responder a duas indagações interligadas: Quais são os possíveis impactos do regime de governança neoliberal global sobre a América Latina? A partir de uma perspectiva crítica, aberta às progressivas forças sociais e políticas da América Latina, de que forma articular o posicionamento estratégico da região diante do aparato político-epistêmico da governança neoliberal global? Assim, embora estas indagações suscitem outras abordagens e temáticas para futuras pesquisas, nosso escopo de análise está referenciado e delimitado aos possíveis limites político-epistêmicos representados pelas forças neoliberais e do regime de governança global frente às ideias que conformam as bases teóricas do novo desenvolvimentismo na América Latina.

Iniciamos, portanto, por um breve recorrido que retrocede ao momento de crise/ruptura, que antecede o avanço da “onda neoliberal”. No plano da economia política global, evidencia-se - já no começo da década de 70, com o fim da paridade de US\$35,00 por onça de ouro e a introdução do sistema de câmbio flutuante - o clímax das contradições no regime de acumulação capitalista (fordista); inflação e desemprego em alta nas principais economias mundiais (HALL, 1989). É o início progressivo do desmonte das políticas Keynesianas, dos choques do petróleo (1973 e 1979) e das subsequentes crises da dívida externa (México, Brasil, Argentina), das desregulamentações e dos programas de ajuste estruturais, e do avanço de um conjunto de ideias, prescrições, políticas e práticas governamentais neoliberais (décadas de 80 e 90); difundidas e mimetizadas por todo o globo. No plano ideacional, tais políticas vieram acompanhadas pela ascensão do discurso neoliberal de Reagan e Thatcher (There is no alternative – TINA) e pela messiânica tese do “Fim da

⁴ Segundo Appadurai, ideopanoramas são: "elementos da visão de mundo Iluminista, que consiste em uma concatenação de idéias, termos e imagens, incluindo 'liberdade', 'bem-estar', 'direitos', 'soberania', 'representação' e o termo chave 'democracia'". (1990, p. 9-10).

História”⁵.

Não obstante o alcance e abrangência dessas transformações e de seus desdobramentos teóricos, conceituais e práticos para as ciências sociais, interessa-nos direcionar o foco deste artigo para o campo de estudo da economia política, notadamente, as interfaces da economia política do desenvolvimento com as análises institucionais. Sobretudo, recortar a análise à dimensão epistêmica do regime de governança global e do contexto político referenciado pela guinada à direita dos principais governos da região, e de seus possíveis efeitos para o debate do novo papel do Estado no desenvolvimento nacional: o que se convencionou denominar “social-desenvolvimentismo” ou o “novo desenvolvimentismo” latino-americano.

Então, de modo a ressaltar os aspectos político-normativo-epistemológicos que moldam as estratégias político-econômicas na atual fase de ascensão dos governos de direitas, as opções se fecharam em torno do receituário econômico neoliberal. Tanto o partido republicano dos Estados Unidos, quanto boa parte dos partidos de direita no continente europeu (ressalva-se, nestes dois casos, a polissemia do conceito de direita) irmanam-se no desmonte das ideias, práticas e políticas adotadas pelos partidos de esquerda nos últimos anos. Então, pode-se dizer que o pêndulo político-epistemológico e as agendas econômicas mundiais assumem posição à direita do espectro político. Com isso, ressurgem, com vigor antes inimaginável, versões radicais de nacionalismo político, isolacionismo econômico e xenofobia. Rupturas que, se tomadas em seu conjunto, sinalizam para um novo arranjo institucional e ideológico da ordem internacional (pós-Westphalia) ou, para os mais céticos, o retorno à organização social e política medieval (novo medievalismo)⁶.

Todavia, não seria prudente concentrar a análise apenas em aspectos conjunturais, relacionados às recorrentes idas e vindas das dinâmicas políticas e das estratégias de acumulação de capital em diferentes países ou regiões - dos cenários políticos domésticos (KINGSTONE, 2011) - mesmo que estes atores representem o “clube” de potências econômicas mundiais. Desse modo, nossa análise prioriza o caráter institucional, os processos macro-políticos do sistema de governança (global) neoliberal, e as ideias que os formatam, com suas possíveis implicações para a economia política regional e o desenvolvimento latino-americano. Com efeito, nosso foco ressalta a lógica institucional (estrutural) da base político-

⁵ FUKUYAMA, Francis. O fim da história e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. Seu principal e simplista argumento refere-se à queda do Muro de Berlim (dissolução do mundo bipolar) – 1989 –, como o evento que marca o “fim da história”; a derradeira e inexorável vitória do livre-mercado e da democracia liberal.

⁶ BULL, Hedley 2nd Ed.(1995). The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics. Houndmills, Macmillan.

epistêmico neoliberal, identificada como o palco político do instável balanço de forças centrífugas e centrípetas do regime de governança global, onde distintos atores (estatais e não estatais) e assimétricas capacidades de manobra forjam o futuro cenário do desenvolvimento da América Latina.

Assim, partimos do pressuposto de que a emergência da dimensão transnacional - atores, ideologias, valores e modos de organização sociais atuantes fora de seus respectivos espaços nacionais - engendra o amálgama de crenças, representações e discursos políticos, no qual se expressam movimentos dinâmicos e voláteis de interesses e redes de ideias em constante e mútua constituição. Em outras palavras, destacamos que nem sempre os motores de mudança (institucional e ideológica) das sociedades correspondem ao espaço físico das nacionalidades ou do abstrato conceito de soberania nacional, embora este “campo de batalha” assuma, cada vez mais, as características de um contexto socioeconômico global marcado por desiguais capacidades e forças epistêmicas, no qual prevalece a organização e difusão de ideias, práticas e valores dominantes, consubstanciados pelo conceito de governança (neoliberal) global.

Neste sentido, ao adotar abordagem que celebra a importância de aspectos institucionais e ideacionais - que precedem e forjam os interesses, modelando e guiando as decisões políticas (CAMPBELL, 1998; JOHN, 1998) -, este artigo intenta destacar o caráter normativo-epistêmico do regime de governança e de regulação transnacional para a construção das agendas e políticas domésticas. Tendo em vista estes aspectos sistêmicos, partimos da hipótese de que os caminhos (ou descaminhos) do desenvolvimento na América Latina estão vinculados à apreensão da dinâmica dos processos de institucionalização e normatização de estruturas político-epistêmico, conformadas segundo um conjunto de ideias e princípios, regras e normas, que pautam as políticas, as práticas e as “soluções” globais.

Aspectos sistêmicos, governança neoliberal e o cenário da crise política global

As últimas décadas foram marcadas por recorrentes e sistêmicas crises econômicas mundiais. A crise do peso mexicano, de 1994-95, a crise financeira do Brasil, de 1999, o colapso dos mercados de ações dos EUA, de 2000, a crise das subprimes, de 2007/8, ilustram os efeitos perversos e o potencial destabilizador dessas crises sobre as economias nacionais (em especial, nos países menos desenvolvidos, como os latino-americanos), e que também contribuem para a reconfiguração sistêmica das formas de regulação da acumulação

capitalista global. Contudo, não obstante a avalanche de reações sociais e protestos políticos suscitados por manifestações multitudinárias antiglobalização (Fórum Social Mundial, em 2001; primavera árabe, em 2011; Seattle, em 1999; Praga, 2000, Buenos Aires, 2001, Gênova, 2001, Quebec, em 2003 etc.), as tradicionais formas de representação política, as instituições e as práticas neoliberais parecem adquirir maior ímpeto e resiliência⁷.

Com efeito, a despeito da crescente aversão dos cidadãos e cidadãs aos partidos e à representação democrática, aos programas e ideologias de controle centralizado do Estado carreado por estas manifestações sociais e políticas (Estados Unidos, Canadá, Islândia, Egito, Tunísia, Grécia, França, Itália, Portugal, Brasil, Espanha, Turquia etc.), estudos políticos recentes (DRAKE, 2006) destacam que os discursos e as práticas neoliberais se revitalizaram⁸ no pós-crise 2007/8. Não obstante os inequívocos sinais da insatisfação popular, a lógica econômica neoliberal ou a capacidade de resiliência política do sistema se manteve relativamente estável, mesmo após o turbilhão de falências de grandes seguradoras, fundos de pensão, fundos de investimentos (“hedge funds”) e, sobretudo, os devastadores impactos sobre as principais corporações financeiras estadunidenses e europeias. Sob a recorrente retórica neoliberal – “too big to fail”, a solução ensejada pelos órgãos de controle estatais para a manutenção do sistema: a injeção de massivos aportes de recursos públicos. De modo que as agendas políticas e econômicas ortodoxas (neoliberais) reaparecem, tanto no âmbito das estratégias políticas domésticas, assim como no desenho dos projetos e programas de ajuda ao desenvolvimento: marketização de serviços públicos (educação, saúde, etc.), privatizações, concessão de bens públicos à exploração privada; o que, no jargão econômico, se denomina “*business as usual*”. Estas são estratégias que corroboram a conhecida “receita neoliberal” de utilização de instrumentos de gestão e controle dos gastos sociais, e do retorno das políticas de austeridade, que integram, indistintamente, as agendas político-econômicas de países ricos, pobres e emergentes.

Por outro lado, na América Latina, apesar das expectativas geradas - sobretudo na esfera social, no combate à pobreza e à desigualdade -, a tomada do poder dos partidos de esquerda (Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Venezuela, Bolívia, Equador; apenas para citar

⁷ Nas ciências sociais, especificamente no campo da economia política do desenvolvimento, o termo resiliência vem associado ao “*ethos* do empreendedor”, de responsabilidade (individual e coletiva), de adaptação às mudanças; da volatilidade do entorno sociopolítico e econômico neoliberal.

⁸ As políticas neoliberais das principais economias mundiais – EUA e países da União Europeia - são forçadas ao interlúdio (socorro financeiro e massivas intervenções estatais na economia) durante a fase mais aguda da crise financeira de 2007/8.

alguns países) não lograram de forma efetiva romper as amarras das ideias e prescrições impostas pelo modelo hegemônico neoliberal. De fato, as últimas eleições nos principais países latino-americanos demonstram a frágil base política dos partidos de esquerda frente aos atávicos interesses de elites conservadoras (associadas aos capitais externos – produtivos e financeiros) pela manutenção do *status quo* de importantes setores econômicos - públicos e privados: sob esse ponto de vista, a luta de classes e o materialismo econômico de Marx sobrevivem em pleno século XXI.

Desse modo, já no início da segunda década do novo milênio, a balança política pendeu novamente para a direita; o que significou o reforço às políticas econômicas neoliberais - Argentina (Macri), Brasil (Temer/Bolsonaro) e Chile (Piñera). O efeito dominó do fracasso eleitoral das esquerdas latino-americanas implicou na diminuição do papel central do Estado e de sua função regulatória e compensatória nas esferas sociais e econômicas. Os avanços sociais alcançados pelos regimes de esquerda logo se desfizeram, aprofundando o fosso de desigualdade, precarização social e atraso econômico na região. No palco das políticas externas, o que parecia ser uma nova forma de inserção internacional, autônoma, direcionada para parcerias regionais e de cooperação sul-sul - baseada na ampliação do protagonismo político-estratégico da região (principalmente do Brasil – com o BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), perde densidade frente ao descaso para com o regionalismo latino americano e ao subsequente alinhamento automático dos principais governos de direita da região com os Estados Unidos.

No entanto, durante o período dos governos de esquerda, também surgem na região renovadas iniciativas analíticas centradas na busca por alternativas políticas capazes de romper com a dependência externa: um “consenso” que paulatinamente se articula com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, a democracia, a diversidade cultural e a igualdade de oportunidades. Partindo da experiência de muitos países do leste asiático (Japão, Coreia do Sul, Taiwan, China, Singapura etc.) que lograram reverter o atraso econômico, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento produtivo-tecnológico (JOHNSON, 1987; AMSDEN, 1989; HAGGARD, 2004), os principais governos de esquerda latino-americanos, fortalecidos pelo apoio popular e um cenário econômico externo favorável – boom dos preços das commodities -, começam a vislumbrar alternativas ao “Consenso de Washington” e as prescrições neoliberais nele contido.

De fato, o Estado desenvolvimentista pode ser entendido como um conjunto de ideias

e perspectivas que atribui papel protagonístico ao Estado no planejamento, direção e coordenação do processo político, social e econômico para o desenvolvimento nacional. Com efeito, o Estado desenvolvimentista apresenta-se como reação e busca de alternativas políticas progressistas diante dos baixos índices de crescimento, do aumento da desigualdade e das tensões sociais durante os 20 anos (depois da crise da dívida externa e dos programas de ajuste estruturais, de 1982) de hegemonia das políticas e discursos neoliberais promovidas na região por organismos internacionais (Banco Mundial – BIRD, Fundo Monetário Internacional – FMI e Organização Mundial do Comércio - OMC). Vale também destacar que, assim como ocorreu no leste asiático, o novo desenvolvimentismo latino-americano promoveu o avanço de estratégias coordenadas de integração regional⁹ e de contestação da influência norte-americana na região. Foi neste contexto político de ascensão e aglutinação das esquerdas latino-americanas que se consolidou o denominado novo desenvolvimentismo.

O giro institucional e o novo desenvolvimentismo

Convencionalmente, as ciências sociais (desde a economia neoclássica até as versões mais funcionalistas do marxismo) tratam de aspectos estruturais, - socioeconômicos e políticos-culturais -, a partir da visão funcionalista/liberal, a partir do modelo realista de atores racionais, inseridos em contextos de interdependência funcional (MEYER, 1999). Tradição funcionalista intrinsecamente relacionada à mítica separação analítica entre Estado-sociedade, Estado-economia, às ideologias de progresso, e, mais recentemente, à noção de “governança global”. De maneira que a perspectiva funcional reserva às instituições (e aos sistemas sociais) papel meramente acessório, ou seja, as identificando como epifenômeno, dependente dos interesses e motivações de atores individuais e/ou coletivos racionais que buscam satisfazer seus propósitos¹⁰.

As primeiras versões do institucionalismo econômico¹¹ (NORTH & THOMAS, 1973)

⁹ A Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), a Aliança Bolivariana para os Povos de nossa América (ALBA) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL); esta última, em 2019, substituída pelo Fórum para o Progresso da América do Sul (PROSUL) – destaca-se a sintomática exclusão da Venezuela.

¹⁰ Esta visão também é compartilhada pela versão mais radical da tese da globalização, que destaca a convergência e difusão político-institucional neoliberal e, com isso, a consolidação progressiva da lógica de mercado em todos os domínios econômicos e sociais.

¹¹ Refiro-me às primeiras versões (de meados do século XX) do institucionalismo econômico, da “*Nova Economia Institucional*”, já que em sua fase mais madura, North destacará aspectos formais e informais que estruturam e organizam as interações sociais e econômicas. De todo modo, as instituições (as regras do jogo - “the rules of the game”) serão equacionadas aos possíveis desenhos institucionais mais adequados à redução da incerteza em fazer negócios (informação) e dos custos de transação.

são as que melhor retratam tais tendências funcionalistas. Elaboradas a partir de formulações da economia neoclássica, a chamada “*Nova Economia Institucional*” é baseada em parâmetros de eficiência que atentam para o caráter evolutivo das instituições e da organização dos sistemas sociais, e da predicabilidade das ações individuais e coletivas. Neste sentido, o institucionalismo econômico confere papel destacado aos incentivos econômicos (“*get the prices right*”), à busca pela eficiência dos desenhos institucional, assim condicionando o comportamento individual e coletivo às sinalizações de mercado (*Homo economicus*) e aos efeitos automáticos - “virtuosos” - dos fluxos de capitais para os países menos desenvolvidos (rendimentos decrescentes do capital); instituições que se apoiam em uma simples e determinística lógica econômica, baseada no sistema de preços, na relação custo-benefício, nas leis de concorrência, e nos direitos de propriedade privada; apenas para citar as mais importantes.

Embora os institucionalistas econômicos aportem a importante contribuição do impacto dos custos de transação das firmas (COASE, 1937) para a elaboração e análise de antigos e novos conceitos como externalidades, informações assimétricas e imperfeitas, bens públicos e bens privados (“*free-rider*”) e, de forma geral, dos múltiplos equilíbrios assumidos pelas forças de mercado, pelas instituições, pelas ideias e pelas ideologias que moldam o funcionamento das sociedades e economias - “*get the institutions right*” -, sua lógica central é ainda tributária das origens funcionalistas e instrumentais da economia neoclássica. Desse modo, também vale ressaltar a advertência de Evans (2007) ao “giro institucional” na análise da nova economia institucional de North:

“La versión de North del institucionalismo histórico, como la nueva teoría del crecimiento, sigue siendo convencional en un importante aspecto: el crecimiento del ingreso, estimado mediante índices de mercado, continúa siendo la medida fundamental del desarrollo. A pesar de las generosas declaraciones acerca de la importancia de otros fines sociales y políticos, estos últimos siguen siendo secundarios, e implícitamente se subordinan a la medida fundamental del ingreso. El pleno florecimiento del giro institucional depende de poder escapar de esta visión restrictiva”.¹²

Entretanto, já por volta das décadas de 1960/70, as ciências sociais se confrontam, por várias razões e evidências (BERGER & LUCKMANN, 1967; BLUMER, 1969; GIDDENS, 1971) com as falácias das perspectivas funcionalistas, com os fracassos das políticas de desenvolvimento, com as lacunas do comportamento racional de atores e organizações, com

¹² Evans, Peter (2007). Los retos del “giro institucional”, em *Instituciones y Desarrollo en la Era de la Globalización Neoliberal*. p. 194. Publicaciones ILSA. Bogotá, Colombia.

as incongruências entre o planejamento, as políticas formais e a realidade das práticas e das estruturas informais. Neste novo contexto, a literatura política e acadêmica intensifica o debate acerca das frágeis e instáveis fundações do princípio da racionalidade e das relações causa-efeito, tão caras aos funcionalistas. A partir dessas críticas, são impulsionadas análises institucionais que incorporam importantes variáveis e nuances como: a racionalidade limitada – “bounded rationality” – (SIMON, 1983), a autonomia inserida (EVANS, 1995), a complexa interdependência (KEOHANE, 1977), assim como a análise dos efeitos de modulação institucional sobre o comportamento de diferentes atores (nacionais e supranacionais): os Estados e as burocracias estatais, os empresários, as organizações intergovernamentais e não governamentais, e distintas representações sociais, indivíduos e coletividades. Esta guinada/retorno¹³ às instituições (“*institutional turn*”) atinge vários outros campos das ciências sociais, como: as ciências políticas, a sociologia econômica, os estudos do desenvolvimento, a geografia econômica, a nova economia institucional e a economia política do desenvolvimento¹⁴.

Da mesma forma, em reflexões acerca do giro institucional na economia política comparada, Ebenau, Bruff & May (2015) atribuem ao legado funcionalista à “primeira geração” da abordagem das variedades de capitalismo, destacando a herança da economia neoclássica. Tais tendências funcionalistas, embora ainda presentes no estudo das instituições, paulatinamente perdem força diante de suas próprias insuficiências explicativas e preditivas. Pois, segundo Gill (2015), o estudo de atores e práticas políticas, muitas vezes, tende a exacerbar, implícita ou explicitamente, as articulações institucionais de poder (ou de constelação de poderes) constituintes da manutenção do *status quo* global (instituições globais do poder neoliberal), ou seja, do *locus* hegemônico de articulação de interesses, dos modos de regulação e de difusão dos aparatos institucionais e discursivos que sustentam e conferem, em maior ou menor medida, legitimidade às estratégias políticas, epistêmicas e econômicas.

Por outro lado, o advento da “segunda geração” da economia política comparada (STREECK, 2012) implicará na ampliação e refinamento do escopo de análise (para além dos principais países e variedades de capitalismo). Destacam-se, então, os contextos institucionais e culturais, as práticas inseridas (*practical embeddedness*) e as especificidades dos sistemas

¹³ Retorno, se considerarmos o legado do pensamento institucionalista (Veblen, Commons e Mitchell).

¹⁴ Para uma visão mais atualizada, ver: Chang, Ha-Joon and Peter Evans. “*The Role of Institutions in Economic Change*”, in Gary Dymki and Silvana de Paula (eds), *Reimagining Growth: Institutions, Development, and Society*, pp. 99–140. London and New York: Zed Books. 2005.

capitalistas, assim como as dinâmicas interativas entre instituições e organizações, as múltiplas relações formais e informais entre o Estado e o mercado, entre governados e governantes, entre seguidores e formuladores de regras, assim como, das ideias, instituições, e atores de (re)produção de diversidade dos sistemas capitalistas (ESPING-ANDERSEN, 1990).

De forma que a crença em um Estado autônomo, desvinculado das pressões e influências externas, parece mais um recurso simplificador e mistificador, diante do emaranhado de relações/forças (sociais, políticas, culturais e econômicas) da realidade contemporânea. Com efeito, embora o “nacionalismo metodológico” ainda corresponda à referência principal das análises sociológicas (TAYLOR, 1996) e das principais correntes da economia política comparada e da análise institucional comparativa, segundo Schneider (2013)¹⁵, as formas híbridas assumidas pelo capitalismo latino-americano e de outras regiões (Economias Hierárquicas de Mercado - EHM) – não se restringem aos tipos-ideais ou às categorias “clássicas” utilizadas pela perspectiva das variedades de capitalismo (Economias Liberais de Mercado – ELM, países de tradição anglo-saxão; e Economias Coordenadas de Mercado – ECM, países da Europa continental, Escandinávia, assim como, o Japão). Destaca-se que, nestas formas híbridas de capitalismo, as usuais premissas da economia neoclássica (por exemplo, o modelo mecânico de equilíbrio de mercado, o individualismo metodológico do comportamento racional, e o determinismo da ideia das preferências de atores individuais e coletivos) são refutadas, em favor de um quadro mais complexo baseado em processos dinâmicos de interação e mútua constituição de estruturas institucionais, cognitivas, valores e atores (HODGSON et al. 1994).

Conclusão: O regime de governança global (neoliberal) e os limites do novo desenvolvimentismo

Embora as ideias e políticas de desenvolvimento remontem às primeiras análises mercantilistas, das atividades dos fisiocratas franceses, das elaborações teóricas de Friedrich List, Adam Smith, Karl Marx, Albert Hirschman, Paul Baran, Gunnar Myrdal, Walt Rostow, Alexander Gerschenkron, entre tantos outros estudiosos, é comum se verificar calorosos debates e controvérsias políticas. Dentre essas principais controvérsias, Rist (2008) questiona

¹⁵ Schneider, B.R. (2013) Hierarchical Capitalism in Latin America: Business, Labor, and the Challenges of Equitable Development (Cambridge: Cambridge University Press).

- a partir de análise histórica dos discursos políticos que perfazem as diferentes elaborações teóricas do desenvolvimento - a utilização do referencial teórico e das prescrições políticas hegemônicas como modelo a ser seguido por países atrasados ou menos desenvolvidos. Como um campo de estudo interdisciplinar e eminentemente afeito às paixões políticas, o desenvolvimento, sobretudo a partir do fim da II Guerra Mundial, é pródigo em modismos e humores instáveis. Assim, pode-se atribuir os “altos e baixos” de determinado modelo ou estratégia de desenvolvimento por sua consistência às realidades históricas, econômicas, sociais e culturais, por suas capacidades preditivas, legitimidade política e credibilidade social.

O próprio conceito de desenvolvimento, como impulso inerente à condição humana, base da estrutura epistêmica de formação do *ethos* da modernidade ocidental e das aspirações individuais e coletivas contidas nos ideais do iluminismo, passa por importantes reformulações teóricas no século XX. Não apenas se relativiza seus objetivos imediatos (econômicos, políticos e sociais), adicionando-lhes princípios éticos (direitos humanos e ambientais, questões de gênero, de raça, de religião; apenas para citar alguns), mas, também, se questionam as estruturas institucionais e epistêmico-normativas – eurocêntricas - sob as quais as “regras do jogo” são estabelecidas e solidificadas em desfavor dos que ainda não lograram posições mais favoráveis na “escalada” do desenvolvimento ou, em termos mais estritos, da acumulação de capital (CHANG, 2002).

Como sugere Willis (2005), esta longa trajetória histórica de reflexão teórica e prática acerca das políticas de desenvolvimento, embora imbricada em múltiplos contextos sociopolíticos, econômicos e culturais, esta delimitada às perspectivas epistêmicas, à produção de conhecimento gerado e gestado em centros especializados hegemônicos (“think tanks”, organizações internacionais, universidades, e elites econômicas e políticas mundiais). Portanto, mais do que pressupor os múltiplos e peculiares processos de construção institucional dos distintos modelos (variedades) de capitalismo, ao contrário, advogamos pela necessidade de partir dos impactos da disciplina do regime de governança global (pela disciplina do capital, dominada pelas finanças, pelo individualismo e o risco; da estrutura epistêmica global hegemônica) sobre os diferentes contextos locais, nacionais e regionais (AGLIETTA, 1998). Desse modo, como explicar a resiliência de suas ideias e prescrições frente a seus evidentes fracassos e promessas não cumpridas? Uma das possíveis explicações pode ser atribuída ao caráter insidioso e difuso, pelas quais as estruturas epistêmicas e o

discurso da governança neoliberal global incorporam diferentes (muitas vezes, divergentes) matizes políticos-ideológicos.

Recentemente, o centro das polêmicas sobre as políticas de desenvolvimento associa-se ao debate das capacidades individuais e estatais (SEN, 1999), da organização de estruturas políticas e de desenhos institucionais mais adequados para a promoção do desenvolvimento econômico e social. No entanto, podemos afirmar que há convergências – pelo menos nas linhas gerais dos discursos - entre os dois extremos desse debate. De modo que os principais representantes do *status quo* global (países ricos e organizações internacionais de cooperação ao desenvolvimento) coalescem com a relativização da ortodoxia econômica neoliberal, em prol da maior participação do Estado na economia e de seu papel mitigador das imperfeições de mercado. De maneira análoga, do lado dos países pobres e em desenvolvimento, reaparecem as ideias de um Estado forte e centralizador das decisões estratégicas, de formação de consenso entre burocracia estatal e empresariado na condução do processo de desenvolvimento nacional. Vale aqui ressaltar o argumento de Leftwich:

“Only effective states and preferably developmental ones – whether democratic or not – are capable of elaborating the institutions which will establish poverty reducing growth and associated welfare regimes” (LEFTWICH, 2008:3).¹⁶

O novo desenvolvimentismo se insere dentro desse contexto, apresentando-se como um esforço teórico de superação dos constrangimentos internos e externos que condicionam a capacidade das economias menos desenvolvidas em alçar seus próprios voos rumo à construção de sociedades mais prósperas e justas. Embora urgido dentro de uma perspectiva contestatória de vigência dos partidos de esquerda na América Latina, há que se destacar até que ponto o novo desenvolvimentismo representa uma ruptura epistêmica ou, de outra forma, apenas limita-se a um processo de rearranjo (falacioso) da produção de conhecimento hegemônico, que visa a cooptação ou sedução - dos interesses políticos e motivações das elites econômicas e da nova direita latino-americana - à lógica da acumulação capitalista e aos interesses dos grandes capitais financeiros transnacionais.

Por outro lado, para que o novo desenvolvimento se constitua em efetiva alternativa aos modelos de desenvolvimento testados ou seguidos pelos principais países da região nas últimas décadas, é importante que não perca de vista os condicionantes sistêmicos de

¹⁶ Apenas Estados efetivos e preferencialmente aqueles desenvolvimentistas – se democráticos ou não – são capazes de construir instituições que poderão estabelecer políticas associadas à redução de pobreza e aos regimes de bem-estar. (tradução própria)

regulação (os mecanismos de governança neoliberal global). Refiro-me ao caráter normativo-prescritivo das “soluções” engendradas em organismos internacionais de cooperação internacional e do instrumentalismo econômico de seus modelos de desenvolvimento (Consenso de Washington e sua mais recente repaginação, o Pós-consenso de Washington). Este reduzido espaço de manobra, delimitado pela “camisa de força” da governança global ou das “inevitabilidades” da globalização - limiar entre a participação autônoma e a legitimidade política na esfera de atuação dos Estados na ordem internacional - o que James Petras (2003:2) designa como “novas formas de imperialismo” -, implica na capacidade de incorporar, adaptar e aprender com as experiências passadas (nacional-desenvolvimentismo dos anos 1960 e 1970), e das demais experiências históricas de sucesso do Estado desenvolvimentista (p.ex. Japão, Taiwan, Coreia de Sul, para citar apenas alguns países). Contudo, é importante ressaltar ainda os desafios dos estrangulamentos internos que dificultam a capacidade dos Estados, sobretudo aqueles mais endividados, onde o custo de capital é maior - comparativamente com China, Japão e Coreia do Norte – e incompatível com taxas de investimento (públicas e privadas) necessárias para impulsionar os índices de produtividade e de inovação. Por fim, em um ambiente político polarizado (doméstico e externo), marcado pelas crises econômicas e sociais, a busca por alternativas políticas e modelos de desenvolvimento, está associada ao desafio de construção de consensos sociais estratégicos (burocracias estatais, empresas e sociedade civil), de construção de instituições, capazes de conferir credibilidade e legitimidade às novas formas de produção de conhecimento; estes são os enormes desafios que se apresentam aos governos, à academia, aos empresários, e às sociedades civis latino-americanas.

Referências bibliográficas

AGLIETTA, Michel (1998), “Capitalism at the Turn of the Century: Regulation Theory and the Challenge of Social Change” *New Left Review*, n. 232 - November-December. p. 41 – 90.

AMSDEN, A. (1989), *Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialization*, New York: Oxford University Press.

APPADURAI, Arjun (1990) "Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy." In *Global Culture*. p. 295-310. London. Sage Publications.

----- (1996), *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

ARCHIBUGI, Daniele (ed.) (2003). *Debating Cosmopolitics*. London: Verso.

BERGER, P. and LUCKMANN, T. (1967), *The Social Construction of Reality*. New York: Doubleday.

BLUMER, H. (1969), *Symbolic Interactionism*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

BRAITHWAITE, John (2005), *Regulatory Capitalism: How it Works, Ideas for Making it Work Better*. Edward Elgar. Cheltenham, UK.

BRENNER, N., PECK, J., and THEODORE, N. (2010), "Variegated Neoliberalization: Geographies, Modalities & Pathways". *Global Networks*. v.10, n.2.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2016), "Models of Developmental State". *FGV - São Paulo School of Economics*. WP n. 426, set. 16.

BULL, Hedley (2nd Ed.) (1995), *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics*. Houndmills, Macmillan.

CAMPBELL, J. (1988), "Institutional analysis and the role of ideas in political economy". *Theory and Society*, v. 27, n. 3, p. 377-409.

CHANG, Ha-Joon (2002), *Kicking Away the Ladder*. London: Anthem Press.

CALHOUN, Craig (2007), *Nations Matter: Culture, History and Cosmopolitan Dream*. London: Routledge.

CERNY, P. (2010), *Rethinking World Politics: A Theory of Transnational Neopluralism*. Oxford: Oxford University Press.

COASE, R.H. (1937), "The Nature of the Firm", *Economica* v.4, n.16, p. 386–405.

CROUCH, Colin (2011), *The Strange Non-Death of Neoliberalism*. Cambridge. Polity Press.

DRAKE, Paul (2006), “The Hegemony of US Economic Doctrines in Latin America” in E. Hersberg and F. Rosen (eds.) *Latin America after Neoliberalism Turning the Tide in the 21st Century?* New York: New Press.

EBENAU, Matthias, BRUFF, Ian., & MAY, Christian (eds.) (2015), *New Directions in Comparative Capitalisms Research – Critical & Global Perspectives*. Basingstoke. Palgrave Macmillan.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta (1990), *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton: Princeton University Press.

EVANS, Peter (1995), *Embedded Autonomy: states and industrial transformation*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

----- (2007) “Los retos del “giro institucional””, em *Instituciones y Desarrollo en la Era de la Globalización Neoliberal*. p. 194. Publicaciones ILSA. Bogotá, Colombia.

GARY, Dymski and SILVANA de Paula (eds) (2005), *Reimagining Growth: Institutions, Development, and Society*, London and New York: Zed Books.

GIDDENS, Anthony (1971), *Capitalism and Modern Social Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.

GILL, Stephen (2015), *Critical Perspectives on the Crisis of Global Governance: Reimagining the Future*. Basingstoke. Palgrave Macmillan.

HAGGARD, S. (2004), ‘Institutions and Growth in East Asia’, *Studies in Comparative International Development*. 38(4): 53-81.

HALL, Peter A. (ed.) (1989). *The Political Power of Economic Ideas*. Princeton: Princeton University Press.

HELD, David (1995), *Democracy and the Global Order: From the Modern State to Cosmopolitan Governance*. Cambridge: Polity Press.

HEWSON, M. and SINCLAIR, T. (1999), *Approaches to Global Governance Theory*. Albany, NY: State University of New York Press.

- HIRSCHMAN, Albert (1977), *The Passions and the Interests: Political Arguments for Capitalism Before Its Triumph*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- HODGSON, Geoffrey M., Warren J. SAMUELS and Marc R. TOOL (eds) (1994), *The Elgar Companion to Institutional and Evolutionary Economics*, Aldershot: Edward Elgar.
- JOHN, Peter (1988), *Analysing public policy*. London: Continuum.
- JOHNSON, C. (1987) "Political institutions and Economic Performance: the Government-Business Relationship in Japan, South Korea, and Taiwan", in C.D. Frederic (1987) (ed.) *The Political Economy of New Asian Industrialism*, Ithaca: Cornell University Press.
- KEOHANE, Robert (1977), *Power and Interdependence*. World Politics in Transition. Boston: Little, Brown.
- KINGSTONE, P. (2011), *The Political Economy of Latin America*. New York. Routledge.
- LEFTWICH Adrian (1993), "Governance, Democracy and Development in the Third World". *Third World Quarterly*, v.14, p. 605-24.
- (2008), "Developmental states, effective states and poverty reduction: The primacy of politics". *UNRISD*, Geneva.
- MEYER, John W. (1999), "The Changing Cultural Content of the Nation-State: A World Society Perspective". In G. Steinmetz, Ed., *State/Culture: State Formation after the Cultural Turn*, Cornell University - p. 123-43.
- MOUFFE, Chantal (2000), *The Democratic Paradox*. London, Verso.
- NORTH, Douglass C. and ROBERT PAUL, Thomas (1973), *The Rise of the Western World*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PETRAS, James (2003), *The New Development Politics: The Age of Empire Building and New Social Movements*. London. Ashgate.
- PIERRE, J. & PETERS, G. P. (2000), *Governance, Politics and the State*. Basingstoke: Macmillan.

- POLANYI, Karl [1944] 2001. *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston, MA: Beacon Press.
- RHODES, R. A. (1997), *Understanding Governance: Policy Networks, Governance, Reflexivity and Accountability*. Philadelphia, PA: Open University Press.
- RIST, Gilbert (third edition) (2008), translated by Patrick Camiller. *The History of Development: From Western Origins to Global Faith*. London. Zed Books.
- SASSEN, Saskia (2002), “The Repositioning of Citizenship: Emergent Subjects and Space for Politics”. *Berkeley Journal of Sociology: A Critical Review* v.46: p. 4–26.
- SCHNEIDER, B. R. (2013), *Hierarchical Capitalism in Latin America: Business, Labor, and the Challenges of Equitable Development*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SEN, Amartya (1999), *Development as Freedom*. Oxford. Oxford University Press.
- SIMON, Herbert (1983), *Reason in Human Affairs*. Oxford: Blackwell.
- SOEDERBERG, S., G. MENZ and P. CERNY (eds.) (2005), *Internalizing Globalization: The Rise of Neoliberalism and the Decline of National Varieties of Capitalism*. Basingstoke. Palgrave Macmillan.
- SPRINGER, S. (2015), “Postneoliberalism?” *Review of Radical Political Economy*, v. 47, p. 5-17.
- STREECK, W. (2012), “How to Study Contemporary Capitalism?” *European Journal of Sociology*, v. 53:1, p. 1–28.
- TAYLOR, P.J. (1996) “Embedded Statism and the Social Sciences: Opening Up to New Spaces.” *Environment and Planning A* v. 28, p. 1917– 1995.
- WILLIS, Katie (2005), *Theories and Practices of Development*. Routledge Perspectives on Development. London. Routledge.
- WOO-CUMINGS, Meredith (ed.) (1999), *The Developmental State*. Ithaca: Cornell University Press.

A América Latina e os limites do Estado desenvolvimentista na governança neoliberal global

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar os efeitos das ideias hegemônicas e do regime de governança neoliberal global sobre a formulação das políticas de desenvolvimento latino-americanas, destacando o renovado interesse do debate político e acadêmico da região acerca do conceito de Estado desenvolvimentista. Debruça-se sobre debates e controvérsias analíticas acerca das relações entre estrutura e atores, entre as políticas domésticas e internacionais, assim como da (re)produção dos regimes de governança. O artigo destaca o contexto sistêmico (histórico) do processo de globalização neoliberal, dos regimes de regulação transnacionais (governança global), e de suas interfaces e possíveis influências para a emergência (ou não) de alternativas políticas de desenvolvimento (Estado desenvolvimentista).

Palavras-chave: Estado desenvolvimentista, governança neoliberal, estrutura político-epistêmica, giro político à direita.

América Latina y los límites del Estado desarrollista en la gobernanza neoliberal global

Resumen

El artículo pretende analizar los efectos de las ideas hegemónicas y neoliberales de gobernanza global en la formulación de políticas de desarrollo en América Latina, destacando el renovado interés en el debate político y académico en la región acerca del concepto del Estado desarrollista. Se centra en el análisis de debates y controversias sobre las relaciones entre la estructura y los actores, entre las políticas nacionales e internacionales, así como la (re)producción de regímenes de gobernanza. El artículo resalta el contexto sistémico (histórico) del proceso de globalización neoliberal, transnacional de los regímenes reglamentarios (gobernanza global), y sus interfaces y sus posibles influencias de la aparición (o no) de las políticas de desarrollo alternativo (Estado desarrollista).

Palabras clave: Estado desarrollista, gobernanza neoliberal, estructura político-epistémica, giro político hacia la derecha

Latin America and the limits of developmental state in the global neoliberal governance

Abstract

The article aims to analyse the effects of hegemonic ideas and the neoliberal global governance on the formulation of development policies in Latin America, foregrounding the renewed interest in the promotion of the concept of developmental state into the political and academic debate in the region. Focusing on analytical debates and controversies about the relationships between structure and actors, between domestic and international policies, as well as the (re)production of governance regimes. The article highlights the systemic context (history) of the neoliberal globalization process, transnational regulatory regimes (global governance), and their interfaces and possible influences for the emergence (or not) of alternative development policies (developmental state).

Keywords: Developmental state, neoliberal governance, political-epistemic structure, political turn to the right

A Oposição entre “Estado Instrumental” e “Estado Plurinacional” em Sociedades “*abigarradas*”: notas sobre o processo político na Bolívia contemporânea

Recebido: 05-03-2019

Aprovado: 03-05-2019

Pedro Henrique de Moraes Cicero¹
Ana Victória Klovrra Diogo²

Introdução

Há séculos, tendo a “Paz de Westphalia” como marco histórico de sua consolidação, o Estado é a forma de organização política preponderantemente adotada pelas sociedades. Tal método administrativo é calcado em princípios muito particulares, sendo o principal o monopólio “legítimo” da força. É lógico, também, que tal modelo de organização político-social nem sempre existiu, sendo a “forma” Estado-nação datada e territorialmente definida. Villoro (1998) observa que tal modelo representa a materialização de um projeto político essencialmente ocidental, tendo sido construído a partir das necessidades imediatas e práticas da Europa mercantilista.

O Estado-nação consolida-se, paulatinamente, após as revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX, quando se sedimenta a ideia de “nação” enquanto organização política, sobre a qual o aparelho administrativo do Estado governará. Estabelece-se, pois, enquanto instituição soberana e absoluta, a partir da delegação da representação coercitiva por parte de seus cidadãos que assim o legitimam por meio do “pacto social”. A partir daí, emerge o sistema internacional como forma de sociabilidade entre povos vivendo sob a égide dos

¹ Brasileiro, bacharel em Relações Internacionais (Unesp-Franca) e em Direito (Puccamp), mestre e doutor em Ciência Política (ambos pelo IFCH/Unicamp). Professor no “Instituto de Economia e Relações Internacionais” da Universidade Federal de Uberlândia. Docente permanente do “Programa de Pós-Graduação (Mestrado Acadêmico) em Relações Internacionais”. Docente colaborador no “Programa de Pós-Graduação (Mestrado Acadêmico e Doutorado) em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas” (PPG/ECsA/UnB). E-mail para contato: pedrohenrique@ufu.br.

² Brasileira, é bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail para contato anavicklovrra@gmail.com.

diferentes Estados-nação. Como corolário, a existência destes enquanto sujeitos do direito internacional passa a ser válida, somente, mediante o reconhecimento de seus pares.

Sabe-se, também, que este sistema político firmou-se a partir de um processo ainda mais amplo, circunscrito nas alterações e consequências impostas pela organização da produção aos moldes capitalistas. O “Estadocentrismo”, gestado com base na construção teórica contratualista, se mostrou, de fato, compatível e central para a consolidação do capitalismo europeu enquanto modo de produção universal e hegemônico.

No mesmo sentido, no contexto Latino-Americano, tende-se a analisar o estabelecimento dos Estados nacionais enquanto um movimento natural e positivo de evolução societária, num cenário em que foi premente estabelecer o Estado “civilizado” em contraposição às “sociedades contra o Estado”, tidas como “primitivas” (Clastres, 1978).

No contexto da expansão e consolidação do modo de produção capitalista, o papel da América Latina é fundamental. É, exatamente, a colonização da região que universaliza a divisão internacional do trabalho, tendo sido imprescindível para a afirmação das bases produtivas capitalistas. A dinâmica comercial exploratória e extrativista, pautada majoritariamente na exportação de bens primários, impressa às estruturas societárias aqui estabelecidas perdurou por longos três séculos de “Pacto Colonial”, até a sua dissolução parcial, já no primeiro quarto do Século XIX³. Por sua vez, as lutas independentistas na América Latina, em importante medida, decorreram da conjuntura internacional (período das Guerras Napoleônicas) e legaram como *elites* dominantes grupos oligarcas (genericamente apontados enquanto *terratenientes*, na América Espanhola, e *coronéis* no Brasil⁴), expressões do atraso estrutural agroexportador.

No campo da política, o sistema implantado pelos recém-independentes Estados-nação na América Latina tentou emular o *modus operandi* europeu. Ocorreu, pois, a expansão

³ Importantíssimo salientar o fato de que nem todos os países latino-americanos conquistaram a sua independência política no primeiro quarto do século XIX. Países caribenhos, como a Jamaica, por exemplo, só se tornaram formalmente independentes na segunda metade do XX. Há, ainda, outras territorialidades na região ainda atreladas às antigas potências coloniais europeias, como é o caso da Guiana Francesa e os protetorados holandeses de Aruba e Curaçao.

⁴ Aqui, logo no início deste texto, é fundamental esclarecer que, a pesar de compartilharem aspectos em comum, as historicidades vividas em cada um dos países latino-americanos apresentam particularidades que as tornam únicas. As diferenças são ainda mais pronunciadas quando se constata o “tipo” de sociabilidade originada, por um lado, na “América Espanhola” e, por outro, no Brasil. Em linhas gerais, pode-se apontar como uma das principais, a própria constituição social da exploração do trabalho: escravocrata-africano, na América portuguesa, enquanto que a América espanhola contou, em linhas gerais, com relações análogas à servidão por parte da população nativa (Zavaleta 1989).

do modelo institucional-burocrático, pensado e implementado para integrar e compatibilizá-los aos moldes e às práticas estabelecidos no contexto da economia capitalista mundial, agora em meio ao liberalismo econômico vigente do Século XIX. Nesse contexto, sendo que tal forma de organização política mimetizou as bases, padrões e experiências eurocentradas, não surpreende a constatação de que sua consolidação no contexto socioeconômico e político latino-americano, sem as devidas adaptações, seria, no mínimo, problemática, uma vez que as sociedades sob sua jurisdição eram – e, ainda são – deveras diversas para que se adaptassem automaticamente aos padrões de funcionamento vigentes nos Estados nacionais europeus.

Nesse contexto, este arrazoado se propõe a, preponderantemente, analisar a consolidação do Estado-nação tal como se configurou na América Latina, suas características particulares e situação de “independência inconclusa⁵”. A partir desses referenciais, busca-se compreender a trajetória histórica e as inovações propostas no âmbito do processo político em curso na Bolívia. O caso boliviano é metodologicamente relevante para o debate, pois, a nosso ver, ilustra com propriedade a história de Estado instrumental *abigarrado* latino-americano, bem como representa, hoje, uma tentativa de resistência ao modelo de organização social estatal eurocentrado, constituindo-se, a partir de 2009, enquanto um “Estado Plurinacional”, sendo esta expressão, por si só, uma contradição *in terminis* com o próprio conceito de Estado-nação tradicional, o qual pressupõe, apenas, uma nação para cada Estado.

Para isso, além desta introdução, o artigo conta com outras duas seções, segmentadas em subseções. No próximo, serão abordadas algumas das questões conceituais e históricas relacionadas à construção do “Estado Instrumental” na América Latina, enfatizando-se sua relação tanto com a condição de *abigarramiento* da região quanto com os processos de “independências inconclusas” consolidados no subcontinente. Num segundo momento, expor-se-á o panorama histórico do Estado *abigarrado* boliviano e a resposta institucional que, contemporaneamente, o processo político liderado por Evo Morales tenta construir, qual seja, o modelo de Estado Plurinacional. Por fim, serão elaboradas considerações finais acerca das informações reunidas ao longo do artigo.

O “Estado Instrumental”, a condição de *abigarramiento* das sociedades latino-americanas e o processo de “Independência Inconclusa”

⁵ Conforme será detalhado na próxima seção, entende-se por “independência inconclusa” o processo que se estendeu ao longo do Século XIX, no qual as nações se tornaram – política e formalmente – independentes, mas ainda permaneceram “colonizadas” em sua estrutura econômico-produtiva.

O Estado-nação tem algumas características fundamentais. Segundo Tapia (2010), a teoria política eurocêntrica, representada, entre outros, pelo pensamento de Max Weber (1864-1920), estabelece o monopólio legítimo da força, da política, da autoridade e da normatividade como bases constitutivas do chamado “Estado Moderno”. De acordo com essa definição, o Estado não poderia ter nenhum contraponto em termos de poder político ou militar internamente às suas fronteiras, sendo o detentor da coerção em última instância.

Em contrapartida, Pierre Clastres (1934-1977), seguindo a tradição dos estudos críticos, enfatiza que o estabelecimento do Estado-nação guarda estreita relação – sendo deste condição *sine qua non* - com a consolidação e hegemonia do modo de produção capitalista. No contexto latino-americano, complementa o antropólogo francês, a incorporação do Estado enquanto forma de organização política hegemônica foi, no mínimo, complicada, uma vez que nas sociedades ameríndias, antes do surgimento da administração burocrática que lhes foi imposta, o Estado não vigia. A ausência de Estados em amplos rincões da região que seria chamada “América” explica-se, justamente, pois neles se rejeitava um dos pilares do sistema capitalista: a utilização de excedentes produzidos com objetivo de obter lucro (Clastres, 1978, p. 08). Entretanto, escamoteando a relação visceral entre Estado-nação e as bases capitalistas, o que, cotidianamente, se enfatiza na Teoria do Estado (re)produzida na América Latina é a visão da política estadocentrada enquanto a sublimação da racionalidade humana e de sua civilidade. Nesse sentido, aponta o pensador francês (1978, p.12):

Existem, por um lado, as sociedades primitivas ou sociedades sem Estado; e, por outro lado, as sociedades com Estado. É a presença ou a ausência da formação estatal (suscetível de assumir múltiplas formas) que fornece a toda sociedade o seu elo lógico, que traça uma linha de irreversível descontinuidade entre as sociedades. O aparecimento do Estado realizou a grande divisão tipológica entre selvagens e civilizados, e traçou uma indelével linha de separação além da qual tudo mudou, pois o Tempo se torna História.

Ademais, tento em vista o binômio conformativo da expressão, percebe-se que o conceito de “Estado-nação” traz consigo outra característica essencial, qual seja, a associação entre um elemento político e administrativo – o aparato estatal – e um elemento subjetivo, a *nação*, sendo esta uma comunidade que, necessariamente, caracteriza-se por possuir pertencimento em relação aos seus (e de diferença, em relação aos “*outros*”) a partir do sentimento de “auto-identificação coletiva”, proporcionado pelo compartilhamento de valores, história, costumes, idioma, territorialidades. Importante salientar que, no contexto europeu, as “nações” - enquanto povos com as identidades comuns e compartilhadas – estabeleceram-se

em um momento histórico anterior à consolidação do Estado moderno enquanto forma de organização política hegemônica, pois não era incomum que diversas “nações” dividissem o espaço compreendido por um mesmo reino medieval (Florenzano, 2007).

Por sua vez, à época da Paz de Westphalia, a América Latina ainda vivia no período Colonial. Ou seja, no caso latino-americano, não vigiam as condições necessárias para o afloramento dos sentimentos de pertencimento e comunhão cultural, cruciais para a consolidação do nacionalismo e, por conseguinte, do componente “nacional” dos Estados-nação. Tal situação perdurou, inclusive, no período pós-independência, fato que gerou, em nossa região, um processo histórico em que o “Estado” acaba por nascer antes da “Nação”. Sobre o tema, esclarece Aggio (2008, p. 595):

Antes de formar uma nação era necessário criar um Estado com poder e recursos suficientes para promover o desenvolvimento econômico e o bem estar social, com o ideal de incorporar o campesinato a uma sociedade moderna e letrada. Ainda que na Europa as doutrinas nacionalistas, geralmente aconteceram frente a um fascismo declarado, na América Latina estas doutrinas conduziram em parte a burocracia política, a criar estados poderosos que buscaram incorporar as massas em sua estrutura assegurando como consequência a ascensão de partidos socialistas ou fascistas.

A condição de “abigarramiento” das sociedades na América Latina

Em estudos que acrescentam interessantes dimensões às análises construídas no sentido de enfatizar as características *sui generis* da formação do Estado-nação na América Latina, Tapia (2010), a partir de Zavaleta Mercado (1986), aponta para o fato das sociedades latino-americanas serem, na realidade, “**sociedades abigarradas**”, ou seja, terem sido constituídas enquanto o resultado da “coexistência e até mesmo sobreposição mal articulada de vários tempos históricos, modos de produção, idiomas e culturas, visões de mundo e de diferentes estruturas de autoridade” (Tapia, 2010, p. 100). Trata-se, portanto, da superposição simultânea de diversos tipos de sociedades, as quais vivem em diferentes tempos históricos e se constituem a partir de *visões de mundo* que coexistem de maneira hierarquizada e desarticulada, estabelecendo-se, assim, relações de dominação e de distorção uma sobre as outras.

Tapia (2010) argumenta, ainda, que a condição de *abigarramiento* não se exauriu com a conquista das independências no subcontinente. Tal característica persistiu, entre outras situações, pois o sistema político aqui implantado baseou-se no modelo eurocentrado de

Estado-nação. Este, por sua vez, foi forjado de maneira a reforçar a subalternização da América Latina no contexto da divisão internacional do trabalho e, conseqüentemente, das relações econômicas internacionais.

A partir dessas referências, e analisando o processo de consolidação do Estado-nação na América Latina, observa-se que se tentou impor um simulacro do que estava estabelecido na Europa Ocidental, sem as devidas mediações relativas aos problemas e às características particulares das sociedades e das culturas latino-americanas. Como corolário dessa inadequação estrutural - e retomando o argumento central de Clastres (1978) - parte significativa das forças sócio-políticas que conformavam tais sociedades, conscientemente, se opuseram e mobilizaram-se para resistir, rejeitando, intermitentemente, a “pasteurização” propugnada pelo sistema estadocêntrico.

Contudo, em que pesem os mencionados movimentos de resistência, o Estadocentrismo se tornou hegemônico também nesta parte do mundo. Porém, com flagrantes paradoxos, em comparação com o processo originário europeu. Nesse sentido, outra diferença fundamental entre os dois processos consiste no fato de que as elites latino-americanas não foram constituídas, *per se*, nacionalmente. Tendo em vista o Regime Colonial, e o sistema produtivo dele decorrente, as sociedades latino-americanas foram – e continuam sendo⁶ - orientadas para o exterior, sendo que tal característica causa importantes “efeitos-colaterais”, tal como apontado por Florestan Fernandes (1981, p. 16):

As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através da incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina.

Certamente, naquilo que concerne ao escopo deste texto, a “dominação externa” denunciada por Florestan também reverberou decisivamente no processo constitutivo dos Estados na América Latina. Uma vez que o Estado-nação se impõe, inicialmente na Europa, como a expressão política do capitalismo - dirigido e disputado pelas burguesias nacionais - a consolidação das estruturas e dinâmicas estatais em nossa região, ocorridas no contexto do colonialismo, tentou mimetizar o mesmo modelo, sendo que, no nosso caso, o capitalismo tem

⁶ Conforme argumenta Quijano (2005) e sua agenda de pesquisa relacionada à “Colonialidade do Poder” e ao Eurocentrismo na América Latina.

características muito distintas, em especial pelo seu caráter subalterno, periférico e dependente.

Independência Inconclusa: causas e consequências

Este paradoxo constitutivo é relevante e guarda estreita relação com a ideia de “**independência inconclusa**”, tal como elaborada no documentário homônimo de Luis Vera⁷ (2010). Nele, os vários *latino-americanistas* entrevistados problematizam as consequências de mais uma “herança” colonial: o fato de ter havido independência política formal (os Estados recém-independentes foram assim reconhecidos por seus pares no contexto do Sistema Internacional pós Congresso de Viena) tendo persistido, porém, no âmbito da divisão internacional do trabalho, a “dependência econômica”. Ao longo de todo o século XIX, as relações e estruturas de produção permaneceram, em grande medida, inalteradas. A exportação de produtos primários, produzidos em latifúndios a partir do trabalho forçado, continuou sendo a *lógica* estabelecida. A tentativa de ruptura com tal inércia, como se sabe, só é levada a cabo com as construções *cepalinas* e o decorrente período de nacional-desenvolvimentismo, com maior ênfase a partir do término da Segunda Guerra Mundial.

Acrescenta-se, também, o fato de que nem mesmo as independências latino-americanas ocorreram de maneira genuinamente autônoma e/ou endógena, uma vez que foram, em grande medida, decorrentes de acontecimentos externos, no caso, a instabilidade europeia e o vazio de poder na Península Ibérica, gerado em decorrência da tentativa napoleônica de unificar a Europa através da guerra. Dessa forma, os *criollos* – descendentes de europeus nascidos nas Américas – viram uma oportunidade de se apossar do poder ausente, não pretendendo, com isso, promover uma transformação societária e social para todos os cidadãos, mas sim remanejar a exploração daquelas terras e pessoas do polo europeu para a elite “nacional”, cuja realização econômica encontrava-se, ainda, no comércio agroexportador destinado à Europa. Sobre o tema, contribui Campos (2017, p. 18-19):

La lógica social novohispana, en constante evolución, adoptó el discurso de castas como un instrumento de legitimación que promovía los intereses de la elite acaudalada y poderosa, los europeos y sus descendientes [...] Con el paso de las generaciones y el discurso del tiempo, los hijos de españoles nacidos en América comenzaron a generar una identidad colectiva propia, separada de la de sus ancestros [...] Dicho lo anterior es conveniente apreciar que la clase criolla fue probablemente la más recelosa del discurso de castas, empleando su origen español

⁷ O documentário encontra-se disponível, na íntegra, em <https://www.youtube.com/watch?v=t7SmQsb3LMI>.

como una carta de legitimidad, que les justificaba su posición y prestigio. Así las familias criollas más acaudaladas adoptaron un modelo de pureza de sangre, defendiendo el orgullo de su nombre y mostrando su conexión con el Viejo Mundo a través del esplendor, el lujo y la vanidad, una suerte de heráldica fundamentada en la pigmentocracia.

No mesmo diapasão, segundo Fernandes (1981), as elites latino-americanas não lograram realizar revolução burguesa, como ocorrera em parte significativa da Europa ocidental, ao longo do século XIX. Em nossa região, a nova classe dominante tomou o poder preservando a orientação da economia para os mercados externos, de forma que, ao contrário do protecionismo praticado pelos países do centro nas fases iniciais de seus respectivos processos de industrialização, aqui, o liberalismo comercial e o superdimensionamento dos setores agroexportadores continuaram a imperar.

Nesse contexto, a independência política formal foi alcançada, contudo não nos moldes auspiciados pelos “Libertadores da América”, tais como Simón Bolívar e José de San Martín, os quais, influenciados pelos princípios emanados da *Logia Lautarina*⁸, almejaram a criação de uma grande, forte e unificada República latino-americana. Entretanto, a elite política instalada nos *cabildos* — os centros administrativos municipais vigentes ao longo do período colonial — lutou pela consolidação de nações desagregadas, em oposição ao projeto integracionista propugnado pelos próceres. Assim, a fragmentação do que era a América Espanhola em diversas Repúblicas - nos moldes do que fora experimentado na Europa séculos antes - ilustrou, mais uma vez, a influência eurocêntrica ante as elites político-econômicas firmadas na América Latina recém-independente, cujos objetivos e métodos de controle e dominação se mostraram análogos aos que, por séculos, empregaram os antigos colonizadores⁹.

Surgiam, assim, as paradoxais “Repúblicas Oligárquicas¹⁰”, as quais - e aqui emprestando a expressão consagrada por Benedict Anderson (2008, p.32) - materializam-se

⁸ A *Logia Lautarina* constituiu-se enquanto uma organização de ação e pensamento político fundada em 1812 por algumas das mais destacadas lideranças *criollas* engajadas nos processos de independência das colônias da América Espanhola, em especial na Argentina e no Chile. Os objetivos dos que dela participavam eram, essencialmente, o de coordenar ações para o sucesso dos processos independentistas e, calcados nas bases do liberalismo e dos princípios maçônicos, estabelecer na região um sistema de governo unitário e republicano (Ferrer Benimeli, 2018).

⁹ Para além das especificidades latino-americanistas cumpre, aqui, enfatizar, também, a importância do contexto neocolonialista e imperialista estabelecidos na região ao longo do século XIX. Não é completa a análise que não leva em [grande] consideração a ação dos EUA e da Inglaterra e, em menor medida, do próprio Brasil, na incompletude dos ideais bolivarianos. Sobre a relevância de Simón Bolívar para o “latino-americaníssimo” consultar entre outros Carrera-Damas (1969).

¹⁰ A expressão “República Oligárquica” é utilizada por Vera (2010) para referir-se ao sistema político consolidado após o processo de independência na América Latina. Trata-se de mais uma das construções

enquanto “comunidades políticas imaginadas”, ou seja, “imaginadas como sendo intrinsecamente limitadas e, ao mesmo tempo, soberanas”.

Interessante notar, também, o fato de que os Estados recém-formados na América Latina se constituíram, majoritariamente, regidos pelo voto censitário, sendo este uma das expressões e provas de que a estrutura fundiária e socioeconômica herdadas do Colonialismo permaneceram praticamente intactas. Agora, ao invés das Coroas, o poder econômico, político e militar concentrava-se nas mãos dos coronéis e dos *terratenientes*¹¹. Como resultado, estabeleceu-se uma *casta* política restrita, plutocrática e pautada no que, aqui, definiu-se enquanto “pigmentocracia”. Nesse sentido, a manutenção da hipertrofia do setor agroexportador, do latifúndio e do trabalho forçado foram, em certa medida, resultados da estrutura política organizada a partir daquilo que Zavaleta Mercado (2009) denominou “Estado Instrumental”.

Patrimonialismo e “Estado Instrumental”

O sociólogo boliviano concebe a categoria “Estado Instrumental” enquanto o território no qual vigora a ordem socioeconômica patrimonialista, ou seja, a situação política em que se instrumentaliza a esfera pública em função de interesses particulares das classes dirigentes. Para o autor, o patrimonialismo é o principal legado da colonização, na medida em que esta situação foi institucionalmente reproduzida na história republicana – e imperial, no caso brasileiro - da América Latina. Neste contexto, se consolidou, em grande medida, a unificação do poder político com o poder emanado das classes dominantes, em detrimento da “autonomia relativa” do Estado. O manejo do poder, das instâncias e das *agências* governamentais de forma direta por parte das classes dominantes, sem mediação, gerou, por

políticas materializadas na América Latina que apresenta elevado grau de paradoxismo, pois a locução é formada por termos contraditórios, na medida em que as Revoluções burguesas estabeleceram os regimes republicanos, justamente, para “democratizar” o poder político até então restrito aos grupos oligarcas vinculados às monarquias. Não obstante o paradoxo, esta foi, em grande medida, a realidade da política estabelecida na região ao longo de todo o século XIX, pois, em que pese terem sido formalmente organizados a partir dos princípios e das instituições típicas das Repúblicas, o poder político, econômico e militar dos recém-independentes Estados estavam concentrados em *castas* societárias, tal como ocorre nos regimes oligárquicos, originando, assim, tal como denominou Zavaleta Mercado (2009), “Estados Instrumentais”. Dessa construção deriva, por exemplo, a estrutura “Coronelista”, no Brasil.

¹¹ A título de exemplo, cita-se o Império brasileiro. A Constituição de 1824 dispunha, em seu artigo 45, inciso III, que para ser senador, o cargo eletivo mais elevado na estrutura do poder imperial, se fazia necessário que o cidadão tivesse renda mínima de 800 mil réis anuais. Também deveria ser “pessoa de saber, capacidade e virtudes, com preferencia os que tiverem feito serviços à Pátria”.

consequente, uma redução da margem do campo político. Esclarece Zavaleta Mercado (1989, p.32):

La inmediata ocupación del Estado por hombres personalmente pertenecientes a una clase dominante no indica una visión o interpretación instrumentalista del Estado, sino una situación instrumental [...] Que empresarios se hicieran cargo de situaciones céntricas del poder, es sin duda una instancia instrumental del Estado, aunque el contexto global de ese Estado no lo sea. Por eso, los términos mismos estructuralista o instrumentalista describen más bien datos factuales que marcos metodológicos para estudiar el Estado.

Tapia (2007), por sua vez, aprofunda a argumentação ao afirmar que a principal característica do sistema patrimonialista firmado no período Pós-Independência foi o fato dos próprios latifundiários (ou seja, os detentores do poder econômico) exercerem diretamente o poder político, o que os conferiu “superpoderes”, na medida em que eram, simultaneamente, detentores dos meios de produção e, também, governantes. A partir dessa realidade, o *coronel* – bem como o *terrateniente*, seu congênere nos países que outrora conformaram a América espanhola - outorgou a si próprio o comando das estruturas do poder político para, através delas, avalizar e catalisar sua posição de mando nas relações de produção, de modo a não separar o interesse público do privado, sendo essa a origem do, ainda tão atual, “coronelismo” estabelecido no contexto político latino-americano.

A argumentação aponta, ainda, para a capacidade de capilaridade do patrimonialismo, na medida em que o “Estado Instrumental” se manifestava, também e principalmente, para além do governo nacional central, estando arraigados na “micropolítica” típica das sociabilidades estabelecidas nos Engenhos e, depois, nas áreas de mineração. Assim, na prática, eram os *terratenientes* quem exerciam o poder de governar, na medida em que figuravam enquanto administradores *de facto* das sociabilidades firmadas em suas [vastas] propriedades. Esses governantes locais possuíam, na grande maioria dos casos, a chancela e a legitimação política do governo central, consolidando, assim, uma rede patrimonialista, a qual, quando necessário, dispunha dos aparelhos repressivos estatais, os quais eram rotineiramente mobilizados para coibir revoltas populares (Tapia, 2007).

Nesse sentido, e tendo em vista tal construção histórica, enfatiza-se o caráter instrumental do Estado na América Latina, pois se problematiza o fato dos detentores do poder econômico (latifundiários) serem, na prática, prepostos dos governos federais em nível local, utilizando de seu protagonismo econômico para “reproduzir as relações de dominação política naquele território” (Tapia, 2007, p. 110). O sistema patrimonialista pautado no

“Estado Instrumental” redundou em desigualdade econômica e jurídica, com plena hegemonia dos *terratenientes* nesse contexto.

Tal traço é comum aos Estados latino-americanos: os grandes proprietários de terra enquanto “forças superiores” na hierarquização e no exercício do poder econômico e institucional¹². Em sendo o Estado eminentemente patrimonialista, a sociedade civil pouco teve espaço para se desenvolver ou se organizar politicamente, uma vez que os governantes eram, recorrentemente, os patrões¹³.

Complementarmente, ao “Estado Instrumental” agrega-se outra característica central para a materialização do *abigarramiento* do Estado latino-americano, a qual excepciona os pilares da teoria weberiana do Estado: a fragmentação do poder. Para Zavaleta Mercado (1986), o Estado *abigarrado* tem o monopólio estatal amplamente fragmentado, uma vez que estruturas regionais de autoridade dentro dos territórios jurisdicionados são as que gozam da real *legitimidade* ante os cidadãos.

Lutas Autonomistas, Pluralismo e “Estado Aparente”

Tapia corrobora a argumentação acima sintetizada, ao afirmar que há evidências claras da situação de *abigarramiento* nas sociedades latino-americanas ao apontar, entre outras situações, para as contínuas manifestações e lutas sociais por autogoverno aqui travadas. Ou seja, em nossa região, é perene a oposição ante a homogeneização e centralização do Estado. Tal conjuntura político-jurídica paradoxal é denominada “Estado Aparente”, ou seja, “*un poder político jurídicamente soberano sobre el conjunto de un determinado territorio pero que no tiene relación orgánica con aquellas poblaciones sobre las que pretende gobernar*” (Tapia, 2002, p. 306-307).

Nesse sentido, novamente retomando as contribuições de Zavaleta Mercado, infere-se que o “Estado Aparente” não conta com as condições necessárias para desenvolver de maneira satisfatória os atributos de Estado-nação em todos os territórios abarcados no país.

¹² No caso brasileiro, tal situação persistiu, inclusive durante todo o período da “República Velha”, caracterizada, justamente, por sua arquitetura de poder pautada no pacto de elites que constituiu a chamada “Política do Café com Leite”.

¹³ A problemática da “inanição” da sociedade civil na América Latina é central para os estudos latino-americanistas, porém foge do escopo do presente texto. Para referenciar o debate, consultar, entre outros, Dagnino (2002).

Por conseguinte, a principal resultante da sociedade *abigarrada* é o “Estado Aparente” e “Instrumental”¹⁴. Complementa Tapia (2002, p. 307):

El estado es aparente cuando no se ha producido el proceso de separación de lo político de manera endógena o local, y se tiene un poder político, que ya en sí es una separación de la política, como un proceso dislocado o que se ha dado de una manera dislocada respecto de una buena parte de las comunidades que existen en el territorio sobre el que ese estado pretende dominar. Es decir que existen sistemas locales de autoridad que no son parte de la estructura descendente y descentralizada del gobierno nacional, sino que se trata de un sistema de autoridades localmente articulado y generalmente vivido y transmitido desde hace siglos. Este tipo de sistema local de autoridades persiste más allá, donde no ha ocurrido el proceso de acumulación originaria del capital o la subsunción formal y real, es decir, un cambio del tiempo histórico

A seu turno e complementarmente, passamos, agora, a problematizar outro elemento que atesta a falta de compatibilidade entre, de um lado, os princípios preconizados nos entendimentos de inspiração contratualista mobilizados para o estabelecimento do Estado-Nação europeu e, de outro, a realidade, as necessidades e as tradições das sociabilidades realizadas na América Latina. Tal “incompatibilidade”, especialmente relevante no caso latino-americano, refere-se à questão do pluralismo.

Para abordar o assunto com propriedade, faz-se necessário, preliminarmente, um exercício de contraposição: o Estado nacional moderno europeu - em oposição à estrutura político-jurídica pluralista que caracterizou o sistema feudal – se caracteriza, entre outros fatores, pela exclusividade de cada ordenamento jurídico estatal em seu respectivo território. É a partir dessas circunstâncias que se construiu o conceito clássico de “soberania de Estado” enquanto o poder político supremo exercido em determinado território¹⁵. Nesse contexto, tal construção histórica e teórica resultou na afirmação do monismo como o “método” adotado hegemonicamente pelos ordenamentos jurídicos das nações que, hoje, se autoproclamam democráticas.

¹⁴ Centeno (2014) – numa visão expressamente influenciada pela máxima elaborada por Charles Tilly (1996), segundo a qual “o Estado faz guerras e as guerras fazem o Estado” - aponta a ausência de um poder centralizado que permitisse desenvolver a administração e a logística dos recursos disponíveis para, a partir deles, empreender grandes guerras como uma das razões que explicam as debilidades e limitações presentes nos Estados latino-americanos. Segundo o autor, as (não ocorridas) guerras teriam a capacidade de modificar a *lógica* geopolítica herdada a partir da decadência da colonização ibérica. Entretanto, as guerras havidas na América Latina se resumiram, meramente, a disputas internas e lutas entre regiões que postulavam o domínio do poder político.

¹⁵ Por sua vez, no direito internacional, se tornou hegemônica a visão das relações internacionais enquanto um fenômeno político, no limite, caracterizado pela “anarquia”, na medida em que o Sistema Internacional apresenta ausência de um agente supraestatal que monopolize de forma legítima a violência. Fica excluída, assim, a possibilidade do estabelecimento definitivo de um ordenamento jurídico internacional (universal e auto-executável) que subsista sem a intermediação direta dos Estados nacionais.

Porém, percebe-se que o sistema societário erigido em nossa região ao longo do Colonialismo - e legado aos Estados-nação “independentes” - abre flancos para lutas sociais caracterizadas pela demanda por reconhecimento de práticas típicas de pluralismo político e jurídico. Tal como iremos ilustrar na próxima seção, a partir da apresentação de algumas singularidades presentes no *caso* boliviano, a realidade das lutas sociais latino-americanas - ao menos parte delas - se contrapõe à pretensão exclusivista do Estado. A lógica pluralista pretendida no Estado Plurinacional constata e, até certo ponto, incentiva a concomitância de ordens jurídicas no mesmo tempo e espaço. Em certo sentido, busca-se desmistificar a ânsia pela “pasteurização” típica dos ordenamentos jurídicos e dos discursos políticos monistas contemporâneos¹⁶.

Nesse contexto, a necessidade de homogeneização dos Estados-nação na América Latina estabeleceu-se enquanto um pré-requisito, acima de tudo, para a manutenção das bases colonialistas nessas localidades. Mesmo que tardiamente, no contexto pós-independência, continuava necessária a “padronização capitalista” da sociedade e de suas sociabilidades, sendo preciso, portanto, eliminar outras formas de reprodução da vida material — como as organizações coletivas e comunitárias indígena-camponesas, por exemplo — para que se mantivesse intacta a *lógica* agroexportadora.

O fim das relações de produção pautadas no trabalho forçado, ao longo do Século XIX, legitimou o entendimento segundo o qual todos deveriam ser trabalhadores e, em especial, consumidores. Comandando o processo, encontravam-se, porém, uma classe dirigente não comprometida em realizar “Revoluções Burguesas”, mas, sim, interessada na manutenção das bases produtivas herdadas do Colonialismo. Novamente, temos a interface evidente entre o Estado *abigarrado* e a independência inconclusa, uma vez que a transposição do modelo político monista, “importado” do centro e “instalado” na periferia, foi realizada, essencialmente, em nome da manutenção das estruturas de dominação econômica, agora sob a nova roupagem de independência política formal.

A homogeneização societária imposta pelas bases constitutivas do Estado-nação capilarizou-se pela pressão por unidade cultural, linguística, educacional e jurídica. A diversidade é contraposta pela homogeneidade, não pela via democrática de encontrar estruturas culturais resultantes da diversidade, mas sim pela assimilação/destruição das

¹⁶ O termo “homogeneização”, aqui, refere-se aos mecanismos autoritários e coercitivos à disposição do Estado, que os mobiliza para a manutenção da, assim chamada, “ordem” e “paz social”.

demais — o que Villoro (1998) denomina “rechaço do estranho” — em favor da prevalência da cultura e dos valores estabelecidos pela classe dominante, a fim de, supostamente, viabilizar a governança e a eficiência do aparato estatal.

Corroborando tal tese, Tapia (2010) acrescenta outro corolário crítico ao *enforcement* da prática monista no contexto societário erigido pelo colonialismo praticado na América Latina: o fato da necessidade de monopólio da força, da política e da autoridade por parte do Estado-Nação ter destruído a existência das práticas - tanto de produção quanto de relações e organizações sociais e políticas - estabelecidas antes do Colonialismo. Em especial, foram atacadas as formas de autogoverno e de *subsistência*¹⁷ das populações originárias, justamente porque, conforme explanado nas linhas anteriores, o mercantilismo colonial caracterizou-se por concentrar o poder político e os meios de produção nas mãos de um só estrato social. Buscava-se, com isso e ao máximo, o superdimensionamento do sobre-trabalho, conforme aponta Clastres (1978, p. 8):

O bom senso questiona: por que razão os homens dessas sociedades queriam trabalhar e produzir mais, quando três ou quatro horas diárias de atividade são suficientes para garantir as necessidades do grupo? De que lhes serviria isso? Qual seria a utilidade dos excedentes assim acumulados? Qual seria o destino desses excedentes? É sempre pela força que os homens trabalham além das suas necessidades. E exatamente essa força está ausente do mundo primitivo: a ausência dessa força externa define inclusive a natureza das sociedades primitivas.

Na análise de Villoro (1998), no entanto, infere-se que as bases e estruturas dos Estados erigidos na América Latina estariam em momento de eterna crise. Escrevendo nos anos 1990, o autor aponta o fato da globalização e da mundialização do capital terem modificado significativamente a dinâmica do sistema internacional, de forma a configurar uma situação em que algumas questões passaram a ser tratadas, preponderantemente, de forma supranacional. Essa situação de inadequação do Estado-nação para lidar com questões externas, globalizadas, acaba por abrir fissuras e precedentes para uma nova e complementar crítica ao modelo monista e sua latente incapacidade de fazer frente às pressões internacionais.

Villoro (1998) aponta, ainda, o paradoxo no tratamento da questão quando se compara as normativas internas às internacionais: enquanto a ONU aponta para o direito de autodeterminação dos povos, estas mesmas coletividades têm sido constantemente tratadas, dentro dos Estados, enquanto *minorias*. Experiências como a que ocorre, atualmente, na

¹⁷ “Subsistência”, aqui, entendida como a vontade consciente de não produzir “sobre-trabalho”, tal como expõe Clastres (1978).

Bolívia almejam, por outro lado, o estabelecimento do “Estado Plurinacional” que, na prática, seria:

[...] el ordenamiento político dejaría de ser expresión de una dominación, para convertirse en un pacto libre. [...] Un Estado plural supone tanto el derecho a la igualdad como el derecho a la diferencia. Igualdad no es uniformidad; igualdad es la capacidad de todos los individuos y grupos de elegir y realizar su plan de vida, conforme sus propios valores [...] En lugar de buscar la homogeneidad, respetar por igual las diferencias (VILLORO, 1998, p. 47).

Assim, a partir da auspiciada modificação do modelo político estabelecido, as relações entre o poder estatal e os grupos organizados sob sua jurisdição tenderiam a ser menos opressivas. Ao reconhecer a autonomia de seus diversos “povos”, o “Estado Plurinacional” “*deixaria de se identificar com uma nação*” (Villoro, 1998, p. 47), garantindo, assim, o direito a autodeterminação das comunidades políticas ali organizadas.

A sociedade *abigarrada* na Bolívia e a construção de um modelo alternativo: bases, características e dificuldades no Estado Plurinacional

Tendo em vista as problematizações e contribuições teóricas acima expostas, nesta seção analisaremos algumas características presentes na experiência em curso na Bolívia, retomando brevemente sua trajetória histórica enquanto sociedade *abigarrada* e chegando até ao momento atual, em que se consolidam as bases para a materialização do Estado Plurinacional. Ao lançar mão das ferramentas analíticas tais como a condição de “*abigarramiento*” e de “Estado Aparente” será possível consolidar um olhar menos episódico sobre as estruturas alternativas de autoridade e de autogoverno que atualmente coexistem com o aparato institucional “tradicional” naquele país.

Colonialismo Interno e a era da “República Oligárquica”

Ao longo do processo de colonização, muitos dos povos originários e indígenas que habitam o território boliviano¹⁸ continuaram se organizando segundo suas milenares tradições

¹⁸ Há, oficialmente, 34 nações e povos originários e indígenas que habitam o que, hoje, é o território boliviano, segundo o rol contido na Lei do Regime Eleitoral nº26. Destes grupos, 30 estão concentrados na região amazônica do país, muito embora as etnias de maior população (os Quéchuas e os Aymaras) habitam nos Andes. Entretanto, no censo de 2012, registrou-se a declaração de autopertencimento de outras 65 nações não contempladas na referida lei. Importante salientar, ainda, que, de acordo com o mesmo senso, 2,8 milhões de pessoas maiores de 15 anos se auto-identificaram enquanto indígenas, cifra esta que correspondia, à época, a

culturais. Estabeleceram, inclusive, situações de autogoverno pautadas em sociabilidades comunitárias e, em diversos casos, adotando procedimentos para a tomada de decisão políticas e administrativas, bem como de organização da produção e da divisão da propriedade fundiária, a partir de bases e princípios que não guardavam compatibilidade com o regime imposto pelos colonizadores (Zavaleta Mercado, 1977). Essas comunidades, após a conquista da independência política, em vez de serem reconhecidas e respeitadas, continuaram a sofrer dominação análoga à de nível colonial, porém agora pelas mãos do novo Estado nacional boliviano. Essa realidade configura situação de “Colonialismo Interno”, tal como aponta González Casanova (2007, p. 15):

O [Neo]Colonialismo opera em suas formas internacionais clássicas; nas intranacionais que aparecem com o surgimento dos Estados Nação que fizeram objeto de conquista povos vizinhos – como Inglaterra fez com Irlanda, ou como Espanha fez com o País Basco – o que vindo de uma história colonial depois das guerras de independência mantém com as antigas populações nativas as mesmas ou parecidas relações de exploração dos antigos colonizadores. E a elas acrescentam-se as empresas transnacionais e as regiões transnacionais controladas pela nova organização expansiva do complexo militar-empresarial dos Estados Unidos e associados internos e externos. A estreita articulação dessas forças é percebida cada vez mais pelas etnias, nacionalidades ou povos que enfrentam as oligarquias e burguesias locais, nacionais, internacionais e as empresas transnacionais.

Mesmo submetidos às opressões e ao genocídio colonialista e do “Colonialismo Interno”, os povos originários e indígenas que habitam o território do país andino resistiram e, ainda, resistem, não tendo sido totalmente subjugados. O esforço abnegado pela sobrevivência e pela preservação de suas culturas e tradições atestam que, na prática, o Estado boliviano independente e “nacional” é, na verdade, um “Estado Aparente”, expressão de uma sociedade *abigarrada* (Tapia, 2009).

Nesse sentido, ao problematizar a realidade histórica da governança na Bolívia, Tapia (2010) indica que as instituições públicas se fizeram presentes e foram percebidas pelos povos originários e indígenas, na maioria das vezes, enquanto a expressão da opressão pela força e pela autoridade externa, tanto através da exploração do trabalho quanto da capitalização dos recursos naturais existentes em suas comunidades. Nesse contexto, no transcorrer dos séculos XIX e XX - e, aqui, usando os referenciais conceituais apresentados na seção anterior - consolidaram-se as estruturas que nos indicam situações de “Estado Aparente” e “Estado

41% da população do país (conforme os dados oficiais obtidos em <http://ibce.org.bo/publicaciones-descarga.php?id=2119&opcion=5>).

Instrumental”, sendo esta a realidade do cenário político-societário estabelecido na Bolívia. Da independência à Era Neoliberal, prevaleceu a ordem patrimonialista.

Tal característica se apresenta estabelecida, pois, desde o período após os processos de independência. O caso boliviano, como tantos outros vivenciados na região, apresenta-se enquanto expressão da situação de “República Oligárquica”: caracteriza-se pela presença do Estado enquanto a concretização do poder político da *casta* governante, sendo necessário admitir “*que la clase oligárquica no sólo haya deprimido, sino que haya suprimido el Estado, sustituyéndolo en sus fueros al punto de ser ella el Estado mismo*” (Montenegro, apud PNUD, 2007, p. 130).

Especificamente, a Carta Magna boliviana de 1826¹⁹ dispôs, abertamente, uma visão exclusivista, plutocrática e eurocentrada da cidadania, dos direitos e da “coisa pública”. O texto preconiza que são cidadãos, somente, aqueles alfabetizados e com emprego fixo. Impunha, ainda, o catolicismo apostólico romano enquanto “religião oficial”, restringindo, assim, a prática religiosa de todas as demais crenças. No que concernia especificamente ao sufrágio, o texto era ainda mais restritivo, na medida em que estipulava o montante de 400 pesos como condição para se exercer o direito do sufrágio (artigo 10º). Tais dispositivos acabavam por excluir a grande maioria da população.

O precário e, por vezes, sub-humano tratamento conferido aos povos originários e indígenas, por óbvio, causava descontentamentos e catalisava lutas sociais libertárias. Importante mencionar, aqui, um momento histórico disruptivo do contexto político boliviano: a Guerra do Chaco²⁰ (1932-1935). Nesta ocasião, a oligarquia dirigente teve de enfrentar uma situação bastante delicada, na medida em que se viu obrigada a convocar para a guerra grande parte daqueles que, há mais de um século, eram privados de direitos, consequentemente, da cidadania. Aproximadamente 70 mil bolivianos perderam suas vidas no conflito. O país,

¹⁹ O texto pode ser consultado, na íntegra, em <https://www.lexivox.org/norms/BO-CPE-18261119-1.xhtml>.

²⁰ Após perder considerável porção de seu território para o Chile (na Guerra do Pacífico, entre 1879 e 1884) e para o Brasil (o Acre, através da assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903), a Bolívia, novamente, sofre perdas territoriais ao ser alijada do Chaco, região no sopé dos Andes e que se estende até a margem direita do Rio Paraguai. O conflito se deu, em linhas bastante gerais, pelos interesses econômicos relacionados à possível existência de jazidas de petróleo no Chaco. Conforme é amplamente constatado e debatido nas análises sobre o episódio, resta clara o interesse e a participação das potências estrangeiras, através de suas companhias petrolíferas, na medida em que há indícios claros da ingerência das empresas *Royal Dutch Shell* e *Standard Oil*, fazendo lobbies e, até certo ponto, operacionalizando os exércitos do Paraguai e da Bolívia, respectivamente, de acordo com seus interesses e projetos (Zook Jr., 1960).

derrotado, perdeu parte de seu território²¹. Os oligarcas saíram do conflito amplamente desmoralizados. Tal fato acabou por minar parte de sua hegemonia política, o que, em contrapartida, catalisou a contestação e a organização popular.

Revolução Nacionalista (1952) e a oposição ao “Estado Aparente”

No caso boliviano, e de maneira intrigante para a problemática enfrentada neste texto, a pauta do *nacionalismo* foi a principal bandeira a articular a insatisfação popular e, nesse sentido, a contra-hegemonia. Interessante notar, conforme faz Ortega (1969, p. 176), o fato da experiência boliviana, no que concerne à questão do nacionalismo, caracterizar-se por este estar arraigado à supressão territorial decorrente da derrota na Guerra do Pacífico. A perda do acesso ao mar passou a significar uma séria debilidade geopolítica para a Bolívia. Ao ser agregada mais outra dura derrota à elite boliviana, decorrente do conflito no Chaco, abriu-se a oportunidade para o fortalecimento, no cenário político local, das forças sociais contestatórias ao *status quo*, estando estas mais fortalecidas e dispostas a “disputar” a nação e a nacionalidade bolivianas²². Sobre o tema, esclarece Ortega (1969, p. 173):

La orientación nacionalista del socialismo militarista de Toro y Busch²³ en la década de los treinta y los programas nacionalistas del M. N. R.²⁴ en los cuarenta constituyeron los jalones que condujeron a la revolución de 1952, la cual puso fin al estado de semicolonía en que

²¹ A Bolívia iniciou sua vida independente com 3 milhões de quilômetros quadrados. Após a perda do litoral para o Chile, da cessão do Acre ao Brasil e da derrota da guerra do Chaco, hoje conta com 1,1 milhão de quilômetros quadrados.

²² No que concerne à reestruturação do cenário político boliviano decorrente das derrotas nas Guerras do Pacífico e do Chaco, com base em Irurozqui, (1994), esclarece Cunha Filho (2015, p. 167): A catástrofe da Guerra do Pacífico serviu como pretexto para as elites bolivianas buscarem uma reestruturação do sistema político do país que superasse o caudilhismo militar até então imperante. Apontado então por essa elite como a grande causa do atraso nacional e da derrota que ocasionara a perda do litoral ao Chile, o caudilhismo foi substituído por um sistema partidário de participação restrita cujo objetivo era servir como método institucional de rotação das elites sem a convulsão provocada pelas disputas entre caudilhos, que tinha por inconveniente adicional permitir canais de mobilidade social demasiadamente abertos a *outsiders*”.

²³ Davi Toro e Germán Busch foram, respectivamente, o 35º (1936-1937) e 36º (1937-1939) Presidentes da Bolívia, num momento em que se tentou estabelecer o que ficou conhecido como governos de “militarismo social” ou “socialismo militar”. Os regimes foram erigidos a partir de uma aliança tripartite, envolvendo o exército, o movimento sindical e os partidos de esquerda. Pela primeira vez, o país passou a ser governado por forças políticas que contavam com alguma base popular e se propunham a realizar medidas de cunho “nacionalistas” (como, por exemplo, o episódio da nacionalização da *Standard Oil*), e, também “trabalhistas”, através de ações tais como o estabelecimento do Ministério do Trabalho (conforme aponta Sandoval Rodrigues, 1970).

²⁴ O *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (MNR) é um partido político boliviano fundado em 7 de junho de 1942. Governou a Bolívia nas Presidências de Víctor Paz Estenssoro, Hernán Siles Zuazo e Gonzalo Sánchez de Lozada. Trata-se, pois, de uma agremiação partidária que transitou de uma postura calcada no “nacionalismo crítico” à subserviência ao modelo neoliberal ao longo de sua [conturbada] existência.

Bolivia había vivido, y dotó por vez primera al boliviano de una nueva dimensión social y humana.

A Revolução de 1952, liderada pelo *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (MNR) representa, nesse sentido, um divisor de águas na história boliviana. Ela deu início à tentativa de desconstrução do “Estado Instrumental” no país. O período caracterizou-se, pois, pela ênfase na “nacionalização” e pelo aumento do alcance do poder público, agora ocupado por setores e classes sociais até então subjugadas. Tentava-se atacar, assim, o “Estado Aparente”. Assim, ao longo dos 14 anos de regime do MNR (1952-1964), avançou-se nas pautas da reforma agrária, da nacionalização da mineração e do investimento em saúde e educação públicas. Além disso, fizeram-se esforços para incluir, como cidadãos, os membros dos diversos povos originários e indígenas. A esse momento revolucionário da história boliviana, Tapia (2010) imputa a consolidação da “autonomia relativa”, frente ao Estado patrimonialista.

Por sua vez, Álvaro Garcia Linera (2010) analisa este “momento nacionalista” com reservas. Sua percepção é a de que o movimento de espraçamento da cidadania acabou por dar vazão a uma nova forma de “homogeneização societária”, promovendo, ao fim e ao cabo, a “desetnização” dos povos originários e indígenas. Em oposição a isto, a luta indianista passa a ter um papel central. Nesse momento, ao longo dos anos 1970, consolida-se, entre outras organizações de menor impacto, a “corrente político-cultural Katarista”²⁵ representando, preponderantemente, a nação *aymara*. O indianismo se associou ao sindicalismo camponês para amplificar e difundir suas demandas. Esta coligação foi a base da ascensão de Evo Morales à presidência, mais de 40 anos depois (Garcia Linera, 2010).

A curta duração do “momento nacionalista” impediu, porém, a consolidação satisfatória dos resultados pretendidos. Cumpre aqui destacar, tal como faz Pericás (1997, p. 110), uma latente contradição no que concerne o nacionalismo pretendido pelo MNR: em que pese o discurso antiimperialista, presente desde os primórdios do processo revolucionário e enfatizado especialmente durante a presidência de Siles Zuazo (1956-1960), o país recorreu e recebeu vultosos empréstimos dos Estados Unidos²⁶. Ao longo do período, pois, “a inflação

²⁵ A denominação faz menção direta a Tupac Katari (1750-1781), o indígena que liderou, no início da década de 1780, uma rebelião do povo aymara contra as autoridades coloniais espanholas. Logrou fazer com que a cidade de La Paz ficasse sitiada por aproximadamente seis meses.

²⁶ Sobre a ingerência dos EUA ao longo do governo do MNR, complementa Pericás (1997, p. 117): “É importante notar o papel dos Estados Unidos no que se refere aos assuntos internos da Bolívia. Desde a revolução de 9 de abril de 1952, a ingerência norte-americana foi ostensiva, e pode-se dizer que a caracterização dos governos revolucionários de “entreguistas”, em grande medida, está correta. No ponto de vista do governo dos Estados Unidos, não havia outra alternativa senão apoiar o MNR no poder; caso contrário, a abstenção ou

atingiu níveis altíssimos, cresceu o desemprego no país, começou um processo de recomposição do exército regular e a dependência aos norte-americanos tornou-se cada vez maior”.

Neoliberalismo e o retorno à situação de “Estado Instrumental”

Sobre a ditadura militar, entre 1964 e 1982, cumpre salientar que, tal como ocorreu em quase todos os países sul-americanos ao longo deste período, o regime de exceção contou com o suporte estadunidense na deflagração e na manutenção do processo, sempre motivado pelo combate e pelo aniquilamento de quaisquer forças políticas contrárias ao *status quo* firmado no contexto bipolar da Guerra Fria.

Especificamente, no caso boliviano, rearticularam-se os setores anteriormente hegemônicos responsáveis pela consolidação da arquitetura institucional pautada na situação de “Estado Instrumental”. Levaram-se a cabo reformas econômicas privatizacionistas como, por exemplo, a reabertura das atividades relacionadas à mineração do estanho aos investimentos estrangeiros. Mais uma vez, o interesse público nacional acabou sendo despojado em favor dos interesses de atores estrangeiros (os EUA e as mineradoras transnacionais), bem como pelos interesses da nova geração de *terratenientes* e demais frações da elite mineradora local.

Cabe, porém, matizar a análise sobre esse período da história contemporânea da Bolívia apontando, também, para o amplo histórico das lutas sociais lá estabelecidas. Mesmo ao longo das quadras históricas em que o Estado assumiu posturas entreguistas e perseguiu violentamente movimentos sociais interessados em alterar as bases societárias bolivianas, estes levaram a cabo combativos movimentos de resistência. Entre outros, destaca-se o processo de articulação política que culminou na constituição da chamada “Comuna de La Paz”, tendo sido esta “uma tentativa de constituição de um parlamento operário-popular durante o governo militar nacionalista do gal. Juan José Torres. Embora derrotada pelo golpe de Hugo Banzer em agosto de 1971, a Comuna deixou raízes nas práticas políticas e no imaginário do povo boliviano (Andrade, 2002).

repressão norte-americana poderia resultar na possibilidade de que outros grupos, como ‘trotskistas ou stalinistas’, viessem a se sublevar no cenário político nacional e aglutinar suficientemente as massas populares a seu favor. Para garantir que a Bolívia continuasse dentro de sua esfera de influência, os Estados Unidos resolveram dar um auxílio econômico àquele governo latino-americano. A “ajuda” norte-americana somou, entre 1953 e 1959, 214 milhões de dólares”

Mesmo após o término da ditadura militar, e com a consequente redemocratização do país, a estrutura societária boliviana continuou a apresentar características compatíveis com as percepções críticas apontadas nas construções sobre a situação de “Estado Instrumental”. Sob a égide dos governos neoliberais - regime este responsável pela imposição de medidas que, na prática, aprofundaram, ainda mais, a deterioração dos indicadores sociais bolivianos. A consolidação política do neoliberalismo boliviano se deu a partir de um processo extremamente frágil, resultando em um regime de “*democracia pactada*”, no qual a governabilidade se mostrou inviável, entre outros motivos, pela cizânia entre os vários grupos e partidos políticos envolvidos na sanha privatista neoliberal (Cunha Filho, 2015, p. 107).

Sobre o período, acrescenta Kohl (2006, p. 305):

Bolivia's neoliberal restructuring was the most radical in Latin America after Chile. The other notable characteristic in Bolivia is that, due to the vision of its primary architect, Gonzalo Sanchez de Lozada, Bolivian neoliberalism has been among the most innovative in the world introducing programs later adopted elsewhere. Neoliberal restructuring has encompassed three distinct periods beginning with the 1985 neoliberal “invasion”: the structural adjustment program, renowned for halting hyperinflation, among the world's highest. The second phase - the consolidation of neoliberalism - begins with the adoption of the “*Plan de Todos*”, during Lozada's first administration (1993–97), which attempted to “reinvent” the country by privatizing the largest state-owned firms, rewriting the constitution and decentralizing 20% of national revenues to municipal governments. The third phase starts with the Cochabamba “water war” in 2000, a turning point in the government's ability to control the public rejection of neoliberalism.

Quanto à última fase mencionada na citação - aquela que buscou frear as investidas neoliberais na Bolívia - cumpre salientar também, além da referida “Guerra da Água”²⁷, (2000), a importância da chamada “Guerra do Gás”²⁸. Ambos os conflitos sociais expressaram claramente, por um lado, a insatisfação de significativa parcela da população boliviana ante as medidas de austeridade econômico-sociais impostas pelo regime neoliberal e, por outro, a oportunidade – eficazmente aproveitada por Evo e seu *Movimiento ao Socialismo* (MAS) –

²⁷ A “Guerra da Água” ocorreu entre janeiro e abril do ano 2000 na cidade de Cochabamba. Tratou-se de uma revolta popular contra a concessão da gestão do sistema de águas daquela cidade por parte do governo boliviano em favor da empresa *Agua del Tumari* (controlada, por sua vez, pela empresa estadunidense *Bechtel*) pelo prazo de 40 anos. Os conflitos se deram logo no início da vigência do acordo, na medida em que houve ampla resistência popular às medidas de majoração nas tarifas de água impostas pela companhia. Mesmo após grande repressão governamental, os movimentos sociais logram deslegitimar o acordo de concessão, que acaba sendo revogado em 20/04/2000 (Laserna, 2010).

²⁸ Por sua vez, a “Guerra do Gás” transcorreu em outubro de 2003 e esteve relacionada à oposição popular ante a decisão do governo de Sánchez de Lozada em exportar gás natural para os EUA e México através de um gasoduto que passaria por Antofagasta, justamente o território subtraído dos bolivianos pelos chilenos na Guerra do Pacífico. A população entendeu o ato como a legitimação da ocupação chilena na região, reprovando, também, o fato do país exportar sua principal riqueza natural sendo que boa parte da população ainda cozinhava em fogões à lenha (Ornelas, 2004).

para o reaparecimento de forças sociais de oposição às bases do “Estado Instrumental” boliviano. Tratava-se, portanto, de uma desautorização popular ante a situação de “presidencialismo colonial”, tal como apresentado por Tapia (2011).

Esta conjuntura de embate político levou, nas eleições presidenciais de 2005, à vitória do sindicalismo campesino, consubstanciando uma total guinada na arquitetura do poder na boliviana contemporânea, anteriormente dominada pela agenda neoliberal. O novo presidente, que assumiu em 2006 (inicialmente para um mandato que se estenderia até 2010), orientou a composição de seu gabinete a partir dos líderes locais ligados à Guerra do Gás e da Água, além de representantes de movimentos sociais pela defesa dos direitos humanos e das demandas sociais dos mais pobres e vulneráveis da sociedade boliviana²⁹.

O MAS ascende ao poder com expressiva vantagem eleitoral. Em linhas gerais, o partido é considerado por Cunha Filho (2015, p. 106) como uma estrutura *sui generis*, pelo fato de se propor a ser, no âmbito político, essencialmente um meio através do qual os movimentos sociais e sindicatos tenham poder de agência para transformar o aparato estatal desde dentro.

A consolidação política de Evo Morales (MAS) e a nova Constituição

O primeiro mandato de Evo caracterizou-se por apresentar pautas bastante definidas no que concernia à economia e à política. Em relação à primeira, as medidas centraram-se na nacionalização dos recursos naturais, no sentido de promover a recuperação total ante as multinacionais, bem como investir em processos industriais nacionais para agregar valor aos hidrocarbonetos. Para tanto, na simbólica data de primeiro de maio de 2006, aprovou-se um Decreto Presidencial sobre o tema. Por meio dele nacionalizaram-se os recursos hidrocarboníferos do país através da recuperação da propriedade, posse e controle total e absoluto desses recursos. Dispôs o dispositivo que as empresas petroleiras com atuação na produção de gás e petróleo na Bolívia estavam obrigadas a entregar à estatal “*Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos*” (YPFB) toda sua produção de hidrocarbonetos. Por sua vez, a YPFB, em nome e representando o Estado e em exercício pleno da propriedade de todos os recursos hidrocarboníferos produzidos no país, assumia sua comercialização, definindo as

²⁹ A título de exemplo, cita-se a indicada para Ministra da Justiça, Casimira Rodríguez, quem provinha dos movimentos de luta pelos direitos das empregadas domésticas.

condições, volumes e preços, tanto para o mercado interno quanto para a exportação e industrialização³⁰.

A reação ao decreto por parte das multinacionais foi imediata. As empresas mais afetadas, Petrobrás e Repsol (Espanha), recorreram imediatamente os seus respectivos governos. Entretanto, tendo em vista o cenário geopolítico latino-americano daquele momento, não sem ameaças, a decisão boliviana foi respeitada. Sobre o tema, completa Cuba Rojas (2006, p. 58-59):

Pasadas la sorpresa y las primeras reacciones frente a la medida tomada por el gobierno de Morales, a los dos días, los presidentes de Bolivia, Argentina y Brasil, involucrados en forma directa en el negocio del gas, junto con el presidente de Venezuela, quien enfatizó la importancia de la solidaridad con Bolivia y ponderó la importancia del acuerdo energético latinoamericano, asistieron a un encuentro internacional realizado en una población fronteriza de Brasil donde acordaron respetar la decisión soberana de Bolivia y negociar en forma bilateral el precio del gas. En el caso del gobierno de España, la reacción fue parecida aunque duramente criticada por la derecha de dicho país.

Por sua vez, no que concerne à estrutura política, os anos iniciais do governo de Evo Morales pautaram-se, preponderantemente, no esforço pela consolidação da Assembleia Constituinte, uma das principais bandeiras da campanha eleitoral do MAS. Após referendo sobre a necessidade [ou não] de um novo texto constitucional, em julho de 2006, foram eleitos 255 constituintes. Destes 137 eram filiados ao partido governista (53,7%) e 43 ao PODEMOS, então o principal partido de oposição (23,5%). Os demais provinham de partidos políticos menores. Interessante notar, também, a reafirmação do peso do sindicalismo no país, na medida em que aproximadamente um terço dos constituintes (73) haviam sido ou ainda eram líderes sindicais. Após mais de dois anos de truncados debates e negociações, a 25 de janeiro de 2009, o novo texto constitucional foi referendado por 61,43% dos bolivianos que participaram do pleito (Mendonza-Botelho, 2016).

No que concerne ao texto em si, talvez o elemento mais inovador, para além do reconhecimento da Bolívia enquanto um Estado Plurinacional, é a constante inclusão e uso explícito do termo “*Pueblos Indígena Originario Campesinos*”, o qual havia sido propositalmente olvidado nas constituições anteriores, bem como a constitucionalização da

³⁰ O decreto DS 28701, de Primeiro de maio de 2006, pode ser lido, na íntegra, em <https://www.lexivox.org/norms/BO-DS-N861.html>.

ideia de “*Vivir Bien*”³¹. Este termo é mencionado logo no início do texto (artigo 8º) como a consubstanciação dos princípios morais e éticos a serem exercidos pelo Estado boliviano, no contexto de abraçar e enfatizar as demandas e tradições indígenas enquanto centro da dinâmica política a ser estabelecida no país.

Outro elemento relevante contido na Carta Magna é o tratamento e interpretação conferidos à ideia de “autonomia”, derivados não apenas das longevas reivindicações regionais estabelecidas pelos Departamentos que conformam o país, mas também, e principalmente, das demandas autonomistas dos diversos grupos indígenas representados no processo constituintes. Nesse contexto, arquitetou-se um novo esquema de ordenamento autonômico, pensado para legitimar e reconhecer os distintos graus de autogoverno político, dependendo da densidade política/extensão das identidades culturais demandantes (Leonel Júnior, 2015).

Em termos práticos, a Constituição consolidou uma ampla revisão do arcabouço legal vigente na Bolívia, o que, por sua vez, gerou o efeito imediato de tornar muitas leis contraditórias e/ou obsoletas. Entre outras regulamentações, alteraram-se: a área máxima permitida para a propriedade da terra; firmou-se uma estrutura inteiramente nova para catalisar e tornar possível a efetiva descentralização do Estado e a consequente materialização das diferentes formas de autonomia; ratificou-se a apropriação e exploração dos recursos naturais pelo estado; instituiu-se a figura da reeleição presidencial e reconheceu-se o pluralismo jurídico por meio do estabelecimento da “justiça comunitária” em territórios indígenas. Chama à atenção, também, a opção constituinte de, expressamente, enfatizar o caráter secular e laico do estado na tentativa de separar, de uma vez por todas, a igreja e o estado. As palavras “*iglesia*” ou “*Católica*” estão totalmente ausentes no novo texto (Mendoza-Botelho, 2016).

Na medida do possível, a implementação das duas pautas acima apontadas demonstrou, após séculos sob a égide do “Estado Instrumental”, o estabelecimento de uma força política inovadora e disposta a promover alterações substanciais nas estruturas de poder bolivianas, potencializando as experiências autonomistas em oposição às estruturas herdadas das práticas patrimonialistas. A consolidação da hegemonia do campo político liderado por

³¹ A noção de “*Vivir Bien*” advém do termo aymara “*sumaj qamaña*”, bem como do termo quéchua “*sumak kawsay*”. Fundamentalmente polissêmico, “*Vivir Bien*” comumente traduz a ideia de “desenvolvimento”, ou “bem-estar”, quando aplicado a ações políticas, segundo Schavelzon (2015, p. 186).

Evo Morales resultou no protagonismo das demandas e iniciativas encampadas por líderes de movimentos sociais e grupos indígenas organizados *pari passu* com o governo. Paulatinamente, foi ganhando força a ideia de findar o Estado-nação e fundar o Estado Plurinacional. Para Tapia (2007), tal construção se fez necessária, pois a assim chamada “nação boliviana” não passava de uma tentativa abstrata de uniformização populacional feita pela classe oligárquica dominante, baseada em uma trajetória histórica “eurocentrada” e dirigida de acordo com os interesses dos *terratenientes* e *criollos* locais em consonância com o capital internacional.

Há questões interessantes, inclusive no campo teórico, que emergem da opção constitucional boliviana em estabelecer o “Estado Plurinacional”. Tal expressão é, em si, contraditória em relação ao próprio conceito clássico de Estado-nação, o qual pressupõe, em seu “tipo ideal”, uma nação para cada Estado. A homogeneização da população em uma só nação — estabelecendo que todos os habitantes são, acima de qualquer outro atributo, cidadãos/consumidores — é condição necessária para o efetivo exercício da jurisdição estatal nas localidades compreendidas dentro de suas fronteiras. Conforme apresentado neste artigo, no contexto boliviano, tal “homogeneização nacional” configurava, nos termos de Tapia (2010), um “Estado Aparente” pela falta de identidade nacional em diversas sociabilidades ali estabelecidas. Com a ascensão política de Evo e do MAS, tal estrutura é colocada em xeque, na medida que a ideia de unidade estatal por homogeneização é constitucionalmente contraposta (Bolívia, 2009).

Importante salientar, porém, que não se trata de uma completa desarticulação do poder central na Bolívia, muito menos de um cenário de democracia direta e protagonica exercida ilimitadamente pelas comunidades indígenas e movimentos sociais. Tais estruturas foram criadas em relação de coexistência com a estrutura do Estado central, sendo vedado violar ou contrapor os princípios e bases fundamentais estabelecidos na Constituição (Bolívia, 2009):

Artículo 2: Dada la existencia precolonial de las naciones y pueblos indígenas originarios campesinos y su dominio ancestral sobre sus territorios, se garantiza su libre determinación en el marco del Estado, que consiste en su derecho a la autonomía, al autogobierno, a su cultura, y al reconocimiento y consolidación de sus instituciones y entidades territoriales, conforme a esta Constitución (BOLÍVIA, 2009, p. 2)

Assim, ao menos em tese, a construção constitucional pautada nas bases do “Estado Plurinacional” apresenta-se enquanto uma tentativa institucional de acoplar e adaptar o Estado

boliviano à realidade *abigarrada* de sua sociedade. Tal percepção revela-se central para a nossa argumentação, na medida em que se enfatiza a vinculação entre as referidas “inovações” estabelecidas na nova Constituição boliviana e sua contraposição aos modelos e à *lógica* eurocentrada que, ao longo de séculos e forjada nas bases do Colonialismo, dirigiu a (des)construção das instituições daquele país.

Do texto à realidade: desafios e limites da construção Plurinacional na Bolívia

Por óbvio, porém, não basta um texto constitucional aparentemente “combativo” para se alterar a realidade imposta a um país como a Bolívia, inserida de maneira dependente e subalterna no contexto das relações econômicas internacionais hodiernas. Para além das questões estruturais, há, também, todas as particularidades, debilidades e contraposições firmadas no contexto do processo político em si, ou seja, o cotidiano e as idiossincrasias do governo Evo Morales e, em perspectiva mais ampla, do MAS.

Nesse contexto, e em especial a partir do início de seu segundo mandato (2009-2014), com a nova Carta Magna finalmente vigendo, o processo encabeçado por Evo está sob escrutínio, tanto no que concerne às posições políticas firmadas enquanto decisões de governo quanto, também, no alcance e efetivação dos princípios e ações e a sua consonância – ou não – com as hipóteses pautadas nas percepções relativas à situação e efeitos do *abigarramiento* da sociedade boliviana.

No que se refere ao governo Morales com a nova Constituição em vigor, pode-se afirmar que as divergências entre o MAS e os movimentos sociais, sindicatos e demais organizações da sociedade civil tornaram-se mais evidentes. O ano de 2011 foi o período com mais protestos em relação às quatro décadas que o antecederam. Segundo Cunha Filho (2015, p. 109), essa situação ocorreu porque a relação do partido com essas entidades sociais sempre fora baseada em uma “coalición inestable cuyos términos son renegociados a cada rato”.

Dentre outras, a medida imposta pelo governo Morales de retirar os subsídios dos combustíveis — o chamado “gasolinazo”, que causou alta expressiva nos preços dos mesmos — foi bastante questionável e polêmica. Por sua vez e no mesmo sentido, foi o caso relacionado ao “*Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro-Sécure*” (TIPNIS) aquele que definitivamente simbolizou o “*parteaguas del gobierno*”, causado pela ruptura com as bases sociais que o apoiaram. O governo Morales aprovava a construção de uma estrada que

passaria por dentro do TIPNIS, sem consultar os grupos indígenas que seriam impactados pela obra. Foi uma ação extremamente impopular entre sua base de apoio e gerou reações, como marchas convocadas pela “*Confederación Indígena del Oriente Boliviano*” (CIDOB), as quais foram alvo de repressão por parte das forças policiais. Destarte, de maneira geral, o que se percebeu ao longo dos anos de governo foi que o MAS priorizou os supostos interesses de Estado e de desenvolvimento, em detrimento das demandas de movimentos sociais e grupos identitários aos quais prometera mais autonomia (Cunha Filho, 2015).

Assim, como nos mostra a análise acima, nos tempos recentes produziram-se estudos bastante plurais acerca do processo. Pode-se citar, a título de exemplo, a divergência estabelecida nas percepções de dois importantes intérpretes do processo político em curso no país andino, ambos já citados no presente texto: Álvaro Garcia Linera e Luís Tapia. O primeiro³², quem se notabilizou pela produção acadêmica e pela postura política vinculada às posições autonomistas ao longo dos anos anteriores à construção da hegemonia política do MAS, por participar diretamente do governo enquanto vice-presidente da República e após denunciar o recrudescimento do confronto político-social com as oligarquias regionais ao longo da presidência de Evo, passou a ter uma visão um tanto contemplativa do Estado Plurinacional boliviano, o caracterizando, em algum sentido, enquanto a síntese da vontade geral de seu povo, num contexto denominado por ele de “Estado de Transição”. Tal conjuntura conduz a reflexões atuais caracterizadas, entre outras questões, por certo grau de “estatismo”, conforme estabelece a crítica de Svampa (2016).

Por sua vez, as contribuições de Tapia permanecem preocupadas em preservar o cerne autonomista que pautou a construção do Estado Plurinacional boliviano. Em especial, o artigo “*Una Reflexión sobre la idea de Estado Plurinacional*” (2007) apresenta uma contundente análise do autor sobre as tensões e vicissitudes estabelecidas entre o reconhecimento, por um lado, da diversidade e do pluralismo próprios ao propósito autonomista e, por outro, aquilo que denomina “tendência centrífuga do estatismo”, a qual, em sua opinião, caracteriza a experiência boliviana contemporânea. A crítica de Tapia aponta para o caráter pernicioso e pouco eficiente do regime presidencialista em fazer as mediações político-institucionais necessárias no contexto da plurinacionalidade, no qual convivem maiorias e minorias étnicas. Apresenta como alternativa a necessidade de se construir um regime de poder

³² Para o contato com parte significativa da produção acadêmica de Álvaro Garcia Linera, consultar a antologia de sua obra publicada pelo CLASO (2009).

despersonalizado e, conseqüentemente, colegiado, através do qual se efetivariam, na prática, os princípios constitucionais que dispõem sobre o direito de tomada de decisões compartilhadas entre as comunidades auto-organizadas e o governo central nas questões relacionadas, em especial, à exploração (ou não) dos recursos naturais disponíveis no território boliviano.

Considerações finais

O presente artigo assumiu o objetivo precípua de enfatizar análises pautadas na construção de um panorama crítico, o qual busca apontar, entender e problematizar as especificidades constitutivas e idiossincrasias relacionadas ao estabelecimento do Estado-nação no contexto latino-americano. Destacou-se a relação entre este processo constitutivo e as heranças institucionais da chamada “independência inconclusa”, a qual caracteriza a história republicana destes países. Em suma, ratificou-se a concepção crítica de que o Estado latino-americano apresenta-se, historicamente, enquanto uma instância de poder político com características “monista”, “instrumental”, “aparente” e “patrimonialista”. Para além desta constatação, argumentou-se que tal situação está intrinsecamente relacionada às heranças do Colonialismo e a conseqüente e supramencionada condição de dependência econômico-política vivenciada na região. Esta, ao não se emancipar completamente das sociabilidades e da estrutura econômicas impostas ao longo do período colonial, erigiu sua independência política num contexto de supremacia das oligárquicas locais, as quais, por sua vez, beneficiavam-se da situação de dependência externa, justamente por serem os vetores da produção pautada na exportação de bens primários e, conseqüentemente, da deterioração dos termos de troca na dinâmica do comércio internacional.

Conforme buscamos ilustrar, a trajetória histórica da Bolívia parece representar com propriedade esse padrão latino-americano de organização econômica e política. Estruturalmente patrimonialista/instrumental, o Estado boliviano pode ser considerado um símbolo do *abigarramiento* ao eclipsar as identidades culturais de povos e nações indígenas camponesas que, há milênios, habitam aquele território.

Uma tentativa de resposta institucional a tal incongruência veio, apenas, quase dois séculos depois da independência, com o estabelecimento constitucional do Estado Plurinacional que, ao menos em tese, garante aos povos originários e indígenas graus elevados

de autodeterminação no que concerne ao exercício de autoridade, de justiça, de cultura, de linguagem, dos mecanismos de produção, etc.

Por certo, ainda há um longo caminho a ser trilhado, já que parte significativa desses povos e nações originárias não almeja tão somente ter sua cosmovisão respeitada, mas, também e no limite, ter seus territórios próprios independentes, algo que o transcorrer do governo Evo Morales, com sua cada vez mais significativa característica estatista, muito dificilmente assentirá (Tapia, 2011).

Ao que parece, esta é uma das mais relevantes fontes de disputa política consolidadas na coalização liderada pelo MAS, em especial a partir do terceiro mandato presidencial exercido por Morales (2015 – atualmente). Após um primeiro termo caracterizado pela mobilização da oposição ainda vinculada ao *ancien régime* boliviano e às práticas neoliberais, o sucesso obtido pelo MAS em desarticular tal grupo culminou no deslocamento das tensões de fora para dentro do projeto político liderado por Evo. Ou seja, hoje (2019), o cenário político estabelecido na Bolívia, em certa medida, consolida-se a partir das relações de tensão e complementaridade entre o MAS e as organizações e movimentos sociais de representação dos povos originários mais autonomistas, os quais pautam suas demandas e lutas a partir do aprofundamento da *lógica* plurinacional e dos princípios da autogovernança (Svampa, 2016).

Tem-se constituída, pois, uma conjuntura em que há divergências, teóricas e concretas, entre os que defendem a autonomia como fator fundamental e *conditio sine qua non* para a real efetivação da arquitetura plurinacional do Estado e o grupo político que atualmente hegemoniza o governo, o qual facilita e enfatiza a necessidade do estabelecimento de práticas neodesenvolvimentistas, via projetos preponderantemente extrativistas, como resposta à pobreza endêmica que ainda assola grande parte da população boliviana. A maioria das notícias e análises consultadas apontam para a prevalência do último grupo.

É importante salientar, entretanto, o incontestado fato de que há povos de matrizes identitárias extremamente diversas coabitando o território da Bolívia. Certa, também, é a realidade de que a maior parte deles se organiza de forma comunitária e estabelecem sociabilidades alternativas e/ou complementares às estabelecidas pelo Estado boliviano, fazendo, assim, a própria ideia de “Estado único, monista e centralizado”, mais do que nunca, um “tipo ideal”, o qual remete ao passado de heranças coloniais e patrimonialistas.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, B. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, E.O. *A Comuna de La Paz – História da Assembleia Popular de 1971*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em Historia) – FFLCH – USP.
- AGGIO, A. “América Ibérica no século XIX: nacionalismo e independência”. *História Revista*, 13(2), pp. 575-598, 2008.
- BOLÍVIA. *Constitución Política del Estado*. Sucre, 1826. Disponível em: <<http://www.lexivox.org/norms/BO-CPE-18261119-1.xhtml>>. Acesso em: 28 set. 2018.
- BOLÍVIA. *Constitución Política del Estado*. El Alto, 2009. Disponível em <https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_Bolivia.pdf>. Acesso em: 01 out. 2018.
- CAMPOS, C.F. “Los criollos novohispanos frente a la teoría de la degeneración: de la apologética a la reivindicación”. *Revista En-Claves*, nº 21, pp.15-40, 2017.
- CARRERA-DAMAS, G. *El culto a Bolivar*. Instituto de Antropología e Historia. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1969.
- CENTENO, M.A. *Sangre y Deuda: Ciudades, Estado y construcción de Nación en América Latina*. Bogotá, D.C: Universidad Nacional de Colombia, 2014.
- CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Editora Francisco Alves, 1978.
- CUBA ROJAS, P. “Bolivia: movimientos sociales, nacionalización y Asamblea Constituyente”. *OSAL*, nº 56, 2006 (p.55-64).
- CUNHA FILHO, C.M. *A construção do horizonte plurinacional: liberalismo, indianismo e nacional-popular na formação do Estado boliviano*. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Rio de Janeiro, 2015.
- CUNHA FILHO, C.M. Los dilemas de la representación política contemporánea en Bolivia: movimientos sociales, partido y Estado en tiempos de “Proceso de Cambio”. *Teoria e Pesquisa*, v. 24, n. 1, p. 105–115, 2015.

DAGNINO, E. “Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidade”. In: DAGNINO, E (org). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERRER BENIMELI, J.A. *Las logias Lautaro, los caballeros racionales y el movimiento independentista americano*. México, DF: UNAM, 2018.

FLORENZANO, M. “Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado moderno no Ocidente”. *Lua Nova*, São Paulo, nº 71, pp.11-39, 2007.

GARCIA LINERA, Á. *A potência plebeia: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia*. São Paulo: Boitempo, 2010.

GARCIA LINERA, Á. “El Estado en transición. Bloque de poder y punto de bifurcación”. In: *El Estado. Campo de lucha*. La Paz: Muela del Diablo Editores; Comuna; CLACSO, 2010.

GONZALEZ CASANOVA, P. “Colonialismo interno (uma redefinição)”. Em BORON, A; AMADEO, J e GONZALEZ, S. (Orgs.): *A teoria marxista hoje*. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

IRUROZQUI, Marta. *La armonía de las desigualdades: elites y conflictos de poder en Bolivia, 1880-1920*. Madrid/Cusco: Consejo Superior de Investigaciones Científicas ; Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de las Casas, 1994.

KOHL, B. *Challenges to Neoliberal Hegemony in Bolivia*. New York: Blackwell Publishing, 2006.

LASERNA, R. “Cochabamba: la Guerra contra el Agua”. *OSAL*, nº 18, pp. 45-71, 2010.

LEONEL JÚNIOR, G. *O novo constitucionalismo latino-americano: um estudo sobre a Bolívia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

MENDOZA-BOTELHO, M. “Revisiting Bolivia’s Constituent Assembly: Lessons on the Quality of Democracy”. *Asian Journal of Latin American Studies*. Vol. 29, nº 1, pp.19-55, 2016.

ORNELAS, R. “La guerra del gas: cuarenta y cinco días de resistencia y triunfo popular”. *Chiapas*, nº 16, pp. 185-196, 2004.

PERICÁS, L.B. Processo e desenvolvimento da Revolução Bolivariana. *Lutas Sociais*. Nº 03, pp. 109-122, Jul./Dez 1997.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD): *Informe Nacional sobre Desarrollo Humano* – 2007. La paz: 2007.

QUIJANO, A. “Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina”. Em: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANDOVAL RODRIGUES, I. *Nacionalismo en Bolivia*. La Paz, Burillo, 1970.

SCHAVELZON, S. *Plurinacionalidad y Vivir Bien/Buen Vivir: Dos conceptos leídos desde Bolivia y Ecuador post-constituyentes*. Quito: Ediciones Abya-Yala/CLACSO, 2015.

STEFANONI, P. “El nacionalismo indígena en el poder”. *OSAL*, nº 19, pp. 37-44, 2006.

STEFANONI, P., RAMIREZ GALEGOS, F., SVAMPA, M. *Biografía política e intelectual: Álvaro García Linera*. La Paz: Le Monde Diplomatique Edición Boliviana, 2008.

SVAMPA, M. *Debates Latinoamericanos: indianismo, desarrollo, dependencia, populismo*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Edhasa, 2016.

SVAMPA, M; STEFANONI, P. Entrevista a Álvaro García Linera: ‘Evo simboliza el quiebre de un imaginario restringido a la subalternidad de los indígenas’. *OSAL*, nº 22, pp.143-164, setembro de 2007.

TAPIA, L. *La producción del conocimiento local: historia y política en la obra de René Zavaleta*. La Paz: Muela del Diablo, 2002.

TAPIA, L. “Una reflexión sobre la idea de Estado plurinacional”. *OSAL*, nº 22, pp.47-64, septiembre 2007.

TAPIA, L. *La coyuntura de la autonomía relativa del estado*. La Paz; Muela Del Diablo Editores, 2009.

TAPIA, L. “El estado en condiciones de abigarramiento”. In: LINERA, Álvaro et al (org). *El Estado. Campo de lucha*. La Paz: Muela del Diablo Editores; Comuna; CLACSO, pp.97-128, 2010.

TAPIA, Luis. *El estado de derecho como tiranía*. La Paz: CIDES – UMSA, 2011.

TILLY, C. *Coerção, Capital e Estados Europeus*, 990-1992. São Paulo: EDUSP, 1996.

VERA, L. *La independencia inconclusa*. Luis R. Vera Producciones E. I. R. L. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t7SmQsb3LMI>.

VILLORO, L. *Del Estado homogéneo al Estado plural*. Estado plural, pluralidade de culturas. México:UNAM/Paidós, 1998.

ZAVALETA MERCADO, R. *El poder dual: problemas de la teoría del estado en América Latina*. 2.ed. Cidade do México: Siglo XXI Editores, 1977.

ZAVALETA MERCADO, R (org.). *Bolivia hoy*. México: Siglo XXI Editores, 1983.

ZAVALETA MERCADO, R. *Lo nacional-popular en Bolivia*. México: Siglo XXI Editores, 1986.

ZAVALETA MERCADO, R. *El Estado en América Latina*. La Paz: Los Amigos del Libro, 1989.

ZOOK JR., D.H. *The Conduct of the Chaco War*. New York: Bookman Associates, 1960.

A oposição entre “Estado Instrumental” e “Estado Plurinacional” em sociedades “abigarradas”: notas sobre o processo político na Bolívia contemporânea

Resumo

O artigo analisa especificidades do processo histórico-político que conformaram os Estados nacionais latino-americanos, a fim de detalhar algumas das características resultantes de sua (de)formação. Para tanto, no campo metodológico, mobilizam-se contribuições de pensadores latino-americanistas e suas respectivas percepções que enfatizam o peso das condições estruturais herdadas do Colonialismo na consolidação de um “Estado instrumental”, com forte “abigarramiento” e que tende a perpetuar a situação de “independência inconclusa” das nações e povos latino-americanos. Objetiva-se apresentar e inter-relacionar tal base conceitual para, a partir dela, detalhar o “caso” do Estado [Pluri]Nacional Boliviano, o qual, após secular história enquanto “Estado

Instrumental” em uma sociedade *abigarrada*, tenta, com o advento do novo texto constitucional de 2009, avançar na consolidação de uma resistência propositiva à lógica e às agências “tradicionais” do poder político. Trata-se, pois, de um exercício analítico que se propõe, amparado no estudo do caso boliviano, a expor construções argumentativas críticas sobre o paradoxo entre a herança “Estadocentrista” e a realidade “Plurinacional” das sociedades latino-americanas.

Palavras-chave: Estado instrumental; Independência inconclusa; Sociedade abigarrada; Bolívia.

The opposition between “Instrumental State” and “Plurinational State” in societies “abigarradas”: notes on the contemporary political process in Bolivia

Abstract

The article analyzes the specificities of the historical-political process that shaped the Latin American national states, in order to detail some of the characteristics resulting from their (de)formation. There for, methodologically, contributions and perceptions made by LatinoAmericanists authors are mobilized, emphasizing the weight of the structural conditions inherited from Colonialism in the consolidation of an "instrumental" State, with a strong "*abigarramiento*" and that tends to perpetuate the situation of "incomplete independence" of Latin American nations. The objective is to present and interrelate this conceptual basis to detail the "case" of the Bolivian [Pluri]National State, which, after a secular history as an instrumental state in a society *abigarrada* tries, in the wake of the new constitutional text of 2009, advance in the process of consolidating a propositional resistance to the logic and "traditional" agencies of political power. It is, therefore, an analytical exercise that objectives, based on the study of the Bolivian case, to expose critical argumentative constructions about the paradox between the "State-centric" heritage and the "Plurinational" reality of Latin American societies.

Keywords: Instrumental State; Unconcluded Independence; Societies Abigarradas; Bolivia

La oposición entre “Estado Instrumental” and “Estado Plurinacional” en sociedades “abigarradas”: notas sobre el proceso político en Bolivia contemporánea

Resumen

El artículo analiza las especificidades del proceso histórico-político que dio forma a los estados nacionales latinoamericanos, con el fin de detallar algunas de las características resultantes de su (des)formación. Allí, metodológicamente, se movilizan las aportaciones y percepciones de autores latinoamericanistas, enfatizando el peso de las condiciones estructurales heredadas del colonialismo en la consolidación de un “Estado Instrumental”, con un fuerte "*abigarramiento*" y que tiende a perpetuar la situación de "Independencia inconclusa" de las naciones latinoamericanas. El objetivo es presentar e interrelacionar esta base conceptual para detallar el "caso" del Estado [Pluri]Nacional boliviano, que, luego de una historia secular como representación de estado instrumental en una sociedad abigarrada, intenta, a raíz del nuevo texto constitucional de 2009, avance en el proceso de consolidación de una resistencia proposicional a la lógica y a las agencias "tradicionales" del poder político. Es, por lo tanto, un ejercicio analítico que tiene como objetivo, basado en el estudio del caso boliviano, exponer construcciones argumentativas críticas sobre la paradoja entre el patrimonio "centrado en el Estado" y la realidad "plurinacional" de las sociedades latinoamericanas.

Palabras Clave: Estado Instrumental; Independência Inconclusa; Sociedade Abigarrada; Bolívia.

Ensinar (História da) Antropologia no Brasil: um ensaio bibliográfico latino-americano

Recebido: 02-04-2019

Aprovado: 15-04-2019

Andrea Ciacchi¹

A introdução no Brasil, relativamente recente, de cursos de bacharelado em Antropologia², frequentemente inspirados no sentimento da necessidade de um aprofundamento qualitativo e quantitativo de temas, autores e obras *especificamente* antropológicos, vem oferecendo desafios variados, como qualquer um de nós que esteja envolvido em algum desses cursos sabe muito bem. Alguns deles me parecem vinculados a formas mais ou menos disfarçadas de “arrependimento”: será que com a renúncia aos aportes da sociologia e da ciência política jogamos fora, além da água sociológica do banho, também o bebê interdisciplinar? Entretanto, as demandas mais consistentes e sérias que a nossa prática de ensino dirige à nossa própria experiência me parecem de outra natureza – e é isso que quero abordar aqui. Mais especificamente ainda, quero refletir e convidar à reflexão sobre dois temas que considero vinculados entre si: o alcance – ao mesmo tempo cronológico e epistemológico – daquilo que temos que considerar propriamente *antropologia* (para que possa ser incluído ou excluído dos conteúdos programáticos e bibliografias das disciplinas), por um lado; e, por outro, um critério que chamarei “regional”, também nas nossas escolhas temáticas, teóricas e bibliográficas dos materiais de trabalho. Numa palavra, interessa-me, aqui, discutir a “localização” da experiência antropológica que consideramos relevante na construção de narrativas historiográficas e mesmo no estudo dos estudos sobre as alteridades.

¹ Doutor em Estudos Ibéricos pela Universidade de Bolonha, mestre em Literatura pela UFPB e bacharel em Antropologia pela Universidade de Roma, “La Sapienza”. Professor de Antropologia na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA, Foz do Iguaçu, PR) e docente no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPG-IELA) da mesma universidade. Email: andrea.ciacchi@unila.edu.br

² Um panorama amplo, ainda que datado, dos debates que precederam a criação dos cursos de graduação em Antropologia no Brasil está em Grossi *et alii* (2006). Para um balanço mais recente, cf. Oliveira (2017).

Claro está que as minhas preocupações, fontes destas reflexões, deflagraram ao longo do cotidiano didático num lugar geopolítico específico e peculiar como a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, onde, junto com colegas docentes de vários lugares do mundo (com ampla maioria de latino-americanos), temos estudantes provindos de todos os países de fala ibérica das Américas, mais alguns do Haiti, e onde desde 2011 funciona um curso de bacharelado denominado “Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana”³.

Propedêutico a tudo isso, um trecho já com um quarto de século de idade, de Claudia Briones, que tem inspirado o lado possivelmente mais polêmico das minhas reflexões:

Cada vez que revisamos la historia de la Antropologia para actualizar nuestro "estado de cuentas", los antropólogos también invocamos "tradiciones" e incurrimos en omisiones de manera selectiva. Cada vez que queremos ejercitar una mirada historizada y critica, nosotros también—sabiéndolo o no—tenemos los fantasmas de las generaciones pasadas rondando sobre nuestzras cabezas. A veces, algunos de esos fantasmas nos recuerdan, como en una pesadilla, classicas nociones de “cultura” que preferiríamos olvidar. Otras veces, los miramos con otros ojos y descubrimos que aun podemos aprender mucho de ellos y que nadie puede arrogarse el privilegio de decir, de una vez y para siempre, quiénes son los "buenos" y los "malos" de la película. En mi propia experiencia, "mis" buenos y malos fantasmas a veces intercambian roles, segun qué historia quiero contar, cuando, dónde y para qué o quién lo hago. En este sentido, recontar historias es una forma de detenernos a pensar dónde estamos "ahora" parados y a dónde queremos ir (Briones, 1994, p. 117).

A colega argentina nos convida a entrar, sem medo, no meio de um campo que me é caro, o da história da Antropologia, que aqui desejo articular tanto aos temas propriamente pedagógicos quanto a considerações interdisciplinares. De fato, parece-me que exista um “problema”, na história da Antropologia, um problema que, engendrado justamente no campo historiográfico, se estende também ao âmbito do ensino da disciplina, no Brasil (portanto, também, no resto da América Latina).

A *história* da Antropologia é uma *narrativa*, que pode ser construída com vários métodos. Se fosse um romance, a teoria literária daria conta de muitos deles. Mas, a princípio, a história da Antropologia não é ficcional. A narrativa pode, é claro, ser enviesada, conter omissões, ênfases, fazer aparecer e desaparecer personagens, armar tramas, mas não é, propriamente uma ficção, um romance. Fazer história da Antropologia (ou seja, fazer pesquisa e pensar e escrever textos narrativos, nesse sentido) implica em lidar com instâncias tais como:

³ Veja mais detalhes sobre esse curso, incluindo o seu Projeto Político-Pedagógico atual (janeiro 2019) em <https://www.unila.edu.br/cursos/antropologia>. Sobre a criação da UNILA e alguns dos seus dilemas, cf. Corazza (2010) e Ricobom (2017).

fatos; teorias e métodos; pessoas; lugares; grupos étnicos e/ou sociais. Desses cinco itens, dois não costumam ser associados imediatamente à América Latina – o que não significa dizer que são esquecidos ou que estão ausentes das histórias (canônicas, não-latino-americanas) da Antropologia. Com algumas correções de rota recentes (que considero ligadas ao sucesso internacional de propostas como as do perspectivismo e das *antropologías del mundo*, sobretudo, e dos seus respectivos autores, fautores e praticantes, sem falar nos efeitos geopolíticos e epistemológicos das diásporas dos inspiradores dos *giros decoloniales*), localizar *autores, teorias e métodos* latino-americanos em trabalhos de história da Antropologia (mesmo na América Latina) é tarefa árdua.

Trago, mais como amostras do que como resultado de um levantamento exaustivo, os casos (recentes) da segunda edição da *History of Anthropology* de Thomas Eriksen e Finn Sievert Nielsen (2013), que dedica uma citação a apenas dois autores latino-americanos: Roberto daMatta e Eduardo Viveiros de Castro. Por outro lado, nada achamos na obra organizada por Henrika Kuklick, *A New History of Anthropology* (2008), que apresenta capítulos sobre as antropologias praticadas nos países da Europa do Norte, na Rússia, na Holanda e na China – além das tradicionalmente “centrais” –, ou na *Brève Histoire de l’Anthropologie*, de Florence Webber (2015), ou, finalmente, a *Storia dell’Antropologia* de Ugo Fabietti, que mesmo na sua III edição (2011) apresenta uma única antropologia “periférica”: a italiana.

É possível que um antropólogo extraterrestre (ou mesmo um extra-latino-americano) que caísse num “lugar antropológico” latino-americano (congresso, departamento, sala de aula...), seria surpreendido com o fato de que também existem, aqui, teorias, métodos e autores. E que existem há muito tempo. E se esse antropólogo alieno não for embora logo, mas permanecesse aqui, por um tempo longo, virando, por exemplo, professor de Antropologia, descobriria que existe, sim, um pensamento antropológico na América Latina. E que esse pensamento não é necessariamente pós-colonial ou des-colonial, já que existe há um bom e longo tempo. É sobre esse “tempo” que considero que tenhamos que dirigir a nossa atenção, assumindo o risco, como dizia Claudia Briones, de encontrar fantasmas. Mas, também, o compromisso de não enxergar apenas os “maus da fita”.

Assim sendo, para ensinar e lidar com História da Antropologia na América Latina, algumas perguntas são prioritariamente necessárias. Desde quando? Em que condições veio se formulando? Em que contextos institucionais? Em que contextos políticos? Quem começou a

formulá-lo? Com qual “acompanhamento” metodológico? Com que etnografias, em quais “gabinetes etnográficos”⁴? Considero que isso nos obrigaria a observar dois eixos cronológicos: um mais longo, da conquista até as independências na primeira metade do século XIX; outro, mais curto, das independências até a institucionalização das antropologias nacionais: segunda metade do século XIX e primeiras três, quatro ou cinco décadas do XX, dependendo dos países considerados. Em ambos os eixos, portanto e como veremos melhor, o que eu chamo aqui, sem mais constrangimentos, “pensamento antropológico latino-americano” transborda, antecede e excede a antropologia oficial, acadêmica e canônica.

Antes de me dedicar a esse aspecto, ao mesmo tempo cronológico e epistemológico da questão, creio ser útil mencionar um recente aporte de Eduardo Viveiros de Castro que lembra como “as diferenças e as mutações internas à teoria antropológica se explicariam principalmente (e, do ponto de vista histórico-crítico, exclusivamente) pelas estruturas e conjunturas de poder, dos debates ideológicos, dos campos intelectuais e dos contextos acadêmicos de onde provêm os antropólogos” (Viveiros de Castro, 2010, p. 14). Portanto, e além disso, “as sociedades e as culturas que são objeto da pesquisa antropológica influenciam, ou, para dizer de modo mais claro, coproduzem as teorias sobre a sociedade e a cultura formuladas a partir dessas pesquisas” (Ib., p. 16). São essas, então, as duas dimensões determinantes do pensamento antropológico – na sua historicidade. O equilíbrio entre elas pode variar, a porcentagem também (e isso, talvez pouco importe, e, em certa medida, seja apenas um problema historiográfico). Mas ao se desejar fazer uma história antropológica da Antropologia, isso se torna bem mais relevante, para não dizer imprescindível. A primeira conclusão disso é que não é só o pensamento antropológico contemporâneo, na América Latina, que interessa conhecer, compreender e utilizar, mas também o mais antigo, pois “antes da Antropologia” também havia “estruturas e conjunturas de poder”, “debates ideológicos”, “campos intelectuais”, que lidavam com contextos étnicos e sociais determinados e *determinantes*. No meu percurso de conhecimento do pensamento antropológico (e das práticas etnográficas) na América Latina do século XIX (um percurso recém iniciado⁵),

⁴ Sobre esses últimos pontos, recomendo a leitura de Pavez Ojeda (2015), que aborda especificamente o caso chileno.

⁵ Venho desenvolvendo um projeto de pesquisa, na UNILA, voltado a essas questões. “Pensamento antropológico na América Latina: trajetórias e instituições”, que busca levantar fontes e recursos bibliográficos que sirvam de base ao desenvolvimento de um mapa das instituições (museus, faculdades, Institutos históricos e geográficos, círculos intelectuais etc.) e das personagens que, a partir dos processos de independência de alguns países da América Latina (primeira metade do século XIX), perfazem a preparação, o surgimento e a consolidação do campo de estudos da

percebo que há muita coisa que vale a pena ser contada. Mesmo que nessas narrativas apareça algum fantasma ou alguma casa mal-assombrada.

Nessa perspectiva, também me socorre um “ex-antropólogo”⁶ brasileiro, Antonio Candido. Como sabemos, na construção da sua *Formação da Literatura Brasileira* (1959), o mestre convida a considerar, enquanto “dialética do local e do cosmopolita”, condições e condicionantes “externos” naquela formação. Assim, é nessa categoria que me sinto autorizado a inserir, os “pais fundadores” de algumas antropologias nacionais latino-americanas (ou como “reis estrangeiros”, para também parafrasear Sahlins, 2001). Como sabemos, encontramos franceses na Colômbia⁷, alemães e poloneses no Chile⁸, italianos na Argentina⁹, norte-americanos no México¹⁰, e alemães no Brasil¹¹, entre outros, além de frequentes inserções de intelectuais

Antropologia social e cultural na Região. Nesta Fase 1, os países abordados são a Argentina, a Colômbia e o Chile e o período considerado 1810-1915. Mas creio que seja honesto confessar que o estímulo maior para a construção de percursos bibliográficos latino-americanos capazes de cumprir os objetivos que declaro neste artigo têm vindo das e dos estudantes aos quais me dirijo desde que estou na UNILA: procedentes da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, da Colômbia, do Equador, do Chile, da Venezuela etc. etc. – aos quais dedico, com muita gratidão, este trabalho, inspirado nas nossas *charlas*.

⁶ É bem conhecido o episódio da defesa da tese de doutorado (em “sociologia”) de Antonio Candido, *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre a crise nos meios de subsistência do caipira paulista*, em 1954, quando o orientador dele, e membro da banca, o prof. Roger Bastide, foi o único a não atribuir nota dez à tese, “alegando que era mais antropológica do que sociológica”. Cf. Pontes (2001, p. 14). Em seguida, como também é bem sabido, a trajetória de Antonio Candido atravessou por inteiro o campo dos estudos literários, sem jamais perder, porém, esse viés antropológico que, de fato, se sobressaía nos *Parceiros*.

⁷ Os trabalhos principais sobre as origens e os primeiros passos da antropologia institucionalizada na Colômbia são Jimeno Santoyo (1991), Jimeno (2007), Giraldo (2005), Langebaek (2005), Páramo Bonilla (2010), Botero (2010), Pineda Giraldo (1999), Lissett Pérez (2010), García Botero (2008 e 2010), Echeverri Muñoz (1999), Restrepo (2014), e, sobretudo, Langebaek e Botero (2009) e Restrepo *et alii* (2017). Vale verificar que o campo antropológico colombiano é talvez o mais atento à sua própria reconstrução historiográfica entre todos os latino-americanos.

⁸ Trabalhos historiográficos sobre as origens e o desenvolvimento da Antropologia no Chile são Berdichewsky (2008), Carrasco e Alvarado (2010), Feliu Cruz (1969), Bengoa (2014), Marquez e Skewes (2018), Dannemann (1990), Arnold (1990), Castro Lulic (2014), Skewes Vodanovic (2004), além do já mencionado Pavez Ojeda (2015).

⁹ Entre as leituras que introduzem à história da antropologia na Argentina, frequentemente particularizadas em narrativas locais ou “provinciais”, destaco Constanzo (1943), Stagnaro (2013), Bermudez *et alii* (2010), Garbulsky (2003), Guber e Visakosky (1998), Guber (2006), Caggiano (2013), Name (2009 e 2012). Considero, porém, que as contribuições mais significativas têm vindo dos trabalhos da figura central da historiografia intelectual argentina, Irina Podgorny que, embora mais dedicada aos estudos sobre os primórdios institucionais das ciências biológicas e naturais no país vizinho, vem desenvolvendo pesquisas que ajudam sobremaneira nas reconstruções historiográficas a que estou me referindo. A sua produção é imensa e julgo mais conveniente remeter à página que a colega da Universidad de la Plata mantém num repositório internacional: <https://arqueologialaplata.academia.edu/IrinaPodgorny>, que permite o acesso gratuito e integral a mais de duzentos trabalhos seus.

¹⁰ A bibliografia sobre os antecedentes da institucionalização da antropologia mexicana (que incluíam as relações com as primeiras pesquisas arqueológicas, como aliás também aconteceu nos casos andinos e mesoamericanos, que não será possível abordar detalhadamente neste trabalho) ainda precisa ser levantada exaustivamente, mas é possível consultar, preliminarmente, Ruiz Martínez (2010), de La Peña (1996), Rutsch (2007), além, é claro, da obra

latino-americanos em redes intelectuais europeias (os casos de Nina Rodrigues e Fernando Ortiz são apenas os mais conhecidos). Mas, justamente em articulação e aparente contraponto, esses estrangeiros (e/ou estrangeirados), antropólogos ou não que fossem, lidaram com, se debruçaram e refletiram sobre questões *nacionais*. Assim, ao longo das histórias nacionais (políticas, sociais, artísticas, intelectuais), andaram se formando núcleos de *problemas* políticos, raciais, sociais, econômicos, militares, geográficos; ofereceram-se respostas ideológicas e narrativas específicas; enfrentaram-se “necessidades” “científicas”; desenharam-se ou se descreveram paisagens locais e nacionais; produziram-se fricções interétnicas também específicas; apareceram configurações e arranjos étnico-sociais diferentes. Numa palavra, montaram-se justamente os cenários e os bastidores da diversidade cultural e social latino-americana, a qual, evidentemente, não é uma invenção contemporânea ou posterior à institucionalização da antropologia, muito menos uma invenção dos antropólogos. Transferindo isso para a perspectiva e os conteúdos de um ensino latino-americano de antropologia, lidamos, portanto, com um paradoxo: essa “proto-antropologia colonial” (os olhares mais ou menos distanciados para as alteridades latino-americanas, por sua vez engendradas pelo colonialismo interno, nas suas variadas versões nacionais) não era só devedora das teorias europeias ou norte-atlânticas. Ou seja, ao “coproduzirem” suas teorias (por vezes aclimatando-as ou forçando-as a se amestixarem), os franceses na Colômbia, os alemães e os poloneses no Chile, os italianos na Argentina, os norte-americanos no México, e os alemães no Brasil, entre outros, criaram ou ajudaram a criar tradições colombianas, chilenas, argentinas, mexicanas e brasileiras, entre outras. Tradições que *pertencem às histórias nacionais* das antropologias latino-americanas, tanto quanto as práticas contemporâneas, inclusive as pós-coloniais. Tradições que, literalmente, *trazem* até a contemporaneidade sentidos, lógicas e mecanismos que revelam mecanismos, lógicas e sentidos da Antropologia contemporânea e, por isso, não podem ser descartas ou ignoradas. Assim, parafraseando também Roberto Cardoso de Oliveira, a pergunta que me move (na pesquisa e na sala de aula, na minha permanência na UNILA e não em outra universidade brasileira – e neste pequeno ensaio) é: *o que era aquilo que*

monumental organizada por Carlos García Mora em 1988, os quinze volumes de *La Antropología en México*, sobre a qual cf. Bueno Castellanos (2008).

¹¹ Não é possível fazer referência aqui a toda a produção de cunho historiográfico sobre a antropologia e a proto-antropologia brasileira, não porque ela seja imensa, mas porque se trata de uma bibliografia que se desdobra em múltiplas direções. Gostaria apenas de destacar a obra de Mariza Correia (1987, 2001 e 2013) e os trabalhos onde a presença estrangeira na formação brasileira da disciplina é mais diretamente tematizada Françoze (2004 e 2005), Passador (2002), Pontes (1998), Schwarcz (1993), Peixoto (2001) e Oliveira (2013).

não se chama(va) *antropologia latino-americana*? Que não se chamava, pois o uso do termo foi desigual, oscilante, orientado por limitações e inclusões que, também, seria válido investigar ou incluir nas nossas investigações historiográficas. Mas que, por vezes, ainda *não se chama*, nos dias de hoje, pois nela se enxergam atores sem uma chancela etno-antropológica clara ou oficial. Como se uma determinada prática intelectual, pelo fato de ter sido denominada, à época, por exemplo, de “historiográfica”, ou “geográfica”, ou “jurídica”, ou “biológica”, ou por ter sido protagonizada por historiadores, geógrafos, juristas ou biólogos (mais uma vez as listas são incompletas para não tornar mais pesado o texto), impedisse de reconhecê-la como, também, etno-antropológica.

Trata-se de uma pergunta que, muito longe de ser retórica, busca revelar o interesse para tudo aquilo que, na América Latina, nos vários campos intelectuais (alguns dos quais ainda em formação ou mesmo não formados nem denominados), lidava com as alteridades resultantes dos vários processos históricos, sobretudo os que o século XIX legou ao XX. Numa palavra, creio que o que é necessário considerar história da Antropologia não é uma história das obras e do pensamento dos antropólogos, mas, sim, uma história (ou seja, uma apresentação contextualizada e crítica) das questões, das relações e dos dilemas sociais que *poderiam* interessar aos antropólogos, inclusive quando e onde não havia (ainda) antropólogos)¹². Uma história social da antropologia será sempre uma história social, *tout court*.

Assim, uma primeira resposta parece-me ser uma que consiga voltar o olhar discente para aquela multidão de dimensões que caracterizaram o processo colonial: pois a política, a ciência, a religião, a gestão (multifacetada) do território, as raças, a cultura, a natureza, a arte – encerro aqui um elenco potencialmente imenso – ao longo dos primeiros quatro séculos de América *latina*, depararam-se com e/ou levantaram questões (políticas, científicas, religiosas, territoriais, raciais etc. etc...) que lidavam com as alteridades encontradas e construídas nos arranjos coloniais. Assim, considero que essa que chamei muito impropriamente “proto-antropologia colonial” se fez protagonista de (inter)penetrações que hoje podemos com proveito repertoriar, incluir e relacionar: com a teologia, o direito, a medicina, a geografia, a antropologia

¹² Mais uma vez, não consigo resistir à tentação de trazer Antonio Candido para essa discussão. Parece-me perfeitamente viável parafrasear e aplicar ao nosso caso a sua celebrada afirmação (a *Formação da Literatura Brasileira* como uma “história dos brasileiros no seu desejo de ter uma literatura” – 1959, p. 51), e pensar nessa história da antropologia latino-americana como uma “história dos (intelectuais) latino-americanos no seu desejo de ter uma antropologia”.

física, a sociologia, a filosofia, a biologia e as outras ciências naturais, a história, a arqueologia. Parece-me merecedor de atenção o fato de que o reconhecimento desses processos de hibridização e contaminação epistemológicas (que incluem formas específicas e historicamente determinadas de construção dos saberes e de institucionalização dos campos intelectuais) são – hoje – amplamente reconhecidos e admitidos, quando se tenta decifrar ou definir a *interdisciplinaridade contemporânea*, mas, infelizmente, não dão suporte suficiente, em termos de história das ideias, inclusive, quando se busca construir as narrativas mais remotas e menos confortantes da história da Antropologia.

Assim, uma segunda conclusão é que ensinar Antropologia, hoje (ou seja, propor-lhe uma narrativa histórica), também transborda e excede a “Antropologia” (oficial, acadêmica e canônica), ainda que plenamente latino-americana. E isso aparece com mais força ainda (embora aqui também com algum tom de paradoxo) na narração da história da Antropologia do século XIX, justamente na imediata véspera da institucionalização e profissionalização da própria *Antropologia*. Nesse longo Oitocentos, de fato, o surgimento das “novas” nações e soberanias fez também surgir e ressurgir, respectivamente, novos e velhos problemas. O passado (colonial, indígena, africano) e como lidar com ele; as mestiçagens que ele consignou à contemporaneidade; a ordenação e ocupação dos territórios nacionais; as várias fases e faces das construções das nações: políticas, simbólicas, ideológicas, científicas, literárias e artísticas. O que nos leva, novamente, de volta ao ponto inicial: não só de Antropologia se alimentaram as demandas e preocupações antropológicas da América Latina do século XIX. Como veremos, aliás, isso também leva à necessidade de se convocarem (nas bibliografias reais das nossas disciplinas) atores intelectuais talvez menos previsíveis – que, frequentemente, não pertencem aos repositórios com que muitos de nós antropólogos nos formamos. Assim, essas preocupações tão voltadas aos desafios do ensino da Antropologia parecem agora se deslocarem para uma necessidade de novas camadas nas *pesquisas* de história da Antropologia. Em outras palavras, ensinar (história da) Antropologia não é só tarefa de sala de aula, mas, também, quiçá sobretudo, compromisso de pesquisa historiográfica, ou seja, de uma pesquisa que aceite uma posição de suporte ao ensino. E, retomando mais uma vez as sugestões de Claudia Briones, escarafunchar o passado significa também assumir o risco (ou o gosto) de devolver carne aos esqueletos guardados nos armários intelectuais. Convocando, então, atores estrangeiros, racistas, médicos e juristas, amadores e diletantes.

Por outro lado, porém, nos territórios limítrofes à Antropologia também se encontram instâncias reveladoras de outros caminhos possíveis na narrativa dessa história dessa Antropologia. Para introduzi-las, devo muito ligeiramente me reportar ao termo “interdisciplinaridade”, não só para lembrar que ele só começou a circular a partir do final dos anos Oitenta (do século XX) para se popularizar, inclusive na América Latina, mais de dez anos mais tarde, mas, sobretudo, para postular que existe uma interdisciplinaridade *avant la lettre*, no pensamento latino-americano do começo do século XX. Ou seja, como veremos logo, justamente num quadrante da história intelectual latino-americana que assumiu a tarefa de espantar alguns daqueles fantasmas (por exemplo os racistas, os amadores e diletantes). Na historiografia, nas ciências sociais, na geografia, na filosofia e nos estudos estéticos e literários produzidos na América Latina do século XX (sobretudo na sua primeira metade), encontram-se, sim, práticas interdisciplinares inovadoras, desde que abordemos os objetos de estudo e as agendas temáticas de muitos autores, independentemente da sua definição (ou auto-definição) disciplinar.

Para não protelar excessivamente a discussão que essas práticas me parecem propiciar, adianto uma lista de nomes que permitem ilustrar a minha posição. Em estreita ordem cronológica, menciono Fernando Ortiz (1881-1969), Mário de Andrade (1893-1945), José Carlos Mariátegui (1894-1930), Miguel Ángel Asturias (1899-1974), Sergio Buarque de Hollanda (1902-1987), José María Arguedas (1911-1969), Octavio Paz (1914-1988), Antonio Candido (1918-2017) e Ángel Rama (1926-1983). Como se vê, trata-se de nomes inteiramente pertencentes aos seus respectivos cânones nacionais e disciplinares, mas pouco conhecidos no Brasil (é o caso do cubano, dos peruanos, do guatemalteco, sobretudo, embora bem menos nos casos do mexicano e do uruguaio), e quase completamente ausentes das bibliografias dos cursos de Antropologia do Brasil – se não nas penumbras quase clandestinas de uma ou outra disciplina optativa. No seu conjunto (pois não cabe aqui abordar exaustivamente a contribuição que cada um deles oferece ou poderia oferecer à compreensão, *tout court*, da história da Antropologia na América Latina), trata-se de um rol de atores intelectuais que cumpriram funções relevantíssimas nos seus respectivos contextos nacionais e cronológicos.

Nos seus trabalhos, pertencentes a vários gêneros textuais, que compreendem, muito significativamente do meu ponto de vista, tanto o *ensaio* quanto a narrativa de ficção, “ampliaram a foto de família”, explorando (isto é, também representando, descrevendo, narrando, reconfigurando ou desconfigurando) âmbitos sociais, étnicos, culturais, linguísticos e estéticos

desconhecidos, ou estigmatizados ou removidos. Ajudaram a transformar comunidades imaginadas (Peru, Brasil, Cuba, México: América Latina) em sociedades reais. Dessa forma, as sociedades e os países concebidos como ocidentais, *criollos* ou luso-brasileiros, foram dando lugar a outros, mais contraditórios e plurais. Numa palavra, as suas obras (ou boa parte delas) fizeram o serviço que, em outras circunstâncias e contextos fez, faria ou teria que fazer a Antropologia. Alguns desses autores, aliás, acabaram militando, mais ou menos oficialmente, ou foram considerados, mais cedo ou mais tarde, “antropólogos”. É o caso de Ortiz, em Cuba, e, com menos notoriedade, de Arguedas no Peru, e, de certa forma, como já foi lembrado, de Antonio Candido na USP. Assim, insistindo na metáfora, creio que incluí-los nas narrativas da história da Antropologia também permite ampliar uma outra foto de família, a dos próprios “antropólogos”.

É válido apresentar alguns exemplos que me parecem extremamente significativos. O primeiro refere-se à rica produção etnomusicológica de Mário de Andrade (quase toda publicada postumamente¹³), que apesar de guardar uma estreita relação com os primórdios da antropologia uspiana (incluindo as várias instâncias de sociabilidade extra-universitária, como a Sociedade de Etnografia e Folclore e a Direção de Cultura da cidade de São Paulo) e da sua inegável qualidade, é praticamente desconhecida no campo antropológico brasileiro contemporâneo (cf. Valentini, 2010, Rubino, 1995, Pontes, 1998), ao conhecimento do qual poderia agregar a contribuição original e irreverente de um etnógrafo surpreendentemente moderno. Na grande maioria dos textos de Mário dedicados à música popular (mas, também, a outros aspectos da cultura brasileira, inclusive erudita), flagra-se um “tom” e um estilo que, hoje, consideramos pertencentes às modalidades contemporâneas do fazer etnográficos que lidam com as relações entre sujeitos em campo, entre “observador e observado”, etc¹⁴. Mas não é só isso que se colhe nas centenas e centenas de registros, comentários e análises que o nosso poeta consigna aos leitores contemporâneos, pois a contribuição metodológica e historiográfica de Mário de Andrade se mantém intacta e original, inclusive penetrando numa outra temática antropológica que ele foi

¹³ Cf., ao menos, Andrade, 1976, 1982, 1983, 1984, 1987 e 1991.

¹⁴ Pinço uma amostra exemplificativa, retirada do conhecido ensaio de Mário sobre o Samba Rural Paulista: “O mais humorístico do caso é que o grupo de samba que estudei em Pirapora, tinha ido de São Paulo. É verdade que a minha viagem não se destinara especialmente a isso, mas não tem dúvida que parei uma noite em Pirapora, fatigadíssimo e poento, pra colher coisas paulistanas que se realizam às minhas próprias barbas desatentas” (Andrade, 1991, p. 114). Um exemplo mais completo se encontra em todo o seu livro *O Turista Aprendiz* (1976), póstumo, mas contendo crônicas publicadas no final dos anos vinte.

pioneiro em abordar, a do patrimônio, material e imaterial¹⁵, na qual também se destaca o papel que ele desempenhou ao promover a conhecida Missão de Pesquisas Folclóricas de 1938 (Carlini, 1995; Sandroni, 1999 e 2014;), que ocupa um lugar importantíssimo na história da Antropologia latino-americana que estou defendendo.

O segundo exemplo obriga a informar que os sete volumes da *Obra Antropológica* do narrador, *bachiller en antropologia* pela Universidad Mayor de San Marcos (1957) e diretor do “Instituto de Estudios Etnológicos” de Lima, José María Arguedas, publicados em 2013, não são localizáveis em nenhuma biblioteca universitária brasileira, salvo falha dos motores de busca dos seus respectivos sistemas integrados, o que deve ser sintoma de uma ausência absoluta de toda e qualquer sala de aula. Dessa forma, para além da sua produção narrativa (que também mereceria a nossa atenção, assim como, só para fazer um exemplo que me parece aparentado, a literatura dialogicamente intercultural de um João Guimarães Rosa), para conhecer a contribuição desse autor para a antropologia latino-americana, não temos muito mais do que uma coletânea publicada no México (Arguedas, 1977). Da mesma forma, e recuando de algumas décadas, mas permanecendo em território peruano, é inegável o alcance das reflexões de Mariátegui que, nos celebrados *7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana* (2007), publicados originalmente em 1928, transita por todas as ciências sociais (incluindo a economia política) e pela própria literatura, para *ensaiar*, justamente, uma *interpretação* de uma sociedade multidiversa como a peruana. Tratar-se-ia, em ambos os casos, de desafiar a antropologia brasileira contemporânea a se confrontar com debates intelectuais (e políticos, sobretudo no caso de Mariátegui) aos quais não se participa unicamente afirmando, com petições de princípio, a necessidade de dar “giros” descoloniais. As matrizes racistas que esses textos combateram e combatem (no Peru, por exemplo, mas evidentemente não só) são as mesmas que, mais tarde, as antropologias latino-americanas foram impelidas a compreender e desmascarar. Além disso, o debate intelectual peruano, mais especificamente, apresentava um sentido indigenista que, mesmo tendo prescindido da antropologia institucionalizada – lá e então –, não deveria dispensá-la aqui e agora.

¹⁵ As intuições e as reflexões de Mário de Andrade sobre esses temas têm recebido bastante atenção, em tempos recentes, mas quase sempre fora da Antropologia brasileira. Cf., por exemplo, Santos (2018), Valentini (2010), Nogueira (2005)

O terceiro exemplo chega do Uruguai, e coloca o dilema de um autor como Ángel Rama (1974 e 2008) que, apesar de ter sido, de fato, “exclusivamente” um frequentador do campo dos estudos literários¹⁶, entrou nele (e no seu cânone), através da utilização, muito original e arguta de um conceito, o de *aculturación*, que havia tomado emprestado de um ensaísta cubano, Fernando Ortiz (hoje erguido, em pátria, como o pai da “antropologia cubana”, mas que havia iniciado a sua trajetória no campo do Direito e da criminologia). Numa operação transfronteiriça que ainda deveria suscitar algum estudo da nossa parte, Rama (que por sinal foi companheiro, em vários percursos, de Antonio Candido¹⁷) constrói o que me parece o mais eficaz instrumento de compreensão antropológica das literaturas latino-americanas, o que não deveria ser útil apenas para os estudantes dos cursos de Letras. Nesse sentido, é bastante significativa a ponte que ele constrói entre a obra de Ortiz (cujo “ensaio” seminal – *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar* – merecerá algumas palavras logo mais adiante), à época (1940) chancelada por Malinowski, mas só muito recentemente admitida no cânone antropológico latino-americano, e a de Antonio Candido, que não só contribuiu para a nossa disciplina com essa obra-prima de “antropologia rural” que foi a sua tese de doutorado, mas, antes (com os seus micro-estudos etnográficos sobre o mundo caipira¹⁸), e depois (sobretudo com a série de estudos dialéticos inaugurados por “Dialética da Malandragem”), buscou dar um sentido crítico e interpretativo a um leque amplo e variado da experiência social brasileira. Cabe neste parágrafo, portanto, uma rápida menção aos motivos que fazem incluir Fernando Ortiz nesse rol. Como sabemos, tem sido frequente a aproximação entre a sua obra e alguns textos de Gilberto Freyre. Ambos pioneiros nos estudos sobre as matrizes africanas cubana e brasileira (cf. Ortiz, 1916 e 2002), se diferenciam, porém, entre outros motivos, pela constância com que o autor caribenho veio se dedicando a esse grande tema, destacando-se, inclusive, pelos estudos de cunho etnomusicológico. Além disso, como observa Simões (2017, p. 10) em estudo recente, trata-se de “projetos intelectuais [...] [que] congregam afinidades de sentido, mas apresentam divergências significativas no que tange às finalidades e aos efeitos sociais”, o que, por si só, então, tornaria

¹⁶ Mas cf. o seu artigo “La literatura en su marco antropológico” (1984).

¹⁷ É recentíssima a publicação da correspondência entre os dois (Rocca, 2018) e de uma análise das relações teóricas e metodológicas de Rama e Candido (Rodrigues, 2018).

¹⁸ Sobre os quais cf. Jackson (2008), que aborda, mais amplamente, a temática “caipira” na ciência social brasileira, o que significou, sobretudo, a sociologia uspiana dos anos Trinta a Cinquenta. Ainda há poucos trabalhos sobre as relações entre esses “estudos de comunidade” e a antropologia brasileira. Cf, porém, Mussolini (2009) e Ciacchi (2009).

oportuna a sua apresentação em contextos de ensino de história de Antropologia no Brasil. Em particular, o *Contrapunteo* é, como sabem os poucos que o leram por completo, um texto de originalíssima estrutura ensaística, em que o tema da mestiçagem engendra uma forma literária tão ou mais mestiça, o que também me instiga a considerá-la precursora de mais recentes e ousadas derivas da antropologia (pós-)moderna.

Ensaaios, na melhor acepção do termo (e, como veremos, também numa acepção que lhe determinou certa hostilidade acadêmica, mais à frente), são também os que determinam a contribuição original de Sergio Buarque de Holanda. “Historiador” à revelia dele mesmo, pelo menos nos anos que nos interessam, esse intelectual de quem às vezes aproveitamos (quicá por sugestão de Roberto daMatta, 1997) quase só “O homem cordial” e mais alguns trechos de *Raízes do Brasil*, tem, na realidade, muito mais a oferecer aos interessados na história da Antropologia. Tendo tempo (e paciência), só enxergo vantagens na leitura de *Monções* (1945) e de *Caminhos e Fronteiras* (1957) para a melhor compreensão do fenômeno bandeirante (propedêutico a qualquer percurso de etnohistória indígena), e de *Visão do Paraíso* (1959) para o entendimento de aspectos decisivos dos processos coloniais. Leituras que precisam acompanhar o reconhecimento dos passos da trajetória de um autor que circulou em espaços “cheios de antropologia”, como o Museu Paulista e a Escola de Sociologia e Política de São Paulo (cf. Françoze, 2004 e 2005).

Finalizando, e subindo até a Mesoamérica e o México, os casos de Miguel Ángel Asturias e Octavio Paz também me instigam a insistir sobre a necessidade de abrir mais espaço para a literatura (quase propriamente dita) na Antropologia, e vice-versa. Se para o escritor guatemalteco, o trânsito da mitologia para a narrativa romanesca mostrou o rendimento estético de um interesse inicial nas tradições “índigenas” (que, lá, então, puderam incluir o peso de todo o universo da cultura *maya*), para Octavio, o périplo estético-epistemológico incluiu a poesia, a filosofia e o ensaio, para apresentar os efeitos dos dilemas identitários sobre o próprio sentido do trabalho intelectual numa sociedade como a mexicana. Ambos precursores de um certo *boom* latino-americano, publicando talvez as suas duas obras mais emblemáticas no curto arco de dois anos (*Hombres de maíz*, 1949; *El labirinto de la soledad*, 1950), ainda permitiram, antes e mais do que quase todos os antropólogos latino-americanos, como vimos, a divulgação internacional de temas culturais da região. Se, como é compreensível, não é isso o que conta, pois o nosso compromisso é aqui e agora, é bem mais sugestivo verificar o efeito da leitura dessas obras nos estudantes de antropologia aos quais tenho colocado as questões que aqui venho abordando. Não

é só o acesso a horizontes textuais e estéticos mais arejados que é válido e significativo, mas, bem no cerne dos desafios da *antropologia*, aquilo que esses autores são capazes de determinar na compreensão do chão em que se destrinchou o pensamento antropológico na América Latina.

Como sabemos, para algumas obras de uma trinca formada por Sergio Buarque, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. cunhou-se a expressão “interpretações do Brasil” (cf. Ricupero, 2011). Mais recentemente, Fernando Henrique Cardoso (2013) introduziu a categoria da “invenção” (também “do Brasil”). Creio que interpretada ou inventada, a América Latina não deve só a antropólogos (e muito menos a antropólogos contemporâneo), nem só a empreendimentos etnográficos, as possibilidades da sua compreensão. Assim, nem a “origem disciplinar” ou a filiação epistemológica (quando e se existem); nem a data e o lugar de nascimento; nem o gênero textual frequentado ou utilizado são, nesta perspectiva, os critérios que permitem o ingresso de autores e obras nas bibliografias dos cursos de história da Antropologia. Se, por exemplo, como desejo, pratico e proponho, aumentássemos exponencialmente o número de *ensaios*, em detrimento de monografias, teses, artigos, *papers* ou outros textos científicos contemporâneos, creio que as vantagens seriam concretas. Tratar-se-ia, de certa forma, de uma inversão de rota, a ser planejada, antes, e defendida, depois.

Ao mesmo tempo, porém, parece-me compreensível essa escassa comunicação entre a antropologia contemporânea (ou seja, entre as narrativas contemporâneas da sua história, no Brasil e no resto da América Latina) e essas propostas, mais recuadas no tempo e menos dotadas de qualificações teórico-metodológicas. Considero que não há só, nem tanto, um hiato temporal a separar esses dois blocos, mas, antes e sobretudo, uma distância epistemológica que deveria merecer mais um pouco da nossa atenção. Os nove autores que mencionei (numa escolha calculada, mas, ao mesmo tempo, que admitiria numerosos acréscimos e emendas) frequentaram, em formas e estilos diferentes, o gênero do *ensaio*. Como sabemos, e sem ter que percorrer aqui o amplo debate e as valiosas contribuições de quem, no campo da história das ideias, tem se dedicado a estudar, descrever e localizar essa forma específica da produção intelectual (inclusive nos vários e significativos casos latino-americanos – cf. Norte e Reis, 2008, para um roteiro conciso), o *ensaísmo* também veio paulatinamente a assumir uma imagem negativa, pelo menos no meio acadêmico brasileiro, à medida que foi se valorizando (para dizer o mínimo), o “cientificismo” que, invocado pelo menos desde os anos cinquenta, se afirma, embora não necessariamente com esse nome, no começo da “era da pós-graduação” brasileira, ou seja, a

partir dos anos setenta. É muito conhecido, nos nossos próprios arredores disciplinares, o caso da sociologia uspiana que, sob a batuta rigorosa de Florestan Fernandes (Arruda, 2010¹⁹), armou os meios de distanciamento das tradições anteriores que tinham no ensaio uma das formas principais de expressão e de veiculação do pensamento social. Entretanto, pelo menos no caso da antropologia, parece-me que o abandono desse gênero textual e a adoção de outras formas, mais valorizadas, de produção de conhecimento, frequentemente ancoradas a um empirismo paradoxalmente resgatado, precisariam ser repensados criticamente, não constituindo necessariamente um ganho epistemológico e, muito menos, metodológico. Enxergo, nesse movimento, algo análogo àquilo que foi questionado quando se questionou, em muitas latitudes e com vários acentos, mais ou menos polêmicos, o excesso de crença na “autoridade etnográfica”. Sem poder (mais uma vez) re-historiar todos os vários debates internacionais sobre esse tema epistemológico (nem mesmo os seus reflexos brasileiros²⁰), creio que repensar o papel desempenhado, na textualidade etno-antropológica, pela etnografia, significa indagar se essa “instância” (um gênero, um recurso, um ritual, um relato, um estilo?) é de fato incompatível com o ensaio – e vice-versa.

Neste momento, é uma indagação ainda merecedora de respostas mais aprofundadas, que não cabem na proposta deste trabalho, mas absolutamente importante e oportuna. Claro que à primeira vista parece-me mais fácil responder negativamente (ou seja, a favor da compatibilidade entre “ensaio” e “etnografia”), sobretudo se, dentro do horizonte etnográfico couber (como cada vez mais se quis que coubessem) a expressão e a experiência pessoais e a sua textualização, articulada à consciência de que a produção do conhecimento não é separada daquelas expressões e experiências. Entretanto, e mesmo de forma coerente com aquilo que aqui tentei apresentar, creio que seja necessário articular essa questão de forma historiográfica, mapeando, analisando e reinterpretando tanto o ensaio não-antropológico (oriundo, por exemplo, da história, da geografia, da filosofia, ou de alguma “área sem nome”...) quanto a etnografia nas suas formas reais, assim como se revelam nas várias dimensões dos campos intelectuais latino-americanos. Os dois polos (ensaio crítico, como os que foram aqui mencionados; e monografia baseada em etnografia) pertencem, no meu entendimento, a um mesmo paradigma, formando e situando-se em um

¹⁹ Mas as contribuições, inclusive recentes, sobre essa questão e outras relativas às várias fases de transição na ciência social brasileira são inúmeras. Ainda considero imprescindível a obra organizada por Sergio Miceli (1995).

²⁰ Mas é válido remeter a dois “clássicos”, de opostas colocações: Marcus e Clifford (1986) e Peirano (1995) e a um resumo mais recente (Gonçalves, 2016).

mesmo sistema coerente de visões da realidade que, em determinado momento histórico, é compartilhado por setores específicos da comunidade científica. Finalmente, o fato de que em ambas essas instâncias textuais se possa verificar a presença (e uma presença significativa no sentido próprio do termo) dessas expressões e experiências só me parece confirmar que a nossa disciplina, longe de ser asséptica, é profundamente condicionada pelo clima cultural da sua época e pela circulação de ideias da qual ela mesma participa. Que isso possa ser apresentado (por exemplo a uma turma de estudantes de antropologia) através de uma narrativa histórica que inclui pessoas e obras que aparentemente não pertencem à antropologia é para mim algo reconfortante e desafiador, mas, também, possivelmente, uma tarefa a ser assumida por muitos de nós.

Referências

ANDRADE, Mário de. *O Turista Aprendiz*. Estabelecimento de texto, introdução e notas de Telê Porto Ancona Lopez. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

_____. *Danças dramáticas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1982.

_____. *Música de Feitiçaria no Brasil*. 2ª ed., Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.

_____. *Os cocos*. Preparação e notas de Oneyda Alvarenga. São Paulo: Duas Cidades, 1984.

_____. *As melodias do boi e outras peças*. Preparação e notas de Oneyda Alvarenga. São Paulo: Duas Cidades, 1987.

_____. “O Samba rural paulista”. In: *Aspectos da Música brasileira*. Belo Horizonte: Vila Rica, 1991, p. 112-185.

ARGUEDAS, José María. *Formación de una cultura nacional indoamericana*. 2ª ed., México: Siglo XXI, 1977.

_____. *Obra Antropológica*. 7 tomos. Lima: Horizonte/Instituto de Estudos Peruanos.

ARNOLD, Marcelo. *La Antropología Social en Chile*. Producciones y representaciones. Santiago: s. ed., 1990.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. “A sociologia de Florestan Fernandes”. *Tempo Social*, 22, 1: 9-27, 2010.

ASTURIAS, Miguel Ángel. *Hombres de maíz*. Edición crítica, Gerald Martin (Coord.). São Paulo: Allca XX, 1997.

BENGOA, José. “La trayectoria de la Antropología en Chile”. *Revista Antropologías del Sur*, n. 1, pp. 15-42, 2014.

BERDISCHEWSKY, Bernardo. “Notas Críticas en Torno a la Historia de la Antropología”. III Congreso Chileno de Antropología. Colegio de Antropólogos de Chile A. G, Temuco, 1998. Disponível em: <https://www.aacademica.org/iii.congreso.chileno.de.antropologia/23>. Acesso em 13 de fevereiro de 2019.

BERMÚDEZ, Natalia (*et alii*). “La antropología en Córdoba. Tensiones y avances en la construcción de un campo disciplinario en el interior de la Argentina”. *Boletín de Antropología*, v. 24, n. 41, pp. 453-465, 2010.

BOTERO, Clara Isabel. “José de Recasens. La construcción de una tradición científica en Colombia”. *Antípoda*, n. 11, pp. 285-338, 2010.

BOTERO, Clara Isabel; Carlos Henrique LANGEBAEK. *Arqueología y etnología en Colombia. La creación de una tradición científica*. Bogotá: Editorial de los Andes, 2009.

BRIONES, Claudia. ““Con la tradición de todas las generaciones pasadas gravitando sobre la mente de los vivos”: usos del pasado e invención de la tradición”, *Runa*, 21, 1: 99-129, 1994.

BUENO CASTELLANO, Carmen. “La antropología en México: veinte años después”. *Inventario Antropológico*, n. 9, pp. 397-414, 2008.

CAGGIANO, Sergio. “La visión de la “raza”. Apuntes para un estudio de la fotografía de tipos raciales en Argentina”. *Revista del Museo de Antropología*, n. 6, pp. 107-118, 2013.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura brasileira*. Momentos decisivos. São Paulo: Martins, 1959.

_____. “Dialética da Malandragem”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 8: 67-89, 1970.

_____. *Os parceiros do Rio Bonito*. 2ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “O que é isso que chamamos de antropologia brasileira?”. In: *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998, pp. 109- 128.

_____. “Vicisitudes del ‘concepto’ em América Latina”. In: LEON-PORTILLA, Miguel (coordinador). *Motivos de la Antropología Americanista*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001, pp. 73-84.

CARLINI, Álvaro. *Cante lá que gravam cá: Mário de Andrade e a Missão de Pesquisas Folclóricas de 1938*. Dissertação (Mestrado em História). USP, 1995.

CARRASCO, Iván; ALVARADO, Miguel. “Literatura antropológica chilena: fundamentos”. *Estudios Filológicos*, n. 46, pp. 9-23, 2010.

CASTRO LULIC, Milka. “A sessenta años de la Antropología en Chile”. *Revista Antropologías del Sur*, n. 1, pp. 43-64, 2014.

CIACCHI, Andrea. “Uma leitura crítica dos estudos de comunidade no Brasil: apresentação do texto de Gioconda Mussolini”. *Cadernos de Campo*, v. 18, n. 18, pp. 281-285, 2009.

CONSTANZO, María de las Mercedes. “Las investigaciones antropológicas y etnográficas en la Argentina”. *Acta Americana*, México, v. 1, n. 3, pp. 331-334, 1943.

CORAZZA, Gentil. “A UNILA e a integração latino-americana”, *Boletim de Economia e Política Internacional*, n. 3, pp. 79-88, 2010.

CORRÊA, Mariza. *História da antropologia no Brasil (1930-1960): testemunhos: Emílio Willems e Donald Pierson*. Campinas: Editora da Unicamp/Edições Vértices, 1987.

_____. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. 2º ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

_____. *Traficantes do simbólico e outros ensaios sobre a história da antropologia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

CRESPO, Horacio El erudito coleccionista y los Orígenes del americanismo. In: ALTAMIRANO, Carlos (director). *Historia de los intelectuales em América Latina*. Vol. I. Buenos Aires: Katz, 2008, pp. 290-311.

DANNEMANN, Manuel. “Rodolfo Lenz, etnólogo y estudioso del folklore”. *Revista Chilena de Antropología*, n. 8, pp. 77-92, 1990.

DE LA PEÑA, Guillermo. “Nacionales y extranjeros en la historia de la antropología mexicana”. In RUTSCH, Mechthild (comp.). *La historia de la Antropología em México*. México: Plaza y Valdés, 1996, p. 41-82.

ECHEVERRI MUÑOZ, Marcela. “El Museo Arqueológico y Etnográfico de Colombia (1939-1948): La puesta en escena de la nacionalidad a través de la construcción del pasado indígena”. *Revista de Estudios Sociales*, n. 3, pp. 104-109, 1999.

ERIKSEN, Thomas Hylland e NIELSEN, Finn Sievert. *A History of Anthropology*. 2º ed., Londres: Plutopress, 2013.

FABIETTI, Ugo. *Storia dell'Antropologia*. 3ª ed., Milano: Zanichelli, 2011.

FELIU CRUZ, Guillermo. *Ricardo E. Latcham (1869-1960). La bibliografía de las ciencias antropológicas*. Santiago: Editorial de la Universidad Católica (Bibliógrafos chilenos), 1969.

FRANÇOZO, Mariana. *Um outro olhar: a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2004.

_____. “O Museu Paulista e a história da antropologia no Brasil entre 1946 e 1956”. *Revista de Antropologia*, n. 48, pp. 585-612, 2005.

GARBULSKY, Edgardo. “La antropología argentina en su historia y perspectivas. El tratamiento de la diversidad, desde la negación/omisión a la opción emancipadora”. Ponencia presentada a las I Jornadas Experiencias de la Diversidad- Centro de Estudios sobre Diversidad Cultural-Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional de Rosario. Rosario, Argentina, 9 y 10 de mayo de 2003. Disponível em: <https://rephip.unr.edu.ar/handle/2133/12165>. Acesso em 13 de fevereiro de 2019.

GARCÍA BOTERO, Hector. “Cuestionar la alteridad: reflexiones sobre la historiografía de la antropología colombiana”. *Maguaré*, n. 22, pp. 455-481, 2008.

_____. *Una historia de nuestros otros. Indígenas, letrados y antropólogos en el estudio de la diferencia cultural en Colombia (1880-1960)*. Bogotá: Editorial de los Andes, 2010.

GARCÍA MORA, Carlos (Coord). *La Antropología en México*. 15 vols. México: INAH, 1988.

GIRALDO, Paola. “Adiós a la inocencia. Crónica de una visita al estilo nacional de hacer antropología”. *Antípoda*, v. 1, n. 1, pp. 185-199, 2005.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. “Etnografia, etnologia & teoria antropológica”. *Política & Trabalho*, 44: 247-261, 2016.

GROSSI, Miriam (et alii). *Ensino de antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além fronteiras*. Florianópolis: Nova Letra, 2006.

GUBER, Rosana. “Liñajes ocultos en los orígenes de la antropología social de Buenos Aires”. *Avá*, n. 8, pp. 1-35, 2006.

GUBER, Rosana; VISAKOVSKY, Eduardo. “Controversias filiales: la imposibilidad genealógica de la antropología social de Buenos Aires”. *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología*, n. 22-23, pp. 25-53, 1998.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Monções*. 2ª ed. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

_____. *Caminhos e Fronteiras*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

_____. *Visão do Paraíso*. Os motivos edênicos no descobrimento e na colonização do Brasil. 2ª edição (revista e ampliada). São Paulo: Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1969 (Brasiliana, 333).

_____. *Raízes do Brasil*. 11ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

JACKSON, Luiz Carlos. “O Brasil dos Caipiras”. *Literatura e sociedade*, v. 14, n. 12: 74-87, 2009.

JIMENO, Myriam. “Naciocentrismo: tensiones y configuración de estilos en la antropología sociocultural colombiana”. *Revista Colombiana de Antropología*, n. 43, pp. 9-32, 2007.

JIMENO SANTOYO, Myriam. “La antropología en Colombia”. *Revista Colombiana de Antropología*, n. 28, pp. 53-65, 1991.

KUCKLICK, Henrika. *A New History of Anthropology*. Oxford-Malden: Blackwell, 2008.

LANGEBAEK, Carl Henrik. “De los Alpes a las selvas y montañas de Colombia: el legado de Gerardo Reichel-Dolmatoff”. *Antípoda*, v. 1, n. 1, pp. 140-171, 2005.

LANGEBAEK, Carl Henrik; BOTERO, Clara Isabel (eds.). *Arqueología y etnología en Colombia: la creación de una tradición científica*. Bogotá: Universidad de los Andes, Departamento de Antropología, Centro de Estudios Socioculturales, 2009.

LISSETT PÉREZ, Andrea. “Antropologías periféricas. Una mirada a la construcción de la antropología en Colombia”. *Boletín de Antropología*, v. 24, n. 41, pp. 399-430, 2010.

LOPES NORTE, Ângela; REIS, Livia. “O ensaio latino-americano como vetor da construção identitária e sua contribuição para as relações Brasil-América hispânica”. *Ipotesi*, 12, 1: 155-165, 2008.

MARCUS, George; CLIFFORD, James (eds.) *Writing Cultures. The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *7 Ensayos de interpretación de la realidade peruana*. 3ª ed. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2007.

MARQUEZ, Francisca; SKEWES, Juan. “Chile, Anthropology in”. *The International Encyclopedia of Anthropology*, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1002/9781118924396.wbiea1744>. Acesso em 13 de fevereiro de 2019.

MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1995.

MUSSOLINI, Gioconda. “Persistência e mudança em sociedades de ‘folk’ no Brasil”. *Cadernos de Campo*, v. 18, n. 18, pp. 287-300, 2009.

MYERS, Jorge. “Introducción al volumen I. Los intelectuales latinoamericanos desde la colônia hasta el inicio del siglo XX”. In: ALTAMIRANO, Carlos (director). *Historia de los intelectuales em América Latina*. Vol. I. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 29-50.

NAME, María Julia. “La historia de la antropología como campo de estudios. Contribuciones desde de una investigación sobre la historia de la antropología médica en la Argentina”. VIII Reunión de Antropología del MERCOSUR. Buenos Aires, 29 de septiembre al 2 de octubre de 2009.

Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0Bw1GixlttCg4WnRxWjl3MEVJcXc>. Acesso em 13 de fevereiro de 2019.

_____. “La historia que construimos. reflexiones a propósito de uma investigación sobre la historia de la antropología en Argentina”. *Runa*, v. 33, n. 1, pp. 53-69, 2012.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto. *Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: Hucitec, 2005.

NORTE, Ângela Lopes; REIS, Livia. “O ensaio latino-americano como vetor da construção identitária e sua contribuição para as relações Brasil-América hispânica”. *Ipotesi*, v. 12, n. 1, pp. 155-165, 2008.

OLIVEIRA, Amurabi. “Um Balanço da Discussão sobre Ensino na Associação Brasileira de Antropologia”, *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*, v. 1, n. 1, pp. 80-91, 2017.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Curt Nimuendaju e a história Ticuna: elementos para uma reflexão crítica sobre a etnografia e o estatuto da etnologia”. *Tellus* (UCDB), n. 24, pp. 227-259, 2013.

ORTIZ, Fernando. *La hampa afrocubana. Los negros esclavos*. Estudio sociológico y de Derecho público. Habana: Revista Bimestre Cubana, 1916.

_____. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. La Habana: Editorial de Ciencias sociales, 1983.

_____. “Los factores humanos de la cubanidad”. *Perfiles de la cultura cubana*, s. ed.: 1-15, 2002. Disponível em: http://www.perfiles.cult.cu/articulos/factores_cubanidad.pdf. Acesso em 13 de fevereiro de 2019.

PARAMO BONILLA, Carlos Guillermo. “Decadencia y redención: racismo, fascismo y los orígenes de la antropología colombiana”. *Antípoda*, n. 11, pp. 67-99, 2010.

PASSADOR, Luiz Henrique. *Herbert Baldus e a Antropologia no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2002.

PAVEZ OJEDA, Jorge. *Laboratorios etnográficos. Los archivos de la antropología en Chile (1880-1980)*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2015.

PAZ, Octavio. *El Laberinto de la Soledad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PINEDA GIRALDO, Roberto. “Inicios de la Antropología en Colombia”. *Revista de Estudios Sociales*, n. 3, pp. 29-42, 1999.

PEIXOTO, Fernanda. “Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960). In: MICELI, Sergio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989, v. 1, 2001, pp. 477-532.

PONTES, Heloísa. *Destinos Mistos. Os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. “Entrevista com Antonio Candido”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16, 47: 5-30, 2001.

RAMA, Ángel. “Los procesos de transculturación en la narrativa latinoamericana”. *Revista de Literatura hispanoamericana*, n. 5, pp. 9-38, 1974.

_____. “La literatura en su marco antropológico”. *Cuadernos hispanoamericanos*, n. 407, pp. 95-101, 1984.

_____. *Transculturación narrativa en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones El Andariego, 2008.

RESTREPO, Eduardo. “Desdisciplinar a antropologia. Diálogo com Eduardo Restrepo”. *Horizontes Antropológicos*, v. 20, n. 41, pp. 359-379, 2014.

RESTREPO, Eduardo *et alii* (eds.). *Antropología hecha en Colombia*. Tomo 1. Popayán: Universidad del Cauca. Sello Editorial, 2017.

RICOBOM, Gisele. “A Integração Latino-Americana e o Diálogo Intercultural: Novas Perspectivas a Partir da Universidade”, *Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais*, Curitiba, n. 12, pp. 356-367, 2010.

RICUPERO, Rubens. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. Belo Horizonte: Alameda, 2011.

ROCCA, Pablo. *Conversa Cortada – A Correspondência entre Antonio Candido e Ángel Rama*. São Paulo: Edusp/Ouro sobre Azul, 2018.

RODRIGUES, Joana. *Antonio Candido e Ángel Rama: Críticos Literários na Imprensa*. São Paulo: Ed. da UNIFESP, 2018.

RUBINO, Silvana. “Clubes de Pesquisadores. A Sociedade de Etnologia e Folclore e a Sociedade de Sociologia”. In: MICELI, Sergio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré: FAPESP, v. 2, 1995, pp. 479-521.

RUIZ MARTÍNEZ, Apen. “La construcción del conocimiento en ruta. Expediciones antropológicas y arqueológicas en México a fines del siglo XIX”. *Antípoda*, n. 11, pp. 215-237, 2010.

RUTSCH, Mechthild. *Entre el campo y el gabinete: nacionales y extranjeros en la profesionalización de la antropología mexicana (1877-1920)*. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia: UNAM, Instituto de Investigaciones Antropológicas, 2007.

SAHLINS, Marshal. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

SANDRONI, Carlos. “Notas sobre Mário de Andrade e a Missão de Pesquisas Folclóricas de 1938”, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 28, pp. 60-73, 1999.

_____. “O acervo da Missão de Pesquisas Folclóricas, 1938-2012”. *Debates Unirio*, n.12, pp. 55-62, 2014.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. “O patrimônio de Mário de Andrade: tirando o pedregulho da botina para não manquejar”. *Revista CPC*, 25: 11-47, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIMÕES, João Francisco de Oliveira. *Os projetos intelectuais de Fernando Ortiz e Gilberto Freyre*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2017.

SKEWES VODANOVIC, Juan Carlos. “La enseñanza de la antropología”. *Anales del Instituto de Chile*. Estudios, v. 24, n. 2, pp. 357-400, 2004.

STAGNARO, Adriana Alejandrina. “La antropología en la comunidad científica: entre el origen del hombre y la caza de cráneos-trofeo (1870-1910)”. *Alteridades*, v. 3, n. 6, pp. 53-65, 1993.

VALENTINI, Luísa. *Um laboratório de antropologia: o encontro de Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss (1935-1938)*. São Paulo: Alameda, 2010.

VISACOVSKY, Sergio e Rosana Guber (compiladores). *História y estilos de trabajo de campo em Argentina*. Buenos Aires: Antropofagia, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Metafísicas canibais*. Elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Cosacnaify, 2010.

WEBBER, Florence. *Brève Histoire de l'anthropologie*. Paris: Flammarion, 2015.

Ensinar (História da) Antropologia no Brasil: um ensaio bibliográfico latino-americano

Resumo

Através de uma releitura de alguns momentos da história intelectual latino-americana, incluindo neles períodos e trajetórias frequentemente negligenciadas, neste trabalho se pretende, ao mesmo tempo repensar as abordagens brasileiras e globais à história da antropologia e propor uma nova estratégia para o ensino de antropologia na universidade brasileira. O pressuposto principal do ensaio é a convicção de que não é nem foi apenas a antropologia a disciplina que tem oferecido interpretações antropológicas dos vários aspectos da realidade social e cultural da América Latina. Assim, também se alcançaria, simetricamente, uma releitura “antropológica” da produção intelectual latino-americana dos últimos 150 anos.

Palavras-chave: Ensino de Antropologia. História da Antropologia. Ensaio latino-americano

Teaching (History of) Anthropology in Brazil: a Latin American bibliographical essay

Abstract

Through a re-reading of some moments of Latin American intellectual history, including in them frequently neglected periods and trajectories, this paper aims at both rethinking Brazilian and global approaches to the history of anthropology and proposing a new strategy for the teaching of anthropology at the Brazilian university. The main assumption of the essay is the conviction that it is not only anthropology that has been offering anthropological interpretations of the various aspects of the social and cultural reality of Latin America. Thus, an "anthropological" re-reading of the Latin American intellectual production of the last 150 years is also achieved symmetrically.

Key-words: Anthropology Teaching. History of Anthropology. Latin-american essay.

Enseñar (Historia de la) Antropología en Brasil: un ensayo bibliográfico latinoamericano

Resumen

A través de una relectura de algunos momentos de la historia intelectual latinoamericana, incluyendo en ellos períodos y trayectorias frecuentemente descuidadas, en este trabajo se pretende, al mismo tiempo repensar los enfoques brasileños y globales a la historia de la antropología y proponer una nueva estrategia para la enseñanza de antropología en la universidad brasileña. La suposición principal del ensayo es la convicción de que no es ni fue sólo la antropología la disciplina que ha ofrecido interpretaciones antropológicas de los diversos aspectos de la realidad social y cultural de América Latina. Así, también se alcanza, simétricamente, una relectura "antropológica" de la producción intelectual latinoamericana de los últimos 150 años.

Palabras clave: Enseñanza de la Antropología. Historia de la Antropología. Ensayo latinoamericano.

Comentarios a “El Capital de Thomas Piketty”

PIKETTY, Thomas, 2014, **El capital en el siglo XXI**, México, Fondo de Cultura Económica, 663pp. (Título original: *Le Capital au XXI^e siècle*. 2013).

Recebido: 12-04-2019

Aprovado: 21-05-2019

Prof. Rodolfo Magallanes¹

Este trabajo del profesor Piketty² es -sin duda- uno de los libros más interesantes que se han publicado sobre economía política y, en general, sobre el tema económico **recientemente**. No obstante, la obra de Piketty no muestra un desarrollo homogéneo y presenta no pocas contradicciones y algunos *baches* a lo largo del relativamente extenso libro, como quizás cabría esperar en una obra que trata de asuntos importantes y complejos de manera extensa, a lo largo de una amplia serie temporal, con datos no siempre exhaustivos, apoyándose incluso – sin embargo, no es lo central de su análisis- en comentarios o referencias a destacadas obras de la literatura, que sin desmeritar su originalidad y el interés que provocan entre quienes apreciamos las artes, no nos generan suficiente confianza al momento de derivar de ellas observaciones válidas acerca de un tema resbaladizo como es la adecuada apreciación de las desigualdades sociales. Pero -sin duda- no es ello lo más importante de la obra que comentaremos.

Confrontación de dos tesis opuestas.

El libro de Piketty confronta dos tesis opuestas, la tesis optimista de Kuznets, acerca de la disminución futura de la desigualdad en las sociedades capitalistas avanzadas, contra la tesis más pesimista de Marx que afirma la prevalencia de una tendencia a acentuarse las desigualdades al interior de estas naciones [y, se puede aceptar como un correlato, también entre las naciones]. A pesar de hacer conocer desde el inicio su opinión más bien crítica con respecto de la obra de Marx³, el trabajo de Piketty mantiene una permanente referencia

¹ Profesor asociado. Instituto de Estudios Políticos. Universidad Central de Venezuela

² Profesor en la École d'Économie de Paris.

³ Una muestra de su valoración del trabajo de Marx puede leerse en la obra de Piketty: "el crecimiento moderno, basado en el incremento de la productividad y la difusión de los conocimientos, permitió evitar el **apocalipsis**

implícita a la obra de este gran pensador económico sobre el capitalismo: “la distribución de la producción entre los salarios y los beneficios, entre los ingresos por trabajo y los del capital, siempre ha constituido la primera dimensión del conflicto distributivo” (Ibid., 53). Y, “La ventaja de ser propietario es justamente poder seguir consumiendo y acumulando sin tener que trabajar, o por lo menos poder consumir y acumular más que el simple producto del propio trabajo. Sucedió [¿sólo en el pasado?] lo mismo a escala internacional en la época del colonialismo” (Ibid., 137)

En otras secciones, el análisis se relaciona directamente con conceptos analíticos esenciales del marxismo, tales como la cuota de plusvalía o tasa de explotación, y la composición orgánica del capital, si bien Piketty no les llama de esta manera. De hecho, el trabajo de Piketty confirma en nuestra opinión las principales conclusiones que pudieran derivar del trabajo de Marx: el trabajo es la fuente del valor o la riqueza (la asociación del crecimiento económico y el crecimiento de la población a largo plazo⁴), el incremento de la tasa de explotación de la clase trabajadora en las sociedades capitalistas avanzadas (la creciente desigualdad de ingresos y patrimonio en los países ricos) y la tendencia decreciente de la tasa de ganancia de la clase capitalista en estas sociedades (tesis que expresamente descarta Piketty por considerarla errónea, pero que nos luce verosímil al constatar la tasa de acumulación decreciente, la disminución de la participación del ingreso de las sociedades ricas sobre el ingreso mundial y el pronóstico de prevalencia de un bajo crecimiento en las sociedades capitalistas avanzadas). Elementos todos que los datos proporcionados por Piketty permiten confirmar, aunque piense que los mismos han alcanzado (o alcanzará en un futuro próximo) un “equilibrio” a niveles elevados de concentración de los ingresos y del patrimonio en los países capitalistas avanzados, apoyados en la globalización liderada por los intereses financieros y de grandes corporaciones, en ausencia de “shocks” externos u otros cambios de políticas públicas (en materia impositiva, por ejemplo). (Véase pp.400ss.).

Esta es una preocupación central de este libro del profesor Piketty⁵; en particular, este escenario -probable y optimista (¿preferible? Ver nota 2) para Piketty- se basa precisamente

marxista y equilibrar el proceso de acumulación de capital” (Ibid., 258.El subrayado es mío). El trabajo de Piketty no aporta -sin embargo- ninguna prueba a favor de ello; en todo caso, sirve para todo lo contrario. Véase infra la ampliación de nuestras observaciones en esta valoración del trabajo de Piketty.

⁴ “...el crecimiento [económico mundial] durante todo el período de 1700-2012 fue exactamente del mismo orden que el de la población: de 0,8% anual en promedio” (Ibid., 102)

⁵ “La cuestión central consiste particularmente en determinar con qué amplitud el rendimiento promedio del capital r -suponiendo que sea igual a la productividad marginal del capital- se reduce cuando la relación capital/ingreso β aumenta” (Piketty 2014, 238)

en la suposición -muy discutible en nuestra opinión- de una tasa marginal de sustitución de capital por trabajo superior a 1 (es decir, elástica), que permitiría independizar el rendimiento del capital de la dotación de factores productivos: capital y trabajo, y lograría que un incremento en el stock de capitales no se traduzca en una caída del rendimiento del capital, como es lo esperable, y lo que permiten constatar de hecho los datos proporcionados por Piketty. El escenario optimista de Piketty se basa en la hipótesis de una sustitución perfecta del trabajo por el capital; en una situación en la que el capital puede adoptar múltiples formas y adquiere una elevada movilidad sectorial, alcanzando aplicaciones crecientemente redituables. Todo lo cual luce muy improbable en nuestra opinión; simplemente, pues en condiciones de racionalidad de los empresarios y abundancia de capitales, las nuevas aplicaciones para el capital son por definición **menos** redituables que las ya existentes. Por otra parte, es factible esperar que las crecientes desigualdades de ingresos al interior de los países y entre éstos generen conflictos (políticos y sociales) que provoquen cambios -un escenario distinto al equilibrio de largo plazo- que incidan en un menor rendimiento del capital. Esta variable política no es -como discutiremos también más adelante- suficientemente considerada por Piketty.

El rendimiento del capital supera la tasa de crecimiento global (tasa de crecimiento de la población más la tasa de crecimiento económico) llevando a un aumento de la desigualdad social.

Piketty utiliza algunas identidades macroeconómicas, complementadas con algunos supuestos, para estimar los efectos del acervo de capital y el crecimiento económico sobre los rendimientos del capital y la distribución del ingreso en las sociedades capitalistas, principalmente, en los países desarrollados; usando unos ocho casos de ejemplo, pero extendiéndose, sobre todo por la mayor disponibilidad de información, en los casos de Francia y Reino Unido, así como también Estados Unidos. Las valuaciones del capital realizadas por Piketty pueden ser consideradas como mínimas⁶, en la medida en que no incluye la partida de depreciación que se puede considerar es usada en muchos casos por los

⁶ Piketty reconoce este hecho, aunque no por estas razones, los datos disponibles para estimar la participación del capital son finalmente “aproximados pero muy interesantes por los órdenes de magnitud que sugieren... por lo que deben ser considerados más bien como el límite inferior de la desigualdad en los ingresos realmente vigente” (Ibid., 308)

empresarios para evadir impuestos, por lo que subestima las ganancias del capital, y debido a que se establece el valor de los capitales financieros y sólo se incluye la inversión primaria, pero no la inversión en productos derivados, además de otros factores asociados con la falta de notificación de ingresos por parte de sectores sociales acaudalados.

En Piketty se repite -aunque no se haga explícito- la múltiple significación del capital: i. Es un activo real o físico; ii. Es un activo nominal o un valor; iii. Es una relación que implica dominio sobre los trabajadores y, en general, sobre el resto de la sociedad que carece de patrimonio o capitales.

Del hecho de que la tasa de rendimiento del capital supere conjuntamente a la tasa de crecimiento económico y a la tasa de crecimiento de la población, Piketty extrae conclusiones que apuntan a un incremento de la desigualdad social, y a un peso creciente de la escala y de los capitales pasados sobre los resultados corrientes de la producción y la distribución de la riqueza; de acuerdo con estas tendencias, el producto del crecimiento económico en la era actual es distribuido crecientemente de manera desigual.

A pesar incluso de que Piketty supone que al menos una parte de la remuneración del capital esté justificada: “Es probable que tales rendimientos incluyan una parte no despreciable de remuneración de un trabajo informal de tipo empresarial” (Ibid., 227) Para nosotros, aún en este caso, una adecuada ponderación de la remuneración al capital deduciría de la estimación de una remuneración “normal” al mismo, las remuneraciones efectivamente percibidas por empresarios y ejecutivos; así como, igualmente valoraría estas remuneraciones más ajustadamente, considerando las economías (y deseconomías) provocadas por una gestión particularmente benigna (o nociva) de los activos privados⁷. Sin embargo, las abrumadoras diferencias existentes en la distribución social del ingreso y de los patrimonios, le llevan a afirmar: “En general, en lo que se refiere a los muy elevados ingresos del capital, los patrimonios correspondientes parecen ser tan importantes que es difícil imaginar que resulten de un modesto ahorro salarial (ni siquiera del ahorro más considerable de un ejecutivo muy alto)” (Ibid., 310)

En este trabajo, Piketty realiza un esfuerzo titánico recabando información sobre los ingresos y el patrimonio en formaciones sociales nacionales, y logra componer un análisis sobre la distribución social del ingreso, principalmente, en los países industrializados, a lo

⁷ Pues es patente que las altas remuneraciones no acompañan normalmente al mérito, como puede algunas veces pensar Piketty, y muchos dueños de empresas y altos ejecutivos ocasionan -de manera nada infrecuente- graves daños a la sociedad.

largo de siglos (en ciertos casos más de doscientos años de información), que permite caracterizar bien la evolución de la misma; como hemos destacado, principalmente -aunque no sólo- en las zonas geográficas más benevolentes -ya no lo serían tanto- de la distribución del ingreso: los países más ricos.

Pese a su especialidad profesional, sorprende la afirmación central de Piketty en el sentido de defender la existencia de una separación [?] entre política y economía, en términos conforme con los cuales, no existiría una tendencia natural o espontánea que lleve a las sociedades a niveles significativos de igualdad [¿y desigualdad?]; sino que contrariamente a lo esperado, la historia de la distribución del ingreso es esencialmente política (*“deeply political”*) [por lo tanto, reconoce la independencia de ésta]: “la historia de la distribución de la riqueza es siempre profundamente política y **no podría** resumirse en mecanismos puramente económicos” (Ibíd.,36. El resaltado es nuestro). Piketty sostiene esta afirmación, a pesar de que sólo por un breve período de la historia (los años entre 1910 y comienzos de los años sesenta aproximadamente), las variables institucionales han podido tener alguna incidencia significativa en la distribución del ingreso.

La reducción de la desigualdad que tuvo lugar en la mayoría de los países desarrollados, entre 1910 y 1950 -los datos reunidos por Piketty le llevan a aseverar que “no hubo disminución estructural alguna de la desigualdad antes de la primera Guerra Mundial” (Ibíd., 22)-, **sería consecuencia sobre todo de las guerras mundiales y de las políticas adoptadas para hacer frente a los efectos de la guerra (la política de control a los capitales caracterizada como “represión financiera”).**

La composición de los capitales en la sociedad capitalista actual es cada vez más favorable al sector privado o empresas; como bien se constata en este libro, no siempre fue así, particularmente en el período inmediatamente posterior a las guerras mundiales, ocurriendo cambios en dirección opuesta sobre todo luego de la década de los años setenta, debido a la adopción de políticas que favorecieron la liberalización financiera y las privatizaciones, incluso a través de procedimientos poco transparentes que no siempre garantizaron un justo precio y que habrían convertido a los Estados, también en los países desarrollados, en deudores netos. No obstante la importancia de esta transferencia de recursos desde el sector estatal hacia el privado, por supuesto que todo el incremento del capital privado no se debe meramente a la redistribución del mismo: “la disminución del capital público [en los países ricos] representa entre la quinta y la cuarta parte del alza del capital

privado” (204). Así como, probablemente, la “operación de privatización más extensa de las últimas décadas... [sin duda exagera Piketty cuando agrega de “toda la historia del capital”] atañe desde luego a los países del antiguo bloque soviético” (Ibid., 205)

Este incremento en el valor de los capitales privados ha estado acompañado significativamente de una variación de su composición a favor de los capitales financieros: “De manera general, desde los años 1970-1980 se asiste a un poderoso movimiento de financiarización de la economía que afectó la estructura de la riqueza, en el sentido de que la masa de los activos y los pasivos financieros propiedad de los diferentes sectores... creció con mayor fuerza aún que el valor neto de la riqueza” (Ibid., 213-214). Este proceso es de principal importancia para comprender al capitalismo contemporáneo y tendrá -también en opinión de Piketty- obvias consecuencias desestabilizadoras del orden económico mundial.

Más desigualdad al interior de las naciones y ¿menos desigualdad entre ellas?

Aunque Piketty reconoce la prevalencia en todo momento y en todo sistema social de tendencias desestabilizadoras y antigualitarias [¿llamémoslo realismo, o acaso un apriori?], no profundiza suficientemente en sus causas y se dedica más a describir [lo que en sí mismo es bastante valioso] la tendencia histórica del modo de producción capitalista en algunas formaciones sociales nacionales desarrolladas. No obstante, es visible su optimismo a la hora de referir la existencia de **tendencias hacia la convergencia mundial** presuntamente basadas en la educación, la difusión del conocimiento y el aprendizaje de habilidades. Para Piketty, la difusión del conocimiento y las habilidades humanas son la clave para elevar la productividad, así como también para reducir la desigualdad dentro y entre países: “Al adoptar los modos de producción y al alcanzar los niveles de cualificación de los países ricos, los países menos desarrollados reducen su retraso en productividad y hacen progresar sus ingresos” (Ibid., 37).

De hecho, Piketty es de la opinión de que las desigualdades contemporáneas son más intra-nacionales que internacionales o entre naciones [?]. Aseveración que no deja de sorprendernos, pues es fácil constatar la persistencia de enormes desigualdades entre países y regiones del mundo, coexistiendo con el carácter cada vez más global del capitalismo y de los flujos de los capitales, que incluso Piketty reconoce, aunque a pesar de ello afirme: “la realidad es que la desigualdad del capital es mucho más doméstica que internacional: enfrenta

más a los ricos y a los pobres en el seno de cada país que a los países entre sí” (Ibid., 59) Pensamos que aquí Piketty pudiera verse afectado por la extensión de conclusiones válidas sólo quizás para el ámbito de los países ricos [¿Eurocentrismo? ¿Etnocentrismo?] y no para todos los países, además de ciertas limitaciones -que Piketty mismo reconoce- en la cuantificación de los flujos internacionales y del stock mismo de capitales a nivel global. Más extraña nos parece esta opinión de Piketty, cuando él mismo manifiesta de seguidas cierta inquietud ante el peligro de (des)posesión de los capitales de países ricos por parte de los capitales de países o naciones emergentes: “un incremento muy fuerte en las participaciones cruzadas entre países (en las que cada uno es poseído en gran proporción por los demás) puede incrementar legítimamente la sensación de desposesión, incluso si las posiciones netas son cercanas a cero” (Ibid., 59). A Piketty parecen preocuparle las consecuencias políticas futuras de un aumento de las adquisiciones de capitales en los países ricos por parte de naciones de mercados emergentes (países de Asia, petroleros, etc.), sugiriendo en varias ocasiones la posibilidad de una reacción (neo)colonialista o (neo)imperialista: “es probable que los países occidentales soporten cada vez peor la idea de ser poseídos en un porcentaje importante [¿por los fondos soberanos de países petroleros y países emergentes de Asia?], desencadenando a mayor o menor plazo reacciones políticas de diversa naturaleza... nada garantiza que este proceso siempre se haga de manera pacífica: nadie conoce la posición exacta de la frontera psicológica y política que no se debe cruzar [?] en materia de un país por otro” (Ibid., 507) ¿Cuál es significado histórico de este “puritanismo” sorpresivamente mostrado por Piketty?

Y sin advertir contradicciones ni realizar mayores comentarios, nos explica -por un lado- cómo las posiciones patrimoniales netas de capitales entre países son cada vez más interdependientes y cercanas al “equilibrio”, una característica de la “mundialización financiera operante desde la década de 1980-1990”, debida fundamentalmente “a los juegos de participaciones cruzadas entre compañías” (Ibid., 64).⁸ Y mucho más adelante concluye, “todo indica que la enorme mayoría de esos activos financieros localizados en los paraísos fiscales es propiedad de los residentes de los países ricos (por lo menos las tres cuartas partes)... en realidad la posición patrimonial de los países ricos respecto del mundo es

⁸ “una parte importante de esas posiciones internacionales refleja flujos financieros físicos vinculados con estrategias de optimización fiscal o regulatoria (por medio de sociedades fantasma establecidas en los países que ofrecen la estructura fiscal o regulatoria más atractiva) antes que con las necesidades de la economía real” (Ibid., 215)

positiva... pero esta evidencia queda enmascarada por el hecho de que los habitantes más ricos de los países ricos disimulan una parte de sus activos en paraísos fiscales” (Ibid., 514-515)

Un logro notable: la caracterización de la evolución de la desigualdad social.

Pese a todo, este libro destaca por el creciente interés público que ha adquirido el asunto de la distribución del ingreso. Desde los años setenta, la desigualdad de ingresos se habría incrementado significativamente también en los países ricos [o quizás notablemente en ellos], y muy especialmente, en Estados Unidos⁹. El nivel de concentración del ingreso al interior de estos países ha alcanzado en la actualidad cotas que correspondieron a momentos de elevada desigualdad a comienzos del siglo XX, y que habrían dado pie en ese momento a grandes desbalances económicos y alteraciones del orden político y social, junto con conflictos bélicos de alcance mundiales. Sin duda que una situación precedida de tales advertencias reúne razones suficientes para atraer nuestra atención y justifica el trabajo de Piketty.

Una síntesis de las conclusiones de Piketty acerca de la evolución más reciente de la distribución del ingreso, nos dice que la participación del capital creció en la mayoría de los países ricos a lo largo del período 1970-2010, a medida que la proporción de los ingresos del capital sobre los ingresos totales aumentaba, acompañada de un incremento del poder de negociación del capital que deriva a su vez, sobre todo del aumento de su movilidad global y de la instalación de gobiernos que adoptaron una regulación más favorable o ventajosa para la generación de ganancias por parte de particulares y de las empresas.

Piketty confirma la existencia de una creciente concentración del ingreso y los patrimonios aseverada también por otros numerosos estudios: "a partir de los años 1990-2000, numerosos estudios sacaron a la luz el alza significativa de la participación de los beneficios y del capital en el ingreso nacional de los países ricos desde los años 1970-1980 y, correlativamente, la importante disminución del porcentaje destinado a los salarios y al trabajo" (Ibid., 243)

Si bien para Piketty, la desigualdad social es un asunto de grados, en un espacio aparente continuo e infinito de estados o posiciones sociales; sin embargo, se ve forzado a

⁹ “en el siglo XX y a principios del XXI, todos los datos disponibles sugieren que la movilidad social es, en resumidas cuentas, menor en los Estados Unidos que en Europa” (Ibid., 535)

tratar de identificar grupos y agregados sociales en términos de deciles y percentiles, y caracterizarlos, tropezándose contra la dura realidad de la persistencia de desigualdades y clases sociales en las sociedades capitalistas avanzadas a lo largo del tiempo.

Piketty adopta un método que permite distinguir entre el 50% más pobre, el 40% siguiente (entre quienes ubica a las clases medias), y el 10% de los más ricos, estos últimos constituirían la clase alta, clase que a su vez divide entre el 1% de los "super ricos" o "clase dominante" y el 9% restante que "no lo es tanto" o clase "acomodada". Separación que no deja de tener -en sus propios términos- algo de arbitraria.

De acuerdo con los resultados obtenidos por Piketty, el patrimonio típico en los países ricos (notablemente esta situación sería peor en los países más pobres) se distribuye normalmente de la siguiente manera: "La proporción del decil superior es del orden de 60% de la riqueza total, como sucede hoy en día en la mayoría de los países europeos, la del percentil superior suele ser de aproximadamente el 25%, y la del 9% restante más o menos 35%. Por consiguiente, los primeros -el uno por ciento superior- tienen un patrimonio medio que es 25 veces más elevado que el promedio de la sociedad, mientras que el 9% por ciento siguiente posee apenas (sic) cuatro veces más que el promedio de la población." (ver p.283-284)

La concentración del capital es -como cabría esperar- más aguda y desigual que la distribución de los ingresos salariales, sin que el grado de desigualdad prevaleciente entre los que perciben ingresos salariales deje de ser preocupante y merecer atención en opinión de Piketty: "las desigualdades ante el trabajo siempre son mucho menores que las que se dan ante el capital. Sin embargo, sería erróneo despreciarlas porque, por una parte, los ingresos del trabajo suelen representar entre dos tercios y tres cuartos del ingreso nacional [no es así en el caso de los países subdesarrollados en los cuales esta proporción se encuentra frecuentemente bastante por debajo de la mitad] y, por otra, porque las diferencias en las distribuciones de los ingresos del trabajo en los diferentes países son muy sustanciales" (Ibid., 279)

Hay que hacer notar que, por lo general, la parte más pobre de la población tiene un patrimonio nulo y muy bajo nivel de ingresos, por debajo incluso del ingreso promedio, aún en países ricos o capitalistas avanzados: "Lo más sorprendente es sin duda que en todas esas sociedades, la mitad más pobre de la población no posee casi nada: el 50% de los más pobres de capitales poseen siempre menos de 10% de la riqueza nacional y, en general, menos de

5%" (Ibid., 281) Estados Unidos constituye un caso particularmente grave de esta condición de desigualdad global.

Contundentemente, las cifras proporcionadas por Piketty revelan el injusto panorama: “Hoy en día, la participación del milésimo superior es aparentemente de casi 20% de la riqueza total y la del percentil superior puede situarse entre 80 y 90%; la mitad inferior de la población mundial posee sin duda alguna menos de 5% del patrimonio total” (Ibid., 482)

El de Piketty es un enfoque esencialmente conservador.

A pesar de estudiar la distribución del ingreso, a Piketty no parece interesarle la desigualdad en sí misma, sino por su potencial desestabilizador: “No me interesa denunciar las desigualdades o el capitalismo como tal, sobre todo porque las desigualdades sociales no plantean problemas en sí... si están ‘fundadas en la utilidad común...’” (Ibid., 46) Y parece que para Piketty, en esencia, las desigualdades en el capitalismo -aunque no todas- son de esta entidad.

No obstante, el escenario planteado por el aumento agudo de las desigualdades sociales y el incremento a todas luces descontrolado de la participación de los capitales en el mundo, le hacen reconocer -no sin cierta alarma-: “están reunidos todos los ingredientes para que la participación en la propiedad del capital del planeta, por parte del percentil y del milésimo superiores de la jerarquía mundial de las fortunas alcance niveles desconocidos” (Ibid., 510-511)

Contra estas desigualdades e injusticias, a Piketty sólo se le ocurre adoptar unas pocas medidas o “políticas públicas” limitadas, fundamentalmente, la “actualización del Estado Social” y el “establecimiento de un impuesto progresivo al ingreso mundial”, sobre todo a los niveles de ingresos muy elevados, cuya incidencia para modificar la situación carece por cierto de una base empírica que permita asegurar que tales políticas serán suficientes para corregir significativamente los problemas identificados. El propio Piketty parece dudarlo, pero preferir estas opciones imperfectas a otras [?] que le resultan más “peligrosas”¹⁰.

Piketty habla de la constitución de un “capitalismo patrimonial”, casi en el mismo sentido en que otros hablan de “capitalismo financiero”, “capitalismo global”, e incluso “capitalismo entre cómplices” o “*crony capitalism*”: “Los niveles muy elevados de

¹⁰ “Sin embargo, evaluándola sosegadamente, esta solución es mucho menos peligrosa que las opciones alternativas” (Ibid., 575)

capitalización patrimonial observados en la actualidad en los países ricos parecen explicarse ante todo por el regreso a un régimen de bajo crecimiento de la población y de la productividad -aunados al retorno a un régimen político objetivamente muy favorable para los capitales privados-.” (Ibid., 56) Sin embargo, para él este tipo de capitalismo no es nuevo, “sino una simple repetición del pasado”[?], característica de un mundo con crecimiento lento, como el del siglo XIX. (Ibid.261)

Valoración final:

La opinión de Piketty es básicamente la opinión predominante de la “*classe moyen*” o “*petite bourgeoisie*”, de las llamadas clases medias y del pequeño propietario o empresario; entre ellos, especialmente, la suya es la perspectiva de ciertos intelectuales y académicos. Además de la prevalencia -más que visible- de su perspectiva socialdemócrata personal en términos políticos¹¹. Piketty confía en una dinámica política independiente que se sobrepone a la dinámica económica en las sociedades capitalistas contemporáneas de los países avanzados, caracterizadas estas últimas “por un bajo crecimiento y un elevado rendimiento del capital” (Ibid., 38). Desde el propio comienzo de su libro, Piketty nos permite percibir ello al leer: “existen medios para que la democracia y el **interés general** [?] **logren retomar el control del capitalismo y de los intereses privados**, al tiempo que rechazan los repliegues proteccionistas y nacionalistas” (Ibid., introducción, 15. El subrayado es nuestro).

Su posición queda más expuesta, aún, en la siguiente cita -más extensa- sobre la evaluación de la distribución histórica del ingreso en las sociedades capitalistas avanzadas: “Sería erróneo subestimar la importante -aunque frágil- innovación histórica capital que constituyó la emergencia de una clase media patrimonial... En el fondo, la clase media no obtuvo más que algunas migajas: apenas más de un tercio de la riqueza en Europa, un cuarto en los Estados Unidos. Este grupo central reúne a una población cuatro veces más numerosa que el decil superior y, sin embargo, la masa de las riquezas que posee es entre dos y tres veces inferior. Se podría estar tentado a concluir que en realidad nada ha cambiado: la desigualdad del capital sigue siendo extrema ...Sin embargo, se trata de migajas importantes, y sería erróneo subestimar el significado histórico de ese cambio... tal vez no se es rico, pero se está muy lejos de ser totalmente pobre (además, a nadie le gusta ser tratado de pobre). El hecho de que decenas de millones de personas – el 40% de la población, porcentaje que

¹¹ Piketty lo dice expresamente, “Sin duda [?], es indispensable una adecuada reactualización del programa socialdemócrata y fiscal liberal del siglo pasado” (Ibid.,574)

representa un cuerpo social considerable, a medio camino entre pobres y ricos- dispongan individualmente de algunos cientos de miles de euros y posean colectivamente entre un cuarto y un tercio de la riqueza nacional es una transformación que nada tiene de anodino” (Ibid., 286) Esta cita de Piketty, junto con otras en el texto, podrían servir para una antología contemporánea del pensamiento de este estrato social.

En conclusión, Piketty adopta finalmente una posición muy localista, sociocentrista (a favor de los intereses de las clases medias y los pequeños propietarios) y eurocéntrica. (vid., pp.645ss.) Como no deja de observar el mismo Piketty: "Todo el mundo hace política en el lugar que le corresponde". (Ibid., 646) Su preocupación es, notablemente, la defensa conservadora de las instituciones que consagran la Unión Europea y el modelo capitalista, de las amenazas que implica la globalización financiera, en términos de los problemas ocasionados por la expansión de la desigualdad social, la precarización del tesoro estatal, los peligros de la desestabilización política y social y, no deja de sorprender, la “advertencia” sobre los riesgos de "desposesión extranjera" (de Europa). Frente a estos problemas, recomienda un tímido "programa de acción" que deslucen por quedarse muy corto ("el parto de la montaña"), y que enfatiza sobre todo en una reforma impositiva que aplique un impuesto "modesto" al capital global (o al menos limitado a la zona del euro) e insiste en la inversión en educación y en tecnologías. Piketty termina -a pesar de sus comentarios en contra- adoptando una visión tecnocrática, muy optimista acerca de las posibilidades de los conocimientos especializados y el manejo de datos y cifras oficiales para modificar tal situación: “Negarse a usar cifras rara vez favorece a los más pobres”; aunque nos atreveríamos a complementar diciendo que hacerlo tampoco garantiza al pueblo buenos resultados. Y asume una postura política que podríamos llamar pragmática y relativista (“es posible conciliar los diferentes enfoques”), o de un modo más neutral, una posición flexible y centrista (en sus palabras, "ya dejamos atrás los combates bipolares de los años 1917-1989"). Por último, Piketty rinde culto al conocimiento empírico (¿un tipo de fetichismo?), fallando al no conectarse con las fuerzas sociales y políticas que podrían apoyar el cambio, obviando precisamente el aspecto político que considera central.

La obra de investigación de Piketty consagrada en este libro, aun cuando reúne méritos notables, no deja de parecernos polémica y llena de contradicciones, atributos que al final nos dejan una sensación significativa de insatisfacción, falta de coherencia, inconsecuencia e imperfección.

ZAPATA, Antonio. Pensando a la derecha: historia intelectual y política. Lima: Editorial Planeta Perú S. A., 2016, 199p.

Recebido: 12-06-2018

Aprovado: 12-04-2019

Lucas Araújo Monte

O livro “Pensando a la derecha” (2016) constitui uma síntese realizada por Antonio Zapata sobre a direita política peruana nos dias atuais. O autor é historiador, doutorado pela Universidade de Columbia em Nova York, professor universitário, analista político, além de colunista de um dos principais jornais do país – *La República* –, e membro do mais famoso *think tank* do Peru, o Instituto de Estudios Peruanos (IEP). Suas pesquisas são voltadas para o campo da história contemporânea e da realidade sociopolítica do seu país.

Dado o período atual, em que a política na América Latina indica uma nova guinada para a direita, a obra demonstra uma grande relevância temática e uma contemporaneidade nas suas discussões. Ademais, são poucas as obras, de cunho acadêmico, que ousem abordar a direita como temática principal, além de raras as que o caráter crítico supere o próprio entendimento das ideias vinculadas a este polo do espectro político-ideológico.

Zapata, já no primeiro parágrafo do livro, apresenta esse desafio por admitir ser um “esquerdista” convicto e confesso. No entanto, as suas convicções não atrapalham em nada o seu objetivo, uma vez que adota uma metodologia de, primeiramente, apresentar as ideias envolvidas em torno de determinada agremiação política, para, num segundo momento, se for o caso, tecer algum comentário crítico. Portanto, a obra, apesar de retratar de uma maneira objetiva as ideias e a ação política em torno dos principais partidos políticos da direita peruana, não perde o seu caráter crítico.

Por outro lado, as variáveis escolhidas por Zapata – ação política e ideias –, para desenvolver sua análise, esvaziam, em certa medida, uma observação mais profunda nesses grupos políticos identificados com a direita, uma vez que exclui uma percepção, especialmente, sobre a economia e a própria sociedade (viés socioestrutural). O próprio autor

reconhece tais limitações e justifica que a utilização de um número maior de variáveis ensejaria numa discussão muito longa – o que não seria viável nessa publicação.

A partir da identificação dos principais representantes da direita peruana, Zapata constrói sua análise, a partir da origem histórica de três tradições de direita no Peru, identificadas com esses líderes: o *aprismo* (vertente muito própria da política peruana), o clientelismo populista de direita e a direita tecnocrática. Assim, o autor constrói sua argumentação apresentando os diversos elementos caracterizadores da composição político-ideológica dessas três vertentes da direita; as quais, de fato, coexistem. No entanto, a abordagem de tais segmentos não exclui a possibilidade da existência de outras linhagens na direita.

Desse modo, a obra está dividida em quatro capítulos. Os três primeiros se propõem a realizar uma análise propriamente dita sobre as três mencionadas tradições políticas, fazendo, em algumas ocasiões, um recorrido histórico de cerca de um século, com a inclusão dos principais representantes de cada um dos três segmentos na atualidade. O último capítulo – que apesar de ser titulado como tal – possui mais um viés de conclusão do que foi possível apurar no desenvolvimento do trabalho.

O capítulo 1 (*El APRA, historia de un zigzag*) aborda a história da *Alianza Popular Revolucionaria Americana* (APRA), e de seu principal fundador: Victor Raúl Haya de la Torre. O APRA foi fundado como um movimento revolucionário na segunda metade da década de 1920, e, posteriormente, consolidado num partido político (*Partido Aprista Peruano*), em 1930. As bases originais do APRA eram fundadas numa alternativa esquerdista ao comunismo marxista. Desse modo, Zapata retrata a primeira etapa do partido dentro do espectro político-ideológico. As ideias *apristas* contra o imperialismo (especialmente o estadunidense) e as oligarquias agrárias no Peru, além das diversas mobilizações públicas, fizeram com que o partido fosse colocado na ilegalidade, na maior parte do tempo, até o início da década de 1960.

O autor traz a chave para compreender as mudanças do APRA dentro do *continuum* esquerda-direita. A fundamentação para esses “giros” se deu, a partir do exílio do seu principal líder, Haya de la Torre, durante um dos períodos de “ilegalidade” do partido. Nessa etapa, ele reformulou as bases do APRA utilizando-se de uma filosofia que denominou como espaço-tempo histórico, que, em síntese, consiste no uso dessas duas variáveis para a ação política. Ademais, foca-se no particular em vez do geral, com o objetivo de apurar as

especificidades peruanas em cada tempo. Zapata apresenta tais aportes como um conceito simples que possibilitou o trânsito do APRA na esquerda e na direita.

A primeira mudança de postura foi quando o APRA apoiou os Estados Unidos contra o eixo nazifascista. Mesmo após o término da segunda guerra mundial, especialmente com a vigência da política da “boa vizinhança” estadunidense, o alinhamento do APRA continuou e Haya de la Torre começou a postular uma relação equilibrada com o Estado norte-americano. A partir desse momento, o APRA introduziu o conceito de democracia – nos moldes liberais do ocidente – nas bases do partido político; embora os métodos “insurrecionais” ainda não tivessem sido totalmente renunciados.

Após mais alguns anos na ilegalidade, o APRA manifestou outra guinada à direita. Com a promessa de voltar à legalidade no cenário político-partidário, realizou um acordo de apoio nas eleições presidenciais ao ex-presidente Manuel Prado, representante declarado da oligarquia peruana e do grande capital nacional, que, durante seu outro mandato, foi um perseguidor dos *apristas*. Mesmo na ilegalidade por décadas, Zapata destaca que o APRA sempre conseguiu manter fortes bases na sociedade civil organizada, bem como nos meios populares. Prado foi eleito, em 1956, e retirou as restrições do APRA, assim como concedeu a anistia a todos os *apristas* envolvidos em processos penais. Esse período ficou conhecido como o da “boa convivência”.

Nas eleições de 1962, Haya de la Torre participou do pleito presidencial pelo *Partido Aprista*. O representante do APRA foi o mais votado, com 32,98% dos votos válidos. No entanto, a Constituição Peruana da época exigia o mínimo de 1/3 dos votos válidos para eleger um presidente. Caso contrário, o Congresso deveria escolher dentre os candidatos que tiveram maior votação. O APRA fez um acordo com o ex-presidente e ditador Manuel Odría, que havia perseguido os *apristas* duramente – inclusive com assassinatos –, para que este fosse o presidente da República, enquanto os partidários de Haya de la Torre ficariam no controle do Congresso. Apesar de as eleições terem sido canceladas, o APRA atuou novamente ao lado da direita política-ideológica.

A mesma “contradição” se seguiu no sufrágio de 1963. Fernando Belaunde Terry ganhou as eleições sem a necessidade de “desempate” pelo Congresso. Não obstante, o APRA realizou uma aliança com a *Unión Nacional Odriista*, partido de Manuel Odría, que representava a velha oligarquia agroexportadora, para compor um bloco de oposição no Congresso ao governo de Belaunde, caracterizado como de centro-esquerda. Zapata destaca que esse foi o ponto mais à direita da guinada do APRA.

O APRA reivindicou para si muitas das políticas reformistas no âmbito social realizadas, a partir de 1968, pelo governo militar de Juan Velasco Alvarado. Ou seja, mais uma vez o APRA retornou para a centro-esquerda. Durante esse período, a oposição dos *apristas* foi basicamente em torno do retorno da democracia. Essa agremiação política manteve essa mesma postura durante a Assembleia Constituinte, convocada pelo general Morales Bermúdez em 1978, como passo para o retorno da democracia.

O *Partido Aprista Peruano* logrou, pela primeira vez, vencer as eleições presidenciais, em 1980, com Alan García Pérez. O representante do APRA foi eleito a partir de propostas vinculadas à socialdemocracia, e durante o seu mandato, apesar de em alguns momentos estar bem alinhado com o núcleo das elites financeiras do país, teve, de fato, um direcionamento político alinhado à esquerda.

Depois da implantação das políticas neoliberais nos governos de Alberto Fujimori (1990-2000), e de Alejandro Toledo (2001-2006), o *Partido Aprista Peruano* voltou ao centro da política peruana com a nova eleição de Alan García. A campanha eleitoral já dava indícios de uma nova guinada do APRA à direita. No primeiro turno, García manteve uma postura mais ao centro do espectro. No entanto, no segundo turno, fez alianças com os representantes da direita. Muitos pensavam que o “pacto” seria apenas eleitoral. Todavia, a aliança seguiu durante todo o governo, e García deu andamento às políticas neoliberais iniciadas por Fujimori e prosseguidas por Toledo, numa total aliança com as elites. Zapata destaca que esse foi o último giro do APRA, e, desde então, se manteve inclinado à direita. Cabe destacar que García é um dos candidatos de destaque nas eleições de 2016, e, portanto, segue representando a direita *aprista*.

O capítulo 2 (*El clientelismo de derecha*) se desenvolve em torno de uma tradição política muito comum na América Latina: o clientelismo. Zapata inclui nessa categoria dois candidatos da direita peruana que têm uma grande adesão popular no país: Keiko Fujimori e César Acuña. A primeira, como a principal herdeira política de Alberto Fujimori (seu pai). Logo, tem suas bases num clientelismo construído a partir do Estado. Por outro lado, Acuña, que também mantém vínculos com o fujimorismo, se enquadra nessa categoria por realizar um clientelismo incomum, o privado, a partir de seu conglomerado de educação superior.

Não obstante, o historiador peruano previamente faz um histórico dessa tradição dentro da política peruana. É dado um destaque para três governos do país que tinham marcadamente uma inclinação clientelística nas suas políticas. O primeiro é o do general Óscar Benavides (1933-1939), que assumiu a presidência da República a partir de uma

eleição indireta do Congresso Nacional, após o assassinato do titular Luis Sánchez Cerro. Benavides tinha um perfil autoritário. Nas eleições que havia convocado para o ano de 1936, houve a derrota do seu candidato, assim articulou a anulação do sufrágio e conseguiu a prorrogação do seu mandato, junto ao Congresso, por mais três anos. Logo após, fechou totalmente o próprio legislativo.

Benavides conseguiu ótimos índices econômicos na sua gestão – basicamente pela exportação –, e inspirado, em certa medida, no fascismo italiano, desenvolveu uma grande obra social no país. Desse modo, tinha como objetivo realizar uma política nacionalista que reforçava o vínculo entre os setores populares e o Estado. Foi nessa época que foi criado, por exemplo, os Ministérios da Saúde e da Educação, e o primeiro sistema de seguridade social para trabalhadores, bem como a construção de casas populares para os empregados, além de uma vasta legislação favorável aos trabalhadores (embora praticamente não fosse cumprida).

O segundo governo, já mencionado no texto, foi o de Manuel Odría (1948-1956). O general Odría chegou ao poder depois de liderar um golpe militar. A postura do seu governo foi bastante autoritária, sendo marcada pela perseguição à opositores políticos. Por outro lado, Odría, apesar de ter uma postura repressiva às instituições que representavam os trabalhadores – especialmente por serem espaços dos *apristas* e comunistas –, sancionou diversas normas favoráveis a todos os trabalhadores. Como, por exemplo, a instituição da participação de lucro de 30% para os funcionários de cada empresa. Nesse ponto, Odría foi enfático em dizer que sua medida acabava com as lutas de classe, já que, a partir de então, todos os empregados também eram sócios. Ademais, foi criado durante a sua gestão a remuneração dos domingos não trabalhados, bem como o Ministério do Trabalho.

Odría constituiu uma política econômica liberal de livre mercado, e os frutos imediatos dessa abertura permitiram a expansão das suas políticas sociais. Assim, no campo da saúde, ampliou o seguro social dos trabalhadores, além de ter construído diversos hospitais para os empregados públicos e privados. Na educação, criou e reformou escolas, e ampliou a cobertura do ensino. Por fim, investiu na construção de casas populares, especialmente em Lima, mas sem nenhuma infraestrutura – o que gerou diversos problemas por décadas na capital peruana.

A última referência histórica, destacada por Zapata, de um clientelismo de direita é na gestão de Alberto Fujimori (1990-2000). Eleito num contexto de violência urbana, de crise econômica (inclusive, com a hiperinflação), de aumento considerável da população em situação de pobreza e miséria e de desprestígio político, Fujimori, que já havia se aliado com

os militares no segundo turno das eleições de 1990, iniciou o seu governo implementando as medidas neoliberais consignadas no “Consenso de Washington”. Tal feito agravou ainda mais a situação financeira da população, com alta de preços e aumento do índice de desemprego.

A partir, especialmente, da venda das 220 estatais privatizadas durante o seu governo, Fujimori subsidiou numerosos programas sociais destinados a “aliviar” aos mais pobres do país. Assim, cultivou uma relação especial com os setores populares, realizando obras de impacto local, e se apresentando a esse grupo como um “irmão mais velho” dotado de grande poder. Todavia, o governo de Fujimori foi marcado por um forte autoritarismo, cujo fato mais marcante foi o “autogolpe” anunciado em 1992, com o fechamento do Congresso.

Zapata resume os governos de Benavides, Odría e Fujimori como sendo autoritários no político, liberais no econômico e com uma forte política social de cunho clientelística. Todos contaram com o apoio das Forças Armadas, do capital, dos grandes meios de imprensa (embora que, em determinados momentos, por meio ilícito) e da Igreja Católica.

O autor finaliza o capítulo discorrendo sobre as duas figuras políticas de impacto eleitoral dos dias atuais que estão situadas nessa direita clientelística. A primeira é Keiko Fujimori. Zapata registra que, na sua primeira candidatura em 2006, Keiko foi a congressista mais votada do país. E, a partir de então, tornou-se a líder do fujimorismo (e de seu partido) no país. Durante o seu mandato, propôs projetos de lei em dois sentidos: repressão a violência (na mesma linha do seu pai, inclusive com a previsão de pena de morte) baseada no aumento de pena e redução de benefícios criminais; e de promoção a espetáculos (em suma, redução de impostos para essa atividade).

Zapata observa que na campanha presidencial de 2011, Keiko, diferente do seu pai, que focava mais nos setores populares, preferiu priorizar os novos e exitosos empresários. No entanto, o autor não interpreta isso como uma mudança drástica do seu perfil, uma vez que o clientelismo do fujimorismo sempre foi construído e mantido estando dentro do governo. Dessa forma, para chegar ao poder, Keiko busca diversificar as estratégias.

É apresentado um outro político que representa, atualmente, essa vertente da direita: o empresário César Acuña. Zapata deixa claro que ele se diferencia de todos os clientelismos já existentes no Peru, uma vez que não foi construído a partir do Estado, senão desde um conglomerado na área de educação superior. Desse modo, Acuña realiza um clientelismo trocando bolsas de estudo e cargos nas universidades por apoio, por militância e por votos.

Acuña não é uma figura nova na política: já foi congressista, prefeito e governador. O historiador peruano menciona que, em todas as oportunidades, ele manteve um vínculo

clientelista, utilizando-se, inclusive, a máquina pública para isto. Por fim, Zapata vê proximidades entre Acuña e Fujimori no fato de que ambos tinham como base o meio universitário (além de terem sido reitores); por se apresentarem à sociedade numa maneira informal, isto é, afastada das formalidades acadêmicas; bem como, por dirigirem os respectivos discursos aos pequenos empresários informais e às classes menos favorecidas.

O terceiro capítulo (*La derecha intelectual y tecnocrática*) aborda uma tradição política em torno da direita vinculada a uma elite intelectual e tecnocrática. Zapata simplifica definindo-a como uma vertente da direita que, historicamente, sempre foi ligada a outros ramos desse polo do espectro político-ideológico – na composição de governos –, mas que, raramente, ousou governar por si mesma.

O autor faz um breve histórico de vários governos de direita, que assumiram o Estado peruano, e tiveram o apoio de intelectuais e/ou tecnocratas tanto na gestão governamental como na legitimação de determinadas ações. Nesse sentido, observa-se um apoio irrestrito aos governantes de todos os perfis. Ou seja, desde os autocráticos aos democráticos, como dos conservadores aos liberais. Zapata aborda, por exemplo, casos como no final da “República Aristocrática”, que a elite econômica já antecipava uma guinada para uma “república prática”, e apoiou Manuel Pardo para a presidência (1872-1879). Como, também, no apoio de Pedro Beltrán, diretor do jornal *La Prensa*, para o golpe de Odría (1948), e, anos depois, na sua posterior nomeação como presidente do Conselho de Ministros do governo (de direita), eleito democraticamente, de Manuel Prado Ugarteche (1956-1968). Assim como, na participação de Manuel Ulloa, proprietário de um grande grupo de comunicação, no governo de Fernando Belaunde (1980-1985) como Ministro de Economia e Finanças e presidente do Conselho de Ministros.

O próprio Pedro Pablo Kuczynski, que representa essa vertente da direita na atualidade, foi colaborador dos dois governos de Belaunde, além de ter sido Ministro de Economia e Finanças e presidente do Conselho de Ministros no governo de Alejandro Toledo (2001-2006). Kuczynski, no entanto, exerceu a maior parte do tempo das suas atividades laborais no setor privado. Foi sócio de um famoso banco de investimentos, presidente e diretor de várias empresas peruanas e multinacionais e diretor do Banco Mundial.

Não obstante, desde 2011, Kuczynski iniciou uma inserção na política por si mesmo. Concorreu naquele ano tendo ficado em 3º lugar, e, novamente, em 2016, com um partido próprio – o *Peruanos Por el Kambio* –, busca, sem se desvencilhar de seu perfil tecnocrático, ser eleito presidente da República. Zapata observa que essa postura é rara dentro da direita, já

que, na maior parte das vezes, é mais cômodo para as elites acompanhar algum candidato de outra vertente da direita do que se ocupar numa árdua tarefa de se lançar num pleito.

O último capítulo (*Once tesis sobre las derechas*) consolida as principais constatações do autor em torno da sua pesquisa em torno da direita peruana. Logo, são desenvolvidas onze teses em torno da direita do Peru. Essa derradeira parte do livro, na verdade, tem mais um viés de conclusão do que propriamente de desenvolvimento de ideias novas como ocorrido nos três capítulos anteriores.

A primeira tese é que apesar da história política peruana no campo das direitas ter sido formada – no que tange à relevância política – pelas três tradições abordadas (*aprista*, clientelista e intelectual/tecnocrática), o eleitorado direitista não se importa tanto com as divisões, e, na etapa final das campanhas, opta pelo representante melhor colocado nas pesquisas.

A segunda é que o fujimorismo pertence a um tipo específico de governo de direita caracterizado por três elementos: liberalismo econômico, autoritarismo político e clientelismo populista. Nesse ponto, ressalta que a plena vigência de uma economia livre de mercado é um traço que está em todos os vieses da direita atual.

A terceira tese é de que o clientelismo pode adotar uma nova face. Isto é, não obrigatoriamente necessita ser construído a partir do Estado. Essa afirmação é desenvolvida a partir do caso de César Acuña, que, segundo Zapata, é o mais clientelista dos políticos atuais peruanos.

O quarto enunciado é de que, atualmente, a direita intelectual é mais tecnocrática do que ideológica (como era no passado). Apesar de ter uma trajetória menos nítida no passado, já que não postulava candidatos diretamente nas eleições, a direita tecnocrática segue crescendo, especialmente, por meio de *think tanks* (laboratórios de ideias para uma economia de mercado).

Quinta proposição: a partir das três tradições apresentadas no trabalho, é possível compreender a própria história da direita peruana. Ademais, tais vertentes compartilham algumas ideias e se apartam de outras. A exemplo do liberalismo na economia. Os quatro representantes atuais da direita (das três vertentes) defendem essa ideia. No entanto, Keiko, pelo peso da tradição clientelista a partir do Estado, não a rechaça, mas também não abre mão do papel estatal direcionado às populações mais pobres.

A sexta tese se desenvolve na associação da direita com a religião. Tradicionalmente, as instituições religiosas estão mais próximas do conservadorismo, e, logo, a direita peruana

manteve uma vinculação forte com as igrejas. No entanto, Zapata observa que os representantes das direitas (com exceção de Kuczynski, que tem um perfil mais liberal também na organização da sociedade) estão dentro de um liberalismo econômico, mas próximos de um conservadorismo social.

A sétima é de que as direitas diminuem a questão social perante o econômico. Desse modo, sustentam hierarquias na sociedade de modo que (numa interpretação estritamente capitalista) defendem como heróis sociais os empreendedores que criam empresas que se destacam no mercado. Assim, desprezam qualquer outra forma social pré-estabelecida, como, por exemplo, a forma de valores e organização dos povos andinos (indígenas). Estes, portanto, estão socialmente numa hierarquia abaixo, caso não ingressem nessa lógica capitalista.

O oitavo argumento é de que as direitas peruanas defendem uma democracia política, mas se afastam de qualquer discussão em torno de uma democracia social. A menor vinculação a essa característica é em torno da tradição tecnocrática liberal, por ser mais “flexível” em sua atuação, isto é, por compor governos de todas as naturezas.

O nono enunciado é que a corrupção é uma cultura política generalizada que transcende os campos da política peruana, isto é, da direita e da esquerda. No entanto, Zapata frisa que todos os governos de direita tiveram problemas com a corrupção.

A décima tese é que as direitas apostam num modelo de economia aberta, que privilegie o potencial exportador de matérias primas, nos termos da teoria das vantagens comparativas. Esse modelo de desenvolvimento tem permitido o ingresso de grandes empresas estrangeiras no país.

A última tese é que a história da política peruana foi construída, marcadamente, em torno da direita. Desse modo, as três tradições políticas apresentadas ocuparam o poder político praticamente sem interrupções nos quase 200 anos de República (Zapata diz que, talvez, uns 15 anos a república não foi governada pela direita). Ou seja, o país atual foi formado pelas direitas. Assim, Zapata finaliza o livro afirmando que o Peru se destaca como um dos países mais consistentemente alinhados à direita na América Latina.